Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em Geografia

Violência, medo e estigma:

Efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro



Fernando Lannes Fernandes

Orientação: Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro, Março de 2009.

Fernando Lannes Fernandes

VIOLÊNCIA, MEDO E ESTIGMA Efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em Geografia

Rio de Janeiro, março de 2009

Fernando Lannes Fernandes

VIOLÊNCIA, MEDO E ESTIGMA Efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia

Banca Examinadora
Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza
Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito
Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva Leite
Prof. Dr. Jailson de Souza e Silva
Prof. Dr. Willian Ribeiro da Silva

Rio de Janeiro, 13 de março de 2009

FERNANDES, Fernando Lannes. 1978 -

Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia. 1. Geografia urbana. 2. Segregação sócio-espacial. 3. Favelas, violência e estigma.

Crédito da foto da capa: Davi Marcos/Imagens do Povo/Observatório de Favelas Adolescente em frente a cordão de isolamento feito pela polícia no "Grito dos excluídos", em 7 de setembro de 2007. Na ocasião, dentre diversos temas, também se manifestou contra os homicídios de adolescentes e jovens nas favelas.

Para Andréa, minha amada, minha cúmplice. Amor verdadeiro a quem devo tudo o que fiz e farei na vida.

Esta, meu amor, é mais uma coisa que fiz ao teu lado. Após ela, virão muitas outras, tenho certeza.

Obrigado por tudo, especialmente pelo seu amor, que me deu a paz e a alegria para seguir em frente com prazer e paixão.

"Já quase não acredito. Defenda o que lhe resta, acreditar será seu álibi, Para quê, Para manter a esperança. Qual esperança, A esperança, só a esperança, nada mais, chega-se a um ponto em que não há mais nada senão ela, é então que descobrimos que ainda temos tudo"

José Saramago O ano da morte de Ricardo Reis (Diálogo entre Ricardo Reis e Marcenda)

Sumário

Agradecimentos	
Resumo	i۱
Summary	٧
Resumen	vii
Introdução	1
Capítulo 1 – Representações sociais da favela no imaginário social e a abordagem do Poder Público	14
1.1. Elementos constitutivos da segregação no Rio de Janeiro	16
1.2. A construção da representação social da favela no Rio de Janeiro	40
1.3. Da ignorância dos favelados à ignorância sobre os favelados	48
1.4. A descoberta da favela e a gênese dos fundamentos de sua representação social	57
1.5. O período autoritário e a radicalização dos discursos e práticas sobre as favelas	74
1.6. Mudança de cenário nas favelas cariocas na transição democrática	84
Capítulo 2 – O papel do medo e da estigmatização no processo de segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro	95
2.1. A "atualização" do "mito da marginalidade": desdobrando a análise de Marcelo Lopes de Souza	96
2.2. A origem do medo: o tráfico de drogas no Rio de Janeiro	116
2.2.1. O Brasil no contexto dos circuitos internacionais do tráfico de drogas	122
2.2.2. A encarnação do medo: adolescentes e jovens no tráfico	138
2.3. Uma Geografia da violência e do medo no Rio de Janeiro	141
Capítulo 3 – A produção do medo e seus efeitos sócio-espaciais na cidade	161
3.1. Medo e sensação de insegurança	162
3.2. O medo no Rio de Janeiro	170
3.3. O medo e a restrição da mobilidade espacial	191
3.4. O medo e a seletividade espacial	204
3.5. O medo e a imposição de harreiras físicas e simbólicas	206

Capítulo 4 – Medo e estigma, distinção e constrangimento como mecanismos de produção e acirramento da segregação sócio-espacial na cidade	215
4.1. Espaços de constrangimento	216
4.2. Mobilidade e acessibilidade	231
4.3. Violência e contenção sócio-espacial no Rio de Janeiro	243
4.4. Mudanças em curso na estruturação do espaço urbano	251
4.5. A nova pobreza urbana e emergência do "Estado Penal"	254
4.6. Segregação sócio-espacial e mecanismos de distinção e constrangimento	270
Capítulo 5 – Aproximando a escala de análise: a Maré e a Rocinha no contexto da "atualização" do "mito da marginalidade"	290
5.1. A favela como objeto de estudo	293
5.2. Em busca de uma definição de favela	297
5.3. Definição dos recortes sócio-espaciais	305
5.3.1. Dinâmica do território	308
5.3.2. Dinâmica da violência	316
5.4. Um panorama sobre a Rocinha	320
A formação da Rocinha	328
5.5. Um panorama sobre a Maré	331
A formação da Maré	335
Capítulo 6 – Marcas do estigma sócio-espacial. Ser jovem negro e favelado: o que dizer a respeito?	345
6.1. Palavras iniciais sobre a pesquisa de campo	346
6.2. Bases metodológicas da pesquisa de campo	356
6.3. Dados levantados e análise	365
6.3.1. Identificação e caracterização dos entrevistados	365
6.3.2. Práticas culturais e sócio-espaciais	376
6.3.3. Discriminação e estigmatização	402
6.3.4. Experiências e visão sobre a violência	409
6.4. Síntese dos aspectos de maior relevância	429
Considerações Finais	433
Bibliografia	455
Anexos	473
"Ficha técnica" da pesquisa de campo	474
Roteiro de tópicos considerados nas entrevistas não estruturadas	475
Formulário de entrevista aplicado a 102 jovens na Maré e na Rocinha	477
Manual do formulário de entrevista utilizado pelos entrevistadores	482

Índice de mapas, quadros, figuras e gráficos

Figura 1.1. A <i>Belle Époque</i> no Rio de Janeiro do início do século XX: a Avenida Rio Branco	39
Figura 1.2. A derrubada do Cabeça de Porco é exibida como símbolo de uma conquista para a cidade	41
Figura 1.3. Ilustração publicada em 1896 ilustrando a barbárie e a insalubridade no Rio. Em detalhe, as capitais Montevidéu e Buenos Aires a caráter, deixando a entender a inferioridade do Rio diante das rivais	43
Figura 1.4. "Um barracão a menos": Pereira Passos e sua empreitada pela reforma urbanística do Centro do Rio	46
Figura 1.6. O Rio Desconhecido	62
Quadro 1.1 - Distribuição dos residentes dos conjuntos habitacionais segundo as zonas de procedência – O exemplo da Cidade de Deus à época de sua criação	78
Figura 2.1 Faturamento do comércio ilícito de drogas em comparação ao comércio internacional dos maiores commodities e serviços (1995)	122
Figura 2.2. – Esquema ilustrativo do funcionamento do tráfico de drogas em suas múltiplas escalas	130
Quadro 2.1. Seleção de registros de ocorrência na cidade do Rio de Janeiro e sua distribuição comparativa entre os eixos Zona Norte-Oeste e Zona Sul (2007)	144
Mapa 2.1. Localização dos eixos Zona Sul e Zona Norte-Oeste	145
Gráfico 2.1. Ação policial no Rio de Janeiro por área selecionada (2007)	147
Gráfico 2.2. Números absolutos de homicídios e "autos de resistência" no município do Rio de Janeiro (1998-2007)	154
Quadro 3.1. Síntese dos discursos hegemônicos sobre as favelas, suas bases de sustentação e seus principais desdobramentos	178
Figura 3.1. Foto da favela do Morro dos Cabritos, apresentada como ameaça em matéria sobre violência publicada pela revista Veja Rio	183
Figura 3.2. Capa da revista Veja, onde a massa cinzenta e disforme das favelas é apresentada como formigas saúvas	184
Figura 3.3 – Capa do jornal O Globo no dia das eleições municipais de 2008	190
Figura 4.1. Esquema cíclico do reforço da representação social sobre a favela	224

Figura 4.2. Esquema ilustrativo da produção de espaços de constrangimento	231
Mapa 5.1. Localização das áreas da pesquisa empírica: Maré e Rocinha no município do Rio de Janeiro	307
Mapa 5.2. Comparativo do IDH da Rocinha e Maré em relação à cidade (2000)	309
Mapa 5.3. Comparativo do IDH da Rocinha e Maré em relação aos seus entornos (2000)	310
Quadro 5.1. Indicadores de meio ambiente e equipamentos culturais por Região Administrativa selecionada (2007)	313
Quadro 5.2. Dados de violência contra a pessoa agregados por Região Administrativa selecionada (2007)	317
Figura 5.1. A Rocinha vista da auto-estrada Lagoa-Barra (2008)	324
Figura 5.2. Alguns pontos de referência da cidade em relação à Rocinha	327
Figura 5.3. Alguns pontos de referência na cidade em relação à Maré	334
Figura 5.4. A Maré vista da Vila Olímpica – visão parcial (2006)	335
Figura 5.5. Palafitas da Baixa do Sapateiro (anos 70)	339
Quadro 5.2. Indicadores sociais da Rocinha e Maré e de seus respectivos bairros de entorno	341
Gráfico 6.1. Distribuição da orientação religiosa segundo entrevistados na Maré e Rocinha	367
Gráfico 6.2. Nível de escolaridade entre entrevistados da Rocinha e Maré	370
Gráfico 6.3. Relação entre estudo e trabalho segundo entrevistados da Maré e Rocinha	372
Gráfico 6.4. Atividade exercida	374
Gráfico 6.5. Como considera o lugar onde vive	377
Gráfico 6.6. Aspectos positivos da comunidade segundo os entrevistados	379
Gráfico 6.7. Principais motivos para circulação pela cidade segundo os entrevistados da Maré e da Rocinha	381
Gráfico 6.8. Distribuição da rede familiar e de amizade entre os entrevistados da Maré e Rocinha	383
Mapa 6.1. Indicação de alguns locais freqüentados pelos entrevistados	388
Gráfico 6.9. Distribuição de lugares freqüentados pelo menos uma vez pelos entrevistados da Maré e Rocinha	389
Gráfico 6.10. Comparativo entre lugares selecionados freqüentados por entrevistados da Maré e Rocinha na faixa de 15 a 17 anos de idade	392
Gráfico 6.11. Seleção de lugares em que os entrevistados se sentiram menos à vontade e manifestação de não-retorno	392
Gráfico 6.12. Local onde foi discriminado	402
Gráfico 6.13. Motivos apontados para as situações de discriminação sofridas segundo os entrevistados da Maré e Rocinha	403
Gráfico 6.14. Você acha que os jovens que moram em favelas são mais discriminados do que os outros moradores?	404
Gráfico 6.15. Você deixa ou já deixou de freqüentar lugares ou fazer coisas por medo de ser discriminado?	405
Gráfico 6.16. Auto-identificação dos entrevistados	407
Gráfico 6.17. Comparativo entre percepções de violência por área de moradia e favelas em geral	410

Gráfico 6.18. Identificação das pessoas assassinadas conhecidas	412	
Gráfico 6.19. Tipo de violência presenciada	414	
Gráfico 6.20. Maior medo segundo os entrevistados	416	
Gráfico 6.21. Local de ocorrência das experiências negativas com a polícia	418	
Gráfico 6.22. Tipo de situação sofrida	419	
Gráfico 6.23. Motivos apontados para as situações de violência sofridas	420	
Figura 6.1. As fronteiras da Maré na percepção de um adolescente	427	

Agradecimentos

Não posso ser breve nos agradecimentos. Parece que depois de quatro anos, não apenas me dou conta da quantidade de amigos que tenho como também quero aproveitar a oportunidade de tornar público o reconhecimento por todos aqueles que me ajudaram a chegar até aqui. Assim como "um galo só não tece a manhã", este trabalho possui vários "cúmplices", que contribuíram de diferentes formas para que fosse realizado. Do plano intelectual ao afetivo, foram muitas as contribuições que me permitiram ser um sujeito sensível, atento aos detalhes e, sobretudo, uma vítima daquela comichão que ataca a todos aqueles movidos pela curiosidade e vontade de saber mais, compreendendo que a incompletude é certamente a melhor de todas as características do ser humano.

Este trabalho encerra um ciclo que se iniciou em 1997, quando ingressei no curso de graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense, localizada em minha cidade natal, Niterói. Em função disso, não poderia deixar de lembrar de pessoas que desde aqueles primeiros anos foram fonte de inspiração no plano intelectual, político, ético e afetivo. Por isso, deixo meu obrigado, mais uma vez, a Rogério Haesbaert, Sérgio Nunes, Ester Limonad, Jorge Barbosa e Jailson de Souza.

Jorge e Jailson, além meus professores, também se tornaram meus colegas de trabalho no Observatório de Favelas. A Jorge e Jailson devo boa parte de minha formação, com aprendizados que extrapolam as fronteiras do intelectual e do profissional, o que me tornou uma pessoa mais humana, mais sábia e mais feliz.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro me acolheu antes mesmo de iniciar meu doutorado. Como professor substituto, tive a oportunidade de conhecer pessoas que admirava e com as quais pude estabelecer diálogo de alto nível. Ali conheci Marcelo Lopes de Souza, meu orientador, a quem agradeco muito do que fui como professor e como doutorando. Mais do que um

interlocutor intelectual, Marcelo se tornou um grande amigo. Também no departamento de Geografia, não posso deixar de prestar meus agradecimentos a Roberto Lobato Corrêa, Maurício de Almeida Abreu e aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPED), em particular a Glauco Bruce (que por longa data foi meu colega de graduação e de trabalho, com quem mantive boa interlocução) e a Roselaine dos Santos, colega que reencontrei trilhando novos caminhos na UFRJ.

O tema de meu estudo tem profunda ligação com minha trajetória profissional, por isso, quero ainda lembrar e agradecer, com carinho, a todas aquelas pessoas que neste círculo, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, meu obrigado especial a todos os meus colegas do Observatório de Favelas - local em que tive a oportunidade de aprender muito do que escrevi aqui. No Observatório, devo meu especial agradecimento a Raquel Willadino, Monique Carvalho, Andréa Rodriguez, Michelle Henriques, Nilmara Pedroso, Rodrigo Nascimento, Flavio Guilhon, Mário Simão, Francisco Marcelo, Wellen Lyrio, Nalva Sousa, Daniele, Vivi, Beto e Paulinho – pessoas que em suas diferentes experiências de vida, me ajudaram a enxergar a alma da favela. De outros cantos, agradeço a Eliana Sousa, a "dupla" Suyanna Baker e Carmen, Rogéria Nunes, Kátia Edmundo, Solange Dacach, Sebastião Araújo, Marcos Faustini, Silvia Ramos, Ignácio Cano, Luiz Antônio Machado, Gerônimo Leitão, Helena Oliveira, Jacques Schwarzstein, Luciana Phebo, Renato Mendes, Pedro Américo de Oliveira, Gilberto Fugimoto, Luiz Fernando Sarmento, José Luiz de Souza Lima, Antônio Carlos Firmino, Dilma Cupti, Thais da Felicidade e Paulinho de Rio das Pedras.

Vai também o meu especial agradecimento a Faber Paganoto, pela ajuda com os mapas, a Polly Wilding, pela cessão de mapas mentais elaborados por adolescentes da Maré, a Élia, minha querida professora de inglês, pela ajuda com o *summary*, a Luciana pela força no *resumen* e a Dalcio Marinho pela leitura crítica do formulário de entrevista. Agradeço também a CAPES, que me concedeu bolsa de estudos, e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ e seus funcionários.

Também agradeço a todos aqueles que me concederam entrevistas, que se dispuseram a colaborar com este trabalho, em especial os jovens, que me

ofereceram uma visão muito particular de sua percepção sobre seu lugar no mundo.

Eu não posso deixar de considerar que o apoio de meus familiares foi e continuará sendo indispensável em tudo o que eu fizer e conquistar na vida. Não posso deixar de mencionar aquelas pessoas que me deram a base ética, moral e afetiva para que eu me tornasse o que sou. Por isso, em primeiro lugar, e de maneira muito especial, agradeço ao meu pai, Caetano Filomeno Fernandes, pelas melhores lembranças da minha vida. Meu pai, que se foi quando eu tinha 6 anos, me deixou duas irmãs maravilhosas, Alice e Lenice, que ao longo de toda a minha vida me ofereceram o suporte afetivo e as condições materiais para que eu seguisse em frente. Com minha mãe e meus avós, Nair e Grijó, tive a oportunidade de aprender sobre as coisas simples da vida, o que me deu a habilidade necessária para equilibrar meus pensamentos e minha postura diante da complexidade e desigualdade que marcam o nosso país.

Resumo

Este trabalho versa sobre os efeitos da estigmatização no agravamento de processos segregatórios entre moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A intenção foi investigar processos que acentuam a segregação na cidade, que se estruturam em torno do paradigma da cordialidade, da distinção e do constrangimento sócio-espacial. Tais processos operam como mecanismos de controle dos acessos de lugares – que se configuram como "espaços proibitivos" -, e como estratégias de controle e contenção sócio-espacial – que funcionam como mecanismos de delineamento e circunscrição. Trata-se de processos que se ligam essencialmente à correlação entre mobilidade e acessibilidade na cidade.

Trata-se, em linhas gerais, de uma investigação sobre os elementos que contribuem para que pessoas que vivem em áreas segregadas por processos de exclusão social se fixem ainda mais em seus locais de moradia, configurando processos de fixação e estigmatização sócio-espacial. Reduzir, parcialmente ou por completo as capacidades e possibilidades de extrapolação das fronteiras físicas, simbólicas e sociais do local de moradia implica definhar condições potenciais de ruptura com processos estigmatizantes. Isso implica, em outras palavras, na reprodução de um círculo vicioso calcado na correlação entre limitada mobilidade sócio-espacial, baixa diversidade e reduzido alcance das redes sociais e limitação dos canais de acesso aos direitos na cidade, elementos que, de uma forma mais ampla, interferem no direito à cidade.

Estes processos inserem-se em um contexto sócio-histórico caracterizado pelo não reconhecimento das favelas como parte integrante da cidade e pela estigmatização que as transformou em "bodes expiatórios" dos problemas urbanos. Com efeito, o contexto da violência urbana observado no Rio de Janeiro ao longo das últimas duas décadas tem servido como estopim para o reforço desses processos sócio-históricos, configurando uma "atualização" do "mito da marginalidade". Isso tem resultado em processos

cada vez mais estigmatizantes e restritivos da mobilidade e dos direitos, focados no uso da força e no estabelecimento de uma ordem urbana sócio-espacialmente excludente e fragmentária, especialmente entre jovens favelados indiscriminadamente identificados como "bandidos".

Palavras-chave: segregação sócio-espacial, favelas, violência, estigmatização

Summary

Violence, fear and stigma: Socio-spatial effects of "the reinforcement" of the "myth of marginality" in Rio de Janeiro.

This work is about the effects of stigmatization of certain groups and spaces on the worsening of segregation of favela inhabitants in Rio de Janeiro. The main purpose was to investigate processes which make the segregation even more severe. These processes are structured around the paradigm of "cordiality", "discrimination" and "socio-spatial embarrassment". They function as mechanisms of control of access to places – which thus become "prohibitive spaces" as well as strategies of control and spatial contention as mechanisms of territorialisation. Such processes are related in their essence to the corelation between mobility and accessibility to city facilities.

It is, generally speaking, an investigation into elements which lead excluded people who live in segregated areas to get even more fixed to their own neighborhood, thus resulting in processes of fixation and socio-spatial stigmatization. To reduce partially or completely one's capacity and possibilities of moving out and beyond the boundaries of his own geographical, symbolical and social space implies narrowing the potential conditions of break away from stigmatization processes. This reproduces, in other words, a vicious circle based on the co-relation between low socio-spatial mobility, low diversity, limits of social network and limitation of ways that promote the "right to the city".

The fact that favelas are not historically recognized as part of the city and the stigmatization which transform favelas into "scapegoats" are factors that reinforce the processes mentioned above. The context of urban violence observed in Rio de Janeiro in the last twenty years has been serving as reinforcement of those socio-historical processes. This fact has configured "a reinforcement" of "the myth of marginality", resulting in a process of stigmatization and reduction of mobility and rights. Occurring specially among

young people living in favelas (who are identified as "bandits"), those processes are produced by the use of force and a socio-spatially excluding and fragmentary urban order.

Key words: socio-spatial segregation, favelas, violence, stigmatization

Resumen

Violencia, medo y estigma: efectos socio-espaciales de la "actualización" del "mito de la marginalidad" en Rio de Janeiro.

Este trabajo versa sobre los efectos de la *estigmatización* en el agravamiento de los procesos de segregación entre los habitantes de favelas en la ciudad de Río de Janeiro. La intención fue investigar los procesos que incrementan a segregación en la ciudad, que se estructura en torno al paradigma de la "cordialidad", de "la distinción" y del "constreñimiento socio-espacial". Tales procesos obran como mecanismos de control de los accesos a las localidades – que se configuran como "espacios prohibidos" y como estrategias de control de contención socio-espacial y como mecanismos de demarcación. Se trata de procesos que resultan de la correlación entre la movilidad y el acceso a la ciudad.

La presente obra se refiere, en lo general, a una investigación respecto de los elementos que contribuyen para que las personas que viven en áreas segregadas por los procesos de exclusión social sean fijadas aún más a sus lugares de residencia, configurando procesos de establecimiento y estigmatización socio-espacial. Para reducir, de modo parcial o por completo, las capacidades y las posibilidades de extrapolación de las fronteras físicas, simbólicas o sociales del local de residencia es preciso establecer condiciones que logran conducir a una ruptura con procesos estigmatizantes. Esto significa, en otros términos, la ruptura del círculo vicioso basado en la correlación entre la limitada movilidad socio-espacial, baja diversidad y alcance reducido de las redes sociales y la limitación de los canales de acceso a los derechos en la ciudad, elementos que, de un modo más amplio, interfieren en el "derecho a la ciudad".

Estos procesos se insertan en un contexto socio-histórico caracterizado por el no reconocimiento de las favelas como parte integrante de la ciudad y

por la estigmatización que las transformó en "chivos expiatorios" de los problemas urbanos. En efecto, el contexto de la violencia urbana observado en Río de Janeiro a lo largo de las últimas décadas sirve como pretexto para el refuerzo de esos procesos socio-históricos, configurando una "actualización" del "mito de la marginalidad", teniendo como resultado procesos cada vez más estigmatizantes y restrictivos de la movilidad y de los derechos, basados en el uso de la fuerza y el establecimiento de un orden urbano socio-espacialmente excluyente y fragmentario, en especial entre los jóvenes residentes de favelas, los cuales son indiscriminadamente identificados como "bandidos".

Palabras-clave: segregación socio-espacial, favelas, violencia, estigmatización.

Introdução

O que representa, no plano simbólico e prático, um jovem, na plenitude de sua vida, em sua fase de descobertas e de experimentações, manifestar incômodo e intimidação diante do desejo de freqüentar determinados espaços da cidade? O que significa, para este sujeito, e para o conjunto da cidade — no que se refere ao seu modo de funcionamento, estruturação e relação entre seus moradores, um jovem dizer que seu sonho é poder entrar em um shopping center? O que o impede? Estaria ele preso e, por isso, impossibilitado de se deslocar? Seria algo tão distante o suficiente para que os custos com transporte e o tempo de deslocamento colocassem aquele lugar apenas no plano dos desejos inalcançáveis de um jovem rapaz? Haveria grades ou portões impedindo a sua entrada? Por quê? Não, nenhuma das perguntas servem para explicar o fato de um adolescente ser impedido de freqüentar um shopping center — espaço que tem se tornado cada vez mais comum no cotidiano das grandes cidades brasileiras.

Mas então, o que o impede? Embora nenhum daqueles obstáculos se coloque para Edson — ele não mora distante, não está preso e dispõe de dinheiro para o deslocamento — um fator adquire centralidade: Edson, adolescente de 16 anos, é negro e é morador de uma favela no Rio de Janeiro. Estas três características: a juventude, a cor e o local de moradia, são determinantes na relação que Edson estabelece com os espaços da cidade e, principalmente, na relação que os espaços e as pessoas na cidade estabelecem com ele. Ao mesmo tempo em que é discriminado por suas características, Edson tem sua imagem associada a de um tipo idealizado de criminoso, o que o torna um elemento suspeito ou uma ameaça dependendo do lugar e do contexto em que esteja. Além disso, (e por isso) Edson incorporou na sua visão de mundo um lugar para si, numa clara compreensão de que em determinados ambientes ele não é bem-vindo.

A situação de Edson retrata, em linhas gerais, aspectos que busquei desenvolver ao longo deste estudo. Trata-se de um processo de estigmatização e de restrição dos acessos aos espaços da cidade que tem consequências muito maiores do que simplesmente a vergonha e a humilhação embora estes, por si só, já sejam capazes de produzir efeitos dramáticos na vida de uma pessoa. A situação de Edson, contudo, é apenas um exemplo de um processo que vem ocorrendo de maneira sistemática na cidade em relação aos jovens moradores de favelas - especialmente aqueles que apresentam características físicas, estéticas e comportamentais a que se passou a atribuir a uma idéia tipificada e idealizada do criminoso. Edson espelha inúmeros outros jovens que, como ele, sofrem cotidianamente as conseqüências de um processo perverso de estigmatização e criminalização. Mas também ilustra um cenário urbano marcado pelo medo e a aversão a determinados tipos socialmente idealizados, que se reflete na produção de novas formas de relacionamento com os espaços da cidade, na produção de espaços exclusivistas – de moradia, lazer e consumo -, na propagação do sentimento de repulsa e eliminação do outro indesejado.

Reações desta natureza não são uma exclusividade do Rio de Janeiro. Estão presentes em praticamente todos os lugares do mundo, com variações que correspondem às dinâmicas locais. Em linhas gerais, trata-se de um fenômeno associado aos grupos estigmatizados e indesejados. Com efeito, se no Rio esta figura se associa ao jovem afro-descendente das favelas, ou aos próprios moradores das favelas de uma maneira geral, em outros lugares estes processos associam-se a imigrantes, minorias ou qualquer outro grupo que seja considerado *outsider* ou (e) anormal em comparação àqueles que constituem o grupo hegemônico, sendo estes os que definem os limites entre o aceitável e o rejeitável, entre o feio e o bonito, entre o permissível e o proibido.

Assim, se no Rio, voltando ao nosso exemplo maior, as práticas sociais e culturais dos jovens das favelas são vistas com preconceito e discriminação por parte dos grupos hegemônicos, isso só ocorre porque estes grupos definiram um padrão estético e cultural que é percebido e assimilado como o normal. E ser normal, diga-se, é buscar a aceitação dos outros, é se sentir pertencente a um grupo e, no limite, a uma cidade ou mesmo um país. Com

efeito, os grupos buscam estabelecer padrões próprios, formas autônomas de enquadramento das normalidades e meios de aceitação de seus membros.

Em uma cidade caracterizada por profundas desigualdades e por uma grande diversidade étnica e cultural, como o Rio, é possível identificar que apesar da existência de padrões hegemônicos, existe uma infinidade de modelos que os grupos estabelecem que, em geral, são atravessados pela marca do território, sendo o local de moradia o fator preponderante na definição das marcas que definem o sujeito. Assim, a cidade tem uma estética hegemônica própria, que compete com outras manifestações internas diversas e muitas vezes divergentes. Estes modelos podem ser sintetizados, figurativamente, entre o padrão hegemonicamente instituído daquilo que se pode chamar de "cultura da classe média" e "cultura popular" (ou "dos setores populares"), que se opõem, a princípio, mas que possuem, na maior parte das vezes, sobreposições marcadas por tensões e acomodações típicas da confrontação a que estas "culturas" estabelecem no conjunto da cidade. Não se trata, porém (e isso é muito importante lembrar), de dizer que na cidade existem apenas estas duas "culturas". Elas são utilizadas aqui, grosseiramente, para ilustrar processos complexos de uma forma simplificada que, em linhas gerais tem sido apresentada pela mídia e mesmo pelo meio acadêmico, em uma clara aceitação (no plano idealizado, pelo menos) de duas "cidades" a: "favela" e "asfalto".

Não foi meu desejo neste trabalho reforçar essa idéia, mesmo porque ela já vem sendo rebatida faz algum tempo. Todavia, essa elaboração expressa, em termos analíticos, uma realidade hegemônica no Rio de Janeiro. Apesar do reconhecimento de toda a pluralidade de "culturas" na cidade, e em que pese o reconhecimento das variações no interior dessas duas formas hegemônicas, tratar delas analiticamente é uma maneira de compreender melhor seus fundamentos ou, em outras palavras, os porquês de uma construção discursiva calcada em uma idéia polarizada de cidade e de grupos sociais. Trata-se, portanto, de um desafio de superar os limites do plano analítico para além dos pólos dados, mas ao mesmo tempo, reconhecer que algum nível de polarização se estabelece, em escala ampliada, na estruturação dos processos sociais na cidade.

Quando postas em confrontação, a "cultura da classe média" e a "cultura popular" estabelecem diferenciações que se acentuam em função do processo de estigmatização imposto pela cultura hegemônica à cultura dos setores populares. Com efeito, é histórico, no Rio de Janeiro, a conformação de processos distintivos que buscam, a todo o momento, em situações as mais diversas possíveis, estabelecer distinções entre um grupo e outro. Os espaços de consumo, os espaços de lazer, os gostos musicais, as preferências estéticas demarcam campos específicos que estruturam habitus igualmente distintos, como sugere uma análise baseada nos estudos de Pierre Bourdieu. Estes campos e habitus específicos, a princípio, são processos decorrentes das diferenciações a que os grupos estão sujeitos. No Rio, temos um contexto cujas diferenciações se estruturam especialmente em torno das disparidades Diante dos padrões hegemônicos estabelecidos, os estigmatizados têm o desafio de incorporar o habitus da cultura dominante quando estão diante de situações e ambientes tipicamente estruturados em torno daquela cultuar dominante, o que os coloca não apenas em desvantagem, como produz um conjunto de reações caracterizadas pelo sentimento de não-aceitação, reforçando ainda mais o estigma e a baixa autoestima.

O processo de produção do espaço urbano no Rio de Janeiro incorporou o padrão estético e o conjunto de elementos que caracterizam o *habitus* dos setores dominantes. A cidade se organizou em função disso e, nas áreas de moradia e uso destes grupos, se estabeleceu um padrão estético e comportamental que produz estranhamento aos grupos estigmatizados. Este padrão, contudo, tem se acentuado nos últimos anos, especialmente a partir dos anos 80, em função da convergência de múltiplos fatores que impulsionaram o aumento da criminalidade violenta na cidade e, por extensão, o aumento do medo e da sensação de insegurança entre os membros dos grupos hegemônicos. Com efeito, o reforço da estigmatização, em torno de uma criminalização radical dos moradores de favelas, tem produzido espaços cada vez mais ensimesmados, destinados a um uso exclusivista dos grupos que partilham da cultura dominante. E assim, o medo, associado a estigmatização tem conduzido a idealização do "criminoso", do sujeito

identificado como ameaça ao bem estar e a ordem na cidade, sendo este, como sinalizamos anteriormente, o jovem da favela, particularmente os afrodescendentes.

A conformação de práticas sócio-espaciais atravessadas por aqueles sentimentos tem produzido um processo de fragmentação e segregação urbana cada vez mais acentuada na cidade, demarcado no plano simbólico através da produção de *espaços de constrangimento*. Os *espaços de constrangimento* são ambientes caracterizados por uma estética singular estruturada em torno do *habitus* dos grupos dominantes, que delimitam, no plano simbólico, distinções e posições que, em geral, tendem a ser interpretadas pelos grupos indesejados como ambientes hostis à sua presença e, por isso, como ambientes onde não são e não devem se sentir bem-vindos. Eles se situam na escala micro-local, e operam de maneira difusa, na produção de mecanismos de controle e contenção sócio-espacial dos grupos indesejados na cidade, que no Rio de Janeiro, além dos jovens negros, são compostos por moradores de rua e pelos moradores em geral de áreas historicamente estigmatizadas, representadas em especial pelas favelas.

Em função das questões apresentadas, o objetivo deste trabalho foi analisar os efeitos da estigmatização no agravamento de processos segregatórios entre moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A Buquei investigar os processos que acentuam a segregação na cidade, estruturados em torno do paradigma da "cordialidade", da "distinção" e do "constrangimento sócio-espacial". Tais processos operam como mecanismos de controle dos acessos de lugares que se configuram como "espaços proibitivos" e "espaços de constrangimento", tratando-se de estratégias de controle e contenção sócio-espacial — que funcionam como mecanismos de delineamento e circunscrição dos grupos indesejados na cidade. Trata-se de processos que se ligam essencialmente à correlação entre mobilidade e acessibilidade na cidade.

Compreendo que o ato de mover-se para além dos limites de sua área de moradia constitui um processo que implica em uma maior circulação pela cidade e na possibilidade de aumento da experiência de espaço-tempo, de trocas de experiência, de contato com outros grupos com distintas identidades

sociais e culturais e, ainda, na capacidade de acessar espaços que se associam à dimensão dos direitos de um cidadão na cidade, como, por exemplo, o direito à cultura, o direito ao lazer, o direito aos equipamentos públicos - sejam eles quais forem -, o direito ao consumo. Trata-se, em linhas gerais, de uma investigação sobre os elementos que contribuem para que pessoas que vivem em áreas segregadas por processos de exclusão social se fixem ainda mais em seus locais de moradia, configurando processos de fixação e estigmatização sócio-espacial. Reduzir, parcialmente ou por completo a capacidade de se romper com o local de moradia implica definhar um campo de possibilidades que se abre no que se refere a condições potenciais de ruptura com processos estigmatizantes que tendem a reproduzir círculos viciosos calcados na relação entre limitada mobilidade, baixa diversidade e reduzido alcance das redes sociais e limitação dos canais de acesso aos direitos na cidade que prescindem da capacidade de seus cidadãos de acessálos não apenas pela via jurídica, mas, antes dela, pela via da capacidade de alcance espacial concreto.

Um morador de favela pode saber de seus direitos, dispor de informação adequada para que estes direitos sejam efetivados, mas não dispor dos meios adequados e necessários para que alcance os espaços de realização destes direitos. Ir a um fórum ou a um hospital, por mais simples que pareça, sugere uma série de habilidades e predisposições que muitas vezes estas pessoas possuem e que se situam em dois campos distintos, porém não complementares: de um lado, os recursos materiais para o deslocamento de seu local de moradia, de outro, os recursos simbólicos para o acesso aos espaços para além daqueles em que se está simbólica, estética e socialmente familiarizado. É necessário dispor de recursos para ir aos locais e estes recursos não se limitam apenas aos recursos financeiros, mas também a disponibilidade de meios de transporte e a disponibilidade de tempo. Todavia, mesmo quando essa ordem de disposições é satisfatória, um conjunto de limitações pode se apresentar no campo das habilidades que figuram no campo da auto-estima e do reconhecimento de sua condição cidadã e, portanto, igual, perante os outros. Estes constituem a segunda ordem de habilidades e predisposições que podem ser ilustradas pelas marcas estigmatizantes que podem interferir no que optei por chamar acessibilidade, em complemento à mobilidade, que se refere ao primeiro conjunto de disposições. A acessibilidade refere-se essencialmente à capacidade de uma vez tendo chegado aos locais, ser aceito e poder, com isso, estar apto a desfrutar daquilo que aquele local oferece. Neste caso, a condição de outsider, conforme explorada por Norbert Elias aplica-se a elementos demarcadores desta identidade, e que podem funcionar como bloqueadores ou inibidores do acesso, que se dá no plano moral, estético e cultural. Isso não significa apenas conhecer as regras do jogo e saber se posicionar dentro de certo campo social. Implica ter capacidade de superar os processos estigmatizantes que reforçam a condição de outsider e que na maior parte das vezes, exclui ou, de uma maneira mais sutil, constrange. Trata-se de processos distintivos que se baseiam em uma estética e padrões de comportamento próprio que demarcam os lugares, estabelecendo barreiras simbólicas que impedem determinados grupos de acessar espaços que, embora públicos estejam fechados a determinados públicos. Se alguém não acessa um lugar por não se identificar com ele, é natural. As pessoas tendem a freqüentar ambientes que correspondam às suas expectativas. Todavia, se o desejo ou a necessidade de fregüentar um ambiente é obstacularizada por mecanismos de constrangimento, é possível supor que ali, seus freqüentadores habituais não desejam e não se conformam com a presença de grupos não desejados. Certamente a situação é complexa porque nem todos os espaços da cidade podem ser cercados com guaritas e grades de proteção. Os bairros, centros comerciais, espaços culturais, serviços públicos, estão abertos e disponíveis para todos. Todavia, o que se percebe é que esses espaços não são para todos, embora uma parcela representativa dos grupos indesejáveis deseje acessá-los e não se conforme em serem discriminados nesses ambientes.

Em linhas gerais, é um modelo de cidade que está em jogo: um modelo que conceba a cidade em sua plenitude, pluralidade e na capacidade de absorver e pôr em diálogo e interação a diversidade, promovendo o encontro de idéias, valores, hábitos e práticas. Em uma cidade fragmentada, possuidora de grupos sociais cada vez mais isolados, com a conformação de espaços

cada vez mais homogeneizados e blindados, como é o caso do Rio de Janeiro, coloca-se o desafio de se pensar saídas para os processos e mecanismos que promovem a *anti-cidade* e que relegam os grupos mais fragilizados – material e simbolicamente - a uma condição de subalternidade e inferioridade no contexto da cidadania e da vida pública.

Ocorre que estes processos operam em um contexto sociopolíticoespacial estruturado historicamente pelo não reconhecimento das favelas como
parte integrante da cidade — o que se estendeu aos seus moradores,
identificados como não-cidadãos -, e por processos estigmatizantes que
referenciaram as favelas no campo das representações sociais como espaços
de problemas, nascedouro de bandidos e marginais, foco de doenças e males
das mais diversas ordens, que as caracterizaram como "bodes expiatórios" dos
problemas urbanos. Com efeito, a relação estabelecida entre o Estado (e a
sociedade de uma maneira mais ampla) e as favelas, foi atravessada por
pouco diálogo e por políticas ou ações difusas, estruturadas, em sua maior
parte, em processos de controle e contenção sócio-espacial.

O reforço da estigmatização e da fixação sócio-espacial promovido por esse processo histórico fez com que nas favelas se conformasse, gradativamente, um sistema de valores e normas quase que alheio à vida na cidade, instituindo cultura e normatizações próprias. Este processo só teve lugar na medida em que o Estado não se institui plenamente naquelas localidades, abrindo mão de sua soberania e permitindo que sistemas paralelos se constituíssem e ali se instaurassem. Com efeito, esses sistemas paralelos implicaram uma caracterização das favelas como algo avesso às normas e regulações definidas pelo Estado, sendo estas, portanto, definidas a priori como o anormal e o não regulado. Por outro lado, mais do que uma ausência do Estado e de suas instituições e sistemas de regulação, os moradores das favelas não tiveram, em sentido pleno, uma experiência segundo o Estado de Direito, em um sistema de regulação social e de normatizações definidas pelo Estado, fato esse que retroalimentou a conformação de práticas sociais e culturais singulares e profundamente enraizadas e circunscritas àquela realidade sócio-espacial. A partir dos anos 80, esses sistemas paralelos ao Estado soberano são apropriados e reconfigurados por grupos criminosos armados que se territorializam naquelas áreas, cujo sistema de regulação e normatização social passa a se dar a partir do uso da violência armada. A reação do Estado, neste caso, reproduz as estratégias historicamente utilizadas, referenciadas na contenção sócio-espacial e na idéia de que, por ser um espaço avesso às normatizações e regulações do Estado, seria possível empreender ações igualmente avessas àquelas regulações, o que implicaria no uso excessivo e indiscriminado da violência armada, na referenciação dos moradores como cidadãos de segunda categoria, e, por conseguinte, no desrespeito aos direitos constitucionalmente assegurados a todo cidadão brasileiro. Neste processo de luta contra a anormalidade, o Estado elege seus vilões, que na atualidade se expressa na figura do jovem favelado. Este jovem tem sido alvo de políticas diversas, oscilando das políticas de controle e contenção social – algumas das quais disfarçadas de políticas de promoção de direitos -, às políticas de controle e repressão social referenciadas no uso das forças de segurança pública. Em comum, essas políticas carregam uma imagem criminalizada dos jovens - especialmente os negros -, que ora são alvo de políticas de "prevenção da violência", ora são alvo de políticas de "enfrentamento da violência", sendo estes, portanto, eleitos os agentes da violência nos grandes centros urbanos.

Em função disso, o que se observa é uma "atualização" do "mito da marginalidade", conforme a expressão de Marcelo Lopes de Souza, em diversos livros e artigos, dialogando com a contribuição clássica de Janice Perlman, segundo a qual os moradores de favelas são referenciados, no contexto urbano atual – marcado pela violência e pela fragmentação do tecido sociopolítico-espacial -, como potencialmente criminosos. Esse processo implica uma reordenação do espaço urbano, que por um lado figura na contenção sócio-espacial das favelas, no sentido de restringir seus males ao seu próprio corpo social (e por isso contenção), e de outro, na conformação de mecanismos de auto-proteção e defesa sustentados por uma cultura do medo, que tem produzido novos arranjos espaciais na cidade, desde os condomínios exclusivos, até a proliferação de shopping centers, cercamento de praças e mudanças de hábito na cidade (evitar sair de casa à noite, utilização indiscriminada do carro, serviços de *delivery*, etc).

No bojo deste processo, observa-se que os moradores de favelas – especialmente aqueles que representam um tipo idealizado do criminoso, os mais jovens e preferencialmente negros -, encontram-se em uma situação limite marcada por um triplo processo de violência: a violência praticada pelos criminosos locais, a violência praticada pelo Estado, na figura das forças de segurança pública, e a violência simbólica praticada pela sociedade de uma maneira mais difusa – sendo esta, também, praticada pelo Estado. Esta violência simbólica é base de sustentação de todos os processo vinculados à fragilização dos direitos constitucionalmente assegurados, uma vez que opera a partir de um conjunto de representações sociais negativas que reforçam os estigmas e conferem às favelas e seus moradores um lugar simbólico diferenciado e inferiorizado na cidade.

Os processos de distinção social espacializados na cidade, com efeito, tendem a reforçar os estigmas e a instituir barreiras simbólicas que impedem, a partir da produção de constrangimentos, o livre acesso dos moradores de favelas aos espaços da cidade. Neste estudo, minha intenção é compreender os efeitos desses mecanismos produtores de constrangimentos e avaliar em que medida eles acentuam os processos segregatórios na cidade, processos esses que forçam círculos viciosos de estigmatização e de fixação sócio-espacial dos moradores de favelas, impedindo sua emancipação social e sua efetivação como cidadão pleno.

A forma com que estruturei este estudo obedece à linha de raciocínio explicitada nos parágrafos anteriores. Com base nisso, elaborei seis capítulos, mais um conclusivo, buscando dar forma e coerência às hipóteses e caminhos escolhidos.

No primeiro capítulo, "Representações sociais da favela no imaginário social e a abordagem do Poder Público", minha intenção foi referenciar os processos sócio-históricos que permitiram a conformação da "atualização" do "mito da marginalidade" nos termos em que este se coloca. Para tanto, busquei apresentar o processo de formação das favelas e de sua evolução no contexto urbano a partir do conjunto de representações sociais elaborados sobre elas e que, no curso de sua relação com o Estado, sustentaram a intervenção deste. Estas representações sociais também produziram (e produzem) efeitos no que

se refere aos processos de distinção sócio-espacial, na medida em que são elaboradas a partir de uma referenciação negativa das favelas em relação a um determinado padrão estético que se esperava para a cidade. Com efeito, esta elaboração imaginativa permitiu a consolidação da favela como *não-cidade* e como ambiente avesso às regulações e normatizações do Estado, sustentando, assim, um lugar diferenciado no conjunto da cidade e no conjunto das formas de agir do próprio Estado. Trata-se de apreender as representações sociais estigmatizantes e seus efeitos práticos, na medida em que estes se reproduzem e alimentam os estigmas, implicando em um ciclo perverso de perpetuação das condições simbólicas que demarcam o lugar das favelas e de seus moradores na cidade.

O capítulo 2, intitulado "O papel do medo e da estigmatização no processo de segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro", apresenta um panorama da cidade em sua contemporaneidade, tendo como principais aspectos a serem tratados: a "atualização" do "mito da marginalidade" e o medo social na cidade como conformadores de uma ordem social e espacial singular. Neste capítulo, apresento uma reflexão sobre os elementos que caracterizam essa "atualização" e o medo na cidade, situando-os dentro de um contexto de "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade". Por conta disso, será feita uma abordagem da instituição do tráfico de drogas na cidade – sendo este o principal "motivo do medo", de modo a se situar o "tipo ideal" do traficante, figura elaborada no imaginário social coletivo que aponta os jovens negros favelados como a principal ameaça à ordem e à paz social na cidade.

No capítulo 3, "A produção do medo e seus efeitos sócio-espaciais na cidade", aprofundo a questão do medo social na cidade, buscando identificar seus efeitos mais específicos no que tange a mudanças de comportamentos, atitudes e valorações em relação às favelas. Ao mesmo tempo, busco apresentar alguns efeitos deste processo e suas principais conseqüências no que tange à ordenação sócio-espacial da cidade e nas praticas sócio-espaciais de seus moradores. Aqui, em particular, buscarei situar reflexos deste processo na dinâmica de vida dos moradores das favelas, apontando os efeitos

perversos do medo sobre eles construído e de sua estigmatização em seu cotidiano.

Dando sequência, o capítulo 4, "Medo e estigma, distinção e constrangimento como mecanismos de produção e acirramento da segregação sócio-espacial na cidade", propõe uma análise dos efeitos sócio-espaciais da estigmatização e do medo na cidade. Neste capítulo, faço uma abordagem em escala ampliada dos processos macro-sociais que produzem processos de exclusão sócio-espacial nas grandes cidades, ao mesmo tempo em que esses processos são analisados à luz da produção de "marginalidade avançada", nos termos colocados por Loïc Wacquant para os países desenvolvidos – cujos processos mais gerais se reproduzem em escala diferenciada no Brasil -, e do crescimento do "hiperprecariado" nas grandes cidades brasileiras, conforme assinalado por Marcelo Lopes de Souza, cujos efeitos tem sido o de um acirramento dos processos segregatórios e da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial das cidades. Aqui, faço um resgate de algumas abordagens sobre a segregação, buscando situá-la no contexto de processos estigmatizantes. Ao final, estabeleço uma conexão entre esses processos ampliados e o que chamo de mecanismos de distinção e constrangimento sócio-espaciais na cidade. Estes mecanismos, como assinalei anteriormente, implicam em um reforço dos processos segregatórios, tendo efeito direto na relação entre indivíduos estigmatizados e sua mobilidade e acessibilidade na cidade.

Nos capítulos 5 e 6 ("Aproximando a escala de análise: a Maré e a Rocinha no contexto da "atualização" do "mito da marginalidade" e "Marcas do estigma sócio-espacial: ser jovem negro e favelado: o que dizer a respeito?") são apresentados elementos empíricos para a análise dos processos apresentados nos capítulos anteriores. Neste caso, foram eleitas duas áreas da cidade que traduzem, com suas singularidades, realidades que representam um panorama geral da situação das favelas na cidade. De um lado, a Rocinha, considerada a maior favela da América Latina e localizada em uma área nobre da cidade. De outro, a Maré, conjunto de 16 favelas que somadas possuem cerca do dobro da população da Rocinha, só que em uma realidade sócio-espacial bastante diferenciada: localiza-se em uma área degradada da cidade,

a Zona Norte, e possui seu território fragmentado em função da territorialização de três facções criminosas — situação singular no Rio de Janeiro -, fato esse que implica no estabelecimento de fronteiras impostas pelo tráfico e um contexto de violência diferenciado em comparação ao da Rocinha. Nestas áreas foi realizado um levantamento com jovens do sexo masculino, afrodescendentes, de 15 a 24 anos de idade. O levantamento permitiu a sondagem de algumas situações que refletem o peso do estigma na dinâmica sócio-espacial destes jovens e revelou algumas importantes diferenças entre áreas com entornos expressivamente distintos do ponto de vista sócio-econômico, como é o caso de Maré e Rocinha.

Não tive a intenção, com este trabalho, em chegar a conclusões definitivas sobre os processos simbólicos e materiais que acentuam a segregação e a fragmentação na cidade. Todavia, creio que ao longo do caminho aqui trilhado, em função de um conjunto de escolhas que fiz, tenha sido possível apontar caminhos para uma reflexão mais aprofundada da realidade urbana do Rio de Janeiro no que se refere ao lugar social e simbólico ocupado pelas favelas e seus moradores no conjunto da cidade e, mais do que isso, identificar elementos que obstaculizam o exercício pleno da cidadania e do uso e apropriação da cidade. Com efeito, o que espero a partir daqui é iniciar um debate necessário sobre os efeitos da "atualização" do "mito da marginalidade" para além da Geografia e, especialmente, para além do universo acadêmico, de tal modo que estudos e ações direcionados a essa realidade estejam mais atentos à importância do papel que o espaço tem na leitura da dinâmica social e na formulação e proposição de políticas de promoção da equidade social е espacial nas cidades.

Capítulo 1

Representações sociais da favela no imaginário social e a abordagem do Poder Público

São muitas as fronteiras físicas e simbólicas na "cidade maravilhosa". Elas conformam áreas de separação e contato de práticas sociais distintas que se desenham na paisagem, que marcam e individualizam o lugar, e que delimitam o território. As fronteiras são bem expressas nas dualidades que marcam as representações sobre a cidade carioca: Zona Norte e Zona Sul, "asfalto" e "favela", ordem e desordem, "cidade maravilhosa" e "cidade partida". Essas representações vistas pela ótica da dualidade apóiam e reforçam processos segregatórios, na medida em que concebem a favela com um lugar à parte, desarticulada dos fluxos econômicos, sociais e culturais da cidade dita formal, quando na realidade a favela é parte constituinte da cidade – ainda que esta cidade seja marcada por profundas desigualdades, segmentações e fragmentações. Com efeito, essas representações acabam por conceber a favela como não-cidade - tornando-a muitas vezes a imagem do indesejável para a população "de bem", ou a figura do caos urbano, ou ainda o retrato do atraso e da pobreza, que reforçam a idéia da favela como um espelho invertido na construção de uma identidade urbana civilizada (ZALUAR, 1998). Essas representações sociais, que refletem ao longo do processo de constituição das favelas o imaginário da opinião pública - em particular dos setores hegemônicos da cidade -, refletem-se nas políticas públicas, que absorvem pressuposições que orientam as ações do Estado. O que se observa, então, são intervenções referenciadas em estereótipos cujos resultados tendem a acentuar o estigma, uma vez que operam a partir de estratégias e mecanismos de contenção e controle sócio-espacial.

O discurso, neste sentido, não é apenas composto por falas e representações. Sua origem e continuidade provêm das práticas que o permeiam. Desta forma, conceber a favela como um mundo à parte, como o caos, ou como um lugar desprovido de regras orientadas pelo Estado, representa, na prática, a elaboração e execução de ações igualmente estereotipadas. Estas ações, uma vez focadas na contenção e no controle sócio-espacial, reforçam processos segregatórios, mantendo os moradores das favelas os mais afastados o possível dos setores dominantes – que sobre eles mantém um sentimento misto de medo, ódio e repulsa. Com isso, vão se configurando nas paisagens e territórios que delimitam extratos da sociedade,

como se houvessem lugares para pobres e lugares para ricos, refletindo um processo distintivo no espaço. Estes processos distintivos, que figuram dentro da abordagem de BOURDIEU (2008) como mecanismos adotados pelos grupos dominantes na afirmação de sua posição em ralação a outros grupos, estruturam-se em torno do habitus incorporado por estes grupos, e configuram não apenas suas práticas sociais como, também, a meu ver, suas práticas espaciais. Assim, o delineamento da distinção social deixa marcas no espaço, em um processo de afirmação de uma estética própria, definindo-lhe formas de uso e apropriação que estabelecem fronteiras distintivas. Trata-se, portanto, de processos de territorialização, segundo os quais determinados lugares tornamse espaços de constrangimento para aqueles que não partilham dos mesmos valores e referências culturais e estéticas, que perpassam pelo capital social, cultural e econômico adquiridos por cada indivíduo. Do mesmo modo, as pessoas mais pobres acabam sendo identificadas e classificadas com outros espaços referenciais, tais como os mercados populares tipo "Saara" ou "Feira dos nordestinos". Há, portanto, um processo em curso de afirmação da distinção e de reforço da segregação pelo constrangimento, que demarca territórios e lugares, que estabelece e impõe identidades. Assim, ao mesmo tempo em que as paisagens configuram marcas e matrizes (BERQUE, 1998), o território demarca traços distintivos da identidade, em suas múltiplas escalas, (HAESBAERT, 2002) e do lugar social que cada sujeito ocupa na cidade.

1.1. Elementos constitutivos da segregação no Rio de Janeiro

Embora os processos segregatórios tenham, muitas vezes, por referência a idéia de fechamento e isolamento (VASCONCELLOS, 2004), a intenção neste trabalho não é utilizar este conceito a partir deste campo de abordagem, reconhecendo outras formas possíveis de sua manifestação. Não é possível identificar processos segregatórios caracterizados pelo fechamento e isolamento no Brasil Apesar disso, não se pode dizer que não exista segregação neste país. Meu argumento é que os processos segregatórios sustentam-se pela permeabilidade e porosidade, havendo, por isso, um misto

de elementos constitutivos de nossa conformação sócio-cultural estruturado em torno do paradigma da "cordialidade" (HOLANDA, 1995), da "distinção" (BOURDIEU, 2008) e do "constrangimento", argumento que buscarei sustentar ao longo deste e dos próximos três capítulos.

Muito disso encontra um lugar singular de realização no Rio de Janeiro, onde seu sítio e seu processo histórico ajudaram a compor um mosaico resultante da mescla entre suas limitações físicas e uma grande diversidade de tipos que marcaram a sociedade carioca desde o Período Colonial. O papel ocupado pelo Rio, inicialmente como importante área de defesa, passando a entreposto comercial e de escoamento de todo o ouro das Gerais, até chegar à condição de capital do Império e do Brasil, fez com que sua constituição sócio-espacial refletisse uma composição social mista em um espaço restrito, delimitado por montanhas, pântanos e o mar.

No Período Colonial, por exemplo, a cidade ainda mantinha uma distribuição bastante heterogênea de sua população, não havendo um claro delineamento dos locais de moradia, muito em particular, por razões físicas, uma vez que o sítio da cidade e a falta de meios de transporte dificultavam a mobilidade espacial na cidade. Por outro lado, o fato do Rio de Janeiro ter tido um caráter estratégico na defesa do território colonial e para o escoamento do ouro das Gerais, a modelagem do espaço da cidade atendeu a essas duas demandas estratégicas (FERNANDES, 2003), fato que a meu ver teve muito pouca influência na conformação de espaços segregados àquele período.

Como em boa parte de sua história a cidade esteve limitada por funções de defesa e escoamento, e delimitada por áreas pantanosas, recortes irregulares na área costeira e muitos morros, sua ocupação ficou restrita ao centro e áreas adjacentes (ABREU, 1988). A inexistência de serviços de transporte dificultava a mobilidade espacial, fazendo com que diferentes grupos e classes sociais ocupassem uma área muito restrita. Isso facilitou, por longa data, uma convivência mais próxima entre grupos de diferentes estratos sociais, étnicos e culturais, tratando-se, pois, de uma época em que

"brancos e negros, ricos e pobres podiam coexistir em relativa proximidade física, quando o sistema socioeconômico-cultural

permitia uma certa 'tranqüilidade hierárquica', isto é, um consenso quanto às linhas de diferenças entre as etnias e as situações de classe" (SODRÉ, 2002: 46).

Segundo ABREU (1988), somente a partir da década de 1870 — momento em que se cria a primeira linha de carris e quando aumenta o número de trens suburbanos da Estrada de Ferro D. Pedro II -, é que se começa a delinear uma espacialização da segmentação social na cidade, com a ocupação, pelos setores mais abastados, dos lugares servidos pelo caro e elitizado transporte de carris e bondes. Trata-se, portanto, de um momento chave, como assinala ABREU (1988), uma vez que os dois elementos impulsionadores da expansão na cidade passam a atuar sincronicamente. Assim, delineia-se na cidade uma gradativa diferenciação entre espaços de moradia dos mais abastados — que eram servidos pelas linhas de carris e bondes, que seguiam em direção à Zona Sul -, e espaços de moradia dos menos abastados, notadamente o subúrbio, seguindo a trilha do trem, em direção à Zona Norte, para onde se dirigiam os "usos sujos", a exemplos das indústrias, e as classes menos privilegiadas (ABREU, 1988).

O fato dessas mudanças se operarem de maneira mais forte somente a partir dos anos de 1870, contudo, não significa dizer que a chegada da Família Real, em 1808, não implicou de imediato, em um processo de distinção e estratificação sócio-espacial. Casarões e outras construções de maior envergadura passaram a ocupar um lugar central em uma cidade que, literalmente, do dia para a noite, se tornara imperial. Ao serem "tomadas emprestadas" pela Coroa para uso da corte, aquelas propriedades funcionariam como "moeda de troca" no jogo das relações de interesse financeiro, político e principalmente de prestígio social. Os "favores", uma vez retribuídos pela Coroa, reforçaram o peso das elites locais no processo de aquisição de status social e intensificaram disparidades *sociais* que, ao longo do tempo, se conformariam em disparidades *espaciais*. Nos anos de 1820, como observa ABREU (1988), já havia uma tênue diferenciação social entre algumas freguesias urbanas, contribuindo para o delineamento de áreas nobres, tais como as freguesias de Candelária e São José, ou ainda chácaras

ao sul da cidade, em direção à Botafogo, onde morava a rainha Carlota Joaquina (ABREU, 1988).

Pode-se dizer que com a chegada da Família Real e a conseqüente produção de novos espaços elitizados, inicia-se um processo de estratificação na distribuição da população na cidade, acentuando processos sociais que passam a ganhar forma e lugar no espaço. Processos distintivos, caracterizados especialmente pela fachada da moradia como meio de expressão do status social (e que eram muito comuns em uma época em que não havia um delineamento possível entre espaços de moradia de ricos e pobres), começam, nesta época, a se espacializar na cidade, mas ainda de forma bastante incipiente, especialmente em função daqueles limites ligados aos meios de transporte e ao sítio urbano. Este processo, todavia, adquire força maior a partir do período da República, quando a presença do capital estrangeiro, sobretudo inglês, passa a modelar o espaço urbano, superando as barreiras físicas e intensificando suas contradições (ABREU, 1988).

Ao longo deste período, pode-se afirmar que algumas áreas já se constituíam como espaços de moradia de grupos em condição socialmente inferior, a exemplo das freguesias da Gamboa e Santo Cristo (ABREU, 1986) e ainda os quilombos urbanos (CAMPOS, 2005) e os terreiros de candomblé (SODRÉ, 2002). Estes dois últimos, em sua origem, constituíam núcleos de resistência e de afirmação de uma identidade e de um conjunto de práticas culturais e expressões religiosas que em seu processo de territorialização adquiriram um sentido singular em relação ao conjunto da cidade. Estas formas sofreram uma importante resignificação na República, quando os princípios liberais e igualitários ameaçavam o antigo consenso quanto a hierarquia social do período colonial (SODRÉ, 2002).

Embora esse processo de segregação tenha produzido e reforçado a formação dos espaços dos negros e dos pobres — a exemplo da Praça XI, no centro do Rio, reduto de negros e baianos -, não houve um isolamento destes do restante da cidade. Na realidade, produziram-se territórios que mantinham uma profunda relação com a cidade, não reproduzindo o modelo clássico da segregação, mas capazes de produzir uma permeabilidade herdeira das relações coloniais, onde, como afirmou SODRÉ (2002), os esquemas

hierárquicos eram marcados por uma dinâmica social e cultural própria, capaz de permitir a convivência entre negros e brancos, pobres e ricos, em um mesmo espaço.

A Praça XI, que segundo ROCHA (1995) era "uma comunidade quase que fechada dentro de uma cidade em transformação", constituía um ambiente acolhedor e propício às praticas sociais e culturais dos pobres, especialmente negros e baianos, tendo sido o berço do samba no Rio de Janeiro. Na realidade, mais do que a Praça XI, toda a região que abrangia a zona portuária, os bairros da Saúde e Gamboa, constituía uma "Pequena África", nas palavras do sambista Heitor dos Prazeres, que apesar disso, mantinha muitas relações com a cidade, a começar pela culinária das baianas, "conhecidas em toda a cidade", e os homens, que buscavam trabalho na zona portuária, biscates e toda ordem ofícios aprendidos em casa, como lustrador de móveis e marcenaria. João da Baiana, famoso sambista da época, também muito conhecido por suas práticas religiosas, recebia em seu terreiro, localizado na Praça XI, personalidades da época, como Pinheiro Machado, Paulo de Frontin, Irineu Machado e Lopes Trovão.

Na verdade, como bem coloca CARVALHO (2002: 41), "na Pequena África da Saúde, a cultura dos negros muçulmanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os ranchos carnavalescos e inventando o samba moderno", o que representava um processo gradativo de incorporação de elementos da cultura popular à cultura das elites da cidade, elemento esse que contribuiria para a constituição de uma primeira identidade coletiva da cidade, "materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol" (CARVALHO, 2002: 41).

Há que se considerar que a constituição da República não foi capaz de agregar os setores populares da cidade, especialmente os negros, que recém libertos pela Monarquia, ainda festejavam os feitos de Princesa Isabel e D. Pedro II. Essa dificuldade de adesão implicou em um acirramento das diferenças entre as elites e os setores populares no plano das idéias e dos valores (CARVALHO, 2002), em que pese o desejo dos republicanos em obter apoio popular. A perseguição contra os capoeiras, os bicheiros e os cortiços, empreendida pelos republicanos são uma evidência de um processo crescente

de "prevenção republicana contra os pobres" (CARVALHO, 2002: 30), e revelam processos de exclusão e segregação que iriam se acirrar nos anos seguintes. Todavia, os processos segregatórios que se processariam a partir das intervenções estatais no contexto da República e de uma elitização crescente da cidade, não foram capazes de criar territórios impermeáveis. Ao contrário, havia uma permeabilidade que permitia a existência de potenciais canais de comunicação e interação com o restante da cidade, especialmente pelo canal do mundo do trabalho e da cultura popular, cujo exemplo mais notório era a "Pequena África".

Essa "herança", que estrutura-se no princípio da cordialidade (HOLANDA, 1995), teve lugar em uma sociedade onde os mecanismos de controle social e de demarcação de fronteiras é definido não apenas pelo espaço de moradia, mas também pelas formas de relacionamento centradas na distinção e no constrangimento, como atestam HOLANDA (1995) e FREYRE (2003). As relações cordiais, que se aplicam aos pobres em geral e aos negros em particular, baseiam-se em códigos corpóreos e simbólicos, que encontram um lugar social na máxima "você sabe com quem está falando?" (DAMATTA, 1994). Não se trata de subserviência ou "bondade". A cordialidade situa-se no plano da negação a convenções ou formalismos nas relações sociais, implicando uma intimidade ou informalidade entre desiguais, em que os lugares sociais se definem pelos códigos emitidos pelo corpo, pelos hábitos e pelos gestos, que estabelecem as fronteiras que delimitam o lugar de cada um na sociedade. Com efeito, pode-se falar de uma estética que configura o lugar social dos sujeitos, segundo a qual valores, padrões e gostos demarcam lugares e estabelecem barreiras simbólicas que permeiam as relações, definindo fronteiras e níveis de pertencimento.

É interessante notar, como revela o estudo de PECHMAN (2003), que a chegada da Corte ao Brasil implicou em uma reformulação das formas até então instituídas de controle social e punição. O processo de *estetização do cotidiano*, com efeito, tratou de uma ordem minuciosa, que buscava regular todas as esferas da existência, de tal modo que a polidez, o asseio e o adorno, se colocam em substituição ao castigo e à expulsão. Um projeto de civilidade que é um projeto de poder e um estilo de dominação (PECHMAN, 2003: 15).

Todavia, acredito que mais do que um novo processo em curso, tratavase, também, de uma espécie de renovação dos mecanismos já enraizados presentes na ordenação social da sociedade colonial, que não foram totalmente substituídos. Assim, à introdução de novos esquemas de regulação da vida social, como é apresentado por PECHMAN (2003), formas antigas se adaptam. Na análise de PECHMAN (2003), estas mudanças se apresentam, em particular, para uma pequena burguesia em ascensão, situada entre os costumes da sociedade colonial e as novas práticas sociais e de sociabilidade introduzidas pela sociedade de corte, com a chegada da Família Real. Ilustração disto é trazida por Pechman a partir da leitura do clássico literário "Memórias de um sargento de milícias", de Manuel Antônio de Almeida. Neste romance. Almeida apresenta a sobreposição de dois comportamentais, que em linhas gerais, sugerem uma dinâmica entre dois pólos, entre a "civilização e a barbárie", entre "ordem e desordem". Com efeito, trata-se de um contexto caracterizado pela conformação de uma "estética da aparência" (PECHMAN, 2003), segundo a qual a burguesia carioca vivia. Nas palavras do autor:

"... Manuel Antônio de Almeida explicita, através do comportamento irreverente dessa burguesia, o compromisso de fachada com a ordem e sua aparência, desmontando a ordem convencional e revelando que, entre ordem e desordem, o que existe é um 'arreglo' e não uma separação radical" (PECHMAN, 2003: 51).

Esta estética da aparência, vivenciada pela burguesia carioca, dividida entre um *Orbis* colonial e um *Orbis* cortesão, aos poucos assume formas mais consolidadas em torno de um comportamento urbano, o qual Gilberto FREYRE (apud. PECHMAN, 2003), caracterizaria como a sociedade urbana de sobrado, marcada pela *moderação*, em contraposição ao comportamento imoderado, fluído e híbrido do senhor de engenho.

Todavia, em que pese o fato da burguesia carioca passar por estas transformações, que definitivamente interfeririam na própria estética da cidade e na incorporação de uma idéia de ordem importada da Europa, é interessante observar que aqueles traços fluídos e híbridos das relações entre senhor e

escravo, em certa medida, parecem ter permanecido entre os grupos subalternos na cidade. Com efeito, acredito que é desse legado que se origina elementos típicos do que se conformou chamar de "malandragem carioca", ou ainda o "jeitinho brasileiro", que se colocam dentro de uma esfera de relações caracterizada pelo "jogar o jogo", pela incorporação de estratégias e táticas de sobrevivência no mundo urbano que ex-escravos e pobres brancos incorporariam na sua relação com os setores dominantes.

Assim, àquela imoderada sociabilidade do senhor de engenho, que instituía uma relação fluída, híbrida, como sugere FREYRE (2003), a meu ver, não se perdeu por completo. Elas se renovaram, introduzindo a sociabilidade do brasileiro um dado de informalidade, permissividade e uma "invasividade" às relações – inclusive entre estranhos.

Embora a sociedade urbana, em seu processo civilizatório, tenha avançado para um modelo mais formal e impessoal nas relações, o que se percebe, pelo menos no caso do Rio de Janeiro, é que esse modelo adquiriu contornos muito singulares, e que incorporou de uma maneira própria, aquele legado colonial, algo que se expressou em função de sua própria configuração espacial – mesclada, que forçava relações entre diferentes e desiguais -, e que, dialeticamente, influenciaria em sua configuração futura, com padrões de segregação dos pobres igualmente mesclados e sobrepostos a áreas mais abastadas.

A compreensão destes processos à luz da estruturação do espaço urbano e da conformação de processos segregatórios na cidade requer uma apreensão das estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espaciais, baseados na distinção, na cordialidade e no constrangimento. Estas estratégias e mecanismos, que como veremos, historicamente marcou a relação entre as favelas e outros locais de moradia dos setores populares e o restante da cidade, tiveram um papel singular no que diz respeito ao padrão segregacional produzido no Rio de Janeiro. Só assim poderemos entender como personagens de origem social tão distinta puderam se relacionar sem que essa relação produzisse qualquer dúvida sobre seu lugar na hierarquia social, ainda que tais relações fossem marcadas por proximidade, informalidade e, muitas vezes, pela intimidade.

O legado das relações sociais oriundas da colonização é um componente de nossa conformação sociocultural, segundo o qual a relação entre as classes dominantes e as classes oprimidas foi se tecendo em uma mescla de dominação/opressão e paternalismo/assistencialismo (RIBEIRO, 1995). Contudo, ainda que esses mecanismos tenham sido utilizados como forma de manutenção das estruturas vigentes e interesses dos setores dominantes, os setores populares os absorveram como forma estratégica de sobrevivência e relação com os setores dominantes, caracterizando um contexto em que o conflito não se materializa na forma de confronto direto, mas a partir de interações permeadas de simbolismo, de malandragem e do famoso "jeitinho brasileiro" (DAMATTA, 1986; 1994). Esse "jeitinho" liga-se ao modo de comportamento do "homem cordial" (HOLANDA, 1995), na medida em que este se utiliza de recursos emotivos e que misturam o público e o privado como forma de se relacionar distanciando-se do conflito imanente às relações Desta maneira, a auto-imagem incorpora o hierárquicas. resignificando-o a partir do lugar social. Por exemplo, o emprego do diminutivo (o "inho", ao final das palavras), como destaca HOLANDA (1995), ou ainda em formas menos sutis, como o "escurinho", o "pardo" ou o "marrom bom-bom", demarcam um lugar inferior na hierarquia social, evitando-se formas de autoafirmação que possam levar ao confronto. Assim, ao "contornar" o confronto, ao evitar a revolta, o "homem cordial" explicita uma relação segundo a qual o simbólico e o corpóreo adquirem centralidade, pois funcionam como mecanismos de interação e de definição dos lugares sociais. Palavras e gestos sutis, assim como expressões e olhares, postura e comportamento, permeados por objetos que conferem status e diferenciação, como bens e roupas, e ainda por referências particulares, expressas pelo gosto cultural e padrão estético, definem fronteiras, especialmente expressos pela delineação simbólica, que se reflete na materialidade das relações.

Com efeito, a configuração urbana da cidade é permeada por um conjunto de mecanismos de distinção que demarcam fronteiras que nem

¹ O "jeitinho brasileiro" constitui um recurso de indivíduos com pouco poder de influência social, que utiliza-se de meios escusos para obter favores e vantagens em benefício próprio. Assim, o "jeitinho" pode ser definido como a habilidade de "se dar bem", de ter "jogo de cintura" (DAMATTA, 1994).

sempre se materializam em formas, mas que se traduzem em comportamentos e na incorporação dos lugares sociais. Assim, a materialidade e a estética vão gradativamente delimitando e orientando a produção do espaço na cidade. Não é para menos que a produção do espaço urbano da cidade, ao mesmo tempo em que se voltou para os interesses dos setores dominantes, particularmente quanto às demandas do capital, também incorporou aqueles elementos interacionais herdados de nossa conformação sociocultural, traços que apesar da modernização e da urbanização, constituem um legado de nossa herança colonial e patriarcal (HOLANDA, 1995). Os mecanismos de distinção e contenção social ganham relevo, já que a "cordialidade" (HOLANDA, 1995) se mantém como um traço definidor das interações sociais, sendo de grande relevo para entendermos a construção dos "mecanismos de constrangimento".

Com base nisso, defendo o argumento de que as representações sociais configuram um importante elemento da análise dos processos segregatórios permeados pelo constrangimento e pela distinção social, que devem ser compreendido a partir do paradigma da estética da aparência. Essas representações sociais, construídas tanto em torno dos setores populares como em relação aos seus espaços de moradia, adquirem peso na análise de sua condição no espaço urbano, uma vez que buscam expressar uma utopia urbana conservadora e um processo de distinção sócio-espacial caracterizado pelo desejo de inferiorização do outro, identificado como um problema a ser eliminado ou, pelo menos, isolado e, logo, controlado, delimitado, circunscrito. As representações sociais são capazes de produzir comportamentos e atitudes baseados em crenças que irão instaurar ou manter práticas sociais determinadas (MINAYO, 2003) e que por esta razão, podem constituir um fator de reprodução das disparidades sociais quando atuam no reforço das estigmatizações e nas formas de interação social decorrentes da "cordialidade".

Como já sinalizei, no processo de formação sócio-espacial do Rio de Janeiro, a convivência entre ricos e pobres no espaço urbano é marcada por uma paisagem de contradições sócio-econômicas e culturais. Para PESAVENTO (2002), a especificidade e a perversidade das condições de realização do capitalismo no Brasil que configuram este processo

"dão margem a um contexto em que as representações assumem, de direito e de fato, preeminência sobre o real. O peso do simbólico sobrepõese à realidade: o parecer tem efeito de ser e, como tal, é julgado e avaliado. A credibilidade do imaginário se impõe, mesmo que as condições concretas de existência neguem os discursos e as imagens que sobre a realidade se produzem. A aparência e a fachada têm alta significação e o detalhe é tomado pelo conjunto" (PESAVENTO, 2002: 160).

Assim, a formação de espaços favelizados no Rio de Janeiro foi atravessada por um duplo processo de distinção no espaço urbano. Por um lado, representou a afirmação da favela como espaço de moradia e de lutas da população pobre e, enquanto tal, valorizado por eles como espaço de referência. Daí a importância das práticas culturais e sociais que nasceram nesses espaços ajudando a conformar uma identidade singular às favelas no conjunto da cidade. Por outro lado, esse processo de segregação representou a referenciação da favela como espaço estigmatizado pelos setores que, desejosos de uma cidade limpa e ordenada, vêem as favelas como principais obstáculos aos seus anseios.

Desta forma, o processo de afirmação de uma identidade urbana do Rio de Janeiro se revela pelo "caráter de classe que marca a consolidação das elites: a sua excludência, assinalada pela negação do outro" (PESAVENTO, 2002: 170). Pode-se ilustrar tal processo a partir de uma crônica de Olavo Bilac, onde se revela o reconhecimento e ao mesmo tempo a repugnância aos contrastes urbanos do Rio de Janeiro em processo de remodelação e modernização urbana:

"[...] e naquele amplo boulevard, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbados urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbária – era uma idade selvagem que voltava, como uma alma de outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade civilizada." (BILAC, 1906 apud PESAVENTO, 2002: 186)

Desta forma, os setores populares e, por conseguinte, seus espaços de moradia foram sendo tomados como obstáculos ao intento civilizatório. Todavia, expulsá-los da cidade não seria útil, pois, desse modo, não poderiam cumprir funções subalternas, necessárias em um contexto social e cultural em

que as elites - ainda sob a sombra de um país escravagista -, demandava mão-de-obra barata para a realização das tarefas domésticas e outras atividades consideradas inferiores. Com efeito, manter uma população pobre na cidade era uma forma de assegurar a presença de pessoas dispostas a realizar tais trabalhos. Todavia, o preço a ser pago representava a convivência com grupos sociais considerados socialmente inferiores em uma cidade que oferecia poucas opções de moradia para aqueles que necessitavam estar próximos ao local de trabalho. A proximidade física – dada pelo mundo do trabalho e pela presença dos "párias" na urbe, teve como saída o acirramento de processos de distanciamento social, com uma demarcação mais forte dos lugares sociais através de processos de distinção social e produção de constrangimentos. Igualmente, a negativização do outro - o diferente e desigual - rapidamente foi transmitida aos seus espaços de moradia, reincorporando a significação da senzala e do quilombo no mundo escravagista, ou seja, de lugar que cabe aos "párias" e de lugar que representa o que há de pior e execrável de seu universo social e cultural. Assim, o cortiço, a favela e a periferia adquirem conotação negativa, herdando de seus moradores um lugar distinto no espaço urbano. Essa é a base que vai sustentar as práticas do Estado em sua luta contra a "barbárie" e "selvageria".

Ao classificar os espaços de habitação popular como espaços carregados de conotações negativas, os setores dominantes desejam, de um lado, justificar ações que tenham por objetivo a eliminação destes e, de outro, ações que, uma vez voltadas para seus moradores, tenham o papel de exercer controle social sobre eles. PECHMAN (2002) acredita que ao longo do processo de incorporação de uma civilidade à ordem colonial, iniciada com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, instaura-se um processo de constituição de pólos antitéticos, do estabelecimento entre o bem e o mal. Cita os folhetins como importantes instrumentos para isso, já que tiveram o papel de descobrir os "selvagens" da cidade ou, em outros termos, as "classes perigosas", sobre as quais deveria incidir a ação civilizatória. Tal estratégia, cuja origem, no Brasil, remonta ao século XIX, construiu-se em torno da ruptura com a punição severa, característica das Ordenações Filipinas, e na elaboração de uma nova concepção de *ordem*, fundada na idéia de *contenção*.

A contenção, no entender de PECHMAN (2003) baseia-se, sobretudo, nas formas, o que significa dizer que é no plano simbólico que passa a se estabelecer o controle social. Neste sentido, o cotidiano estetizado passa a regular a vida social na instituição de uma ordem urbana e a idéia de uma "disfunção" urbana surge como um problema a ser resolvido dentro de um plano ordenador e estético da cidade. A intervenção urbanística, neste sentido, apresenta-se como uma técnica dos controles produzidos por tal "disfunção", e o urbanismo, na resolução das disfunções urbanas, elabora uma "patologia do espaço", e intervém no sentido de sua normatização (PECHMAN, 2003).

Acredito que esse processo de controle das "disfunções" na cidade remete ao processo histórico de formação das cidades em um contexto ampliado, que pode ser caracterizado pela tensão entre a aglomeração e seu controle, entre a heterogeneidade social, cultural e étnica e o desejo de sua homogeneização (TUAN, 2005). Como afirma TUAN (2005), apesar dos esforços de muitos governantes ao longo dos tempos em ordenar as cidades, a formação aglomerações heterogêneas, livre do controle dos governos, vivendo à margem dos centros urbanos ordenados e controlados, constituíam uma ameaça à ordem social. "Por mais que a cidade tenha mudado com o correr do tempo", afirma TUAN (2005: 233), "o conflito persiste entre o desejo por uma ordem socioestética imposta e a realidade das massas vivendo em um mundo dinâmico, mas confuso". Por esta razão, a presença de grupos estranhos, diferentes dos locais, forasteiros, por assim dizer, sempre foi uma ameaça constante aos anseios por uma sociedade harmônica, ordenada, onde o familiar, o previsível e o moral e esteticamente aceitável eram base da sensação de segurança e do sistema de confiança estabelecido entre as pessoas.

Essa também é uma questão trazida por Michel Foucault, que destaca esta ordem de problemas dentro de um contexto sócio-histórico singular. Segundo Foucault, a formação de uma sociedade marcada pelo liberalismo teve como conseqüência a instauração de uma cultura política do perigo e do medo, que seria o correlato psicológico e cultural do liberalismo (FOUCAULT, 2008b: 90-91). Neste contexto, ao mesmo tempo em que se estimula a liberdade, como um elemento central em uma sociedade liberal, se criam

formas de controle e intervenção que funcionam como garantia dessa liberdade. Nas cidades, o problema das aglomerações e o receio da revolta são fatores de estímulo à instituição de mecanismos de controle social que atravessaram a ordenação urbana (FOUCAULT: 2008a).

Na Europa, um continente marcado por guerras e invasões, onde, inclusive, houve um fechamento das sociedades em feudos por muitos séculos como forma de proteção aos perigos do mundo externo, a experiência da vida urbana nas cidades mercantis e, posteriormente, nas cidades capitalistas, seria marcada pela constante desconfiança do outro e a dificuldade de mistura e assimilação cultural. Na época das grandes navegações, a chegada à América teria sido assinalada, no entender de BATISTA (2003), também por esse sentimento de desconfiança e aversão ao outro. Com efeito, produziu-se uma lógica do extermínio e da purificação com o intuito de se impor um modelo civilizatório eurocêntrico.²

Esses processos de controle social dos grupos indesejáveis, atravessado por medidas de ordenação do espaço urbano e de demarcação de fronteiras físicas e simbólicas, configuram o que eu chamaria de *estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial*. Trata-se da instituição de formas de controle social e de ordenação do espaço orientadas a partir de estratégias que estruturam um conjunto de intervenções e interdições que incidem direta ou indiretamente sobre determinados grupos, sendo estes, em geral, os grupos estigmatizados identificados como ameaça à ordem social e espacial desejada. Estas intervenções e interdições podem ser lidas a partir de mecanismos que vão sendo adotados, ao longo da história, e que configuram técnicas de exercício do poder disciplinar (FOUCAULT, 1999a) e de instituição de procedimentos de segurança (FOUCAULT, 2008a) e controle das populações. Mas não se trata apenas de técnicas no sentido de procedimentos sistemáticos com uma intencionalidade explícita. Trata-se, também, de ações que nem sempre adquirem uma forma regular ou sistemática, mas sim difusa, e

-

² Em outro estudo (FERNANDES, 2003), pude identificar esse processo de extermínio e imposição de uma ordem cultural, religiosa e estética própria nos aldeamentos jesuíticos, onde um processo de aculturação e de instauração de uma ordem cristã constituíram as bases do processo de conquista do território por meio da conquista das almas. Esse legado histórico se reproduziu na sociedade brasileira, onde o preconceito e a discriminação, assim como o desejo de imposição de uma estética branca e européia permearam a relação com negros e índios e, de uma maneira geral, com os pobres.

que se organizam em torno de elementos simbólicos que afetam comportamentos. Neste sentido, as estratégias se colocam em uma escala ampliada, que estrutura ações mais pontuais, que são os mecanismos. Esta distinção é importante porque, como veremos mais à frente, são as estratégias que incorporam a representação social, que assimilam o estigma, conferindo aos procedimentos de controle e contenção sócio-espacial, uma conexão ideológica (e prática) com o olhar construído em torno dos grupos estigmatizados.

Quando me refiro a mecanismos de controle e contenção sócioespaciais, estou querendo refletir sobre a dimensão espacial que permeia a noção de controle social. Nas ciências sociais, o conceito de controle social descreve a capacidade da sociedade de se auto-regular. Esta regulação não é mantida apenas por sanções jurídicas ou sistemas formais, mas também produzida por instituições e processos sociais mais amplos (ZEDNER, 1996). Acredito que no Rio de Janeiro, em função do contexto sócio-espacial da cidade, essas instituições e processos sociais se estabelecem a partir de mecanismos de coerção, de distinção social e constrangimento, impondo ainda, barreiras de ordem física e simbólica com o intuito de circunscrever os grupos indesejados.

"Controle e contenção sócio-espacial" foi a expressão que encontrei para dar conta da materialização daqueles mecanismos, uma vez que eles incidem sobre indivíduos e grupos no e a partir do espaço. O controle remete a uma dimensão mais material dos mecanismos de exercício do poder, sendo, portanto, a expressão dos procedimentos ligados à instauração de fronteiras físicas, de barreiras e proibições do acesso. Ele liga-se, diretamente, à idéia de guarita, grade, obstáculo e, em um sentido mais dinâmico, à mobilidade espacial. Se a mobilidade espacial é afetada, trata-se de uma forma de controle. A contenção, por sua vez, remete a uma dimensão imaterial dos mecanismos de exercício de poder, e liga-se aos procedimentos ligados à instauração de fronteiras simbólicas e a produção de constrangimentos, ao invés de proibições.³ O constrangimento não implica em proibição, mas pode

-

³ O colega Rogério Haesbaert, também geógrafo, vem desenvolvendo uma noção semelhante a esta que emprego de "contenção". Suas idéias dialogam de maneira bastante próxima às que desenvolvo aqui, em que pese a base empírica diferenciada. No contexto em que o emprega, HAESBAERT (2008, 2009) – que

produzir inibição do acesso, especialmente se este acesso é dado por valores no plano estético e comportamental. Com isso, a contenção liga-se à idéia de vigilância, norma e, em sentido dinâmico, à idéia de acessibilidade. A acessibilidade, com isso, diz respeito ao conjunto de interdições no plano simbólico que afetam o uso e apropriação de um espaço por um indivíduo ou grupo. Assim, um indivíduo pode ter mobilidade, mas pode não ter acessibilidade. Ele pode não ter nenhuma barreira física impedindo-o de chegar aos lugares, mas está envolto em um conjunto de barreiras simbólicas que produzem constrangimentos e que inibem que ele efetivamente se utilize e se aproprie de um determinado ambiente. Em outras palavras, ele pode não se sentir à vontade e, por isso, me referi à idéia de "espaços de constrangimento".

Os espaços de constrangimento não são necessariamente (e idealmente é melhor que não sejam) caracterizados por barreiras físicas. Não existe, aparentemente, nenhum obstáculo ao seu acesso. Eles se apresentam, para todos, como algo supostamente aberto, público, acessível. Todavia, não o são. Eles são caracterizados por um conjunto de normas, estéticas e expectativas de comportamento que definem a quem se destinam e quem não são bemvindos ali. Eles dizem por si mesmos e tendem a reforçar, nos grupos indesejados, o sentimento misto de rejeição, incômodo e não pertencimento. Com isso, são espaços pseudo-públicos e pseudo-abertos.

Como será desenvolvido ao longo dos capítulos 3 e 4, os "espaços de constrangimento" são caracterizados por uma estética e formas de funcionamento que definem uma intencionalidade de um determinado grupo social. Eles são a expressão de um determinado modelo de produção do espaço cuja forma e função servem, do ponto de vista simbólico, como mecanismos de distinção. Assim, conformam-se espaços que são, ao mesmo tempo, uma marca social, cultural e simbólica, de afirmação de uma estética e ordem singulares a um grupo e indispensáveis ao seu projeto de produção do espaço, como também um fator de imposição simbólica capaz de gerar constrangimento àqueles que não partilham dos mesmos valores e padrões

também se apóia nos estudos de Foucault sobre a biopolítica e a segurança, - utiliza a expressão "contenção territorial". Segundo o autor, a conformação de aglomerados humanos precarizados, onde não mais se aplica a reclusão em espaços relativamente fechados, tem colocado a contenção e a retenção como formas de controle frente à impossibilidade e/ou ao debilitamento dos mecanismos de fechamento ou "reclusão", tratando-se, metaforicamente, de um "efeito barragem" (HAESBAERT, 2008).

estéticos, assim como das referências necessárias à produção do espaço seguindo o modelo em voga.

O esforço reunido em torno da caracterização dos "espaços de constrangimento" não se volta apenas para este espaço em si, mas para os mecanismos de afirmação de modelos baseados na deturpação e degradação de outros, considerados "concorrentes" e/ou modelos inversos capazes de, uma vez bem delimitados e explorados, ajudar na sustentação do modelo defendido, definindo-se, a partir disso, pólos antitéticos. Nestes termos, a afirmação de um modelo eleito passa pela definição de um modelo a ser vencido ou superado, o que supõe que a existência de um impede, em tese, a existência plena do outro.

Na análise desses processos no contexto urbano do Rio de Janeiro, é indispensável retomar as argumentações de PECHMAN (2003) em torno da reconfiguração dos mecanismos de controle social, fundados na ruptura com as Ordenações Filipinas e na instauração de formas de contenção estruturadas em torno do simbólico e de uma estética da aparência. É neste momento de reconfiguração das formas de controle social que se estabelecem as bases para a estruturação das estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial na cidade. A idéia de "disfunção" e a adoção do urbanismo como meio de ordenação social, mediante intervenções no espaço, estabelece uma importante conexão entre a instauração de uma nova dinâmica espacial na cidade, a adoção de novos padrões estéticos na paisagem urbana e no comportamento dos setores dominantes associados à idéia de modernidade e a implementação de um saber médico-higienista na ordenação do espaço urbano. Tanto a estética moderna, quanto o saber médico-higienista, têm um papel central na estigmatização dos grupos indesejados da cidade àquela época.

Esses processos em curso na virada do século XIX para o século XX na capital federal do Brasil possuíam uma correlação profunda, em tempo e circunstancias diferenciadas, com processos semelhantes que ocorriam, naquela época (e mesmo antes), na Europa ocidental. O saber médicohigienista e a estética da *Belle Époque* configuram formas de organização dos

saberes e de configuração da sociedade e do exercício do poder que são adaptadas ao contexto social, político, cultural e espacial do Rio de Janeiro.

Portanto, um ponto de inflexão sobre as estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial que se instauram no Rio de Janeiro, tem uma correlação com as mudanças que ocorrem na Europa Ocidental na transição do Feudalismo para o Capitalismo, medidas, evidentemente, as proporções e as diferenciações que marcam a realidade do Brasil e do Rio de Janeiro com o velho continente. Naquele período, na Europa, dois processos em curso – a formação dos estados territoriais, administrativos e coloniais, e a Reforma e Contra-Reforma -, puseram em questão o problema de "como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc. Problemática geral do governo em geral" (FOUCAULT, 1984: 278). O que se acompanha a partir deste período é uma "governamentalização do Estado" FOUCUALT (1984). Com efeito, o "Estado de governo", não mais se define essencialmente pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume e densidade (FOUCAULT, 1984: 293). O processo gradativo de consolidação das fronteiras dos Estados nacionais, neste caso, contribuiu sobremaneira para que os esforços governamentais se voltassem para os problemas internos, para "o governo dos homens" (FOUCAULT, 1999b, 2008a; 2008b). Como afirma FOUCAULT (1984: 293), "este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança".

O processo de "governamentalização do Estado" foi acompanhado da instituição gradativa de um conjunto de saberes sobre a população, dispersos em instituições que tinham por principal característica a disciplina e controle sobre os corpos como mecanismo de exercício do poder. Com o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento urbano acelerado, a necessidade cada vez maior de controle sobre o indivíduo e sua força de trabalho, passou a se estruturar em torno de instituições de poder, onde os componentes ideológicos se materializaram em formas que mesclaram o poder sobre a mente ao poder sobre o corpo. FOUCAULT (1984, 1999a) chama a atenção para essa passagem que se opera a partir de instituições como a

prisão, o manicômio, a escola e o hospital. Todavia, essas instituições são apenas uma expressão singular de um processo totalizante que o capitalismo impõe à sociedade no que concerne ao controle sobre os indivíduos.

Trata-se de uma correlação entre a mudança da concepção de Homem, advinda com o Iluminismo, e as mudanças na ordem social, política e econômica advindas com a Revolução Industrial, que induziram, pouco a pouco, uma mudança de escala nas relações de poder, cuja percepção do espaço enquanto recurso de exercício de poder parece ter sido fundamental. De um lado um conjunto de interdições passam a operar na escala do indivíduo em busca de seu controle, correção e sujeição a um sistema de valores e de normatizações advindos com a sociedade industrial. De outro lado, se colocava,m cada vez mais, a necessidade de controle das populações, das massas sediciosas, dos riscos que a concentração das aglomerações urbanas ofereciam. Com efeito, a questão da disciplina e da segurança se colocam gradativamente na configuração das relações de poder.

A disciplina é dada pelo controle do indivíduo, dada a partir de mecanismos que atingem diretamente seu corpo, mente e comportamento. Na escala do indivíduo, a disciplina opera na instauração de um sistema punitivo centrado no corpo cuja explicitação não se dá mais em torno do suplício e do flagelo ou morte, mas sim em seu controle, correção e sujeição.

Trata-se, assim, do *poder disciplinar*, cujo objetivo maior é adestrar para melhor aproveitar as potencialidades do corpo. A forma espacial mais explícita do poder disciplinar é o Panóptico de Bentham; uma figura arquitetural que transmite a sensação da vigilância e controle. O princípio elementar do panóptico é a idéia de que o indivíduo é vigiado a todo o momento e que qualquer ato que contrarie as regras e normas estabelecidas são susceptíveis de punição. Dessa maneira, a forma espacial conferida pela arquitetura permite o estabelecimento de novas formas de controle social, centradas não mais na punição severa, mas no controle dos corpos e de sua conseqüente correção.

Cabe considerar que as formas de controle e vigilância mencionadas por Foucault não se dão em um momento específico da história. Elas são fruto de adaptações de métodos utilizados nos mais variados ambientes e com os mais variados fins. Assim, ele nos chama a atenção para a existência de formas de

controle panópticas de maneira disseminada em diferentes lugares e com variadas intenções:

"O panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor o foi na ordem da produção. Esta invenção tem de particular o fato de ter sido utilizada em níveis inicialmente locais: escolas, casernas, hospitais. Fez-se nesses lugares a experimentação da vigilância integral. Aprendeu-se a preparar dossiês, a estabelecer notações e a classificação, a fazer a contabilidade integrativa desses dados individuais (...) E esses métodos foram, a partir de determinado momento, generalizados" (FOUCAULT, 1984: 160).

Mas se a disciplina opera na escala do indivíduo, é quanto ao fenômeno da população, das massas urbanas em particular, que Foucault observa uma nova dimensão do poder, a segurança.

O importante nesse contexto de transformações é compreender o papel da segurança como um conjunto de dispositivos de controle que operam dentro de uma dada materialidade. Como afirma FOUCAULT (2008a), ao contrário da disciplina que se coloca a partir de um espaço vazio e artificial, sendo portanto uma idealização — muito presente, por exemplo, em um conjunto de utopias dos urbanistas do século XIX ou na figura do panóptico de Bentham -, a segurança trata de maximizar os elementos positivos e minimizar os negativos, sabendo que estes nunca serão totalmente suprimidos. A segurança coloca-se, então, no plano da "gestão" ou "administração" dos problemas da cidade, na busca por soluções que visem conter e controlar as manifestações possíveis desta aglomeração, sendo, portanto, um meio de se estabelecer uma dada estabilidade à vida cotidiana e ao exercício do poder.

As reflexões de Foucault permitem pensar criticamente os modelos de urbanismo que surgem a partir do século XIX, tendo a sociedade industrial e suas mudanças no espaço urbano, como ponto de chegada, a partir do qual as mudanças no espaço urbano – propostas e materializadas -, constituem a base de reprodução das relações de poder e controle social. Neste aspecto, o nascimento da medicina social é apontado por Foucault como crucial, na medida em que

"o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política" (FOUCAULT, 1984: 80).

A medicina social se inscreve em um saber capaz de exercer um controle minucioso sobre o corpo, uma vez que atua sobre o indivíduo, mas, também, sobre o conjunto da população. Assim, no seu desenvolvimento, ela se constituirá a partir de uma *medicina do Estado*, com a configuração de aparelhos de contagem e controle populacional; de uma *medicina urbana*, dada a partir dos mecanismos de controle do corpo pelo espaço da cidade, especialmente através do controle de pragas e epidemias, muito comuns em cidades sem sistemas de esgoto e com grande dificuldade de circulação de ar e insolação; e por intermédio de uma *medicina da força de trabalho*, operada diretamente sobre os pobres, no intuito de se estabelecer uma correlação entre assistência e controle social.

Na Europa, as classes médias evitavam os pobres porque os identificavam como portadores de doenças. Sua aversão ao contato com os pobres e seus locais de moradia oscilava a depender do discurso médico. De um lado, a teoria miasmática defendia a idéia da difusão de doenças através do ambiente físico. De outro, a teoria do contágio apregoava o contágio diretamente às pessoas, sendo, neste caso, os pobres os principais transmissores em função de suas condições de higiene (TUAN, 2005). A tese defendida pelo médico norte-americano Cyrus Edson, superintendente sanitário da cidade de Nova York, em 1895, também reforça essas idéias, e sugere que o contágio é igual para todos os homens, independente se sua condição social (HOCHMAN, 2006). Com isso, ao mesmo tempo em que as autoridades públicas reconheciam a necessidade de reformas sanitárias nas cidades, se delineava uma política de contenção sócio-espacial dos pobres na cidade, que a reboque daquelas intervenções, se manifestava pelo do controle da circulação dos pobres e da circunscrição de seus locais de moradia. Seguindo esta mesma linha, FOUCAULT (1984) identifica no medo ao contágio um conjunto de medidas adotadas pelos governos a fim de isolar as áreas insalubres e suas populações. Por isso, mais do que uma medicina dos homens, dos organismos e dos corpos, a medicina urbana era uma medicina das coisas, e tinha por papel identificar e isolar amontoamentos insalubres, além de controlar os fluxos de esgotos e água potável e a distribuição das coisas na cidade, definindo, por exemplo, um lugar para os mortos, o cemitério, uma invenção do século XVIII (FOUCAULT, 1984).

Estes processos configuraram uma "bio-política" figurada na correlação entre formas e normatizações. Por esta razão, pode-se dizer que a "medicina urbana" permitiu, simultaneamente, o desenvolvimento de saberes capazes de: (i) identificar genericamente regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço urbano; (ii) controlar a circulação das coisas e pessoas na cidade; e (iii) ordenar e distribuir a coisas e pessoas na cidade.

Com isso, as intervenções urbanizadoras continham em si um projeto de gerenciamento do urbano em sua totalidade (PESAVENTO, 2002). A preocupação maior está no controle do corpo social, especialmente das massas urbanas potencialmente sediciosas, tratando-se, em outras palavras, do problema da população, com sugere FOUCAULT (2008a, 2008b). Não é por acaso que médicos sanitaristas colocam-se na vanguarda das propostas de modernização da cidade. O controle do corpo exercido pela medicina se dissemina para o "corpo social", tendo a cidade como ambiente propício à elaboração de estratégias e mecanismos de controle e contenção sócioespacial. FOUCAULT (2008a) aponta, neste contexto, quatro funções que cabiam àquele conjunto de transformações pelo qual as cidades passavam nas mãos de urbanistas e sanitaristas. A primeira, a higiene, ligava-se diretamente à preocupação com os miasmas, presentes, em particular, nas amontoações, que precisavam ser eliminadas. A segunda seria garantir o comércio interior da cidade, a circulação de mercadorias, o fluxo da economia e de tudo aquilo que gerasse riqueza, tratando-se, neste caso, de uma preocupação com as vias de circulação. A conexão dessas vias com vias externas, facilitando o fluxo de chegada e saída na cidade, era a terceira função daquelas transformações urbanas. Por fim, Foucault aponta a questão da vigilância, uma vez que

"... a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinqüentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, de maximizar a boa circulação diminuindo a má" (FOUCAULT, 2008a:24).

No Rio de Janeiro, boa parte das argumentações em torno de uma cidade "limpa e ordenada" estava referenciada no discurso médico sanitarista da época, que defendia a idéia de que as favelas e cortiços eram focos de doenças e de que a cidade precisava "respirar" através da abertura de vias mais largas e arrasamento de morros (VALLADARES, 2000). Foram os médicos sanitaristas, por exemplo, que definiram a praia como um lugar ameno e favorável à saúde, o que produziu uma valorização abrupta de áreas até então pouco valorizadas pela sociedade e o mercado imobiliário (SILVA, 2000). Essas idéias sustentaram não apenas a derrubada de vários cortiços como também uma ampla reforma na cidade promovida por Pereira Passos no início do século XX, como veremos mais adiante, assim como outros planos de intervenção urbanística na cidade, que desde então passaram a referenciar a favela negativamente também do ponto de vista sanitário, algo que curiosamente perdura ainda hoje, em que pese o fato de que boa parte das favelas cariocas não tenha mais problemas graves de saneamento, como as conhecidas "valas negras".

Na década final do século XIX, momento em que a República emerge no cenário político brasileiro, as autoridades públicas, seguindo os anseios das classes mais abastadas, empreendem um conjunto de ações voltadas para a modernização da cidade. Buscando eliminar as marcas do passado colonial e inaugurar uma cidade em sintonia com a Modernidade, foram derrubadas centenas de edificações – dentre elas muitos cortiços -, abertas grandes avenidas, arrasados morros e construídos novos prédios e praças públicas, revelando o espírito moderno e republicano da capital federal.

13 b. Alv. Rio. Branco.
Rio Branco.

Figura 1.1. A *Belle Époque* no Rio de Janeiro do início do século XX: a Avenida Rio Branco

Fonte: Acervo do Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro. Foto de Augusto Malta, s/d.

Trata-se do momento em que a forma urbana do Rio de Janeiro é modificada radicalmente, incorporando novos valores e novas funcionalidades à cidade. Como afirma ABREU (1988), "até então o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, São Bento, de Santo Antônio e da Conceição" (ABREU, 1988: 35). Isso, somado a falta de meios de transporte coletivo e às necessidades de defesa, afirma o geógrafo, fazia com que todos morassem relativamente próximos, independente de sua condição social. A elite local diferenciava-se do restante da população mais pela aparência de suas residências do que pela sua localização. Este fator, a meu ver, é um elemento importante para se pensar a relação simbólica que foi se tecendo entre a elite e os setores menos abastados da sociedade carioca. Esta teve que desenvolver estratégias de distinção social que levassem em conta a proximidade e a inevitável convivência nos espaços da cidade com os párias

da sociedade – especialmente os negros, bem como outros trabalhadores pobres.

Nesse cenário, emerge um discurso voltado para a negativização dos espaços de moradia dos pobres, primeiramente os cortiços e, em um segundo momento, as favelas, que passam a ocupar um lugar de destaque no debate público da época. Este período marca não apenas a formação das primeiras favelas, como também sua afirmação no cenário urbano. Por esta razão, também é o período em que se constroem as bases ideológicas dos discursos sobre as favelas que passaria a marcar, ao longo de sua história, a relação da cidade com estes espaços e, em particular, sua relação com o Poder Público.

Nos subitens a seguir farei uma análise global do processo sóciohistórico de construção da representação social da favela na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objetivo situar os fundamentos da representação que sustenta a "atualização" do "mito da marginalidade" ao longo dos anos 80 e 90 do século passado. Igualmente, essa análise permitirá um aprofundamento sobre os mecanismos de controle e contenção sócio-espacial na cidade, que figuraram em diferentes formatos, de acordo com os elementos predominantes que marcaram as representações das favelas por período histórico.⁴

1.2. A construção da representação social da favela no Rio de Janeiro

A derrubada do famoso cortiço "Cabeça de Porco" assinala um momento grande importância para a história urbana do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao lugar da moradia dos pobres no debate público. Arrasado em 1893, sob a gestão do prefeito Barata Ribeiro, o Cabeça de Porco tornou-se símbolo de um modelo urbano que tinha como pilares a higiene, a ordem e a

⁴ Do ponto de vista da análise aqui empreendida, cabe considerar que o biopoder, enquanto resposta ao problema da população – como sugere FOUCAULT (2008a, 2008b) -, se coloca em relação às favelas do Rio naquele conjunto de interdições e intervenções empreendidas pelas autoridades públicas e por

nio flaquete conjunto de interdições e intervenções empreendidas pelas autoridades públicas e por instituições privadas, como a Igreja e as ONGs. Isso, que do ponto de vista histórico oscillou entre políticas populistas e a demagogia civilizatória que cercava as políticas de remoções, se coloca entre os anos 80 e 90 em uma perspectiva nova, referenciada na "atualização" do "mito da marginalidade". Com efeito, o que se percebe é um peso cada vez maior das intervenções no campo da segurança e do controle social e que dialogam, de uma maneira mais explícita com a noção de segurança desenvolvida por Foucault.

modernidade – fundamentos do urbanismo da época, que sofreu forte influência de médicos higienistas e engenheiros. Para eles, o meio era fonte de doenças, moléstias e afetava o estado moral dos homens.

Figura 1.2. A derrubada do Cabeça de Porco é exibida como símbolo de uma conquista para a cidade



Fonte: Revista Illustrada, nº 656, Fevereiro de 1893 apud. ABREU (1988: 51).

De acordo com VAZ (1986), o Cabeça de Porco consagrara-se como símbolo das habitações coletivas muito embora não representasse o conjunto daquelas habitações em termos de tamanho e forma. Todavia, enquanto objeto da representação social, o Cabeça de Porco "se constituía num exemplar que concentrava todos os aspectos negativos, todos os vícios e defeitos que se procurava eliminar na habitação" (VAZ, 1986: 29).⁵

Os cortiços, que na virada do século XIX para o século XX constituíam um grande problema de saúde pública aos olhos das autoridades, não eram vistos apenas como espaços insalubres, mas também como ambientes propícios à degradação moral daqueles que ali viviam. Como ilustra Aluísio de AZEVEDO (2002) em seu famoso romance, "O Cortiço":

"(...) naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer um mundo, uma coisa viva, uma geração que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco" (AZEVEDO, 2002: 27).

Esta concepção, de forte determinismo social, é reveladora de como aos olhos da época se construiu uma noção que influenciaria daí por diante a percepção sobre os espaços de moradia dos pobres. Sob influência da concepção naturalista de sociedade, o texto sugere que estes lugares seriam propícios à formação de tipos degradados e marginalizados devido às condições de *miséria*, de *insalubridade* e de *promiscuidade*. E assim, no final do século XIX, quando o Rio se torna um grande canteiro de obras, com inúmeras demolições, a batalha contra a insalubridade também se revela em uma batalha contra o atraso, a desordem e a barbárie, identificados, em particular, nos espaços de moradia dos pobres.

-

⁵ De acordo com VAZ (1986), o cortiço enquanto propriedade imobiliária era intocado. Não havia leis que permitissem a derrubada dos cortiços pelas autoridades públicas, tendo sido o Cabeça de Porco, o único cortiço na história do Rio de Janeiro derrubado pelo Poder Público. O desrespeito aos limites que a propriedade privada impunha às ações dos órgãos de higiene renderam processos contra a prefeitura, o que inibiu novas ações deste tipo (VAZ, 1986). Somente na administração Pereira Passos, sob uma legislação que permitiria a desapropriação de imóveis, é que ocorre uma grande derrubada de cortiços, não mais por imposição da política de erradicação de cortiços, mas sim da renovação urbana (VAZ, 1986).

Figura 1.3. Ilustração publicada em 1896 ilustrando a barbárie e a insalubridade no Rio. Em detalhe, as capitais Montevidéu e Buenos Aires a caráter, deixando a entender a inferioridade do Rio diante das rivais.



Fonte: Don Quixote, nº 69, 08/08/1896 apud. ABREU, 1988: 61.

Essa inspiração, de fundo naturalista, concebia a cidade como um organismo vivo, e percebia nas habitações insalubres e nos becos sombrios e úmidos da cidade, a origem dos problemas de saúde na cidade. Essa medicina urbana (FOUCAULT, 1984) é que vai conferir espacialidade aos mecanismos de contenção social que se instaura no Rio de Janeiro ao longo do século XIX (PECHMAN, 2002).

Para ABREU (1986), os projetos de melhoramentos urbanos do Rio de Janeiro, apresentados ao longo das últimas décadas do século XIX, tinham como justificativa não apenas o embelezamento da cidade e a melhoria de suas comunicações internas, como também a melhoria de seu policiamento. Deve-se considerar que a presença cada vez maior de pobres, de composição variada (ex-escravos, imigrantes europeus, árabes, ciganos, baianos e brancos pobres) revelava-se incompatível e inaceitável para os ideais de modernização

da cidade (ROCHA, 1995). A "explosividade potencial do centro da cidade", especialmente pela existência de ruas estreitas e de uma perigosa proximidade destes pobres dos espaços de moradia dos mais abastados, tornava imperativo o controle do espaço central da cidade (ABREU, 1986).

Como afirma BRETAS (1997), quanto aos pobres da cidade,

"(...) Expulsá-los de suas moradias não era o suficiente: urgia livrar o centro da capital do espetáculo de sua miséria. Mas eles não podiam ser eliminados pura e simplesmente, pois forneciam a mão-de-obra barata indispensável à elite. Nesses primeiros anos de reforma urbana, o papel da polícia cresceu consideravelmente, a fim de controlar essa massa de trabalhadores pobres" (BRETAS, 1997: 21).

Foi nestes termos que a Reforma Passos promoveu não apenas uma verdadeira "limpeza" do centro da cidade, como também promoveu uma mudança na forma de controle e contenção dos setores mais pobres, passando-se da "forma da habitação" ao "espaço da habitação" (ABREU, 1986). Não seria mais sobre a habitação em si que o controle e o "policiamento" (em todos os seus sentidos) se dariam. Com a reforma urbana e seus desdobramentos, dos quais se incluem o aumento dos fluxos populacionais para os subúrbios - acompanhando a expansão da linha férrea -, e áreas periféricas mais próximas do centro (ABREU, 1986 e 1988; ROCHA, 1995), a localização da moradia assume um papel preponderante no controle dos pobres na cidade. Com isso, configura-se uma delimitação mais clara entre ricos e pobres, delineando-se a segregação e distinção na cidade ao mesmo tempo em que a polícia estrutura-se como órgão de controle social (BRETAS, 1997), afirmando-se de maneira oficiosa, a criminalização dos pobres, especialmente no que diz respeito a sua mobilidade na cidade, em particular no centro e nas áreas de moradia dos setores mais abastados.

Tem-se então um cenário marcado por mudanças profundas na forma e organização do espaço urbano, em que mecanismos e estratégias de controle e contenção sócio-espacial se reconfiguram, lançando sobre os traços herdados do período colonial e do patriarcalismo, novos mecanismos de ordem institucional e impessoal, tais como a dinâmica imposta pela separação entre local de trabalho e local de moradia e o papel da polícia como órgão de

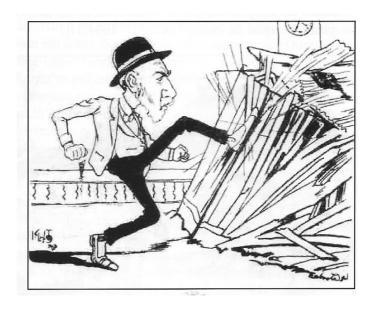
controle. Trata-se de um momento crucial da história urbana do Rio de Janeiro, já que as relações entre ricos e pobres não apenas se reconfiguram espaçotemporalmente, como se instauram novos mecanismos que gradualmente vão impondo uma série de restrições à presença dos setores populares na cidade, definindo-lhes lugares — os subúrbios e as favelas -, e impondo-lhes constrangimentos de ordem simbólica através de mecanismos de contenção e controle expressos nas políticas públicas, nas intervenções privadas e no olhar dos setores dominantes sobre os pobres da cidade. Exemplos disso podem ser encontrados na criminalização da copoeira, do samba e dos cultos afrobrasileiros; na "folclorização" da cultura popular e na definição da favela e do favelado como "carentes". Como afirma ABREU (1994), fazendo referência à Reforma Passos,

"Em sua fúria legisladora, o Prefeito [Pereira Passos] atingiu também as 'velhas usanças' da população, isto é, o conjunto de 'práticas econômicas, formas de lazer, costumes e hábitos profundamente arraigados no tecido social e cultural da cidade' que, por não condizerem com o novo modelo urbano que era imposto, não poderiam ser permitidos" (ABREU, 1994: 53a).

⁶ Devo registrar aqui um agradecimento ao colega Marcos Faustini, a quem tomei emprestada a expressão e seu significado: o processo de "folclorização" da cultura popular remete a uma idéia subjacente aos setores dominantes de impor seu modelo e padrão cultural hegemônico, conferindo às expressões dos setores populares ora um viés criminalizante, como se faz com o Funk e como se fez com o Samba um dia, ora um viés paralisante, como se faz com aqueles manifestações que se mantém como expressões populares, mas que pela falta de visibilidade e pelo desinteresse dos produtores hegemônicos em sua valorização, adquirem um status de cultura do passado, de algo que ficou estagnado, que não evoluiu com a sociedade – a exemplo das manifestações "cosmopolitas" e "globais" massificadas ou não, mas que têm o caráter de "atuais" e "sofisticadas". Essas expressões do passado, "folclorizadas", são apresentadas aos setores populares como "sua cultura", conferindo-lhes um caráter de inferioridade no cenário cultural contemporâneo e, em uma perspectiva de classe, representando uma cisão entre o que é (ou "pode") ser consumido pelos pobres e pelos ricos. A "folclorização" paraliza, imobiliza, porque ao colocar expressões legítimas no passado, não permite seu diálogo com outras expressões, cristalizandoas e impedindo que os setores populares tenham acesso a outras expressões culturais, seja porque lhes caberia o legado de manter as tradições, ou pelo fato de que para o mercado essas manifestações se apresentam e são exploradas como nicho cultural dos setores menos abastados. Se estabelece, dessa maneira, uma linha de separação entre setores populares e setores abastados/"sofisticados" em suas expressões culturais, o que se acirra na cidade quando essas manifestações se espacializam: a favela é o lugar do Samba, do Funk e do Forró; a Zona Sul o lugar do sofisticado, ainda que essa "sofisticação" inclua, ao seu modo, aquelas expressões da favela, a exemplo do chamado "forró universitário", dos grupos de Samba com gingado embranquecido na "nova Lapa" ou ainda os bailes Funk para jovens de classe média, onde raramente se vê negros.

⁷ É assim também que Olavo Bilac, em sua crônica já citada, faz referência ao contraste berrante entre aquela carroça de romeiros e o esplendor da Avenida Central, rejeitando explicitamente aquela expressão do atraso e da barbárie, como se colocava contra a civilização e a modernidade. É assim também que podemos entender porque razão ao longo dos anos as práticas sociais dos moradores de favelas foram tomadas como reflexo do atraso, da falta de civilidade, tendo motivado, por exemplo, a ação civilizacional e salvacionista da Fundação Leão XIII. E é assim, também, que podemos entender o porquê de um olhar tão preconceituoso sobre o Funk, manifestação cultural da juventude das favelas que emerge nos anos 90, mas que rapidamente é criminalizado e, posteriormente, reapropriado pela classe média, a exemplo do samba nos anos 30.

Figura 1.4. "Um barração a menos": Pereira Passos e sua empreitada pela reforma urbanística do Centro do Rio



Fonte: Charge de Calixto, 1903 apud. NOVAES (1998: 31).

Mas em que pese o delineamento cada vez maior do uso e apropriação dos espaços da cidade, as contradições desse processo resultaram na afirmação cada vez maior da favela como espaço de moradia daqueles que não tinham como arcar com os custos de deslocamento e que não possuíam expectativas para a compra de terrenos nos subúrbios. A estes, a favela se apresenta como alternativa habitacional viável, por ser mais acessível e próxima dos locais de trabalho, fosse o centro, fosse as novas áreas de expansão dos setores mais abastados, que necessitando de mão-de-obra para serviços domésticos, estimulou, indiretamente, o crescimento das favelas tanto da Zona Sul como na Tijuca e adjacências, ao passo que, já na década de 1920, as favelas deixam de ser um problema meramente estético e passam a pautar cada vez mais a preocupação das autoridades públicas. É neste momento que a visibilidade física das favelas passa a corresponder a uma "visibilidade ideológica" (SILVA, 2005: 91). Sua visibilidade assume contornos "exóticos", de exaltação da brasilidade defendida pelos modernistas, como Oswald de Andrade, ou ainda nas pinturas de Di Cavalcanti, mas também assume contornos negativos, reafirmando um velho olhar que, desde a época dos cortiços, foi se consolidando. Aquele "outro mundo" da crônica de Olavo

Bilac revela-se um mundo ameaçador, "um mundo infecto, onde os homens se esfaqueiam com a calma e a simplicidade com que nós, do lado de cá, nos abraçamos".⁸

As primeiras favelas, neste contexto, herdam um olhar já em construção sobre a moradia dos pobres e os próprios pobres, sendo predominante a idéia de que nelas, tanto como nos cortiços, pairava a desordem, a insalubridade e a feiúra. Sem querermos negar que esses elementos eram traços marcantes das favelas e cortiços, com graus variados, há de se reconhecer que as características mais negativas e mais exemplares foram utilizadas desde o começo como meio de degradação e depreciação desses espaços e de seus moradores, em uma batalha explícita contra a "barbárie" e a favor da "civilidade". Por outro lado, elas constituem talvez, mais do que resultado de contradições, a primeira transgressão à ordem urbana capitalista em formação no Rio de Janeiro (LYRIO, 2001), ameaçando a ordem e a estética do capital. Neste contexto, a favela seria (e ainda é) um espelho invertido na construção de uma identidade urbana civilizada (ZALUAR, 1998).

Assim, a favela enquanto dado material e simbólico vai se incorporando gradativamente ao imaginário da cidade, se revestindo de representações que lhe imprimem uma alteridade, como a "outra cidade", ou como a "terra sem lei", segundo nos demonstra a crônica de Benjamim Costallat, em 1924:

"Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das visitas da polícia. Na Favela ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil. Na Favela, a lei á a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem dirime as contendas". (COSTALLAT, 1995:37).

Mas essa incorporação da favela como o "outro", o estranho e indesejável, é uma construção que se inicia ainda no final do século XIX e que vai adquirindo novos contornos ao longo de sua história. Todavia, o que se observa é que as matrizes que compõem sua representação histórica

⁸ Trecho de uma crônica publicada no jornal *Correio da Manhã* em 22/07/1923, citado por ABREU (1994: 42b). O texto na íntegra vai ser citado mais adiante, nas páginas 54-55.

permanecem como marca que define o lugar social e geográfico da favela na cidade.

1.3. Da ignorância *dos* favelados à ignorância *sobre* os favelados

As representações sociais construídas em torno das favelas e de seus moradores não é apenas reflexo de um olhar distante e preconceituoso e de um desejo explícito de sua negativização pelos setores mais abastados por um modelo conservador de cidade, inspirado na idéia de ordem social e espacial.9 Elas também são fruto de um "desconhecimento oficial" desses espaços por parte do Poder Público, que só na década de 1930 reconhece oficialmente as favelas, incluindo-as nos mapas da cidade e promovendo, efetivamente, os primeiros cadastros e levantamentos e as primeiras intervenções de caráter programático, ou seja, inseridas dentro de propostas mais abrangentes para a cidade. Até então, o olhar "oficial" era o olhar do senso comum. Somente a partir dos anos 30 que o Estado começa a construir um olhar mais técnico sobre as favelas. Já em 1928, o Plano Agache apresentava uma rápida análise sobre as favelas, e em 1937, o Código de Obras pela primeira vez reconhece oficialmente as favelas, dispondo-se a administrar e controlar seu crescimento (VALLADARES, 2000). Apesar disso, e é fundamental destacarmos, esse olhar já se encontrava profundamente contaminado, o que fez com que se reproduzisse desta vez de maneira mais sofisticada e tecnicamente fundamentada, o olhar estigmatizante sobre as favelas e seus moradores.

Mesmo após 80 anos dede os primeiros planos urbanísticos que citavam as favelas, ainda hoje elas são um fenômeno relativamente desconhecido. Tanto no debate público, quanto nas agendas governamentais, quanto nos estudos acadêmicos, e também nos registros de mídia, o fenômeno da favelização só parece ganhar força a partir da década de 1940, período em que

⁹ A busca por uma ordem social harmônica, a partir da estruturação arquitetônica da cidade e de sua ordenação social constitui um anseio da humanidade desde que as primeiras cidades foram criadas (TUAN, 2005). Por isso, as representações sociais adquirem um papel relevante, na medida em que funcionam como mediação na contraposição de uma idealização da ordem aos grupos sociais e espaços marcados por características que ameacem essa ordem idealizada.

se observa uma expansão do fenômeno na cidade (ABREU, 1988). Este fato implicou não apenas em um registro precário deste fenômeno ao longo de pelo menos 50 anos, considerando-se a época de surgimento das primeiras aglomerações (Morro da Favella, Morro de Santo Antônio), como também influenciou sobremaneira a construção de representações sociais baseadas em referências vagas, pontuais e preconceituosas sobre as favelas e seus moradores, o que refletiu historicamente na construção de estereótipos e de preconceitos, resultando em um olhar estigmatizante.

Para ABREU (1994), essa negligência, ou "esquecimento" quanto aos anos iniciais da favela que se estende até os anos 40, pode ser considerada a partir de dois fatores que contribuíram para tal. Em primeiro lugar, ele chama a atenção para o peso de dois importantes estudos — um de PARISSE (1969) e outro da SAGMACS (1960), que deram ênfase à relação entre o Estado e as favelas, fato esse que só ocorre de maneira efetiva na Era Vargas. Em segundo lugar, Abreu destaca a inexistência jurídica da favela frente ao Poder Público, o que significou, em termos práticos, a inexistência de levantamentos, cadastros, mapeamentos ou qualquer outro tipo de registro oficial daqueles espaços. Contribuiu para isso, afirma, o fato das favelas serem vistas, até aquele momento, como áreas de habitação provisória e ilegal. Ou seja, "para os poderes públicos, as favelas simplesmente não existiam" (ABREU, 1994: 34b: VALLADARES. 2000). 10

Este fato, em si, é significativo para se pensar a qualidade do que iria ocorrer a partir do momento em que as favelas passassem a "existir" oficialmente. Sua "descoberta" não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade (BURGOS, 1998). É fato sabido que apesar do reconhecimento oficial desses espaços, as visões sobre eles construídas são um legado da relação entre a "cidade" e a "favela" nos quarenta anos que precederam sua "oficialização". Além do mais, tal reconhecimento oficial não significou o reconhecimento de júri daqueles espaços, vigorando ainda o caráter ilegal da ocupação e o

_

VALLADARES (2000), que defende uma Sociologia da sociologia das favelas, também chama a atenção para essa negligência apontada por ABREU (1994) e destaca que mesmo estudos atuais têm se preocupado pouco com aqueles anos iniciais. Para a socióloga, o que parece ter marcado a análise do fenômeno e sua historização é a intervenção pública, mais do que a presença efetiva desses espaços na paisagem carioca.

desrespeito aos padrões urbanísticos adotados oficialmente pela prefeitura. Somente em 1992, com a promulgação do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, é que as favelas passariam a ter amparo jurídico quanto ao caráter de sua ocupação e, também, um respaldo importante em termos de planejamento urbano na medida em que foram enquadradas em zoneamentos espaciais, garantindo, com isso, o cumprimento legal dos preceitos norteadores contidos no Estatuto da Cidade. Mas a simples existência desses amparos legais não conferem à favela garantias de que serão materializados. O fato é que se já há na tradição política brasileira um abismo entre a lei e sua aplicação, em relação às favelas, que são espaços historicamente estigmatizados, esse abismo parece ser ainda maior.

As questões acima suscitadas nos permitem indagar a respeito de alguns elementos que norteiam a relação entre as favelas e o Estado. Observase que apesar de alguns avanços como seu reconhecimento oficial e o amparo legal para a sua urbanização e consolidação definitiva, ainda perdura na relação entre o Estado e a favela um conjunto de estereótipos que de um lado induzem o Estado a agir conforme uma dada visão daqueles espaços e de seus moradores e que, por outro, acabam sendo absorvidos pelos moradores, ocorrendo um processo de auto-estigmatização e, com isso, a alimentação de um sentimento de impotência frente à realidade política, econômica e social enfrentada dia-a-dia.

Este cenário caracteriza o que a antropóloga norte-americana, Janice Perlman, chamou de ideologia do "mito da marginalidade" (PERLMAN, 2002). O "mito da marginalidade" constitui uma ideologia apoiada em um conjunto de estereótipos construídos em torno das favelas que têm por função justificar e legitimar ações dos setores dominantes (PERLMAN, 2002). Como afirma Perlman, eles se mantém ao longo da história, "não por causa do esnobismo, moralismo ou etnocentrismo, mas porque preenchem a função ideológico-poltica de preservar a ordem social que os gerou" (PERLMAN, 2002: 290).

Em seu estudo, hoje considerado uma das principais obras sobre favelas, Perlman afirma que a maneira de ver as favelas, especialmente por parte dos governantes, determina em larga escala as políticas que lhes são impostas. Com efeito, um conjunto de estereótipos, estabelecidos por

impressões externas e ideologizadas, no contexto sociopolítico e histórico em que ela desenvolveu sua pesquisa¹¹ conferiu aos moradores de favelas um lugar e papel na sociedade urbana que os via como *parasitas urbanos*, *culturalmente atrasados* e *potencialmente subversivos*.

Eram tidos como parasitas urbanos porque acreditava-se que os moradores de favelas não produziam riqueza. O estudo de Perlman mostrou que, pelo contrário, eles estavam inseridos no sistema econômico e tinham uma função importante dentro da economia urbana, especialmente no que diz respeito ao papel ocupado dentro do estilo de vida da classe média carioca, exercendo funções subalternas e serviços das mais diversas naturezas, especialmente como empregados domésticos, faxineiros e porteiros.

A visão sobre o atraso cultural referia-se ao fato de maior parte desse contingente, àquele momento, ter origem em áreas rurais, em particular do Nordeste brasileiro. Acreditava-se que os moradores de favelas não conseguiriam se adaptar a vida urbana e, com isso, ter sua condição social agravada. O que Perlman conclui é que os moradores de favelas, ao contrário, rapidamente assimilaram a cultura urbana.

Quanto à visão de sua potencial subversividade, esta se baseava na idéia de que os favelados eram associados a movimentos de esquerda, especialmente em função de sua condição miserável, o que tornava as favelas um barril de pólvora (lembremos de Foucault quando este se refere ao medo das aglomerações e dos riscos destas se rebelarem). Ao contrário disso, Perlman observou forte influência de políticos clientelistas e populistas, onde a "política da bica d'água" era o meio de contato daqueles moradores com a vida política. Ainda segundo a autora, eles demonstravam pouco interesse pela política, o que colocava por terra as suspeitas (históricas, diga-se) de que a favela pudesse "descer".

A estigmatização é um traço marcante na construção de representações sociais sobre as favelas e seus moradores, incutindo no imaginário social coletivo a idéia que na favela vive a bandidagem e a malandragem, em um suposto contexto de desordem social. Isso remete à idéia da favela como aglomeração patológica, segundo

51

¹¹ A pesquisa de Perlman ocorreu entre os anos de 1968 e 1969, no auge da chamada era das remoções e do regime autoritário.

a qual a favela é vista como "uma aglomeração desordenada de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas" (PERLMAN, 2002: 42). Esses "elementos marginais" viveriam, de acordo com essa imagem construída sobre eles, em condições insalubres de moradia, em favelas que prejudicam e enfeiam a paisagem urbana. Nesta abordagem, os moradores das favelas são vistos, ainda, como "parasitas" que sugam recursos públicos sem dar retorno, ocupando áreas que poderiam ser utilizadas para fins mais lucrativos e funcionais. A solução apresentada é a erradicação das favelas.

Por outro lado, soluções menos radicais — mas que permanecem vendo o favelado como indesejável, são aquelas baseadas em posicionamentos intermediários, que vêem as favelas como uma calamidade inevitável, conseqüência *natural* do crescimento urbano. Assim sendo, "os favelados são considerados úteis como mãode-obra barata e votos fáceis de comprar, apesar de serem julgados economicamente pouco produtivos, politicamente despreparados, e socialmente indesejáveis" (PERLMAN, 2002: 44). As soluções apresentadas neste contexto baseiam-se em políticas de cunho assistencialista e paternalista por parte do Estado e, de uma maneira mais dispersa, nas inúmeras intervenções realizadas por algumas ONGs e instituições religiosas. Constitui, igualmente, um forte componente da abordagem de políticos clientelistas. No que concerne ao Estado, além deste representar os interesses dominantes, como é observável no curso da história das favelas, sua ação também se baseia nas referências, preconceitos e expectativas destes em relação às favelas.

Se as idéias construídas em torno dos moradores de favelas na maior parte das vezes estiveram baseadas em distorções, é fato considerar que eles souberam, ao longo da história, tirar proveito da própria visão alimentada sobre eles. Por exemplo, a imagem da carência, cujo resultado prático foi o clientelismo, que embora possua traços absolutamente repugnáveis do ponto de vista político, pôde ser absorvido pelos moradores em nome de benefícios que dificilmente conseguiriam por outros meios, dada a estrutura política de nosso país e aos canais praticamente inexistentes de participação e pressão política das camadas populares.

Os resultados desses processos, quais sejam, a intervenção historicamente pautada em estereótipos da parte do Estado, e a receptividade dessas formas de intervenção por parte dos moradores, gerou um ambiente sociopolítico singular, marcado pela reprodução de formas pouco democráticas

na relação entre população e poder estatal, cuja materialidade se expressa, nos últimos anos, no desrespeito aos direitos dos moradores, particularmente em função da ação truculenta do Estado por intermédio das forças policiais e na relação instrumental que os moradores fazem uso na relação com o Estado, particularmente quanto à aquisição de direitos, que no âmbito dessa relação passam a ser concebidos como "benefícios" ou "favores políticos".

Em um breve apanhado nas relações entre Estado e Favelas, esses aspectos acima ressaltados evidenciam-se mais claramente. A experiência dos Parques Proletários implementada na Era Vargas, por exemplo, revela uma visão do favelado como um ser bárbaro que precisa ser civilizado¹². Impõe-se, dessa maneira, uma "pedagogia civilizatória" que se reproduz nos Parques, mas que permanece nas ações posteriores, como por exemplo, a intervenção da Fundação Leão XIII, cujos documentos oficiais reconheciam a inferioridade do favelado e a necessidade de integrá-lo à vida urbana, civilizando-o e dotando-o de referenciais culturais urbanos, especialmente no campo da higiene e da moral. Ora, essas experiências reproduziram, a partir da visão que tinham do favelado, um conjunto de ações centradas no enfrentamento daquelas características.

Outra experiência, dessa vez menos paternalista e mais autoritária, se deu sob o Regime Militar, e esteve orientada para a erradicação das favelas do Rio de Janeiro mediante uma política explícita e de larga escala de remoções de favelas. Os pressupostos da ação, contudo, não diferiram muito daqueles que sustentaram ações anteriores, ainda que sob outros moldes. Sustentavase que a favela não era um lugar digno que pudesse oferecer condições adequadas ao crescimento moral de seus moradores. Eliminá-las, no plano discursivo, significava também retirar da área nuclear da cidade qualquer

¹² Uma leitura sugestiva sobre os parques proletários e sua "pedagogia civilizatória" pode ser encontrada em CARVALHO (2003). Outro trabalho, mais abrangente, que compreende o período do final do século XIX aos anos 80, e que tem seu foco na relação entre educação e favela, é a coletânea organizada por VALLA (1986).

¹³ De acordo com o documento da Fundação Leão XIII, as favelas seriam formadas por "concentrações de casebres erguidos em terrenos geralmente de propriedade de terceiros, sem arruamento, insalubres e de tal forma emaranhados que, na maioria dos casos, não oferecem condições para que se façam melhoramentos. Caracterizam-nas a promiscuidade, a enfermidade, a falta de higiene, a desorganização familiar, a mortalidade infantil, a criminalidade, etc." (Estado da Guanabara — Governo Carlos Lacerda/Fundação Leão XIII. "Favelas, um compromisso que vamos resgatar". Estado da Guanabara, 1962 apud VALLA, 1986. Grifos meus)

ameaça à sua moral e à sua estética civilizatória, liberando-as para o mercado imobiliário que se encarregaria de "civilizá-las".

O fato é que embora fossem vistos de maneira vexatória, muitas das vezes humilhados perante sua condição, os favelados tiraram algum proveito das situações criadas, ainda que de maneira pouco compensatória. Esse foi o caso descrito e analisado por VALLADARES (1978) quanto à política de remoções, cujo fato político, uma vez instaurado, motivou muitos moradores a estabelecerem estratégias de âmbito individual, que a autora chamou de "práticas de distorção do sistema". Isso demonstra que a relação entre Estado e favelas, antes de ser uma simples relação de imposição das vontades, é uma relação cuja negociação se coloca constantemente, ainda que em contextos sociopolíticos autoritários, revelando, com isso, que sua análise deve se situar em um plano que leve em conta o agente da ação – o Estado -, e o "objeto" dela – o morador -, que muitas das vezes assume um papel de "objeto-sujeito".

Cabe considerar que a intervenção estatal nas favelas é um traço marcante da história desses lugares. Vistas como uma "aberração urbana", ou ainda como um "câncer" a ser extirpado, as favelas evoluíram a partir de uma relação tensa como poder estatal, cuja intervenção baseou-se ora em ações paliativas, populistas e "integradoras", ora em ações repressivas, autoritárias e "desintegradoras".

Poderíamos, com base nos argumentos acima expostos, e no que diz respeito à implementação de políticas públicas pelo Estado nas favelas cariocas, apontar algumas características que se destacam como reveladoras do trato entre poder estatal e espaços favelizados:

Uma desconexão entre direitos sociais e direitos civis;

Uma desarticulação das esferas de poder em muito motivada por brigas políticas;

Um conjunto de representações estereotipadas acerca da realidade sócio-espacial, política e cultural da favela;

Uma atuação verticalizada; e

Uma descontinuidade, no espaço e no tempo, das ações implementadas.

Essas características compõem o arcabouço ideológico e prático da relação entre Estado e favelas no Rio de Janeiro ao longo de pouco mais de 100 anos. A intensidade e qualidade dessas características variou ao longo do tempo, tendo sido determinada, em especial, pelas conjunturas políticas. Como revelaram as análises de LEEDS & LEEDS (1978), VALLADARES (1978) e PERLMAN (2002), essas características compõem uma matriz de pensamento e de representação que se mantém estável, variando apenas conforme as conjunturas políticas.

No momento atual, que se inicia ao longo dos anos 80 e se intensifica nos anos 90, quando a violência decorrente da territorialização do tráfico de drogas no varejo em favelas emerge como uma força capaz de influir na dinâmica urbana, observa-se um reforço à histórica criminalização da pobreza nos termos de uma "atualização" do "mito da marginalidade" (SOUZA, 1996a, 1996b, 2000a, 2006a, 2006b), já que os moradores de favelas têm sido vistos, em especial pelos setores dominantes da cidade, como "bandidos" ou "cúmplices" da "bandidagem", conferindo novas vestes às idéias distorcidas a seu respeito, em particular quanto ao seu viés sedicioso. A "subversão", no contexto dos anos 90, todavia, se coloca não mais em função da dimensão política, mas em função do papel ameaçador que a violência passa a representar para a sociedade.¹⁴

Trata-se, neste sentido, de uma verdadeira desagregação de valores morais e culturais construídos pelos moradores de favelas nos últimos anos – fruto de suas lutas e conquistas, em nome de um reducionismo ideologizado de sua representação no espaço urbano. Com isso, percebem-se ações estatais cada vez mais centradas na repressão policial, onde o uso de mecanismos de controle social e "extermínio", como o "caveirão", são cada vez mais presentes e aceitos pelos setores conservadores da cidade. Sua fonte de legitimação e ação é justamente o contexto ideológico em que se manifesta o "mito da

¹⁴ A questão da "atualização" do "mito da marginalidade", seus fundamentos e desdobramentos serão abordados de maneira mais aprofundada no capítulo 2.

marginalidade" reeditado e aprofundado nos termos da violência que ocorre nos espaços favelizados da cidade.

Para entender um pouco melhor essas estratégias e mecanismos de contenção e controle sócio-espacial até então apresentados, buscarei, nos próximos itens, situar o processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro tendo em vista a recuperação dos elementos históricos que marcaram a estigmatização das favelas no cenário urbano. Acredito que esse apanhado seja de fundamental importância não apenas por se tratar de uma "história", ainda que genérica, das favelas no Rio de Janeiro, como também, e principalmente, por se tratar de uma "sociogênese" – para fazermos uso de um importante conceito de ELIAS (1993) -, da favela, do favelado e de suas representações sociais. Neste processo, define-se o lugar social, econômico e cultural dos moradores de favelas na cidade, que incorporam em um misto de imposição e construção da auto-imagem, a condição de "outsiders" no contexto de uma "sociodinâmica da estigmatização" (ELIAS, 2000).

Como a intenção aqui é identificar os traços constituintes de um olhar elaborado sobre as favelas nessa sociodinâmica da estigmatização, para o desenvolvimento desta abordagem, faremos uso do recorte temporal e da metodologia sugeridos por VALLADARES (2000), que ao buscar construir uma "sociologia da sociologia das favelas", onde se examina as origens e a constituição de um pensamento *savant* sobre esse fenômeno social, privilegiando seus atores, vinculações, interesses, representações e ações. Assim, considerando a literatura disponível em seu conjunto, VALLADARES (2000) distingue dois grandes períodos, cujo marco é a entrada das ciências sociais no campo da pesquisa e da reflexão sobre a favela:

O primeiro grande período sugerido pela autora

"vai do início do século XX aos anos 50 "correspondendo ao período da gênese, da descoberta do fenômeno e da construção de um tipo ideal ou arquétipo, até a inauguração de um saber oficial sobre o mesmo, com a realização do primeiro Censo Das Favelas da Prefeitura do Distrito Federal e do Censo Demográfico de 1950" (VALLADARES, 2000: 6b).

O segundo período sugerido por Valladares

"... começa nos anos 60 e chega aos nossos dias. (...) A favela se consagra, ganha centralidade e acaba por inspirar uma grande parte da literatura sobre a pobreza urbana no Rio de Janeiro e no Brasil" (VALLADARES, 2000: 6b).

Cabe considerar, com base nesse recorte, que não pretendemos aqui realizar uma história das favelas na cidade, mas sim construir uma história da representação das favelas na cidade, de como um determinado olhar se construiu e de que maneira esse olhar influenciou a relação entre cidade e favela no que diz respeito ao processo de segregação sócio-espacial e de seu aprofundamento.

1.4. A descoberta da favela e a gênese dos fundamentos de sua representação social

Não existe consenso em relação ao surgimento das primeiras favelas. CAMPOS (2005) apresenta três diferentes versões para o surgimento das favelas no Rio de Janeiro. A primeira delas remete a formação dos primeiros aglomerados à alforria concedida pelo governo aos escravos que haviam participado da Guerra do Paraguai. Esta versão sustenta que ex-escravos ocuparam corticos e encostas da cidade ao retornarem da guerra e atribui a um fato isolado (e não a um processo sócio-espacial) a formação das favelas. Sustenta-se na relação entre oferta e demanda, conferindo ao déficit de habitações a causa inicial das favelas. Uma segunda versão sustenta que a primeira aglomeração de maior envergadura decorreu da chegada de soldados da Guerra de Canudos, em 1897, para o recebimento do soldo de guerra. Autorizados pelo Ministério do Exército a ocupar a encosta do Morro da Providência, situado atrás das dependências do Ministério, para aguardar a liberação do dinheiro, esses soldados teriam acabado ficando naquela encosta, dando origem ao Morro da Favella. A terceira versão apresentada por CAMPOS (2005) diz respeito ao processo de construção de alternativas de moradia buscados pelos setores menos abastados em função do crescente processo de derrubada de cortiços identificada pelo autor como uma reação dos setores dominantes às "classes perigosas", visto que nesse período houve um grande volume de concessão de alforrias e um aumento significativo da população negra na cidade. Cita o exemplo do cortiço Cabeça de Porco cujos moradores, sem ter para onde ir, buscaram na ocupação da encosta do Morro da Providência uma alternativa para a moradia a partir da construção de barracos com materiais resultantes da demolição do Cabeça de Porco.

A meu ver, as três versões apresentadas por Campos encontram sustentação histórica e não podem ser exclusivas. Elas se complementam em um contexto sócio-histórico marcado pelo crescimento abrupto da população urbana no Rio de Janeiro – desde a chegada da Família Real a população subira de 60 mil para 250 mil habitantes entre 1808 e 1870 (ABREU, 1988) e para 520 mil em 1890 (CARVALHO, 1995) e por um grande déficit habitacional, além de grande precariedade dos sistemas urbanos (saneamento básico, vias de acesso, meios de transporte). Isso fez com que a pressão por moradias encontrasse resposta nos cortiços e encostas. Com isso, pode-se argumentar, em concordância com ABREU (1988) que as primeiras favelas do Rio de Janeiro datam da segunda metade do século XIX. Não se tratava, durante seus primeiros anos, de aglomerações de grande relevo, mas de ocupações dispersas de barrações em algumas encostas da cidade, como apontam referências àquelas ocupações por jornais da época (ABREU, 1988; 1994). Neste sentido, minha argumentação é de que ao longo da segunda metade do século XIX tenham surgido as primeiras aglomerações nos morros da cidade, fenômeno que só ganharia força e visibilidade na última década do século, quando uma conjunção de fatores agrava a crise habitacional entre os menos abastados na cidade ao mesmo tempo em que a capital federal sofre as consequências das crises políticas advindas com a República (ABREU, 1994).

As crises advindas com a República tiveram na Revolta Armada e na Guerra de Canudos dois episódios marcantes para a formação daqueles primeiros aglomerados em encostas. Ambos implicaram no problema do alojamento de soldados, que no primeiro caso, foi resolvido com a autorização para a ocupação do Morro de Santo Antônio entre os anos de 1983 e 1894. No outro caso, a solução se deu em torno da ocupação das encostas do Morro da

Providência em 1897, que mais tarde ganharia, pelas razões de sua ocupação pelos soldados, o nome de Morro da Favella, cujo nome fazia referência a uma gramínea típica da região de Canudos¹⁵ (ABREU, 1994).

Mas as ocupações pelos soldados foram apenas situações pontuais que se somavam a grande crise habitacional existente no Rio de Janeiro. Ao longo século XIX os cortiços foram consolidando-se como espaço de moradia dos pobres por ser uma opção barata por situar-se próxima às oportunidades de trabalho. Essas habitações, que sofriam constantes ameaças de demolição, sofreram uma grande derrota quando, na gestão de Pereira Passos, reúnem-se as condições jurídicas necessárias para a sua derrubada em massa (VAZ, 1986), momento em que as favelas passam a ocupar um lugar importante como alternativa de habitação barata e próxima ao centro da cidade. Assim, "a favela se constrói com o material marginal das demolições e construções" (ROCHA, 1995: 90), fato esse revelado já à época da derrubada do Cabeça de Porco, em 1893, quando muitos de seus moradores ocuparam o sopé do Morro da Providência, em área que pertencia a uma das donas do Cabeça de Porco que autorizou a construção de casebres pelos antigos inquilinos do cortiço sob a condição do pagamento de aluguel pelos terrenos (VAZ, 1986). Seria junto àquelas tantas outras ocupações em encostas que foram se dando ao longo da segunda metade do século XIX, "sementes de favela" (VAZ, 1986), que mais tarde tornar-se-iam aglomerados de maior expressão na paisagem carioca.

Mas naquele momento a favela ainda não ocupava lugar de destaque na mídia ou de preocupações maiores por parte das autoridades públicas. Segundo PERDIGÃO (1999) o que incomodava a sociedade carioca da época da Reforma Pereira Passos eram os cortiços mais que as favelas. Por situarem-se fora do centro e áreas *nobres* da cidade, e é claro, sendo vistas como *um espelho invertido da civilização* (ZALUAR, 1998), as favelas

¹⁵ Segundo ROCHA (1995), o termo favela tem sido objeto de controvérsia. De origem baiana, introduzida pelos soldados de Canudos, há duas versões para o termo. A primeira, menciona a uma colina, de mesmo nome, localizada na região de Canudos. A segunda versão faz referência a uma gramínea típica da região de Canudos (sendo esta a versão mais comumente encontrada na literatura que consultei, incluindo ABREU, 1994). VALLADARES (2000) também chama a atenção para o "mito de Canudos" na construção de um arquétipo da favela. Para esta autora, "a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador" (2000: 9a) e complementa, afirmando que "foram as imagens fortes e impactantes transmitidas por *Os sertões* que permitiram aos nossos intelectuais entender e interpretar a favela emergente" (2000: 9b).

chegavam a ser consideradas como uma outra cidade, fruto também de uma visão preconceituosa e segregadora:

"Na verdade, as ruas, sem a presença das antigas moradias populares a lhes servir de moldura já representavam grande satisfação aos olhos da 'boa sociedade'. No imaginário da classe dominante, as favelas eram 'paragens' longínquas, chegando a ponto de serem tidas como outra cidade" (PERDIGÃO, 1999).

Mas é após a Reforma Passos que a favela se afirma como espaço de moradia popular na cidade do Rio de Janeiro. O fato decorre da questão de que para alguns dos antigos moradores dos cortiços, a solução seria o subúrbio, mas para muitos outros, que não podiam arcar como os custos¹⁶ de moradia e com os gastos dos transportes, sobravam as habitações coletivas restantes, ou então as favelas, longe dos preços crescentes do aluguel popular e perto das possibilidades de trabalho, formal e informal. Na realidade, não restavam muitas escolhas, afinal, como indica ABREU (1994), o governo não adotou qualquer política para a construção de casas populares, alegando ver nisso uma "perigosa investida do socialismo" e a iniciativa privada jamais demonstrou interesse em participar desse mercado.

A atenção do Estado estava voltada para um conjunto de intervenções que visavam, ao mesmo tempo, remodelar a paisagem da cidade, no intuito de uma imagem mais "civilizada" e "higiênica", e modernizar o espaço urbano carioca, a fim de torná-lo mais fluido à penetração do capitalismo industrial. Assim, a Reforma Passos, ao limpar a cidade higiênica e visualmente, arejando a cidade, abrindo grandes avenidas e alargando ruas, pôs abaixo quarteirões inteiros. A idéia era permitir a circulação do ar e a passagem dos raios solares, além de, é claro, abrir alas para *o fluxo do progresso*.

^{16 &}quot;Este problema foi realçado ainda mais pela adoção de uma rígida legislação edilícia que, aplicando-se a toda a cidade e exigindo a utilização de materiais de construção de alta qualidade, inviabilizou a ocupação dos subúrbios pela população mais pobre" (ABREU, 1994: 44).

¹⁷ Correio da Manhã, 23/1/1911. apud. ABREU, 1994.

¹⁸ De acordo com CARSTENS et alli (1990), cerca de 600 prédios teriam sido demolidos pela Reforma Pereira Passos. ROCHA (1995) já apresenta um número bem maior, afirmando que 1681 habitações haviam sido derrubadas, com um saldo de quase 20 mil pessoas que foram obrigadas a buscar novas moradias.

"E assim abriu avenidas, ajardinou, com supremo gosto, as praças e largos, outrora em abandono, construiu esse passeio sem rival que é a extensa Avenida Beira Mar, introduziu os calçamentos asfaltados, cuidou das habitações do proletariado, ergueu edifícios que atestam a nossa cultura de povo adiantado e transformou a nossa capital federal na mais bela cidade do mundo...". 19

As intervenções públicas e privadas estavam voltadas para um melhoramento da cidade que desconsiderava a questão habitacional, focandose na estética e na ordem. Ao não promover nenhuma política voltada para os pobres da cidade, deixando-os ao seu próprio destino, sem ter onde morar, a Reforma Passos produziu, em pouco tempo, um contingente de cerca de 20 mil "desabrigados", ex-moradores das 1.681 edificações derrubadas pela Reforma (ROCHA, 1995). A Reforma não apenas ignorou a situação da população pobre como se voltou contra ela, consolidando uma imagem estigmatizada sobre os pobres e seus locais de moradia. ²⁰

O Morro da Favella, que àquele momento já ocupava um relevo na paisagem urbana carioca, logo passaria a ter sua imagem associada ao perigo e à desordem, lugar de malandros e marginais. A Revolta da Vacina, que teve ali um de seus campos de batalha mais destacados, somada a fama de alguns de seus moradores — destacados capoeiristas e bambas -, fez com que a imprensa rapidamente usasse o termo favela para designar outras aglomerações semelhantes pela cidade. Semelhantes não apenas em termos estéticos, mas principalmente quanto a sua composição social, que ganha destaque nas matérias veiculadas nos meios da época. Para citar um exemplo, selecionamos uma matéria publicada na Revista Careta, em 1909, onde se identificam alguns traços de um olhar estereotipado, baseado em um olhar distante e preconceituoso:

¹⁹ Publicado na *Folha do Dia*, 3 de março de 1913. Grifos meus. Citação extraída do endereço eletrônico http://www.uol.com.br/rionosjornais/rj18.htm, em Março de 2001.

²⁰ Os Decretos de número 762 de 1/6/1900, 842 de 9/12/1901, 391 de 10/2/1903, e 224 de 20/4/1896, proibiam construções de cortiços, estalagens e afins em determinadas áreas da cidade e a reconstrução ou mesmo obras de melhoramentos nas já existentes (cf. CARVALHO, 1995:146).

Figura 1.6. O Rio Desconhecido

CARETA

O RIO DESCONHECIDO

A FAVELLA

Para nós, cariocas de todos os bairos, o Rio de Janeiro é o nosso bairro, a Avenida Central, Botafogo e e os pontos pittorescos celebrados pela admiração embasbacada dos estrangeiros

peta admiração elibasoladad dos estrangeiros.

Não suspeitamos que dentro do nosso bairro, qualquer que seja o da nossa residencia, uma cidadesinha pobre e exotica floresce ou vegeta, aninhando em sua escura modestra um vasto turbilhão de ambições humanas.

No coração da cidade mesmo nas proximidades da Avenida Central, existe esse estranho bairro de Santo An-



Uma rua da Favella.



As lavadeiras da Favella, que palestravam emquanto a roupa seccava ao sol, dão uma folguinha á palestra e pousam para o nosso photographo.

seus habitantes, os que mais contribuem para a sua escassa nomeada.

Da Favella e bairros congeneres têm saido esses famosos e terriveis Prata Preta, Pula Ventana, Chico Pé de Vento e tantos outros heróes das grandes pugnas eleitoraes e dos formidandos conflictos das tabernas.

A policia, por vezes, exerce a sua vigilancia nesses antros, onde raras vezes penetra a hygiene.

Um director da Saúde Publica, o Dr. Oswaldo Cruz, pretendeu arrazar a um desses bairos mas os seus habitantes desceram, amotinados, para as redacçõea e a imprensa, ou uma parte della, clamou que se queria destruir o azylo dos pobres, deixando-os sem tecto.

No entanto, apezar de possuir elementos honestos, a Favella é um antro de faccinoras e deve ser arrasado para decencia e hygiene da Capital Federal.

tonio, ha pouco tempo descoberto com espanto e vergonha do Rio modernisado.

A Favella é, dos bairros desconhecidos, o mais fallado graças ás occurrencias que desenroladas alli com frequencia fazem o seu nome figurar nos registros policias

com frequencia fazem o seu nome figurar nos registros policiaes.

As suas casinholas bizarramente construidas de taboas, de pedaços de caixão, de latas e folhas de zinco dominam um soberbo panorama em meio do qual maravilhosamente avultam o viaducto da Central, a parte da cidade ornada pelas obras do porto e correspondentes avenidas, o Canal do Mangue com as suas palmeiras reaes e as praças e ruas circumvisinhas.

Laboriosamente construidas sobre rocha essas casinholas abrigam numerosas familias, operarios, lavandeiras e até faccinoras que são, entre os



Panorama da Favella, donde se descortina uma vasta e imponente aerea da cidade.

Revista Careta, 09/12/1909. Acervo da Biblioteca da Academia Brasileira de Imprensa.

Este "espanto e vergonha para o Rio modernizado" constitui um peso negativo que a favela ocuparia para uma cidade que acabara de receber o

título de "Cidade Maravilhosa". Entretanto, os problemas urbanos, decorrentes das contradições resultantes daquela nova forma urbana assumida pela capital federal, fossem eles direta ou indiretamente associados às favelas, tinham nelas um bode expiatório possível para justificar as lacunas e o lado obscuro dessa "maravilha". É assim que a favela assume um papel importante, no plano simbólico, de síntese do caos e responsável pelos problemas urbanos, eximindo a "modernização" da cidade de qualquer culpa pelos seus problemas mais visíveis. Como afirma ZALUAR (1998):

"Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o outro, distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve" (ZALUAR, 1998: 7-8).

Pode-se dizer, pois, que a década de 20 marca a afirmação da favela na cidade. O Rio vinha perdendo a corrida para São Paulo, enquanto principal metrópole brasileira. A cidade carioca, capital da República, tornara-se palco das agitações políticas que marcaram a época. As tensões eram grandes nas ruas, os jornais não deixavam de anunciar os quebra-quebras nos trens da Central, as brigas de rua, a ausência de calçamento, água, luz e esgoto nos subúrbios, enfim, a carência de infra-estrutura da *urbe* carioca era uma ferida aberta da cidade que se pretendia monumental (STUCKENBRUCK, 1996). A questão habitacional se agravara, os moradores dos subúrbios se organizavam em associações e as favelas cresciam em tamanho e em quantidade para o desespero da "boa" sociedade carioca. O presidente Washington Luiz (1926-1930), ao referir-se às manifestações populares como sendo *um caso de polícia* ("a questão social é um caso de polícia"), evidenciou como as classes

2

²¹ Segundo LEITE (2000), data do início do século XX a representação do Rio de Janeiro como "cidade maravilhosa", título conferido pelo livro de poemas La ville merveilleuse, escrito por uma escritora francesa encantada com a cidade recém reformada por Pereira Passos. Com o esvaziamento político do Rio de Janeiro, em função da transferência da capital federal para Brasília, em 1960, houve uma revalorização dessa imagem, com forte ênfase para sua centralidade cultural no país. Ao longo dos anos 90, todavia, à essa imagem de cidade maravilhosa foi sendo contraposta uma idéia de "cidade partida", fundamentada no reconhecimento das profundas disparidades sociais e do quadro de violência urbana existente na cidade (LEITE, 2000). Esta representação, todavia, acabou "por reforçar os nexos simbólicos que territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas" (LEITE, 2000: 74a).

dominantes viam os pobres: como uma classe perigosa que deveria ser afastada da "civilização". A década de 1920 é marcada, assim, por um imenso desejo de se resolver os problemas da cidade, o que motivou, por um laDo, a elaboração de um plano de melhoramento da cidade e, de outro, a construção de um discurso de sustentação a estas intervenções.

Uma figura deste período é importante para se compreender o olhar sobre a favela e sua condição na cidade: João Augusto de Mattos Pimenta, importante e renomada figura da época, empreendedor imobiliário, foi uma figura central para a construção das bases ideológicas de um olhar sobre as favelas que veio a sustentar o conjunto de intervenções públicas empreendidas sobre as favelas nos anos seguintes e, algumas delas, ainda hoje. Mattos Pimenta, segundo VALLADARES (2000) consolida a imagem da favela como problema. A base de sustentação de seus discursos é de ordem médicosanitarista, e a partir da idéia de "corpo urbano", apresenta a favela como "doença, moléstia contagiosa, uma patologia social que precisava ser combatida" (VALLADARES, 2000: 14b).²²

Em 1905, em meio à Reforma Urbana, foi criada uma comissão para dar um parecer sobre o problema das habitações populares. Escolhido para tratar de seu aspecto "technico-sanitário", o engenheiro Everardo Backheuser, atenta para a insalubridade, as epidemias e o contágio na análise detalhada dos cortiços, estalagens, albergues e hospedarias (VALLADARES, 2000). Apesar de seu peso menor para o conjunto das habitações populares da época, a favela não deixou de ser mencionada por Backheuser, que se refere, no caso do Morro da Favella, a "pequenos casebres sem *hygiene*, sem luz nem nada" (apud. VALLADARES, 2000: 13a). Nestes termos,

"A 'problematização' da favela, ocorrida quando o processo de favelização ainda não se havia generalizado no Rio de Janeiro, contou com o forte respaldo do saber médico, em um prolongamento do diagnóstico feito ao cortiço e à pobreza, apoiando-se igualmente na engenharia reformista, da qual Everardo Backeuser se fizera um bom representante" (VALLADARES, 2000: 14a).

-

²² Concordamos com VALLADARES (2000), que insiste na figura de Mattos Pimenta "pelo papel pioneiro de suas idéias em relação ao que veio depois – Plano Agache, Código de Obras, BNH – e ao desejo de vê-lo devidamente reconhecido como um importante ator social na história da favela e na história da construção de um pensamento sobre ela" (VALLADARES, 2000: 16b).

Essa concepção médico-sanitarista da favela, "inaugurada" com Backheuser, e levada adiante por engenheiros e médicos que formavam, naquela época, o saber técnico sobre os problemas da cidade, é, de acordo com VALLADARES (2000), articulada e sintetizada por Mattos Pimenta. Para a referida autora,

"... mais do que qualquer outro personagem de seu tempo, Mattos Pimenta sinalizou a transformação da favela em problema com uma denúncia que combinava o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e o pensamento urbanístico em ascensão" (VALLADARES, 2000: 15a)

Mattos Pimenta passara vários anos na Europa, a maior parte deles na França, onde teve contato com o urbanismo, especialmente os resultados estéticos positivos de reformas como a do Barão de Haussman em Paris. Daí sua insistência no aspecto estético da cidade e da referenciação da favela como uma "lepra da esthetica" (VALLADARES, 2000).²³

Com forte influência na imprensa da época, tendo conseguido espaço necessário para a divulgação de suas idéias, Mattos Pimenta aponta algumas "medidas de salvação pública", que previam o fim imediato de novas construções em favelas e a construção de casas para proletários e colônias para inválidos, velhos e crianças desamparadas. A idéia de casas populares, aliava-se, a propósito, aos seus intentos, já que Pimenta atuava no mercado imobiliário. Defendia um programa de acesso à casa própria com prestações equivalentes ao valor de um aluguel mensal.

No site do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis (COFECI)²⁴, Mattos Pimenta é apontado como o responsável pelo convite de Alfred Agache, renomado engenheiro francês, para proferir algumas palestras sobre melhoramentos urbanos na cidade. Agache gozava de grande prestígio entre os Rotarianos, que a partir de sua influência política na cidade, sugeriram o

_

²³ Mattos Pimenta produziu, entre 1926 e 1927, um documentário de 10 minutos sobre as favelas do Rio. Patrocinado pelo Rotary Club do Rio de Janeiro, do qual Pimenta era um ilustre sócio, este documentário, intitulado "As favellas", encontra-se desaparecido, tendo inclusive, a prefeitura do Rio, oferecido R\$ 250 mil reais para quem o encontrasse, conforme atesta o decreto de número 24.795 de 08 de novembro de 2004

²⁴ http://portal.cofeci.gov.br

nome de Agache para a confecção do Plano (SILVA, 1996). Agache fora uma das figuras centrais do movimento de institucionalização do urbanismo na França, tendo sido fundador da Sociedade Francesa de Urbanistas. Alguns contemporâneos atribuíram a Agache a criação do vocábulo "urbanismo", para quem seria uma ciência da construção e do planejamento das cidades com a utilidade prática de *controlar* o desenvolvimento e o crescimento das cidades (BRUANT, 1996).

Para VALLADARES (2000) a influência de Mattos Pimenta sobre Agache teria sido tamanha que

"talvez não seja exagero dizer que Mattos Pimenta coloca na pena e na prancheta de Agache as suas idéias e até mesmo propostas (...) Os discursos são muito próximos, baseados nos mesmos parâmetros higienistas e estéticos. A imagem da lepra é retomada por Agache. E o conceito moderno de urbanismo, com higiene por base e o embelezamento como fim, era compartilhado pelos dois" (VALLADARES, 2000: 17b).

O Plano Agache entendia a cidade como um *organismo* em sua multiplicidade, tanto física quanto social, em uma perspectiva funcional onde cada parte pertence a um todo que deve funcionar sincronicamente. Além da remodelação e do embelezamento, a intervenção urbanística também deveria *disciplinar* toda a cidade em sua extensão (STUCKENBRUCK, 1996). Era preciso uma nova arrumação que disciplinasse toda a cidade, que separasse as classes sociais, que fixasse de vez o lugar do pobre, e que, ao mesmo tempo, também "civilizasse" essa população, como alude o próprio idealizador do Plano:

"A medida que as vilas jardins operárias serão edificadas em obediência aos dados do plano regulador, será conveniente reservar um certo número de habitações simples e econômicas, porém higiêncas e práticas, para a transferência dos habitantes da favela, primeira etapa de uma educação que os há de preparar para uma vida mais confortável e mais normal". (AGACHE, 1930. Apud. STUCKENBRUCK, 1996: 88)

O interessante é que, de certo modo, o Plano Agache reconhecia os problemas das classes populares. No entanto, notamos que o discurso se baseia ainda nas concepções higienistas, e, sendo assim, a necessidade agora não era apenas proporcionar melhor fluidez do espaço urbano, do "organismo", mas também, proporcionar uma *pedagogia civilizatória* através de constrangimentos paisagísticos e de novas delimitações territoriais. Isto é, o plano Agache, apesar de reconhecer os problemas da cidade, mais especificamente dos espaços populares, não poderia permitir a permanência das favelas nas áreas nobres da cidade, sendo agora necessário disciplinar não apenas a cidade, mas também, os habitantes das favelas.

Esta nova concepção de encarar os problemas da cidade considerando, os problemas das classes populares, ocorre de acordo com o contexto sóciopolítico do período. Isto é, a preocupação naquele momento não somente se mostraria pela multiplicação da favela no tecido urbano da cidade, como também se inseriria nos novos anseios culturais do movimento modernista de 1922. Neste sentido, os meios formadores de opinião acabam também, aparentemente, mudado suas representações sobre os moradores favelados, demonstrando uma certa valorização das "temáticas nativas" e das "estéticas brasileiras" (ABREU, 1994). Surge assim uma "nova" concepção sobre a favela que, talvez, inaugure a lógica dual que nos referimos, marcadas pelos paradoxos, que ora a representam como o lado ruim da cidade, assim como, ora a representam como o *lado bom.* A favela a partir de agora, além de lugar de trabalhadores pobres, de malandros e de bandidos, é também lugar de musas e poetas do samba; além da pobreza que enfeia a paisagem é também espaço de beleza e lirismo da cultura popular brasileira. Ou seja, o imaginário da cidade se mostra recheado de exotismo sobre os moradores de favelas visões sociocêntricas²⁵ que são marcadas pelo distanciamento, definindo um limite, uma alteridade:

"Os nossos morros ainda não encontraram quem lhes sentisse a rude e brutal poesia, em cuja beleza se misturam os refrões nostálgicos dos 'sambas' e o drama sangrento dos 'bam-bam-bans'. O 'bamba' é um misto de valentão e do malandro. É negaceador, é

-

²⁵ Sobre o "sociocentrismo" (SILVA, 2002), ver nota 9 do capítulo 2.

sestroso e herdou, ao mesmo tempo, todas as belas qualidades do 'capoeira', corajoso e destemido, e todos os graves defeitos do 'tungador', trapacista e ladrão... As dançadeiras de 'sambas', a Salomé crioula, tem seu encanto perfumado e sua graça inebriante e sedutora. Ela simboliza a perdição daquele mundo infecto, onde os homens se esfaqueiam com a calma e a simplicidade com que nós, do lado de cá, nos abraçamos." (Correio da Manhã, 22/7/1923. Apud. ABREU, 1994).

Como bem sinalizou VALLADARES (2000), a influência de Mattos Pimenta se fez sentir não apenas no Plano Agache, mas no conjunto das propostas de intervenção pública pensadas para as favelas ao longo do século XX. Apesar do Plano Agache reconhecer a existência da favela e propor a sua erradicação, o início daquilo que podemos caracterizar como políticas públicas voltadas especificamente para as favelas data da década de 1940 (BURGOS, 1998). É neste sentido que se pode dizer que a imagem da favela evoluiu, ao longo das décadas de 30 e 40, de um problema reconhecido a um problema não apenas reconhecido, mas que também é objeto de intervenção.

É em fins da década de 1930 e início da década de 1940, com o populismo varguista, que as favelas começam a ser vistas pelo poder público como alvo de intervenção. Sua representação, porém, ainda é marcada pelo estigma de lugar insalubre, típico do discurso higienista do início do século, e como local socialmente degradante. Cabe considerar que essas primeiras iniciativas do poder público em relação às favelas foram muito mais resultado de um certo incômodo que tais espaços causavam à *urbanidade* da cidade do Rio de Janeiro do que um resultado de reivindicações dos favelados (BURGOS, 1998).

Com a *revolução* de 1930, o plano idealizado por Agache fora arquivado, pois representava a República que se queria esquecer. Ele somente seria parcialmente recuperado quase dez anos depois, no Estado Novo, através do prefeito Henrique de Toledo Dodsworth (1937-45), que priorizou o sistema de circulação da cidade²⁶. Aliás, mesmo não implantado como concebido originalmente, no que diz respeito à remoção das favelas, o Plano Agache correspondia bem à ideologia autoritária e dominante do novo governo, que se mostrava especialmente preocupado com as massas de trabalhadores que se

²⁶ Como por exemplo, a Avenida Presidente Vargas (1940-1943), e as melhorias das estradas que ligavam Rio e São Paulo.

concentravam nos centros urbanos (STUCKENBRUCK, 1996). Urgia a necessidade de disciplina e controle do espaço da cidade.

Neste quadro, surge o Código de Obras do Distrito Federal, de 1937, que demonstra bem a situação marginal vivida pelas favelas, classificadas como *habitações anti-higiênicas* e consideradas uma *aberração* (ZALUAR, 1998). No Código de Obras era proibida a formação de novas favelas, cabendo também a proibição de novas construções ou melhorias naquelas das favelas já existentes. Também se previa a extinção das favelas, substituindo-as por conjuntos residenciais e grupos de habitações de tipo econômico.

Todavia, foi apenas com o Relatório de Victor Tavares de Moura, encaminhado ao secretário geral de saúde do prefeito Dodsworth, em novembro de 1940, que as primeiras iniciativas concretas da intervenção pública se estabeleceram, com os parques proletários. Este relatório, além de ser o primeiro levantamento oficial sobre as favelas, torna-se ainda mais relevante pelo fato de inaugurar uma metodologia que passaria a acompanhar toda a história das intervenções públicas nas favelas, que seria marcada pela "necessidade de 'conhecer por dentro', investigar, averiguar, cadastrar as características desse grupo caótico da sociedade".²⁷

De acordo com VALLA (1986), o Relatório de Victor Moura sugeria, dentre outras medidas (i) o controle da entrada, no Rio de Janeiro, de indivíduos de baixa condição social; (ii) o retorno de indivíduos de tal condição para os seus estados de origem; (ii) a fiscalização severa das leis que proíbem a construção e reforma de casebres; (iv) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e (v) a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir os hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia.

Como se vê, o caráter disciplinador e ordenador permanece presente no trato às camadas populares. Seu foco, no entanto, desloca-se do plano da ordenação do espaço urbano e volta-se para os grupos sociais em si e seu espaço cotidiano. BURGOS (1998) vê no caráter autoritário e excludente das propostas de Moura um reflexo de um contexto político dominado pela

-

²⁷ Relatório Victor Moura (apud. SOUZA, 1983).

cidadania regulada, de modo que a resolução do problema favela não deveria ser vista pelo ângulo dos direitos sociais. Neste sentido, sendo concebidos como "pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória..." (BURGOS, 1998:28).

Àquela imagem estereotipada da favela, elaborada a partir dos cortiços, reforçada com o discurso médico-higienista e pela influência de Mattos Pimenta, acrescenta-se o viés técnico dos censos realizados em fins dos anos 40 e início da década de 1950 (PARISSE, 1969), em que a ausência e carência, além de sua homogeneização, se reforçam como elementos constituintes e definidores do que é favela (SILVA, 2002). Essas caracterizações são encontradas, por exemplo, na definição utilizada pelo IBGE por ocasião do Censo de 1950:

"São consideradas favelas todos os aglomerados que possuam, total ou parcialmente, as seguintes características:

Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50.

Tipo de Habitação: predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente de folhas de flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes.

Condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida.

Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada.

Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento."²⁸

Desta maneira, se por um lado a favela aparece como um problema estético, higiênico, urbanístico e policial, de outro, é tomado como o espaço das ausências e carências, justificando duas linhas de intervenção, que não necessariamente eram incompatíveis: uma de viés autoritário, desejosa da eliminação da favela, e outra, de discurso salvacionista, voltado para a assistência ao pobre, para sua educação e "civilização" (FERNANDES, 2005).

²⁸ Censo 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal. Apud. SILVA, 2002

A favela mantém-se como *um mal que deve ser erradicado* (ABREU, 1994) de modo que, para vencer o "inimigo" é preciso conhecê-lo²⁹. VALLADARES (2000), também chama a atenção para a importância desses primeiros levantamentos, que sinalizam a importância de se conhecer para melhor administrar e controlar as favelas.

No âmbito dessas questões, em 1947, a Prefeitura do Rio de Janeiro cria uma comissão para a extinção das favelas, e três soluções, todas elas no plano das remoções, apresentavam-se naquele momento: os parques proletários, a habitação independente e os conjuntos residenciais. Destes, os parques proletários apresentavam-se como melhor alternativa: eram superiores, mais baratos, mais estéticos e duráveis (LEEDS & LEEDS, 1978):

Os parques eram em grande parte uma criação do Estado Novo de Vargas, que combinava controles administrativos, "consciência" social governamental, retórica corporativista, e a reverência da parte do proletariado por "pai Gegê" tido quase como um santo (LEEDS & LEEDS, 1978: 197).

Embora elaborados em uma perspectiva reguladora da vida social, onde o Estado pudesse exercer maior controle sobre os habitantes oriundos de favelas³⁰, os parques proletários permitiram, do ponto de vista das relações entre moradores de espaços populares e Poder Público, um tipo de contato que até então inexistente, o que é observável, por exemplo, na organização dos moradores em função da possibilidade de sua transferência para os parques proletários (BURGOS, 1998). De acordo com BURGOS (1998), o autoritarismo, a *pedagogia civilizatória* e a precariedade das instalações tornavam os parques proletários lugares pouco atraentes para aquelas famílias

O relatório de Vitor Moura se insere neste quadro, uma vez que uma das principais preocupações das autoridades públicas à época era a total falta de informações precisas sobre as favelas (PARISSE, 1969). O relatório, porém, como vimos, apesar de ser um marco em termos de preocupação das autoridades públicas quanto ao levantamento de informações para fundamentar as intervenções, pecou no excesso de preconceitos e na caracterização do favelado como um sujeito passivo, necessitado da ajuda governamental e que nada tinha a contribuir no âmbito da elaboração de propostas de intervenção.

³⁰ Sobre o cotidiano dessa regulação, nos descrevem os LEEDS & LEEDS (1978): "A autoridade da Administração sobre os moradores era total. Todos os moradores tinham carteiras de identificação, que apresentavam à noite nos portões guardados que eram fechados às 22 horas. Toda noite, às nove, o administrador dava um 'chá' ('chá das nove') quando ele falava num microfone aos moradores sobre acontecimentos do dia e aproveitava a oportunidade para as lições 'morais' que eram necessárias" (LEEDS & LEEDS, 1978: 196 e 197).

sujeitas à transferência de suas moradias. Neste sentido, foram criadas comissões de moradores – inicialmente no Cantagalo e Babilônia – "como forma de opor resistência a um suposto plano da prefeitura de remover todos os moradores para os parques". Essas comissões, diz ainda o referido autor, algum tempo depois, "favorecidas pela restauração da ordem democrática (...) formulariam, pela primeira vez, uma pauta de direitos sociais referente a problemas de infra-estrutura de suas localidades" (BURGOS, 1998:28). A experiência dos parques proletários, desta forma, acabou contribuindo para os primeiros passos no sentido da organização dos moradores de favelas. Esse processo é fundamental para compreender os próprios rumos que as relações entre Poder Público e população favelada iriam tomar entre as décadas de 40 e 60.

A preocupação dos setores mais conservadores da sociedade carioca com a organização popular nas favelas levou à criação, em 1946, da Fundação Leão XIII, fruto de uma iniciativa conjunta da prefeitura e Arquidiocese do Rio de Janeiro. Seu papel seria o de "prestar assistência material e moral (...) [aos] habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro". Sua lógica era assistencialista e visava, antes de tudo, impedir indiretamente a organização popular nos moldes em que vinha se realizando:

Ao invés do conflito político, promove o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso aos bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais." (BURGOS, 1998:29).

A ação da Fundação Leão XIII, contudo, não impediria que na década de 1950 os contatos entre favela e política se tornassem mais fortes. Além da ligação de lideranças a partidos políticos, houve também uma aproximação dos extratos intelectualizados com a questão das favelas, passando estes a freqüentá-las e pensá-las, expressando suas opiniões através das artes, da música e da escrita. Esse cenário, como já era de se esperar, levou, mais uma vez, a Igreja e o Poder público a rediscutirem seu pacto e sua ação, aprofundando sua atuação nesses espaços com a criação de novas frentes: a

_

³¹ Do relatório "Como trabalha a Fundação Leão XIII" apud. VALLA, 1986.

Cruzada São Sebastião, em 1955, e o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), em 1956 (BURGOS, 1998).

Em matéria publicada no jornal *O Globo*, intitulada "no futuro não haverá mais favelas"³², é apresentada a Cruzada São Sebastião, cujo fim seria a "reintegração total dos moradores de todas as favelas do Rio no seio da sociedade (...) habitação decente e completa assistência social". Três dias após, também no jornal *O Globo*, D. Helder Câmara, criador da Cruzada São Sebastião afirmava que o Rio comemoraria seu IV centenário sem favelas. "Não gosto da expressão 'urbanização' ou 'extinção' das favelas, preferindo definir o nosso trabalho como humanização desses núcleos populacionais da metrópole" declarara o religioso.³³ Seu argumento sustentava-se na idéia de que havia uma situação "infra humana" dos povos das favelas e de que as 150 favelas de então, no conjunto de seus 400 mil habitantes, constituíam focos de agitação social, explorados pela "demagogia vermelha". Pretendia acabar com o mal pela raiz evitando o êxodo rural e iniciaria seus trabalhos na Zona Sul.

Note-se que os fundamentos da Fundação Leão XIII permaneciam em essência na Cruzada São Sebastião: concebia-se o morador de favela como carente (e não como um cidadão) e, portanto, necessitado de auxílio, de assistência, e entendia-se que a ameaça da "demagogia vermelha" ainda era um risco a ser eliminado. Essas idéias se reforçam em uma época marcada pela ascensão de Carlos Lacerda ao Governo do Estado da Guanabara³⁴ (em 1960) e o aumento do conservadorismo que culminaria na política de remoções sustentada por este governador.

Com a revitalização do SERFHA, a partir da década de 1960, tem-se um processo de estímulo à organização dos moradores, com a formação de associações em diversas comunidades. No entanto, tal política aos poucos revelaria seu papel, que não seria outro senão o de uma substituição progressiva da Igreja naquelas localidades, fruto de críticas das autoridades

³² O Globo, 08/11/1955 (p. 5).

³³ *O Globo*, 11/11/1955 (p. 10).

³⁴ O Estado da Guanabara corresponde ao recorte político-administrativo da antiga capital federal, equivalendo ao município do Rio de Janeiro. A Guanabara foi criada em 1960, por ocasião da transferência da capital federal para Brasília. Em 1975 a Guanabara foi fundida ao Estado do Rio de Janeiro.

quanto à sua ação. A proposta do SERFHA, de melhoria física das favelas, de apoio às associações – e a conseqüente organização dos moradores em torno dela³⁵ –, bem como uma política voltada para a consolidação das ocupações, como a melhoria das habitações já existentes, situava-se em um contexto de cooptação de lideranças e visava, antes de tudo, um controle estatal da organização popular. No entanto, apesar da atuação do SERFHA junto às associações, visando o controle da organização popular, isso não impediria que mais uma vez essa fugisse ao controle do Estado. Este cenário levou à substituição do SERFHA por uma nova instituição, a COHAB, e à reforma da Fundação Leão XIII.

Este período, até meados da década de 60, é importante ressaltarmos, aparece de forma bastante confusa na literatura sobre favelas, não permitindo uma clareza quanto ao plano das intervenções públicas (PARISSE, 1969). Mas se nas décadas de 50 e 60 a atuação do Estado ainda não se mostrava definida, oscilando entre as remoções e a urbanização, é com o golpe de 1964 e a instauração do Regime Militar que se criam condições políticas e ideológicas para se levar à frente uma política remocionista.

1.5. O período autoritário e a radicalização dos discursos e práticas sobre as favelas

"A elite nunca soube que os moradores viviam com tanta humildade porque temiam as remoções. (...) De que valia gastar um dinheiro sacrificado, se podíamos ser despejados a qualquer momento? (...) Nesse país, todo lugar que pobre pisa tem dono". (Feliciano da Silva Pinto, de 70 anos, eletricista, morador do Cantagalo, na Zona Sul do Rio)³⁶.

Até a década de 1960 não houve nenhuma política de intervenção sistemática nos espaços favelizados da cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 1978; BURGOS, 1998, PARISSE, 1969). Pelo contrário, o período precedente foi caracterizado pela ambigüidade de intervenções ora pautadas do desejo de eliminação das favelas, ora pautadas em sua

³⁵ Cabe lembrar que o governo mantinha, via atuação da SERPHA, o controle sobre as associações.

³⁶ Site: http://www.vivafavela.com.br. Reportagem: "Favela é...", de Cristiane Ramalho, 08/01/2002.

manutenção e recuperação. A descontinuidade e ambigüidade dessas ações não permitiram, dessa forma, nem a eliminação, nem a melhoria efetiva das favelas.

Nos anos 60, contudo, "inaugurou-se uma nova forma de tratamento das favelas" (VALLADARES, 1978: 24), com a administração de Carlos Lacerda (1960-1965), que lançou o programa de remoção de favelas. A população removida das favelas foi deslocada para áreas distantes dos assentamentos de origem, dando-se principalmente em torno do novo eixo industrial da Avenida Brasil, transferindo a população favelada para a Zona Norte e para a Zona Oeste do então estado da Guanabara. Destaca-se neste mesmo período, a criação da COHAB-GB (1962), que mediante acordo com a USAID ("acordo do trigo")³⁷ construiu três vilas populares: a Vila Kennedy (em Senador Camará, com 5.069 unidades habitacionais), a Vila Aliança (em Bangu, com 2.187 unidades habitacionais) e a Vila Esperança (em Vigário Geral, com 464 unidades habitacionais), para onde foram transferidos moradores de 12 favelas da cidade.

Além da COHAB-GB, havia também o BNH (Banco Nacional de Habitação), criado em 1964, com o objetivo inicial de financiar a habitação popular e a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), que tinha uma política explícita de remoção. Em 1967, o BNH passa a operar com recursos do FGTS. Desta maneira, a partir de 1968, a COHAB pôde atuar de maneira mais consistente, visto que passaria a ter maiores recursos disponíveis para a construção de habitações populares.

Em 1968, a administração Negrão de Lima³⁸ criou a CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidade, que tinha um objetivo oposto à política de remoções. A CODESCO propunha a urbanização das favelas, visando, com isso, "a permanência dos moradores na área; participação dos

³⁷ O Acordo do Trigo, firmado em 1962 entre o governo de Lacerda e a Agência de Desenvolvimento dos EUA (USAID) definia que o montante de U\$ 2.587.000,00, obtidos da venda de trigo dos EUA para o Brasil, seria utilizada na urbanização completa de uma grande favela e parcial em outras (não realizado), além da construção de 2.250 casas de baixo custo para abrigar moradores "reacomodados" de favelas. O governo estadual contribuiria com uma contrapartida de 3% de sua renda anual (LEEDS & LEEDS, 1978). Cabe destacar que o Acordo do Trigo foi uma estratégia geopolítica de ampliação das vendas de trigo norte-americano mediante a imposição de novos hábitos alimentares e culturais no Brasil, que passaria, desde então, a ser um país dependente da importação de trigo na composição de sua cesta alimentar.

³⁸ Negrão de Lima era candidato de oposição, e disputou as eleições contra Flexa Ribeiro. Foi governador da Guanabara entre 1965 e 1970.

moradores nos trabalhos e utilização dos investimentos já existentes; implantação de infra-estrutura básica (água, luz, esgotos); financiamentos individuais para melhoria ou reconstrução das casas; loteamento da área e venda de lotes individuais" (VALLADARES, 1978: 25). A coexistência da COHAB e da CODESCO revela a permanência da ambigüidade presente na ação governamental quanto às favelas.

O Golpe Militar de 1964 implicou em mudanças na relação entre favela e governo. Embora tais espaços a partir desse momento não funcionassem mais como curral eleitoral, estabeleceu-se uma lógica de controle, que se materializou com a criação da Comissão Estadual de Energia, em 1967 (até então a luz era distribuída pelos "donos de relógio" e gerida pelos moradores), e com o Decreto 870, que colocou as Associações de Moradores sob controle da Secretaria de Serviços Sociais e das Administrações Regionais, que deveriam aprovar seus estatutos e relatórios financeiros.

No bojo da política autoritária do Governo Federal, é criada, em 1968, a CHISAM — Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio. Era um órgão do Ministério do Interior ligado diretamente ao BNH. Seu papel era "ditar uma política única de favela, comum ao Governo Federal, ao então Estado da Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro: uma política de extermínio das favelas do Rio de Janeiro" (VALLADARES, 1978: 29).

A prática da remoção, reinante nesse período, além do caráter reacionário à organização popular, deve ser entendida como um elemento da especulação imobiliária. A instauração do regime militar teria deixado as classes dominantes mais à vontade para intervirem em prol de seus interesses. Neste sentido, passaram a assumir um discurso mais aberto e sem rodeios, garantido pelo caráter autoritário e antipopular do regime militar e de uma certa impossibilidade de resistência ou oposição a qualquer medida tomada pelo governo.

Para PERLMAN (2000), o argumento ideológico do governo baseava-se na idéia de que a favela não poderia ser um lugar bom para o desenvolvimento digno do povo e que sua eliminação era a única saída possível. Assim, cita um trecho de um documento da CHISAM:

Capítulo 1

"O primeiro objetivo é a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas. Da mesma maneira, o programa visa a mudar a posição da família favelada, que ocupa ilegalmente propriedade alheia, com toda a insegurança que isso representa, pela de donos de casa própria. Tais famílias tornam-se, então, completamente integradas na comunidade, especialmente quanto à maneira de viver e de pensar" (apud. PERLMAN, 2000: 243).

O Programa da CHISAM evidenciou alguns interesses em torno da remoção das favelas. Tratava-se sobretudo da liberação de terrenos, "propiciando o disciplinamento do uso do solo em muitas áreas da metrópole" (VALLADARES, 1978: 31). Além disso, pode-se destacar um incentivo à indústria da construção civil, visto que nos anos anteriores à política remocionista, esta se apresentava em estagnação.³⁹

A questão dos interesses em jogo pode ser observada no peso conferido à remoção de favelas situadas na Zona Sul da cidade. Esta área, de maior valor imobiliário, não respondia pelo maior número de população favelada da cidade, muito embora tenha sido uma das que mais favelados foram transferidos para os conjuntos habitacionais. O quadro abaixo revela as contradições da política de remoções e sua vinculação explícita aos interesses imobiliários de valorização das áreas da Zona Sul, ao mesmo tempo em que dimensiona o processo de segregação induzido pelo Estado, ao deslocar milhares de favelados para áreas distantes, a maior parte delas na Zona Oeste:

-

³⁹ É importante destacar que uma política de urbanização das favelas não produziria os mesmo efeitos, muito embora as justificativas "oficiais" para as remoções se pautassem em premissas muito próximas às da urbanização. Se o problema central era a habitação, no caso de urbanização, não se liberariam terrenos em áreas valorizadas e não se estimularia a indústria de construção civil, visto que as intervenções seriam muito mais pontuais como a ordenação de ruas, instalação de redes de esgoto e financiamentos individuais para a reforma das casas ao invés de se começar tudo do zero, como foi o caso dos conjuntos habitacionais. Além do mais, obra pública, especialmente em se tratando de "obra para pobre", possibilitava o desvio de recursos mediante a supervalorização de materiais e o emprego de material de péssima qualidade na construção das habitações. Isso, em médio prazo, produziu outro efeito: a rápida deterioração dos imóveis, que aos olhos de quem vê de fora, foi tomada como fruto de uma cultura dos pobres, que não sabem zelar pelos seus bens, especialmente em se tratando de algo fornecido com tantas "facilidades" pelo governo.

Quadro 1.1 - Distribuição dos residentes dos conjuntos habitacionais segundo as zonas de procedência – O exemplo da Cidade de Deus à época de sua criação

Zona de procedência	Total	%	% aproximado em relação à população favelada por Zona de procedência**	% da população favelada da cidade por zona**
Zona Centro (I, II, III e XXIII R.A.)	348	8,1	0,56	10,97
Zona Sul (IV, V e VI R.A.)	1.409	32,6	2,06	12,08
Zona Norte (VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XX R.A.)	1.081	25,1	0,28	67,90
Zonas Suburbana e Periférica (XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII e Municípios do antigo estado do Rio de Janeiro)	742	17,2	1,16***	11,32***
Não se aplicam*	735	17,0	-	-
Total	4.315	100,0	0,76	100,0 (565.129)

^{*} Refere-se a casos de remanejamentos e de flagelados que, em vez de declararem o local onde moravam antes de ir para o conjunto, ou quando da catástrofe, declararam os conjuntos ou abrigos onde estavam anteriormente alojados.

Adaptado de VALLADARES (1980: 43; 98)

Apesar das manifestações contrárias à remoção, particularmente quanto a atuação da FAFEG, que em 1968, no seu 2º congresso, posicionou-se contrária às remoções e em favor da urbanização das favelas, PERLMAN (2002) observou que a postura mais radical foi cedendo, gradativamente, a uma postura mais branda, até que fosse cooptada pelo governo, como bem ilustrou o caso da Favela da Catacumba, quando seus líderes passaram de ferrenhos opositores da remoção (chegando inclusive a propor um plano de urbanização da favela⁴⁰) à colaboradores do governo, ocupando cargos de confiança e coordenação nas ações locais preparatórias à remoção. Isso se deve, segundo a autora, à crescente repressão política que levou, inclusive, à

78

^{**} Considerou-se o dado de 1970.

^{***} A base de cálculo não levou em conta a população favelada dos municípios do antigo estado do Rio de Janeiro, por isso, esse número apresenta-se relativamente alto.

⁴⁰ Um esboço deste plano encontra-se reproduzido em PERLMAN (2002: 266).

dissolução da FAFEG por alguns anos. Uma senhora entrevistada pela autora bem ilustrou esse momento em sua fala: "Se tentarmos nos defender vão dizer que somos comunistas... Eu não sei bem o que isso quer dizer, mas sei que é muito, muito ruim, e que eles vão me matar a mim e a meus filhos se eles pensarem que eu sou isso" (PERLMAN, 2002: 267).

Como forma de promover o interesse dos favelados pelos conjuntos habitacionais, o governo promovia visitas aos conjuntos habitacionais. Apesar disso, como descreve PERLMAN (2002), a apatia era geral entre os moradores da favela: "voltavam exaustos e desencorajados, dizendo 'não saber o que fazer" (PERLMAN, 2002: 266). O fato é que os novos conjuntos situavam-se, em média, de 1h30min a 2h30min dos locais de trabalho, ao passo que na favela, esse deslocamento não durava mais que meia hora.⁴¹

O dia da transferência é ilustrado de maneira dramática. PERLMAN (2002) cita o caso de uma família que teria deixado seus parcos pertences à espera do caminhão do governo para a mudança. Como o dia era chuvoso, ocorreu que muitos desses objetos foram danificados, como o caso de Dona Margarida:

"No dia da mudança, contou Margarida, estava frio e chovia, e todos os seus pertences ficaram ao ar livre e se encharcaram enquanto se esperava pelo caminhão da mudança. Seu querido colchão, para o qual economizara muitos anos, foi totalmente destruído. Algumas coisas não puderam ser transportadas morro abaixo, e tiveram que ser deixadas para trás. Além disso muitas outras coisas quebraramse ou foram destruídas ao serem atiradas de qualquer jeito para dentro dos caminhões." [Para Margarida, completa a autora,] "a chuva é sinal de que 'o céu chorava com pena de nós" (PERLMAN, 2002: 268). 42

Os imóveis eram de péssima qualidade. Uma matéria publicada no Correio da Manhã, em 21 de janeiro de 1971, apresentava esta situação

⁴¹ A Vila Kennedy, por exemplo, segundo relato de seus moradores, ficou conhecida na época como "Cidade das viuvinhas", uma vez que os maridos passavam a semana fora de casa, dormindo nos locais de trabalho e, muitas das vezes, constituíam uma nova família, abandonando suas mulheres. Moradores da Vila Kennedy também me relataram que naquela época o transporte era tão difícil que havia o hábito de se marcar lugar no ponto de ônibus com pedras, que eram colocadas de madrugada pelos trabalhadores que precisavam sair cedo sem que tivessem que ir em pé no ônibus ou corressem o risco de perder a condução por excesso de lotação.

⁴² Os caminhões de mudança utilizados eram na verdade caminhões caçamba de lixo, uma situação extremamente humilhante para os favelados.

dramática, que poderia soar, à primeira vista, como até engraçada, não fosse a dramaticidade do problema:

"...para os moradores, a única diferença entre o prédio novo e os velhos barracos é que não precisam mais carregar água. Agora eles têm água até de sobra: quando chove, fica tudo inundado, e se lavam o assoalho, o teto do apartamento de baixo vira um chuveiro" (apud. PERLMAN, 2000: 269).

Como resultados da remoção, PERLMAN (2002) destaca quatro ordens de repercussões: (i) econômicas; (ii) sociais e culturais; (iii) políticas; e (iv) físicas. Em termos econômicos, os resultados da remoção repercutiram quanto ao gasto com transporte para o trabalho; mudança na facilidade de se encontrar trabalho; necessidade de se pagar prestações mensais pela casa nova. Em termos de repercussões sociais e culturais, a autora destaca o esfacelamento da estrutura de apoio existente nas favelas. Observa também a deterioração das relações sociais, com o aumento da violência e do individualismo reclamado pelos moradores entrevistados. Muito disso se deve ao fato da distribuição das moradias não ter respeitado as relações de vizinhança preexistentes na favela. Quanto às repercussões políticas, destaca a apatia e desconfiança entre os vizinhos, que somada à lógica individualista, não contribui para o associativismo. Por fim, no que tange às repercussões físicas, destaca que os efeitos materiais foram mistos, variando da melhoria dos serviços de saneamento, água e energia elétrica em relação às favelas. Apesar disso, destaca que a péssima qualidade das construções comprometeu essas melhorias, visto que os moradores eram obrigados a sanar problemas, como os do encanamento, que vez ou outra se rompia.

Com base nisso, retomando a análise de VALLADARES (1978), um dado muito importante de sua pesquisa é quanto ao espraiamento do fenômeno da favelização na cidade em concomitância à política de remoções. Na mesma época em que foram removidos cerca de 140.000 moradores de favelas, observou-se um crescimento significativo da população favelada, com um dado novo: muitas dessas favelas surgiam em áreas que até então esse tipo de ocupação do solo praticamente inexistia, como foi o caso da Barra da

Tijuca, Campo Grande e Santa Cruz. Outro dado importante foi o crescimento acelerado das favelas situadas na Zona Norte e Zona Oeste. Entre 1970 e 1974, passou-se de 162 para 283 favelas, cuja população aumentou de 565.129 para 771.090 habitantes. Ou seja, seguiram a tendência segregatória impulsionada maciçamente pelo Estado ao promover a política de remoções.

Nestes termos, a intervenção governamental, além de se limitar à questão habitacional como se ela em si fosse resolver a questão das favelas, não criou condições de inserção efetiva dos moradores das favelas nos programas habitacionais por ele criados, o que fez com que se estabelecesse um trajeto, segundo o qual, a remoção para o conjunto habitacional era seguida, em grande parte das vezes, pelo retorno à favela ou a algum loteamento periférico. A expressão disso está no próprio título do livro de VALLADARES (1978), extraído das situações verificadas pela autora: "Passase uma casa". Com isso, VALLADARES (1978) chega às seguintes conclusões quanto aos conjuntos habitacionais:

o que seria uma área de fixação tendia a tornar-se uma área de passagem. Quanto a isso, contribuiu o fato i) do preço da habitação não ser acessível a todos, especialmente em função do teto estabelecido pela COHAB, de três salários mínimos como renda máxima, e em função de muitos moradores, à época da entrevista na favela, declararem renda superior a real visando a galgar um imóvel melhor; ii) das despesas adicionais e obrigatórias corresponderem a cerca de 50% do valor das prestações do imóvel; iii) ao custo do transporte, dada a localização distante dos conjuntos em relação ao mercado de trabalho; e ainda iv) ao tamanho e qualidade das habitações, que implicavam em intervenções que nem sempre os moradores tinham condições de executar. Esses elementos de diminuição relativa da renda, deve ser somado à instabilidade financeira de boa parte dos mutuários, que não possuíam renda fixa e, muito menos, emprego fixo, o que dificultava o cumprimento do compromissos assumidos junto ao SFH, implicando em uma taxa de inadimplência bastante alta. "Passar a casa", neste sentido, foi a solução encontrada por muitos mutuários. Esses não tinham condições de arcar com as despesas, e isso tornava sua permanência no conjunto habitacional muito difícil. Cabe considerar ainda que muitos moradores utilizavam o sistema, desde o início, como parte de uma estratégia própria. Eles se tornavam inadimplentes propositadamente com a intenção de não pagar aluguel por algum tempo, ou ainda assumiam o financiamento com o propósito de repassá-lo mais à frente. Neste segundo caso, a coisa mostrou-se rentável, já que os imóveis se valorizaram frente a uma realidade econômica marcada pelo aumento dos valores dos aluguéis e uma queda relativa da renda dos estratos baixos e médios, que viam os conjuntos habitacionais como alternativa viável de acesso à moradia dentro de suas possibilidades de renda.

- o que era, por definição, uma área de ocupação compulsória, já se tornava uma área de ocupação voluntária. De área originalmente composta predominantemente por "favelados removidos" e flagelados, aos poucos os conjuntos foram sendo habitados por população não oriunda de processo compulsório de ocupação. Além dos "inscritos", que eram contemplados pela "reserva técnica", havia em número cada vez maior a presença do morador por "cessão de direitos", que eram aqueles que assumiam o financiamento no lugar dos moradores originais. Não se pode perder de vista ainda que houvesse muitos "invasores", que eram pessoas que ocupavam as habitações vazias a fim de forçarem seu ingresso no SFH.
- o que seria um espaço físico e social homogêneo adquiria cada vez mais uma composição heterogênea. Com a incorporação cada vez maior do morador por cessão de direitos além dos outros provenientes da reserva técnica, foi se configurando uma composição social cada vez mais heterogênea nos conjuntos habitacionais. A maioria de seus moradores, no entanto,

ocupavam-se de atividades muito semelhantes, em sua maior parte no setor de serviços ou ocupações industriais.

Para VALLADARES (1978:108), "o programa de acesso à casa própria concebido pelo BNH revelou-se impróprio, considerado em relação à população de baixa renda à qual se destinava". Ele baseou-se em premissas que não necessariamente correspondiam aos interesses reais dos moradores de favelas removidos. Essas premissas eram:

que os favelados desejariam ter acesso à casa própria;

que os favelados aceitariam comprometer-se a longuíssimo prazo com o pagamento das prestações (um mínimo de 15 anos);

que os favelados estariam dispostos a despender cerca de ¼ de sua renda mensal familiar com a habitação; e

que os favelados concordariam em deixar as favelas e serem removidos para conjuntos habitacionais da COHAB.

Quanto ao que VALLADARES (1978) chamou de "práticas de distorção do sistema", que se manifestava em todas as etapas do processo (desde o acesso ao imóvel, até a etapa de transferência do mesmo), ela o vê como uma forma de resistência por dentro, mas que revela, em contrapartida, uma lógica individualista que marca as relações sociais no Brasil: "as práticas de distorção retratam um comportamento antes de tudo individual e individualista. São práticas com objetivos estritamente pessoais, em um clima muitas vezes de competição, em que se deseja conseguir o máximo de benefícios em prejuízo de outrem" (VALLADARES, 1978: 120). Mas chama a atenção para o fato de que tais práticas não devem ser consideradas como elementos da "cultura da pobreza", uma vez que se fazem presentes no comportamento social do brasileiro e, também, por constituírem uma ideologia da classe dominante, já que, "por seu caráter pragmático, imediatista e individualista, ela tende a engendrar atitudes, comportamentos ou práticas sociais de tipo conformista" (VALLADARES, 1978: 122). Mas isso, conclui, é fruto da maneira com que se constituiu a sociedade brasileira, já que, "tendo em vista o bloqueio dos canais institucionais de representação popular, tende-se a reforçar o apelo às relações interpessoais e às redes informais para a solução dos problemas diários da população" (VALLADARES, 1978: 124). Assim,

"A casa popular financiada pelo BNH passou, portanto, a representar mais um bem de capital, transformável em moeda, do que propriamente um bem de consumo, cuja função primordial seria a de servir de abrigo. Passou a ser, com efeito, um meio, isto é, algo manipulável e de que se dispõe para as mais diversas finalidades, de acordo com a trajetória da vida de cada mutuário" (VALLADARES, 1978: 127).

1.6. Mudança de cenário nas favelas cariocas na transição democrática

A partir do final da década de 70 uma série de fatores contribuiu para o fim das remoções e para uma remodelação das intervenções públicas em favelas, que passariam a assumir um caráter urbanizador. Além do fim do *milagre* econômico e do enfraquecimento do regime militar – acompanhado da ascensão do movimento social e da luta pela redemocratização, pode-se citar, de acordo com VALLA (1986), sete elementos que contribuíram para esse novo enfoque:

- A preocupação de instituições internacionais, tais como o UNICEF, o BID, o Banco Mundial, com o crescimento das periferias no *Terceiro Mundo*;
- O crescimento das favelas como redutos oposicionistas, visto que as políticas remocionistas só fizeram fortalecer a organização dos moradores;
- O reconhecimento da gravidade do problema da favela, que teria crescido, em um período de 14 anos, 317%, ao passo que a população não favelada teria crescido *apenas* 44%;
- A reorganização da FAFERJ em 1979 com o slogan: "urbanização e posse da terra";

A pressão da Igreja Católica através da Pastoral de Favelas, marcada sobretudo com a Campanha da Fraternidade de 1979 e a visita do Papa ao Vidigal em 1980;

A desaceleração da construção civil para classe média em função da crise econômica;

A percepção do potencial eleitoral das favelas.

Ainda em 1979, o Governo Federal cria o PROMORAR (também conhecido como "Projeto Rio"). O objetivo era urbanizar algumas áreas marginais à Baia de Guanabara ocupadas por favelas. 43 O fato novo trazido pela nova forma de ver e intervir na favela teria criado um certo ressentimento entre os habitantes das favelas (BURGOS, 1998). Esse ressentimento, por exemplo, teria dado origem à CODEFAM (Comissão de Defesa das Favelas da Maré), criada por iniciativa dos moradores, cujo objetivo era a defesa de seus interesses diante do *pacote* proposto pelo Projeto Rio. Este tipo de iniciativa, contudo, além de demonstrar o receio dos moradores com as históricas políticas remocionistas, demonstrava também a vontade de fazer valer a voz de quem seria atendido pelos programas, buscando com isso, a inserção da opinião dos moradores nos projetos.

Esse conjunto de fatores que datam desde o final da década de 70 e toda a década de 80 é o que vai possibilitar, por exemplo, a elaboração do Programa Favela-Bairro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, marco da intervenção pública em favelas na década de 90. O processo de redemocratização acompanhado durante a década de 1980 deu novo impulso ao associativismo nas favelas, até então sufocado pela repressão militar, o que implicou uma maior organização popular em torno de reivindicações de suas demandas, especialmente por infra-estrutura. Algo que eclode, no Rio de Janeiro, com o Programa Favela-Bairro.

Pode-se dizer, em síntese, que entre os anos 80 e 90, consolida-se um novo cenário para as favelas no Rio de Janeiro, marcado, por um lado, por avanços sociais até então inimagináveis, tais como a garantia de permanência

85

⁴³ As seis favelas que compunham a Maré (Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União) mais outras partes do litoral da Baía de Guanabara, chegando a Penha e Caxias.

em função do fim das remoções e por intervenções urbanísticas voltadas para a implementação e/ou melhoria dos sistemas de saneamento, acesso a redes de eletricidade e de telefonia bem como avanços na instalação de equipamentos públicos como escolas e postos de saúde. Por outro lado, e em que pese os avanços na área social, observa-se uma estagnação em relação aos direitos civis, uma vez que o processo de conquistas democráticas não se materializa nas favelas e outras áreas estigmatizadas da cidade. A violência cresce nessas áreas - e não apenas a violência dos criminosos, mas também a dos agentes de segurança estatais -, e um espectro conservadorista volta a colocar as favelas em um lugar desconfortável e ameaçador no cenário da cidade, uma vez que a criminalização da pobreza se reflete em uma imagem negativa das favelas e de seus moradores como bandidos ou coniventes com estes. Assim, avanços democráticos encontram obstáculos, uma vez que a sociedade amedrontada impõe uma espécie de "Estado de exceção" às favelas, reproduzido fielmente pelas autoridades públicas e reforçado pela abordagem enviesada dos meios de comunicação.

Com efeito, as intervenções que poderiam caracterizar avanços sociais significativos, a exemplo do Programa Favela-Bairro, da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, passam a constituir mecanismos de contenção e controle social, apresentando-se como mais um instrumento de prevenção à violência. Igualmente pode-se dizer sobre o *boom* de ONGs, que ao longo dos anos 90 ocupou o vácuo de representatividade política das lideranças tradicionais, que aos poucos se viram enfraquecidas diante das pressões do tráfico e da nova dinâmica dos movimentos sociais, absorvida cada vez mais pelas ONGs, muitas das quais compostas por essas lideranças, fossem elas antigas ou novas.

Nessa nova dinâmica, de reconfiguração das esferas de participação política e de resignificação da favela no cenário urbano, o lugar da participação popular nas decisões políticas torna-se cada vez mais limitado, conferindo ao poder público maior capacidade de atuar conforme seus interesses, impondo modelos nem sempre coerentes com as reais demandas das favelas e de seus moradores.

Nestes termos, os modelos adotados visaram mais que promover melhorias nas favelas, amenizar uma imagem negativa do Rio no cenário internacional, favorecendo uma imagem de cidade com potencial para a presença de investimentos estrangeiros. De certo, essa nova etapa das acões governamentais nas favelas, em uma escala mais ampla, e relacionada ao processo de globalização, que interpõe novas redes, apresenta soluções mais concretas aos problemas da violência e do caos urbano atribuídos à cidade carioca – que como vimos têm, historicamente, nas favelas o seu simulacro –, se constituindo como novas estratégias que convergem para dotar o Rio de Janeiro de uma qualidade urbana, tanto estética quanto em infra-estrutura, que possa atuar sobre a imagem da cidade e apresentá-la como um produto competitivo no mercado internacional (OLIVEIRA, 2002). A partir dessa perspectiva, tais intervenções se constituem mais como uma pressão dos extratos médios e altos do que necessariamente fruto de reivindicação dos moradores, sobretudo se levarmos em conta que a ascensão do associativismo acompanhada no período de redemocratização, sofreu um grande recuo em função do fortalecimento do crime organizado, que passa a interferir na organização interna das favelas.

Somente quase cem anos depois de seu surgimento no tecido urbano, com o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, de 1992, que aparecem as primeiras propostas concretas para a consolidação da favela e uma garantia legal de que a remoção não era mais uma ameaça, sendo substituída definitivamente por uma política de urbanização e gradativa legalização das ocupações, com a concessão do usucapião urbano. Com o Plano a favela passa fazer parte do planejamento oficial da cidade, não mais como provisória ou como apropriação ilegal sujeita à remoção indiscriminada. Neste sentido, busca-se atender às demandas por infra-estrutura urbana, a regularização fundiária, a disponibilização dos serviços públicos, os arruamentos e a oficialização dos endereços, com o reconhecimento dos logradouros que até então nem constavam nos mapas⁴⁴. Propostas que

_

⁴⁴ O mapa, enquanto produto de um sistema simbólico apresenta uma leitura a partir dos padrões estabelecidos pela classe dominante, que detém domínio sobre os meios oficiais de sua elaboração. É a partir do conjunto de interesses expressos em uma relação entre classe dominante e classe oprimida, que se estabelece uma leitura "oficial", seja através dos mapas, seja através das interpretações dadas pelas instituições que servem aos interesses das classes dominantes. A exclusão das áreas ocupadas por

significam para o morador da favela o reconhecimento público de seu local de moradia, de seu lar, de seu lugar de encontros e vivências e, também, da possibilidade de afirmação de sua própria história⁴⁵.

Embora o Plano Diretor possa ser visto como a *base* viabilizadora do Favela-Bairro, este Programa, de acordo com RANDOLPH (2001), deve ser compreendido a partir de uma mudança da matriz de poder social, que se faz acompanhar na década de 1990 com a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). De acordo com OLIVEIRA (2002), o Plano Diretor foi secundarizado como um instrumento efetivo de intervenção urbana,

"o que se tornou evidente na implementação dos conhecidos projetos 'Rio Cidade', 'Programa Favela-Bairro' e 'Linha Amarela', ignorando a lei [Orgânica do Município] e qualquer outro princípio de se ter direito ao direito à cidade. Além disso, o governo César Maia (1993-96) criou o seu próprio 'Plano Estratégico', com base em interesses corporativos de entidades e grupos econômicos como a FIRJAN e a Associação Comercial" (OLIVEIRA, 2002:130).

Portanto, essa mudança de matriz do poder social diz respeito ao peso de determinados atores coletivos ou categorias sociais em promover mudanças na realidade política, cunhando a agenda e os espaços das decisões das elites políticas (RANDOLPH, 2001).

Com isso, o PECRJ se insere em uma resposta das elites aos *desafios* postos pela globalização, e deve ser tomado "como uma sistematização da visão e do projeto da cidade de um expressivo setor da elite" (VAINER, 1996: 2, apud. RANDOLPH, 2001:85). O PECRJ tem por principal objetivo "a revalorização da cidade dos negócios, do terceiro setor superior (serviços avançados para as empresas, 'business parks' áreas de C&T, oferta cultural de

favelas é expressão desse mecanismo. Por se caracterizarem pelo uso ilegal do solo – ocupando áreas de terceiros, a inclusão dessas áreas nos mapas, de maneira sistemática, implicaria, sob o ponto de vista simbólico, no reconhecimento das mesmas enquanto áreas ocupadas, usadas e que têm dono. Igualmente, definições do que é um dado espaço, como a favela, evidentemente abarca, mais uma vez, este conjunto de elementos e construções simbólicas que se estabelecem a partir da legitimação dos interesses dos grupos dominantes. Uma visão negativa e excludente da favela, neste sentido, exprime, de alguma forma, o descaso para com essas áreas por parte do Estado e de quem o dirige e ao mesmo tempo revela o caráter fragmentário e segregador de tais áreas e suas populações.

⁴⁵ O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro diz o seguinte em seu artigo 44, onde se estabelecem os princípios e objetivos de uso e ocupação do solo: "III - não remoção das favelas"; IV - "inserção das favelas e loteamentos irregulares no planejamento da cidade com vista à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situam".

qualidade etc.)" (RANDOLPH, 2001:88), concebendo-a como um *bem estratégico* – "uma cidade para o consumo global" (RANDOLPH, 2001:85).

O PECRJ, contudo, depende de sua afirmação e legitimação perante a sociedade como um todo, buscando seu amplo consenso. Faz parte desta estratégia a incorporação de ações que visem a aproximação de setores excluídos, reafirmando o PECRJ como uma iniciativa benéfica para todos, buscando-se, com isso, disfarçar seu caráter elitista. Neste sentido, as relações entre o PECRJ e o Programa Favela-Bairro aponta para "uma constelação de acordos que incorporam o Programa como parte de estratégias de sua legitimação perante classes e segmentos excluídos destes acordos" (RANDOLPH, p. 86). Neste contexto, o Favela-Bairro, enquanto uma política pública voltada para os setores mais excluídos da sociedade "revela uma verdadeira 'vocação estratégica' de fornecer elementos chaves para esta matriz de poder social" (RANDOLPH, p. 86), sobretudo ao oferecer resultados rápidos e visíveis, de grande impacto na mídia e entre as camadas pobres; por atuar junto à população excluída da formulação do Plano Estratégico; e por estabelecer uma espécie de confiança entre os elaboradores do Plano (membros da elite)⁴⁶ com aqueles que não foram consultados (setores populares).

Para BURGOS (1998) o programa Favela-Bairro se insere em um contexto marcado pelo déficit de direitos sociais, referentes à infra-estrutura e ao déficit de direitos civis e políticos, referente, sobretudo, à informalidade da propriedade e aos constrangimentos à liberdade impostos pelo tráfico de drogas. A partir da hipótese levantada neste trabalho, acreditamos que será a partir dessa realidade e da maneira de encará-la – que historicamente foi marcada por representações estigmatizantes – que o Poder Público irá atuar ao longo dos anos 80 e 90. Soma-se a isso o fato do Programa Favela-Bairro, como apontou RANDOLPH (2001), inserir-se em uma perspectiva de justificação e afirmação de um projeto de cidade formulado pelas classes dominantes, onde se buscou articular a lógica da cidadania à lógica do mercado, incluindo-se, explicitamente, a mercantilização dos espaços da

_

⁴⁶ Constituem os chamados *Promotores* do Plano Diretor, a Prefeitura, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) (RANDOLPH, 2001).

cidade no que diz respeito ao seu acesso, formas de uso e meios de apropriação. Uma lógica que alimenta a conformação dos espaços de constrangimento, produzidos a partir de uma estética de classe, baseados em parâmetros que definem mais que uma alteridade, o distanciamento, a vergonha, o ressentimento, enfim, o constrangimento no acesso aos espaços da cidade.

Nestes termos, os déficits de direitos sociais e de direitos civis e políticos, apontados por BURGOS (1998), devem ser vistos a partir de uma escala mais abrangente, que levem em conta as mudanças sócio-econômicas que se fizeram acompanhar no período posterior à redemocratização e, do mesmo modo, diante dos novos constrangimentos territoriais impostos aos moradores de favelas. Isto é: se por um lado esse período é marcado pela implementação de políticas neoliberais, que vêm aumentando o desemprego formal e as tarifas públicas e implicando uma reestruturação dos espaços urbanos tendo em vista uma inserção competitiva (e geralmente excludente) no cenário da globalização, por outro lado, é concomitante a esse período uma ascensão do crime organizado e do fortalecimento das estruturas locais de distribuição de tráfico de drogas, que configuram novos limites territoriais, especialmente devido à maior oferta de cocaína e ao incremento bélico dos traficantes, que passam a contar com armas de alto poder de fogo.

Para LEEDS (1998), a transição política do autoritarismo para o regime democrático na América Latina foi acompanhada de uma transição econômica que agravou a situação de pobreza nestes países. Essa transição promoveu profundos cortes nos gastos governamentais, especialmente nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura e segurança pública, o que atingiu, sobretudo, aqueles segmentos populares *tradicionalmente vulneráveis e desassistidos* (LEEDS, 1998: 234). Esta lacuna deixada pelo Estado neoliberal teria sido preenchida por dois *atores alternativos* que passaram a conquistar espaços nesses anos de neoliberalismo: as ONGs e o crime organizado.⁴⁷

_

⁴⁷ Não se pode estabelecer um paralelo entre as ONGs e o tráfico, haja vista que a presença e atuação das primeiras situa-se no plano da melhoria das condições de vida e baseia-se em um contexto de solidariedade social, ao passo que o tráfico atua no campo do ilícito e promove ações violentas como meio de obtenção de seus interesses. No entanto, é válido afirmar que a fragilidade da presença do Estado permitiu, simultaneamente, a ascensão das ONGs e do tráfico, como sugere LEEDS (1998) só que em circunstâncias diferenciadas. Igualmente, há que se distinguirem ONGs que atuam como suporte

Com efeito, esses "poderes paralelos", de acordo com LEEDS (1998), são resultado da omissão do Estado no atendimento das demandas sociais nas favelas. Algo que, se articulado às considerações de BURGOS (1998), nos leva a constatar que é a partir do déficit dos direitos sociais, civis e políticos que emergem esses grupos. No entanto, FAUSTO NETO (1995: 426) nos lembra que não falta aos moradores de favelas "referenciais institucionais e legais, noções de direito e cidadania"; ao contrário, pois, se por um lado essas referências se deram através de uma "experiência de pertencimento diferenciada e subalternizada", por outro, "não deu garantias de respeito aos direitos como 'regra do jogo' político nem segurança do amparo legal e social contra o arbítrio e as experiências de forças sejam elas de ordem pública ou privada". Como constatação disso tem-se os inúmeros relatos de moradores que apesar de reconhecerem a ameaça que esses criminosos exercem sobre suas vidas, são levados a submeterem-se às suas regras em lugar de confiar na polícia, que em geral é acusada de violenta, preconceituosa e desrespeitadora dos moradores locais⁴⁸ (ALVITO, 2001). Quanto a isso, ainda nos diz LEEDS (1998:243): "A percepção dos favelados (...) de que para eles a justica formal não funciona levou uma parcela dessa população a aceitar um sistema de justiça alternativo", e complementa, afirmando que essas populações vivem o dilema de estarem acuadas entre aquelas duas formas de violência – a policial e a dos grupos de traficantes.

É a partir desse quadro que se pode compreender o plano das ações governamentais nas favelas, nos últimos anos, que vem sendo marcado pela repressão ao crime organizado e por políticas de compensação do déficit de direitos sociais no que se refere à infra-estrutura básica. No entanto, apesar dos investimentos em infra-estrutura, pouco foi feito em relação à garantia dos direitos civis e políticos e às condições de exercício pleno da cidadania das populações faveladas, acentuada agora pelas imposições do tráfico de drogas e pelo discurso ideológico do neoliberalismo que associa a *lógica da cidadania*

às ações estatais, desenvolvendo ações que deveriam se realizadas pelo Estado, estando, portanto, atreladas à agenda neoliberal (como por exemplo, serviços de saúde e assistência social), e ONGs que possuem uma abordagem crítica àquelas, intervindo no campo da construção do monitoramento e avaliação de políticas públicas e na proposição de metodologias sociais e políticas públicas em parceria direta ou não com o Estado.

⁴⁸ ALVITO apresenta duas frases que expressam o sentimento por parte dos moradores quanto à polícia: "policiais são vagabundos de farda com salário"; "bandidos com carteira para matar e torturar" (2001: 98).

à *lógica do mercado*. Nestes aspectos, o Programa Favela-Bairro, por ser seletivo, não contempla todas as esferas necessárias à verdadeira *integração* da favela ao bairro e à cidade, deixando lacunas que reforçam aqueles déficits.⁴⁹

Porém, apesar desses problemas, de acordo com BURGOS (1998), o Favela-Bairro pode trazer à tona a revitalização da organização política nas favelas, algo que teria impacto positivo sobre aquilo que considera uma das principais questões políticas da cidade: "o déficit de direitos civis e políticos dos excluídos em sua fraca adesão à institucionalidade democrática" (BURGOS, 1998: 52). Isso, entretanto, deve ser relativizado, sobretudo se considerarmos que as melhorias trazidas por esse programa podem implicar em maiores restrições quanto às condições de vivência dos moradores das favelas por ele beneficiadas, criando um dilema complexo.

Esse dilema é expresso pela inversão da lógica reinante nos anos de regime militar, caracterizada pelo eixo *remoção-apropriação-mercado* — isto é, remove-se a favela, se apropria da área, inserindo-a no mercado de terras urbanas —, pela lógica dos anos de urbanização de algumas favelas da cidade, pelo Favela-Bairro, calcada no eixo *mercado-apropriação-remoção*. O que ocorre é que apesar de não haver na política implantada um desejo de remoção, pelo contrário, de afirmação da favela, tendo como resultado a urbanização, pode-se especular que essas melhorias, por provocarem um aumento do custo de vida (cobrança de IPTU, fim dos "gatos" e ligações clandestinas de água e esgoto), e por restringirem o acesso à renda (fim dos pontos de comércio sem alvará, ou desapropriação de uma casa de uso misto por apartamento que não oferece a possibilidade de renda), podem, de alguma forma, contribuir para a des-re-territorialização das populações no interior das favelas e entre as favelas, fenômeno ainda pouco estudado.

Por outro lado, além do Favela-Bairro, um outro fator de repulsão de determinadas áreas das favelas é o tráfico de drogas, que ao restringir a circulação e impor regras de condutas no interior das favelas, criam tensões

49 Por exemplo, o Programa não intervém nos fatores de segregação e discriminação social (RANDOLPH, 2001); e não contempla o acesso a formas mais sofisticadas de comunicação, como a telefonia, muito

embora uma de suas propostas seja a promoção da acessibilidade e circulação.

que geralmente levam à expulsão de moradores e/ou mudança para áreas onde possam se sentir menos vulneráveis. Essas afirmativas podem ser corroboradas nas palavras de FAUSTO NETO (1995), segundo a qual:

"... não mais sendo objeto de ações remocionistas do Estado, as populações faveladas continuam sofrendo um processo silencioso de remoção agora motivado por outros mecanismos: os custos de permanência (e mercado de aluguéis) naquelas situadas em regiões mais valorizadas, e as ações ilegais (basicamente o narcotráfico) que passa a ter como uma de suas bases, as favelas cariocas" (FAUSTO NETO, 1995: 423).

Um aspecto interessante quanto a isso diz respeito ao peso das demandas apresentadas por moradores das áreas beneficiadas pelo programa Favela-Bairro. Segundo CAVALLIERI (2003), os resultados insatisfatórios da política de regularização fundiária do Favela-Bairro refletem a falta de interesse dos moradores, que, na sua opinião, poderia restringir sua liberdade de construir à revelia de parâmetros e imposições definidas pelo poder público algo mais difícil de ocorrer em áreas formais da cidade. Todavia, o que parece ser o fator preponderante é o peso atribuído à regularização em comparação a outras questões. Quando perguntados sobre as prioridades para suas áreas de moradia, 14% apontaram a melhoria das condições de segurança e policiamento, ao passo que apenas 1% considerou a regularização como prioridade (CAVALLIERI, 2003). Com efeito, essa situação revela que, se por um lado o risco da remoção não constitui uma ameaça, ao mesmo tempo em que melhorias gradativas ocorrem nas instalações coletivas das favelas, por outro, a questão da segurança coloca-se como um desafio concreto para a melhoria efetiva das condições de vida naquelas localidades.

O fato é que, se por um lado programas como o Favela-Bairro voltaramse para a amenização do déficit social, equipando favelas com saneamento básico, arruamento e programas de geração de renda, por outro lado, o déficit de direitos civis e políticos não foi amenizado (BURGOS, 1998). Salvo as ações geralmente localizadas das ONGs (que ocupam um lugar cada vez maior nas favelas a partir dos anos 90), é o crime organizado que vem, a cada dia, ocupando com mais voracidade esses espaços, ainda que sob outros referenciais e a partir da perspectiva do crime, e não da justiça social como seria o trabalho das ONGs. Isso vem contribuindo sobremaneira para a desmobilização popular e seu fechamento em grupos voltados aos seus próprios interesses, tendo como resultado a perda do senso de coletividade (ZALUAR, 1998).

A presença do tráfico de drogas, também é importante considerar, pode ser compreendida como pretexto para o controle e a repressão das classes populares (LEEDS, 1998), de modo que "culpar as favelas pelos males da sociedade ligados ao consumo de drogas torna-se facilmente um pretexto para considerar as favelas fonte de todos os problemas sociais brasileiros e para reclamar novamente sua erradicação" (LEEDS, 1998: 247).

A partir disso, podemos considerar que aquelas representações que começaram a ser construídas entre o final do século XIX e início do século XX, parecem permanecer ainda hoje na relação do Estado com os moradores das favelas, sendo agora agravadas pela correlação entre as favelas e o "crime organizado", num claro processo de reforço da criminalização de seus moradores. As ações repressivas da polícia, que tende a ver todo favelado, especialmente o jovem, como um sujeito potencialmente criminoso, é uma expressão clara deste processo. Neste sentido, se o déficit de direitos civis e políticos, conforme assinalou BURGOS (1998) é historicamente presente no plano das ações governamentais para as favelas, podemos concluir que enquanto perdurarem as representações estigmatizantes em relação à população favelada, por mais conquistas que esses moradores possam vir a obter, dificilmente encontrarão campo para ações efetivas no combate aos problemas das favelas. Com efeito, encontrar meios de superação do estigma e de afirmação positiva dos moradores de favela no cenário urbano - seja quanto a sua imagem, seja quanto a sua presença efetiva na cidade, como cidadão pleno -, constitui um desafio a ser pensado no que se refere às políticas direcionadas para estes setores.

Capítulo 2

O papel do medo e da estigmatização no processo de segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro

2.1. A "atualização" do "mito da marginalidade": desdobrando a análise de Marcelo Lopes de Souza

A eleição de Leonel Brizola como governador, em 1982, é um marco importante para as mudanças ocorridas no último quarto de século no Rio de Janeiro, em especial aquelas ligadas ao crescimento das favelas e ao avanço da violência urbana. Brizola prometia um governo identificado com os setores populares, que refletiu em uma política populista centrada em duas frentes: de um lado, a promoção de uma política educacional, materializada nos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPS. De outro, uma política de segurança pública voltada para a humanização das forças policiais, onde se respeitasse, sobremaneira, os direitos humanos, especialmente nas favelas (HOLLANDA, 2005). Brizola buscava, com essas ações, superar o legado do Regime Militar, que acentuou a concentração de renda e minimizou as condições de ascensão social dos pobres, além de fortalecer o caráter repressivo e violento da polícia. A agenda política de Brizola centrava-se na valorização do Estado de Direito e na promoção da cidadania, com foco em questões sociais, linha essa seguida não apenas por ele, mas também por outros governadores, como Franco Montoro, em São Paulo, fazendo valer uma demanda apresentada pela sociedade, mobilizada em torno redemocratização e da luta pelos direitos humanos (SILVA, LEITE & FRIDMAN, 2005). A abertura democrática mobilizava esses governos para a construção de uma nova relação entre Estado e Sociedade, inaugurando uma fase de esperanças.

Hoje, após pouco mais que 25 anos, colocamo-nos diante de um cenário onde as esperanças cederam lugar ao medo e ao sentimento de desolação. Os dois baluartes daquela nova fase de positivas expectativas, os CIEPS e a Polícia, revelam o fracasso daquelas iniciativas cujo responsável não se limita apenas aos governantes, mas a todo um contexto que mescla resistência aos valores democráticos e ao novo espaço ocupado pelos mais pobres na sociedade brasileira – um espaço de direitos, e não mais de carências -, e a fragilidade da cultura política e cívica brasileira, onde os fatos dramáticos e

absurdos de nossa história política têm implicado em um descrédito cada vez maior das instâncias governamentais, - especialmente os políticos e o Poder Judiciário -, e conduzido a população a iniciativas cada vez mais frágeis no campo das lutas coletivas e cada vez mais fortalecidas, embora pulverizadas, no campo das saídas individuais e de cunho individualista. Exemplo maior e mais atual disso é a articulação entre aumento da violência e da sensação de insegurança somado ao descrédito das instituições da ordem – a Polícia e o Poder Judiciário -, que vem alimentando o sentimento de vingança, o desejo da pena de morte, da redução da maioridade penal, indo na contramão das conquistas constitucionais de 1988 e na contramão do próprio Estado de Direito. O aumento generalizado da violência e sua disseminação pela sociedade⁵⁰, em diversas formas e escalas, tem sido um desafio ainda maior neste contexto, uma vez que mobiliza a sociedade em torno de soluções nem sempre adequadas ao novo regime, que ainda mantém resquícios dos tempos da ditadura. Exemplo disso pode ser tirado da Polícia. Não se observa, na transição democrática, uma mudança na estrutura da polícia que fosse correspondente aos anseios democráticos do novo regime. Pelo contrário, a polícia manteve-se "intacta", preservando sua estrutura e seus princípios de funcionamento, inclusive os de ordem violenta e repressiva que caracterizou a instituição nos anos de ditadura. Como sugere BATISTA (2003) a transição da ditadura para a democracia deslocou o inimigo interno para o criminoso comum, o que permitiu que se mantivesse intacta a estrutura de controle social e mais investimentos na "luta contra o crime".51

⁵⁰ Como observa ADORNO (2002), o período que segue à redemocratização apresenta quatro tendências que ajudam a explicar o fenômeno da violência na sociedade brasileira. A primeira dessas tendências é o crescimento da delinqüência urbana, com destaque para os crimes contra o patrimônio e os homicídios dolosos. Outra tendência diz respeito à emergência da criminalidade organizada, especialmente o tráfico de drogas, algo que, segundo o autor, altera os perfis convencionais da delinqüência urbana e propõe novos dilemas para o direito penal e a justiça criminal. Uma terceira tendência situa-se no campo da violação dos direitos humanos, que compromete a consolidação da ordem política democrática. Por fim, uma quarta tendência refere-se à "explosão de conflitos" nas relações intersubjetivas que tendem a convergir para desfechos fatais. Esta última tendência, complemento, tem sido um dos principais alvos das campanhas pelo desarmamento, haja vista que pequenos conflitos, de natureza interpessoal, adicionados à presença de armas de fogo, podem culminar em mortes violentas

⁵¹ O fato é que a estrutura da Polícia brasileira é altamente militarizada, fruto de uma constituição histórica que remete ao período colonial, quando a polícia era um órgão de controle das classes perigosas identificadas na figura dos escravos, pretos libertos, capoeiras e alguns imigrantes, cujos métodos espelhavam a violência e brutalidade de uma sociedade escravocrata (HOLLOWAY, 1997). Enquanto uma organização de estrutura militarizada, cabe destacar seu papel direcionado contra as "forças inimigas". Como sustenta HALLOWAY (1997: 50), "... O inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria sociedade – não a sociedade como um todo, mas os que violavam as regras de comportamento estabelecidas pela elite política que criou a polícia e dirigia a sua ação". Com efeito, a manutenção de

Neste processo, aprofunda-se a criminalização dos setores mais vulneráveis historicamente estigmatizados em um contexto de transformações econômicas e políticas no Estado brasileiro em processo de "neoliberalização". Nesta conjuntura, marcada pela minimização da presença do Estado, por altas taxas de desemprego e pela formação de grandes massas de excluídos, tem sido a crescente substituição de um Estado dos direitos sociais para um Estado da punição (WACQUANT, 2001a, 2001b e 2003), configurando um novo tratamento conferido a pobreza tanto nos países desenvolvidos quanto, e muito especialmente, naqueles paises em que sequer os direitos tiveram o tempo necessário para se afirmarem na agenda pública, como tem sido o caso brasileiro.

Deste cenário, depreende-se que as esperanças, talvez menores que há 25 anos, nos colocam diante do desafio de se pensar novos caminhos, buscando reconhecer os avanços da sociedade e enfrentar os problemas que hoje obstaculizam a consolidação da democracia e dos direitos humanos, em especial nas áreas de moradia das populações de origem popular, lugares onde a fragilidade das instituições democráticas e do Estado de Direito se faz mais presente. Destes obstáculos, acreditamos que a violência coloca-se como o mais forte deles, que somada ao preconceito e ao estigma e aos efeitos perversos das políticas neoliberais, vem tornando a vida nas favelas mais difícil, pondo à risca alguns avanços obtidos nesses espaços nos últimos anos. Corrobora com este ponto de vista, o estudo desenvolvido pela antropóloga norte-americana Janice PERLMAN (2004), que revela que a violência e o preconceito constituem hoje a principal ameaça ao avanço social e econômico das favelas do Rio de Janeiro. A partir de um estudo longitudinal em favelas cariocas, PERLMAN (2004) constatou que apesar de melhorias visíveis no acesso a serviços e equipamentos públicos, a situação da violência constitui o principal problema no olhar de seus entrevistados. Para a antropóloga, em entrevista à revista Época, "o maior temor dessas pessoas na primeira fase da pesquisa [anos 70] era a remoção (...) hoje eles convivem diariamente com o medo da morte. Temem balas perdidas da guerra entre traficantes ou de confrontos entre bandidos e policiais" (Revista Época, 06/12/04).

uma estrutura militarizada se sustenta em função das representações sociais sobre os pobres enquanto classe perigosa que perdura no imaginário social das elites conservadoras brasileiras.

Com efeito, a situação retratada e desmistificada por PERLMAN (2000) na década de 1970 difere significativamente da situação atual das favelas cariocas: elas hoje representam cerca de 20% da população da cidade⁵², estão altamente consolidadas e não há uma política oficial de remoções, tendo permitido, com isso, sua consolidação no cenário urbano, marcada pelas construções em alvenaria, por políticas de urbanização, das quais se destaca o Programa Favela-Bairro⁵³, da Prefeitura do Rio e, mais recentemente, o "PAC das Favelas"⁵⁴, do Governo Federal. Há, sem dúvidas, um reconhecimento público desses espaços e um investimento em sua melhoria, ainda que pequeno em comparação ao volume das demandas. Observa-se também uma melhoria significativa nos indicadores sociais das favelas e muito embora estes ainda estejam bem abaixo da média da cidade, algumas favelas já despontam como áreas melhor equipadas e atendidas pelos serviços públicos que muitas outras áreas da periferia carioca e fluminense (RIBEIRO, 1999 e 2002; LAGO, 2002).

Todavia, apesar dessas melhorias relativas, as favelas e sua população vivem um quadro dramático marcado pela violência, distinguindo-as definitivamente, das favelas de outrora. É a presença do tráfico de drogas nas favelas, que se intensifica nos anos 80 e 90, que vem dando o tom no que se

⁵² Segundo os dados oficiais fornecidos pelo Censo 2000, do IBGE, a população residente em favelas na cidade é de 1.092.958 habitantes, correspondendo a 18,66% da população da cidade. Estimativas do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) apontam que a população favelada poderá alcancar cerca de 21% da população da cidade em 2010 (http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=702). No entanto, em função de limites metodológicos do IBGE, como por exemplo, o não registro de aglomerações com pelo menos 51 domicílios, e a não incorporação de conjuntos habitacionais localizados em favelas ou mesmo loteamentos ilegais e irregulares, pode-se supor que o número de favelados na cidade seja bem maior que o apresentado pelo Censo, como sugere a própria divergência entre o número de favelas identificado pelo IBGE e aquele contabilizado pelo Instituto Pereira Passos. A esse respeito, como constata ARAUJO (2006: 2), "As metodologias distintas resultam em implicações práticas que limitam o uso dos dados produzidos. A partir dos dados do Censo Demográfico 2000, o IBGE considera a existência de 518 favelas na cidade do Rio de Janeiro, enquanto o IPP trabalha com um número de 752. Como se a diferença numérica já não fosse suficiente para dificultar o trabalho, nem todas as 518 favelas consideradas pelo IBGE estão incluídas na listagem mais ampla do IPP. Além dos casos em que um instituto considera a existência de uma favela inexistente nos registros do outro instituto, a maior parte das favelas consideradas pelo IPP não respeita os limites dos setores censitários, o menor recorte espacial de divulgação dos dados do universo do Censo Demográfico. Um outro problema é a incompatibilidade das nomenclaturas utilizadas por cada instituto para se referir às favelas. Os nomes, na maioria dos casos, não coincidem.'

⁵³ O Programa Favela-Bairro teve início em 1994, na gestão do prefeito César Maia e conta com apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Desde seu início (o programa encontra-se agora em sua terceira etapa) o programa atingiu um total de 143 "comunidades médias consolidadas" (500 a 2500 domicílios), segundo site da prefeitura (www.pcrj.rj.gov.br).

⁵⁴ O "PAC das Favelas", como ficou conhecido, compreende investimentos em urbanização do Governo Federal, gestão de Luis Inácio Lula da Silva, e insere-se em um programa ampliado de aceleração do crescimento, o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Em 2008 foram inauguradas as obras em quatro favelas do Rio de Janeiro: Rocinha, Alemão, Manguinhos e Cantagalo.

refere à imagem construída das favelas de hoje, e que vem orientando a ação do Estado e da maior parte das iniciativas da sociedade civil organizada, contribuindo também para uma acentuação do processo histórico de criminalização dos espaços populares no Brasil.

Um dos reflexos mais avassaladores da presença do tráfico nas favelas é a constituição de uma sociabilidade violenta, marcada pela presença marcante da força bélica, dos confrontos entre criminosos e destes com a polícia, que redefine as relações sociais nas favelas, que passam a ser orientadas por um contexto de medo, opressão e violência frequente. As constantes quebras de rotina, evidenciada nas imprevisíveis trocas de tiros, e na imprevisibilidade da relação entre traficantes e moradores, delineia um campo de relações profundamente marcado pela perda das referências coletivas, pela fragmentação das redes de relações locais e pela fragilização dos mecanismos vicinais de controle social. Esses efeitos, embora mais dramáticos nas favelas e outras áreas segregadas estigmatizadas, tais como loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais, vêm se disseminando com cada vez mais força pela cidade, produzindo efeitos sociais, culturais e espaciais de grande envergadura, tais como a adoção cada vez maior de medidas defensivas nos domicílios, no modo de vida e nas relações interpessoais, cada vez mais marcados pela desconfiança e o medo, e que vêm elegendo, indiscriminadamente, os moradores das favelas como os principais responsáveis por isso.

Na análise do crescimento acelerado das mortes violentas em favelas e bairros pobres, RAMOS & LEMGRUBER (2004) acreditam que esse fenômeno pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, tais como a chegada da cocaína aos grandes centros urbanos na década de 1980 e sua alta rentabilidade; ao aumento do policiamento violento e repressivo [especialmente no contexto da "guerra às drogas", completaríamos]; às lutas entre facções rivais pelo controle dos pontos de distribuição e venda de drogas; e o emprego de armas de uso militar pelos traficantes. Para as pesquisadoras, "a ausência dos poderes públicos (principalmente de uma polícia eficiente e honesta) em tais áreas favoreceu o estabelecimento e a ampliação do controle territorial

dessas áreas por grupos armados de traficantes" (RAMOS & LEMGRUBER, 2004: 47c).

Com isso, se ao longo dos anos 80 e 90 observa-se um processo crescente de territorialização das favelas por grupos de traficantes de drogas no varejo, ao longo dos anos 2000 percebe-se a ascensão das milícias, grupos de criminosos sem ligação com o tráfico, compostos por policiais e ex-policiais em sua maioria, que se territorializam nas favelas a fim de obter vantagens econômicas mediante a exploração de atividades ilegais e irregulares, tais como a cobrança de taxas de segurança, serviços de TV a cabo pirata e controle do transporte alternativo. Estes grupos, cuja origem remonta aos anos 70, com a formação de grupos de extermínio na Baixada Fluminense, possuem forte ligação com agentes do Estado, e operam atividades ilegais e ilícitas à sombra da ausência de soberania do Estado nas favelas e outras áreas segregadas da cidade e Região Metropolitana (SILVA, FERNANDES & WILLADINO, 2008).55

A presença de grupos criminosos armados territorializados em favelas e outros espaços segregados e estigmatizados da cidade revela um cenário marcado pela ratificação de um processo histórico de ausência de soberania do Estado naquelas áreas. Com o crescimento da violência impulsionado pela presença desses grupos, todavia, as favelas passam a ocupar o foco de preocupações das autoridades públicas e da população em geral a partir do viés da violência. Contudo, a exemplo do que ocorre historicamente, os problemas das favelas só se tornaram um problema da sociedade, de uma maneira ampliada, na medida em que a ascensão daqueles grupos criminosos colocou em risco a cidade como um todo, ao extrapolar as fronteiras das favelas. A partir disso, discursos foram reelaborados, recolocando a favela no topo da lista de preocupações das autoridades públicas.

Neste cenário, a idéia de uma cidade violenta se reflete em uma estratégia belicista de enfrentamento ao crime nas favelas, intensificando ainda

⁵⁵ Talvez por esta razão, e em decorrência da diversificação cada vez maior das atividades dos traficantes varejistas e dos grupos de milícias, que se pode falar de "grupos criminosos armados territorializados", conceito mais abrangente que agrega a atividade principal, que no caso do tráfico é o comércio de drogas ilícitas, mas também as outras atividades que têm como pano de fundo o controle armado de territórios. Um abordagem inicial sobre esse conceito pode ser encontrado em FERNANDES & SILVA (2007) e SILVA, FERNANDES & BRAGA (2008).

mais o nível de violência na cidade e aumentando sobremaneira a incidência de mortes por armas de fogo no interior das favelas. O estigma e o preconceito histórico alimentam ações violentas e visam justificar os meios adotados e a imagem de favelado como potencial criminoso é reforçada a cada morte ou prisão de moradores de favelas identificados como "suspeitos", muitas das quais injustificadas. 56 A representação dominante sobre a violência no Rio, conforme assinala LEITE (2000 e 2007) seria marcada por uma "metáfora da guerra" e por um conjunto de "mitos" que sustentam "um pacote interpretativo que estrutura, atualmente, o 'problema da violência' no Rio de Janeiro e o horizonte das propostas e medidas para seu controle e redução" (SILVA & LEITE, 2007). Como esses "mitos" operam a partir de uma representação segundo a qual moradores de favelas são coniventes e cúmplices do tráfico, reeditando a idéia de classes perigosas, justificam-se intervenções de caráter repressivo de controle social, partindo-se do princípio de que os moradores (e em particular os mais jovens) são criminosos em potencial. Com isso, justificase uma "leitura particularista da cidadania" e "um compromisso com uma solução violenta para o problema da violência" (LEITE, 2000), segundo o qual o cenário do "paraíso tropical", de uma "cidade maravilhosa", é ameaçado por uma criminalidade violenta, oriunda do tráfico de drogas, meninos de rua e toda gama de desordens urbanas, cujo

"... espaço privilegiado e eixo de irradiação para a cidade seriam as favelas espalhadas nos morros das áreas mais valorizadas do Rio e nos bairros pobres, em seus subúrbios, espraiando-se ainda por sua periferia. Seus personagens seriam os moradores desses locais, em especial o segmento mais jovem, além de bandidos e traficantes que, entrincheirados nas favelas, distribuíam a droga na cidade. Os adeptos desta visão difundiam a idéia de uma sociedade em crise, que não mais dispunha de mecanismos institucionais eficazes para administrar os conflitos sociais e, por isso, perdera o controle de suas "classes perigosas". As demandas por ordem encontravam justificativa em Hobbes, aludindo à quebra do pacto civil/civilizatório e à irrupção do estado de guerra: os "bárbaros" invadiam a cidade" (LEITE, 2000: 75).

⁻

⁵⁶ Um exemplo ilustrativo pode ser retirado de uma carta de um leitor enviada ao Jornal O Globo, em 24/11/2006: "Aqui no Rio reina o culto a vadiagem, ao dinheiro fácil e a lei do menor esforço. Esses vagabundos não trabalham por que é muito mais fácil assaltar e ficar pedindo dinheiro do que botar a mão na massa. É preciso colocar em vigor a lei da tolerância zero. Quem cometer assassinato em flagrante tem que ser fuzilado. Chega de ficar perdendo tempo com esses vagabundos que são protegidos pelos direitos humanos. Eles não se qualificam como seres humanos, são uma corja de animais selvagens."

Nesse cenário emergem inúmeras ações voltadas para o controle da "barbárie" identificada nos jovens das favelas, destacando-se programas sociais para a juventude — muitos dos quais identificados com o conceito de "prevenção da violência" — e ainda uma ação um tanto direcionada da polícia, cujas ações violentas resultam em um número cada vez maior de mortes entre jovens.

Cabe considerar que a juventude tem sido um tema cada vez mais presente na pauta das políticas públicas e no trabalho das ONGs, especialmente a partir dos anos 90. Isso se deve, em particular, a altas taxas de desemprego e ao ingresso de jovens em atividades ilícitas. A crise econômica e seus efeitos na questão do emprego dos anos 80 refletida nos anos 90, somada aos efeitos do desemprego estrutural, puseram na pauta do Poder Público uma preocupação quanto ao crescente desemprego que ameaçava jovens em idade de ingresso no mundo do trabalho, especialmente aqueles em situação social mais vulnerável (CASTRO & AQUINO, 2008). Ao mesmo tempo, observa-se uma crescente visibilidade de jovens envolvidos em atividades ilícitas, especialmente o tráfico de drogas e assaltos nas ruas. Como atestam SPOSITO & CARRANO (2003), entre 1995 e 2002 foram identificados 30 programa/projetos do Governo Federal incidindo com maior ou menor focalização na faixa de 15 a 24 anos de idade. Entre 1999 e 2002 ocorre o que os autores chamam de "explosão da temática da juventude", quando se criam 18 programas direcionados à juventude. Na análise dos autores, dois conceitos vigoraram na abordagem destes programas/projetos: o conceito protagonismo juvenil e de jovens em situação de risco social. Quanto a este último, convém destacar aqueles programas que tiveram por preocupação um recorte sócio-econômico e territorial, atingindo em grande parte, no que concerne às áreas urbanas, jovens moradores de favelas, conjuntos habitacionais e periferias urbanas.

Em uma análise dos programas mais diretamente direcionados para este público⁵⁷, pude identificar uma grande ênfase em categorias ligadas "prevenção

⁵⁷ Pode-se destacar, dentre ações do Governo Federal e do Governo Estadual, os programas "Jovens pela paz", "Juventude cidadã", "Agente Jovem", "Pró-Jovem" e "Guia Cívico".

O Projeto "Jovens Pela Paz" foi uma parceria entre o Governo de Estado e a UNESCO, a partir do programa Todos pela Paz. Ligado à Coordenadoria Estadual da Juventude, o projeto teve como objetivo

da violência", "combate à exclusão social" e "resgate da cidadania"⁵⁸, além de uma grande preocupação com a criação de condições de acesso ao mercado de trabalho, muito embora em sua grande maioria não houvesse um direcionamento muito claro de suas atividades para este fim. A questão do emprego tem sido um grande tema no contexto do Estado neoliberal. Somada a situação de vulnerabilidade social e econômica dos jovens de espaços

"combater a violência por meio de uma grande campanha pela paz envolvendo a contratação de 10 mil jovens", através de atividades culturais, educacionais e esportivas, valorizando o exercício da cidadania. Os participantes recebem bolsas mensais no valor de R\$ 240,00 (fonte: http://www.tj.rj.gov.br/dga/noticia/noticia_6.htm). Criado durante a gestão de Anthony Garotinho, o programa recebeu diversas denúncias de uso político, como a exigência de filiação dos jovens ao partido do governador (PMDB) e a participação em atividades vinculadas à promoção da imagem do governador. O programa "Juventude Cidadã" é vinculado ao Ministério do Trabalho. É um programa destinado a

O programa "Juventude Cidadã" é vinculado ao Ministério do Trabalho. E um programa destinado a adolescentes e jovens, de 16 a 24 anos de idade. É oferecido um curso, com duração de seis meses, onde são oferecidas aulas de informática e com temas ligados ao exercício da cidadania. Depois desta etapa, os jovens participam de oficinas profissionalizantes com conteúdo técnico e prático orientado para as demandas da região onde vive. Os participantes recebem uma bolsa no valor de R\$ 120,00 mensais. Fonte: http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem_juvcidada.asp

O programa "Agente Jovem" é um projeto vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seu público-alvo é de adolescentes com idades entre 15 e 17 anos, pertencentes a famílias com renda per capta de até meio Salário Mínimo. É dada prioridade para adolescentes que estejam fora da escola; participem ou tenham participado de outros programas sociais; egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa; e oriundos de programas de atendimento à exploração sexual comercial de menores. O projeto estimula o protagonismo juvenil nas comunidades onde os adolescentes residem. O projeto visa estimular a permanência dos adolescentes na escola e proporcionar experiências práticas que auxiliem na futura inserção no mercado de trabalho. Durante um ano, os adolescentes recebem uma bolsa no valor mensal de R\$ 65,00. Fonte: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov social/estadual/distribuicao servicos cidadao/agente jovem/index.asp

O "**Pró-Jovem**" é um projeto da Secretaria Nacional da Juventude. Seu público-alvo é composto por jovens de 18 a 29 anos de idade que saibam ler e escrever e que não tenham concluído o Ensino Fundamental e ainda que não tenham emprego com carteira profissional assinada. É oferecido um curso com duração de um ano, que proporciona a conclusão do Ensino Fundamental, além do aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de atividades comunitárias. Cada jovem recebe um incentivo mensal, na forma de bolsa, no valor de R\$ 100,00. Fonte: http://www.projovemurbano.gov.br.

O "Guia Cívico", foi um projeto vinculado à realização dos Jogos Pan-Americanos, ocorridos no Rio de Janeiro em 2007. Vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), e inserido dentro de um projeto maior, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), o projeto tinha como objetivo oferecer uma formação a jovens de comunidades populares de modo que estes pudessem atuar como auxiliares na organização e fiscalização do evento. Os participantes receberam aulas de cidadania, Espanhol, Inglês, além de conhecerem espaços turísticos e os equipamentos públicos dos Jogos Pan-Americanos. O projeto atingiu 116 favelas do município, agregando ao todo 4.500 adolescentes entre 14 e 16 anos de idade. Estes receberam uma bolsa no valor de R\$ 175,00 mensais durante o projeto.

Essas categorias genéricas e vagas, além de revelarem e acentuarem processos estigmatizantes (a idéia de "resgate da cidadania", por exemplo, sugere "ausência" de cidadania entre moradores de favelas) revelam, nas entrelinhas, um certo vazio das políticas de juventude que não conseguem promover mudanças significativas no quadro de vida dos jovens a quem se destinam. Alguns profissionais que entrevistei, envolvidos com programas para a juventude por longa data, foram categóricos ao afirmar que a maior parte dos programas governamentais e não-governamentais não têm sido capazes de gerar mudanças de caráter estrutural na vida dos jovens de favelas, sendo antes um meio de ocupação do tempo ou, em uma leitura mais crítica, em um instrumento de controle social. Cabe considerar que estamos nos referindo a jovens de perfil social bastante "precário", desescolarizados, com pais desempregados e muitas das vezes, com histórico de envolvimento com atividades ilícitas. Quanto a isso, há de se observar a grande dificuldade que estes jovens têm em acessar o mercado de trabalho e a necessidade imediata de alguma renda. Um de meus entrevistados chegou a afirmar que no seu entender é a bolsa oferecida pelo governo o que realmente atrai os jovens para os projetos.

populares, identifica-se um acirramento de uma noção histórica da juventude como um *problema*.⁵⁹

O desemprego tem sido apontado indiscriminadamente como um fator de estímulo de jovens no ingresso ao mundo do crime. Todavia, não existem pesquisas que apontem diretamente para esta conclusão, sendo este fator apenas mais uma variável possível em um contexto bastante complexo. Todavia, uma leitura mais ideológica desses programas destinados a jovens "em situação de risco", aponta para mecanismos de controle social, especialmente no que concerne à ocupação do tempo ocioso e a oferta de um benefício em dinheiro. Trata-se de uma leitura também realizada por SILVA & LEITE (2007: 550), para quem

"Os programas passam a ser formulados e implementados em um viés repressivo/preventivo, como uma espécie de ampliação dos instrumentos de controle social, visando afastar as categorias sociais 'vulneráveis' ou 'de risco' das 'tentações' da carreira criminal. Dessa maneira, cria-se algo como o 'criminoso em potencial".

O argumento em torno da "vulnerabilidade social" ou do "risco social", também é fortemente questionado por FREITAS (2008), para quem se deve pensar em um Estado e uma sociedade de risco, ao invés de grupos sociais em risco. Seguindo uma mesma linha de raciocínio, FREITAS (2008), argumenta que a idéia de ocupação do tempo livre reforça a noção de "classe perigosa", pois quando se pensa em tempo livre no contexto de um grupo específico, se está pensando nas práticas e suposições de práticas exercitadas por estes grupos, que, em nosso caso, sustenta-se na idéia da criminalidade. FREITAS (2008) sugere que "se pensa numa inclusão desse segmento por dentro do próprio tempo livre. O que indica o limite desse tipo de alternativa,

⁵⁹ Segundo ADORNO et alli (1999: 62a), no Brasil, desde o início da década de 70, a presença de crianças nas ruas, na realização de inúmeras atividades, vem sendo percebida como um problema social, muito embora este fenômeno já se fizesse presente em nossa sociedade pelo menos desde o início do século XX. Todavia, é com o impacto do rápido crescimento da criminalidade violenta nas cidades que "se passa a suspeitar de um envolvimento crescente e inexorável desses jovens com o crime, principalmente daqueles mais pauperizados das classes trabalhadoras". A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, somada a uma percepção do crescente envolvimento de crianças e adolescentes em atividades criminosas, fez com que se acirrasse o desejo de endurecimento das leis, inclusive a redução da maioridade penal.

por que mostra que não se tem de fato um projeto de sociedade do qual esses sujeitos façam parte."

De fato, no contexto de um Estado neoliberal produtor de riscos sociais das mais diversas ordens, deve-se também considerar o crescente processo de criminalização da juventude pobre urbana. O nível de contradições produzido pelo neoliberalismo leva a uma acentuação das disparidades sociais, ao agravamento das condições de vida de determinados grupos, que passam a ser criminalizados e socialmente controlados na perspectiva de um "Estado penal" (WACQUANT, 2001a; 2001b). Ao mesmo tempo, o Estado cria programas de caráter compensatório, visando minimizar os efeitos dessas contradições, no formato de políticas de contenção e controle social dos grupos que configuram uma ameaça à estabilidade social.

Por outro lado, há ainda um aspecto a ser considerado no âmbito dessas políticas para a juventude, que diz respeito às políticas ou programas desenvolvidos pela iniciativa privada. Assim como tem sido cada vez maior o número de ONGs financiadas pelo Estado, há também um volume de investimentos cada vez maior da iniciativa privada. O mercado também é responsável pelas contradições sociais e busca, a exemplo do Estado, compensar seus efeitos por meio de políticas de investimentos sociais baseadas em estímulos governamentais como a destinação de parte dos impostos a pagar em políticas sociais. Estas políticas da iniciativa privada não obedecem a parâmetros definidos pelas políticas oficiais - salvo os limites definidos pela legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com efeito, produzem iniciativas próprias, independentes, com valores e pressupostos sustentados naqueles princípios que regem a filosofia de cada instituição. Como o empresariado compõe uma parcela significativa da elite conservadora brasileira é de se supor que os projetos vinculados às suas instituições espelhem esse conservadorismo, especialmente dentro de uma perspectiva da "responsabilidade social" de caráter neoliberal - incapaz de produzir mudanças substancias na estrutura social sendo, antes, produtora de impactos de ordem individual e inseridas nas expectativas do mercado.

Disto, depreende-se que um círculo vicioso se opera junto às ONGs, uma vez que estas oscilam entre apoios do Estado e da iniciativa privada. O fato é que muitos apoios vinculam-se a expectativas mais amplas, que extrapolam a independência dessas organizações, adequando-as às filosofias e orientações das instituições financiadoras. E não é para tanto que se percebe um controle cada vez maior do ponto de vista metodológico, dos impactos e resultados obtidos, muitas das vezes sob o argumento do *monitoramento e avaliação*, que podem ter um aspecto extremamente positivo, como eu mesmo defendo, mas que pode, também, ser um instrumento de controle e de direcionamento "ao gosto do freguês". Com isso, percebe-se que muitos projetos e programas destinados para a juventude sustentam-se em princípios conservadores, porém vestidos de filantropismos que, de maneira geral, orientam ações que produzem pouco impacto para a juventude, reproduzindo um ciclo de pobreza e de poucas expectativas futuras.

Um dos modelos mais bem explorados por essas instituições tem sido o de ocupação do tempo ocioso. Muitas vezes essa "ocupação de tempo" é realizada com atividades de excelência, bem fundamentadas pedagogicamente, porém ensimesmadas em uma perspectiva de eliminação dos obstáculos que poderiam conduzir jovens ao mundo da criminalidade. Com efeito, o que se observa é que o pressuposto que sustenta essas iniciativas baseia-se fortemente em uma relação determinista entre espaço e sujeito, o que, no nosso caso, referencia-se nas figuras da favela e do jovem negro.

Esse determinismo sócio-espacial não se restringe apenas aos programas e políticas destinadas para a juventude. Além desses programas destinados à juventude, que apesar de suas limitações, constituem políticas de caráter "positivo" destinadas à juventude, no seu reconhecimento como sujeito de direitos, há ainda que se considerar outras políticas para a juventude pobre no âmbito da repressão e controle social exercido pelos órgãos de segurança, que se configuram de uma forma mais dispersa e menos explícita, mas que produzem impactos relevantes para esse grupo etário e social. Políticas que, no entendimento de MORAES (2006) constituem o que efetivamente têm sido as políticas públicas disponíveis e aplicadas para a juventude, que se sustentam na repressão, prisão e extermínio.

Neste sentido, o determinismo sócio-espacial orienta também as ações repressivas do Estado e da iniciativa privada (leia-se, serviços de segurança

privada e ações individuais de proteção) no que concerne às ações de enfrentamento pelo uso da força. Essas iniciativas possuem um forte embasamento ideológico referenciado nas representações estereotipadas dos lugares e sujeitos identificados como potenciais ameaças a serem prevenidas, contidas e combatidas.

A abordagem policial junto a jovens das favelas e periferias urbanas tem se tornado uma constante na ação das polícias, e revela, mas uma vez, a centralidade que a juventude vem assumindo no cenário das políticas públicas e das intervenções estatais, só que desta vez, sob o viés da criminalidade. A ação violenta da polícia possui um caráter histórico em relação aos setores populares. Todavia, ao longo dos últimos anos, 60 especialmente dos anos 90 em diante, essa abordagem tem sido sobremaneira direcionada aos jovens. Ao fazer uso de uma polícia repressiva, o Estado colabora para o aumento das mortes violentas dos jovens – fenômeno cada vez mais dramático nos grandes centros urbanos – e para a construção de instabilidades no interior de territórios dominados por grupos ilícitos, que se mantêm sob estado de tensão e conflito permanente, vindo a alimentar a "revolta" e o "etos guerreiro" ao qual se refere ZALUAR (1994, 2000, 2004), o que contribui mais ainda para a morte violenta oriunda de conflitos entre os próprios jovens. 61

Além disso, intensificam-se as barreiras físicas e simbólicas na cidade, aprofundando as desigualdades e as distâncias entre moradores de favelas e moradores de áreas nobres, estes que, por sua vez, reagem aos efeitos da

⁶⁰ Ao longo dos anos 80 o Brasil acompanha o fenômeno da transição epidemiológica, marcado pela elevação das mortes por causas externas, especialmente por homicídios, como o principal fator de mortalidade da população. Este fenômeno, que vem assumindo, ano após ano, dimensões ainda maiores, está profundamente ligado a um conjunto de mudanças observadas na sociedade brasileira, especialmente nos grandes centros urbanos, no período assinalado (YUNES, 1998). Com efeito, o fator mais significativo para se entender um aumento tão expressivo das mortes por homicídios liga-se ao aumento da violência urbana, que tem como um de seus principais agentes o tráfico de drogas no varejo.

Na metrópole do Rio de Janeiro, os reflexos dessa transição epidemiológica se deram de maneira mais abrupta, reproduzindo os efeitos de um cenário de violência caracterizado pela presença de grupos criminosos com alto poder de fogo e em uma política de segurança pública centrada no enfrentamento bélico. Este cenário acirra-se entre 1987 e 1994, momento em que o controle do tráfico de drogas é intensamente disputado, resultado da formação de novas facções criminosas dissidentes do Comando Vermelho, grupo que, desde o início dos anos 80 dominava o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro. É nesta época que armas como a Uzi, a AR-15 e a AK-47 tornam-se conhecidas da população, seja pelas rajadas ouvidas à distância, seja pelos seus efeitos devastadores. É uma época de balas perdidas, de janelas atingidas e de bailes funk que sempre resultavam em alguma morte.

⁶¹ Como assinala ADORNO et alli (1999), embora as estatísticas apontem, no Brasil e no exterior – inclusive nos EUA e Europa -, para o aumento cada vez maior de adolescentes e jovens no mundo do crime violento, há que se considerar que estes também estão sujeitos a uma crescente vitimização, o que se deve, em particular, ao uso de armas de fogo, cujo acesso ampliado acompanha o crescimento das taxas de letalidade ao longo dos anos 90.

violência por meio da adoção de novos hábitos na cidade e de novos padrões e estilos de moradia, em um cenário urbano permeado pelo medo, pelo preconceito e pela estigmatização sócio-espacial, especialmente em relação a um "tipo ideal" do criminoso que se materializa na sociedade e no espaço na figura do jovem negro, pobre, favelado, funkeiro. Como afirma ASSIS (2005: 96),

"Ser identificado como bandido ou marginal colocam esses jovens de baixa renda em uma situação de vulnerabilidade quanto aos perigos da cidade. Neste caso, seu modo de vestir, seu estilo de vida, etc., limitam os horários e os locais por onde estes jovens possam circular tranquilamente, sem corre o risco de serem abordados injustamente por policiais ou seguranças de shopping, lojas ou boates, por exemplo, ou de perceberem que sua presença em determinados locais provoca incômodo e insegurança em outros habitantes da cidade."

Este processo de discriminação e identificação dos jovens como ameaça à ordem urbana, à segurança, ao bem estar e a um determinado padrão estético, traz à tona os processos históricos de discriminação, estigmatização e segregação que caracterizam a relação entre as favelas o restante da cidade. Este processo de estigmatização surge a partir de um reforço do isolamento inicial e das barreiras existentes entre os grupos (ELIAS, 2000), resultando ainda da exacerbação dos aspectos negativos e depreciadores que marcam a diferença entre os sujeitos (GOFFMAN, 1988). No caso específico do estigma sócio-espacial, cabe considerar os traços distintivos de um espaço específico, que em relação às favelas liga-se, no momento atual, ao discurso da violência. Como conseqüência, observa-se um processo crescente de deterioração da

-

⁶² A idéia de "tipo ideal" utilizada aqui difere-se daquela amplamante utilizada nas ciências sociais, especialmente a partir das elaborações de Max Weber. O "tipo ideal" das ciências sociais corresponde a um instrumento de análise destinado a elaboração de tipologias, de modo a oferecer um recurso analítico. Em nosso caso, quando nos referimos a um "tipo ideal" elaborado pela sociedade, estamos fazendo alusão à construção de tipologias baseadas em estereótipos e preconceitos, com base no senso comum, que tendem a identificar um grupo ou perfil social, econômico e cultural como correspondente a uma idéia pré-concebida. No caso do "tipo ideal" do traficante, isso corresponde a uma idéia segundo a qual um traficante, em geral, é um jovem negro, pobre e favelado, com determinados padrões de comportamento e formas de se vestir e falar. Essa idéia, contudo, não se limita apenas ao senso comum, mas alimenta todo um discurso que se reproduz na mídia, em filmes e novelas, reforçando o pré-concebido de tal maneira que este adquire tom de verdade, sem que o seja, haja vista a diversidade de tipos existentes no tráfico, em que pese a pfredominância de certas características que, nem por isso podem ser consideradas definidoras de um padrão, mesmo porque não existem pesquisas metodologicamente embasadas que possam defini-lo (cf OUTHWAITE, 1996).

vida comunitária e dos vínculos dos moradores com suas áreas de moradia, ou, como sugere WACQUANT (2001), um processo de "alienação territorial", conseqüência da estigmatização dos grupos sociais e de seus locais de moradia. O estigma se perpetua na medida em que jovens "de má fama" ou, em outras palavras, aqueles envolvidos em atividades ilícitas que são presos e apresentados pela mídia, acabam por reforçar uma tipificação, sendo estes apresentados como "representantes" do "tipo ideal", que se difunde como uma representação social.

O que se apreende deste quadro é que as favelas, que historicamente estiveram associadas a uma representação social negativa, vêm sofrendo, nos últimos anos, com o agravamento dessa imagem, que contribui marcantemente para um processo de estigmatização sócio-espacial gerador de fronteiras físicas e simbólicas que contribuem sobremaneira para o agravamento da segregação e da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade (SOUZA, 2000; 2006a; 2006b; 2008). O fato, porém, é que tal representação social não se limita à favela como protagonista genérico da violência no conjunto da cidade, mas em uma figura específica, a do "traficante". Este traficante vem sendo elaborado no imaginário social como sendo genericamente jovem (na maior parte das vezes, "menor"63), negro, favelado (com todas as conotações negativas a que o termo remete), e constitui a

⁶³ O termo "menor" é comumente utilizado como referência aos "menores de 18 anos", que legalmente gozam de um estatuto jurídico próprio. Até 1989, ano em que foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), era o Código de Menores, de 1947, que vigorava no país. O ECA trouxe avanços significativos no campo dos direitos de crianças e adolescentes e também no tratamento conferido àqueles que cometessem atos infracionais, cabendo ao Estado garantir sua recuperação através de medidas sócio-educativas, algumas delas, a depender do tipo infração praticada, com até três anos em regime fechado. Acompanhando a evolução do número de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa em regime fechado ou semi-aberto, verificamos um grande contingente deles cuja motivação havia sido o tráfico de drogas. Em dados não muito recentes, de 1998, a II Vara da Infância e Adolescência revelava que aqueles respondiam por 38% dos casos de cumprimento de medida sócioeducativa, número muito maior que em outros estados brasileiros, onde a média obtida com os dados disponíveis gerava em torno de 5 a 10% (SILVA & SILVA, 2005). Cabe considerar que nesse cenário, o termo "menor", de sentido pejorativo, por remeter ao antigo Código de Menores, que vigorava sobre os "menores infratores", passa a ser utilizado, na construção de um discurso, como recurso para identificar os adolescentes que cometem infrações, reservando-se a denominação "criança" e "adolescente", para os não-infratores e não-estigmatizados. Assim, é muito comum notícias em jornais com a chamada "adolescentes são assaltados por menores", reforçando ainda mais um discurso que vê na idade um obstáculo a aplicação de penas mais duras no contexto da defesa da redução da maioridade penal, tema que mobiliza os setores conservadores e frequentemente reforcado por matérias que visam reforcar a crueldade de crimes cometidos por adolescentes pobres. Caso mais recente foi o do assassinato do menino João Hélio. Ao assaltarem um carro o grupo de jovens, dentre eles, um adolescente de 17 anos, arrastou por alguns quilômetros o menino, preso ao cinto de segurança do banco traseiro. Esse incidente mobilizou os meios de comunicação, que a exemplo de outros momentos semelhantes, fez uso das emoções momentâneas para reforçar a tese da redução da maioridade penal.

grande ameaça à ordem pública e ao modo de vida dos setores mais abastados da cidade.

Com efeito, o aumento da violência e o sentimento de insegurança e medo, alimentam uma estigmatização cada vez mais radical das favelas e de seus moradores, com especial ênfase para os jovens que compõem o "tipo ideal" elaborado no imaginário social coletivo da cidade e que assumem a condição de "objeto do medo" (BAIERL, 2004).

A idéia centrada em torno do "jovem traficante" vem produzindo um conjunto de reações na sociedade, respaldada pela mídia e pelo Estado, que empreende uma "guerra" contra o tráfico, sendo este identificado como o principal responsável pela ameaça à ordem social e a segurança na cidade. A produção de espaços na cidade orientados pela idéia da segurança, especialmente espaços de moradia, a exemplo dos condomínios exclusivos na Barra da Tijuca, são um dos efeitos mais expressivos da materialidade assumida pela violência e o medo social na cidade. Embora muito desse medo sustente-se naqueles tipos de violência praticadas por "batedores de carteiras" nas ruas ou ainda pela presença de moradores de rua (muitos dos quais acusados de cometerem assaltos), pode-se dizer que o medo decorrente do tráfico assume um lugar – no imaginário e na percepção cotidiana -, muito maior e mais dramática. Todavia, o que se percebe é que essa violência do tráfico tem uma delimitação bastante clara, estando territorializado em "áreas isentas da aplicação sistemática das leis" (DAHRENDORF, 1987 Apud. ADORNO et alli, 1997: 66), ou, em um sentido mais amplo, áreas em que o Estado não tem sido capaz de exercer a sua soberania, o que permitiu que outros grupos, de caráter privado e criminoso, ocupassem esse espaco "vazio". aproveitando-se da geografia e das condições locais para sua territorialização (SILVA, FERNANDES & WILLADINO, 2008).64

A territorialização do tráfico de drogas no Rio de Janeiro configura territórios *em rede* (SOUZA, 1996), num mosaico de territorializações

⁶⁴ Essas "áreas isentas da aplicação sistemática da lei" seriam "partes da cidade onde a polícia enfrenta dificuldades para ter acesso, para exercer vigilância e para conter a prática de crimes, numa palavra para exercer suas funções de polícia preventiva e repressiva" (DAHRENDORF, 1987 Apud. ADORNO et alli, 1997: 73). Todavia, não se trata apenas, a meu ver, da ação vigilante e repressiva do Estado, mas também do conjunto de instituições, mecanismos reguladores e procedimentos que marcam a presença soberana do estado de direito democrático e de suas instituições.

demarcadas por disputas entre diferentes facções criminosas. O processo de territorialização do tráfico nas favelas, bem como sua manutenção, tem sido marcado por situações de extrema violência, tanto da parte dos traficantes – na defesa de seus territórios, quanto da parte da polícia, em suas estratégias de enfrentamento. Esse cenário tem produzido imagens e sensações na cidade segundo a qual o tráfico constitui uma ameaça real e efetiva à ordem urbana, reeditando, em novos moldes, o "mito da marginalidade", segundo a idéia de que os favelados são cúmplices do tráfico e de que, a qualquer momento, o tráfico pode sair das favelas e dominar a cidade – medo que nos anos 50 referia-se ao medo dos favelados descerem os morros com idéias e práticas politicamente subversivas. Exemplo que pode ser ilustrado com cartas de leitores de jornais cariocas de classe média:

"A reportagem "Cidadania a ferro e fogo nas favelas do Rio" (23/12) explica o porquê do gradeamento das residências e das praças públicas, do avanço de sinal à noite, do medo de balas perdidas, assaltos e seqüestros relâmpagos. Desde há muito uma ameaça paira sobre a sociedade: o morro vai descer. Já desceu, caracterizando-se o conluio do crime organizado com o desorganizado. Essa mistura, por si só explosiva, vem sendo reforçada pelo fomento fratricida da luta de raças, classes, que visa à fratura da coesão social. O mais preocupante nisso tudo é a omissão do Estado, ao que se aliam organizações nacionais e alienígenas que alimentam um estado de coisas que intranqüiliza os homens de bem." (Jornal *O Globo*, Carta dos leitores, 24/12/2001)

"Ou o Rio controla as favelas ou as favelas acabam com o Rio (o que já está acontecendo). Para encontrar solução para esse problema social e criminal, a objetividade toma-se essencial. O combate ao crime na favela é impositivo, mas deve ocorrer simultaneamente com soluções sociais. A policia, infelizmente desmoralizada pelas ações de maus elementos e pela má vontade da imprensa, pouco consegue. Resta ao Exército cumprir o duplo objetivo: ocupação, com expulsão dos marginais, e construção de creches, escolas primárias, postos de saúde, execução de projetos de saneamento e limpeza com posturas municipais específicas. As unidades do Exército deveriam sofrer rotatividade acelerada para evitar contaminação, e possivelmente um estado de emergência localizado teria de ser implantado temporariamente. As despesas de tal programa seriam muito menores do que o custo social e financeiro que hoje pagamos. Não parece razoável chamar de "moradores de favelas" os arruaceiros ligados ao tráfico que sempre agem após cada intervenção da polícia. Os verdadeiros moradores que sempre agem após cada intervenção da polícia. Os verdadeiros moradores querem se ver livre dos traficantes, mas não acreditam que a polícia ofereça solução." (*Jornal do Brasil*, A Opinião dos Leitores, 29/05/2000)

"Nesta terça-feira, 29/1, leio as manchetes: em São Paulo, aposentado se perde em favela e é executado; confronto entre PM e moradores de favela no Rio deixa quatro feridos e, durante o conflito, os moradores atearam fogo em dois ônibus e um carro, e apedrejaram dezenas de veículos estacionados na região. Além disso, interditaram ruas e avenidas com barricadas de pneus em chamas. São exemplos de uma violência gerada pela favelização das capitais, consentida pelas autoridades federal, estaduais e municipais, que insistem em tapar os olhos ao maléfico resultado da ocupação urbana desordenada. Um grande esforço deve ser feito para desmobilizar tais focos, essencialmente erradicando-se barracos por moradias dignas, arruamentos, saneamento, e apoio social. Programas como favela-bairro e outros do mesmo quilate só dão mais conforto aos que realmente controlam as comunidades: os bandidos." (Jornal *O Globo*, Carta dos leitores, 30/01/2002)

Esses discursos inserem-se em um contexto mais amplo, naquilo que SOUZA (1996a: 29, 1996b: 455, 2000a:59, 2006a:116, 2006b: 473) designou como a "atualização" do "mito da marginalidade", que se situa em um contexto sociopolítico e espacial em que

"já não se trata apenas da segregação, mas de algo que vai além e em cuja esteira de preconceitos recrudescem, o "mito da marginalidade" renasce e se atualiza (se antes os favelados eram vistos como 'parasitas', 'desajustados' e 'potencialmente subversivos', agora o são como 'bandidos' ou 'coniventes com bandidos') e reações de pânico, histeria e desesperança se misturam na imprensa que reverbera e retroalimenta a opinião pública (basicamente a da classe média)" (SOUZA, 2006a: 116).

Os fundamentos da "atualização" do "mito da marginalidade" situam-se na elaboração de um discurso centrado na estigmatização e criminalização dos moradores de favelas e outras áreas segregadas da cidade, incutindo-lhes responsabilidade direta sobre a violência na cidade e na difusão do medo e da sensação de insegurança proveniente da representação social construída em torno das favelas e de seus moradores, que deixam de ser vistos sob o viés da desorganização social e do atraso cultural e passam a ser diretamente associados ao crime violento (SILVA & LEITE, 2007). Ao mesmo tempo, a distância social que se revela entre os produtores dos discursos e aqueles

sobre os quais os discursos se constroem, tende a aumentar ainda mais a imagem negativa do outro, contribuindo para o aumento das tensões e da indiferença. Esse processo consiste na difusão de uma "cultura do medo" na cidade, dotada de

"... uma certa estrutura simbólica de articulação entre representações: tudo o que se parece com violência, das vozes altas no fundo do corredor à indisciplina no trânsito, da briga de galeras aos homicídios brutais, tendia a ser homogeneizado e definido como manifestações tópicas de um fenômeno comum: a 'violência carioca' pensada como expressão máxima da 'decadência da cidade'..." (SOARES et alli, 1996: 259).

Produtora de particularismos e intolerâncias, esta "cultura do medo" interfere na dinâmica sócio-espacial da cidade, alterando formas de convivência, a mobilidade espacial, os locais e modelos de moradia e consumo, que são resignificados a partir de mecanismos de restabelecimento das rotinas e da segurança ontológica (GIDDENS, 1991). Como afirmam SILVA, LEITE & FRIDMAN (2005: 3),

"Essa demanda monocórdica de grande parte da população pela recomposição da ordem pode ser traduzida como uma tentativa de preservação das rotinas que garante a previsibilidade da vida cotidiana. Sua contraface é a neutralização do assombro e do medo, pois, na percepção social dominante, os episódios de violência estão em todo lugar."

Com efeito, trata-se da conformação daquilo que SOUZA (2006a; 2006b; 2008) vem chamando de "fobópole", palavra que condensa o que tenta qualificar como

"...cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc..., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo, repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia (latu sensu)" (SOUZA, 2008: 9).

Trata-se, então, de um cenário urbano caracterizado pelo agravamento de alguns aspectos da segregação residencial na figura da "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade" (SOUZA, 2000), num contexto em que a cidade é marcada por uma espacialidade marcada por conflitos e tensões oriundos da lógica auto-segregadora dos setores dominantes e territorialização das favelas pelo tráfico de drogas: se por um lado, as favelas dominadas por traficantes de drogas e milícias compõem espaços fechados e inibidores de interações sócio-espaciais com seu entorno imediato e com a cidade, por outro, a conformação de espaços auto-segregados, tais como os condomínios exclusivos e a adoção de hábitos permeados pela lógica da segurança, a exemplo da preferência dada aos shoppings centers em detrimento do comércio de rua, contribuem para o acirramento das disparidades sócio-espaciais marcadas por crescente estigmatização dos espaços populares e pela diluição da esfera pública. Como resultado, temos um espaço urbano cada vez mais fragmentado, composto por territórios controlados e "fechados", contribuindo decisivamente para o agravamento da segregação dos pobres da cidade, visto que estes, uma vez espoliados, não têm outra saída a não ser viver sob as imposições do tráfico, a repressão policial e os preconceitos das elites. A restrição da mobilidade espacial e da acessibilidade aos espaços da cidade, assim como a conformação de estratégias de isolamento corpóreo e simbólico, contribui para a redução de oportunidades aos moradores de favelas, seja no campo das relações com a cidade, seja no que se refere à superação de aspectos de sua vulnerabilidade sócio-econômica, já que o estigma muitas vezes é um fator de restrição ao mundo do trabalho e a outras relações na cidade. Com isso, a violência alimenta a segregação sócio-espacial na cidade, tornando cada vez mais vulneráveis os moradores de espaços populares, particularmente aqueles que moram em favelas.

2.2. A origem do medo: o tráfico de drogas no Rio de Janeiro

"À noite eu lá estava no jardim da Glória./Pelas alamedas desertas e iluminadas, o meu olhar se estendia sem ver ninguém./la à procura do homem misterioso — do vendedor de cocaína./Do criminoso vendedor de esquecimento e ilusão.../O comércio da cocaína é um comércio que opera mais tranquilamente à noite./De dia, há farmácias./E não são poucas as que vendem. É só uma questão de preço e de confiança em quem compra..." (CONSTALLAT, 1995: 21)

A presença da cocaína no Rio de Janeiro não é algo recente na cena carioca. A crônica de Benjamim Constallat, datada de 1924, nos revela que já naquela época o uso deste psicotrópico já era bastante difundido. A cocaína, produzida pela *Merk*, indústria farmacêutica alemã, comercializada para fins terapêuticos nas farmácias da cidade, era também vendida clandestinamente para fins não terapêuticos, como ilustra a crônica.

Com efeito, apesar dessa presença desde o início do século XX, até o início dos anos 80 o acesso a cocaína se dava através de pequenas redes, de alcance limitado e de mercado bastante restrito. No início do século XX, a comercialização ilegal da droga para fins não terapêuticos circulava pelos espaços de entretenimento, tais como cabarés, clubes, cafés e casas de prostituição. Lapa e Glória, bairros onde a elite se reunia na época, era "a zona de irradiação do vício", e a Glória, com seu glamour e sofisticação, era "o bairro da cocaína".

Ao longo dos anos 60 e 70, todavia, o negócio das drogas se difunde com maior força nas favelas do Rio de Janeiro (MISSE, 2007), organizado em torno de quadrilhas que comercializavam a maconha (AMORIM, 2003). No caso da cocaína, em particular, é somente a partir do final dos anos 70 que seu tráfico começa a ser detectado em grande escala (MISSE, 2007). Nesta época, sua comercialização era realizada por traficantes independentes, que possuíam ligação direta com produtores colombianos da droga (AMORIM, 2003; LUDEMIR, 2007). Até então, este mercado ilegal não representava uma ameaça para a segurança pública e nem interferia na dinâmica urbana. A partir dos anos 80, contudo, o tráfico de cocaína se consolida e ganha amplitude,

momento em que o Comando Vermelho domina cerca de 85% do mercado de drogas nas favelas (AMORIM, 2003), passando a operar a sua comercialização em diversos pontos do Rio de Janeiro.

Apesar de sua visibilidade, todavia, não se deve atribuir ao Comando Vermelho ou, de uma maneira mais ampla, ao tráfico de drogas, toda a responsabilidade pela violência na cidade. Apesar de toda a visibilidade que o tráfico drogas situado nas favelas cariocas tenha adquirido nacional e internacionalmente, a análise do peso de sua força para a configuração do cenário atual deve estar associada a um conjunto de fatores de diferentes naturezas e escalas. O tráfico no Rio é a ponta de uma extensa rede internacional, que movimenta bilhões de dólares anualmente. O tráfico de drogas é uma atividade que atua em rede articulada em diversas escalas, que variam das redes globais de lavagem de dinheiro, passando pela esfera política, com amplos esquemas de corrupção, até a produção das matériasprimas e sua distribuição no varejo (NAÍM, 2006). Cabe considerar que a exemplo das redes internacionais que articulam o tráfico de drogas, na esfera local, onde a distribuição no varejo ocorre, também estrutura-se uma rede, disseminando-se territorialmente através dos canais possíveis existentes em cada localidade. No caso do Rio de Janeiro, observa-se que as favelas e bairros populares constituem territórios privilegiados de integração da rede de distribuição no varejo.

No Rio de Janeiro as três principais facções que disputam o comércio de drogas ilícitas no varejo são o "Comando Vermelho" (CV), o "Terceiro Comando" (TC) e o "Amigo dos Amigos" (ADA). Estas facções dominam a maior fatia do mercado. Outros grupos, de menor peso, conferem ainda maior complexidade ao tráfico no Rio, tais como o "Comando Vermelho Jovem" e "Terceiro Comando Puro", além de quadrilhas independentes, que eventualmente associam-se àquelas facções maiores no contexto das disputas. Essas facções se territorializam em favelas, conjuntos habitacionais e loteamentos clandestinos e irregulares, tendo essas áreas como base logística

de sua atuação. Ali também desenvolvem outras atividades paralelas ao tráfico, aproveitando-se de seu poder armado.⁶⁵

65 Nos anos 2000, observa-se a expansão de um novo grupo, as "milícias" (MISSE, 2007; SILVA, FERNANDES & BRAGA 2008). Estas, cuja origem remonta aos grupos de extermínio – presentes nas favelas e áreas segregadas da cidade desde os anos 70 -, são formadas essencialmente por policiais, agentes penitenciários e bombeiros (na ativa ou não), envolvendo esquemas de lavagem de dinheiro, corrupção, tráfico de drogas, armas e outros negócios ilícitos, em clara concorrência com o tráfico (SILVA, FERNANDES & BRAGA, 2008; ALVES, 2008). Estes grupos se aproveitam do vácuo de soberania do Estado em comunidades populares, onde operam atividades ilegais ou irregulares, obtendo altos lucros, a partir da mediação da força armada e da coação. As milícias têm forte inserção institucional no Estado, havendo envolvimento com o aparato policial e outras estruturas de poder do estado, das quais se destaca o envolvimento de políticos, como foi o caso do deputado estadual "Gerominho" e de sua filha, Carminha Gerominho, esta candidata a vereadora eleita nas eleições de 2008.

O grande crescimento das milícias ocorre ao longo dos governos de Anthony Garotinho (1999-2002) e Rosinha Garotinho (2003-2007), quando se criam as condições políticas e estruturais para o fortalecimento de grupos no interior da polícia envolvidos em esquemas de corrupção, tráfico e outras atividades ilícitas. O casal Garotinho foi acusado de envolvimento com esquemas de corrupção e uso da máquina administrativa em benefício próprio. Em sua gestão, o policial civil Álvaro Lins, acusado de envolvimento com redes de corrupção e indicativamente com milícias, foi chefe da polícia civil, fato esse que favoreceu o fortalecimento de grupos de interesse ligados às milícias.

A base de poder das milícias é o uso da força armada e do aparelho do Estado como forma de coação e intimidação de moradores de comunidades onde atua. O morador não tem saída, a não ser acatar às determinações impostas pelos milicianos. No caso da segurança, essa a cobrança é obrigatória, o mesmo valendo para a compra do gás, que deve ser realizada na própria comunidade, onde se paga um valor mais alto. A "gatonet", contudo, é um serviço opcional, mas que gera grandes lucros.

De acordo com matéria produzida pela Agência Brasil, em agosto de 2008, o principal lucro das milícias, assim como do tráfico, provém da cobrança de pedágio ao "transporte alternativo". Na matéria, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos em Transporte Alternativo do Rio de Janeiro, Guilherme Biserra, afirma que para circular nas áreas dominadas pelo tráfico e pelas milícias, cada veículo precisa pagar R\$ 50 por dia (http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/08/28/materia.2008-08-28.7762618160/view). Segundo reportagem do jornal *O Globo* (04/09/2008), existem 5.850 vans e 100 cooperativas cadastradas pela Prefeitura do Rio, embora o número estimado pelo Sindicato dos Trabalhadores Autônomos em Transportes Alternativos do Rio (Sintral) possa chegar a 12 mil veículos, entre vans e Kombis. Com efeito, pode-se supor que o "pedágio" cobrado ao "transporte alternativo" represente uma movimentação diária de cerca de R\$ 600 mil reais ou R\$ 18 milhões de reais por mês considerando-se a taxa de R\$ 50,00 diários mencionada.

Esta oferta de serviços ilegais, como segurança, "gatonet", pedágio e ágio do gás, são meios de exploração do território para a obtenção de lucros. Todavia, as atividades das milícias extrapolam essas atividades, e se ligam a esquemas mais sofisticados de contrabando, tráfico de armas e drogas e parcelamento e negociação ilegal de terrenos em áreas de expansão urbana.

A milícia é um grupo independente, que concorre com o tráfico de drogas no varejo, disputando territórios, que por suas características (ausência de soberania do Estado), constituem bases ideais de reprodutibilidade de suas operações.

A principal diferença entre a milícia e outros grupos criminosos (especialmente o tráfico de drogas), é sua inserção na estrutura do Estado, especialmente com a participação de policiais e políticos.

Como foi dito, as milícias têm forte envolvimento de políticos, policiais e militares. Em 2008 algumas operações policiais reprimiram grupos de milicianos, eclodindo na prisão de deputados e vereadores envolvidos no esquema. Todavia, as ações ainda são bastante restritas, e tudo indica que são mais uma forma de mostrar serviço do que uma tentativa sistemática de resolver o problema. Existem listas de advogados, delegados e policiais marcados para morrer e estes sabem que seu trabalho está fortemente limitado, especialmente diante da falta de uma política sistemática de banimento das milícias, o que implicaria na prisão de figuras de grande poder na cidade.

No que se refere ao papel específico de município, estado e polícia, pode-se dizer o que município tem ação limitada, uma vez que não cabe a ele planejar e executar ações de segurança. Quanto ao Estado, este vem realizando ações, limitadas, como dissemos, com forte indício de envolvimento de autoridades públicas nos esquemas das milícias. Em relação à polícia, o envolvimento de alguns policiais é forte e em alguns casos explícito. Moradores de favelas relatam o uso do aparato policial em suporte às milícias, eliminando o tráfico e assegurando "terreno limpo" para a sua chegada. Há ainda um sentimento de impotência dos moradores de favelas, que sabem que não podem chamar a polícia, seja por temerem ser identificados por policiais envolvidos com a milícia, seja porque, simplesmente, se criou uma espécie de

A simples presença dessas facções criminosas na disputa pela venda de drogas no Rio confere uma complexidade ao fenômeno a nível local bastante distinta de outras cidades brasileiras. No Rio, o grande grau de pulverização da estrutura do tráfico de drogas delimita territórios descontínuos, que

"representam uma ponte entre o território em sentido usual e a idéia de rede. Ele é, porém, de fato ainda mais complexo do que isso sugere, já que, entre os nós da rede de um dado 'comando' ou quadrilha (territórios contínuos individuais: favelas), existem áreas não diretamente territorializadas, embora constituam uma área de influência da rede, sendo essa área definida com base na influência que se exerce a partir de seus nós, em termos de domínio de um mercado consumidor. Essas áreas são os bairros comuns, a 'cidade legal' (...). A complexidade da territorialidade em rede se coloca na medida em que várias redes territoriais podem se sobrepor no interior de uma mesma área de influência em disputa (ou áreas de influência distintas, mas com fortes interseções), configurando uma trama complicada: entre dois nós (favelas) de uma rede podemos encontrar, no espaço concreto, um nó (favela) pertencente a outra rede" (SOUZA, 1996b: 436-37).

Cada uma dessas redes, como afirma SOUZA (1996b), configura um sistema aberto, conectado a outras redes a nível internacional. Esta articulação entre a rede local, varejista, localizada nas favelas e bairros pobres, e a rede internacional, atacadista, controlada por grandes traficantes, revela a natureza desigual do tráfico de drogas e o papel da pobreza e das condições sociais precárias para este sistema, que se alimenta de jovens como mão-de-obra barata e descartável (SOUZA, 1996b), cuja incidência de mortes violentas é cada vez maior (ADORNO et alli, 1999; ZALUAR, 2004; SILVA & SILVA, 2005; OBSERVATORIO DE FAVELAS, 2006; DOWDNEY, 2003).

Com efeito, as favelas, que "representam a manifestação mais pobre e menos sofisticada do tráfico de drogas" (DOWDNEY, 2003: 75), constituem o território-base de operações do comércio varejista de drogas que mais nos interessa aqui.

O processo de territorialização do tráfico de drogas em favelas e outras áreas segregadas e estigmatizadas da cidade se configura a partir do uso da

[&]quot;zona de acomodação" segundo a qual a milícia é uma espécie de "polícia local", instituída paralelamente ao estado e detentora de uma lei própria, baseada nos interesses que mobilizam a ação destes grupos. Em um contexto mais amplo, podemos denominar tanto o tráfico como as milícias como "grupos criminosos armados com domínio de território" (SILVA, FERNANDES & BRAGA 2008), uma vez que têm na territorialização sustentada pelo uso de armas a base de seu funcionamento e reprodução.

violência armada como meio de conquista e manutenção dos territórios. A utilização de armas de fogo é não apenas o fundamento da territorialização desses grupos mas também a base de sustentação de sua territorizalização. Todavia, a convivência cotidiana com a *comunidade* local e o fato de muitos de seus integrantes serem originários das áreas de ocupação, apontam para a utilização de mecanismos de imposição da força que mesclam o poderio armado com estratégias de persuasão e dominação mais sutis, porém não menos violentos. O fato é que esses grupos se fortalecem em sua base territorial de atuação ao estabelecerem uma relação de "reciprocidade forçada" (DOWDNEY, 2003) com os moradores das áreas controladas.

Como sustenta SACK (1986: 19), a territorialidade se define como "a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e defesa do controle sobre uma área geográfica". Corrobora com esta definição a de SOUZA (1995:96), para quem o território define-se como "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". A territorialidade do crime, nestes termos, é a expressão espacial das práticas dos grupos criminosos. A sua forma, contudo, varia de grupo a grupo, bem como os mecanismos utilizados no processo de territorialização, ou, em outros termos, de apropriação e domínio do espaço. O peso atribuído a referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, bem como o uso da força e da coação, são estratégias que os grupos criminosos lançam mão nesse processo. Outros mecanismos, mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo também podem servir de suporte à territorialização, garantindo legitimidade sobre a área dominada frente aos seus ocupantes ou vizinhos. Isso é muito importante, na medida em que o uso contínuo da violência provocaria um nível de tensão tamanho que inviabilizaria a estabilização das relações cotidianas no território. Estabelecer uma rotina, a partir de normatizações próprias, de demarcações simbólicas e de processos de "infiltração institucional" faz parte de uma estratégia de manutenção do

⁶⁶ Por "infiltração institucional" compreendo o conjunto de interferências que os grupos criminosos impõem às instituições locais, o que pode variar de cobrança de taxas sobre recursos captados a inserção de pessoas ligadas ao tráfico (parentes, amigos) em ocupações remuneradas (a exemplo de agentes comunitários de saúde) ou representativas (como em associações de moradores). Cabe considerar que esse processo de "infiltração" do tráfico nas instituições comunitárias tem conduzido a um processo de criminalização das ONGs e associações de moradores, vistas como aparato do tráfico. É um fato, todavia, que muitas dessas instituições, especialmente as associações de moradores, possuam pessoas ligadas

poder segundo o qual se transmite uma idéia de que a qualquer momento pode-se fazer uso da violência física sem que para isso seja preciso expô-la permanentemente. Todavia, é também a partir do uso de recursos de exacerbação do poder, com demonstrações explícitas do que se é capaz, que se dissemina o terror sobre aqueles que ameacem a ordem imposta pelos criminosos.

Tem sido comum nas favelas cariocas uma espécie de convivência pacífica entre traficantes e moradores, o que sugere, para muitos, que essa convivência é harmônica e, por isso, conivente. Ocorre, todavia, que a instauração dessa aparente harmonia se dá pelo uso de recursos de intimidação que podem ser mais ou menos explícitos, mais ou menos violentos, o que dependerá de duas circunstâncias primordiais: a relação dos criminosos com a *comunidade* (se nascidos ali, se identificados com os moradores, etc) e o nível de tensão advindo das ameaças externas (polícia e grupos rivais) e internas (desavenças internas ao grupo, relação de confiança no grupo e na *comunidade*, presença de "x-9"67, etc). Com efeito, o tráfico pode ser mais ou menos violento a depender desse conjunto de fatores.

O tráfico de drogas no Brasil e em particular no Rio de Janeiro, apresenta características bastante singulares em comparação às redes criminosas em outras cidades, uma vez que convergem fatores associados à conjuntura local, especificidade dos grupos criminosos que operam o negócio das drogas e a situação sócio-política e econômica da cidade, marcada por profundas desigualdades sócio-espaciais, cuja fragilidade da presença do Estado e de suas instituições e regulações foram favoráveis a territorialização daqueles grupos.

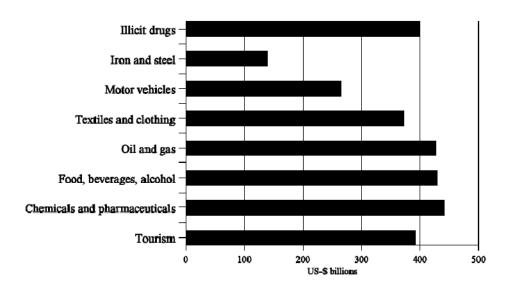
ao tráfico ou, em alguns casos, estejam diretamente direcionadas aos seus interesses. Porém, há de se convir que esse "aparelhamento" dessas instituições pelo tráfico ocorre em um contexto de exercício do poder armado e se insere em uma conjuntura de convergência do esfacelamento dos movimentos comunitários com o fortalecimento das redes criminosas territorializadas nas favelas.

⁶⁷ Dá-se o nome de "x-9" aos alcagüetes. Quando descobertas pelos criminosos, essas pessoas geralmente fogem da favela. Quando não conseguem fugir, geralmente são expulsas de imediato ou sua execução. Por se tratar de uma situação de perda de confiança, seja entre integrantes do tráfico ou entre moradores das favelas, geralmente essas execuções são realizadas como forma de se "dar exemplo", o que pode implicar em longas sessões de tortura seguidas de mortes cruéis. Podem ocorrer casos de "x-9" de fora da favela, pessoas infiltradas para obter informações sobre os criminosos. Esse foi o caso do jornalista Tim Lopes, assassinado em 2003 no Complexo do Alemão (ver nota 25).

2.2.1. O Brasil no contexto dos circuitos internacionais do tráfico de drogas

O tráfico de drogas no varejo, territorializado nas favelas e outros espaços populares do Rio de Janeiro é a ponta de uma extensa rede, que envolve um número considerável de atores, em diferentes países, na cadeia produtiva e distributiva de um dos negócios mais rentáveis do mundo. Trata-se de um fenômeno multiescalar, que envolve inúmeras atividades e atores (SOUZA, 1996b). No mundo globalizado, refém da lógica seletiva do capital, que vem sofisticando o desenvolvimento desigual e combinado de nações e territórios, o tráfico de drogas tem um importante papel, seja pelo seu impacto nas estruturas produtivas de países produtores, seja pelo volume financeiro que movimenta. Estudos do UNDPC (United Nations Office on Drugs and Crime) estimam que a movimentação do tráfico de drogas chegue a 400 bilhões de dólares anuais, constituindo a quarta atividade econômica no mundo (UNDPC, 1998), conforme ilustra o gráfico a seguir:

Figura 2.1 Faturamento do comércio ilícito de drogas em comparação ao comércio internacional dos maiores *commodities* e serviços (1995)



Título original: "Turnover of illicit drug trade compared to international trade (exports) in major commodities and services (1995)". Fonte: UNDPC (1998) a partir de dados de UNDCP, IMF, UNCTAD, World Tourism Organization. Itens do gráfico a partir do topo: "Drogas ilícitas"; "Ferro

e aço"; "Veículos automotor"; "Têxteis e roupas"; "Petróleo e gás"; "Comida, bebida e álcool"; "Químicos e farmacêuticos"; "Turismo". Valores em bilhões de Dólares.

O mercado de drogas sofre freqüentes oscilações, já que está sujeito às políticas de repressão e seus efeitos nas condições da reprodução de sua cadeia produtiva e distributiva (UNDCP, 1998). Com efeito, o aumento das taxas de lucro está diretamente associado ao risco que envolve a produção e distribuição do produto. Observa-se que ao longo dos anos 80 e 90, quando houve um aumento significativo das políticas de repressão, as taxas de lucro alcançaram cifras cada vez maiores. Como as políticas de repressão às drogas, que têm como princípio orientador a "guerra às drogas" instituída pelo governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos no início dos anos 80, basearam-se na repressão da oferta, ao mesmo tempo em que a procura era crescente, houve um estímulo ainda maior para que o tráfico se aproveitasse das crescentes taxas de lucro provenientes do alto risco a que estava submetida a atividade.

A chegada da cocaína ao comércio varejista, neste sentido, implica uma compensação dos custos, o que se reflete não apenas no preço final ao consumidor, como também na qualidade do produto, que é acrescido de substâncias visando o aumento de seu volume, e principalmente na garantia das condições de venda do produto, o que implica diretamente nos esquemas de corrupção e de defesa armada dos pontos de vendas. Com efeito, a

⁶⁸ O combate ao tráfico de drogas constitui um papel cada vez mais estratégico na geopolítica internacional. A influência dos Estados Unidos na definição de políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas têm sido motivo de controvérsia e de forte resistência dos países que participam diretamente da cadeia produtiva das drogas, em especial a cocaína. Desde a lei contra o abuso de drogas (The US Anti-Drug Abuse Act), promulgada no governo do republicano Ronald Reagan, a política norte-americana tem se concentrado naquilo que o próprio Reagan denominou de "guerra às drogas". Em que pese o fato desta lei ter como princípio o controle doméstico do uso das drogas, houve um grande investimento na redução da oferta das drogas no mercado americano, através de uma política agressiva de combate ao tráfico internacional de drogas. Em um cenário marcado pelo esvaziamento do debate político e ideológico da Guerra Fria, o governo Norte-Americano encontrou na "guerra às drogas" um motivo apelativo para exercer controle político, militar e econômico sobre a América Latina. Essa tem sido a tendência observada na gestão de outros presidentes americanos, em que pese à relativa diminuição deste caráter no governo do democrata Bill Clinton, que se acirrou novamente na gestão de George W. Bush, quando se estabeleceu uma política ostensiva de ocupação militar em território colombiano.

No exercício de seu poder geopolítico, os Estados Unidos mantém uma forte pressão sobre os países produtores de coca, Colômbia, Bolívia e Peru, e toda a área de entorno, que funciona como corredor de exportação da droga. Influencia em sanções econômicas ao certificar os países quanto ao seu empenho no combate às drogas e ao seu alinhamento à política americana de "guerra às drogas", afetando diretamente a economia e visibilidade política destes países no cenário internacional, especialmente após a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, já que baliza a avaliação quanto aos compromissos fixados na convenção.

repressão de caráter internacional se reproduz a nível local, onde os traficantes varejistas constroem estratégias visando à manutenção do negócio e a ampliação de seus lucros.

Na definição das políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas, no entanto, os atores mais frágeis das redes do narcotráfico são aqueles que mais sofrem os efeitos de uma política repressiva e altamente violenta. Na Colômbia, Peru e Bolívia, por exemplo, a repressão à oferta tem recaído na criminalização dos pequenos produtores de folhas de coca. Nas áreas pobres urbanas de toda a América Latina, Estados Unidos e Europa, por outro lado, são os traficantes varejistas os mais perseguidos. Com efeito, grandes operadores do tráfico internacional, muitos dos quais especuladores, que investem grandes quantias de dinheiro no financiamento do negócio sem sujar as mãos, sofrem pouca ameaça, tendo a liberdade necessária para continuar a alimentar este grande negócio.

A realidade do tráfico no varejo observada nas periferias de todo o mundo, e em particular a do Rio de Janeiro, cidade sobre a qual nos debruçamos neste estudo, revela que a ameaça desses grupos localizados é tão limitada quanto o esforço absurdo empreendido pelas forças de segurança pública em enfrentá-los. Não se trata apenas de "vontade política", mas de uma questão política o enfrentamento do tráfico a nível nacional e internacional. Traficantes de colarinho branco ocupam altos postos governamentais e grande influência no mundo da economia, sendo, portanto, figuras "blindadas" que dificilmente venham a ser atingidas por alguma medida mais ampla de combate ao tráfico. Os grandes traficantes colombianos, por sua vez, apesar de sua grande periculosidade e posição estratégica nessa cadeia produtiva e distributiva, são apenas intermediários entre o mundo das altas finanças dos ricos e poderosos – que efetivamente especula e lucra altas cifras com o tráfico -, e o mundo da miséria que habita o tráfico no varejo – que sofre as conseqüências mais imediatas e violentas das políticas de repressão.

Do ponto de vista do conjunto de atividades lícitas e ilícitas movimentadas na economia mundial, o tráfico internacional de drogas constitui a segunda maior operação comercial do mundo, ficando atrás apenas do tráfico de armas (COGGIOLA, 2007). A base do fenômeno encontra-se na explosão

do consumo de drogas e em sua popularização, especialmente nos países capitalistas centrais a partir dos anos 70.69 Ao longo dos anos 80, a expansão massificada da produção e da comercialização das drogas ilícitas foi favorecida pela retração dos preços das commodities, que permitiu a transformação de economias monoprodutoras dos países pobres e dependentes da produção agrícola, para uma produção "narcoprodutora" (COGGIOLA, 2007). Em função disso, a cadeia produtiva das drogas, reconfigurou as áreas agrícolas desses países, onde a monocultura da coca, papoula e maconha substituiu gradativamente outras monoculturas, não modificando radicalmente a paisagem agrícola, mas redefinindo as relações produtivas em torno do poder exercido pelos traficantes. Além disso, o tráfico de drogas também apresentase como uma alternativa para o sistema financeiro mundial. Por se tratar de um mercado potencialmente estável pelo caráter viciante de seus produtos, o tráfico de drogas pode atingir rentabilidade de 3.000%, dos quais apenas 0,5% destinam-se aos produtores rurais e 3% à sua distribuição, somados os gastos com subornos (COGGIOLA, 2007). Desta maneira, o quilograma da cocaína que na Colômbia custa cerca de U\$ 2.000,00, pode chegar a U\$ 25.000,00 nos EUA e U\$ 40.000,00 na Europa, tratando-se de uma atividade altamente rentável para seus atravessadores (COGGIOLA, 2007).

Boa parte da movimentação financeira proveniente do tráfico de drogas entra no circuito financeiro através de operações de "lavagem de dinheiro", realizada em "paraísos fiscais" que mantém leis fortes em defesa do sigilo bancário e que não exigem de seus investidores a declaração da origem do dinheiro. Dados das Nações Unidas, do final da década de 1990, estimavam

⁶⁹ O período denominado de "Era do Ouro" (HOBSBAWM, 1996), que segue ao Pós-II Guerra Mundial, é um momento propício à difusão das condições sócio-culturais para o consumo massivo de drogas. É neste período, marcado pela expansão do consumismo e de valores hedonistas, que se observa a disseminação de drogas desenvolvidas pela Indústria Farmacêutica com o intuito de promover bem-estar e eliminar os problemas de ansiedade e depressão. O "estresse do lar", vivido pelas donas de casa americanas nos anos 50, somado ao feminismo e a revolução dos costumes dos anos 60, com o advento do "homem sentimental" - mais aberto para demonstrações de fraqueza -, fizeram com que o Valium medicamento anti-depressivo desenvolvido pela Roche se tornasse o remédio mais vendido do mundo nos anos 70. O crescimento do poder da Indústria Farmacêutica, neste contexto, propiciou a disseminação da idéia de que as drogas podem trazer bem-estar e produzir boas sensações ao mesmo tempo em que delineou limites entre o que seria considerado "legal" e "ilegal", relegando a cocaína, por exemplo, à ilegalidade. Ainda nos anos 70, cabe destaque também para a Guerra do Vietnã, quando soldados e ex-combatentes americanos utilizaram amplamente maconha e heroína, aumentando a demanda interna por estas drogas, que inseridas no contexto sócio-cultural da época, encontraram um amplo mercado consumidor. Faltaria apenas a criação de condições para a produção em larga escala, o que se consolidaria ao longo dos anos 80, ao mesmo tempo em que o governo de Ronald Reagan lançava os Estados Unidos em uma "guerra contra as drogas".

que diariamente U\$ 200 milhões eram movimentados nos bancos desses países sem que se soubesse sua origem (UNDPC, 1998). Tais cifras são utilizadas em investimentos legais, como a compra de imóveis e aplicações na bolsa de valores, havendo ainda um grande volume direcionado para o refinanciamento de atividades criminosas. O volume de dinheiro é tamanho que compromete o próprio sistema financeiro internacional: se a quantia movimentada pelo tráfico fosse repentinamente retirada do sistema, ou melhor, "confiscada", o sistema simplesmente quebraria (NAÍM, 2006). Por outro lado, a alta lucratividade dos negócios ilícitos das armas e das drogas tem atraído um número cada vez maior de "investidores", que na mão de corretores inescrupulosos e pouco interessados em saber detalhes sobre o tipo de investimento sugerido, investem em busca de altas taxas de lucro, que podem chegar a quase 2% ao dia. Num mundo em que as oportunidades de investimento lucrativo no mercado especulativo são restritas e igualmente arriscadas, e onde a movimentação do chamado "caixa dois" de milhares de empresas é uma realidade, investir em negócios de caráter duvidoso pode ter na certeza dos altos lucros um caminho mais curto na crescente "bolha" do mercado financeiro internacional. Os sistemas de lavagem de dinheiro são indispensáveis ao funcionamento dos negócios ilícitos, sendo cada vez mais difícil controlá-los, especialmente em função do uso de atividades lícitas associadas às atividades ilícitas, camuflando-as, e ainda em decorrência das facilidades possibilitadas pelas transações eletrônicas e pelo número cada vez maior de paraísos fiscais (NAÍM, 2006).

O tráfico de drogas, todavia, constitui apenas um ramo específico dos negócios ilegais que movimentam bilhões de dólares anualmente. NAÍM (2006) aponta que as redes criminosas se caracterizam, no contexto da globalização, como grupos cada vez mais descentralizados, que operam de maneira não-especializada, de tal modo que a mercadoria em si constitua um fator irrelevante. Com efeito, com a descentralização e diversificação, o que adquire centralidade é a capacidade de operar os fluxos, de ultrapassar barreiras e fazer com que as mercadorias cheguem ao seu destino final em segurança. No México, por exemplo, as redes criminosas atuam no controle da fronteira, participando, direta ou indiretamente, do transporte de variados produtos,

participando ainda de esquemas de lavagem de dinheiro em uma gama variada de operações e conexões (NAÍM, 2006). NAÍM (2006) acredita que a descentralização na estrutura do crime, com a presença de um número cada vez maior de grupos concorrentes, levou a uma diversificação de suas atividades. Assim,

"... Ao longo do processo, o poder – e o enorme potencial de lucros – deslocou-se para o meio da cadeia de distribuição, para pontos onde se encontravam as grandes oportunidades para transações de grande valor ao longo das fronteiras, a diversificação e as parcerias e sinergias estratégicas. Nada muito diferente do que aconteceu com muitas indústrias globais legalmente constituídas." (NAÍM, 2006: 75).

Contribuiu sobremaneira para este processo de descentralização e diversificação de atividades, a crescente desregulação estatal de base neoliberal que se intensifica nos anos 90, favorecendo o aumento do mercado ilícito, cuja maior evidência é a lavagem de dinheiro, cujos fluxos alcançam cerca de 10% do PIB mundial (NAÍM, 2006). A isso se deve acrescentar o dinamismo econômico possibilitado pelas novas tecnologias de comunicação, que elevaram as transações monetárias internacionais de 590 bilhões de dólares em 1989 para 1,88 trilhão em 2004. Este grande fluxo monetário estimulou a formação de paraísos fiscais, com países e instituições financeiras interessados em atrair e administrar quantias cada vez maiores de dinheiro. Igualmente, Estados fracos ou "falidos", como o Suriname, Transnístria e Tajaquistão, passam a ser "colonizados" pelas redes criminosas internacionais, servindo de base para o acobertamento de transações ilícitas. Por outro lado, a abertura econômica de Estados Nacionais com grande período de fechamento, tais como China, Rússia, Coréia do Sul, Taiwan e Índia, criou para o crime vantagens semelhantes àquelas que o capital legalmente constituído encontrou, com a diferença de que além de novos e amplos mercados, havia uma ampla gama de esquemas possíveis de corrupção junto a funcionários e políticos, a exemplo dos esquemas de tráfico de armas existente nos países da antiga Cortina de Ferro (NAÍM, 2006).

No Brasil, a presença de redes criminosas internacionais também cresce ao longo dos anos 90, ampliando e diversificando atividades que se instalaram e se consolidaram ao longo dos anos 70 e 80, predominantemente ligadas ao tráfico de drogas. As características estruturais do tráfico de drogas no Brasil se desenvolveram inicialmente a partir de sua condição de país de trânsito (FILHO & VAZ, 1997) e evoluiu para uma inserção multiescalar. Assim, o país figura no cenário internacional como país de trânsito, como fornecedor de matérias-primas industriais para a produção da cocaína, como produtor e como consumidor (SOUZA, 1996b).

Segundo SOUZA (1996b), na estruturação do tráfico de drogas no Brasil há dois "subsistemas" interconectados: o subsistema *importação-exportação-atacado* (I-E-A) e o subsistema *varejo*. O subsistema I-E-A é o principal responsável pelas importações de drogas e sua reexportação, sendo ainda responsável pelo abastecimento de traficantes que operam no varejo (SOUZA, 1996b). O subsistema varejo por sua vez, possui várias formas de realização, com destaque para as quadrilhas que atuam em bases locais tais como as favelas e outras áreas segregadas das cidades, que oferecem condições ideais à reprodução do negócio (SOUZA, 1994b). No Rio de Janeiro cada quadrilha (articulada geralmente em "comandos") pode envolver uma multiplicidade de atores, dentre os quais o "dono", o "olheiro", os "aviões", os "soldados", os "gerentes" e policiais que extorquem traficantes ou, mesmo, praticam crimes a soldo destes (SOUZA, 1996b).

Todavia, como destaca SOUZA (1996b), chama a atenção para o fato de que, apesar de sua menor importância do ponto de vista estratégico em comparação ao subsistema I-E-A, no Brasil as ações da mídia e da polícia têm se concentrado no subsistema varejo, especialmente em relação aos traficantes das favelas. Estes traficantes constituem, segundo o autor, no braço menos rico e refinado do crime organizado⁷¹, e, diríamos, mais vulneráveis

Apesar disso, não se pode esquecer de outros espaços de venda de drogas, tais como boates, bares (muitos dos quais freqüentados por famosos) e mesmo residências "do asfalto". Estes, todavia, por estarem localizados em áreas nobres da cidade, não sofrem o mesmo grau de repressão e abordagem por parte da polícia em comparação às bocas-de-fumo das favelas, o que revela uma forte distinção dos métodos repressivos por contexto social.

⁷¹ É importante salientar que a idéia de "crime organizado" situa-se em um plano muito aquém daquelas formas organizacionais tipo "Cartel de Medellín" ou "Máfia Italiana". Para SOUZA (1996: 428-29), as relações de poder entre as organizações não podem ser hiperbolizadas, já que "existem fortes evidências de que o crime organizado na metrópole carioca é, em parte, *menos* organizado do que a mídia quer fazer crer. (...) Os 'comandos' são, na realidade, redes bastante instáveis, dentro das quais existem as subredes comandadas pelos chefes da quadrilha ('donos' de pontos de venda de tóxicos ou 'bocas-defumo')."

também, pois estariam mais expostos aos confrontos armados com a polícia e entre facções rivais por disputas de territórios e mercados. Além disso, a freqüência e proximidade com que esses confrontos ocorrem, especialmente no Rio de Janeiro, onde diferentes facções disputam o comércio das drogas e onde o Estado adotou medidas repressivas focadas no confronto armado, conferem ao subsistema varejo uma visibilidade maior. Notícias de balas perdidas, violência nas ruas e grande número de favelas misturam-se em um ambiente urbano caracterizado pelo medo e a aversão social. Ao concentrar-se no tráfico das favelas, tanto a mídia quanto as ações policiais reforçam (e apóiam) processos estigmatizantes das favelas. Ao mesmo tempo, deslocam para segundo plano os mecanismos que dão sustentação a esta situação, e que se ligam diretamente ao subsistema I-E-A, que envolve traficantes de grande porte, muitos dos quais ligados a políticos, empresários e autoridades públicas.

PAÍSES PRODUTORES PLANTADORES DE COCA PAÍSES CONSUMIDORES DO "PRIMEIRO MUNDO" (Peru, Bolivia, Colômbia) AGENTES FABRICANTES DE COCAÍNA (Calámbra e Bolivia) DIVERSAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS OPERANDO NA EUROPA E NOS EUA EXPORTADORES BRASIL SUBSISTEMA I-E-A GRANDES TRAFICANTES "SOCIOS"/"PARCEIROS" "FACILITADORES" (envolvidos com lavagem de dinheiro, financiamento de negócios ilicitos etc.) (p.ex., funcionários corruptos de portos e aeroportos) ÁREAS PRODUTORAS SUBSISTEMA VAREKO BOATES, APARTAMENTOS FAVELAS Marcelo José Lopes de Souza DE CLASSE MÉDIA "DONOS" (chefes de quadrilha possuidores de "bocas-de-fumo ESTABELECIMENTOS DE ENSINO etc REVENDEDORES "GERENTES" (prepostos) USUÁRIOS-REVENDEDORES "SOLDADOS" (garantem a NAS RUAS EMBALADORES DE DROGA REVENDEDORES "AVIÕES" (entregadores) USUÁRIOS-REVENDEDORES "OLHEIROS" (espiões, atalaias)

Figura 2.2. – Esquema ilustrativo do funcionamento do tráfico de drogas em suas múltiplas escalas

Fonte: SOUZA (1996b: 433).

O papel intermediário no circuito internacional do tráfico de drogas fez com que no Brasil inexistisse uma rivalidade com os grandes cartéis internacionais, fato que direcionou os criminosos vinculados a esta atividade no Brasil a estabelecer vínculos cooperativos com cartéis e organizações criminosas associadas ao tráfico (FILHO & VAZ, 1997). Com efeito, o subsistema atacadista internacional do tráfico de drogas no Brasil opera com um limitado número de atores, vinculados a máfias da Europa, Oriente Médio e Ásia, na maior parte das vezes associadas a outras atividades ilícitas, como o contrabando (FILHO & VAZ, 1997). Esses atores beneficiaram-se de fatores facilitadores ao tráfico no território brasileiro, como a extensão do território, com grande fronteiras em terra e vasta costa, associada a vizinhança com os

principais centros produtores, assim como uma ampla rede de transportes e comunicações, havendo ainda um sistema financeiro que cresceu sem mecanismos de controle, fator que facilita transações de lavagem de dinheiro (FILHO & VAZ, 1997).

O subsistema varejista, por sua vez, possui uma maior variedade de atores, que conectam extremos de uma vasta rede do atacado ao varejo. Seu campo de atuação é predominantemente nos grandes centros urbanos. Assim como o tráfico atacadista, o mercado interno varejista, em escala menor e diferenciada, também opera outros circuitos ilegais, sobrepondo e intercalando atividades no ramo informal, favorecendo com isso a lavagem de dinheiro. Todavia, o que mais chama a atenção na estrutura do subsistema varejista no mercado interno é o seu grande nível de fragmentação, constituindo-se por grupos que operam na escala local, a exemplo dos grupos de traficantes em favelas (FILHO & VAZ, 1997). Quanto a isso, é seguro dizer que a conjuntura econômica, social, cultural e política do contexto urbano brasileiro foram importantes para a penetração, consolidação e expansão do comércio varejista de drogas nos grandes centros urbanos brasileiros, situação que parece ter encontrado um lugar de reprodução ideal no Rio de Janeiro, cidade que reuniu, à época, os fatores mais favoráveis à ampliação da escala e a consolidação do tráfico de drogas no varejo.

De acordo com SOUZA (1994a e 1994b), deve-se analisar o tráfico de drogas no Rio de Janeiro a partir da conjunção de fatores ligados (i) a evolução da ordem econômica mundial, no contexto da globalização; (ii) a retração da ordem estatal no Brasil, no contexto da década perdida dos anos 80; e (iii) a um conjunto de fatores de ordem local, específicos da realidade econômica, política, cultural e geográfica do Rio de Janeiro tais como o sítio das favelas, a presença de grupos capazes de operar o tráfico de drogas no varejo em larga escala e uma política de segurança que favoreceu a consolidação daqueles grupos durante o primeiro governo de Leonel Brizola⁷². É na conjunção desses

Muito se tem falado a respeito do papel da política de segurança pública de Brizola para o fortalecimento do tráfico nas favelas, sob o argumento de que uma polícia mais branda teria favorecido aqueles grupos. Tendo a concordar com este argumento, mas faço uma ressalva quanto à idéia de que uma polícia menos branda é capaz de enfrentar o tráfico. A meu ver, a política de segurança pública adotada após a primeira gestão de Leonel Brizola, por Moreira Franco, foi uma resposta ofensiva ao crime, sendo também uma resposta àqueles que clamavam por uma polícia menos branda. Todavia, este modelo, que se manteve praticamente inalterado até hoje, não tem sido capaz de resolver o problema,

fatores, segundo o autor, que as condições de incremento do tráfico de drogas amadurecem ao longo dos anos 80. A estes fatores assinalados por Souza, eu acrescentaria (iv) a situação do tráfico internacional de drogas, marcado por um período de forte repressão, no contexto da chamada "guerra às drogas"; (v) o contexto cultural difundido pela globalização, que impulsionou novos estilos de consumo e padrões de comportamento na sociedade brasileira (ZALUAR, 2004); (vi) a singularidade do crime organizado no Rio de Janeiro, com destaque para o processo de formação e consolidação do Comando Vermelho (MISSE, 2002; 2007); (vii) o modelo local de segurança pública adotado no combate ao tráfico assim como (viii) a forte corrupção existente no interior da polícia e governos (CANO, 1997; SOARES, 2006; RAMOS & MUSUMECI, 2005).

A isso se insere a política de "guerra às drogas" empreendida pelo governo norte-americano ao longo dos anos 80 e reiterado pelas Nações Unidas nos anos 90. Neste período um grande volume de recursos humanos e materiais foi empreendido na tentativa de barrar a entrada de drogas, especialmente a cocaína, nos Estados Unidos. Essa política de combate às drogas também serviu de base para a geopolítica norte-americana na América Latina, implicando em um alinhamento de muitos países a essa política, configurando apoio americano a estratégias internas de combate às drogas, muitas das quais focalizadas na fragilização de grupos rebeldes, como no caso das FARC na Colômbia. O resultado mais imediato desta política foi a reconfiguração das estratégias adotadas pelos traficantes no acesso ao mercado norte-americano e, ao mesmo tempo, em mecanismos de compensação de prejuízos a partir da instauração de novas rotas de tráfico que também viabilizassem o acesso a novos mercados consumidores. É neste período que o Brasil se incorpora ao circuito internacional das drogas ilícitas,

mas, pelo contrário, de torná-lo ainda pior, inclusive como aumento das mortes e o armamento cada vez mais pesado dos dois lados – tráfico e polícia. Inúmeras críticas têm sido feitas a esse modelo e todas elas apontam para um maior peso nos processos investigativos, nas incursões inteligentes e planejadas e, principalmente, em uma ampla reforma das polícias, visando romper com o ciclo de corrupção e introduzindo novos elementos à abordagem policial (Cf. SOARES, 2006; ADORNO & PERALVA, 1997; PINHEIRO, 1997; RAMOS & MUSUMECI, 2005).

tendo o Rio de Janeiro como um ponto de conexão com as rotas internacionais e um potencial mercado consumidor⁷³.

Embora os anos 80 tenha sido o período de consolidação e expansão do negócio das drogas ilícitas, o Brasil já possuía um pequeno fluxo de cocaína para o mercado interno desde finais dos anos 60, quando traficantes independentes negociavam diretamente com produtores bolivianos, além de uma presença ainda mais antiga da maconha, cultivada especialmente no vale do São Francisco, no chamado "polígono da maconha". De acordo com MISSE (2007), a implementação e ampliação do mercado de drogas se deveu, sobretudo a uma tentativa de pequenos produtores de cocaína na busca pela ampliação de seu nível de competição com os grandes cartéis ao explorar novas áreas de consumo. Mas a conformação do que mais tarde foi chamado de "crime organizado", com a participação do Comando Vermelho como organização criminosa que deu impulso ao tráfico em larga escala, só se deu ao longo dos anos 80, e foi decorrente da conjunção entre a busca por novas rotas de tráfico internacional e a necessidade de ampliação dos mercados consumidores.

Foi assim que em 1982 a cúpula do Comando Vermelho recebe a visita de mafiosos italianos interessados em financiar o tráfico no Brasil (ZALUAR, 2004). Estes mafiosos viam no Comando Vermelho uma estrutura criminosa com características fundamentais para que o negócio das drogas se consolidasse: tratava-se de um grupo com alto grau de organização interna, pautado por forte hierarquia e pela presença de criminosos já atuantes no ramo das drogas que vinham ganhando força no interior da organização. Com efeito, se o Comando Vermelho em sua origem era fortemente centrado em assaltos a bancos, ao longo dos anos 80 esta organização criminosa vê suas antigas lideranças serem gradativamente substituídas por criminosos vinculados ao tráfico de drogas (LUDEMIR, 2007; AMORIM, 2003). Esta mudança também implicou na conformação de um grupo cada vez mais coeso e, portanto, menos

⁷³ As elites continuaram a ser os principais consumidores da cocaína quando de sua chegada massiva no Rio de Janeiro, tendo sido, este mercado, indispensável para a consolidação do tráfico de drogas no varejo na cidade. Ao longo dos anos 90, contudo, o acesso à cocaína também se espraia entre os mais pobres, tornando-a uma droga bastante difundida entre diferentes classes sociais. Na verdade, o mercado funcionou como um regulador do acesso à droga, uma vez que a lei da oferta e procura permitiu a venda no varejo em grande escala e a conseqüente queda do produto final.

disperso, organizado em torno do negócio das drogas, que já em meados dos anos 80 torna-se o ramo central da organização. A principal característica deste processo de coesão interna foi a territorialização da organização, uma vez que o Comando Vermelho passaria a atuar a partir das favelas como bases fundamentais para o negócio das drogas. A presença anterior do tráfico nas favelas, que eram utilizadas como base para o negócio, se reforça na medida em que o tráfico ganha espaço dentro da organização. Com efeito, a territorialização do tráfico, ao mesmo tempo em que reforça estereótipos e estigmatiza as favelas – já associadas às idéias de criminalidade -, constitui novas redes de sociabilidade, que emergem das relações de poder que demarcavam esses territórios (MISSE, 2007). Assim, um grau de organização torna-se necessário "para manter o controle sobre os agentes que operam nesses 'territórios', bem como para estabelecer relações de troca com os agentes públicos encarregados de reprimi-los" (MISSE, 2007: 144). Instaura-se assim um processo de controle social e manutenção de uma ordem necessária ao bom funcionamento do negócio, que passa a operar mediante mecanismos de "reciprocidade forçada" (DOWDNEY, 2003) junto à comunidade local, configurando uma "sociabilidade violenta", segundo a qual a força, de *meio* de obtenção de interesses se transforma no princípio de regulação das relações sociais estabelecidas (SILVA, 2004).

A territorialização do tráfico ocorre de forma mais acentuada ao longo dos anos 80, quando o Comando Vermelho hegemoniza e amplia o comércio varejista de drogas no Rio de Janeiro. Todavia, podem-se identificar desde o final dos anos 60 elementos que favoreceram gradativamente a constituição de um cenário favorável à formação, consolidação e expansão deste grupo. De acordo com MISSE (2007), é neste período que se inicia um processo crescente por parte do Estado brasileiro de repressão às drogas. Este processo se consolida em 1976, com a lei 6368/76, que distingue traficante de usuário, além de conferir autonomia à polícia neste enquadramento. MISSE (2007) considera que o endurecimento da legislação favoreceu o crescimento do tráfico de drogas, uma vez que possibilitou o aumento de práticas extorsivas e de envolvimento de policiais no negócio das drogas, tornando a atividade mais segura e, com isso, aumentando seu nível de rentabilidade. A presença de

policiais em esquemas junto ao tráfico se amplia na medida em que o tráfico de expande, demonstrando que o fortalecimento do tráfico no Rio de Janeiro também teve na participação de policiais um importante componente. Como destaca MISSE (2007: 155):

"Não se pode entender as formas de organização da criminalidade no Rio de Janeiro se não se atentar para o importante papel cumprido por grupos de policiais – entre outros agentes do Estado – na manutenção do *status quo*. A sobreposição de dois mercados ilegais – um que oferece bens econômicos ilícitos e outro que o parasita impondo a troca de mercadorias políticas – constitui um dos eixos principais de reprodução ampliada da violência no Rio de Janeiro e de sua acumulação social".

A presença da polícia no negócio das drogas teve efeito imediato na geração de uma espécie de "zona de conforto" para a participação de criminosos no tráfico, haja vista esquemas de corrupção e facilitações que tornavam o tráfico um negócio cada vez mais seguro e rentável. Com efeito, como revela o estudo de MISSE (2007), a criminalidade transita entre o furto nos anos 60, passando pelos assaltos nos anos 70, chegando ao tráfico nos anos 80, na medida em que esta atividade torna-se atrativa. Some-se a isso o grande nível de repressão aos assaltos nas ruas, que àquele momento impulsionava o processo de auto-segregação das classes média e alta do Rio de Janeiro, e que era, para os assaltantes, um risco que poderia ser evitado com a migração para o tráfico.

Esse fenômeno migratório para o tráfico de drogas foi fortemente impulsionado por uma rede de capitalização baseada em empréstimos com garantias de vínculos de amizade e parentesco, organizada pelo Comando Vermelho a partir das prisões. A "caixinha", um aprendizado adquirido junto aos presos políticos, era um instrumento utilizado para financiar as atividades criminosas da organização, bem como fugas e apoio a familiares (LUDEMIR, 2007).

Apesar de sua visibilidade nacional e internacional, o Comando Vermelho tem uma origem bastante distante de sua realidade atual. Sua remonta à relação estabelecida entre presos políticos e presos comuns no presídio Ari Franco, localizado na Ilha Grande, litoral sul fluminense, durante o

Regime Militar. Condenados pela Lei de Segurança Nacional, no presídio da Ilha Grande juntaram-se, num só espaço, presos políticos, com ampla formação intelectual, majoritariamente de classe média, com presos comuns, de baixa formação intelectual e escolar e de origem popular. Ali os presos comuns tiveram a oportunidade de absorver um modelo de organização e de luta coletiva que resultou na formação de um grupo de reivindicação por melhores condições na cadeia, a Falange Vermelha. Fortes vínculos passaram a configurar a relação entre aquele grupo de presidiários, que mais tarde formariam o Comando Vermelho (AMORIM, 2003).

Os vínculos de confiança e cumplicidade fortaleceram a rede social do tráfico vinculada ao Comando Vermelho, tornando-o, efetivamente, uma "irmandade do crime", como sugere AMORIM (2003), com fortes vínculos de identidade entre seus membros e de respeito pelas suas lideranças. Como descreve MISSE (2007: 150):

"... o Comando bancava tudo à pessoa que se dispunha a 'botar o movimento' numa área nova: dava-lhe armas, contatos para a compra da droga, dinheiro. Em troca, ele pagaria regularmente com uma parte ponderável de seu lucro à 'caixa' comum do Comando e respeitaria as regras de apoio mútuo, aliança contra adversários, respeito, apoio, 'proteção' aos moradores locais e, principalmente, aos 'amigos'. Qualquer tentativa de fraudar a rede ('dar um banho'), em qualquer nível, seria punida com a morte".

Este espaço se inicia segundo LUDEMIR (2007) já dentro da cadeia, quando o tráfico passa a assumir uma parcela cada vez maior na contribuição da caixinha dos presos, um esquema copiado dos presos políticos que garantia benefícios para presos e familiares. A visão mantida pelos assaltantes fundadores do Comando Vermelho era a de que todos partilhavam dos mesmos riscos e que, portanto, não deveria haver hierarquias (LUDEMIR, 2007). Todavia, essa estrutura horizontalizada era cada vez mais ameaçada pelas lideranças vinculadas ao tráfico de drogas, que impunham uma nova lógica de funcionamento da organização, baseada em hierarquias. A prática dos assaltos a bancos e roubo de carros foi perdendo espaço nos primeiros anos da década de 80 para o tráfico, que se apresentava como uma atividade rentável e segura, já que não se corria o risco e exposição que os assaltos

implicavam. Mas não se tratou de uma transição fácil. Muitos bandidos resistiram à idéia, sobretudo porque o tráfico implicava em hierarquia e vinculação orgânica com o grupo, algo inexistente no mundo dos assaltos, que se baseava na independência dos participantes e na horizontalização das relações.

Esta estrutura de funcionamento, todavia, não foi capaz de resistir inteiramente ao desenvolvimento da desconfiança entre os membros do Comando Vermelho, fossem de dentro da prisão ou de fora. A ambição dos novos participantes para a ampliação de suas áreas de atuação, segundo MISSE (2007), constitui uma dimensão fundamental para a compreensão do fracasso da primeira rede (de 1984 a 1986) e a segmentação subsegüente, a partir de 1987, momento em que se inicia um período de conflitos que perdura com maior intensidade até 1994, culminando na formação da facção ADA ("Amigo dos amigos"). Este período marca o fim da tentativa de oligopolização do tráfico de drogas pelo Comando Vermelho e pela conformação de uma estrutura bastante fragmentada – inclusive com a formação de outras facções -, que somadas ao Terceiro Comando e a ADA, fragilizaram as potencialidades que o negócio das drogas oferecia, tendo como resultado o enfraquecimento destes grupos ao longo dos anos 2000 resultante do aumento da repressão policial, da diminuição do acesso de consumidores às favelas – em decorrência de situações de violência das quais chamou mais a atenção a morte do jornalista Tim Lopes⁷⁴ -, e a chegada de drogas sintéticas – através de outros circuitos ilegais – que passaram a concorrer com a cocaína e a maconha.⁷⁵ Como resultado, observa-se o fortalecimento de outros grupos criminosos, tais como as milícias, assim como a diversificação cada vez maior das atividades

⁷⁴ O jornalista Tim Lopes realizava uma matéria sobre o tráfico de drogas na Vila Cruzeiro, favela situada no Complexo do Alemão. Na noite de 2 de junho de 2002, Tim Lopes fora à favela atrás de denúncias de moradores de que havia exploração sexual comercial de menores de idade em um baile funk promovido pelos traficantes, além da venda de drogas. Com uma câmera escondida em uma pochete, foi identificado pelos traficantes – segundo alguns relatos, confundido com policial -, tendo sido torturado e cruelmente assassinado a mando do traficante Elias Maluco, atualmente preso.

⁷⁵ Entre essas novas drogas, destaca-se o ecstasy e o LSD. O circuito dessas drogas é bastante diferenciado do circuito do tráfico de drogas como a maconha e a cocaína. Além de envolver outras rotas – uma vez que boa parte das drogas é fabricada na Europa -, também envolve outro perfil de traficante, geralmente jovens de classe média que utilizam sua imagem e respaldo social a fim de camuflar a atividade ilícita. Segundo relato do delegado da Polícia Federal brasileira, Agostinho Cascardo Júnior, em entrevista ao jornal O Globo (21/05/2008), "O perfil do traficante de drogas sintéticas é este. Jovens de classe média, que sonham com o enriquecimento fácil. (...) geralmente a droga está associada a festas de música eletrônica".

desenvolvidas pelos traficantes, tendo ainda como base o domínio armado do território (MISSE, 2007). Outro aspecto dessa nova dinâmica é o retorno de traficantes aos assaltos, fato mencionado por MISSE (2007) e também constatado pela ONG Observatório de Favelas, que em pesquisa junto a integrantes do tráfico verificou tanto a migração para aquela atividade quanto sua execução em complemento às atividades no tráfico como forma de compensação da diminuição dos rendimentos no tráfico (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2006).⁷⁶

2.2.2. A encarnação do medo: adolescentes e jovens no tráfico

Uma das estratégias mais bem utilizadas pelo tráfico para a manutenção de seu poder encontra-se na aproximação de participantes cada vez mais jovens para as suas redes. Uma cultura própria do tráfico vem se constituindo em torno de referências que circulam em torno de valores, estéticas e padrões de comportamento que produzem identificação junto aos jovens que vivem nas favelas.

Para jovens que vivem em situação de grande invisibilidade social, estigmatizados pela sociedade e negligenciados pelas autoridades públicas, o tráfico tem se mostrado como uma importante rede de sociabilidade. Atraídos pelo dinheiro fácil do crime, estes jovens também se veêm diante da

⁷⁶ O comparativo entre duas pesquisas realizadas pelo Observatório de Favelas (SILVA & URANI, 2002 e OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2006) demonstra que entre 2001 e 2006 houve uma queda substancial nas taxas de lucro do tráfico de drogas no varejo no Rio de Janeiro. Essa queda tem provocado uma diversificação cada vez maior das atividades dos criminosos, que lançam mão de estratégias para a compensação de seus ganhos na esteira do ilegal e do informal existente nas favelas e outros espaços populares da cidade. Exemplo disso é a participação cada vez maior do tráfico na "concessão" de autorização para atividades nas favelas, como os serviços de moto-táxi, fazendo-se cumprir um "Estado paralelo", que ocupa a brecha da soberania inexistente do Estado democrático de direito nesses territórios. Chama a atenção neste fenômeno o caráter "territorial" das atividades paralelas ao tráfico, já que todas elas têm como pressuposto sua realização em um território específico, simbólica e belicamente delimitado. Nestes termos, é mais que cabível a aplicação de uma definição mais abrangente desses grupos, que podem ser definidos como "grupos criminosos armados territorializados", ao contrário de outros grupos criminosos que não têm no território a base e fonte de suas operações.

Mas em que pese a crescente diversificação de atividades do tráfico, não se pode subestimar o peso que as drogas têm nas atividades desses grupos. As drogas constituem a principal atividade e é o elemento que mobiliza as políticas de segurança pública no combate ao "crime organizado". Some-se a isso o imperativo moral existente em torno das drogas, algo que as torna, deste ponto de vista, uma ameaça ainda maior à sociedade.

possibilidade de serem identificados como "alguém", empoderados e prestigiados, ainda que restritos ao território sob domínio de seu grupo.

A presença de integrantes jovens nos grupos criminosos traficantes de drogas nas favelas cariocas é um fenômeno situado no espaço e no tempo. O período que segue do início dos confrontos entre lideranças do Comando Vermelho e a formação de novas facções, é acompanhado por uma crescente participação de integrantes cada vez mais jovens na estrutura do tráfico, fato que com o passar dos anos consolida-se, havendo ainda a inserção de adolescentes e mesmo crianças ocupando diversas funções. Este fenômeno ocorre em paralelo às crises de poder nas estruturas locais do tráfico nas favelas, em decorrência da morte e prisão dos chefes, implicando em novas lideranças cada vez mais jovens. Estes trazem consigo sua rede social, aproximando do tráfico amigos e parentes. Na pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas, 57,4% de um universo de 230 envolvidos, haviam ingressado no tráfico entre os 13 e 15 anos de idade. A mesma pesquisa aponta que 51,7% do universo entrevistado entraram no tráfico através de amigos ou parentes (43% e 8,7%, respectivamente) o que confere a essas relações um peso significativo para o ingresso no tráfico (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2006: 16-18). Com efeito, o tráfico constitui uma rede social que ocupa o papel de rede de acolhimento, identidade e pertencimento entre seus participantes. Como disse há pouco, para um grupo socialmente invisível, altamente estigmatizado e com poucas perspectivas no contexto social em que vive, a participação no tráfico é um meio de afirmação individual e de pertencimento a um grupo, que confere visibilidade, prestígio e poder nas favelas, sendo, portanto, muito mais do que uma questão de cálculo econômico sustentada na relação entre pobreza e violência. Diversas pesquisas realizadas no bojo deste fenômeno revelaram que embora a renda fosse um fator preponderante para o ingresso cada vez mais precoce no tráfico, existiam ainda fatores ligados ao pertencimento ao grupo, visibilidade, prestígio e poder (DOWDNEY, 2003; CRUZ NETO et alli 2001; SILVA & URANI, 2002; OBSERVATORIO DE FAVELAS, 2006). Estes fatores ligam-se ao que ZALUAR (1994, 2004) chama de "etos guerreiro", associado à "disposição para matar" que caracteriza a participação destes jovens no tráfico. Para ZALUAR (1994, 2004), ao assumirem atos violentos como uma prática de afirmação da virilidade e do "ser homem", estes jovens estabelecem um espaço de afirmação de sua autoridade, prestígio e poder dentro do grupo e no interior das favelas, adquirindo uma visibilidade difícil de ser alcançada em outras circunstâncias.

O argumento de ZALUAR (1994, 2004) em torno de um perfil guerreiro e violento de jovens "com disposição para matar", deve ser tomado com precaução, sob o risco de se reforçar uma idéia estereotipada e estigmatizante do jovem como ameaça à sociedade. Um contraponto a essa idéia pode ser tirado de um projeto desenvolvido junto a jovens da rede do tráfico, que verificou que a participação no tráfico não necessariamente é atravessada por atitudes violentas, dada a variedade de ocupações e funções possíveis, e dada a característica de cada envolvido, não sendo possível, desta forma, estabelecer um "tipo ideal" do traficante. No projeto "Rotas de Fuga", desenvolvido pela ONG Observatório de Favelas entre 2004 e 2006, no qual fui um dos coordenadores, observamos que boa parte dos jovens envolvidos no tráfico não apresentavam comportamento violento e que nem mesmo haviam praticado atos violentos. O porte de armas não é comum a todos, sendo privilégio apenas daqueles que conquistam certo grau de confiança na rede e uma posição maior na hierarquia do tráfico. Igualmente, a passagem pelo tráfico pode ser curta ou esporádica, com amplas possibilidades de saída, conforme constatamos entre mais de 100 adolescentes e jovens atendidos.⁷⁷

Apesar disso, tanto por parte da mídia quanto por parte de governos e ONGs, o mais comum tem sido caracterizar um tipo ideal de traficante, segundo o qual jovens, negros, portando armas, praticam atos violentos a sangue frio e dificilmente saem do tráfico, tendo uma expectativa de vida bastante curta. Foi nesta direção que muitos "projetos sociais" de ONGs estabeleceram sua atuação. Buscam "disputar com o tráfico" seus meninos, a partir de outras ações que possam igualmente, conferir sentimento de pertença a um grupo, visibilidade e prestígio. Baseiam-se na idéia de ocupação do tempo ocioso, partindo do princípio de que viver na favela é por si só, uma ameaça permanente ao ingresso em atividades ilícitas, reeditando uma espécie de determinismo espacial. Todavia, essas abordagens utilizam as mesmas

⁷⁷ Maiores detalhes sobre este projeto podem ser encontrados no site www.observatoriodefavelas.org.br

referências que o tráfico: individualismo, consumismo, prestígio e visibilidade social, ao passo que a questão de fundo situa-se, justamente, nos porquês desses desejos. É fato que a sociedade criou uma estrutura que confere invisibilidade social àqueles jovens, identificando-os como "ninquém" e mesmo como "descartáveis". Todavia, o que está em jogo é a capacidade da sociedade operar sua visão e relacionamento com as favelas de igual para igual, considerando seus moradores como cidadãos no mesmo plano e desconstruindo suas idéias que associavam favelas e criminalidade em uma conexão direta. Para tanto, se faz necessário discutir as estruturas que criam esses mecanismos de reprodução da pobreza e da criminalidade, o que implicaria em discussões sobre política de segurança pública e os modelos de políticas públicas até então destinados às favelas, que se sustentam nos estereótipos e ideologias que constituem o "mito da marginalidade" (PERLMAN, 2002). Com efeito, no próximo item, buscarei apresentar um panorama geral da cidade em que será feita uma leitura dos efeitos da violência e de suas formas de enfrentamento pelo Estado no agravamento da segregação sócio-espacial e no acirramento dos processos excludentes e estigmatizantes em relação aos moradores de favelas, especialmente os mais jovens.

2.3. Uma Geografia da violência e do medo no Rio de Janeiro

A mídia e a opinião pública vêm disseminando a idéia de que o Rio de Janeiro é uma cidade violenta. Diariamente noticiários e conversas nas ruas põem em pauta temas ligados à violência na cidade. Por meio desses canais, difunde-se um sentimento de que a violência está em todo lugar e que qualquer um pode ser vítima a qualquer momento. Em geral os discursos sustentam a idéia de que "a cidade é violenta", dando a entender que o fenômeno se distribui homogeneamente no espaço. Todavia, estudos referenciados em estatísticas oficiais têm mostrado que isso não é verdade e que existem padrões de distribuição espacial das diversas formas de violência de acordo

com as características sócio-econômicas da população (CANO, 1997; RAMOS & LEMGRUBER, 2004; MARINO, 2004).

Um panorama geral da cidade⁷⁸, a partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública para o ano de 2007, revela que os crimes se concentram no eixo Zona Norte-Oeste⁷⁹. Conforme demonstram os dados, observa-se não apenas uma concentração de registros de ocorrência em comparação à cidade como um todo – fato justificado pela grande abrangência desta região na cidade – como também algumas das mais altas taxas na cidade, dadas a partir da correlação entre o número absoluto de Registros de Ocorrência e a população residente.

A análise dos dados exige um certo cuidado na correlação entre distribuição total e percentual dos registros de ocorrência entre as duas áreas e as taxas desses registros por 100 mil habitantes. Embora a Zona Norte-Oeste concentre 58,2% dos crimes registrados pela polícia na cidade, em termos proporcionais, este percentual é menor que na Zona Sul. Dados agregados por delegacias distritais, a partir do recorte que denominaremos "Eixo Zona Sul" 80,

⁷⁸ A inexistência de dados consistentes e seguros sobre registros de ocorrência nas favelas, me levou a adotar um recorte analítico da criminalidade na cidade referenciada em dois "eixos", que agregam bairros da Zona Norte e Oeste, de um lado, e bairros da Zona Sul, de outro. Esse recorte servirá para ilustrar algumas diferenças que demarcam a violência na cidade e podem, em certa medida, servir de parâmetro genérico para uma comparação entre "favela" e "asfalto", uma vez que o "eixo" Zona Sul compreende bairros com perfil sócio-econômico superior comparado ao das favelas ao passo que o "eixo" Zona Norte-Oeste compreende bairros com perfil socioeconômico muito próximo aos das favelas. Há ainda que se considerar que o "eixo" Zona Norte-Oeste é o que agrega o maior número de favelas e outros espaços segregados e estigmatizados da cidade, o que confere ainda mais correspondência (sem generalizações, é claro) entre este "eixo" e as favelas de uma forma mais ampla.

⁷⁹ Para fins de análise, agreguei como "Eixo Zona Norte-Oeste" os dados das delegacias distritais de Méier, Piedade, Engenho Novo, Encantado (Todos os Santos), Vicente de Carvalho, Campinho, Madureira, Marechal Hermes, Ricardo Albuquerque, Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador, Irajá, Pavuna, Guaratiba e Inhaúma. Estas delegacias abrangem os bairros de Maré, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Complexo do Alemão, Olaria, Penha, Brás de Pina (parte), Penha Circular (parte), Penha Circular (parte), Brás de Pina (parte), Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim America, Méier, Cachambi, Maria Da Graça, Del Castilho, Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Inhaúma, Abolição, Pilares, Piedade, Encantado, Engenho de Dentro, Todos os Santos, Água Santa, Lins de Vasconcelos, Jacarezinho, Jacaré, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Engenho Novo, Vila Kosmos, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio (parte), Colégio (parte), Rocha Miranda, Honório Gurgel, Coelho Neto, Campinho, Quintino Bocaiúva, Praça Seca, Cascadura, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Vaz Lobo, Turiaçú, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna + Parque Colúmbia, Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Padre Miguel, Gericinó, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Santa Cruz, Sepetiba, Paquetá, Ribeira, Zumbi, Cacuia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Freguesia (Ilha), Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Tauá, Moneró, Portuguesa, Galeão e Cidade Universitária.

⁸⁰ Para fins de análise, agreguei como "Eixo Zona Sul" os dados das delegacias distritais de Botafogo, leme, Copacabana, Leblon e Gávea. Estas delegacias abrangem os bairros do Flamengo, Glória,

demonstram que esta região, que responde por 15,6% dos registros de ocorrência, possui uma taxa por 100 mil habitantes 37% maior que na Zona Norte-Oeste: Se na Zona Norte-Oeste a taxa é de 4.162,3 registros de ocorrência para cada 100 mil habitantes, no eixo Zona Sul essa taxa sobe para 5.706,2. Este dado isoladamente sugere que a Zona Sul é a área mais violenta da cidade, o que justifica os discursos que proclamam mais dureza por parte dos órgãos de segurança pública no combate ao crime e ao conjunto de serviços e produtos oferecidos pela Indústria da Segurança a uma população de maior poder aquisitivo, capaz de pagar para viver em maior segurança. Apesar disso, uma análise mais apurada desse dado revela que a violência é um fenômeno espacialmente setorizado, cuja incidência de modalidades associadas a crimes contra a pessoa, como lesões, tentativas de homicídios e homicídios dolosos concentram-se sobremaneira na Zona Norte-Oeste.

Além disso, cabe fazer uma leitura crítica sobre a fonte de dados aqui utilizada. O registro de ocorrência é um registro feito pela polícia, a partir de seu acionamento pela população e, em particular, por aqueles que sofreram violência. Isso, no entanto, é questionável, na medida em que muitas vítimas não acionam a polícia. Com efeito, no caso da comparação entre Zona Sul e Zona Norte-Oeste, há que se considerar a fragilidade da presença e ação e a desconfiança da população em relação às instituições da lei e da ordem, que reduzem as garantias de manutenção da integridade em função de ameaças por parte dos criminosos, especialmente em áreas dominadas por criminosos armados, como é o caso do tráfico de drogas e milícias. Por outro lado, na Zona Sul, onde em tese a presença do Estado e suas instituições é maior, e onde a população demonstra maior confiabilidade na polícia e na justiça, o nível de ameaça e coações é menor ou inexistente, por se tratarem de áreas onde a atuação de criminosos é limitada (justamente pela maior presença do Estado). Por esta razão pode-se supor que o número de registros de ocorrência se aproxime mais da realidade nesta área do que na Zona Norte-Oeste, onde muitos crimes não são registrados em função do medo de retaliações em um contexto marcado pela falta de proteção das instituições que deveriam assegurá-la.

Laranjeiras, Catete, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Urca, Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Vidigal, São Conrado e Rocinha.

Apesar do reconhecimento dos limites que os dados possuem, pela sua origem e pelo contexto específico de cada uma das áreas em análise, podemse inferir algumas reflexões acerca desses números, especialmente se comparados a seu grau de exposição nos meios de comunicação de massa.

Quadro 2.1. Seleção de registros de ocorrência na cidade do Rio de Janeiro e sua distribuição comparativa entre os eixos Zona Norte-Oeste e Zona Sul (2007)⁸¹

Área	Total	% em relação ao total de crimes desta modalidade na cidade	% sobre total da área	Taxa por 100 mil habitantes	% sobre total de Registros de Ocorrência
Registros de ocorrências					
Eixo Zona Norte-Oeste	180634	58,2	100,0	4162,3	100,0
Eixo Zona Sul	48438	15,6	100,0	5706,2	100,0
Homicídios dolosos					
Eixo Zona Norte-Oeste	1998	81,1	1,1	46,0	1,1
Eixo Zona Sul	108	4,4	0,2	12,7	0,2
Tentativa de homicídio					
Eixo Zona Norte-Oeste	1208	69,3	0,7	27,8	0,7
Eixo Zona Sul	163	9,4	0,3	19,2	0,3
Lesão corporal dolosa					
Eixo Zona Norte-Oeste	17363	66,3	9,6	400,1	9,6
Eixo Zona Sul	3065	11,7	6,3	361,1	6,3
Latrocínio (roubo seguido de morte)					
Eixo Zona Norte-Oeste	78	66,7	0,0	1,8	0,0
Eixo Zona Sul	12	10,3	0,0	1,4	0,0
Roubo a transeunte					
Eixo Zona Norte-Oeste	18752	62,1	10,4	432,1	10,4
Eixo Zona Sul	3363	11,1	6,9	396,2	6,9
Roubo de aparelho celular					
Eixo Zona Norte-Oeste	3175	58,5	1,8	73,2	1,8
Eixo Zona Sul	719	13,3	1,5	84,7	1,5

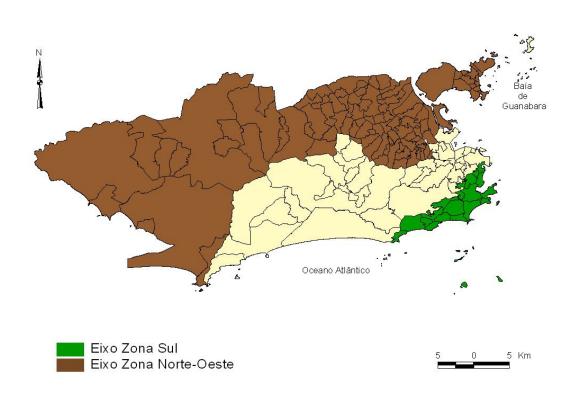
Fonte: Secretaria de Segurança Pública - RJ. Organizado por Fernando Lannes Fernandes.

Apesar de o eixo Zona Sul ter uma maior taxa de Registros de Ocorrência por 100 mil habitantes, a incidência de crimes violentos é significativamente maior no eixo Zona Norte-Oeste. Nesta área da cidade, em comparação ao eixo Zona Sul, a incidência de homicídios dolosos é 262% maior, assim como as tentativas de homicídio (45% maior) e os latrocínios (42% maior).

144

⁸¹ Os dados foram obtidos a partir de registros de ocorrência realizados pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, percebe-se que na área de menor incidência de modalidades como homicídios e latrocínios, crimes desta natureza, quando ocorrem, adquirem grande visibilidade. As vítimas de classe média recebem ampla cobertura da mídia, com traços de dramaticidade: possuem nome, família, história e um futuro interrompido. Em contrapartida, vítimas moradoras das áreas mais pobres da cidade, onde efetivamente a incidência de crimes violentos é maior, são contabilizadas como meros números em uma estatística marcada pela invisibilidade social. Essas abordagens revelam não apenas que a vida tem valor diferenciado na cidade como também sugerem que nas áreas mais pobres seja natural (e, portanto mais aceitável e banal) a morte violenta, ao passo que em uma área nobre sua incidência, por menor que seja, cause indignação e revolta.



Mapa 2.1. Localização dos eixos Zona Sul e Zona Norte-Oeste

Organização: Fernando Lannes Fernandes

Cartografia: Faber Araújo Paganoto

Apesar da evidência dos dados observa-se que o medo generalizado das mortes, sejam elas por balas perdidas (supondo-se que a Zona Sul possui freqüentes tiroteios, o que não é verdade) ou por latrocínio (crime de pouquíssima incidência como demonstrado acima), é apontado como um fator de risco tanto pelos meios de comunicação quanto pela indústria da segurança e setor imobiliário, que vendem imóveis, shoppings e centros empresariais como ambientes seguros, carros blindados, serviços de segurança privada e câmeras de vigilância a um grupo social que estatisticamente é menos vulnerável a este tipo de violência. Observa-se que a conformação desses espaços e práticas constitui mais um mecanismo de pressão pela demanda através da oferta do que um risco concreto. Por outro lado, alimentam um sentimento de repulsa cada vez mais forte, que sugere a formação de enclaves cada vez mais ensimesmados e isolados do resto da cidade.

Contudo, se há um grupo realmente vulnerável à violência, especialmente no que se refere aos homicídios dolosos, este grupo encontrase nas favelas e outros espaços segregados da cidade. Pode-se dizer que a hierarquização da condição cidadã resultante das disparidades sociais tem refletido na hierarquização do valor da vida na cidade (FERNANDES, 2008). Trata-se das áreas da cidade que menos investimentos em segurança e proteção à vida recebem, seja por parte de seus moradores, que não possuem condições de fazê-lo, seja por parte do setor privado, que não identifica nessas áreas locais de investimento, seja principalmente, pelo Poder Público, responsável maior pela segurança pública. Este, com efeito, no curso de sua intervenção histórica, negligenciou a situação das favelas, operando a segurança em favor das classes mais abastadas da cidade, conferindo ações de natureza repressiva e de controle e contenção sócio-espacial da violência aos limites das favelas.

O estudo de CANO (1997), por exemplo, revelou que a ação policial é mais violenta nas favelas, onde alcança os maiores índices de letalidade. Em um total de 523 confrontos armados em favelas analisados pelo pesquisador, 512 pessoas foram mortas pela polícia ao passo que no restante da cidade, as ações policiais resultaram em 430 mortes. Proporcionalmente, a incidência de "autos de resistência" nas favelas é seis vezes maior que no restante da

cidade. Outro estudo, de CANO & SANTOS (2001) também revela que nas áreas metropolitanas brasileiras o número de homicídios é maior nas áreas pobres e mais baixo nas áreas mais abastadas, além de ser um fenômeno urbano, já que os municípios com alta proporção de população urbana foram aqueles que no referido estudo apresentaram as mais altas taxas de homicídio.

O gráfico a seguir apresenta alguns dados que ajudam a visualizar a presença da ação policial a partir do recorte espacial Zona Sul x Zona Norte-Oeste. Nele observamos a clara tendência à ação violenta nas áreas mais pobres em detrimento de uma ação menos violenta, porém mais "efetiva", com maior proporção de prisões por número de habitantes, no eixo Zona Sul.

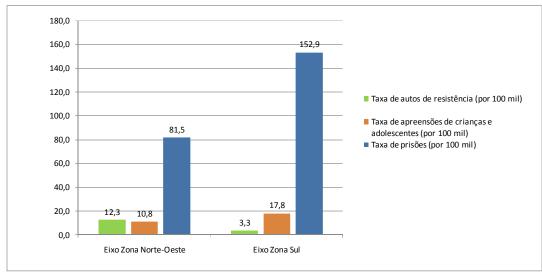


Gráfico 2.1. Ação policial no Rio de Janeiro por área selecionada (2007)82

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/Instituto de Segurança Pública. Organizado por Fernando Lannes Fernandes.

Os dados revelam que a abordagem policial é mais violenta no eixo Zona Norte-Oeste em comparação ao eixo Zona Sul. Observa-se que o uso da violência, que acarreta em mortes ("autos de resistência") é quatro vezes maior no eixo Zona Norte-Oeste se comparado a taxa obtida no eixo Zona Sul. Em compensação, maiores taxas de prisões e apreensões de crianças e

-

⁸² Os dados foram obtidos a partir de registros de ocorrência realizados pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública.

adolescentes no eixo Zona Sul revelam uma ação mais efetiva, porém menos violenta, da força policial. A menor incidência de abordagens violentas da polícia nas áreas nobres da cidade em detrimento das áreas mais pobres reflete-se nos dados apresentados e na conclusão de que a diferenciação do valor da vida na cidade reflete-se também na forma de abordagem da polícia, fato que corrobora com as conclusões de CANO (1997) e CANO & SANTOS (2001).

Com base nesses dados, pode-se dizer que a estratégia territorial adotada pelo Estado no que concerne à segurança pública tem sido claramente a de isolamento do problema nos locais onde ocorrem a partir do uso da força. Isso é observável a partir dos dados que apresentamos anteriormente, que revelam que os autos de violência se concentram nas áreas segregadas e mais socioeconomicamente vulneráveis da cidade. Assim, reproduz o discurso ideológico dos anos 40 e 50⁸³, de que era preciso subir o morro antes que ele descesse em uma alusão à ameaça comunista que rondava aquelas áreas. Desta vez, centrado na ameaça da violência e com novos atores, esse discurso encontra lugar em operações policiais com uso de armamentos pesados cujo resultado tem sido o aumento das mortes violentas nessas áreas.

Acredito, a partir de evidências empíricas, que áreas de confronto entre policiais e criminosos tendem a ser mais letais que áreas onde a polícia adotou outras táticas, a exemplo do Grupamento Policial Comunitário, o GEPAE, implantado, pelo Governo do Estado em 2002 em algumas favelas, dentre as quais Cantagalo, Morro da Formiga e Cavalão (Niterói), onde a incidência de mortes violentas caiu praticamente à zero.

A experiência do GEPAE, contudo, não tem sido uma prioridade governamental, e o uso da força bélica ganha cada vez mais força, como contestam declarações recentes feitas pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral Filho. Acusado de desrespeitar os direitos humanos ao manter uma "postura pública cada vez mais draconiana e belicosa na segurança pública", segundo relatório divulgado pela Anistia Internacional⁸⁴, o

⁸³ Discursos sustentados pela Fundação Leão XIII, fundada em 1946 e pela Cruzada São Sebastião, fundada em 1955.

⁸⁴ Relatório Anual da Anistia Internacional. Capítulo referente ao Brasil disponível em: http://www.br.amnesty.org/index_noticias.shtml?sh_itm=862567d16665d5f8cc22545186af1d9a

governador, em resposta às críticas recebidas, entende que a sua ação, ao contrário do que se imagina, é que visa a combater os desrespeitos aos direitos humanos:

"Nós estamos combatendo desrespeitos aos direitos humanos que acontecem no Rio de Janeiro há muitos anos, e estamos revertendo isso, com enfrentamento, sim. São bandidos covardes, cometem chacinas... Isso sim é falta de direitos humanos. Eu não vou tolerar isso" (Resposta do Governador Sérgio Cabral ao relatório anual da Anistia Internacional. Agência Reuters, 28/05/08).

Não ficou para menos a resposta da população, leiam-se, leitores do jornal *O Globo* de perfil de classe média e alta, das quais duas cartas enviadas ao jornal traduzem um sentimento consolidado e enraizado na sociedade fluminense:

"O bandido é defendido pelas ONGs e pela Anistia Internacional enquanto o povo sofre com todo esse tipo de agressão. O governador desta vez tem razão: belicoso é o bandido que mata sem dó pessoas de sua comunidade, levando-nos a viver trancados em nossas próprias casas. Quer dizer que policiais e pessoas de bem podem morrer, mas bandido tem que ser tratado a pão-de-ló? Governador, vamos em frente, precisamos limpar essa cidade dos maus elementos" (Jornal *O Globo*, cartas dos leitores, 30/05/2008).

"O governador do Rio era o que estávamos precisando. Peitar esses bandidos não é para qualquer um. O cidadão do Rio para sair de casa, principalmente à noite, precisa fazer um levantamento de segurança para avaliar se vale à pena ir ao casamento de um amigo, aniversário ou visitar alguém no hospital. As Farc do Rio precisam acabar. (Jornal *O Globo*, cartas dos leitores, 30/05/2008).

Assim, a violência policial expressa em números de mortes praticadas por policiais e outros atos violentos, constantemente denunciados, ganha ares de legitimidade, sustentado pelo sentimento de ódio e repulsa da classe média e pelo medo generalizado de que a violência das favelas "desça" a cada vez que se ouve falar de uma bala perdida atingindo um prédio em área de classe

_

⁸⁵ Disponível em: http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRN2844940420080528

média ou quando se tem notícia, por meio de "boatos", de que o tráfico ameaça ocupar áreas nobres da cidade.⁸⁶

A difusão do medo, como afirma BATISTA (2003: 51), "é um mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias e de controle social", e a forma de abordagem utilizada pela polícia fluminense reflete isso. A escalada do número de "autos de resistência" nos últimos anos revela uma postura altamente ofensiva ao crime, baseada no enfrentamento bélico como forma de combate e repressão. Este modelo tem como resultado não apenas o aumento das mortes praticadas por policiais como também o agravamento do caráter bélico com que a questão da segurança pública tem sido assumida nos últimos anos. Utilização de jargões militares, a exemplo de "querra", "baixas", "soldados", "inimigos", "front de batalha", dentre outros, tornou-se lugar comum em discursos de autoridades públicas, policiais, criminosos e população em geral, sendo amplamente reproduzido e disseminado pela mídia, ampliando o sentimento de insegurança e de impotência do cidadão comum frente a essa "batalha" travada nas favelas ou mesmo nas ruas da "cidade formal". Somado a isso, a presença eventual das forças armadas, convocadas (ou conclamadas) em momentos críticos (ou supostamente críticos, a depender do peso da opinião pública e do poder de pressão por ela exercido), aponta para o que uma "militarização da questão urbana" (SOUZA, 1994a; 2008) e a adoção de uma "metáfora da guerra" (LEITE, 2007) na representação da violência urbana na cidade.

Assim, vive-se um "clima de guerra civil" (SOUZA, 1994a; 2006a; 2008) segundo o qual a cidade adquire cada vez mais feições de um sítio de guerra, com confrontos diários, posturas autoritárias, em uma espécie de instituição

⁸⁶ Uma ingenuidade, no mínimo, acreditar que o tráfico não ocupa áreas nobres da cidade. Ocorre, todavia, que o tráfico existente nessas áreas é composto por grupos de fora das favelas, que podem até ser abastecidos pelas favelas, mas que mantém um certo sentimento de que aquele traficante da favela, aquele que põe fogo nas pessoas, que atira a ermo, que mata sem dó, não é representado por este agente, que é, em geral, de classe média. Note-se que nos últimos anos a imprensa tem noticiado muitos casos de prisões de redes de traficantes de classe média, muitas das quais formadas por jovens universitários. Estes jovens traficam, além de cocaína e maconha, drogas sintéticas, cujo circuito inclui redes diferenciadas às dos traficantes das favelas, que somente eles, por sua condição de classe, conseguem acessar. Há que se considerar, todavia, que a presença de traficantes das favelas, somada ao uso de armamentos pesados e a um contexto de desregulação quase total do Estado, tem favorecido um modelo mais violento naquelas áreas, onde a disputa por território e pelo vácuo de poder deixado pelo Estado, tem sido o mote dos confrontos entre traficantes. Além disso, como estou buscando apontar com base em diversas fontes, é nas favelas, áreas estigmatizadas, onde ocorrem as ações mais violentas dos órgãos de segurança pública, o que implica no aumento ainda maior da violência.

privada, por policiais e por vezes, pela própria população, de uma espécie de "estado de exceção". O uso de violência gratuita, especialmente nas áreas segregadas da cidade, onde a invisibilidade é uma marca e que, por isso mesmo, "tudo pode", torna a ação policial extremamente violenta. É nessas áreas em que o "estado de exceção" em sua forma privada ocorre. Policiais reproduzem contra traficantes e "supostos traficantes" práticas semelhantes àquelas cujas incursões buscam eliminar. O resultado é um número incontável de abusos cometidos pelos policiais que têm na letalidade sua marca mais significativa e traumática, que produz como efeito mais imediato, a descrença generalizada em uma instituição que deveria prezar pela segurança e bemestar dos cidadãos, independente de sua cor, condição social ou local de moradia.

Como sugere um estudo realizado por SILVA & LEITE (2007), existe um "mito da conivência" dos moradores com o tráfico que justifica o descrédito dos moradores em relação à polícia, que parecem preferir recorrer aos traficantes em situações que em tese deveriam ser direcionadas à instituição policial. O alto grau de violação de direitos e o grande preconceito existente na ação policial é o que parece contribuir para uma relação de desconfiança e descrédito da população das favelas em relação à Polícia. Todavia, os moradores não rejeitam a polícia como instituição e nem recusam a necessidade de controle do crime e manutenção da ordem pública. De acordo com os autores,

"Como se pode observar no conjunto dos relatos citados, as queixas em relação ao contexto de insegurança vivido nas favelas são dirigidas tanto à atuação policial como ao crime violento. Em relação a este, os moradores ressaltam sempre a disparidade de forças e os riscos envolvidos – que não lhes permite confrontá-los abertamente – e o ônus de terem de compartilhar o mesmo território. Entretanto, se a violência policial foi tratada de uma forma relativamente unívoca pelo conjunto da população favelada, outra é a situação quando os agentes questionados são os traficantes. Deve-se enfatizar que as reclamações sobre a conduta dos policiais devem ser controladas e limitadas, de modo que não há uma comunicação livre, para além do fato de que, como ficou demonstrado, é muito reduzida a expectativa de que providências efetivas venham a ser tomadas a respeito. Mas essas restrições são compreendidas como fruto do isolamento e da segregação associados a um dos "mitos" que compõem a representação dominante sobre o perigo representado pelas favelas,

a conivência com os traficantes. Além disso, policiais estão mais distantes dos moradores (embora muitos morem em outras favelas) de modo que sua presença parece estar menos enraizada na vida das localidades onde atuam do que o crime violento, como se verá a seguir. Isso abre um certo espaço, mesmo limitado, para criticar o comportamento dos policiais. Os traficantes, ao contrário, compartilham o mesmo território e, de uma forma ou de outra, acabam podendo desenvolver um controle muito mais rígido e personalizado sobre o que é veiculado. Desta forma, o medo de falar abertamente, o receio sobre os usos que os outros moradores podem dar ao que cada um diz, a possibilidade de serem definidos como alcagüetes se denunciarem publicamente os traficantes tem outras conseqüências" (SILVA & LEITE, 2007: 567-8).

Esta dificuldade em operar, explicitamente, a mesma crítica que se faz em relação à polícia aos traficantes, como se percebe, está profundamente ligada à dimensão da proximidade física, à partilha de um mesmo espaço de convivência, onde os olhos e ouvidos dos criminosos estão em toda a parte. Assim, denunciar o tráfico ou ser visto com policiais pode representar um risco imediato à vida dos moradores, que identificados como "x-9" podem ser expulsos ou mesmo cruelmente assassinados. Todavia, como sugere a afirmação de um dos entrevistados de SILVA & LEITE (2007: 569). "... o tráfico (...) é violento. Mas por que a gente sempre fala da PM? Por que o traficante a gente sabe: é o bandido, está à margem da lei. A gente pode esperar o quê dele? Só isso mesmo." Mas as reclamações constantes em relação à polícia também raramente se transformam em registros de ocorrência e processos judiciais, pois os moradores sabem que mexer com policiais corruptos e violentos é o mesmo que mexer com bandidos inescrupulosos, que não têm nada a perder. Com isso, o morador se vê impotente e silencia sua dor. Este silêncio, como sugerem SILVA & LEITE (2007: 569-70), constitui um "dispositivo de defesa":

"Sem dúvida, silêncio e obediência são respostas adequadas diante do risco de vida e da inexistência (ou extrema precariedade) de soluções institucionais – mas, ao mesmo tempo, renovam as dificuldades enfrentadas. Aqui, é interessante chamar a atenção para o fato de que o silêncio (e, mais geralmente, as distintas formas de omissão, as quais não devem ser entendidas como passividade ou desinteresse) constitui um dispositivo de defesa. Entretanto, traduzido na chave de leitura da "conivência", estimula a violência policial indiscriminada; aprofunda o isolamento dos moradores,

quebrando a confiança associada à sociabilidade local; reforça os estereótipos da população não-moradora; e fornece justificativas para a criminalização de seus protestos (eventuais quebra-quebras, por exemplo) e das ações coletivas mais orgânicas, dificultando e mesmo impedindo a participação dos favelados nas arenas políticas como atores moralmente qualificados. Tudo isso, evidentemente, reforça o que poderia ser chamado de uma "lei do silêncio" branca, implícita, imposta pelos traficantes de drogas nesses locais. Assim, fecha-se um círculo de ferro, na medida em que esses obstáculos contribuem decisivamente para que silêncio e omissão reapareçam como dispositivos de defesa da população local, formas de ajustamento dos moradores aos dilemas postos pela atual configuração da violência policial e criminal, com vistas a prosseguirem suas atividades regulares."

A conclusão a que chegam SILVA & LEITE (2007) é que esse dispositivo de defesa expresso pelo silêncio e pelas "negociações" necessárias no cotidiano junto aos criminosos representa uma forma de instauração de uma segurança ontológica, de instauração de uma ordem particular que permita a superação da quebra das rotinas impostas pela violência. Para os autores, "a experiência prática e imediata de uma ordem rotineira estável (aquilo que permite 'continuar', como diz Giddens) que fornece tais garantias, orientando os moradores sobre como ajustar suas condutas às situações de violência, perigo e insegurança" (SILVA & LEITE, 2007: 576).

Nesse contexto, as mortes provocadas por policiais constituem uma expressão significativa de uma intervenção pautada pelo desrespeito e violação de direitos e se inserem em um contexto em que a revolta se manifesta muitas vezes no silêncio de quem não pode denunciar e, no caso da polícia, sequer "negociar", como seria possível em relação aos criminosos locais a partir das conclusões de SILVA & LEITE (2007). Contabilizadas como "autos de resistência", essas mortes, por possuírem uma categorização especial, não entram nas estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública como homicídios, embora os sejam. Trata-se de uma maneira de reduzir o impacto da ação historicamente truculenta da polícia carioca sem que esta seja taxada, pelo menos oficialmente, de assassina. Isso, contudo, não reduz o peso da responsabilidade da polícia pelas mortes por ela cometidas, que somam números estarrecedores no cenário internacional, a exemplo do já citado relatório da Anistia Internacional. Para que tenhamos uma idéia mais precisa

do que estamos falando, a polícia do Rio de Janeiro, sozinha, mata mais do que todas as polícias dos Estados Unidos juntas (RAMOS & LEMGRUBER, 2004).⁸⁷ No gráfico abaixo apresentamos os números de "autos de resistência" promovidos pela polícia no período de 1998 a 2007. Note-se que em 10 anos, a polícia foi responsável pela morte de 4.168 pessoas só na capital.

02 "Autos de resistência" Homicídios

Gráfico 2.2. Números absolutos de homicídios e "autos de resistência" no município do Rio de Janeiro (1998-2007)⁸⁸

Fonte: CESeC

Como demonstra o gráfico, apesar do decréscimo do número absoluto de homicídios, observa-se um aumento gradativo das mortes provocadas por policiais. Se por um lado, os homicídios encontram-se em um patamar estável e abaixo da média histórica dos anos 90 desde 1998, por outro, os "autos de resistência", passarem de 303 em 1998, para 902 em 2007. Ou seja, enquanto os homicídios tiveram um aumento de 10% comparando-se o início e o final do

⁸⁷ No período de 2002 a 2004, em média, a polícia do Rio de Janeiro matou 1.023 pessoas por ano, mortes estas registradas como "autos de resistência". No mesmo período, todas as polícias americanas juntas foram responsáveis pela média de 363 mortes por ano. Fontes: www.ucamcesec.com.br/est_seg_evol.php (com base em registros de ocorrências policiais) e Uniform Crime Report (UCR/FBI) – Justifiable Homicide: http://www.fbi.gov/ucr/cius_03/xl/03tbl2-15.xls

⁸⁸ Fonte: CESeC com base em: Registros de Ocorrência da Polícia Civil: 1997 e 1998: NECVU/IFCS/UFRJ; jan/1999a nov/2002: planilhas da ASPLAN; Homicídios: Registros de Ocorrência da Polícia Civil. Dados obtidos nas planilhas ASPLAN (1990-2000) e no Instituto de Segurança Pública; População: 1990 a 1999: IBGE - Censo 1991, Contagem 1996, Censo 2000 e estimativas intercensitárias para os municípios do estado. Elaboração: Fernando Lannes.

período em análise, os "autos de resistência" acumularam um aumento de quase 200% no mesmo período. A disparidade da evolução desses dois dados, onde se observa uma curva crescente das mortes provocadas pela polícia, aponta uma tendência que reflete o aumento do uso da força e do abuso de autoridade por parte desta corporação. Isso, contudo, só é possível num contexto onde a política de segurança pública é permissiva dessas práticas, o que em nosso caso é mais que evidente: uso de armamento pesado, política bélica declarada, ambiência ideológica favorável - vide a aprovação dos setores dominantes. Essas mortes, que no período assinalado representaram 4.618 vidas ceifadas apenas na capital, são tomadas como resultado natural da ação da polícia e constitui, como seu próprio nome diz, uma consequência da resistência do oponente à ação policial. Isso, contudo, merece uma leitura crítica. O já mencionado estudo de CANO (1997), que analisou os laudos da perícia médica dos autos de resistência ocorridos de 1993 a 1996, identificou que as vítimas são em sua maioria jovens, com ênfase na faixa de 20 a 24 anos, e negros (64%). A análise mostrou ainda que guase metade dos corpos recebeu quatro ou mais disparos e que a maioria dos cadáveres apresentava tiros nas costas ou na cabeça, revelando que as mortes em supostos confrontos na realidade se deram em um outro contexto, de explícita execução sumária das vítimas. Um reflexo da discriminação empreendida pelos policiais, que incorporam o sentimento de que "bandido tem que morrer", reforçado por uma justiça frágil, que inspira pouca confiança e que mobiliza esses agentes da ordem pública a promoverem um verdadeiro massacre nas áreas pobres e estigmatizadas do Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, muitas vezes sob o pretexto de se fazer "justiça com as próprias mãos".

A maior incidência de homicídios e "autos de resistência" entre jovens negros e pobres não é gratuita. Ela revela um cenário marcado pela participação cada vez maior de jovens em atividades criminosas, em particular o tráfico de drogas, e tem como desdobramento crítico sua morte violenta (ZALUAR, 1994, 1998, 2004; DOWDNEY, 2001; CRUZ NETO *et alli*, 2002; e URANI & SILVA, 2001)⁸⁹. Para citar um exemplo, em pesquisa inédita

8

⁸⁹ A constatação de que os traficantes são cada vez mais jovens não é exclusiva deste autores. Contudo, a referência a eles, em particular, deve-se ao esforço empreendido na compreensão desta situação específica em pesquisas recentes.

desenvolvida entre 2004 e 2006, o Observatório de Favelas acompanhou a trajetória de 230 adolescentes do tráfico de drogas, dos quais 45 morreram em um período de dois anos. 90 Esta situação, todavia, se estende para além daqueles que têm envolvimento direto com atividades ilícitas, uma vez que a elaboração de um ideal tipo por parte da polícia, configurando a idéia de "elemento suspeito" (RAMOS & MUSUMECI, 2005) contribui sobremaneira para o aumento em geral das mortes violentas entre jovens em favelas e outras áreas segregadas e estigmatizadas na cidade. Tais mortes não são apenas o resultado direto da percepção elaborada por policiais, mas também por outros jovens, pertencentes a grupos rivais, que alimentam confrontos baseados em sua auto-imagem e na idéia de que inimigos devem morrer (ZALUAR, 1994; 2004). 91

Desta forma, pode-se falar de uma "geografia da violência", uma vez que morar em favela ou na periferia pobre constitui, por si só, um fator de forte determinação do risco de homicídio. Mas a localização geográfica é apenas um componente de uma realidade. A sobreposição do ideal tipo elaborado em torno da figura do jovem criminoso e as estatísticas sobre mortes violentas no Rio de Janeiro (e no Brasil) revelam que além da concentração de homicídios em áreas pobres, outra característica dos homicídios no Brasil é que eles se concentram na faixa etária dos 15 aos 24 anos, havendo ainda uma concentração de mortes violentas na população negra,

"indicando que a distribuição desigual de riqueza e recursos sociais (educação, saúde, saneamento) entre pessoas brancas e negras, no Brasil, acaba por provocar outro tipo de desigualdade: a distribuição da morte violenta. Assim, são as pessoas negras e, evidentemente, as mais jovens, as vítimas preferenciais da violência letal" (RAMOS & LEMGRUBER, 2004: 46c).

90 Ver relatório completo da pesquisa em www.observatoriodefavelas.org.br

⁹¹ Como será visto no capítulo 6, a pesquisa empírica revelou que para muitos jovens o deslocamento na cidade é marcado pelo medo de serem abordados por policiais e também por grupos rivais aos de sua *comunidade*. São muitas as histórias de jovens de uma facção que são levados para outras favelas, por policiais ou por outros grupos quando capturados. Ali são cruelmente assassinados após sessões de tortura. Há relatos de corpos esquartejados e reenviados às favelas de origem como demonstração de poder por parte de traficantes rivais. Recentemente, em um escândalo envolvendo o Exército, militares foram incriminados após assumirem a entrega de jovens do Morro da Providência a traficantes do morro da Mineira, onde foram assassinados pelo simples fato de morarem em área de outra facção criminosa.

Para ilustrarmos tal constatação com os extremos, os dados revelam que um morador dos subúrbios do Rio de Janeiro tem 25 vezes mais chances de ser assassinado do que um morador da Zona Sul ou Barra da Tijuca. 92 Por outro lado, um jovem preto ou pardo tem 2,5 vezes mais chances de ser assassinado do que um jovem branco. 93 Mas os homicídios não são a única face desse problema. Essa população está sujeita a inúmeras outras formas de violência, que vão do campo físico e vital ao campo simbólico. Tem sido muito freqüente, inclusive com alcance internacional, como os relatórios da Anistia Internacional, os relatos de moradores que sofrem aquilo que ALVITO (2001) chamou de "duplo panoptismo": moradores que vivem acuados entre o tráfico e a polícia. Pessoas que sofrem as agruras da violência do tráfico, da violência policial, do preconceito e da discriminação, pelo simples fato de morar em uma favela, algo que, como revelam RAMOS & MUSUMECI (2005), reproduz-se, por exemplo, em distintas "culturas" na forma de abordagem de policiais militares na cidade a depender da área dos batalhões. Segundo as pesquisadoras do CESeC, em suas entrevistas com policiais militares, "a menção à favela como uma 'área perigosa' ou 'de risco' apareceu numerosas vezes durante as entrevistas, bem como a idéia de que o trabalho de polícia nessas áreas se caracteriza pelo 'combate' aos traficantes de drogas" (RAMOS & MUSUMECI, 2005: 36). Some-se a isso a demarcação simbólica das favelas pelas facções criminosas, que torna os moradores de favelas estigmatizados entre seu próprio grupo social.

Mas essa "geografia da violência" não corresponde apenas a uma distribuição espacial do fenômeno e sua sobreposição com as características sociais e econômicas das populações. Há que se considerar os efeitos geográficos (leia-se, espaciais) dessa correlação, que se ligam ao processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade (SOUZA, 2000) e a instauração de inúmeros processos e formas espaciais que constituem respostas ao fenômeno em questão. Nas áreas mais vulneráveis à violência, percebe-se um fechamento caracterizado pela dificuldade cada vez maior da mobilidade espacial, uma vez que há um agravamento das limitações sócio-

_

⁹² Fonte: RAMOS & MUSUMECI (2005).

⁹³ Fonte: Ministério da Saúde/FUNASA/Data-SUS (2000).

econômicas em decorrência do fator violência, que tem como principal resultado o aumento das mortes violentas, especialmente entre jovens. Os jovens temem sair de suas áreas de moradia, andar pelas ruas à noite (mesmo que seja retornando da escola ou do trabalho) porque temem ser abordados pela polícia, muitas vezes mais do que pelos criminosos, que na imposição de leis paralelas respeitam "trabalhadores" e moradores locais. Igualmente, moradores de áreas nobres buscam criar mecanismos de defesa, muitos dos quais focados em mudanças no padrão de moradia e na incorporação de instrumentos de controle e isolamento corpóreo em relação a grupos considerados ameaçadores na cidade.

Com efeito, é a partir de um dado recorte espacial que a polícia atua de uma maneira singular e diferenciada na cidade. É também a partir de um recorte baseado na idéia de "áreas de risco" que empresas de segurança e de seguro traçam suas estratégias comerciais, definem valores de seguros, de rotas. Igualmente, é em relação a essas mesmas "áreas de risco" que o mercado imobiliário mobiliza um discurso de segurança e isolamento contra o risco da proximidade, especialmente no que se refere ao modelo habitacional dos "condomínios exclusivos" (SOUZA, 1994a, 1994b, 1996a, 2000a, 2006b; RIBEIRO, 1997; LEITÃO, 1999 — para citar alguns exemplos do Rio de Janeiro). Por fim, é a partir desse recorte que o crime organizado, na figura do tráfico de drogas no varejo e, mais recentemente, na figura das milícias, se territorializa nas favelas, encastelando-se sobre o vácuo de poder e autoridade do Estado, a partir de uma territorialização marcada pelo uso da força, da coação e do terror.

Neste cenário, além da lógica do estabelecimento de fronteiras físicas e simbólicas entre ricos e pobres, verifica-se que os últimos encontram-se em situação de desvantagem não apenas por não terem condições de se proteger como fazem os ricos, mas de sofrer triplamente os efeitos da violência urbana: estão sujeitos à violência praticada pelos grupos criminosos territorizalizados em suas áreas de moradia; estão sujeitos à violência policial, visto que é muito comum a polícia agir de forma preconceituosa e vexatória contra os moradores de espaços populares; e ainda estão sujeitos à postura das classes média e alta que se traduz, ora em discriminação explícita ora em políticas de caridade,

mas que deixam bem clara a idéia de que cada um tem seu lugar na cidade, haja vista a introdução de mecanismos e práticas de restrição do acesso às áreas exclusivistas na cidade e a produção de constrangimentos, estratégias que mantém afastados os grupos indesejados da cidade. Isso pode ocorrer, por exemplo, em um Shopping Center, onde certos tipos de comportamento associados ao consumo são esperados. Nesses ambientes, comportamentos não consumistas são identificados como práticas desviantes e indesejadas, a partir das quais se estabelecem fronteiras simbólicas (SIBLEY, 1995).

É importante considerar que mais do que a violência em si, o que está em jogo nessas concepções e nas práticas delas resultantes, são as percepções sobre a violência. Trata-se, portanto, do medo e do sentimento de insegurança, que são alimentados diariamente pelas notícias sobre a violência, e que acabam por sustentar um discurso que tem por base aquelas categorias de representação apresentadas anteriormente: a favela e o traficante.

Em sua análise sobre o medo social decorrente da violência urbana, BAIERL (2004) observa que os moradores de Santo André, cidade paulista por ela estudada, também tinham uma percepção distorcida dos crimes e de sua vulnerabilidade a eles. Observamos que tanto no Rio como em Santo André, o que mobiliza a opinião pública sustenta-se no pânico social, no aumento da sensação de insegurança, que se revela em situações cotidianas que acabam por alimentar essa lógica e discurso. SOARES et alli (2005) nos traz uma história bastante ilustrativa disso. Ele narra uma história ficcional em que uma senhora sente-se ameaçada por viajar no elevador com um jovem negro. Embora nada tivesse ocorrido, o preconceito alimentado pela representação social daquela senhora sobre aquele jovem negro a fez imaginar que ele poderia ser um assaltante, resultando que, ao chegar em casa, comentasse com seus vizinhos que "quase" fora assaltada ou sofrido coisa pior, tendo sido por graça divina salva dessa desgraça. Como se vê, a representação social gerou uma reação subjetiva, alimentando o medo e gerando, posteriormente, uma fala baseada em uma experiência empírica totalmente contaminada por uma imagem distorcida, alimentando, assim, o discurso sobre a criminalidade e a violência.

O medo da violência, mais do que a violência em si, tem alimentado reações que partem do simples pré-conceito, como no caso ilustrado por SOARES (2005) à atitudes mais radicais, como a blindagem de veículos, o cercamento de praças, a mudança de rotinas e a construção de enclaves fortificados (MARCUSE, 2004). No extremo, observa-se a indiferença cada vez maior da mídia e dos setores mais abastados em relação ao sofrimento dos pobres da cidade, à violência que estes sofrem e ao alto índice de homicídios entre jovens das favelas. A intervenção policial no conjunto de favelas do Alemão, na Zona Norte do Rio, que se estendeu por dois meses, às vésperas do Jogos Pan-Americanos, em 2007, teve um saldo de 71 feridos e 46 mortos⁹⁴, é um exemplo disso. A indiferença para com áreas pobres da cidade faz com que um confronto dessas proporcões fosse visto com bons olhos, e as mortes e ferimentos, como sequela necessária no combate ao tráfico. Entendo que uma operação deste porte não seria suportada (e possível) caso ocorresse em uma favela da Zona Sul, pois afetaria o cotidiano de tal maneira (a exemplo do que ocorre com os de outras áreas da cidade, cujo Alemão e sua área de entorno talvez seja o melhor exemplo no momento), que as reações advindas levariam as autoridades públicas a mudarem sua estratégia e cessarem fogo. 95 Na Zona Norte e Oeste, contudo, neste mundo à parte, para relembrarmos a crônica de Olavo Bilac, a cidade parece se calar ao mesmo tempo em que se sofridos moradores calam daquela localidade. os

⁹⁴ Contabilizados até 02/07/2007.

⁹⁵ Apesar de polêmico, especialmente entre militantes de direitos humanos, se faz necessária uma reflexão mais aprofundada sobre o papel das operações policiais em favelas. Trata-se de se refletir sobre as estratégias e táticas a serem adotadas pela polícia, mais do que um debate que muitas vezes cai em um vazio, sobre a necessidade ou não de uma operação policial. É um fato dado que boa parte das favelas da cidade estão territorializadas por grupos criminosos armados, o que, por si só, põe em pauta a necessidade de uma retomada daqueles territórios pelo Estado. Todavia, o que tem se observado é um conjunto de ações violentas, sem um planejamento adequado e utilizando-se de táticas inapropriadas do ponto de vista das condições locais, que inclui massiva e concentrada presença de não criminosos, o que implica em confrontos abertos, grande número de mortes e impedimento (muitas vezes por dias) da circulação e dos serviços locais. O que me parece ser extremamente necessário é repensar as estratégias adotadas pelas forças policiais em suas operações, bem como um maior investimento nas investigações criminais. Igualmente, fazendo valer os argumentos até aqui apresentados neste trabalho, é fundamental que as forças de segurança pública adotem uma nova postura em relação às favelas e seus moradores. Acredito que boa parte da truculência policial e dos desrespeitos aos direitos humanos opera em torno dos elementos que sustentam a "atualização" do "mito da marginalidade". Por esta razão, é indispensável, dentro de uma perspectiva de "reforma" das polícias, incluir este aspecto na formação dos policiais e na postura da instituição. Estas questões que trago, evidentemente, não são apenas minhas, mas partilhadas por uma massa crítica que, infelizmente, tem encontrado pouco respaldo nas suas tentativas de interlocução com governos, polícias e sociedade, em que pese o enorme esforço empreendido e, inclusive, a abertura de alguns bons profissionais. Ao que parece, a cultura enraizada nas instituições é ainda um grande obstáculo, fato que sustenta, inclusive, argumentações mais radicais de criação de outra instituição em substituição à polícia.

Capítulo 3

A produção do medo e seus efeitos sócio-espaciais na cidade

3.1. Medo e sensação de insegurança

O medo e a sensação de insegurança são aspectos notadamente de ordem subjetiva, mas que podem adquirir uma dimensão coletiva na sociedade, configurando o que se denomina "medo social". O medo pode ser definido como a consciência de uma ameaça, que pode assumir inúmeras formas (AINSWORTH, 1981 apud ROAZI et alli 2002), e ainda como uma reação emocional mais ou menos intensa perante um perigo específico, real ou imaginário (MORRIS & KRATOCHWELL, 1983 apud ROAZI et alli 2002).

Aquilo que tememos pode ter uma dimensão concreta e visível, como pode ser algo misterioso, que dê margens a fantasias e superstições (DAMATTA, 1997), estando ligado a um estado de consciência sobre o tempo e a morte, adquirido pelo homem no decorrer de sua evolução psíquica e cultural (DURAND, 1989). Por desconhecer as causas de um fato misterioso, como um eclipse solar ou de uma grande tempestade, as pessoas podem elaborar interpretações fantasiosas, que encontra lugar, por exemplo, no discurso religioso. Como argumentam TEIXEIRA & PORTO (1998: 55),

"... o homem necessita representar o medo, atribuir significados comuns a situações, objetos e pessoas que causam temor. A representação é, em si, uma forma de controlar, antecipar, conhecer o medo. Pela representação, ele é partilhado e socializado, mas, ao mesmo tempo, é ampliado e estendido, e a conseqüência é que se deseja controlá-lo cada vez mais."

Temer algo sobre o qual se pode estabelecer algum tipo de controle produz maior sensação de segurança. Temer aquilo que não se conhece, por ser imprevisível, fora da compreensão humana e para além de nosso controle, produz maior sensação de insegurança.

Embora o medo seja um mecanismo de defesa, que propicia instintivamente uma série de medidas cautelares, sendo, portanto, algo positivo, no sentido da preservação da espécie, ao longo da história este

mecanismo de defesa tem sido alvo de manipulações ideológicas e de histerias coletivas, servindo como instrumento de controle e contenção sócio-espacial.

No mundo contemporâneo, apesar do aumento da capacidade de previsibilidade e controle sobre um grande número de fenômenos, observa-se que ainda existe uma grande profusão do medo. Na realidade, novos medos são produzidos e reelaborados no seio da sociedade, produzindo insegurança, pânico e reações das mais variadas naturezas nas pessoas em busca de sua superação. Ameaças terroristas, aquecimento global, crises econômicas e epidemias são exemplos de medos que atormentam a vida no mundo atual e que são amplamente difundidos pelos meios de comunicação de massa. Nas cidades, contudo, além dessas ameaças relativamente mais distantes, outros problemas assolam a vida de seus habitantes, tais como o aumento da poluição, trânsito caótico, violência nas ruas e enchentes, para citar apenas alguns exemplos.

Na produção do medo contemporâneo, contudo, ganham destaque aquelas ameaças com alto grau de imprevisibilidade, que não permitem controle sistemático, a exemplo do que ocorre com as ameaças terroristas e a violência nas ruas. Ambos produzem a sensação de que algo pode acontecer a qualquer momento, o que pode nos tornar suficientemente vulneráveis e produzir reações espontâneas de pânico em situações que sugerem que "algo está acontecendo".

Por serem fenômenos produzidos socialmente, o medo dele proveniente tem provocado reações contra aqueles que supostamente possam ter algum tipo de ligação com seu acontecimento. Nas cidades e países potencialmente alvos de ataques terroristas, tem se estabelecido um controle cada vez maior da circulação de pessoas e um aumento abrupto do preconceito e da discriminação, e mesmo criminalização, de homens árabes e mais amplamente da cultura árabe, que são identificados com a ameaça terrorista. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, especialmente, o controle e a criminalização baseados no discurso do combate ao terrorismo tem produzido cada vez mais preconceito e repulsa.

Mas se o terrorismo é um tipo de ameaça que se circunscreve a determinados países e cidades, não se pode dizer o mesmo em relação à

violência nas ruas. Batedores de carteiras, seqüestradores, assassinos e assaltantes de bancos encontram-se por toda a parte e produzem efeitos semelhantes aos que o terrorismo é capaz de produzir, só que em menor escala, mas, provavelmente, com um discurso tão aterrorizante quanto aquele que permeia a figura dos terroristas mundo afora.

Embora seja um fenômeno amplamente difundido, podendo ocorrer em qualquer grande cidade, em algumas delas, a violência parece constituir uma ameaça mais visível e palpável, por ameaçar mais diretamente a vida de seus habitantes. Nas cidades onde a violência nas ruas assume grandes proporções, tem sido comum a disseminação do medo provocado pela ameaça que os criminosos são capazes de produzir, pelo menos no que se refere à imagem construída em torno deles. Segundo BALANDIER (1997), a violência pode configurar uma desordem contagiosa, talvez incontrolável, de uma doença da sociedade que aprisiona o indivíduo e, por extensão, a coletividade em um estado de insegurança que gera o medo.

Como sugere PINHEIRO (2003: 17), "o sucesso da difusão do medo depende não somente da forma como é expresso, mas também da eficácia em exprimir ansiedades culturais profundas". Para TUAN (2005), o medo é um sentimento complexo com dois componentes distintos, o sinal de alarme e a ansiedade. O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente e a resposta instintiva é enfrentar ou fugir. A ansiedade, por sua vez, é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação. Com efeito, a ansiedade constitui um pressentimento de perigo quando nada justifica o medo (TUAN, 2005). Quando um estímulo é interpretado como perigoso ou ameaçador, desencadeia-se uma reação emocional caracterizada como um estado de ansiedade (SPIELBERGER, 1979). Em função disso, pode-se dizer que a ansiedade é um reflexo antecipado, de forte carga emocional, um medo de algo incerto, sem objeto (FREUD, 1976). Como sugere ELIAS (1998: 169), "o alto nível de exposição aos perigos de um processo tende a aumentar a emotividade das respostas humanas". O excesso de emotividade pode conduzir a um ciclo de perda de controle racional sobre as situações, intensificando a emotividade (ELIAS, 1998). Isso implica, a meu ver, em situações em que a carga de emotividade conduz a atitudes irracionais e violentas, como, por exemplo, o desejo de eliminação do outro diante do potencial de ameaça que ele representa.

Assim, o medo, enquanto algo socialmente produzido, só encontra lugar na sociedade na medida em que absorve as angústias e inseguranças presentes na sociedade, traduzidas na forma de ameaças visivelmente perceptíveis e potencialmente próximas, inserindo-se no campo da produção das subjetividades. Quanto a isso, pode-se inferir sobre o papel da mídia na difusão do medo a partir da tendência à homegeneização universalizante e reducionista da subjetividade (GUATARI, 1992 apud. BATISTA, 2003). Os meios de comunicação de massa são capazes de produzir uma leitura da realidade, difundi-la e consolidá-la ao atingir de maneira universalizante os indivíduos, que têm sua subjetividade afetada por valores morais e sentimento de indignação que encontram ressonância na vida em sociedade e que, neste processo, "ancoram" as representações sociais que delimitam o medo.

Com isso, o medo difunde-se a partir de dois canais que se retroalimentam, reforçando idéias e valores sobre os fundamentos do medo. De um lado, as redes de relação sociais, através de boatos, depoimentos e sustentado por discursos elaborados por sujeitos capazes de traduzir em essência o seu significado social. De outro, através dos meios de comunicação de massa, esses discursos dispersos ganham amplitude e consolidam-se como uma *cultura do medo* que permeia a vida de relações em uma cidade e mesmo em um país, tornando a influenciar discursos no cotidiano, que se reelaboram e adquirem mais densidade com novas informações e valorações.

Por esta razão, não se pode afirmar com segurança que o medo difundido na sociedade constitua a verdadeira ameaça aos seus cidadãos, e nem que seus fundamentos sejam válidos. Como afirma GLASSNER (2003: 27), "um dos paradoxos relativos à cultura do medo é que os problemas sérios continuam amplamente ignorados, ainda que causem exatamente os perigos mais abominados pela população". Mas isso só acontece porque na constituição dessa cultura do medo, a emotividade e a irracionalidade assumem um lugar de relevância na maneira com que os enunciados são elaborados e na forma com que a população lida com os problemas

supostamente identificados como ameaça à segurança e ao bem-estar, como sugere GLASSNER (2003), que levantou inúmeras reportagens, noticiários e programas de televisão nos Estados Unidos, onde fatos corriqueiros, isolados e estatisticamente irrelevantes assumiam um caráter de ameaça devastadora, apresentados de tal modo que seria impossível julgar sua irrelevância. Referindo-se ao que George Gerbner, reitor emérito da Escola de Comunicação Annenberg, da Universidade da Pensilvânia, chamou de "síndrome do mundo vil", GLASSNER (2003) estabelece uma correlação entre o discurso televisivo e a construção da cultura do medo na sociedade americana, algo que, a meu ver, encontra paralelo na sociedade brasileira, com acréscimo dos programas populares de rádio e dos jornais com suas matérias sensacionalistas:

"Veja uma quantidade suficiente de brutalidade na TV e você começará a acreditar que está vivendo em um mundo cruel e sombrio, em que se sente vulnerável e inseguro. Em pesquisas realizadas durante três décadas, Gerbner verificou que as pessoas que assistem a muita TV apresentam maior tendência do que outras de acreditar que o bairro onde vivem é inseguro, a supor que os índices de criminalidade estão aumentando e a superestimar a probabilidade de se tornar vítimas da violência. Elas também compram mais fechaduras e alarmes e, sim, você adivinhou – armas, na esperança de se proteger. 'Elas podem aceitar e inclusive acolher com agrado', relata Gerbner, 'medidas repressivas com mais prisões, pena de morte, sentenças mais duras – medidas que nunca reduziram o crime mas nunca deixaram de dar voto aos políticos – se isso promete aliviar ansiedades. Este é o dilema mais profundo da TV repleta de violência" (GLASSNER, 2003: 100).

Ao aterrorizar as pessoas com abordagens sensacionalistas e emotivas, a TV e outros meios de comunicação de massa produzem "o sentimento de vulnerabilidade, o sentimento de insegurança e a demanda por proteção" (GERBNER apud. GLASSNER, 2003: 100). Assim, as pessoas, mais inseguras e sentindo-se vulneráveis, buscam compensações capazes de produzir alívio e sensação de maior segurança. Será nessa correlação entre os medos produzidos e as demandas geradas, que a sociedade (leia-se, indivíduos "indefesos" e famílias "desprotegidas") busca por meio de iniciativas individuais ou através da pressão junto às autoridades, medidas que miniminizem o medo e a insegurança.

A produção do medo e da insegurança, bem como as respostas dadas a ela, possui escalas de alcance diferenciadas em tamanho, natureza e capacidade de reação. O medo e a insegurança causados por guerras e ameaças terroristas possuem uma escala ampliada, cuja natureza diz respeito a aspectos relativos à política de Estado, cuja capacidade de reação cabe a este. Quanto a esse tipo de ameaça, as pessoas pouco podem fazer individualmente, e depositam no Estado suas esperanças de uma sociedade mais segura. Talvez por isso o apoio inicial à "guerra contra o terror" proclamada por George W. Bush em 2001, baseada na emoção e na comoção das vítimas do atentado contra as Torres Gêmeas, encontrou amplo apoio da sociedade americana e mesmo fora dela, baseando-se no argumento de que seria preciso destruir um país, o Afeganistão, se necessário, em uma caçada (até hoje sem sucesso) contra Osama Bin Laden. 96

Em escala reduzida, todavia, as ameaças são mais visíveis, mais próximas e mais diluídas. Elas encontram-se na escala imediata dos indivíduos e das famílias, interferindo diretamente em seu modo de vida na escala do cotidiano, ameaçando sobremaneira sua segurança ontológica. Evidente que ameaças em escala ampliada também interferem neste aspecto. GIDDENS (1991) chega a utilizar o exemplo de uma ameaça nuclear para ilustrar a construção da insegurança. Todavia, no meu entender, quando as ameaças tornam-se mais próximas e palpáveis, o nível de insegurança passa a interferir diretamente na relação entre as pessoas, uma vez que o *Outro*, agente da ameaça, está espacialmente próximo, podendo partilhar do mesmo cotidiano. A desconfiança permanente produz instabilidades nas relações e as torna tensas o suficiente para que aqueles que se sentem ameaçados produzam mecanismos de defesa e afastamento do *Outro*.

Para GIDDENS (1991: 95), a segurança ontológica "refere-se à crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes". Desta maneira, a rotina e a confiança interpessoal adquirem um papel central na

⁹⁶ A "caça" a Bin Laden, amplamente divulgada pela mídia e assimilada pela população americana emotivamente abalada pelo atentado de 11 de setembro e sedenta por vingança pode ser interpretada como um artifício de uma estratégia geopolítica direcionada para o Oriente Médio, que visa reforçar a presença militar americana na região.

construção da segurança do ser. Com efeito, a quebra da rotina cotidiana produzida pela tensão latente de eventos que interferem neste cotidiano produz instabilidades geradoras de insegurança. Por esta razão, "uma sensação de fidedignidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de segurança ontológica; daí os dois serem relacionados psicologicamente de forma íntima" (GIDDENS, 1991: 95). Igualmente, "como nenhum indivíduo jamais tem acesso direto aos pensamentos de um outro, ninguém pode estar absolutamente seguro, em sentido mais lógico que emocional, de que idéias maliciosas não estejam constantemente na mente de outros com quem se interage" (GIDDENS, 1991: 96).

Em que pese o fato de ameaças de escala ampliada também terem a capacidade de afetar o cotidiano das pessoas, em geral são distanciadas deste e raramente encontram no dia-a-dia dos indivíduos sua fonte de produção. No cotidiano, contudo, produzem-se medos ameaçadores da segurança ontológica, onde o núcleo familiar e a vida dos indivíduos é o alvo direto. O uso e disseminação de drogas entre jovens, por exemplo, é uma ameaça que permeia o cotidiano das famílias em todo o Ocidente (e provavelmente em algumas cidades "ocidentalizadas" do Oriente). O discurso contra as drogas encontra lugar no discurso sobre a preservação da moralidade familiar e na proibição das drogas. Este discurso sustenta e orienta políticas mais ampliadas do Estado, que responde com políticas públicas na área de saúde e segurança pública. Também encontra reforço no discurso elaborado por instituições conservadoras, a exemplo da Igreja. No entanto, é na escala familiar que as reações mais imediatas ocorrem, onde mecanismos de controle e de instauração da segurança operam. Os pais desenvolvem estratégias contra qualquer forma de aproximação de seus filhos com o universo das drogas, e para tal, fazem uso de discursos moralistas e geralmente fundamentados em aspectos religiosos. As estratégias adotadas na reconstrução da segurança ontológica estruturam-se em torno da recomposição da rotina, que segundo GIDDENS (1991) é psicologicamente relaxante. Assim, a utilização de mecanismos de controle social, isolamento do problema e estratégias discursivas que sustentem tais práticas, encontra lugar comum na reconquista da confiança e, com ela, da sensação de segurança.

É em uma escala reduzida, também, que ocorre o medo da violência, daquele tipo que ameaça o bem-estar, os bens materiais e a vida dos indivíduos que circulam pelas ruas da cidade. Embora seja um fenômeno ligado a aspectos estruturais da sociedade, é na escala local onde o sentimento de insegurança e de vulnerabilidade provocado pela violência constitui uma ameaça, uma vez que a violência urbana constitui um rompimento da normalidade das rotinas cotidianas (SILVA, 2004).

A exemplo das estratégias adotadas pelos pais para que seus filhos não se envolvam com drogas, a resposta à violência também encontra lugar na reação das famílias – em que pese o fato do Estado também atuar nessa área e ser ele o responsável imediato pela elaboração e execução de respostas institucionais (órgãos de segurança, sistemas de justiça) para a prevenção e combate ao crime. Na escala dos indivíduos, contudo, é onde encontramos as respostas mais sensíveis à disseminação da cultura do medo, aquelas mais suscetíveis aos boatos e notícias veiculadas pela mídia, justamente porque são ameaças que afetam diretamente a integridade das pessoas. É neste contexto que se instaura uma "sociabilidade violenta" como princípio restaurador da ordem e das rotinas e regulador das relações sociais estabelecidas (SILVA, 2004).

Na tentativa de se estabelecer algum nível de previsibilidade e controle sobre o fenômeno da violência tem sido comum a identificação de um grupo social como produtor da violência, sobre o qual se infere não apenas o preconceito e a discriminação, ao serem estigmatizados e criminalizados, como também as ações supostamente necessárias ao restabelecimento da ordem e da segurança urbana. No Rio de Janeiro este papel tem sido historicamente destinado aos moradores de espaços estigmatizados e segregados, em particular àquele tipo idealizado do traficante ao qual nos referimos ao longo do capítulo 2, caracterizado pelo jovem negro morador de favela.

3.2. O medo no Rio de Janeiro

Embora seja uma evidência o fato de que o Rio de Janeiro ocupe os primeiros lugares nas estatísticas mundiais sobre o crime entre as principais cidades do mundo (RAMOS & MUSUMECI, 2005), e em que pese o fato de sua imagem externa esteja sendo marcada cada vez mais como a de cidade violenta em contraposição (ou em tensão) com a imagem já consolidada de "cidade maravilhosa", é no cotidiano de seus moradores e na dinâmica observada na relação destes com o fenômeno da violência, que se podem sentir efetivamente seus efeitos e a correspondência entre a realidade das estatísticas, sua interpretação baseada no senso comum e seus efeitos na dinâmica sócio-espacial da cidade.

A imagem de cidade violenta não parece ser construída vagamente. Ela está sócio-espacialmente delimitada. Filmes como "Cidade de Deus" e "Tropa de Elite" - o primeiro, indicado ao Oscar, o segundo vencedor do Urso de Ouro -, vêm ajudando a disseminar uma imagem negativa da cidade a partir de espaços que, sugere-se, são os nascedouros da violência: as favelas. Agências de notícias de abrangência internacional, como a Reuters, CNN e a BBC divulgam quase que diariamente, a imagem das favelas cariocas como espaços dominados pelo crime e pela ameaça à segurança na cidade. Em eventos de grande envergadura, ocorridos na cidade, tais como a Conferência ECO-92 e os XVI Jogos Pan-Americanos de 2007, seus organizadores e as autoridades públicas fizeram questão de discursarem em nome da manutenção da ordem e da segurança pública, em tom diretamente dirigido às favelas, por meio de ocupações do exército e operações policiais de grande porte, porém pontuais e contenciosas, baseadas no uso extremo da força. Ações de grande visibilidade externa e pouca eficiência na resolução do que se propunham a resolver, tratando-se, literalmente, de algo para "inglês ver" - expressão popular que remete àquilo que tem grande visibilidade e nenhum resultado prático.

Igualmente, os jornais locais e outros meios de comunicação, reforçam a idéia de que o Rio de Janeiro é uma cidade extremamente violenta. Tornou-se fato comum diariamente as capas dos jornais exibirem alguma notícia sobre

violência, seja ela qual for, mesmo que de pequena escala. Isso também se aplica aos noticiários da TV e, muito especialmente, aos programas populares de rádio e tablóides populares, alimentam versões sanguinolentas de crimes em detalhes, alguns dos quais registrados em fotos de teor explicitamente violento, como corpos dilacerados. Esses discursos, como sugere o trabalho de NADER (1993), produzem uma "internalização ideológica da teatralidade do poder", uma vez que tais imagens e discursos do terror dirigidos aos seguimentos étnico-culturais mais vulneráveis, têm um papel disciplinador.

Em uma pesquisa inédita realizada por RAMOS & PAIVA (2005), a partir do levantamento de uma amostra de 2514 textos jornalísticos de nove jornais de grande circulação em Minas Gerais, São Paulo e Rio e Janeiro. ⁹⁷ Os jornais do Rio, *O Globo* e *O Dia* foram identificados como os que mais falam sobre violência, somando 37,3% do total da amostra. 51,8% dos textos falavam sobre violência no Rio. Em compensação, as pesquisadoras identificaram poucas informações sobre os agressores, baixa análise de contexto e raras referências a estatísticas. Essas informações sugerem que a abordagem da mídia alimenta visões distorcidas sobre o fenômeno da violência, uma vez que seu campo de abordagem ainda é superficial. Como concluem as autoras,

"Do ponto de vista jornalístico, predomina em grande parte das matérias um tratamento superficial, que revela um parco investimento das redações no setor, muito aquém da relevância social que o tema assumiu. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica, em grande parte do tempo, do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema — o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes." (RAMOS & PAIVA, 2005: 15)

Mas esses noticiários não abordam a violência de maneira isolada. Estabelecem, a todo o momento, conexões entre este fenômeno e as favelas da cidade. Criminosos são apresentados como da favela. Quando fogem, a informação é de que se escondem em uma favela. Mesmo quando o assunto

^{97 &}quot;A pesquisa realizada pelo CESeC analisou 2514 textos jornalísticos, veiculados em 35 dias distribuídos ao longo de cinco meses do ano (maio a setembro de 2004) por nove jornais brasileiros que, juntos, alcançam uma tiragem diária média de 1,2 milhão de exemplares: três jornais paulistas – Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Agora SP –; três fluminenses – O Globo, Jornal do Brasil, O Dia – e três mineiros – O Estado de Minas, Diário da Tarde e Hoje em Dia" (RAMOS & PAIVA, 2005: 2)

não trata diretamente sobre a violência, e talvez essa seja uma questão central, a abordagem sobre a favela não deixa de ter um tom negativo e ameaçador à ordem urbana: "as favelas não têm ordem"; "crescem à margem da lei"; "poluem rios e destroem mata nas encostas"; "poluem a paisagem e não pagam impostos"; "roubam energia elétrica, água"; "depositam seus esgotos em valas negras". Enfim, mantém vivo o "mito da marginalidade" com novas abordagens, mas com o mesmo sentido de negativização e inferiorização das favelas no cenário urbano. Esses noticiários contribuem decisivamente para a elevação das favelas como lugar da violência, de ameaça à ordem urbana, em particular no que se refere à violência. Trata-se de uma produção imagética do terror, que cumpre, no entender de BATISTA (2003: 34), "um papel disciplinador emergencial. As ocupações dos espaços públicos pelas classes subalternas produz fantasias de pânico do 'caos social', que se ancoram nas matrizes constitutivas de nossa formação ideológica".

Em trabalho onde buscou analisar a influência da TV na formação de um imaginário sobre a cidade do Rio de Janeiro, EGLER (1995) também chegou a resultados semelhantes. A autora concluiu que nos telejornais locais que analisou⁹⁸, se constrói um olhar que penaliza as classes populares. Isso se evidenciaria seja pela violência⁹⁹, cuja origem busca-se vincular diretamente às favelas (como se daquela *terra encharcada e fumegante*, usando-se da metáfora de Aluízio de Azevedo, brotassem seres violentos), seja pela destruição da natureza, uma vez que matas estariam sendo destruídas em função do avanço das favelas, sendo necessário conter seu crescimento¹⁰⁰. O fato é que o discurso preservacionista, que é legítimo, encontra nas classes

⁹⁸ Os telejornais locais em análise foram o Bom Dia Rio e o RJ TV, ambos da Rede Globo de Televisão. Embora a autora não se refira ao período em análise, conclui-se, através da leitura do texto, que foram feitas em 1991

⁹⁹ Em pesquisa por nós realizada no banco de dados sobre reportagens do Jornal Nacional, da TV Globo, disponível no site do programa (www.globo.com/jn), constatamos que no período entre junho e agosto de 2002, das 91 reportagens que se referiram a favelas, 79 delas, ou seja, 87% do total, referiam-se, direta, ou indiretamente, à violência, o que reforça a pesquisa apresentada por EGLER (1995), indicando que há uma forte tendência dos meios de comunicação em associar favela à violência. Essa constatação ainda é mais preocupante se considerarmos que o Jornal Nacional é o noticiário de amplitude nacional que mais é assistido pela população.

¹⁰⁰ Em 06 de março de 2001 a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro iniciou a implementação do programa "Preservando o verde do Rio", que prevê o cercamento de favelas próximas a áreas de preservação ambiental. De acordo com reportagem do jornal O Globo, de 07 de março de 2001, "através da delimitação, o município pretende evitar a construção de novas casas e poupar áreas de interesse ambiental". É importante considerar, neste aspecto, que o verde, expresso nestas áreas verdes, tem sido nos últimos anos, um componente importante na valorização do solo urbano e de imóveis.

populares seu principal alvo, visto que o avanço das favelas estaria destruindo o pouco que resta de área verde na cidade. No entanto, não seriam as políticas excludentes que estariam produzindo a expansão das favelas? Ora, a questão "ecológica" ultrapassa em muito o aspecto meramente natural da questão, repousando em questões de fundo político e social.

Esse quadro ainda é reforçado, por exemplo, no tratamento que o sistema jurídico confere aos favelados. Em uma interessante abordagem sobre a representação da categoria *favelado* no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro, RINALDI (1998) aponta para o reforço dos estigmas e estereótipos sobre os favelados no meio jurídico. Para a referida autora, os que se incluem na categoria geral de favelado são tidos como "ladrões", "bandidos", "assaltantes", etc., reforçando nossa afirmação anterior da construção de uma imagem do pobre, e especialmente do favelado, como um sujeito potencialmente criminoso. Desta forma:

"Ser morador da favela é trazer a 'marca do perigo', é ter uma identidade social pautada pela idéia de pobreza, miséria, crianças na rua, família desagregada, criminalidade, delinqüência. Tais imagens são realimentadas pelos veículos de informação, que trazem notícias sobre o 'morro' sempre do ponto de vista negativo, enfatizando o tráfico de drogas e a violência" (RINALDI, 1998: 307).

Dito isso, se considerarmos que o projeto político implícito na mensagem televisionada é o da manutenção da ordem social vigente (EGLER, 1995), retornamos à tese de LEEDS (1998), segundo a qual as classes dominantes têm historicamente buscado isolar e regular o comportamento das classes populares.

Neste ponto é importante considerarmos que enquanto formadora de opinião, a mídia, como um todo, tem por trás atores sociais cujos interesses se manifestam na forma como se transmite a mensagem e se forma a opinião. ¹⁰¹ No caso específico aqui tratado, ao falarmos de mídia, referimo-nos a *grande mídia*, que atinge a maior parte da população urbana brasileira, cujo controle

Para FAUSTO NETO "A dimensão simbólica desse tipo de informação, criada e alimentada por intensa manipulação tecnológica, e uma abrangente gama de técnicas e estratégias de enunciação metamorfoseiam de tal forma os fenômenos que torna-se difícil para o cidadão comum, distinguir entre realidade vivida e realidade visualizada" (1995: 419).

está nas mãos das classes dominantes¹⁰², e que têm nesse controle, um poderoso instrumento de pressão sobre o poder público.

Mas há que se diferenciarem as matérias veiculadas em mídias direcionadas para os setores populares e para aqueles considerados "formadores de opinião" (classe média e alta). No Rio de Janeiro jornais e programas de TV e rádio populares mantém um padrão de abordagem da violência centrado na sua naturalização ao cotidiano dos setores populares. Reforçam a idéia de que as favelas e outras áreas populares são violentas, e fazem isso a partir de notícias sanguinolentas e recheadas de tragédias. O diaa-dia da população vitimizada pela ação de criminosos e policiais é banalizado e transmitem a sensação de que nada vai mudar, de que a realidade é essa mesma, transformando a indignação e a luta por direitos em conformismo e resignação. Essa situação é aproveitada pelas igrejas evangélicas em sua pregação sobre o bem e o mal, ou por policiais corruptos e ainda por milícias que se apresentam como uma solução "menos pior" à ausência de soberania do Estado e ao cotidiano violento do tráfico e seus confrontos com rivais e policiais. Por outro lado, mídias direcionadas para os "formadores de opinião", difundem a idéia de que a violência está batendo à porta de seus leitores/audiência, com ilustrações diárias de situações pontuais e estatisticamente inexpressivas de violência contra moradores de áreas nobres da cidade. Episódios sobre a morte violenta de cidadãos de classe média assumem lugar de destaque nos noticiários e escamoteiam a violência estatisticamente relevante que ocorre nas áreas menos abastadas da cidade. Em que pese o fato de moradores de favelas e outras áreas segregadas e estigmatizadas serem vítimas diárias da violência de criminosos e policiais, muitas das quais fatais, seu volume não é capaz de fazer frente a uma única morte na Zona Sul.

A abordagem seletiva dos meios de comunicação em relação às favelas e a recorrência de matérias associando-as à violência são admitidas por profissionais que atuam no ramo, conforme revelou pesquisa realizada por

¹⁰² EGLER (1995: 112) complementa tal preocupação: "A imagem televisionada é resultante de um recorte sobre a realidade, esse recorte é parcial e corresponde à parcialidade que se deseja representar. Ela se constitui um elemento de intermediação que realiza suas próprias escolhas entre a realidade e a sociedade. Capta, produz e divulga as imagens que um determinado olhar deseja representar".

RAMOS & PAIVA (2007). Como afirmam as autoras, "a escolha das pautas se baseia na linha editorial dos veículos, que na maioria dos casos, privilegia a cobertura de bairros nobres da cidade onde estão concentrados seus leitores" (RAMOS & PAIVA, 2007: 79). O depoimento de um diretor da sucursal do Rio de um grande jornal, colhido pelas referidas pesquisadoras, revela o critério na definição das matérias sobre favelas:

"O pessoal na redação até brinca e diz assim: 'Olha, matéria grande em favela, só acima de 12 mortos'. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada em zona nobre do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo. É alto de página em todos os jornais; isso é ponto pacífico." (RAMOS & PAIVA, 2007: 79)

Eu mesmo, em diversas oportunidades em que tive contato com profissionais da imprensa, pude identificar certo padrão de abordagem, com uma idéia já elaborada em torno das favelas. O fato de estes profissionais serem em sua quase totalidade de classe média, moradores de áreas nobres da cidade, também contribui para isso, algo que, somado às fontes limitadas, reforça estereótipos e uma visão sociocêntrica sobre as favelas, conforme assinalado por SILVA (2002).

Essa invisibilidade social conferida pelos meios de comunicação às favelas, todavia, reflete uma imagem da própria sociedade e de suas instituições, sugerindo que sua condição na cidade é de inferioridade, como cidadãos de segunda categoria ou mesmo "não-cidadãos". Seguindo esta mesma linha de raciocínio, identifica-se uma valoração diferenciada da vida. O peso conferido às raras mortes na Zona Sul em detrimento das mortes diárias em áreas empobrecidas da cidade, assim como outras situações de violência e violação de direitos, sugere que a vida vale menos quando a vítima não pertence aos extratos sociais mais abastados da cidade. Essa constatação é reforçada na medida em que as instituições estatais, especialmente a polícia, conferem peso diferenciado aos seus moradores, e também na medida em que suas mortes são identificadas, tanto pela classe média quanto pelos jornais populares, como um dado de uma realidade dada, de uma "guerra", onde a baixa de "civis" é um fato a ser considerado.

Exemplo disso pode ser retirado de uma matéria veiculada na revista semanal Veja Rio, onde a partir de uma abordagem sobre a violência na cidade, reforça-se o lugar das favelas como espaços violentos e produtores de violências que se espraiam pela cidade. Uma foto aérea do Morro dos Cabritos, situado entre Copacabana e a Lagoa Rodrigo de Freitas, tem como legenda sua "invasão assustadora", algo que certamente chamaria menos a atenção (ou não chamaria a atenção, como tem sido mais corrente na mídia carioca) caso não fosse uma favela situada em uma área nobre da cidade. Menções a essa "ameaça" são reproduzidas no texto da matéria onde se fala sobre tiroteios e balas perdidas no Leme, em função de confrontos no morro do Chapéu-Mangueira e Babilônia, e da investida de bandidos que buscaram refúgio em edifícios residenciais próximos à favela. O fato é que a mídia e a sociedade carioca (leia-se, classe média e alta) só identificam a favela e a violência como incômodas na medida em que esta presença se torna uma ameaça ao seu modo de vida. Anos de tiroteios, balas perdidas e milhares de vidas ceifadas em outras áreas da cidade parecem não ter importância e pouco são lembrados pelos jornais e pelas conversas diárias, a não ser quando se deseja apresentar a cidade como violenta, sem que se identifique as diferenças que marcam áreas fisicamente tão próximas porém socialmente tão distantes.

A presença de favelas, especialmente em áreas nobres, é identificada como uma ameaça em vários sentidos, a começar pela desvalorização de imóveis e "poluição visual". A violência coloca-se como um problema a mais, porém, de forte apelo a intervenções mais duras na sua repressão, contenção e mesmo eliminação. Embora políticas remocionistas não existam mais na cidade, este é um tema recorrente sempre que as favelas na Zona Sul se colocam para muito além de uma mera questão estética da paisagem ou do mercado imobiliário. De qualquer forma, é evidente que a existência de favelas é algo indesejável por qualquer sociedade que se deseje mais justa e igualitária. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, as favelas são expressões materiais e espaciais de processos geradores de pobreza na cidade. Evitar seu surgimento e crescimento se faz necessário, mas não a partir de sua criminalização. Investimentos que diminuam as disparidades sociais e criem oportunidades podem frear seu crescimento e

melhorar as condições de vida daqueles que lá vivem. A abordagem criminalizante, todavia, põe em cheque o Estado de Direito e as conquistas constitucionais, que dispõe de mecanismos capazes de reduzir as disparidades sociais. Igualmente, ao criminalizar as favelas, o discurso conservador institui o "Estado de exceção" em "áreas de exceção" da cidade, onde tudo vale em nome da retomada da ordem e do bem-estar "coletivo". Esse "Estado de exceção" ameaça a democracia, e as possibilidades reais de avanços na sociedade diminuem, dando espaço e fortalecendo grupos paralelos que se aproveitam da situação em benefício próprio, a exemplo de políticos corruptos, das milícias e do tráfico de drogas.

Esse processo de construção de um olhar sobre o outro encontra lugar na teoria das representações sociais, e constitui uma importante base de referência na análise sobre o processo de estigmatização sócio-espacial das favelas no Rio de Janeiro. Uma síntese dessas representações sobre as favelas pode ser vista no quadro a seguir, onde se apresenta suas bases de sustentação discursiva e seus principais desdobramentos:

Quadro 3.1. Síntese dos discursos hegemônicos sobre as favelas, suas bases de sustentação e seus principais desdobramentos

Discurso	Bases de sustentação	Principais desdobramentos
Discurso higienista	 as favelas são vistas como ambientes insalubres, propícios a proliferação de doenças os moradores são considerados sujos, sem noções de higiene, carecendo de hábitos civilizados sustenta ações de cunho sanitário, especialmente as intervenções urbanísticas, mas também o desejo remocionista, uma vez que as favelas são tomadas, do ponto de vista estético e higiênico, como prejudiciais à estética e saúde da cidade o discurso da higiene também é policiador. A prática de uma medicina urbana, como apresenta Foucault, é um exemplo de como a questão da saúde pode ser utilizada como forma de controle e contenção sócio-espacial 	típico do início do século XX, esse discurso sustentou (e ainda sustenta) o intuito remocionista para além do intuito remocionista, uma das grandes fontes de ação de políticos clientelistas
Discurso criminalizante	apresenta todo morador como um criminoso em potencial os espaços populares, especialmente as favelas, são tomados como lugares da violência, onde se formam criminosos sustenta ações de cunho policiador, especialmente intervenções policiais	discriminação do morador de periferia ou favela, que é visto como marginal ações policiais desrespeitosas, já que os moradores não são considerados cidadãos, mas suspeitos projetos e programas equivocados, voltados para a ocupação da ociosidade para se escapar do mundo do crime
Discurso preservacionista	- insere-se no debate sobre meio ambiente, especialmente no que se refere a sua problemática nos grandes centros urbanos - tem sustentado uma série de intervenções do poder público, dentre as quais, a contenção da expansão horizontal das favelas, com o seu cercamento, e a remoção de casas construídas em áreas consideradas de preservação ambiental	constitui uma visão limitada da questão ambiental, uma vez que considera apenas a dimensão da preservação florestal a questão ambiental envolve, dentre outras coisas, uma discussão sobre as condições de habitabilidade, de sociabilidade e de relação com o meio
Discurso da ausência / carência	as favelas são tomadas como lugares sem serviços e equipamentos urbanos em geral as carências são consideradas sob o ponto de vista de uma determinada referência de classe (sociocentrismo), o que distorce a compreensão das práticas sócio-espaciais dos moradores o moradores são considerados "população de baixa renda" e incapazes de por si só resolverem seus problemas, sendo vistos ainda como parasitas urbanos, incapazes de gerar riquezas mas que, pelo contrário, demandariam ("sugariam") recursos do Estado. este discurso sustenta uma série de práticas de cunho assistencialista, que são instrumentos de políticas clientelistas	desmobilização das condições subjetivas da organização popular por conta de práticas assistencialistas, paternalistas e clientelistas políticas públicas equivocadas, como a construção de conjuntos habitacionais que não levam em conta as práticas sócio-espaciais dos moradores e suas demandas reais e efetivas
Discurso homogeneizador (transversal aos demais)	trata-se de uma visão homogênea sobre a realidade das favelas e outros espaços populares. Em geral, esses espaços são considerados iguais, sem distinção das condições de renda, de práticas sociais e culturais ou de condições físicas um exemplo disso é dizer que as favelas são "comunidades de baixa renda", definindo-as apenas pelo aspecto da renda, não levando em conta outras variáveis	dificuldade em se superar os estigmas por conta dos inúmeros estereótipos construídos em torno dos espaços populares e seus moradores ações de entidades ou do Poder Público que não levam em conta a diversidade, caindo em equívocos de primeira ordem, como nas idéias de ausência e carência muito embora as favelas e outros espaços populares possuíssem características bastante comuns há alguns anos, esse quadro vem se modificando. A realidade das favelas mudou, aumentando em complexidade e diversificando-se.

Elaborado por Fernando Lannes Fernandes a partir de VALLADARES (2000) e SILVA (2002).

A representação social sustenta-se na idéia de que ela opera em torno de um objeto sobre o qual se elabora uma representação e uma relação de simbolização e interpretação, substituindo-o e conferindo-lhe significações. A representação também configura uma modelização do objeto, que passa a ser legível em diversos suportes lingüísticos, comportamentais ou materiais, tais como os estilos, as expressões culturais, formas de se falar, de se expressar, valores culturais, morais e estéticos. Esses elementos convergem para o sentido prático das representações sociais. Assim, ao conduzir um olhar sobre uma dada realidade, a representações podem ser usadas com o intuito de desqualificar, impor marcas, estabelecer fronteiras e produzir distância e, com isso, estabelecer formas de controle e contenção sócio-espacial.

Ao se construir significados e conferir coerência ao discurso, tornando-o assimilável e incorporado a coletividade, internaliza-se o discurso e suas referências segundo o qual o não-familiar torna-se familiar. Trata-se de um processo segundo o qual aquilo que ainda não está classificado e rotulado por um grupo social é transformado em categorias e imagens, a partir das quais se elabora um discurso (JODELET, 2001). Como afirma MOSCOVICI (1981: 193 apud. GUARESCHI, 2003: 201), "a representação é basicamente um processo de classificação e nomeação, um método de estabelecer relações entre categorias e rótulos".

Assim, na construção do discurso que sustenta a representação social da favela, se busca construir uma interpretação própria, com referências particulares ao grupo social que a estabelece — neste caso, os grupos dominantes, externos (e avessos) àquela realidade. Parece-nos ser nessa direção que SILVA (2002) sustenta a idéia de "sociocentrismo" no que se refere à construção de um conjunto de referências estéticas, morais e culturais em torno das favelas, uma vez que idéias sobre modelo de família, padrão de comportamento e gosto cultural são referenciadas a partir de idéias e práticas sustentadas pelos setores dominantes da cidade. Esses "modelos" que servem de base para a construção do outro no processo de ancoragem reflete-se, por exemplo, em padrões de consumo ("o que não pode faltar em uma casa") e de

^{103 &}quot;O sociocentrismo se materializa quando, a partir dos padrões de vida, valores e crenças de um determinado grupo social, se estabelece um conjunto de comparações com outros grupos, colocados, em geral, em condições de inferioridade" (SILVA, 2002).

comportamento ("o que é considerado normal e socialmente aceitável"). Assim, a favela passa a ser referenciada a partir do que não tem em relação ao modelo idealizado, constituindo-se como espaço da ausência. 104

Como MOSCOVICI JODELET. sustenta (apud. 2001). as representações sociais têm na comunicação social uma forte base de elaboração discursiva e difusão. Moscovici compreende que a comunicação desempenha um papel fundamental nas trocas e interações que concorrem para a criação de um universo consensual. Entende ainda que a comunicação social remete a fenômenos de influência e de pertença sociais decisivos na elaboração dos sistemas intelectuais e de suas formas, o que significa dizer que "a comunicação social, sob seus aspectos individuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais" (JODELET, 2001: 30).

JODELET (2001) também chama a atenção para as causas emocionais na fabricação dos fatos, aspecto bastante relevante em se tratando das percepções sobre a violência urbana e seus reflexos na estigmatização dos setores populares. Para JODELET (2001), a comunicação serve de válvula de escape para a liberação de sentimentos disfóricos suscitados por situações coletivas ansiógenas ou mal toleradas. O medo e a rejeição da alteridade, nessa perspectiva, conferem conteúdo e forma a informações ou acontecimentos fictícios, criando-se "lendas urbanas". Chama a atenção para a questão da insegurança, cujos relatos de vítimas de algum tipo de agressão constroem um relato baseado em um mesmo roteiro, retomado coletivamente, que lhes permite situar-se em uma mesma categoria vitimada, compondo uma

10

¹⁰⁴ Por outro lado, os próprios moradores absorvem essa idéia e a utilizam como parâmetro para seu comportamento. O padrão de consumo hegemônico se impõe e se reproduz na construção de necessidades tais como o "telefone celular mais moderno", "o aparelho de DVD", "a marca de roupa da moda". Nesses anos de estabilidade econômica, em que os governos gabam-se da ampliação do consumo para as classes C e D, observa-se que equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos antes inimagináveis dentro de uma construção idealizada do que é uma favela, hoje se fazem presentes na maior parte das casas e mesmo barracos. O próprio pesquisador, em sua trajetória profissional teve a oportunidade de observar esse fenômeno em inúmeras residências, muitas das quais a presença da geladeira duplex ou da TV de 29 polegadas e do aparelho de DVD - grandes baluartes da era da estabilidade econômica e do consumismo das classes populares, muitas vezes eram uma prioridade que implicava um processo de endividamento cada vez maior das pessoas. De fato, há que se considerar que a estabilidade econômica e a ampliação do crédito permitiram esse fenômeno, cujo exemplo mais didático e ilustrativo é a rede de lojas "Casas Bahia", de grande alcance popular e com facilidades de crédito proporcionada por prestações pagas em carnê - instrumento bastante utilizado pelos setores populares cujo acesso ao mundo financeiro na maior parte das vezes não inclui talões de cheque ou cartões de crédito.

espécie de solidariedade social. Desta maneira, podemos dizer que a experiência da insegurança, fenômeno de caráter estritamente subjetivo, baseado em valores individuais, adquire uma forma partilhada na sociedade, compondo um discurso em que algumas categorias são sempre lembradas como componentes daquele roteiro. Pode-se imaginar que o "tipo ideal" do bandido/traficante, elaborado coletivamente e reforçado pela comunicação social em suas diversas formas de expressão (interpessoal, institucional, midiática), reforça a imagem da favela como o lugar do crime, colocando-a na alça de mira das intervenções voltadas para a redução da insegurança. Com efeito, a comunicação social, tem um papel muito importante na construção, difusão e consolidação de um olhar sobre as favelas e seus moradores na configuração de um discurso que sustenta impressões e interpretações da realidade orientadas para a conformação de um ambiente urbano caracterizado pelo medo social.

Este discurso pode ser apreendido em torno da idéia de "fala do crime", que refere-se a "todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema (...) a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada" (CALDEIRA, 2003: 27). A "fala do crime" é baseada em categorias simplistas, baseadas na repetição de estereótipos e preconceitos. No Rio de Janeiro, os principais elementos que sustentam a "fala do crime" são as favelas e os traficantes, categorias genéricas, carregadas de forte conteúdo negativo e que, na maior parte das vezes, são empregados para caracterizar a violência e a desordem.

Essa elevação de características negativas como elemento definidor das favelas – seja à luz das definições *oficiais* seja à luz do que a imprensa cunhou sob ajuda do senso comum – tem sido um dos grandes obstáculos para a superação dos problemas enfrentados pelas favelas e seus moradores ao longo de sua história. O reforço de características negativas, assim com a

105 Cabe considerar também os efeitos psicológicos desse fenômeno, que contribuem para uma postura cada vez mais fechada dos indivíduos. A preocupação decorrente do medo produz uma paralisia que não permite ao indivíduo viver o momento presente, ou, em outras palavras, desfrutar de experiências no espaço da cidade. Neste caso, esta atitude corrobora para a corrosão do espaço público e seu esvaziamento, além da tensão cada vez maior entre aqueles que temem em relação àqueles que supostamente provocam o medo, leia-se, os setores populares, em particular, os jovens.

dificuldade dos moradores das favelas produzirem um discurso próprio e convincente a respeito de si mesmos, tende a intensificar uma imagem negativa por parte dos agentes que se interessam pela sua existência e problematização. Como sugere WACQUANT (2001: 115),

"... longe de refletir, como um espelho deformante, os movimentos da sociedade, as representações que circulam no campo jornalístico contribuem para elaborar a realidade, na medida em que — e isto, jamais é negligenciado — elas influenciam a maneira como a realidade é percebida, gerida e vivida tanto pelos responsáveis pela administração dos 'problemas sociais' quanto pelos que são o alvo de suas intervenções. E o efeito bem conhecido da profecia autorealizante que se observa toda vez que um discurso é investido de poder de fazer advir no mundo das coisas aquilo mesmo que os discurso diz que lá já existe pode revelar-se particularmente poderoso no caso de populações que, além de sua marginalização econômica, sofrem antes de mais nada, por serem desprovidos de sua própria representação pública."

Com isso, ao reforçar a estigmatização das favelas e de seus moradores, a "fala do crime" contribui sobremaneira para a conformação de um espaço urbano marcado pelo medo e pela caracterização de um lugar e um agente responsáveis pela ameaça ao modo de vida conquistado pelos setores mais abastados da cidade. Configura uma elaboração discursiva centrada na negativização do outro, em sua culpabilização pelos problemas urbanos e na construção de barreiras simbólicas que acirram as distâncias físicas, econômicas, sociais e culturais na cidade. Tem desdobramentos práticos quanto à segregação sócio-espacial na cidade, tornando-a fragmentada e possuidora de grupos sociais com oportunidades, condições ao exercício da cidadania e experiências de espaço-tempo totalmente distintas.

Invasão assustadora: favela dos Cabritos cresce entre Copacabana e a Lagoa

Figura 3.1. Foto da favela do Morro dos Cabritos, apresentada como ameaça em matéria sobre violência publicada pela revista Veja Rio

Fonte: Veja Rio, 11/06/2008, pág. 30.

E assim, a sociedade elabora um discurso negativo sobre as favelas, as identifica como ameaça à ordem e sustentam medo e insegurança não pelo fato corrente da violência em si, mas a partir da conexão entre violência e favelas, sugerindo que a eliminação de um deve se dar a partir da eliminação do *Outro*. Na verdade, nesta concepção, a favela é a imagem e o lugar do medo. Suas imagens difundidas, do ponto de vista histórico, sempre reportaram a elementos que se alinhavam às ameaças à ordem social de cada época. Se na virada do século XIX elas eram associadas à insalubridade – em um cenário urbano caracterizado pela proliferação de epidemias -, hoje elas associam-se à violência como referência central na sua caracterização, reforçando-se uma idéia segundo a qual é nas favelas e por causa delas que a cidade é violenta.

A produção de um discurso do medo, mais do que um discurso sobre as favelas, constitui uma abordagem que produz efeitos na sociedade como um todo na medida em que opera com suas emoções. Os efeitos do discurso do

medo e da insegurança se traduzem na construção de um discurso unificado, segundo o qual as experiências negativas vividas ou percebidas se transformam no desejo de uso da força ou de qualquer outro meio necessário como forma de se ampliar a sensação de segurança. Significa, ainda, um conjunto de mudanças sócio-espaciais na cidade que refletem alterações de comportamento dos indivíduos como resposta à sensação de insegurança: trajetos alterados, horários limitados, lugares selecionados, mudança de endereço, instalação de grades, etc.

Figura 3.2. Capa da revista Veja, onde a massa cinzenta e disforme das favelas é apresentada como formigas saúvas.



Fonte: Revista Veja, 24/01/2001

O medo interfere na relação das pessoas com a cidade, uma vez que deixam de freqüentar certos lugares ou passam a ter medo daqueles lugares que inevitavelmente têm que freqüentar, produzindo seletividades espaciais baseadas em idéias sobre segurança e insegurança em cada área. Essa é a lógica que permeia, por exemplo, a caracterização das favelas como "áreas de risco". Some-se a isso, a arquitetura da cidade, que é alterada com a instalação de sistemas de segurança, cercas elétricas, grades, guaritas, fechamento de ruas, condomínios fechados, etc. (FERRAZ & POSSIDÔNIO, 2004; SOUZA, 2000; CALDEIRA; 2003). Além disso, a população, motivada pelo desejo de respostas rápidas e efetivas, apóia iniciativas ilegais a fim de amenizar o medo da violência, reforçando ações violentas da polícia e a presença de grupos de extermínio e matadores de aluguel em suas áreas de moradia. Com isso, "o outro, o estranho potencialmente ou não, de acordo com as circunstâncias, é objeto de medo e provoca no sujeito reações de paralisação, de entrega ou de agressão" (BAIERL, 2004: 40).

A experiência da sensação de insegurança no Rio de Janeiro situa-se em histórias de assaltos seguidos de morte (latrocínios), seqüestros e extorsões, balas perdidas, guerra entre traficantes, "menores de rua", bem como barbaridades praticadas por criminosos inescrupulosos, que são diariamente apresentados pela mídia, criando-se a sensação de que a cidade é insegura, de que não se pode andar pelas ruas com tranqüilidade, de que é necessário, a todo custo, se defender. Essa imagem ganha força especialmente a partir dos anos 90, quando uma profusão de acontecimentos demarca o jovem favelado como o sujeito responsável pela ameaça à ordem e à segurança pública. O episódio do arrastão na praia de Copacabana em 1993, a ascensão de crianças e adolescentes na hierarquia do tráfico de drogas — marcada especialmente por um contexto de guerra entre facções criminosas na cidade -, certamente contribuíram para que se afirmasse não apenas uma imagem negativa em torno da favela, algo já consolidado historicamente, mas um discurso centrado na figura do jovem negro favelado.

Esse discurso encontra reforço na incapacidade da Polícia e da Justiça oferecerem uma resposta eficiente e rápida aos problemas relativos à segurança pública. Isso, por um lado, reforça a idéia saudável de que se faz

necessário a reforma dessas instituições, mas, por outro, sugere que enquanto essas reformas não são realizadas algumas medidas devem ser tomadas de maneira imediata. Essa lacuna, entre a necessidade de reforma da Polícia e da Justiça e a demanda por ações concretas de prevenção e combate ao crime, oferecem ampla margem para discursos inflamados de uso da força repressiva e, especialmente, pelo uso de mecanismos individuais de proteção e defesa. Por esta razão, as pessoas têm buscado desenvolver estratégias de autoproteção, que envolvem mudanças de comportamento na cidade, alteração nos padrões de moradia e aumento da estigmatização e criminalização de grupos sociais identificados como "classes perigosas". Essas estratégias interferem diretamente na dinâmica espacial da cidade, alterando seu cotidiano e condicionando novas espacialidades cuja essência sustenta-se na idéia de "conforto e segurança", mas que nas entrelinhas significa um acirramento dos processos segregatórios na cidade.

Esse "fechamento", expresso a partir dessas estratégias de autoproteção, todavia, pela sua dimensão individual, não contribui para uma
mudança de cenário. Ao contrário, o reforça, tornando-o ainda mais
fragmentado sócio-política e espacialmente. Como argumenta VELHO (2000),
a violência na sociedade brasileira não é apenas resultado da desigualdade
social, mas também de um esvaziamento de conteúdos culturais,
particularmente os éticos, no sistema de relações sociais. Igualmente, MAIA
(2002) acredita que o ato de circular ou se trancafiar em espaços privativos, a
exemplo dos condomínios fechados — solução habitacional encontrada pelas
classes mais abastadas da cidade como resposta individual aos problemas da
violência -, não contribui positivamente para a resolução da situação de "caos"
ou de "guerra civil" instaurada, sendo antes uma espécie de "retraimento
despolitizado" (SENNET apud. MAIA, 2002: 179). O individualismo, desta
maneira, coloca-se como um fator de acirramento da violência.

Cabe considerar que essa dinâmica se expressa de maneira diferenciada a depender do contexto social, cultural, econômico e espacial em que os indivíduos estão inseridos. Não podemos, com isso, ignorar o fato de que a relação que estabelecemos com o fenômeno da violência, a maneira como este nos é apresentado e, conseqüentemente, a forma com que

reagiremos, tem uma profunda conexão com o lugar que ocupamos na sociedade. Como afirma ZALUAR (1994: 13),

"A violência urbana está nas ruas e nos jornais diários. Está no rádio, na televisão e nas nossas preocupações cotidianas. No entanto, não somos atingidos por essas diferentes fontes de informação sobre a violência da mesma maneira, e isso se reflete nas nossas concepções acerca dela. A classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos, constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos essa violência".

Desta forma, moradores de áreas nobres possuem um olhar específico sobre a violência, que difere do olhar e das reações de moradores de favelas e outros espaços segregados da cidade. Como argumenta BAIERL (2004: 23), "enquanto os moradores das áreas violentas lidam e são afetados muito mais pelo real vivido cotidianamente, os segmentos de outros territórios lidam muito mais com um real imaginário, distante". Seguindo o argumento de ZALUAR (1994), esta aparente naturalidade com que os setores populares parecem lidar com o fenômeno, baseada no argumento de que elaboram uma visão própria a partir de uma vivência concreta com a violência em seu cotidiano, é reforçada por jornais e programas de rádio e TV direcionados a estes setores, que tendem a direcionar uma abordagem centrada na idéia de que a violência é um dado natural daquela realidade, e que a incorporação disso constitui um fator de conformação, mais que revolta. No entanto, pode-se argumentar que a incorporação da violência possa ser um mecanismo de defesa, fruto da necessidade da instauração de uma segurança ontológica dos indivíduos, que diante da imprevisibilidade de situações violentas, tais como guerras entre traficantes e trocas de tiros com a polícia, buscam estabelecer uma regularidade aos fenômenos como forma de se criar rotinas e, com isso, organizar suas vidas em meio ao caos (SILVA & LEITE, 2007). Todavia, se observamos as formas de reação dos setores mais abastados da cidade, perceberemos que embora estes não tenham a mesma experiência com a violência que os moradores de áreas favelizadas, sua reação aparenta ser desproporcional aos perigos que rodam seus bairros. Um aspecto ligado a isso diz respeito à questão da presença ostensiva de policiais nas ruas. Uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto de Segurança Pública, vinculado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, 106 revelou que o aumento do policiamento é entendido pela maior parte das pessoas como fator que provoca o aumento da segurança. Por outro lado, a pesquisa demonstra que a sensação de insegurança não possui correspondência com a realidade dos dados. Por exemplo, o maior medo das pessoas consiste no latrocínio (roubo seguido de morte) enquanto que esta modalidade de crime responde por uma parcela mínima no conjunto dos crimes praticados na cidade. Da mesma forma, os homicídios concentram-se em áreas específicas da cidade, ao passo que as pessoas, em geral, e, sobretudo aquelas que vivem em áreas mais seguras, temem por essa fatalidade.

Com base nesses argumentos, sustento a hipótese de que existem três dimensões que configuram alterações na dinâmica sócio-espacial da cidade com base no medo e na sensação de insegurança e que se inserem, em uma escala ampliada, no processo de "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade" (SOUZA, 2000). Elas situam-se no campo da (i) restrição da mobilidade espacial, na (ii) seletividade espacial e na (iii) imposição de barreiras físicas e simbólicas no acesso a determinados espaços da cidade por determinados grupos sociais.

Trata-se de processos que constituem reações à violência, sustentadas pelo medo e a sensação de insegurança, que afetam as relações sociais na cidade — especialmente entre os grupos de diferente condição social -, e configuram estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial que se destinam ao estabelecimento de uma ordem sócio-espacial desejada elos setores dominantes da cidade. Esta ordem tem por referência o controle, a contenção e mesmo a eliminação de grupos sociais indesejados das ruas e, de uma maneira mais ampla, da cidade, o que implica em duas estratégias distintas: por um lado, a implantação de mecanismos de controle e contenção materializados no cercamento de praças públicas, instalação de câmeras de vigilância, abordagem sistemática dos agentes de segurança pública aos

11

^{106 &}quot;Avaliando o Sentimento de Insegurança nos Bairros do Rio de Janeiro", realizada pelo NUPESP – Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública, sob a coordenação de Ana Paula Mendes de Miranda.

elementos suspeitos e/ou indesejáveis e produção de constrangimentos de todas as ordens, escalas e natureza. De outro, a conformação de modelos de moradia e padrões de consumo e lazer estruturados em torno do paradigma da auto-proteção, do auto-enclausuramento e da limpeza social, cultural e estética, cujo modelo mais bem elaborado na cidade são os condomínios exclusivos na área da Barra da Tijuca. Estes espaços produzem barreiras físicas explicitas e vêm instituindo microcosmos ensimesmados pseudo auto-suficientes com uma oferta expressiva de serviços e equipamentos coletivos.

O que se percebe, então, é a conformação de uma espacialidade urbana que reflete processos sociais ao mesmo tempo em que os retroalimenta, em uma dialética sócio-espacial segundo a qual o medo social, a violência e a estigmatização compõem o pano de fundo e as principais motivações de uma nova ordenação urbana.

Figura 3.3 - Capa do jornal O Globo no dia das eleições municipais de 2008

oglobo.com.br IRINEU MARINHO (1876-1925 RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 5 DE OUTUBRO DE 2008 • ANO LXXXIV • Nº 27.453 ROBERTO MARINHO (1904-20)

Dívidas de empresas crescem R\$ 64,6 bi

Com o agravamento da crise, as dividas das empresas brasileiras em moeda estrangeira aumentaram R8 64,6 bilhões. Em dois meses, a alta de 31% do dólar lez o endividamento saltar para R8 271 bilhões. Para Lula, a crise é uma tsunami nos EUA mas, se chegar aqui, será "mar oli riha". Ontem, Prança, Gra-Bretanha, Alemanha e Italia de cidiram socorrer os bancos, mas com punição de seus dirigentes. Páginas 41 a 49 e Logo

Ampliar tropa custaria à PM R\$ 281 milhões

• A Secretaria de Segurança Pública do estado admite que a PM precisaria inedia-tamente de dez mil homens para enfrentar os assallos a transeuntes — pessoas a pé ou de carro — tipo de cri-me em alta, no Río. Só com salários, seriam necessá-rios por ano R8 281 milhões — 26% da folha de paga-mentos da PM. Página 33

Fla vence. Botafogo e Vasco perdem Páginas 60 a 62



Falabella: um toque de humor às 18h

Famosos falam de shows imperdíveis

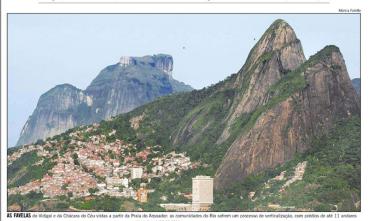
As escolhas de John Malkovich

Casa própria: a hora é de cautela

R\$ 3,50

uem vai dar jeito nisso?

Favelização, trânsito caótico, desordem urbana e conservação de ruas são desafios para novo prefeito





Pesquisas: Gabeira e Crivella ainda empatados

Ibope e Datafolha registram crescimento do verde, mas divergem sobre colocação; um dos dois enfrentará Paes

 Pesquisas Datafolha e Ibope divulgadas ontem pela TV Globo (sem nulos, em branco e indecimostram a tendência de cresci-sos), contra 19% de Crivella. Jás Gabeira, que está tecnicamento flospe, o candidato de PRB debiera, que está tecnicament ma briga pelo segundo lugar. No folga e tem vaga garantida no se-Datafolha, Gabeira está na fren-gundo turno.

Página 3 te, com 20% dos votos válidos (sem nulos, em branco e indeci-sos), contra 19% de Crivella. Já no lbope, o candidato do PRB tem 21%, e o do PV, 19%. Nos dois, Eduardo Paes lidera com folga e tem vaga garantida no se-gundo turno.



avaidades do Rio sofrem um pocesso de vertio Ao fim de 16 anos de gestão do
grupo de Cesar Maia (DEM), os
eleitores do Rio de Janeiro votam
hoje para escolher quem pode
melhorar a vida dos cariocas. Enentar a desordem urbana e o
caos no trânsito, contre a favelização, elevar a qualidade dos
serviços de transporte, saúde e
educação são apensa alguns dos
desafios que esperam o próximo
prefeito. As mazelas da cidade foram expostas em minúcias ao
longo de três meses de campanha eleitoral, e agora cabe aos
eleitores decidir quem apresentou as melhores soluções. Em
uma disputa sem polarização cla-

canaga, com precisio es sel 11 anaues ra, os candidatos Fernando Gabeira (PV) e Marcelo Crivella (PRB), chegam ao dia votação hutando por uma vaga no segundo turno, contra Eduardo Pace (PMBB), e relazendo suas estratégias e suas investidas por nova silanças. Ontem, no último dia de campanha, Crivella incitou dionos de vans a não pagarem nultas, "sensão o Cabral vai pôr o dinheiro na campanha do Pace se vocês vão me prejudicar". Gabeira denunciou ao TRE estar sendo vilima de afaques em folhetos apócrifos. Nas capitais mais importantes, começa hoje a sucesportantes, começ portantes, começa hoje a suces-são de 2010. Páginas 3 a 32



Kassab cresce e deve disputar com Marta em São Paulo

Ex-prefeitos do Rio revelam seus erros no comando da cidade

Na região da Zona Portuária, a história se mistura à decadência

Em Minas, candidato de Aécio terá que enfrentar 2º turno

TRE: milícias estariam usando crianças para pressionar eleitores

Vinte anos depois, falta regulamentar mais de 1/4 da Constituição

Fonte: Jornal O Globo, edição de domingo, 05/10/2008.

3.3. O medo e a restrição da mobilidade espacial

Uma primeira dimensão que configura alterações na dinâmica sócioespacial da cidade diz respeito à **restrição da mobilidade espacial**. O medo e a sensação de insegurança produzem uma diminuição da mobilidade espacial das pessoas na cidade, na medida em que se difunde a idéia de que os ônibus são alvos de assaltos, de que as ruas estão violentas, de que não se pode mais circular pela cidade à noite. Tornou-se um fato corrente que o medo vem interferindo na relação das pessoas com a cidade, sendo um fator de extrema relevância a ser considerado antes de se sair de casa.

Há, todavia, diferenças importantes a depender do contexto sócioespacial em que se analisa a restrição da mobilidade. Seguindo o recorte sócio-espacial proposto, pode-se considerar que no "eixo Zona Sul", onde a disponibilidade de transportes coletivos é farta e onde o acesso ao transporte individual também é maior, dado o poder aquisitivo de sua população, a relação entre o medo e a mobilidade espacial assume uma dimensão diferenciada em comparação aos moradores do "eixo Zona Norte-Oeste", onde o acesso a meios de transporte é limitado por menor número de linhas, precariedade do serviço oferecido, vias públicas mal iluminadas e maior distância em relação aos lugares, somando-se a isso a presença de grupos criminosos armados territorializados que atuam naquelas áreas, tornando-as mais violentas, como fazem crer os dados anteriormente apresentados. Além disso, o acesso ao transporte é afetado diretamente pelo fator renda: aqueles que têm menor renda tendem a utilizar menos este serviço, restringindo sua mobilidade às áreas de entorno de seu local de moradia. Como afirma ICASSURIAGA (2005: 64):

"O transporte e as formas de trânsito na cidade acompanham e promovem a localização e acessibilidade dos demais equipamentos e serviços urbanos, criando áreas de alta densidade e congestionamento, e outras quase desprovidas desses serviços. A provisão diferenciada de vias e meios de transporte e circulação de pessoas é um aspecto que incide diretamente na forma de estruturação física e social da cidade e, ainda, a qualidade no serviço público de transporte e elementos, tais como custo e segurança

contribuem para definir o caráter segregativo das intervenções públicas e privadas nesse setor articular da política urbana."

O fato de um grupo social encontrar-se segregado no contexto da realidade urbana brasileira, não significa que ele encontra-se isolado e imobilizado, ao contrário do que sugere VASCONCELLOS (2004). Por outro lado, existem componentes "imobilizadores" na segregação brasileira, e eles se revelam em função de três fatores preponderantes: a renda, a violência e os constrangimentos sócio-espaciais.

Muitas pessoas têm dificuldade para se deslocar porque não dispõem de recursos financeiros para arcar com os altos custos de transporte, uma vez que as áreas de moradia das populações mais pobres e mais vulneráveis tendem a ser cada vez mais distantes, reproduzindo com suas devidas proporções, uma lógica do mercado imobiliário, com terrenos mais distantes (e na maior parte das vezes isolados) e precários com preços mais acessíveis àqueles que dispõem de pouco dinheiro para a moradia. Trabalhadores de baixa remuneração, especialmente aqueles que se encontram subempregados, e que, portanto, não possuem nenhum tipo de auxílio-transporte, têm maior dificuldade em acessar o já precário mercado informal, e muitas vezes limitam sua busca por trabalho a uma área bem circunscrita, acessível, na maior parte das vezes a pé ou de bicicleta. Beneficiam-se aqueles que consequem morar em áreas mais próximas do mercado de trabalho, mas que têm que arcar com altos custos de moradia, a exemplo das favelas mais próximas das áreas nobres da cidade, onde o custo do aluguel pode ser mais caro que imóveis em áreas formais, porém em bairros distantes. 107 Muitos vendedores ambulantes de bairros distantes, dentre os quais aqueles que vendem suas mercadorias no centro do Rio, por exemplo, passam a semana dormindo em seus pontos de venda, nas calçadas, como forma de economizar com os gastos em transporte. Estes trabalhadores somam um grande contingente de moradores de rua que possuem domicílio fixo, mas que por motivos econômicos, possuem baixa mobilidade. Some-se a isso, e talvez de maneira mais problemática ainda, a

¹⁰⁷ Apenas para citar um exemplo, em matéria publicada no Jornal do Brasil em 6/12/1998 (Apud. LEITÃO, 2004), revelava que, segundo dados da Associação Comercial e Industrial da Rocinha (Acibro), o custo do aluguel de um imóvel residencial poderia alcançar o preço de um imóvel em Botafogo, com valores que, na época, chegavam a R\$ 500,00.

dificuldade de mobilidade para outros fins, como tratamentos médicos ou áreas de lazer. Na maior parte das vezes os escassos recursos impedem que a mobilidade vá além das necessidades de obtenção de renda.

Com efeito, pensar em um modelo de mobilidade ideal, segundo o qual os moradores da cidade acessam a todos os espaços da cidade, é ignorar o conjunto de fatores que influenciam nessa mobilidade, que se colocam para muito além do acesso ou não aos meios de transporte, muito embora este seja o fator preponderante, pois é a partir de sua disponibilidade que a mobilidade ocorre. Utilizar bens e serviços disponíveis na área de moradia e em seu entorno imediato é uma tendência. A relação de proximidade e de familiaridade com o local são fatores importantes. Em contrapartida, a oferta de serviços de melhor qualidade, maior variedade de comércio e a presença diversificada e atraente de equipamentos culturais e de lazer, podem ser fatores que influenciem a mobilidade espacial para além daquela associada ao trajeto casa-trabalho. Neste caso, moradores de áreas menos providas destes atrativos tenderiam a buscar acessá-los com maior freqüência em outras áreas.

Outro componente importante dessa dinâmica diz respeito à relação entre distância dos deslocamentos e expansão da malha urbana. A Zona Oeste carioca caracteriza-se como uma zona de expansão urbana associada a espaços da pobreza, com grande número de aglomerações irregulares e ilegais. Nesta área da cidade, é grande a precariedade de serviços e equipamentos públicos e privados, fruto de um processo segregatório originário nos anos 60, impulsionado pelo Estado, em uma clara política de consolidação e valorização imobiliária da Zona Sul (VALLADARES, 1981; ABREU, 1988) e marcado por um déficit histórico de investimentos públicos e privados.

A conformação da segregação sócio-espacial na cidade, desta maneira, fez com que os moradores das áreas menos providas de serviços e equipamentos públicos, circunscrevessem seu cotidiano a precariedade das condições de vida, fato que consumou uma cultura de uso e apropriação da cidade um tanto particular, e ajudou a configurar a formação de sub-culturas territorializadas, onde as práticas sociais, econômicas e culturais são permeadas pelas possibilidades existentes, o que, neste caso, circunscrevemse aos limites da própria presença do Poder Público e da iniciativa privada. Na

Zona Sul, em contrapartida, a existência de uma ampla gama de serviços e equipamentos permitiu que se estabelecesse outra cultura de uso e apropriação da cidade, onde o acesso a esses bens fortaleceu a idéia do público. Fato ilustrativo é a questão do lixo nas ruas. A incidência desse tipo de problema na Zona Sul é menor do que nas áreas menos abastadas da cidade. O sentimento de zelo pelo público parece fazer mais sentido nas áreas onde seu uso e apropriação atravessa a idéia de que por ser público é de todos, e por ser de todos, deve ser cuidado. A precariedade com que o Estado intervém nas áreas menos abastadas e a dificuldade de se estabelecer uma relação de zelo pelo que é público, se expressa com o lixo nas ruas, que neste caso, "não são de ninguém". Por esta mesma razão, observa-se um nível de apropriação privada muito grande dos espacos coletivos nas áreas segregadas da cidade. onde a ausência do Estado é permissiva de práticas privatizantes, como por exemplo, a ocupação de calcadas pelo comércio – algo que não é exclusivo das favelas, mas que pelas condições sócio-políticas específicas destas áreas torna-se extremamente predatório e com poucas chances de reversibilidade. 108

Partindo desse ponto de vista, chegamos à conclusão de que quem mais precisa se mover na cidade é quem menos tem acesso aos meios necessários. Moradores do eixo Zona Sul dispõem de uma grande variedade de atrativos em sua área de moradia e seu entorno imediato. Acessam com facilidade os meios de transporte, dispõe de renda e possuem a cultura do uso e apropriação destes atrativos. Por outro lado, moradores do eixo Zona Norte-Oeste não dispõem de acesso facilitado aos meios de transporte e não possuem uma cultura do uso e apropriação daqueles equipamentos e serviços disponíveis na área mais bem provida da cidade.

Mas mesmo para aqueles que vivem em áreas segregadas e dispõem de recursos necessários ao transporte para atividades não ligadas ao trabalho, existe uma grande restrição à mobilidade provocada pela violência e por constrangimentos sócio-espaciais.

A situação real de violência nas áreas segregadas e estigmatizadas da cidade é marcada pela presença de grupos criminosos armados

Há ainda que se lembrar da influência que os grupos criminosos armados impõem na ordenação do espaço das áreas por eles territorializadas, como revelam SOUZA (2000a e 2002) e VALLE (2005).

territorializados e pela ação violenta das forças policiais. Ambos atuam na restrição da mobilidade na medida em que por um lado, estabelecem regras próprias, tais como pedágios, toques de recolher, lei do silêncio, demarcação de fronteiras e abordagens de suspeição. Por outro lado, quando utilizam a força armada como instrumento de domínio territorial e enfrentamento mútuo, produzem cenários de "guerra" que interferem no funcionamento das instituições e na livre circulação pelas vias públicas.¹⁰⁹

As disputas de território por facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas no Rio tem levado ao fechamento cada vez maior das favelas em relação ao seu entorno e, especialmente, a outras favelas consideradas "inimigas" (SOUZA, 1994b, 1996b, 2000, 2006a, 2006b, 2008). Jovens, em particular, temem sair de suas áreas de moradia porque podem ser identificados como "alemães" - termo utilizado pelos traficantes para designar membros de grupos rivais. No entanto, esta situação não se aplica apelas àqueles que atuam no mundo do crime: ela se estende para todos aqueles que vivem nas favelas dominadas pelo tráfico, que são demarcadas e identificadas pela facções ali presentes. O processo de territorialização, com efeito, não se limita apenas ao uso de armas, mas a um conjunto de demarcações simbólicas tais como a pintura das iniciais do grupo (CV - Comando Vermelho, TC -Terceiro Comando, ADA - Amigo dos Amigos) como também a proibição do uso de cores identificadas com grupos rivais (vermelho para o Comando Vermelho, verde para o Terceiro Comando). Essa demarcação simbólica também se aplica aos presídios e unidades de cumprimento de medida sócioeducativa: detentos são distribuídos em celas e galerias de acordo com sua facção, mesmo para aqueles não ligados a estas. Os presos são considerados "alemães" por serem apenas moradores de áreas "inimigas" e por esta razão, as autoridades penitenciárias, embora não assumam explicitamente esta prática, se utilizam dessas divisões como premissa na organização interna dos presos, evitando, com isso, incidência de homicídios e rebeliões provocadas por brigas entre presos. Além disso, identificam nas facções possibilidade de negociação centralizada quando necessário.

¹⁰⁹ Em 2007, por exemplo, durante os meses de maio e junho, cerca de 5.000 crianças e adolescentes ficaram sem escola durante mais de um mês em função de uma operação policial no Complexo do Alemão. Houve um remanejamento dos alunos para uma escola no bairro da Penha, porém, apenas com 2 horas de aulas. Crianças ficaram sem creche durante todo o período.

A abordagem policial, por sua vez, também restringe a mobilidade, já que é operada a partir da criminalização dos moradores de favelas, utilizandose de abordagens de suspeição que geralmente culminam em espancamentos, humilhação e, em algumas situações, em "rapto" e ameaça de entrega da vítima a uma favela "inimiga" em troca de um resgate que deve ser prontamente providenciado pela família. Com efeito, pelo fato dessas abordagens ocorrerem na maior parte das vezes à noite, quando a atividade é menos visível e, portanto, mais discreta, moradores limitam seus horários de chegada do trabalho ou escola. Igualmente, costumam andar com documentos que comprovem sua idoneidade, geralmente atribuída a vínculo empregatício ou escolar. A polícia também costuma fazer incursões violentas às favelas, com grande uso de armas e, mais recentemente, com o uso de um veículo blindado apelidado de "caveirão" 110, fruto de uma concepção de política de combate ao crime focada no enfrentamento bélico. Essa abordagem produz grande troca de tiros e expõe os moradores ao risco de balas perdidas, além dos efeitos psicológicos negativos, associados à situação em si, bastante freqüente na maior parte das favelas cariocas, e ao fato dos policiais não se importarem muito se o alvo é um criminoso ou não, e também ao fato da polícia não ser uma instituição confiável na opinião dos moradores. Some-se a isso o auto-falante do "caveirão" que reproduz sistematicamente a frase "eu vou roubar a sua alma".

Por fim, a existência de constrangimentos sócio-espaciais ligados à estética, a receptividade e a subjetividade que marca a relação de moradores de uma área da cidade em relação a outras, em particular tratando-se de moradores cuja imagem na cidade é bastante estigmatizada, o que faz com que não se sintam à vontade em freqüentar certos lugares e ambientes. É um fato muito comum entre moradores mais jovens das favelas e áreas pobres mais distantes nunca terem ido ao centro da cidade ou ainda, em uma situação mais radical, jamais terem saído do raio de alcance, a pé ou de bicicleta, da própria área de moradia. Sua idealização como criminoso pela sociedade, baseada em critérios de cor, classe social e local de moradia são preponderantes no limite de sua mobilidade. Como afirma ASSIS (2005),

¹¹⁰ O termo "caveirão" é atribuído ao emblema do BOPE (Batalhão de Operações Especiais), que constitui de uma caveira com uma faca cravada no topo do crânio.

"ser identificado como bandido ou marginal colocam estes jovens de baixa renda em uma situação de vulnerabilidade quanto aos perigos da cidade. Neste caso, as possibilidades de constrangimento provocadas pela sua aparência, seu modo de vestir, de falar, seu estilo de vida, etc., limitam os horários e os locais por onde estes jovens possam circular tranquilamente, sem correrem o risco de serem abordados injustamente por policiais ou seguranças de shopping, lojas, boates, por exemplo, ou de perceberem que sua presença em determinados locais provoca incômodo, medo e insegurança em outros habitantes da cidade" (ASSIS, 2005: 96).

Desta maneira, praças públicas, shoppings centers e outras áreas da Zona Sul, tendem a ser frequentadas por grupos sociais que expressam uma estética e comportamento tipicamente de classe média, fato esse que demarca territórios, instituindo formas de uso e apropriação espelhadas em suas referências de grupo social. Essa situação, por si só, constrange pessoas de outros grupos sociais, que não se sentem à vontade pelo fato de não se sentirem pertencentes ou não se identificarem com aquelas áreas (ou melhor, com o que é feito e expressado e por quem são freqüentadas aquelas áreas). Mas também diz respeito à imposição de olhares e preconceitos por parte daqueles que ali estão, produzindo sentimentos de vergonha, não aceitação e de repulsa por parte daqueles que "não são dali". É a partir dessas manifestações, de caráter comportamental e estético, que os grupos definem fronteiras simbólicas, que constrangem e que impõem limites ao uso e apropriação dos espaços da cidade por todos os seus cidadãos. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, estas interferem diretamente na composição das diferenças, que são também formas de expressão de classe e de imposição de valores culturais e estéticos e de práticas sociais.

Isso constitui outro fator "imobilizador" da segregação no Rio de Janeiro. Moradores de áreas "isoladas e distantes" podem dispor de recursos para se deslocarem pela cidade, mas podem não dispor de auto-estima suficiente para acessar espaços que tendem a ter como público mais freqüente outro grupo social que não seja o seu. Neste sentido, estas pessoas podem freqüentar outros espaços ditos "populares" da cidade, incluindo outras favelas ou áreas de cultura popular, como a "feira dos nordestinos", no bairro de São Cristóvão, mas dificilmente acessarão espaços como museus ou centros de comércio que são freqüentados pela classe média. Evidente que existe o componente da

identificação e do interesse, que independe da questão da estigmatização. Contudo, mesmo esses componentes podem ser influenciados pela estigmatização, na medida em que ela estabelece parâmetros de ordem simbólica que definem para o indivíduo um "lugar" na cidade. Esses *espaços de constrangimento*, que são aqueles espaços demarcados simbolicamente por práticas, valores e estéticas de um dado grupo social, constrangem outros grupos a acessá-los. Assim é possível entender para além da identidade e do interesse, porque um espaço como o shopping Rio Sul não seja freqüentado por pessoas de origem popular. O constrangimento inibe o acesso e se sobrepõe a qualquer outro fator anterior a ele, seja o desejo, a identidade ou a necessidade. Ao se sentir constrangido, o indivíduo vai evitar freqüentar certos lugares, na medida em que entenderá que "aquilo não é para ele".

Com efeito, a segregação no Rio de Janeiro parece ter incorporado este elemento do constrangimento como um mecanismo a mais de afastamento dos grupos sociais indesejados. Se retomarmos a história da construção de uma "civilização brasileira", veremos que a presença marcante dos grupos subalternos na vida dos setores abastados da sociedade, cujo exemplo mais clássico talvez seja a relação entre casa grande e senzala, tornou necessária a adoção, por parte desses últimos, de mecanismos de constrangimento, de afastamento social, de separação e de definição dos lugares sociais, já que era impossível, dentro do modelo econômico, produtivo e especialmente de reprodução familiar (a vida doméstica), viver isolado dos subalternos. Recursos simbólicos, baseados na representação social do outro, foram, portanto fundamentais para que se mantivesse uma ordem possível. Em que pese o fato do espaço de convivência se sobrepor em muitas situações, como na casa, na fábrica, nas ruas, estes recursos simbólicos demarcaram o espaço de convivência, e condicionaram a própria estruturação dos processos de segregação que, ao longo do tempo, pela possibilidade do transporte de massa, afastaram gradativamente os pobres da convivência imediata com os ricos. Talvez somente assim nos seja possível entender a "cordialidade" de que nos fala Sergio Buarque de HOLANDA (2005) e, por outro lado, os "elevadores

de serviço"¹¹¹ que demarcam as fronteiras físicas e simbólicas na convivência entre os setores populares e os setores mais abastados no Brasil.

Assim, se a segregação no Brasil e em particular no Rio de Janeiro é alimentada por um conjunto de mecanismos de contenção social de ordem simbólica, corpórea, política e civilizacional, que se manifestam através do que podemos tratar como mecanismos de distinção e de constrangimento, que funcionam instrumentos de segregação ou, de maneira mais precisa, de controle e contenção sócio-espacial. Nas favelas do Rio de Janeiro esses mecanismos se expressam no paternalismo e na educação civilizadora, decorrentes de uma "ordem civilizacional"; no clientelismo e na política da bica d'água, efeitos de uma "ordem política"; no sanitarismo, no urbanismo e no policiamento, revelados em uma "ordem corpórea"; e na estigmatização, homogeneização e representações sociais, resultado de uma "ordem simbólica".

A esse respeito, é importante considerar, conforme BOURDIEU (1995: 11), que

"os 'sistemas simbólicos' cumprem a função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados".

Nestes termos, uma análise do desenvolvimento histórico e geográfico da relação entre a favela e outras partes da cidade no Rio de Janeiro é indispensável para que possamos compreender a especificidade do processo de segregação nesta cidade bem como os mecanismos simbólicos utilizados como forma de isolamento, afastamento, constrangimento e distinção no espaço urbano. A apreensão deste processo à luz das representações sociais

¹¹¹ No Brasil, convencionou-se entre os funcionários dos edifícios residenciais, em particular empregadas domésticas e prestadores de serviços, o uso do "elevador de serviço" como um lugar socialmente destinado a estes grupos. Embora não exista uma imposição explícita, havendo inclusive uma legislação que proíbe a discriminação no uso dos elevadores, essa relação de imposição simbólica de destinação do "elevador social" aos proprietários e visitantes do mesmo grupo social, e do "elevador de serviço" para pessoas de condição social inferior é um tanto reveladora dessas permissividades e adequações típicas da cordialidade nas relações sociais. Os pobres "sabem" do seu lugar e os ricos, sem serem explícitos, impõem uma ordenação simbólica que permite essa leitura pelo outro.

das favelas e seus moradores, e seus reflexos práticos nas relações estabelecidas, especialmente pelo poder público e organizações assistencialistas, revela que o "mito da marginalidade" resulta de um processo historicamente construído, de bases fundamentadas em torno de um projeto de classe e da necessidade de distinção dos grupos sociais na cidade. Como ficou demonstrado no capítulo 1, esse processo de repressão e controle se deu ao longo da história das favelas tendo como referência a construção de representações sociais negativas e estigmatizantes sobre esses espaços e seus moradores.

Acredito que o direito à cidade, na sua concepção mais ampla, deve ter como pressuposto o "direito à mobilidade" visto que se trata, hoje, de um cenário marcado pela baixa mobilidade espacial, onde moradores de favelas têm dificuldades de ordem material e especialmente simbólica de se apropriarem e usarem a cidade e, com isso, terem acesso a direitos como cultura, educação e saúde. Não acredito que as favelas devam ser todas elas, dotadas de todos os equipamentos públicos possíveis, mesmo porque defendo uma perspectiva integradora e "dessegregadora" 12 das favelas na cidade. Na maior parte das vezes, mesmo por uma questão de cálculo econômico, a distribuição dos bens, por mais equilibrada que seja, pressupõe o acesso a estes, algo que, em geral, não ocorre, seja porque são distantes, ou porque obstáculos à mobilidade espacial, como a estigmatização, impedem que moradores de áreas distintas da cidade tenham acesso, movimento que, na pior das hipóteses, poderia, ao menos, diminuir a desigualdade da distribuição destes equipamentos na cidade através de sua acessibilidade. Se por um processo histórico, cultural e econômico, determinados equipamentos públicos tenderam a se concentrar em determinadas áreas da cidade, o fato de se lutar por sua melhor distribuição pela cidade, com a construção de novos equipamentos nas áreas desprovidas não resolveria de todo o problema. Somente no momento em que os moradores da cidade tiverem condições plenas de se apropriarem da cidade como um todo, e viver a experiência

¹¹² A "dessegregação" (desegregation), como sustenta MARCUSE (2004: 25a), consiste na "eliminação de barreiras à livre movimentação de residentes de um gueto", o que sugere que instituições segregadas (QAADER, 2004) sejam gradativamente substituídas por instituições que promovam a circulação pela cidade, processo esse que deve estar articulado a um conjunto de medidas que contribuam para uma verdadeira integração das favelas à cidade o que inclui, em particular, seu reconhecimento jurídico e simbólico como parte constituinte da cidade.

urbana em sua totalidade, é que efetivamente uma política de equidade social estará sendo desenvolvida (o que deverá incluir, evidentemente, uma participação política mais ampla e direta). Isso, evidentemente, não anula as melhorias necessárias e legítimas, nas áreas precárias, mas provocará uma verdadeira revolução urbana na medida em que o cidadão será um "cidadão da cidade", e não mais um cidadão do bairro ou da favela. Contudo, os efeitos perversos que permeiam a vida de relações na cidade ainda constituem um obstáculo de grandes proporções a ser enfrentado.

Neste contexto, é importante também considerar que os processos culturais resultantes de uma cultura globalizada impõe uma dissolição cada vez maior da cultura da "cordialidade", que vai sendo suplantada por uma cultura da distância, da indiferença, do individualismo e do hedonismo, algo que remete ao estilo de vida propagado pelos meios de comunicação, pelos estilos de consumo da classe média, pelas novelas e seriados, que "americanizam" e "europeízam" as relações sociais. Um exemplo pode ser tirado da relação entre comerciantes e fregueses, que passa a uma relação entre "empresários" e "consultores de vendas" e "clientes". A dimensão do consumo pode ser um caminho interessantíssimo para ilustrar essa suplantação da cordialidade. As oficinas mecânicas, por exemplo, gradativamente deixam de ser um ambiente marcado por relações jocosas e que requerem proximidade e "cordialidade" em nome de relações fundadas em um "padrão internacional", trazidas por empresas que têm em clientes de classe média seu público preferencial.

Para tornar a análise mais complexa, observa-se que em bairros como Copacabana, esse tipo de relação "cordial" ainda se mantém, de maneira a preservar alguns traços da cultura de relações no Brasil. No entanto, na Barra da Tijuca, onde se constrói o "novo eldorado urbano" (LEITÃO, 1999), um novo padrão de relacionamento se configura, e se dissemina para novos empreendimentos, mesmo em bairros como Botafogo: novos serviços dispensam a necessidade de se contratar uma empregada doméstica, cujos serviços passam ser oferecidos por uma empresa que terceiriza esse tipo de mão-de-obra. Aqui, a relação de confiança pessoal é substituída por uma relação contratual entre empresa e cliente, e a figura típica da empregada

113 Não se trata, evidentemente, de uma regra geral, mas de uma tendência observada nos últimos anos.

como "membro da família" se dilui cada vez mais. 114 Também em empreendimentos fora da Barra, se observa a incorporação de novos estilos de moradia, como por exemplo, mini salas de cinema, "espaço gourmet" e academia de ginástica dentro do prédio, conferindo "conforto e segurança" aos seus moradores que não precisam se expor às ruas mais do que o estritamente necessário. Configura-se, neste caso, o agravamento da segregação, que deve ser apreendida em um quadro mais amplo, de expansão do setor imobiliário pós-BNH, e que cresce a reboque da produção de um novo estilo de moradia, que remete a um novo estilo de vida e a relações "fora do lugar" dentro daquilo que observamos quanto à "cordialidade" no Brasil.

Os novos estilos de consumo e comportamento e a instauração de novas relações interpessoais e de classe trazidos por estes modelos apontam um "estilo de ser" em que aqueles elementos típicos de uma dada "brasilidade" (cordialidade, "jeitinho") estão cada vez mais distantes de suas raízes, sendo esta tratada e relacionada no contexto de uma "cultura global". O que vem sendo "naturalizado" no processo de incorporação exógena, que suplanta o ser "brasileiro" em nome de um "ser globalizado", ou pelo menos, inserido em um padrão de consumo e comportamento distante daquilo que construímos como Brasil? Existe uma cultura ou um comportamento genuinamente Brasileiro? As elites sempre buscaram se distanciar do que é "brasileiro", mas percebo que no momento, esse distanciamento não é apenas no campo simbólico, mas também no campo prático: seus espaços de moradia e de relacionamento são cada vez mais simulacros de um outro mundo, avesso ao "Brasil", e que encontram na Barra da Tijuca um grande laboratório. Lá é um "outro mundo". Não existe padaria, como nos bairros mais populares, ou o botequim. Existe uma cultura dos "barzinhos", das padarias sofisticadas, onde se encontra artigos inimagináveis na padaria do seu Joaquim. Ali, parece que se institui uma cultura da impessoalidade e do anonimato cada vez maior.

_

Não que este fato, necessariamente, seja positivo ou negativo. Não estou aqui fazendo nenhum julgamento dos benefícios de uma relação mais "intima", como sugeriria o modelo de relações herdado da casa grande e senzala. Pelo contrário, a idéia de um funcionário como "membro da família" institui uma relação cujo direto do trabalhador se dilui frente a uma relação marcada por valorações que extrapolam o o contexto da relação patrão e empregado, e o direito, neste caso, passa a ser substituído pela idéia de "favor" e "bondade": "minha patroa é muito boa para mim", "meu patrão é muito correto. Assina minha carteira de trabalho"...

Com isso, esses novos estilos e padrões vão configurando, aos poucos, mecanismos de distinção e constrangimento, que delimitam, com clareza cada vez maior, os lugares sociais na cidade. Uma barreira simbólica, baseada no constrangimento, se erque na cidade, definindo espaços que apesar de acesso público, são cada vez mais "puristas" e exclusivos no seu acesso e consumo por determinados setores. Isso também reforça um movimento inverso, de teor semelhando, que é o "fechamento" de outros espaços, desta vez, voltados para os pobres da cidade, que vão se definindo, com o processo, como algo cada vez mais singular, como "cultura popular", reforçando os processos distintivos na cidade. De qualquer forma, se por um lado essas manifestações são formas de afirmação de um grupo, de constituição de identidade, por outro, elas não permitem um diálogo e a construção de uma cultura urbana, baseada no confronto de idéias, no "choque cultural", mas sim na afirmação de "tribos" cada vez mais fechadas, avessas ao outro, em um movimento que, apesar de reativo (ou não), é tão prejudicial quanto àquele observado na Barra da Tijuca e adjacências de mesmo padrão sociocultural e espacial.

É importante também termos em mente que o processo redemocratização, em que pese o avanço em termos de conquistas políticas e sociais, de melhoria das condições de vida dos mais pobres, também revelou uma postura reversa dos setores dominantes. O estudo de CALDEIRA (2000) revelou que os setores dominantes passaram a se incomodar com a conquista de direitos pelos mais pobres - que na sua opinião não deveriam ser portadores de direitos, mas sim portadores de necessidades, de auxílio e assistência, configurando desta maneira as práticas assistencialistas e o discurso da ausência e da carência. Incomoda-se também com o acesso cada vez maior a um mercado de consumo até então restrito e exclusivista. Cria-se, desta maneira, um cenário propício para o fortalecimento das práticas distintivas e de constrangimento, como meio de reafirmação do lugar subalterno dos pobres na sociedade brasileira. Assim, observam-se algumas importantes tendências nos anos 80 que nos ajudam a identificar traços do comportamento auto-segregacionista, distintivo e constrangedor na cidade, tais como o acesso a bens de consumo mais exclusivos, com valor simbólico agregado, como lojas de grifes caras ou importados; a criação de espaços de consumo para os ricos e membros da classe média, que conferiram exclusividade, "sofisticação" e uma estética própria ao modo de consumir; e a criação de espaços de moradia exclusivistas, que reforçaram a demarcação de territórios na cidade, contribuindo sobremaneira para a fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial da cidade.

3.4. O medo e a seletividade espacial

O medo produz seletividade espacial. A definição de critérios sobre a segurança de uma área atravessa um conjunto de fatores, que vão de fatos concretos a suposições baseadas em falsas prerrogativas, porém alimentadas fortemente por um conjunto de referências que ajudam a sustentar o sentimento de medo e insegurança.

TUAN (2005) argumenta que o medo conforma "paisagens do medo" que expressam as forças do caos, naturais e humanas. Toda construção humana, de ordem mental ou material, é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos" (TUAN, 2005: 12). Além das mitologias, contos infantis e sistemas filosóficos, e ainda os sistemas religiosos, que foram criados com o objetivo de ordenar o mundo e, por conseguinte, controlar o caos, existem ainda materialidades produzidas e construídas com o mesmo objetivo: "de modo geral, todas as fronteiras construídas pelo homem na superfície terrestre – cerca viva no jardim, muralha na cidade, ou proteção do radar – são uma tentativa de manter controladas as forças hostis. As fronteiras estão em todos os lugares porque as ameaças estão em toda parte: o cachorro do vizinho, as crianças com sapatos enlameados, estranhos, loucos, exércitos estrangeiros, doenças, vento, chuva." (TUAN, 2005: 12-13).

Pode-se dizer, com isso, que o medo impulsiona a produção simbólica e material que visa conferir ordem ao caos do mundo. Estabelecer regras, normas e limites, sejam eles de ordem simbólica ou material, permite o controle das ameaças. Ora, se essas ameaças são o *outro*, é certo dizer que para seu controle e contenção sócio-espacial têm sido criados ao longo da história inúmeros mecanismos com esse fim. Com efeito, o desejo por uma ordem

urbana, onde se pudesse instaurar o controle das coisas e das pessoas, das doenças e de suas supostas causas, é o que orientará o conjunto de reformas urbanas delineadas na Europa a partir do século XIX e no Brasil na virada do século XX, conforme ilustrado no capítulo 1. Todavia, a busca por uma ordem social harmônica, a partir da estruturação arquitetônica da cidade e de sua ordenação social, não é uma exclusividade dessa época. Pelo contrário, constitui um anseio da humanidade desde que as primeiras cidades foram criadas (TUAN, 2005). A construção de muralhas, a sacralização dos espaços, a proibição do acesso a determinadas áreas e o toque de recolher, são exemplos de métodos adotados visando o controle e contenção sócio-espacial a partir da ordenação do espaço urbano.

Com efeito, a categorização dos espaços da cidade entre "lugares seguros" e "lugares violentos" possui um corte principal e inevitável do ponto de vista de sua representação social: qualquer lugar que seja uma favela é tomado como lugar violento. Áreas não favelizadas, a princípio, são áreas não violentas. A representação de onde é violento ou não remete à própria representação da favela no imaginário social da cidade. Por esta razão, inclusive, tem sido comum o argumento de que nas favelas a polícia pode (e deve) atuar de maneira diferenciada, haja vista que a violência que os caracteriza justifica o uso massivo de armamento pesado e de táticas de guerra.

Nas favelas e outras áreas segregadas, que historicamente estiveram associados à violência, à malandragem e à vadiagem, os discursos atuais, centrados na criminalização cada vez maior da pobreza, recaem com uma força capaz de estigmatizar seus moradores — especialmente os mais jovens -, e induzir uma série de disparidades que os colocam em desvantagem no contexto social da vida urbana. A associação direta entre pobreza e violência, que vem alimentando os discursos sobre o crime no Brasil, e mais especificamente, a associação entre favela e violência, são partes de uma ordem discursiva interessada em tornar as favelas e seus moradores os responsáveis diretos pela desordem urbana, em particular aquela associada à violência e todas as suas conseqüências, reproduzindo esquemas históricos da sociedade brasileira focados na culpabilização dos pobres pelos problemas

sociais e pela idéia do parasitismo social, segundo o qual a pobreza não produz riquezas e ainda as suga do Estado.

Essa geografia da violência revela-se a partir de um traço distintivo, uma "marca espacial" que representa uma "paisagem do medo" (TUAN, 2005), definida pelo visível — o contraste com o restante da cidade -, e pelo simbólico — em função das representações negativas que a demarcam no imaginário coletivo da cidade. Trata-se de um estigma, de uma identidade imposta, generalizante, sustentada na "fala do crime" (CALDEIRA, 2000), que apresenta o favelado como um criminoso em potencial, ou ainda como uma ameaça ao modo de vida dos setores dominantes, cada vez mais incomodados com a "invasão" de suas praias e ruas e com a ameaça ao seu modo de vida. Essa identidade forjada, sintetizada na figura do favelado, nos parece ser o elemento-chave para entendermos a própria relação desses espaços com o restante da cidade e o conjunto de relações que foram se tecendo ao longo dos anos. Não é para tanto que o termo favela adquiriu sentido pejorativo, e ao fato de que a grande maioria dos moradores de favelas e áreas periféricas carregar consigo a baixa auto-estima alimentada pelo estigma que lhes recai.

3.5. O medo e a imposição de barreiras físicas e simbólicas

A restrição dos acessos é um dado de uma realidade marcada pelo isolamento corpóreo como forma de proteção. Este isolamento, todavia, não constitui uma atitude referente apenas a construção de modelos de moradia

Ou ainda, arriscaríamos, uma "identidade territorial imposta de fora", embora talvez seja demasiado exagero tratar essa marca espacial como uma identidade territorial. Para HAESBAERT (1996; 1997), a identidade territorial se define a partir da apropriação simbólica e cultural de uma parcela do espaço por um indivíduo ou grupo. Em que pese o sentido atribuído ao território por um indivíduo ou grupo, considere-se que a identidade territorial imposta de fora, no sentido que aqui colocamos, constitui um processo de distinção dos indivíduos e grupos a partir de um recorte espacial e de toda a carga de elementos simbólicos e culturais que ele carrega. Com isso, nossa idéia situa-se nos termos da construção de uma imagem estereotipada do outro. No trabalho de HAESBAERT (1996; 1997), isso se coloca na idéia de "baiano" construída pelos gaúchos no oeste baiano como forma de afirmação de uma identidade territorial gaúcha em detrimento do outro. Em todo caso, é com base na referência do espaço de moradia que os pobres da cidade são tomados, e isso, por si só, nos permite arriscar o uso do termo "identidade territorial imposta de fora". Esta compreensão remete à idéia de "estigma territorial" desenvolvido pelo sociólogo Loïc Wacquant (2001). Cabe considerar, como explicaremos mais à frente, na seção 4 (revisão teórico-conceitual), que Wacquant utiliza-se do conceito de território indiscriminadamente. Desta forma, apesar de concordarmos com a idéia do autor, consideramos conceitualmente correto o uso do termo "estigma sócio-espacial", que passaremos a adotar.

focados na dimensão do conforto e da segurança, mas também ao desejo de se manter sob controle o acesso de grupos indesejados em áreas que assumem um caráter exclusivista na cidade. Trata-se de mecanismos produtores de fronteiras entre o que é considerado normal e aceitável dentro dos padrões estabelecidos pelo modelo de sociedade vivenciado pelos setores mais abastados e o que é identificado como desviante, imperfeito e marginal (SIBLEY, 1995). Com efeito, aqueles que não se enquadram nos padrões de normalidade vigentes são considerados suspeitos, sendo portanto sujeitos a processos estigmatizantes e excludentes (TEIXEIRA, 1992).

A tentativa de restabelecimento de uma ordem, de um maior nível de controle sobre a imprevisibilidade e a restauração da segurança ontológica são as bases constitutivas dos espaços de moradia que visam oferecer aos seus moradores a sensação de segurança em meio a uma cidade supostamente marcada pela violência e o caos. A utilização de equipamentos de segurança, como câmeras, grades, cercas e toda ordem de parafernálias que possam transformar as residências em ambientes mais seguros, estendendo-se muito especialmente, a modelos de habitação focados na segurança, onde os condomínios exclusivos constituem o melhor exemplo, também encontram lugar em outras formas espaciais semelhantes, tais como ruas fechadas, prédios com sistemas de segurança sofisticados e contratação de serviços de segurança, muitos dos quais ilegais em logradouro público.

Esse fenômeno vem se refletindo em um processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade (SOUZA, 2000), de agravamento da segregação residencial (SCHIMDT, 1997), de acirramento da estigmatização sócio-espacial (CAMPOS, 2006) e na conformação de constrangimentos sócio-espaciais, que no meu entender constitui o conjunto de mecanismos de ordem simbólica que inibem e cerceiam a acessibilidade a determinados lugares na cidade. Estes processos são observáveis, de um lado, entre os setores mais abastados, pela produção de espaços auto-segregados e de proteção contra os pobres (identificados como fator de ameaça), como condomínios exclusivos e *shopping centers*, além de circuitos de mobilidade afetados pela sensação de insegurança (trajetos restritos, carros blindados e conformação de serviços e

espaços de trabalho e lazer em áreas seguras, configurando um processo de totalização da *gated communities* [MARCUSE, 1997a; 1997b]).

De outro lado, no que tange aos setores mais vulneráveis e estigmatizados, esse fenômeno se caracteriza por uma limitação cada vez maior de mobilidade e acessibilidade a espaços da cidade, em particular os jovens que enfrentam mais na pele o processo de estigmatização e criminalização da pobreza; processo histórico cuja forma mais recente tem produzido efeitos sócio-espaciais ligados ao isolamento cada vez maior dos espaços de moradia dos pobres em relação ao resto da cidade, bem como o aumento do preconceito. Com efeito, jovens têm dificuldade de sair de suas áreas de moradia por temerem processos de estigmatização e preconceito na cidade, especialmente praticados por policiais. Isso vem se refletindo na restrição (de já limitadas) possibilidades, tais como oportunidades de trabalho e mesmo escolarização, como demonstrarei no capítulo seis. Em contrapartida, tem sido cada vez maior a incorporação de certos modelos elaborados pelos setores dominantes em função do discurso da insegurança, que re-significam as relações espaciais nas favelas, instituindo novas hierarquias e fragmentações.

Esses processos ganham força na medida em que uma dimensão específica da violência, a letalidade, se apresenta para a cidade como um de seus maiores problemas. Não se trata apenas dos assaltos armados, das balas perdidas, da população de rua, mas de uma dimensão radical da violência que interfere na percepção da cidade e na elaboração de uma representação social sobre o outro, neste caso, aquele "tipo ideal" elaborado em torno da imagem do criminoso. Embora a letalidade se manifeste de maneira bem desigual na cidade, como demonstramos no início deste capítulo, ela implica no reforço de reações ligadas ao preconceito e ao escapismo das elites. Assim, se por um lado esses grupos buscam se proteger da letalidade, com carros blindados, por exemplo, como se essa dimensão da violência fosse uma ameaça ao seu grupo social e espaços de circulação (o que não se observa nos dados), por outro, essa "defesa da vida" se manifesta em uma dimensão individual,

centrada na família e não como princípio a ser defendido na sociedade. 116 Com isso, o processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade se radicaliza, na medida em que o valor da vida adquire peso diferente na cidade, o que significa dizer, em outras palavras, que as favelas são vistas e aceitas como lugar da violência, e bom seria, na visão dos setores mais conservadores, se essa violência se restringisse a elas. O espraiamento da violência pela cidade, contudo, para além das "ladeiras" e "barracos" das favelas, é o que mais assusta a sociedade, provocando reações que justificam a fragmentação da cidade reforçada pela indiferença cada vez maior quanto aos efeitos da violência contra os pobres. O escapismo, o preconceito, a estigmatização e a reprodução de práticas violentas e de controle e contenção sócio-espacial praticadas pelas forças de segurança, na tentativa de se criar um "cordão sanitário" 117 sócio-espacial na cidade constituem, a meu ver, as bases de reprodução do acirramento das disparidades sociais, da fragmentação da cidade e da dissolução da esfera pública (CALDEIRA, 2003), ou, nas palavras de SOUZA (2008: 84), uma "anemia da esfera pública", que assinala "... o encolhimento de margens de manobra, a deterioração da

"naturalmente" violento, de outro, tendem a culpar as famílias por não cuidarem de seus filhos.

¹¹⁶ A esse respeito, caberia um aprofundamento futuro sobre os mecanismos de sedução e de indução, construídos socialmente e reforçados em particular por instituições produtoras de discursos e de uma moralidade, tais como a Igreja e a televisão, sobre o valor da família e sua sacralidade. No meu entender, em uma reflexão livre, acredito que exista um discurso centrado na defesa da família que à primeira vista parece saudável mas que esconde nuances fortemente conservadoras, a começar pelo discurso da família desestruturada, muito comumente aplicado a famílias pobres, até mesmo como forma de justificativa para atos criminosos cometidos por jovens pobres. Ao mesmo tempo, a idéia de preservação e proteção da família impõe um padrão de consumo, comportamento e atitudes centrado na preocupação com o futuro, necessidade de investimentos de longo prazo, oferecimento "do melhor" para os filhos, e isolamento destes de más companhias. Neste caso, o modelo de condomínios exclusivos concorre para fazer dessa defesa da família uma manifestação materializada no espaço: os condomínios são apresentados com ambientes seguros, onde se pode crias os filhos com segurança. Além disso, favorecem uma homogeneidade social que contribui para o afastamento de más companhias (leiam-se, pessoas desconhecidas, de outro grupo social, etc.). Por outro lado, o modo de vida desenvolvido nos condomínios, não permite que as pessoas tenham contato com outros grupos sociais, com outras expressões materiais e imateriais na cidade, contribuindo para a formação de uma geração avessa e indiferente aos problemas da cidade, cujo resultado é o agravamento dos problemas urbanos, a começar pela segmentação e segregação sócio-espacial. É neste sentido que busco entender a indiferença da classe média para com as mortes nas favelas. Por um lado, situam as vítimas em um cenário

¹¹⁷ Reforçam este sentimento, especialmente em se tratando de um contexto sócio-político democrático, declarações recentes como as do coronel da polícia militar, Marcus Jardim, após operação na Vila Cruzeiro, que deixara nove supostos traficantes mortos, de que a polícia é o melhor "inseticida social" (publicado em: *O Globo*, 16/04/2008) ou ainda a do próprio governador do Estado, que afirmou que a Rocinha (e outras favelas, em geral) são "uma fábrica de produzir violência". Declaração feita em entrevista ao site G1 referindo-se ao número de filhos que as mulheres têm nas favelas, comparando a Rocinha ao "padrão Zâmbia e Gabão": "Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal" (publicado em: *O Globo*, 24/10/2007).

sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania – em suma, ameaças e limitações à autonomia, tanto individual quanto coletiva".

Dessa maneira, observa-se a dissolução cada vez maior da possibilidade de convívio na cidade e da cidade como lugar das diferenças, havendo, ao contrário, um acirramento da indiferença e do individualismo na resolução (ou amenização, a exemplo do escapismo para condomínios exclusivos) dos problemas urbanos. Desta maneira, os reflexos espaciais desse processo complexo são acentuados e a fragmentação da cidade evidencia-se como um fato revelador de uma sociedade marcada pelo medo e pelo preconceito.

O medo, sendo um produto das inseguranças produzidas socialmente e assimiladas individualmente, produz angústias que se expressam emocionalmente, ¹¹⁸ traduzindo-se na conformação de um sentimento que encontra eco na coletividade. A partilha de angústias seja a partir da "fala do medo", seja em relação a experiências traumáticas vividas pelos indivíduos em uma sociedade marcada pela violência, gera reflexos na opinião pública e, por conseguinte, na ação do Estado. Como afirma ENDO (apud SOUZA, 2008: 41), a partir da experiência subjetiva com a violência em São Paulo,

"Viver sob essa experiência cotidiana, repetidamente, impõe, mais a uns que a outros, o que chamamos de *convivência como traumático*, experiência que se procura evitar a todo custo, ao mesmo tempo em que se faz perdurar. Nesse custo, estão incluídos o isolamento, o apoio à ação policial dura e à permissividade, ao desrespeito aos direitos civis, desde que eles sirvam para evitar uma nova repetição do trauma, ao mesmo tempo em que se criam condições para a sua reprodutibilidade. (...) É uma população assustada, muitas vezes em pânico que, freqüentemente, não vê outra forma de combater a violência a não ser violentamente."

Com efeito, o medo social permite ao Estado desenvolver medidas cada vez mais duras legitimadas por demandas sociais de proteções reais e imaginárias, principalmente de alguns setores da sociedade, em especial a classe média, que justifica e legitima a criação de uma indústria da segurança e

¹¹⁸ Pode-se citar como exemplo o desenvolvimento da Desordem de Estresse Pós-Trauma, vivenciado por uma parcela significativa de parentes e membros da rede social de vítimas de violência, conforme abordado por SOARES et alli (2006).

de discursos conservadores sobre a decadência moral e ética da sociedade, reiterado por políticos defensores da "família", religiosos e autoridades públicas interessadas em sustentar ações repressivas no contexto da criminalização de minorias e da pobreza (TEIXEIRA & PORTO, 1998). Além disso, observa-se o fortalecimento de um imaginário da ordem,

"... justificando uma dominação institucional potencialmente infinita, uma diminuição dos espaços sociais, um "encarceramento" gradativo e voluntário das vítimas prováveis, cujos resultados podem servir como combustível para o crescimento e a continuidade do individualismo característico das sociedades modernas ou para a tribalização, para a organização de pequenos – e fechados – grupos, que, não raro, tomam o aspecto de gangues. Por outro lado, fortalecem-se, na vida cotidiana, as redes comunitárias de solidariedade, como tentativa de resistência à redução dos espaços de liberdade, pela fala das pessoas, mesmo que tais fenômenos possuam características conservadoras e paranóicas. Essa fala consubstancia-se em uma narração sobre o medo, criada e recriada coletivamente, que pressupõe a existência – ou preexistência – de um imaginário interiorizado, que porta noções sobre procedimentos, sentimentos, tipos de vítimas etc." (TEIXEIRA & PORTO, 1998: 56)

Assim, a resposta mais comum a violência tem sido a defesa de medidas duras, que vêm pautando o desejo de endurecimento do código penal. onde se discute, inclusive, a instauração da pena de morte e a redução da maioridade penal – temas que vêm à tona sempre que um episódio de grande visibilidade na mídia coloca em pauta a fragilidade da polícia e da justiça, e a impotência do cidadão comum, reforçando uma falsa idéia de que mais endurecimento trará soluções à questão da violência. Além disso, o sentimento de revolta e vingança - distantes de um cenário democrático e pautado no Estado de Direito -, vem alimentando o desejo de uma polícia mais dura e repressiva, cujo principal meio de enfrentamento à violência é a própria violência, centrada no paradigma da "guerra ao crime", da "guerra ao criminoso", algo que naturaliza na opinião pública a ação policial violenta nas áreas pobres e estigmatizadas da cidade e mesmo o enorme número de mortes causadas por policiais, reforçando, com isso, uma sociabilidade violenta estruturada em torno do discurso da restauração da ordem social (SILVA, 2004), seja por parte do Estado, seja por parte dos grupos criminosos que dominam territórios sob a égide da instauração de uma lei própria, capaz de oferecer aos seus moradores uma ordem própria, baseada em interesses privados e na negação do Estado. Exemplo disso é a aceitação tácita por parte de moradores de favelas do poder paralelo do tráfico ou das milícias sob o argumento de que a polícia é pior, pois quando se faz presente é tão ou mais violenta que aqueles grupos, com a diferença de que esta possui uma ação pontual, no tempo e no espaço, que não possibilita a produção de uma rotina e previsibilidade – indispensáveis à produção de algum sentido de segurança.

Abandonados à sua própria sorte, os moradores de favelas se vêem diante do desafio de lutar pela sua sobrevivência em um ambiente permeado por situações de extrema violência sem que possam contar com as instituições que, em tese, deveriam garantir a justiça e a proteção à vida. Assim, "num cenário de falência generalizada dos mecanismos sociais e jurídicos de produção de justiça, é comum que o entorno da vítima, e não o algoz, acabe pagando o preço pelo crime" (CANO, 2006: 13).

Diante da ausência do Estado soberano, e, portanto, da ausência de uma institucionalidade acessível e confiável, que regule as relações cotidianas nessas áreas (SILVA, et alli, 2005 apud. LEITE & OLIVEIRA, 2005), observa-se um processo de aceitação tácita de um sistema próprio de "justiça" e normas instituído por grupos criminosos locais que por meio do uso da força armada instituem um poder paralelo ao Estado (LEITE & OLIVEIRA, 2005; SILVA, FERNANDES & BRAGA, 2007; LEEDS, 1998). Neste caso, ao aceitar a "lei" do tráfico, ou a "lei" da milícia, os moradores de favelas estabelecem uma estratégia de sobrevivência baseada na necessidade de conferir algum distencionamento do seu cotidiano e a instauração de uma rotina capaz de lhes conferir, ainda que contraditoriamente, algum nível de segurança ontológica. Isso, por si só, permite relativizar o argumento da "conivência" dos moradores com o crime, ou, de maneira mais conservadora, o argumento de que os moradores se "envolvem" com criminosos (SILVA, 2005; SILVA & LEITE, 2007).

O que essas diferentes abordagens a partir de um dado recorte espacial têm em comum é a fragilidade quase que absoluta do Estado e suas instituições nessas áreas, com exceção, porém não absoluta, da polícia, uma vez que essa não representa, efetivamente, uma presença do Estado de Direito

em sua atuação. Não por acaso, todavia, o Estado, em que pese sua presença precária nessas áreas da cidade, também as utiliza como base de algumas intervenções, considerando-as recortes prioritários para um conjunto de políticas que, diante da ineficiência das instituições e da força do Estado nessas localidades, dificilmente conseguem ser implementadas sem que sofram ajustes, desgastes e interrupções.¹¹⁹

Os problemas gerados pela segregação sócio-espacial, que é alimentada pelos discursos da criminalidade, situam-se não apenas em aspectos locacionais como o acesso à infra-estrutura e equipamentos públicos, mas também nos limites que esses discursos constituem para a ampliação do espaço-tempo social dos moradores de favelas e, de uma maneira mais ampla, ao desenvolvimento sócio-espacial destas áreas. Muitos moradores não circulam entre favelas por medo, chegando ao extremo de não circularem pela cidade. Por outro lado, os moradores têm evitado participar da vida política de suas comunidades por medo de represálias, impedindo, assim, o desenvolvimento de sua autonomia. Se desejarmos pensar desenvolvimento da cidade como um todo e em particular na superação das disparidades que atingem os mais pobres, devemos pensar em mecanismos de superação que levem em conta os dilemas da violência e seus reflexos na vida desses moradores.

Com base nesses argumentos, é seguro dizer que a violência funciona como um mecanismo de reprodução e agravamento da segregação e da marginalização social na cidade, apoiando-se em estereótipos e processos estigmatizantes de moradores de favelas, no reforço aos processos históricos de construção de alteridades pela negação do outro e pela sua restrição no que tange ao direito à cidade. Com efeito, os processos estigmatizantes atuam como reforço aos processos econômicos e sociais de delimitação de fronteiras na cidade, intensificando as distâncias físicas e sociais, expressas na conformação de um tecido urbano sociopolítico e espacialmente fragmentado.

. .

¹¹⁹ Quanto a isso, cabe destaque ao papel de muitos funcionários do Estado, a exemplo de professores e profissionais de saúde e assistência social, que mesmo diante das dificuldades que encontram na implementação dessas políticas, garantem com engajamento e compromisso social — algo para além de suas funções, porém ideologicamente bem situado -, o pouco da presença do Estado nas favelas. Esses profissionais atuam na contramão de muitos outros que, infelizmente, diante dos problemas e ao incorporarem preconceitos, pouco se esforçam para que os cidadãos das favelas tenham um mínimo de dignidade.

Analisar o processo de segregação com base nesse viés permitirá identificar as especificidades da produção do espaço urbano em um contexto sócio-econômico e político caracterizado por transformações que resignificam o lugar da pobreza nas cidades, a partir de sua criminalização e, por conseguinte, em processos espaciais produtores de novos padrões na estruturação das cidades, conforme veremos no capítulo a seguir.

Capítulo 4

Medo e estigma, distinção e constrangimento, como mecanismos de produção e acirramento da segregação sócio-espacial na cidade

4.1. Espaços de constrangimento

Como venho buscando demonstrar até agora, a relação entre moradores das áreas estigmatizadas e os moradores das áreas que promovem o olhar estigmatizante, tem se pautado na referenciação de um grupo como inferior na cidade, seja a partir de uma caracterização do seu lugar de moradia, seja pelas características de teor socialmente degradantes atribuídas àqueles grupos. Quanto a isso, é importante considerar a forte conexão entre o local de moradia e o comportamento atribuído, fato esse que estigmatizou os termos favela e favelado, sendo estes utilizados, a partir de certo momento, não mais como referência a um lugar da cidade e a sua população, mas a situações e comportamentos considerados desviantes, não regulados pelo Estado e não adequados às convenções e normas socialmente hegemônicas no contexto social e cultural da cidade. Com efeito, o espaço adquire um sentido central na medida em que é a partir dele que se define um recorte social, cultural e econômico, destacando a favela no contexto da unidade da cidade e transformando-a em objeto de investigação, suposições e intervenções, conforme sugerem.

Trata-se, portanto, de um processo histórico de demarcação de fronteiras físicas e simbólicas, em um processo permanente de "objetivação" da favela, que visa diferenciá-la do conjunto da cidade sem que isso implique, necessariamente, em uma diferenciação no sentido positivo a que se poderia atribuir, por exemplo, no contexto de uma política de ação afirmativa na cidade. Com efeito, a objetivação da favela se coloca, antes de tudo, como uma forma de torná-la alvo de elaboração de saberes e de discursos e, ao mesmo tempo, de restringi-las e isolá-las de uma referenciação como parte indissociável da cidade.

Mas a quem isso interessa e por que isso ocorre? Por que desde o seu surgimento, o olhar e as intervenções sobre as favelas estiveram centrados na sua identificação como um mal a ser sanado e erradicado? Por que não foram pensadas ações que se direcionassem a melhoria das condições de vida de seus moradores e à sua incorporação à vida social, econômica, cultural e

política da cidade ou, em outras palavras, reconhecidos como cidadãos? E, ainda, por que as favelas são tão estigmatizadas, a ponto de seus próprios moradores incorporarem o estigma como uma verdade instituída? BOURDIEU (1995), ao analisar o papel do estigma, afirma que a abolição do estigma implica na destruição dos fundamentos de um jogo que

"... ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma, e que se façam desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica e, ao mesmo tempo, os fundamentos subjetivos e objetivos da reivindicação da diferença por ela gerados" (BOURDIEU, 1995: 127).

O que se percebe, a partir disso, é que as favelas foram relegadas ao segundo plano, "varridas para debaixo do tapete", não ocupadas pelo Estado e pelo processo civilizador que se empreendia na cidade. Deixados ao seu próprio destino, os moradores das favelas criaram um sistema próprio de regulação social, com normas e culturas próprias, quase que inteiramente à mercê daquelas estruturadas e implementadas pelo Estado no restante da cidade. Este processo acentua-se na medida em que tais práticas sociais alimentam o estigma destes grupos na cidade, intensificando processos de "fixação territorial" (WACQUANT, 2001), que implicam no fechamento cada vez maior destas áreas. Configura-se assim, um sistema sócio-cultural com características próprias, resultante de uma sobreposição das condições materiais de existência e do contexto particular das formas de convívio estabelecidas. Como afirma DURHAM (1988: 170),

"... as forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muito semelhantes. A uniformização do consumo, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho deve promover, nessa população, o desenvolvimento de tipos de sociabilidade, modos de consumo e lazer, padrões de avaliação do mercado de trabalho e formas de percepção da sociedade que lhe são próprias. Em outras palavras, podemos supor que condições de vida semelhante dêem origem a características culturais próprias."

Assim, ao mesmo tempo em que os moradores das favelas seguiam o rumo de suas vidas, tendo que encontrar meios próprios de se organizar e de regular a vida cotidiana, as favelas foram se distanciando cada vez mais daquilo que era considerado "normal" pelo Estado e pela sociedade, reforçando a favela como algo destacado e avesso às normas e regulações da cidade. Não é à toa que os "tipos" das favelas eram (e ainda são) referenciados por jornalistas e cronistas como figuras pitorescas de um mundo à parte da cidade. E assim, vai se consolidando uma imagem e idéia da favela como algo não pertencente à cidade, não participante dos processos de estruturação do espaço urbano, mas antes, como um resultado maléfico do progresso, uma espécie de "câncer" a ser extirpado. Essa foi a base a partir da qual o Estado passou a se relacionar com as favelas, ora identificando-as como não-cidade, ora referenciando-a como o espaço da anormalidade, do caos e da desordem, tanto espaciais quanto sociais. Essas características, por si só, impulsionavam o Estado a agir diferente, justamente por reconhecer as favelas diferentes. Mas este agir não se operou com base no reconhecimento da diferença fundado na desigualdade - algo que apontaria para ações afirmativas e compensatórias -, mas antes para o reconhecimento da diferença fundada na aberração e na anormalidade – o que instituiu ações caracterizadas pela rejeição. Esta rejeição baseou-se no que poderíamos chamar de "paradigma do pau torto", para fazer referência ao ditado popular que diz: "pau que nasce torno nunca se endireita". Assim, ao reconhecer a favela como aberração que não tem correção - no sentido de seu enquadramento em um processo civilizador instituído pelo Estado e pela sociedade nos moldes da normalidade convencionados -, a saída encontrada estrutura-se em dois caminhos, não necessariamente excludentes. De um lado, ações que se estruturam em torno da idéia de eliminação física e social da favela. De outro lado, ações que visam estabelecer formas de controle e de contenção, tanto física quanto social, e que se estruturam em torno do que venho chamando de estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial.

A eliminação baseia-se na idéia do "câncer", segundo o qual não há tratamento possível para o câncer a não ser a sua extirpação. Um câncer é capaz de afetar todo um corpo e, neste sentido, eliminar a favela é fundamental

para que a cidade não seja afetada e prejudicada. Este tipo de intervenção, todavia, exige um forte componente de apoio massivo dos grupos dominantes e ampla capacidade de controle das subversões por parte do Estado. Com efeito, não foram muitas as intervenções orientadas neste princípio, embora se perceba que no imaginário social elas estejam fortemente enraizadas. Na virada do século, elas afetaram especialmente os cortiços, que eram os principais espaços de moradia dos pobres e que preocupavam as autoridades públicas e a sociedade – ambos preocupados com a proliferação de doenças e com a poluição estética provocada pelos párias da sociedade carioca. Neste caso, a conjuntura política da República Velha e a forte demanda por uma cidade limpa, ordenada e esteticamente enquadrada nos padrões europeus, favoreceram este movimento. Nos anos 60 e 70, em uma conjuntura política fortemente autoritária, em pleno Regime Militar, as favelas foram alvo de amplas políticas de erradicação, tendo sido removidas, em sua maior parte, das áreas onde elas eram mais indesejáveis - os bairros de moradia dos setores dominantes da cidade.

O controle e a contenção, por outro lado, baseiam-se no isolamento, no delineamento de fronteiras capazes de conter a expansão da favela e a difusão de seus componentes na cidade e na sociedade. Trata-se de uma espécie de "tratamento menos radical do câncer", segundo o qual se utiliza uma série de mecanismos de controle que permitem a circunscrição espacial do problema. Esta abordagem me parece ter prevalecido ao longo da história das favelas e foi responsável pelo acirramento de seus problemas, na medida em que "tratou" as favelas para proteger a cidade e não para melhorá-las. Ao conter sócio-espacialmente as favelas, se reforçou os sistemas próprios de regulação social instituídos pelos seus moradores ao mesmo tempo em que o Estado se manteve relativamente afastado destas áreas, estando ali apenas pontualmente, promovendo políticas paliativas voltadas para o controle do problema, não para a sua solução.

Ao longo dos anos 80, quando grupos criminosos armados se territorializam nas favelas, ocorre uma apropriação daqueles sistemas de regulação pelos criminosos, que os adéquam aos seus interesses, promovendo um processo civilizador ao seu modo, acentuando ainda mais a frágil presença

do Estado e de suas instituições. Quando o Estado identifica nesses grupos uma ameaça ainda maior à cidade, na medida em que ameaçavam as formas de controle e contenção até então implementadas, se empreende uma nova dinâmica na forma de atuação do Estado, que adota medidas severas de modo a, pelo menos, manter aqueles grupos isolados às áreas por eles dominadas. Para tanto, utiliza de uma radicalidade extrema dos mecanismos e dos pressupostos até então adotados, especialmente no que se refere à favela como não-cidade e aos seus moradores como não cidadãos — elementos que "autorizam" e legitimam uma ação diferenciada para as favelas, centrada no não cumprimento das normas e regulações aplicadas às outras áreas da cidade.

Com isso, observa-se que o processo histórico de diferenciação e "objetivação" da favela, referenciado em um conjunto de representações sociais estereotipantes, sustenta e legitima a ação diferenciada do Estado nestas áreas, que se vê livre de obrigações formais no âmbito das regulações instituídas pelas leis e que deveriam ser aplicadas a todos os cidadãos. Se a favela não é cidade e se seus moradores não são cidadãos plenos, o Estado se vê livre para agir da forma que considerar mais adequada aos seus intuitos. E esta forma, contaminada pelas representações sociais consolidadas, implica na violência institucional e no reforço do lugar social e espacial ocupado pelas favelas na cidade.

Trata-se, portanto, de um processo que se estrutura a partir da correlação entre representações sociais estigmatizantes, contenção sócio-espacial e reprodução de mecanismos de opressão sócio-culturais historicamente construídos. Este processo adquire forma dentro de uma estrutura social caracterizada por profundas desigualdades sociais e de uma espacialidade marcada pela justaposição de espaços que expressam tais desigualdades. Com efeito, os setores dominantes buscaram estabelecer processos distintivos a fim de demarcar fronteiras simbólicas expressas por uma estética e manifestações culturais próprias que fortaleceram a fragmentação sócio-espacial do tecido urbano. Estes processos distintivos produzem constrangimentos, reafirmam os estigmas e reforçam a rejeição aos grupos sociais indesejáveis. Trata-se de um processo que envolve a afirmação

simbólica de um grupo em detrimento de outro e a subjugação de um grupo em favor da manutenção do modo de vida de outro.

Sobre este aspecto, considero indispensável dialogar com o estudo de ELIAS (2000) – "Os estabelecidos e os outsiders", que versa sobre uma figuração universal, tratando-se de uma investigação sobre o modo como um grupo mantém a crença em sua superioridade e de que meios lança mão para impor tal crença aos menos poderosos. O estudo, desenvolvido na Inglaterra, almeja funcionar como um "paradigma empírico" desenvolvido em torno do que o autor chama de "sociodinâmica da estigmatização". Embora o estudo de Elias compreenda a análise dos problemas de interação social entre grupos socialmente parecidos em uma comunidade localizada, é possível extrair alguns elementos teóricos e conceituais que ajudem na reflexão sobre o processo de estigmatização dos moradores de favelas no Rio de Janeiro.

Para Elias, a compreensão do problema da estigmatização se dá ao nível das relações grupais, cabendo distinguir a estigmatização grupal e preconceito individual, relacionando-os. A estigmatização social, nestes termos, só pode ser encontrada considerando-se a figuração formada pelos grupos implicados, na natureza de sua interdependência. Com efeito, existe uma relação de complementaridade entre o carisma de um grupo e a desonra de outro. A positividade e a superioridade de um grupo só se sustentam pela negatividade e a inferioridade de outro grupo. Assim, para ELIAS (2000: 23),

"A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. (...) Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído."

Citando exemplos das castas na Índia ou dos afrodescendentes na América, que levam o rótulo de valor humano inferior, ELIAS (2000: 24) afirma que "o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo". Com efeito, a instauração de um discurso da verdade, que sustenta o "mito da marginalidade", e que muitas das vezes baseia-se em fatos reais, situações concretas de caráter negativo vivenciadas pelos grupos que

produzem o discurso estigmatizante, enfraquece o argumento dos grupos estigmatizados, fazendo com que estes incorporem o estigma como algo natural e estabelecido. Por outro lado, as condições para a contra-estigmatização só surgem quando as disparidades de força diminuem entre os grupos, o que se liga, em termos práticos, a capacidade de se impor no conjunto da sociedade.

Para os grupos que impõem o estigma no caso do Rio, observa-se que o elemento central de sustentação de seu poder é a condição financeira que permite, dentre outras coisas, a manutenção de um padrão de vida e de uma estética do consumo material e cultural que reforça sua influência na instauração de um padrão hegemônico de comportamento e expectativas na cidade. Todavia, processos de contra-estigmatização não necessariamente precisam desta mesma situação para que se fortaleçam. Jovens favelados universitários e outros, já formados, mostram que, em certa medida, a capacidade de penetração em outras redes sociais e as habilidades e predisposições adquiridas em novos campos sociais são elementos capazes de fazer impor a contra-estigmatização. E estes sujeitos, que conseguem superar as barreiras, incorporando novos habitus (na acepção de BOURDIEU, 1995; 2008), eu chamaria de "abusados", recordando o livro homônimo de Caco BARCELLOS (2003), só que em sentido mais amplo, para além da figura do traficante cuja trajetória de vida ele relata. O "abusado", no caso aqui empregado, se refere àquele sujeito que rompe barreiras, se impõe em novos campos, provoca reações, mas consegue penetrar, se impor e se estabelecer em novas redes sociais. Estes podem ser não apenas universitários, que incorporam a linguagem culta e adquirem status pelo diploma, mas também por todos aqueles que através de seu carisma e capacidade de superação dos constrangimentos e obstáculos, possuidores de forte auto-estima, ocupam lugares cuja lógica de funcionamento não os aceitaria. Como relatou um de meus entrevistados, a capacidade argumentativa, o "saber falar" e o "conhecer seus direitos" são habilidades que favorecem uma postura diferenciada de outros grupos em relação aos grupos estigmatizados.

Também é necessário considerar que muitas vezes a falta de contato entre grupos diferenciados no contexto urbano, como é o caso de favelados e

setores médios, implica em representações sociais calcadas mais em elaborações imaginativas do que em conhecimento de fato sobre quem é quem. Como pode um morador de bairro da Zona Sul, de classe média, sustentar uma idéia sobre moradores de favelas sem que este tenha tido uma experiência de contato com aquela realidade e aquele grupo social? Como a auto-imagem de um grupo ocorre pela idealização de uma "minoria dos melhores" enquanto que a imagem do outro se dá pela degeneração de uma "minoria dos piores" (ELIAS, 2000), pode-se supor que as imagens do outro serão sustentadas em torno de idéias vagas e, em geral, apoiadas nas idéias difundidas por outras pessoas e pelos meios de comunicação, que juntas compõem uma "colcha de retalhos" que figuram representações sociais de ordem negativa. Assim, essas representações tendem a reforçar padrões estéticos e de comportamento a respeito do outro já presentes nas idéias préconcebidas, instaurando-se um ciclo de reforço dos estigmas, uma vez que agrega mais opiniões baseadas em referências comuns sobre os grupos estigmatizados. Este processo pode ser ilustrado a partir do esquema a seguir:

Idéias difusas

Conjunto de idéias elaboradas e difundidas por membros do mesmo grupo social, baseadas e uma conjunção de pré-conceitos alheios e idéias disseminadas pelos meios de comunicação.

Ex: "moradores de favela participam de queima de ônibus na Zona Norte"

Afirmação

A pessoa seleciona e é induzida a selecionar, a partir de seu valores e pressuposições, as idéias difusa que se e relativizar o ponto de vista.

Ex: "eu acho que todo morador de favela é envolvido com o crime"

Ex: "eu acho que todo morador de favela é envolvido com o crime"

Figura 4.1. Esquema cíclico do reforço da representação social sobre a favela

Elaboração: Fernando Lannes Fernandes

Como a idéia sobre o outro se sustenta na relação de superioridade que impõe o estigma, a forma de representação do outro compõe uma ordem imaginativa que funciona como narrativa explicativa do mundo. Trata-se, com efeito, da produção do mito o que, em nosso caso, situa-se no contexto do "mito da marginalidade".

O *mito*, em sentido amplo, corresponde a uma lenda, a algo que não existe na realidade. Por esta razão, para quem entende algo como um mito, ele é necessariamente falso. Por outro lado, quando alguém ou um grupo aceita o mito, tomando-o como verdade, o mito deixa de ser algo falso e incorpora-se ao sistema simbólico e de valores como o real, ainda que essa realidade esteja

envolta a um universo fantasioso, como ocorre com sociedade tradicionais, como os indígenas. Desta maneira, aceitar o mito implica não vê-lo como tal, ou, em outros termos, "ver o falso por verdadeiro".

Segundo CHAUÍ (2000), a palavra *mito* vem do grego *mythos*, e deriva de dois verbos: *mytheyo*, que significa narrar, contar, falar de algo para outros, e do verbo *mytheo*, que significa conversar, contar, anunciar, nomear, designar.

O mito, na abordagem filosófica, corresponde a uma narrativa, que busca dar explicação ao mundo e aos fenômenos que nele existem. É, portanto, uma narrativa sobre a origem de alguma coisa (CHAUI, 2000), uma intuição compreensiva da realidade (ARANHA & MARTINS, 1993). Neste sentido, o mito assume uma condição de verdade para quem o cria e para quem nele crê, e pode constituir o sistema de valores de um determinado grupo ou mesmo de uma civilização. Não se trata da verdade racional, mas da verdade intuitiva, percebida de maneira espontânea, sem a exigência de comprovações. Com efeito, o texto, o porta-voz ou a tradição que sustenta a narrativa mítica passam a ter o respeito e a ser preservados em nome de uma tradição, colocando-se acima de qualquer outra tentativa de explicação do mundo que a confronte. Na narrativa bíblica, por exemplo, o mito da origem do mundo e da criação do homem sustenta-se no livro de Gênesis, que narra a criação divina realizada ao longo de seis dias, sendo o sétimo, o dia do descanso de Deus. Essa narrativa sustentou, com muita força, toda uma concepção de cosmos, como por exemplo, a idéia de que a Terra está no centro do Universo, justamente por ter sido ela ato maior da criação divina. O saber científico, que ao longo da história contestou essa narrativa, ainda hoje encontra dificuldade em se afirmar quanto a alguns dogmas, já que esses constituem a base do sistema de valores, crenças e representação do mundo defendido pela cultura judaico-cristã.

Na interpretação da antropologia e na história das religiões, a idéia de mito não é interpretada como algo falso, mas como uma forma de pensamento oposta ao pensamento lógico e científico. O mito é visto como uma mediação entre o sagrado e o profano, e usado como elemento de coesão social (MIGUEL, 2006).

Para Cassirer, o mito, assim como a religião, é uma forma simbólica. Defende que toda relação do homem com o mundo é mediada pelas diversas "formas simbólicas" (CASSIRER, 1975). Segundo o autor, "com o mito o homem começa a aprender uma nova e estranha arte: a arte de exprimir, e isso significa organizar, os seus instintos mais profundamente enraizados, as suas esperanças e temores." (CASSIRER, 1976: 64). Com isso, para Cassirer, o mito é visto como uma forma de objetivação da realidade.

Para KOLAKOWISK (1981), "o mundo dos valores é uma realidade mítica. Vivenciamos os componentes da experiência, as situações e as coisas, na medida em que as vivemos como providas de qualidades valiosas, como se participassem de uma realidade que transcende de maneira absoluta a totalidade da experiência possível" (p. 28). Com isso, pode-se dizer que o mito dá sentido e existência ao mundo.

Como idéia falsa, o caminho interpretativo do mito é aquele que o toma como uma espécie de *mitificação* (MIGUEL, op. cit.). Segundo BARTHES (1989), a característica central do mito é a naturalização da história, no sentido de mascarar ou desfigurar a realidade em torno de uma idéia falsa. Com isso, "o mito é uma fala despolitizada" (p. 163), na medida em que desvia o olhar para uma realidade supostamente verdadeira, o que revela que apesar de seu caráter "despolitizador", o mito possui uma importante função nas relações de poder. BLANDIER (1976) reforça essa idéia ao afirmar que o mito "tem uma função justificadora, com a qual sabem jogar muito bem os guardiões da tradição, os detentores e beneficiários da autoridade" (p. 203). É nessa direção que SOREL (apud. MIGUEL, op. cit.) acredita ser o mito uma *força motriz* capaz de impulsionar interesses políticos.

Na medida em que o mito pode ter correspondência com o real, objetivando-o, reflete no campo da representação social de determinados fenômenos. Assim, se levarmos em conta, por exemplo, o uso que determinados grupos sociais fazem de interpretações da realidade como forma impositiva de valores e idéias, verifica-se a mitificação como forma de apreensão da realidade e de sua interpretação e difusão. Idéias centradas na "neutralidade científica" ou na superioridade racial constituem, nesse contexto, mitos que se encontram atrelados ao real e que implicam em uma determinada

forma de apreender, interpretar e difundir uma visão de mundo, e que apesar de poderem ser intencionais ou não, refletem negativamente na medida em que possibilitam o exercício de poder de um grupo social sobre outro. Desta maneira, corrobora para essa definição de mito aquela trazida por JAPIASSÚ & MARCONDES (1996), que afirmam que o mito é "uma crença não-justificada comumente aceita e que, no entanto, pode e deve ser questionado do ponto de vista filosófico" (p. 184a).

Assim, quando falamos a respeito do *mito* da marginalidade, nos referimos a uma narrativa singular, sustentada em um conjunto de valores e crenças, carregada de autoridade, que sustenta uma dada visão sobre o fenômeno em voga, no caso, a marginalidade. Este fenômeno, contudo, não é algo simples, sendo ele próprio, uma interpretação da realidade social dos grupos sociais "*marginalizados*".

O conceito de *marginalidade* foi amplamente utilizado nos anos 70. Sua aplicação tomava como referência os problemas urbanos do pós II Guerra Mundial, tendo em vista o estabelecimento de populações recentes e de características sub-*standart* na periferia do corpo urbano tradicional da maior parte das cidades latino-americanas (MAIOLINO & MANCEBO, 2005). A posição geográfica dessas aglomerações, à margem dos núcleos urbanos, foi o componente de sua caracterização como bairros/áreas marginais.

QUIJANO (1978 apud. MAIOLINO & MANCEBO, 2005), por sua vez, ampliou a discussão em torno da marginalidade ao constatar que as características presentes nas "áreas marginais" também estavam presentes nas áreas centrais das grandes cidades o que permitiu, com isso, estender a idéia de marginalidade a um conjunto de fatores sócio-econômicos (e não mais apenas de localização) ligados ao acesso a serviços básicos e de uso comunal, como água, esgoto, luz e transporte. A perspectiva de Quijano centrava-se na questão do crescimento urbano acelerado e desigual das grandes cidades latino-americanas. Neste caso, acreditava-se que o problema derivava do limitado desenvolvimento das forças produtivas e que sua superação atrelava-se ao desenvolvimento econômico.

A referência ao acesso limitado a serviços e bens de uso comum é também utilizada por KOWARICK (1993), que acredita que "nas cidades, o

problema habitacional está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo" (p. 61). O autor acredita que a marginalidade decorra de dois processos interligados. Por um lado, a pauperização absoluta ou relativa da classe trabalhadora. De outro, a "espoliação urbana", que seria "o conjunto de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo (...) e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho" (p. 62). A abordagem de KOWARICK, no entanto, não se limita ao plano do consumo, mas sim, ao plano das relações sociais de produção, que a seu ver, constituem "o âmago teórico a partir da qual se deve arquitetar a teoria da marginalidade" (1975: 18). Com isso, deixa claro que os processos econômicos são as variáveis causais essenciais para a compreensão da marginalidade, e que "só após a delimitação e análise destes processos é que se torna possível configurar a marginalidade no plano do consumo" (1975: 19).

Partindo de uma perspectiva focada na exclusão social e na privação, YOUNG (1990b apud. HARVEY, 1993: 56) define marginalidade como "the expulsion of people from useful participation in social life so that they are 'potentially subjected to severe material deprivation and even extermination". A autora apresenta uma definição que não apenas revela os limites da participação na vida social, o que no meu entender liga-se aos limites ao exercício da cidadania e também acesso ao mundo do consumo, como também nos traz a idéia de privação material, que remete à pobreza extrema e a sua relativa insignificância e invisibilidade social (como também afirma RIBEIRO, 2005).

No contexto da abordagem aqui desenvolvida, a marginalidade é entendida como um estado de privação total ou parcial aos direitos civis e políticos e aos direitos sociais, econômicos e culturais, tratando-se, com efeito, da restrição ou impedimento do acesso aos meios de ascensão social e de garantia de direitos. Decorre, fundamentalmente, do plano das condições econômicas, desdobrando-se então em um conjunto de limitações. Com isso, a condição marginal revela-se na impossibilidade de acesso pleno às instituições democráticas e na incapacidade de inserção plena no mundo do consumo. Esses elementos trazem à tona o conteúdo *marginal* do indivíduo, que estando

em uma condição diferenciada e inferiorizada na sociedade, adquire a condição de "sub-cidadão", ou "cidadão de segunda categoria", visto que seus direitos, embora assegurados constitucionalmente, não se efetivam em função de suas limitações sociopolíticas, econômicas e culturais.

A questão da marginalidade, com efeito, no bojo da relação entre estigmatização, contenção sócio-espacial e referenciação do outro como anormal e não inserido nas normas e padrões de comportamento hegemônicos, é um fator de reforço do estigma. Isso ocorre porque, como sugere ELIAS (2000), a submissão às normas específicas de um grupo é uma condição para se fazer parte dele. Por isso, se os moradores de favelas são identificados como um grupo inferior, portador de singularidades avessas aos padrões hegemônicos, entende-se que, do ponto de vista dos grupos dominantes, estes moradores jamais serão incorporados à "sociedade", estando, portanto, à margem dela. São, portanto, *outsiders*, não sendo, desta maneira, identificados como pertencentes ou merecedores de uma condição diferente da sua. Isso, com efeito, é uma forma de se dizer que não podem ser aceitos como cidadãos.

Trata-se, portanto, de uma relação entre normalidade imposta pelos padrões e expectativas hegemônicos e a capacidade de operar dentro dessas expectativas. Tais normas, na maior parte das vezes, estão inseridas no contexto das relações e nem sempre são explícitas. Manter contato com um grupo inferior é algo não desejável, na medida em que existe o medo de uma "infecção anômica". Como afirma ELIAS (2000: 26),

"Costumeiramente, os membros dos grupos *outsiders* são tidos como não observantes dessas normas e restrições (...). O contato mais íntimo com eles, portanto, é sentido como desagradável. Eles põem em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo estabelecido e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior."

Com efeito, o contato com *outsiders* representa uma ruptura com as normas do grupo, ameaçando o "inserido" de ter seu status rebaixado dentro do grupo. Com efeito, comentários do tipo "ele anda com umas pessoas esquisitas", "o que ele foi fazer em uma favela?" ou ainda "não vai se comportar

feito um favelado, hein?", tendem a estabelecer uma imagem poluída sobre essa mistura, reforçando a idéia de que se devem manter os moradores de favelas em seu devido lugar, afastados de onde não são bem vindos. Não ser bem-vindo, neste caso, é uma saída para manter determinados lugares "não poluídos" ou, de maneira mais direta, "não ameaçados", na medida em que esta "poluição", nos termos da "atualização" do "mito da marginalidade" situa-se no campo da violência e da ameaça à ordem social e a um estilo de vida.

Desta forma, os grupos sociais abastados estabelecem mecanismos de afastamento e distanciamento. Ao mesmo tempo este grupo necessita criar formas próprias de manutenção e reprodução de seus hábitos, costumes e rotinas. Assim, espaços de convívio e socialização na cidade, com praças, parques públicos e shoppings centers são dotados de mecanismos que reforçam a distinção social. Os valores e os padrões estéticos e de comportamento ali partilhados e as práticas sociais ali inscritas tornam estes lugares "espaços proibidos", ou melhor, proibitivos, na medida em que, em tese, eles são de acesso público e que, por isso, podem ser acessados por qualquer um. Produz-se, assim, constrangimentos, definidos pela estética e formas de comportamento social, configurando uma marca espacial específica de um grupo, em um processo de territorialização fundado na apropriação e instauração simbólica particular àquele grupo social, remetendo ao que eu chamaria de "espaços de constrangimento". Esta expressão já foi utilizada por TUAN (1976), só que de maneira um pouco diferente. Para TUAN (1976), os espaços de constrangimento são resultantes de mudanças no ambiente, provocadas pela presença alheia ou pela aglomeração. Chega a citar o exemplo de um pianista, sozinho em uma sala, e o constrangimento produzido pela entrada de uma pessoa, que modifica a atmosfera de privacidade e introspecção do pianista. O sentido que eu emprego para "espaço de constrangimento", todavia, situa-se em outra ordem de valores. Quero demonstrar que determinados espaços, dotados de particularidades, expressões simbólicas e marcas de grupo, produzem constrangimentos aos que são "de fora" (outsiders para ELIAS, 2000). Ao mesmo tempo, a presença alheia, no contexto em que estou analisando, não produz "constrangimento" propriamente dito. Por se tratar de uma presença não desejada, ela opera mais

que constrangimento, situando-se na escala do incômodo e da rejeição referenciados no preconceito e na discriminação sócio-racial. O constrangimento, neste caso, só se aproxima daquele sugerido por TUAN (1976) quando a presença alheia produz sentimento de culpa, o que pode ocorrer em contextos de forte desigualdade social, como é o caso carioca.

Figura 4.2. Esquema ilustrativo da produção de espaços de constrangimento



A produção de uma "marca espacial", fundada na apropriação simbólica e na instauração de elementos simbólicos de ordem estética e comportamental demarca espaços que passam a ser vistos pelos de fora como ambientes onde não são bem-vindos. Assim, incute-se uma idéia de que aquele ambiente não faz parte do tipo de ambiente que determinado grupo deveria freqüentar: por um lado, o espaço já está demarcado, por outro, o grupo não desejado incorpora o estigma e não se reconhece naquele ambiente. A incorporação do estigma, neste caso, passa pelo reconhecimento da incapacidade de adequação aos padrões estéticos e expectativas esperadas para os fregüentadores daquele lugar.

4.2. Mobilidade e acessibilidade

Os mecanismos de controle e contenção sócio-espacial são produtores de processos restritivos que acentuam e conferem novos sentidos à segregação na cidade. De um tecido sociopolítico-espacial fragmentado (SOUZA, 2000) emerge uma juventude delimitada pelas fronteiras simbólicas e físicas impostas por mecanismos de distinção e constrangimento. A mobilidade pela cidade e a acessibilidade a espaços específicos, neste contexto, são diretamente atingidas. Quanto a isso, aqueles grupos mais vulneráveis tendem a ter ainda maior dificuldade em romper aquelas barreiras, reforçando seu estigma e limitando ainda mais seu acesso aos serviços e equipamentos urbanos e, sobretudo, restringindo suas possibilidades de exercício da cidadania. Àqueles caracterizados a partir do "tipo ideal" do traficante de drogas, esses elementos se colocam ainda com maior força, implicando no acirramento de uma existência presentificada e particularizada (SILVA, 2001).

Defendo que a mobilidade espacial é um fator relevante para a ascensão social e o exercício da cidadania. A superação da escala do micro-local, por meio da mobilidade espacial - expressa no direito de ir e vir, no acesso aos meios de transporte, no acesso a espaços públicos e na capacidade de se deslocar para além de sua área de vizinhança, tendo contato com outros grupos sociais, expressões materiais e culturais da cidade - possibilita a ampliação da experiência de espaço-tempo, do capital social e cultural. Também potencializa os processos educacionais institucionalizados e eleva o nível de consciência sobre o lugar de moradia, a cidade, o país e o mundo implicando em melhores condições ao exercício da cidadania - com cidadãos mais conscientes de seu lugar e papel na vida política de sua cidade e país, que reconheçam, valorizem e respeitem as diferenças e que tenham sua autoestima elevada na medida em que supera estigmas ao suplantar barreiras sociais, econômicas, culturais e simbólicas. Trata-se do que identifico como três níveis de consciência do ser-no-mundo: a consciência de si, a consciência do outro e a consciência do mundo. A "consciência de si" se refere ao conjunto de elementos de ordem subjetiva que atravessam o cuidar de si e a autoestima a partir de um maior entendimento sobre a corporeidade, a relação entre mente e corpo, a conexão entre mente, corpo e entorno. A "consciência do outro" remete ao reconhecimento das diferenças e ao respeito a essas diferenças, dado a partir de uma interação social e cultural com grupos sociais que vivem realidades distintas. A "consciência do mundo" implica no reconhecimento do "si no mundo", ou seja, da conexão entre identidade e território, a partir do reconhecimento de seu lugar no mundo, do lugar de onde constrói suas referências, parâmetros e significados com os quais estabelece sua relação com o outro.

O alcance e ampliação dessas "consciências" só é possível diante da possibilidade de interação do si consigo mesmo, como o outro e com o mundo. Essa interação só ocorre com mediações que operam *na* e *a partir* da cidade. A cidade, nesse contexto, deve ser o lugar da possibilidade do encontro, da troca, do confronto de idéias (LEFEBVRE, 1969). Somente em uma cidade aberta às diferenças é possível estabelecer interações e mediações. A meu ver, essas interações e mediações precisam de duas condições fundamentais para sua plena realização: a mobilidade e a acessibilidade na cidade.

Ter mobilidade é ser capaz de deslocar-se de um lugar a outro. A capacidade de alcance do deslocamento na cidade é dada a partir da disponibilidade de meios para tal, como vias de circulação em bom estado, incentivos governamentais a circulação na cidade, como transporte subsidiado, garantia do cumprimento das leis de trânsito, disponibilidade de ciclovias e bom calçamento e, sobretudo, oferta regular e eficiente de transporte público. Todavia, o acesso a meios de transporte não significa *acessibilidade* aos lugares que esses meios, por mais eficientes que sejam, podem levar. Ter mobilidade com acessibilidade, por esta razão, é ser capaz de deslocar-se para além das circunscrições da raça, do gênero, da condição social, do nível educacional, da origem geográfica, da opção sexual, rompendo as barreiras auto-impostas pela baixa auto-estima e aquelas impostas pelos processos excludentes e estigmatizantes.

Mobilidade e acessibilidade são capacidades que configuram processos espaciais ligados à dinâmica de indivíduos e grupos na cidade. Quando estes indivíduos ou grupos têm acesso restrito aos lugares, seja por limitação de sua capacidade de deslocamento, seja pela dificuldade de acesso em função de

barreiras de diferentes naturezas, de ordem física ou simbólica, identificam-se processos segregatórios baseados na restrição da mobilidade e da acessibilidade, circunscrevendo aqueles indivíduos ou grupos a espaços delimitados, impostos verticalmente.

A segregação não constitui apenas um processo espacial segundo o qual grupos definidos por raça, cor, condição social, origem geográfica ou situação cultural são forçosamente aglomerados separando-se do resto da cidade – com áreas de moradia específicas. A segregação também representa um processo segundo o qual mecanismos de constrangimento e contenção social são utilizados a fim de manter os grupos restritos às áreas segregadas, inibindo sua livre circulação pela cidade, especialmente em áreas onde são indesejados. Com efeito, segregar não pode se restringir à delimitação física de uma área de moradia. Liga-se também aos processos que delimitam essas áreas assim como aos mecanismos que visam assegurar que aqueles grupos mantenham-se delimitados a elas. Em contextos democráticos, a livre circulação dos indivíduos nos espaços públicos é assegurada pelo Estado. Todavia, os processos desiguais de produção do espaço configuram áreas em que, apesar de seu caráter público e o acesso inviolável garantido pelo Estado, se configuram mecanismos de restrição dos acessos por meio da imposição de produzem constrangimentos e fronteiras simbólicas que demarcam diferenciações entre os de dentro e os de fora, em uma espacialização daquilo que ELIAS (2000) definiu como "inseridos" e "outsiders", conforme demonstramos anteriormente. São mecanismos prescindem aue demarcações físicas, como muros ou grades, que se baseiam em artifícios simbólicos que demarcam fronteiras invisíveis nas cidades, sendo estes, apesar de menos visíveis, tão ou mais violentos no seu papel da restrição da mobilidade e, principalmente, da acessibilidade.

É fato que os espaços privados têm seu acesso regulado pelo direito à propriedade. É o dono quem define os que podem e os que não podem entrar. Quanto a isso, pouco se pode fazer, mesmo porque é legítimo, em nosso sistema social, que a propriedade seja inviolável. No entanto, muitos espaços, embora privados, são de acesso público, de uso coletivo, a exemplo de estabelecimentos comerciais, hospitais e escolas. Ali, os mecanismos de

regulação existem como forma de assegurar, pelos proprietários, que seus estabelecimentos sejam "bem freqüentados". Com efeito, a introdução de "pequenas sutilezas", como uma estética particular e preços diferenciados, são capazes de atrair determinados públicos e afastar outros. Um exemplo pode ser um restaurante, que pode adotar preços altos em seus pratos, além de um certo grau de sofisticação à sua decoração, tipo de pratos oferecidos e forma de atendimento, que vão atrair um determinado nicho de mercado e, por conseguinte, se tornar pouco atrativo para outros grupos. Todavia, o limite entre a definição de características atrativas e repulsivas é tênue e, muitas vezes, pode ser atravessada por preconceitos e forte desejo de repulsa social. Naquele mesmo restaurante de nosso exemplo, pode-se partir do princípio de que clientes pobres, negros, não muito bem vestidos, não são bem-vindos. E esses critérios podem ser anteriores aos critérios atrativos. Com efeito, a definição de mecanismos de acesso e restrição do acesso são permeados por valores, impressões e representações sociais.

As estratégias adotadas pelo dono do restaurante situam-se no plano do estabelecimento da distinção social, na medida em que se refere aos mecanismos de diferenciação e referenciação dos grupos sociais. Como afirma BOURDIEU (2008), a estética presente nas escolhas de diferentes ordens, como a indumentária, a alimentação, a decoração da casa, revela processos distintivos entre os indivíduos, de afirmação de sua distância social em relação a outros grupos e, ao mesmo tempo, de proximidade social ao seu grupo de referência. Para BOURDIEU (2008), esse processo distintivo situa-se sobremaneira no plano do consumo, quando se observa uma estética pura, desembaraçada da urgência, reveladora de padrões sofisticados que, segundo ele, só são possíveis àqueles grupos sociais que por sua condição de classe, foram capazes de desenvolver um julgamento estético pelo distanciamento e pela contemplação. Por isso, BOURDIEU (2008) acredita que a estética popular está mais vinculada a uma continuidade entre a vida cotidiana e a obra de arte, em uma relação de subordinação da forma à função, de busca de familiaridade e de proximidade e no desejo de participação e interação na busca por satisfações mais diretas e imediatas.

Ao estabelecer uma hierarquização em torno da correlação entre classe social e consumo cultural, BOURDIEU (2008) constrói uma percepção de hierarquização da estética, segundo a qual a estética popular é definida como ponto de negação pelos grupos sociais mais abastados, uma espécie de contraste, de ponto de referência negativo. Por outro lado, a estética dos setores mais abastados é utilizada como referência de consumo para os que estão em uma escala inferior da hierarquia social.

BOURDIEU (2008) defende que a família e a escola, funcionam como espaços que conferem as competências necessárias para que as pessoas atuem em diferentes campos. Com isso, afirma que a transmissão de valores, virtudes e competências — que são maneiras de se interpretar o mundo simbólico -, servem à filiação de *habitus* distintos e desiguais — uma vez que as formas com que as competências serão adquiridas variam de acordo com as experiências vivenciadas naqueles espaços de instituição de competências. Assim, estabelecem-se e fortalecem-se hierarquias do que é culturalmente aceito ou execrável, do que é autêntico ou não, o que orienta gostos e escolhas, padrões de comportamento, modelos estéticos e identificação com lugares e pessoas. Em outras palavras, o *habitus* realiza-se a partir das afinidades que condicionam as redes sociais e os acúmulos culturais.

Por estas razões, é necessário mencionar, BOURDIEU (2008) revela que a igualdade de oportunidades não constitui garantia de igualdade social. O que define a posição social ocupada pelos agentes que detém um poder específico em um campo particular de existência são os capitais econômico, cultural e social. Com efeito, a forma assumida pelos capitais objetivados em uma relação e incorporados como *habitus* é o que determina o lugar de um indivíduo na hierarquia social e, portanto, constituem práticas distintivas. É no habitus que se encontra o sistema de condições ou disposições, que fundamentam as estruturas das diferenças. Em outras palavras, apreensão simbólica do mundo opera através do *habitus* e de todo o conjunto estruturado de percepções e apreciações, gostos e escolhas, dados a partir dele.

Ao operar no campo social, o *habitus* orienta não apenas escolhas, como também define a adoção de estratégias que garantam a reprodução e a manutenção dos agentes em um campo definido. As estratégias são

resultantes de *habitus* determinados, construído de acordo com as condições específicas de cada agente ou grupo familiar (SILVA, 1999). À capacidade do agente adotar estratégias conforme a lógica de cada campo, BOURDIEU (1995) chama de "razão prática". Esta razão prática representa a capacidade de operar nos campos e de se adaptar às suas regras, o que pode, inclusive, levar a transformações do *habitus* originalmente incorporado (SILVA, 1999).

No contexto do espaço urbano, pode-se dizer que a distribuição dos bens e equipamentos culturais – assim como os padrões estéticos que definem os espaços da cidade -, estão profundamente ligados à compreensão destes bens como elementos distintivos das classes sociais. Seu acesso e consumo são uma forma de afirmação das posições na hierarquia social, e suas formas de julgamento se enquadram dentro de uma distinção entre o que é refinado e o que é de "mal gosto". Com isso, os traços distintivos são naturalizados a partir de uma atribuição de valor segundo a classe social. Desta maneira, a atribuição de valoração às expressões culturais, estéticas e materiais dos mais pobres em geral é referenciada dentro de uma hierarquia que visa, a todo momento, estabelecer distinções, o que é reforçado por um determinado padrão estético hegemônico, que inferioriza a cultura e as práticas sociais populares no contexto da cidade. A incorporação naturalizada desses padrões como distintivamente inferiores produzem efeitos impressionantes na dinâmica espacial dos grupos sociais na cidade, na medida em que sua mobilidade passa a ser orientada por padrões de familiaridade e acolhimento presentes da estética da paisagem. Isso ajuda a entender porque grupos que vivem suas experiências cotidianas sensórias e estéticas no interior daquilo que se habituou a chamar de "cultura popular" e "espaço popular" têm dificuldade em acessar espaços esteticamente diferenciados, especialmente se esses espaços se colocam em um plano de superioridade como se faz perceber na correlação entre estilos de consumo e classe social.

São esses referenciais estéticos presentes na paisagem que impõem constrangimentos e inibem a acessibilidade. A paisagem, aqui, é tomada como uma totalidade composta por objetos e ações, por cores e formas, sensações e percepções. Com efeito, a estética não está presente apenas nas formas, mas nas práticas dos grupos sociais que retroalimentam determinados padrões

estéticos. Assim, um shopping, como o Rio Sul, não é apenas um conjunto de lojas sofisticadas, referenciadas em padrões de consumo mais elaborados, mas também um conjunto de práticas que impõem um padrão de comportamento que compõe uma paisagem esteticamente ajustada a um determinado grupo social. Não se trata, portanto, apenas de um espaço de uso coletivo, mas de um espaço demarcado por uma série de elementos simbólicos que definem fronteiras invisíveis entre o pertencimento e o não-pertencimento, entre o gostar e o não gostar, entre o sentir-se à vontade e o sentir-se incomodado.

Shoppings centers são exemplos bastante ricos, pois se trata de espaços onde a diversidade de estabelecimentos concentrados em uma única edificação atrai públicos diferenciados em faixa etária, gosto cultural e interesse particular de consumo. Em um mesmo shopping existem lojas de departamentos, livrarias, cafés, lojas de brinquedos, joalherias, sapatarias, etc. Com isso, se na escala desses diferentes estabelecimentos é possível ainda estabelecer um nível de seletividade mais rígido do público frequentador, na escala do shopping essa seletividade deve se basear em critérios mais amplos, que sejam permissivos de toda a variedade de tipos que o acessam em busca de estabelecimentos específicos. Como os shoppings localizam-se em áreas específicas da cidade, e como a cidade é desigual -, a caracterização do perfil do público esperado em muito é referenciada no perfil das pessoas que vivem naquelas áreas, seja ao nível das expectativas, seja ao nível da influência que este público de vizinhanca estabelece em termos de demanda por tipo de estabelecimentos e padrão de serviços esperados. Igualmente, será com base nos valores e expectativas deste público que se delinearão os critérios de restrição do acesso. Trata-se de uma medida de preservação de nichos de mercado que o capital estabelece a fim de assegurar o pleno funcionamento dos negócios e potencializar sua capacidade lucrativa.

Os shoppings centers, espaços privados de acesso público, que a princípio se apresentam como de *livre* acesso, são dotados de mecanismos sutis produtores de demarcações e constrangimentos e conferem a grupos indesejados o sentimento de não-pertencimento e, principalmente, de não-aceitação. A produção de padrões estéticos de indumentárias e de

comportamentos faz com que naqueles espaços produzam "pasteurizações". É por esta razão que em espaços dessa natureza os diferentes se destacam e, em geral, produzem reações de estranhamento, rejeição e constrangimento. No Rio de Janeiro, a maior favela da América Latina, a Rocinha, localiza-se a menos de um quilômetro de um dos mais luxuosos shoppings da cidade, o "Fashion Mall". Todavia, aos seus moradores cabe apenas o acesso pela porta de serviço, como funcionários da limpeza e manutenção 120, sem que sejam precisos muros ou grades que impeçam seu acesso como frequentadores casuais como ocorre com aqueles que ali circulam e consomem – todos da classe média alta carioca.

Os shoppings são microcosmos de um conjunto de valores e expectativas que um grupo social pode impor no que se refere a produção de um espaço de uso coletivo. Por ser um espaço privado, a restrição dos acessos e a produção de constrangimentos são mais bem controladas, pois são definidas e administradas pelos interesses privados de seus proprietários. Mas o que dizer dos bairros onde se localizam? O que dizer a respeito das áreas da cidade em que aqueles valores e padrões estéticos também se reproduzem, porém de uma maneira mais difusa e em um ambiente cujo controle e gestão não estão nas mãos de proprietários privados, mas sim do Estado?

As cidades no Brasil são marcadas por profundas desigualdades. Sua materialidade expressa espacialmente as diferenciações e desigualdades sociais. Com efeito, os bairros conformam certo grau de homogeneidade social, especialmente delimitada pela condição econômica, uma vez que é o mercado quem regula o acesso à propriedade privada. São os agentes privados que pressionam o Estado no que se refere à melhoria e conservação dos espaços públicos e de uso coletivo, tais como ruas e praças. O mercado exerce pressão suficiente de modo a garantir que a valorização das áreas de investimentos públicos colabore na valorização dos imóveis. Este ciclo se completa com proprietários interessados em garantir que seus imóveis não se desvalorizem e que seu espaços de moradia — bairro e entorno -, como extensão de sua

_

¹²⁰ Em geral, nem mesmo as lojas costumam contratar moradores de favelas como vendedores. Estes são selecionados segundo um padrão estético que privilegia pessoas brancas, de classe média, que traduzam uma comunicação visual que dialogue com os consumidores em um mesmo patamar de linguagem, comportamento e expectativas.

residência, mantenha características que correspondam às suas expectativas. Isso se expressa não apenas na forma urbana — arborização, jardins, vias que permitam a circulação de veículos, ciclovias, etc. Se expressa, também, nas expectativas quanto à manutenção de uma ordem social. E esta ordem social é atravessada pelo desejo de que o bairro seja "bem freqüentado", onde a familiaridade social, cultural e de expectativas com seus freqüentadores seja partilhada de modo a garantir estabilidade ao cotidiano e, principalmente, sensação de segurança. Tudo aquilo que possa sugerir uma ameaça a essa ordem social é, em certa medida, ameaçador da sensação de insegurança. Por tudo isso, garantir que grupos sociais indesejáveis não freqüentem o bairro -, ou que pelo menos tenham seu acesso controlado e vigiado -, é uma forma de preservar a ordem social esperada e, por conseguinte, a sensação de segurança.

No conjunto das estratégias adotadas com o intuito de assegurar essa ordem social esperada, pode-se dizer que os condomínios exclusivos são o modelo mais bem sucedidos no Rio de Janeiro. Pela sua estrutura, eles garantem que grupos sociais indesejáveis jamais tenham acesso às suas dependências. Muros, grades e guaritas são mecanismos que garantem a homogeneidade social de uma área bem delimitada. Os condomínios, embora não sejam bairros, possuem uma estrutura muito semelhante à esses, havendo inclusive aqueles em que a presença de serviços e equipamentos de uso coletivo estão disponíveis. Os mais recentes empreendimentos imobiliários da Barra da Tijuca, por exemplo, se autodenominam "bairros" dentro do bairro, ou mesmo "cidades" dentro da cidade, como é o caso do "Cidade Jardim" ou da "Península".

Esses novos empreendimentos configuram uma "evolução urbana", nas palavras das incorporadoras responsáveis pelas áreas. Trata-se de grandes áreas fechadas, com o tamanho de bairros, como o Leblon, que possuem grande área verde, onde empreendimentos são construídos. As construções ficam a cargo de inúmeras construtoras, com projetos próprios, conferindo ao empreendimento uma paisagem de bairro, com construções diferentes, cada uma independente da outra. Os edifícios não são cercados e a ambiência é a de um "bairro" só que sem grades ou ruas movimentadas separando os

edifícios. Uma harmonia social e uma ordenação espacial idealizada com o intuito de promover "bem-estar", "segurança" e "conforto" aos seus moradores, em uma perspectiva saudosista, remetendo ao "viver como antigamente", em tempos em que andar pelas ruas e viver no bairro era supostamente mais tranqüilo e agradável que nos dias atuais. Como destaca a publicidade do empreendimento "Cidade Jardim":

"O bairro que você sonhou para o Rio e para sua família já existe: Cidade Jardim. Uma grande área de 512.000 m² junto a tudo que a Barra tem de melhor. Um lugar com muita área verde, segurança, ruas largas e soluções infra-estruturais modernas. O novo bairro do Rio de Janeiro já nasce atento à preservação dos recursos naturais e focado no bem-estar das pessoas. Mais do que um modelo de evolução, Cidade Jardim busca resgatar as boas coisas da vida, o viver bem como antigamente, mas com o olhar voltado para o futuro. O Rio de Janeiro ganha um bairro-jardim. Você ganha um lugar melhor para viver."

Apesar desse modelo dos condomínios, os bairros "comuns", das classes mais abastadas, também possuem mecanismos que visam assegurar a ordem social e a sensação de segurança esperada por seus moradores. Diferente dos condomínios, todavia, esses bairros não possuem guaritas e muito menos muros capazes de isolar por completo a presença de grupos indesejáveis. O caráter democrático do sistema político, que assegura o direito à livre circulação, neste caso, é um limitador dos anseios pelo controle da ordem social. Por não poderem definir de maneira privada as formas de restrição dos acessos, os moradores desses bairros assim como os interesses do mercado, incluem nas suas pressões sobre o Estado adoção de medidas restritivas e de controle social que garantam um mínimo de controle. Complementarmente, utilizam-se mecanismos de demarcação simbólica que buscam estabelecer aqueles limites e fronteiras que os muros dos condomínios são capazes de criar por si mesmos. Esses mecanismos segregatórios se compõem daquelas mesmas sutilezas que demarcam os espaços privados conforme ilustramos mais acima, só que com a diferença de que neste caso, trata-se de um bairro, com sua amplitude, complexidade e permeabilidade.

Mas o que mais interessa aqui não é bem aprofundar esses mecanismos de segregação, mas identificar e aprofundar os fundamentos e os efeitos

desses mecanismos naqueles sobre os quais eles se aplicam. No caso do Rio de Janeiro, esses mecanismos se aplicam ao grupo social que historicamente configura uma ameaça à ordem social na cidade. São os moradores de favelas e outras áreas segregadas e estigmatizadas da cidade que figuram como alvo preferencial desses mecanismos produtores de constrangimento e de restrição da mobilidade espacial.

Marcado por profundas desigualdades sócio-espaciais, o Rio possui, segundo estatísticas oficiais, cerca de 20% de sua população vivendo em favelas, muitas das quais em proximidade com áreas nobres. 121 Este quadro, caracterizado historicamente por uma relação de tensão entre o preconceito, o incômodo e o desejo de uma cidade limpa e ordenada segundo os anseios das classes dominantes, transformou as favelas e seus moradores em produtos descartáveis de uma sociedade produtora de desigualdades. A representação social negativa, baseada em estereótipos e discursos criminalizantes, adquire força ainda maior nas últimas décadas, quando o crescimento da violência associada às favelas acirra preconceitos, conforme ilustrado no capítulo 2.

Todavia, os processos sociais decorridos ao longo dos últimos 30 anos, que se articulam a ascensão do tráfico de drogas nas favelas, tem delimitado ainda mais o foco daqueles mecanismos segregatórios, que passam a se referenciar na correlação entre favelas e violência. Com efeito, nesse processo emergem novas representações sociais das favelas e de seus moradores, que sustentam novos "mitos da marginalidade", e que tem no "tipo ideal" do traficante favelado o elemento eleito como principal ameaça à ordem social na cidade. Este "tipo" é identificado como jovem, negro, favelado, do sexo masculino, funkeiro, violento e cruel. Esse "modelo", todavia, enquanto idealização, reúne características isoladas que, uma vez reunidas, oferecem a sociedade um inimigo a ser enfrentado à sua altura. Na realidade, contudo, o que isso significa é que meninos da favela, negros, são, genericamente, a imagem dessa ameaça. Com isso, todos aqueles que carregam a marca da cor e do território, estão mais suscetíveis aos efeitos dos mecanismos

Em relação aos dados populacionais das favelas do Rio, bem como problemas que sugerem disparidades entre diferentes fontes, ver a nota 3 do capítulo 2.

segregatórios implementados pelos grupos desejosos de uma determinada ordem social na cidade.

Os efeitos dos processos segregatórios entre este grupo o torna ainda socialmente invisível e diminui drasticamente suas possibilidades de mudança de quadro de vida e de reconhecimento social na cidade. Neste cenário, jovens afrodescendentes são identificados como potenciais ameaças à ordem na cidade, tornando-se vítimas de um movimento discriminatório baseado na indiferença e no descarte, cuja vida perde sentido e valor. Com efeito, observa-se a reprodução de um círculo vicioso para muitos, que permanecem em situação de pobreza social, cultural e econômica, os quais se incluem aqueles que se envolvem em atividades ilícitas, das quais o tráfico de drogas é uma das mais visíveis. Todavia, muitos que tiveram a possibilidade de romper as fronteiras invisíveis, através da superação dos mecanismos de constrangimento e contenção social, adquiriram capacidade de romper o círculo vicioso, iniciando um círculo virtuoso de ascensão social e de reconhecimento na sociedade, dos quais se incluem muitos jovens de origem popular que alcançaram a universidade, superando estatísticas e conferindo novos sentidos às suas vidas.

4.3. Violência e controle e contenção sócio-espacial no Rio de Janeiro

A violência urbana no Rio de Janeiro vem contribuindo para o agravamento das disparidades sociais e da segregação e estigmatização sócio-espaciais dos moradores de favelas. Tais efeitos se expressam não apenas em termos materiais, como habitação, local de moradia, acesso à infraestrutura, como também, e especialmente, em termos simbólico-práticos, atingindo diretamente o modo de vida do morador de favela, impedindo a ampliação de seu espaço-tempo social e, com isso, impossibilitando-lhe a aquisição de condições necessárias à sua emancipação enquanto sujeito ativo na sociedade. Entendemos que esse quadro é ainda mais severo entre os jovens, especialmente aqueles que carregam o forte estigma de serem negrosfavelados. Em outros termos, a criminalização da pobreza, bem como a

formação de "espaços criminalizados" (CAMPOS, 2005), vem funcionando como um mecanismo perverso de reprodução e perpetuação da pobreza, em todos os seus níveis (material, cultural, intelectual etc.), sendo que seu efeito mais radical vem resultando na morte violenta de jovens moradores dessas áreas.

Os problemas gerados pela segregação sócio-espacial, que é alimentada pelos discursos da criminalidade, situam-se não apenas em aspectos locacionais como o acesso à infra-estrutura e equipamentos públicos, mas também nos limites que esses discursos constituem para a ampliação do espaço-tempo social dos moradores de favelas e, de uma maneira mais ampla, ao desenvolvimento sócio-espacial destas áreas. Assim, é importante considerar que a segregação no Rio de Janeiro, mais do que efeito de uma ordem econômica, tem uma forte relação com mecanismos de distinção e constrangimento que permeiam a relação entre os moradores de favelas e a cidade e que são resultantes da "atualização" do "mito da marginalidade".

Seguindo o caminho trilhado por SOUZA (1994a; 1996b; 2000a, 2008), acreditamos que é necessário apreender essa "atualização" do "mito da marginalidade" a partir da análise do "hiperprecariado" e da formação de enclaves territoriais pelo tráfico de drogas no varejo, que adquirem força e visibilidade a partir dos anos 80, momento sócio-histórico marcado pela convergência entre a evolução da ordem econômica capitalista e a retração da ordem estatal. Mais adiante desenvolveremos uma abordagem aproximativa a esta, buscando apreender esse fenômeno e sua dinâmica a partir da sobreposição das escalas micro e macro-sociais.

Conforme demonstramos no capítulo 1, ao longo dos anos 80 e 90 se observa um crescimento da violência urbana e um processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade (SOUZA, 2000). Este cenário tem provocado efeitos negativos no que se refere à visão da população carioca, em particular as classes média e alta, sobre os moradores de favelas, havendo, com isso, uma intensificação dos mecanismos de segregação e estigmatização

¹²² Destaque-se ainda a articulação desta "convergência" com fatores de ordem local, o que no caso do Rio de Janeiro, liga-se à política de segurança implementada pelo governo de Leonel Brizola (1983-1986) e ao sítio das favelas — elemento facilitador da terrritorialização do tráfico de drogas no varejo (SOUZA, 1994a: 1994b; 2000a). Um aprofundamento sobre a política de segurança pública do primeiro governo de Brizola no Rio de Janeiro pode ser obtido em HOLLANDA (2005).

sócio-espacial destes no cenário urbano (SOUZA, 2006a; 2006b; 2000a; 1996; 1994a; 1994b). Com efeito, "os impactos de drogas de varejo sobre as favelas e sobre a relação entre as favelas e a cidade dita 'formal' (...) têm trazido como conseqüência um agravamento da segregação residencial induzida" (SOUZA, 2006b: 472).

O processo histórico de formação das favelas cariocas¹²³, de sua expansão e consolidação, no contexto de sua relação com a cidade, foi marcado pela constante presença de mecanismos de controle e contenção sócio-espaciais, fossem eles introduzidos pelo Poder Público ou por instituições não-estatais. O processo apresentado nos demonstra que a segregação não se restringe apenas ao isolamento residencial e ao confinamento das práticas sociais em determinados espaços da cidade. Pelo contrário, a segregação no Rio de Janeiro foi marcada, em especial na Zona Sul, pela presença física muito próxima entre favelas e áreas "formais", em particular áreas "nobres", o que implicou na construção de representações sociais e mecanismos de distinção e constrangimento capazes de delimitar fronteiras entre ricos e pobres, entre moradores da cidade e moradores da favela. Neste sentido, o simbólico teve um papel representativo na relação entre as favelas e a cidade, contribuindo para a construção de uma dada representação sobre esses espaços e a afirmação de mecanismos de distinção que tomava tais representações como referência.

O estudo de PERLMAN (2002) demonstrou esse processo, revelando que por trás de ações supostamente bem intencionadas, se escondia um projeto político e ideológico profundamente compromissado com os interesses dos setores dominantes. A conjuntura autoritária – pano de fundo da análise de PERLMAN -, certamente foi o fator decisivo para que os mecanismos simbólicos assumissem uma forma prática, materializando-se em uma política explícita de segregação espacial, revelada no deslocamento massivo de moradores de favelas para áreas distantes e isoladas das áreas de interesse imobiliário e estético dos setores dominantes. A política de remoções, contudo, teve seu curso interrompido pela crescente pressão social do processo de democratização, implicando em uma nova postura do Poder Público, que se

100

¹²³ Este assunto será abordado de maneira mais aprofundada no capítulo 4.

voltaria, dessa vez, para intervenções de melhoria, e não mais de remoção, das áreas favelizadas, a exemplo do que ocorreu na Maré. A nova conjuntura, no entanto, ao mesmo tempo em que pareceu favorecer gradativamente os mais pobres, também provocou reações dos setores dominantes, que sem perder seu censo conservadorista, manteve as bases ideológicas que sustentaram o discurso remocionista. Dessa vez, contudo, ao invés apenas da segregação induzida dos pobres, as elites lançaram mão de uma nova estratégia, centrada na "auto-segregação" baseada na formação de novos espaços de moradia, os condomínios fechados. A própria reação dos setores conservadores em relação à eleição de Leonel Brizola revela isso. Com um governo de viés populista, Brizola nunca foi bem visto pelos setores dominantes da cidade, que até hoje o responsabilizam pelo aumento do número de camelôs nas ruas, pelo aumento e consolidação das favelas e pelo aumento da violência.

Um exemplo que elucida essa questão pode ser tirado do editorial do *Jornal do Brasil* de 17/11/1994. No texto em questão, há uma crítica à prática populista do brizolismo que nos revela que, de certo modo, determinados sujeitos sociais – como os camelôs e pivetes, precisariam de outro tratamento, mais *policiador*¹²⁴:

"(...) a presença de camelôs, pedintes e menores desassistidos (...), nos espaços públicos aumentou consideravelmente nos últimos anos, também devido a uma concepção específica no que concerne às camadas mais pobres da cidade. O governo brizolista, dentro da lógica populista, deu a essas categorias acesso quase irrestrito às ruas, sustentado por uma visão de cidadania e direitos humanos. São situações distintas que merecem análises específicas, mas que tomadas em conjunto produzem um quadro urbano particularmente tumultuado. Existem ligações claras entre ambulantes, pedintes e meninos de rua com o mundo do crime em diversos níveis (...) seja como carrascos, seja como vítimas, ou às vezes nos dois papéis, estão envolvidos em atividades ilegais (...) é fundamental incluir no projeto de controle à violência no Rio a reorganização do espaço público, convulsionado por políticas populistas. A heterogeneidade

-

¹²⁴ Quando nos referimos ao termo policiar, ou policiador, estamos querendo afirmar um conjunto de práticas de cunho regulador, normalizador, civilizador e ao mesmo tempo vigilantes que se aplicam (ou se tentam aplicar) sobre os setores populares.

de experiências e estilos de vida não deve ser usada para legitimar o caos e a insegurança das ruas". 125

O editorial do *Jornal do Brasil*, datado de um momento marcado pelo crescimento da violência, do medo e da sensação de insegurança, ao construir a crítica ao segundo mandato de Brizola¹²⁶, revela uma percepção sobre os pobres e marginalizados da cidade que se consolida justamente ao longo dos anos 90, e que remete a uma representação social desses sujeitos como ligados à criminalidade, seja como agentes, seja como cúmplices. Essa representação parte do princípio que os pobres da cidade constituem a principal ameaça à ordem pública, e constrói uma concepção criminalizante de sua condição na cidade. Sem perder de vista as dimensões da ausência, da carência e da homogeneidade, essa nova representação sustenta-se fortemente na idéia de que a violência urbana é resultado da existência dos pobres, mais especificamente, dos moradores de favelas, e que por isso mesmo, entende que o enfrentamento da violência perpassa pela reordenação do espaço público. Nestes termos, configura-se um projeto de cidade centrado em dois pilares: o primeiro refere-se à necessidade de enfrentamento da criminalidade, e sustenta-se em uma concepção de segurança pública pautada pelo endurecimento da ação policial, a exemplo da política de "tolerância zero" implementada em Nova York¹²⁷. O segundo, refere-se ao ordenamento urbano, que se sustenta em uma concepção de "limpeza" das ruas, de embelezamento e de ordem. Esse modelo ganha força com a eleição de César Maia 128 à

¹²⁵ Jornal do Brasil, editorial Opinião, 17/11/1994, p. 11.

Neste momento Leonel Brizola já havia deixado o governo para se candidatar à Presidência da República, mas seu legado permaneceria com seu vice, Nilo Batista (Secretário de Polícia Civil e, posteriormente, da Justiça) até janeiro de 1995, quando assumiu o governador eleito Marcello Alencar, prefeito do Rio por duas vezes e candidato ao governo pelo PSDB. A crítica ao caos no Rio de Janeiro era uma maneira não apenas de enfraquecer Brizola na disputa presidencial — primeira após o impeachment de Fernando Collor, como também fortalecer de a candidatura de Marcello Alencar, de oposição à Brizola e de linha política claramente conservadora. O legado do Brizolismo no Rio é muito importante. Para se ter uma idéia, entre 1983 e 1993, todos os prefeitos foram do PDT. César Maia, eleito em 1993 pelo PMDB, também havia sido pedetista.

¹²⁷ O então candidato ao Governo do Estado e posteriormente eleito, Anthony Garotinho, tinha em sua plataforma eleitoral um forte discurso sobre segurança pública, revelando o quanto essa questão vinha mobilizando a sociedade fluminense e muito especialmente os moradores da metrópole carioca.

¹²⁸ César Maia foi prefeito entre 1993 e 1996, elegendo seu sucessor, Luiz Paulo Conde, e retornando, em 2001, para ser reeleito em 2005, em um legado que soma em 2008, ao fim de seu último mandato, 15 anos ininterruptos de uma gestão comprometida com uma lógica mercadológica do espaço urbano e de grande responsabilidade sobre o processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, especialmente no que diz respeito a criação de condições favoráveis à expansão do mercado imobiliário na Barra da Tijuca.

Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1993, que implementa uma série de intervenções urbanísticas através dos programas "Rio Cidade" e "Favela Bairro", que intervém nos bairros e nas favelas respectivamente, na perspectiva da melhoria das vias públicas, da acessibilidade, no embelezamento e na ordem pública, que incluía a realocação dos camelôs em áreas especificamente destinadas a eles, os "camelódromos". César Maia também impulsiona sobremaneira o mercado imobiliário para as camadas médias e altas, através da concessão de alvarás para a construção de novos empreendimentos imobiliários, em especial na Barra da Tijuca. César Maia também criou a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, indo a reboque da lógica da "tolerância zero", sendo esta responsável direta pelo controle do ordenamento urbano, o que gerou inúmeros confrontos com camelôs e a inibição da presença de mendigos e crianças de rua, especialmente na Zona Sul da cidade.

Nestes termos, se por um lado temos uma ação a ser executada pela polícia e, portanto da alçada do Governo Estadual, por outro, temos ações na cidade, de responsabilidade da Prefeitura. Serão esses dois pilares que sustentarão o debate público, as plataformas eleitorais e a gestão dos governos no período em questão. É de suma importância identificar que o resultado desse debate público e agenda política dos governos gerou, de um lado, o aumento da repressão policial ao tráfico de drogas, colocando a realidade das favelas e o problema do tráfico em evidência no debate público, tornando-os praticamente uma secão à parte dos noticiários, diariamente relatados pela mídia 129. De outro, provocou uma reação positiva, de aprovação, da população sobre as ações em curso, por entenderem que o uso da força se fazia necessário tanto para o enfrentamento da violência, especialmente do tráfico, como também para a instauração da ordem urbana.

Nesse contexto, a representação social das favelas e de seus moradores, ganha força como meio de se identificar um inimigo comum aos dois problemas da cidade: as favelas eram ao mesmo tempo a expressão maior do caos e da desordem urbana, bastante enfrentada pela Prefeitura e, ao

¹²⁹ Para um aprofundamento do tratamento do fenômeno da violência pela mídia, sugere-se uma importante pesquisa realizada pelo CESeC, que pode ser encontrada http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim10.pdf

mesmo tempo, expressão do quadro de violência, fosse ela do tráfico ou de outras modalidades criminosas, já que seus moradores eram diretamente ligados aos crimes na cidade. Com isso, observa-se um reforço às representações historicamente construídas sobre as favelas e seus moradores, com um componente novo, historicamente situado, e que os associa à ameaça à ordem pública pelo viés da violência e da ilegalidade da favela. Tanto é que as duas frentes de intervenção, a repressão policial e o programa "Favela Bairro" centram-se na "guerra às drogas" e na legalização como estratégias na "frente de batalha" travada nas favelas cariocas.

Este processo se insere no contexto do que estamos referenciando com "atualização" do "mito da marginalidade" (SOUZA, 1994, 1996, 2000, 2006a, 2006b). O pressuposto fundamental dessas ações é que a favela é o lugar do crime e que, por esta razão, devem-se empreender ações capazes de minimizar ou neutralizar uma tendência "natural" e determinística segundo a qual seus moradores, inevitavelmente, terão algum tipo de envolvimento com o crime. Neste caso, ganha força o discurso sobre os jovens, que diante do cenário atual, marcado pelo desemprego e pela ausência de políticas públicas focalizadas, são apresentados como a principal ameaça à ordem pública: estariam eles fortemente influenciados pelo tráfico, podendo aderir a esta rede, ou ainda praticar outros atos ilícitos. Assim, vai se construindo e se elaborando, aos poucos, um "tipo ideal", uma idéia comum e difundida da ameaça, do inimigo a combater. O jovem morador de favela, especialmente o negro, passa a ser a figura de referência nessa elaboração, que o concebe de duas formas: de um lado, como o "bom selvagem", o menino bom, de boa criação, estudioso e trabalhador, bastante abordado em filmes e representado quase que romanticamente pelos grupos de esquerda. De outro, o "bandido", que é resultado, nessa interpretação, das estruturas perversas do espaço onde vive, sendo também um sujeito que é marcado, desde cedo, por escolhas que definirão, pouco a pouco, seu caráter. Em geral, esse "bandido", por ser formado desde cedo, quando criança, fruto dos determinismos da favela, dificilmente mudaria sua postura frente ao mundo, sendo, portanto uma "geração perdida", não cabendo a ele nenhuma saída, a não ser morrer cedo em algum confronto com outros grupos criminosos ou com a polícia. Essas

concepções do jovem da favela vêm atravessando inúmeras concepções a seu respeito, pautando uma falsa construção polarizada entre o bem e o mal, incapaz de mostrar que o jovem da favela pode ir para muito além dessas duas categorias, que ZALUAR (1994; 2004), em seu trabalho, e baseada nas representações dos moradores de favelas, classificou de "trabalhadores" e "bandidos". Com isso, é importante reiterar que os mecanismos resultantes dessa representação social vêm provocando um agravamento da segregação na cidade, pois reforça os traços históricos que marcaram a distinção e o constrangimento na cidade através desse novo componente que é a violência.

A restrição da mobilidade espacial, a categorização estigmatizante dos espaços da cidade e a imposição de barreiras físicas e simbólicas através de mecanismos estéticos, de controle dos acessos e de isolamento corpóreo, são dimensões de um processo ampliado de produção de um espaço urbano fragmentado. Desta maneira, embora os processos espaciais resultantes da violência na cidade contribuam para sua fragmentação, eles não atuam sozinhos. Pelo contrário, se articulam a outros fatores, de escala ampliada, que no território adquirem singularidades.

Trata-se de processos que se inserem no contexto da produção capitalista do espaço, onde a produção do espaço reflete as desigualdades da sociedade e onde o mercado exerce influência sobre a tomada de decisões e mesmo na relação que a sociedade, de uma maneira ampliada, estabelecerá com o fenômeno da violência. Com efeito, os problemas ligados à violência na cidade se reproduzem a partir de sua apropriação enquanto fato impulsionador de novos nichos de mercado, de novos modelos de produção da moradia e de consumo na cidade. Igualmente, esse processo estabelece aprofundamento de visões estanques e estereotipadas dos grupos sociais indesejados no contexto de uma cidade limpa, ordenada e segura, e na intensificação de processos repressivos e criminalizantes, configurando uma tendência ao isolamento físico, social e cultural cada vez maior destes grupos na cidade. São processos espaciais resultantes de um conjunto de mudanças operadas nas políticas estatais no contexto neoliberal, segundo o qual, as contradições e problemas sociais têm como pano de fundo a criminalização estrutural da pobreza, onde as instituições da ordem colocam-se à disposição do Estado e do capital como meio de contenção social e isolamento corpóreo dos grupos indesejáveis nas cidades (WACQUANT, 2001a e 2003).

4.4. Mudanças em curso na estruturação do espaço urbano

A estruturação do espaço urbano no contexto capitalista produz disparidades resultantes de usos e funções diferenciados, o que reflete a espacialidade do capital, com a concentração e especialização de atividades. Essa diferenciação resulta de um processo historicamente determinado, o que na cidade capitalista sofre influência direta dos modelos produtivos. Nestes termos,

"a atual estruturação da cidade, a sua configuração territorial, a distribuição de classes pelo território, as hierarquias intra-urbanas e intra-regionais etc. têm relação direta com as próprias bases materiais do modo de produção hegemônico, a sua evolução (produção e reprodução), os processos de acumulação do capital e suas crises" (SOGAME, 2001: 98b).

Não se pode ignorar a centralidade das cidades diante dos processos macro-econômicos que vem ocorrendo desde meados dos anos 70, quando o capital redefine suas estratégias como forma de superação dos entraves provocados pela crise do modelo produtivo fordista. Sendo o espaço definido e redefinido de acordo com a conjuntura da dinâmica social (CASTELLS, 1983), as cidades, ao atuarem como lócus de tomada e circulação de decisões, investimentos e poder político, têm seu quadro afetado pelas mudanças macrosociais. Desta maneira,

"As transformações sofridas pela metrópole a partir da redefinição do processo produtivo, impostas pelo estágio atual da acumulação do capital, impõe uma nova fase para o desenvolvimento do ciclo capitalista, modificando estruturas produtivas, impondo um novo padrão de competitividade, flexibilizando os processos produtivos (e contratos de trabalho), reestruturando espaços de produção e, com isso, produzindo um novo modelo espacial, sem contar que, em sua

redefinição, o processo impõe novos padrões para a realização da vida urbana" CARLOS (2001: 86).

Esses novos padrões impostos à realização da vida urbana interferem sobremaneira na distribuição espacial de serviços, locais de trabalho e moradia, sujeitos a uma articulação entre os processos globais e dinâmicas locais. Como afirmam KEMPEN & OZUEKREM (1998),

"Because of this interrelatedness, areas within the city are also influenced by developments and decisions on higher spatial levels. Many sociologists and geographers now agree that patterns of segregation and concentration change as a consequence of individual household decisions in response to the complex interaction of a variety of structures and developments on different spatial levels. General processes - like economic restructuring at a global level - have their impact on local situations and developments and on choice patterns of households"

MARCUSE & KEMPEN (2000) também destacam o papel das mudanças estruturais do modelo capitalista no processo de transformação das cidades, algo, segundo eles, já consensuado entre estudiosos do tema. No entanto, caberia perguntar de que maneira essas mudanças afetam a forma espacial das cidades, e ainda se esses padrões de mudança são os mesmos para todas as cidades. Estes autores acreditam que os impactos da globalização sobre as cidades se refletem no aprofundamento das contradições preexistentes, podendo-se observar a conformação de novas estruturas espaciais, que reforçam e agravam processos sócio-espaciais segregatórios. Por causa disso, um conjunto de mudanças bastante visíveis que vêm produzindo impactos relevantes na vida nas cidades, que têm como resultado o fortalecimento das divisões no interior das cidades e da desigualdade entre essas áreas. Os autores apontam algumas tendências dessas mudanças, que em síntese representam o fortalecimento estrutural das divisões espaciais entre áreas da cidade, como aumento das desigualdades e acirramento das divisões entre essas áreas, marcadas pelo crescimento de áreas de moradia de alto poder aquisitivo (fortified citadels), cercadas por muros e outros mecanismos defensivos contra ameaças externas, tendo como resultado um isolamento cada vez maior destas áreas em relação ao entorno. Chamam também a atenção para o aumento da totalização da vida no interior das áreas autosegregadas, onde um conjunto de serviços e facilidades, tais como comércios, centros empresariais e espaços de lazer conduzem a um modo de vida cada vez mais restrito aos muros e guaritas.

MARCUSE (1997b) sinaliza um conjunto de formações espaciais resultantes desses novos processos decorrentes da sociedade pós-fordista norte-americana, os "excluded ghettos", os "exclusionary enclaves" e as "fortified and totalizing citadels", o "totalizing suburb". Se as duas primeiras formações consistem em espaços segregados, dotados de um forte processo de exclusão e estigmatização, caracterizando aquilo que WACQUANT (2001) caracteriza como espaço da nova pobreza urbana, as outras duas consistem em walled and gated communities (GRANT & MITTELSTEADT, 2004; MARCUSE, 1997b, 1997b; AALBERS, 2003), que vem se difundindo como modelo de moradia para os setores mais abastados de diferentes sociedades, cuja característica comum é a busca pela segurança e isolamento de populações indesejáveis.

Estes modelos, difundidos mundialmente, como observam vários estudos (AALBERS, 2003; WALEY, 2000; WACQUANT, 1999; CALDEIRA, 2003; RIBEIRO, 1997; SOUZA, 2000 e, sobretudo, 2006b; para citar apenas alguns exemplos) vêm ganhando formas diferenciadas no território, uma vez que um conjunto de fatores, de ordem geográfica, econômica, política, racial, social, bem como o lugar assumido no processo de globalização (MARCUSE & KEMPEN, 2000: 266-270) produz diferenciações nos modelos, não se podendo afirmar que exista um conjunto unificado de formas urbanas (GRANT & MITTELSTEADT, 2004), sendo, antes, tendências verificadas que apresentam um padrão semelhante observado em várias cidades no mundo (MARCUSE & KEMPEN, 2000). Assim, embora o modelo de "excluded ghetto" não se aplique à realidade latino-americana observam-se processos igualmente complexos de segregação de grupos excluídos, tais como os as favelas, *barriadas* e *poblaciones* na América Latina. Como sinalizam PETERS & SKOP (2005),

"Latin American mega-cities have developed within a specific set of cultural, social, and economic conditions. Indeed, social and

economic inequality and highly segregated development patterns have contributed to a socially and culturally fragmented urban environment. The combination of formal and informal urban development patterns, weak land-use planning, inequitable economic opportunities, and unequal social divisions have created divergent, and highly localized patterns of spatial segregation in varying Latin American urban contexts. Other physical geographic influences (like abrupt mountain features and coastal boundaries) also shape urban form in Latin America. As a result, multiple urban structures and development patterns have emerged in Latin American mega-cities".

Ao analisar primeiramente os fatores macro-estruturais, como faremos no item a seguir, para daí então analisarmos as especificidades do processo de segregação e estigmatização sócio-espaciais no Rio de Janeiro, buscaremos dar conta dessa correlação entre múltiplas escalas (geográficas, econômicas, culturais e sociais), indispensável à análise dos processos espaciais em curso nas cidades contemporâneas.

4.5. A nova pobreza urbana e emergência do "Estado Penal"

A partir de meados da década de 1970 a economia mundial sofreu profundas transformações, decorrentes de respostas do capitalismo a sucessivas crises, que tiveram seu auge em 1973, quando os países membros da OPEP decidiram aumentar o preço do petróleo e quando o modelo produtivo baseado na promoção da demanda assinala desgastes decorrentes de sucessivas crises de abastecimento (HARVEY, 1992; HOBSBAWM, 1996). Com efeito, os impactos do preço do petróleo impulsionaram uma série de mudanças não apenas no setor produtivo, mas também de ordem política e social. Enquanto as empresas adotavam medidas para a diminuição radical dos custos, os Estados também se ajustavam aos novos tempos, adequando-se ao novo formato das empresas. Operava-se, desde então, um conjunto de mudanças significativas no papel do Estado, nas relações de trabalho e, por conseguinte, na vida em sociedade em geral, uma vez que as mudanças em curso implicaram em uma gradativa reformulação dos valores estéticos e morais até então vigentes. A este conjunto transformações, o geógrafo David

HARVEY (1993) denominou "acumulação flexível", uma vez que eram mudanças apoiadas no confronto direto com o modelo fordista-keynesianista que teve seu auge nos 30 anos de ouro do pós-II Guerra Mundial.

O acordo de Bretton Woods e o Plano Marshal, garantiram, nos anos seguintes ao pós-Il Guerra, um período de vertiginoso crescimento econômico no mundo capitalista, tendo por base o Estado do bem-estar social e a produção verticalizada e reguladora da demanda. Com a saturação dos mercados nos anos 60, a Era de Ouro (HOBSBAWM, 1996) começava a dar seus sinais de desgaste, até que a crise de petróleo a colocou em xeque. Como assinala HOBSBAWM (1996:393), "[a] história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente."

Medidas focadas na redução de custos de produção, envolvendo a adoção de processos produtivos mais flexíveis, mão-de-obra mais barata e menos sindicalizada e leis ambientais inexistentes ou pouco rígidas, articuladas a um sistema de comunicação, gestão e distribuição, redesenharam o mundo capitalista desde então. As empresas buscaram novos espaços de produção, em países até então desconhecidos ou pouco expressivos na economia mundial, e uma nova dinâmica sócio-espacial se estabelece a nível global, entre os países e a nível local, seja em função dos impactos produzidos diretamente por essas mudanças, especialmente na estrutura econômica e produtiva dos territórios e no papel das cidades neste cenário marcado por novas centralidades (LEBORGNE & LIPIETZ, 1990; SANTOS, 1990).

Nestes termos.

"a acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado

'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' (...) no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitaram a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado" (HARVEY, 1992: 140).

As mudanças operadas pelo capitalismo desde então vêm reconfigurando a geografia mundial, com efeitos locais bastante visíveis. Em que pese o fato das distâncias geográficas terem se encurtado, revelando a "compressão do espaço-tempo", a geografia nunca teve um papel tão importante na história, visto que o espaço torna-se um componente central na definição das estratégias das empresas.

Um dos efeitos mais nítidos desse processo é a transferência de empresas estrangeiras para países periféricos ou semi-periféricos. A busca por áreas dotadas de infra-estrutura, legislações ambientais permissivas ou frouxas, baixo nível de sindicalização e mão-de-obra barata, dotada de qualificações mínimas, passaram a serem os critérios na definição de uma área para a instalação de uma empresa (LIPIETZ & LEBORGNE, 1990; KUMAR, 1996). Os Estados, nesta direção, buscaram criar atrativos para que essas empresas os escolhessem, caracterizando uma "guerra dos lugares" (SANTOS, 1996 e 1999). Assim, passa a ser o uso do território, e não mais o território em si mesmo, o que define as relações no mundo capitalista. O conhecimento sobre o território, com suas potencialidades, suas conectividades e sua dinâmica são elementos decisivos na escolha do capital por um lugar.

As implicações sócio-espaciais desse processo refletiram-se especialmente sobre o mundo do trabalho, com a instauração do desemprego estrutural, uma vez que as empresas, dotadas de alta tecnologia, prescindiam de um número grande de trabalhadores, ao mesmo tempo em que as relações de trabalho se flexibilizam, fragilizando o trabalhador e mesmo qualquer resistência sindical. Como afirma HARVEY (1992: 144), "a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e

empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins". Em função disso, os sindicatos, que antes faziam bravata por melhores salários e condições de trabalho, agora passam a fazer concessões na busca da garantia de postos de trabalho, cada vez mais escassos e precários.

Evidente que neste processo, o Estado foi central, na medida em flexibilizou as leis trabalhistas. Mas não apenas isso. Na luta pelos investimentos estrangeiros, os governos operaram uma série de reformas no Estado. Estas reformas tiveram como referência o Consenso de Washington, que definiu um conjunto de orientações para a adequação política, econômica e social dos Estados ao novo desenho da economia mundial.

O Consenso de Washington previa três fases para a implementação do Estado neoliberal: a primeira delas previa a estabilização macroeconômica, com o fortalecimento da moeda mediante o controle da inflação; a segunda previa reformas estruturais, com a regulação dos mercados e a privatização das empresas estatais; por fim, apontava como fase final a retomada do crescimento econômico (FIORI, 1995).¹³⁰

As mudanças implementadas pelos Estados, contudo, só fizeram sentido na medida em que elas possibilitaram a própria flexibilidade do seu território. O Estado abria mão de seu papel centralizador do planejamento regional e adotava uma lógica baseada no planejamento estratégico, orientada para a maximização das condições de reprodução do capital. Com isso, o capital passa a ter liberdade para orientar seus investimentos, elegendo as localidades no território que melhor se adéquam às suas demandas. Como suporte, o Estado oferece infra-estrutura, inclusive provendo áreas onde esta não exista ou era ineficiente/insuficiente.

Com efeito, percebe-se em uma redefinição do papel das cidades no contexto de uma economia cada vez mais globalizada, onde o local deixa de ter sentido em si mesmo e conecta-se ao global de uma maneira somente possível em decorrência do desenvolvimento do meio técnico-científico-

As 10 regras básicas preconizadas pelo Consenso de Washington são: Disciplina fiscal, Redução dos gastos públicos, Reforma tributária, Juros de mercado, Câmbio de mercado, Abertura comercial, Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, Privatização das estatais, Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas), Direito à propriedade.

informacional (SANTOS, 1996). Trata-se do momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço ocorre com crescente conteúdo de ciências, técnicas e informação, onde se constroem as bases da fluidez do território, conferindo grande mobilidade ao capital (SANTOS, 1996). Como conclui DIAS (1996: 136), ao analisar a dotação de infra-estrutura das redes eletrônicas no Brasil e o fluxo de informações entre as cidades, "[trata-se] do advento de uma nova etapa no processo de urbanização, ao longo do qual o poder de controle sobre a economia e o espaço vai cada vez mais assentar-se na aptidão de certos lugares a manipular a informação", configurando aquilo que SANTOS (2005) atribuiu a uma "tecnoesfera" e a uma "psicoesfera" na conformação de uma racionalidade imprimida pelo meio técnico-científico-informacional ao território.

No caso brasileiro, a modernização seletiva do capital aprofundou as disparidades regionais, uma vez que privilegiou aquelas áreas já dotadas de uma certa infra-estrutura. Como afirma MATTOS (2000: 32), "a situação inicial de cada território (...) impõe um papel decisivo na distribuição territorial (...) das atividades produtivas e dos mercados de trabalho". Assim, as áreas que mais ganharam com o crescimento econômico decorrente da modernização desigual promovida pelo modelo de substituição de importações, foram as mais beneficiadas no novo contexto, uma vez que detém as condições materiais e imateriais para a reprodução do capital no contexto da globalização. Estas áreas compreendem o que DINIZ (1993) definiu como "polígono regional", formado pelos eixos Cuiabá-Curitiba-Porto Alegre-Florianópolis-Campinas-São Paulo-Santos-Rio de Janeiro-Belo Horizonte. Pode-se ainda falar, em um contexto mais amplo, de uma "região concentrada" (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Todavia, essa concentração macro-regional da presença do capital globalizado ocorre em um processo de expansão das fronteiras urbanas metropolitanas, a partir de cidades médias, onde se apresentam vantagens locacionais em comparação às grandes cidades, cujos sistemas urbanos encontram-se sobrecarregados, com grande incidência de "deseconomias de aglomeração".

Neste contexto emerge a "nova urbanização brasileira", caracterizada por novas centralidades e por um duplo fenômeno de "desmetropolização relativa" e "suburbanização ampliada" (SANTOS, 2005), ou, em outras palavras, um processo de produção de novas centralidades marcado pela difusão da urbanização em novas áreas, muitas das quais distantes dos antigos centros, que operam a partir das facilidades proporcionadas pela evolução dos meios de transporte e comunicação. Fenômeno que ocorre em paralelo à relativa diminuição do papel das grandes metrópoles, que têm seu crescimento desacelerado, especialmente se comparado a essas novas regiões urbanas.

Assim, de acordo com PAVIANI (1998), pode-se dizer que

"a urbanização é afetada diretamente pelos mecanismos desenvolvidos em escala planetária. As mudanças e transformações aceleradas pelo período técnico-científico se estendem e impactam diferentemente o meio urbano, de conformidade com sua dimensão e, sobretudo, com os formatos que assumem as gestões dos respectivos territórios" (PAVIANI, 1998: 185).

Ao analisar o caso de Los Angeles, que em um dado nível, "é precursora e sintomática de mudanças no processo de urbanização que provavelmente afetarão toda grande região metropolitana do mundo, em épocas diferentes e com intensidades diferentes", SOJA (1998: 167) chama a atenção para o fato de que

"a nova metrópole é crescentemente 'descentralizada' e cada vez mais um mosaico de desenvolvimento geograficamente desigual sobreposto a lentas concentricidades e cunhas setoriais da clássica cidade capitalista industrial. A mistura das novas e velhas formas (visto que as velhas certamente não desapareceram) está hoje desafiando nossas definições convencionais de urbano, suburbano, exurbano e rural, obrigando-nos a repensar as premissas básicas da teoria e da análises urbanas" (SOJA, 1998: 154).

Tais redefinições, seja da forma urbana ou das relações que se processam no interior das metrópoles, convergem para um ajuste que território e sociedade vêm sofrendo ao se tornarem mais fluidos e flexíveis às demandas

do capital globalizado. Assim, não se pode perder de vista as mudanças implementadas pelos governos, que refletem a redefinição do papel do Estado no desenho das políticas públicas e na gestão do território.

No âmbito dessas mudanças, que vêm redefinindo não apenas a forma urbana, mas também as relações que se processam no interior das metrópoles, nos chama a atenção, em particular, a "cidade carcerária", expressão tomada emprestada de Foucault por SOJA (1998), ou ainda a "polícia do espaço", utilizada por DAVIS (1993), e que exprimem a idéia de controle policial dos problemas urbanos, caracterizando um fenômeno marcado pela substituição progressiva do "Estado-Providência" pelo "Estado-Penitência" (WACQUANT, 2001b). Los Angeles, além de ser a maior cidade carcerária do mundo ocidental (WACQUANT, 2003), refletindo de maneira radical as mudanças que se processam no espaço e na sociedade diante da reestruturação do capital, mantém a violência e a obsessão com a segurança como elementos marcantes de sua psicogeografia (SOJA, 1998), revelando-se nas "florestas de pequenas e ameaçadoras plaquinhas que avisam: resposta armada!" (DAVIS, 1993: 205) ou ainda "ao encorajar as autoridades a manterem sob controle todos os fragmentos e polaridades, todas as orlas e adjacências" (SOJA, 1998: 165).

Nestes termos, a implementação de políticas neoliberais, é a expressão de uma nova postura adotada pelo Estado, preocupado em cortar gastos e direcionar, de forma altamente seletiva, os recursos públicos. Ocorre uma priorização cada vez maior do mercado como regulador da sociedade e do território, o que se reflete em uma diminuição radical da presença do Estado na área social. Com isso, as políticas neoliberais, que começaram a ser implementadas no Brasil a partir dos anos 90, ampliaram o grau de marginalização social, ao intensificar processos em curso na "década"

¹³¹ Para citarmos um exemplo externo, WACQUANT (2003) chama a atenção para a inversão ocorrida nos investimentos da área social em favor dos investimentos na área prisional do governo norte-americano: "Entre 1980 e 1993, a América multiplicou seus gastos carcerários por 4,6 em dólares correntes; ao mesmo tempo, o orçamento do programa AFDC [sigla de *Aid to Families with Dependent Children*] seguiu com dificuldade o ritmo da inflação com 86% de alta. Assim, no início do período o país gastava 50% a mais para AFDC do que para suas prisões (11 bilhões de dólares contra 7); em 1993 é o inverso (20 bilhões contra 32)" (WACQUANT, 2003: 85). Igualmente, se na chegada de Reagan – pai do neoliberalismo americano -, à Casa Branca, destinava-se 6,9 bilhões de dólares às prisões contra 27,4 bilhões para a habitação, dez anos mais tarde, os recursos invertiam-se, destinando-se 26,1 bilhões para as prisões e 10,6 bilhões para a habitação. Wacquant chega a sugerir se esta inversão não seria resultante de "um novo programa de habitação social no país" (WACQUANT, 2001: 86), uma vez que a construção de prisões passou a representar peso nos gastos governamentais.

perdida"¹³², tendo como reflexo mais notável um acréscimo significativo do setor informal em detrimento do setor formal no mercado de trabalho (DUPAS, 2001). Contribui para isso a redução e a desarticulação do Estado do Bem-Estar Social, que no caso brasileiro, onde este se fez pouco e precariamente presente, há que se considerar os efeitos de tais mudanças sobre a vida daqueles, que apesar de tudo, dependiam de seus benefícios. Com a diminuição do papel do Estado no atendimento às demandas sociais, os setores sociais mais fragilizados tornam-se vítimas de uma lógica segundo a qual a dilapidação dos serviços públicos ocorre de maneira mais acentuada nas áreas já historicamente desprivilegiadas embora proporcionalmente mais dependentes de tais recursos.

Cabe destacar que a agenda social neoliberal é baseada em mecanismos compensatórios e paliativos das contradições que este modelo produz, baseando-se, especialmente, no atendimento assistencialista às populações mais vulneráveis, focado no alívio da pobreza extrema. Sem que tal intervenção produza resultados concretos no que diz respeito a mudanças no quadro de vida, já que se desloca do foco da igualdade de direitos para o foco das "políticas compensatórias". Assim, a "manutenção da pobreza" em níveis toleráveis, tendo em vista a diminuição da tensão social, acaba por produzir mais tensões. De acordo com CORAGGIO (1999), esta política gera mais segregação e mais resistência da classe média em sustentar tais ações governamentais com seus impostos, tendo como resultado, uma menor legitimidade social das políticas implementadas. Com efeito, acentua-se a clivagem cultural entre os setores médios e os pobres debilitando ainda mais a integração social (CORAGGIO, 1999). Como demonstramos no capítulo 2, estes efeitos, somados ao componente do medo social e da violência urbana, são componentes de um processo crescente de segregação e estigmatização das cidades.

-

¹³² Cabe destacar, com base em BALTAR *et alli* (1997 apud. SOUZA 2000: 180) que na década de 80 "(...) o dinamismo da geração de empregos associado à trajetória de desenvolvimento das décadas anteriores foi interrompido. Nesse processo, a indústria perdeu a capacidade de dinamização da estrutura ocupacional. Os novos empregos foram criados sobretudo pelo comércio e prestação de serviços. Por esse ângulo, pode-se afirmar com tranqüilidade que o mercado de trabalho brasileiro deteriorou-se nos anos 80, já não oferecendo tantas oportunidades de ocupação vinculadas à continuidade da montagem e aperfeiçoamento do aparelho produtor de bens" (BALTAR *et alli*, 1997: 93 apud. SOUZA, 2000: 180).

Dessa maneira, o modelo de urbanização decorrente do modelo econômico, social e político adotado no Brasil, baseado na concentração social e territorial da riqueza e em políticas compensatórias de efeitos amenizadores das tensões sociais, tende a agravar ainda mais o quadro de desigualdades sociais nas cidades, através da disseminação da pobreza nos grandes centros urbanos, particularmente em função do aumento do subemprego, como demonstra DUPAS (2001): entre 1986 e 2000 houve uma queda de 43,6% dos empregos formais, enquanto que os empregos informais cresceram 56,4%. Some-se a isso o que o referido autor chama de "lumpenização da pobreza" no Brasil, visto que a renda média dos 20% mais pobres tem apresentado queda nos últimos anos.¹³³

Com efeito, apesar do grande crescimento econômico observado entre os anos 80, da "década perdida" e os anos 90, o Brasil se tornou mais desigual, o que revela que este crescimento econômico se deu às custas do empobrecimento de parcelas cada vez maiores da população. Como resultado, o Brasil se destaca como uma grande potência econômica no cenário mundial ao mesmo tempo em que amarga o topo da lista dos países com pior distribuição de renda do mundo, ao lado de Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suzilândia. 134

A expressão mais visível desse processo de concentração de renda diz respeito ao aumento das taxas de desemprego e de subemprego, resultante dos efeitos contraditórios de um processo de crescimento econômico dissociado do aumento das taxas de emprego. Fenômeno que se reproduz em especial nas metrópoles, visto que é nelas que os novos processos de regulação do capital e de reestruturação produtiva se estabelecem com maior impacto, dadas as condições de adaptação da estrutura produtiva e social herdada de momentos anteriores e acumuladas no espaço urbano, o resultado tem sido um número cada vez maior de assentamentos urbanos e de moradias precárias, em um novo impulso de expansão das áreas de moradia dos pobres. Nessas áreas prevalecem altas taxas de desemprego, desescolarização, baixa renda e forte presença de grupos criminosos que ocupam com atividades

¹³³ O autor utilizou como fonte a PNAD/IBGE.

¹³⁴ Relatório 2003 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

ilícitas o vácuo de soberania deixado pelo Estado. Destaca-se a situação da juventude, que além da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, tem sido a grande vítima de processos violentos que produzem altas taxas de letalidade.

Neste cenário, chama a atenção o crescimento numérico e político de um "hiperprecariado" no Brasil (SOUZA, 2008: 130), uma vez que um grande contingente de pessoas não tem possibilidade de acessar o mercado de trabalho formal, engrossando as fileiras da informalidade e do emprego precário. O termo "hiperprecariado, constitui, como o próprio autor esclarece, "o heterogêneo universo dos trabalhadores informais e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços extremamente desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas" (SOUZA, 2008: 131-132). Souza destaca ainda que o "hiperprecariado" sempre existiu, tendo expandido-se a partir dos anos 80 e 90, quando se tornou "sociopoliticamente visível, especialmente no que concerne a sua parcela ligada a ilegais e fortemente criminalizadas, como o tráfico de drogas no varejo" (SOUZA, 2008: 132).

Este fenômeno se reflete sobremaneira entre os jovens pobres, sendo eles os que mais sofrem com as "lacunas de trabalho" (...) derivada da não criação de novos postos de trabalho para uma crescente massa dos que querem trabalhar e/ou estão em idade de exercer uma atividade" (PAVIANI, 1998: 186). Em termos numéricos essa situação revela-se em uma juventude marcada pelo desemprego e pela baixa escolaridade, o que contribui significativamente para a perpetuação de um quadro de desemprego ou subemprego: na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 38% dos jovens de 15 a 24 anos, segundo dados da PNAD de 1999, não haviam completado o Ensino Fundamental e 12% estavam desempregados. Nas favelas, a situação é ainda pior. Dados de 1997 revelam que 62% dos jovens não haviam completado o Ensino Fundamental e 18,6% estavam desempregados (SILVA & FONTES, 2001). Contudo, o dado mais revelador é o trazido por SILVA & URANI (2002) de que mais de 20% dos jovens das favelas não estão nem estudando nem trabalhando o que aponta, na opinião dos autores, para um

contingente significativo que pode vir a trabalhar no tráfico ou em outras redes ilícitas. O acesso facilitado destes jovens às redes criminosas, que se territorializaram nos espaços empobrecidos das grandes cidades, como é o caso do tráfico de drogas no varejo, tem levado muitos deles a optarem pelo caminho do crime, já que ser "trabalhador", que no entendimento de muitos deles, é coisa de "otário" (ZALUAR, 1994). O mundo do crime, em que pese os riscos de morte e prisão, se apresenta como um campo de possibilidades que estes jovens, de baixa escolaridade e sem perspectivas na vida, dificilmente teriam. O crime proporciona o acesso a bens materiais, ao prestígio, ao poder e a visibilidade, suprindo, com isso, uma demanda que a própria sociedade, ao marginalizá-los, gerou. 135

Para SOUZA (2008), esta expansão do "hiperprecariado" vem tornando-se, em certa medida, um sério fator de instabilidade sociopolítica, quando se trata de pensar naqueles que ingressam no mundo do crime. Isso, no entanto, não significa que o crime, especialmente o crime organizado, constitua uma ameaça à ordem capitalista. Em certa medida o crime pode sim entrar em choque com a ordem capitalista no que tange às ameaças a estabilidade social e à propriedade. No entanto, seu papel é muito mais "funcional", na medida em que alimenta uma indústria da segurança e do "viver em segurança", cujos exemplos mais nítidos são os condomínios exclusivos e os *shoppings centers* (SOUZA, 1996a). Entretanto, cabe considerar que a exacerbação das tensões sociais e da repressão estatal a esse "hiperprecariado" nos termos do agravamento da criminalização da pobreza, vem se colocando como um obstáculo à democracia nos grandes centros urbanos (SOUZA, 2000a; 2006a, 2008).

¹³⁵ É muito importante deixar claro que o ingresso no mundo do crime não é algo "automático", ou ainda uma tendência "natural" para os jovens moradores de favelas. A experiência do autor, no trabalho com jovens inseridos na rede do tráfico de drogas em 34 favelas cariocas revela que este ingresso é permeado por um conjunto de fatores altamente complexos, tanto do ponto de vista econômico e social, como a fragilidade das redes sociais de apoio vicinal até elementos de ordem subjetiva, o que se reflete, no limite, na escolha pelo crime. Ilustração disso é o caso trazido por VENTURA (1994) do chefe do tráfico de Vigário Geral, Flavio Negão, e seu irmão. Ambos tiveram uma mesma criação, mas apesar disso, tiveram ambições diferentes, alimentadas por disposições subjetivas singulares e por relações de grupo tecidas diferentemente. Daí a indagação de Ventura: "por que uns e não outros?", resgatada por SILVA (2002) ao analisar, a partir de um referencial centrado em trajetórias individuais, os fatores que levavam jovens pobres a cursarem a universidade, e outros não. Abordagem teórica posteriormente aproveitada em outras pesquisas, desta vez com crianças e adolescentes do tráfico (SILVA & URANI, 2002 e OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2006).

Essa realidade, contudo, não é uma exclusividade do Brasil, muito embora, como temos demonstrado se expressa na singularidade de nossos problemas sociais. Outros autores, de outros países cuja realidade, apesar de distante, se aproxima do ponto de vista macro-social, também têm revelado, em seus estudos, alguns aspectos que podem nos ajudar a refletir melhor sobre a situação brasileira.

Na análise da realidade urbana italiana, Enzo MINGIONE (1993) também apresenta alguns elementos que no plano macro-social se reproduzem no Brasil. Para Mingione, "a nova pobreza urbana", resulta das mudanças sócio-econômicas do modelo pós-fordista. Segundo o autor, a cidadania, no contexto atual, divide-se em dois subsistemas, condicionados pelas condições do mercado de trabalho e oportunidades de emprego. Neste cenário, uma classe de cidadãos de segunda categoria ("second-class citizens"), que têm dificuldades em obter emprego, tem uma rede social muito fragilizada, e dificuldade de acesso aos serviços públicos, justamente em função de sua precarização. Um dos reflexos desse processo, nas palavras do sociólogo italiano,

"is that policies oriented toward control and repression of deviant behavior – a form of creeping criminalization of poverty – increasingly prevail over more sophisticated, but not necessarily more expensive, prevention and rehabilitation programs" (MINGIONE, 1993: 212).

A análise de WACQUANT (2001) no contexto da "marginalidade avançada", também chama à atenção as mudanças no mundo do trabalho. Com a "dessocialização" do trabalho assalariado, tendo em vista a eliminação dos postos de trabalho de baixa qualificação e a degradação das condições e contratos de trabalho, Wacquant observa uma conversão da classe trabalhadora em "supérfluo", ou, em outros termos, "um excedente populacional perfeito, que provavelmente nunca encontrará trabalho de novo" (WACQUANT, 2001: 188). Ao mesmo tempo, observa o sociólogo francês que a geração de novos postos de trabalho e o crescimento econômico não necessariamente contribuiriam para a diminuição das disparidades sociais. Pelo contrário, como afirma o autor, observa-se o agravamento da desigualdade no contexto do

avanço econômico global e da prosperidade, refletindo o "desacoplamento" da marginalidade das flutuações cíclicas da economia nacional. A contribuição de Wacquant nos permite identificar o contexto de marginalização e estigmatização dos pobres urbanos a partir de um viés sócio-histórico, marcado por mudanças econômicas e políticas que surtem efeitos devastadores sobre os setores mais fragilizados da sociedade.

Assim, nesse cenário, onde emerge a "nova pobreza urbana" (MINGIONE, 1993), ou ainda o "hiperprecariado" (SOUZA, 2008), observa-se que a relativa diminuição do papel do Estado do bem-estar social vem sendo gradativamente substituída por um estado repressor, um "estado penitência" (WACQUANT, 2001b), que faz uso da polícia como principal instrumento de contenção dos efeitos da "reconfiguração da pobreza" (RIBEIRO, 2005). Evidentemente, a ação do Estado na contenção do cenário em tela é variável a depender do legado histórico-social de cada país. Na França, por exemplo, o geógrafo Mustafá Dikeç chama a atenção para um "republican penal state" (DIKEÇ, 2006), onde

"with a republican twist, and shifted emphasis from prevention to repression through a legitimising dicourse organized around 'the republic' under threat by allegedly incompatible cultural differences and the formation of 'communities' unacceptable under the 'once and indivisible' republic" (DIKEÇ, 2006: 60). 136

DIKEÇ (2006) considera que o neoliberalismo opera na escala urbana algumas manifestações que conferem às cidades uma racionalidade política necessária a sua reprodução em moldes neoliberais. Destaca (i) a institucionalização de uma competição inter-urbana e inter-regional através de políticas urbanas na lógica do mercado; (ii) a imposição de uma "social landscape" às cidades, que visa deslocar grupos indesejados das cidades, garantindo um ambiente adequado a atração de investimentos; e (iii) as estratégias agressivas de policiamento e vigilância direcionada para grupos e

¹³⁶ Cabe destacar que as realidades européia, americana e latino-americana diferem significativamente uma da outra, cabendo, desta forma, um cuidado necessário ao trazê-las à tona na busca por uma explicação das relações entre as transformações macro do capitalismo e os efeitos e respostas regionais, nacionais e locais.

espaços específicos, criminalização da pobreza e o crescimento do uso do sistema penal. Para o geógrafo,

"Neoliberalism requires 'political intervention and orchestration' (...) – through political institutions, law, policy, institutional practices and social norms – in order to encourage and facilitate competition, efficiency and rational economic behavior on the part of the individual members and institutions of the society" (DIKEÇ, 2006: 64)

Na análise de WACQUANT (2001a), sobre a "marginalidade avançada" na Europa e Estados Unidos, esses elementos também são explorados. Apesar dos riscos das comparações de realidades tão distintas, como a brasileira daquelas analisadas pelo autor, é notório considerar que alguns efeitos da globalização no mundo do trabalho e na política têm sido em certa medida, mais dramáticos aqui, especialmente pelo fato de a polícia já ter um histórico de relações com os setores populares marcadas pela criminalização da pobreza (BRETAS, 1997). Não desejamos, com isso, "importar" a noção de marginalidade avançada desenvolvida pelo autor, mas refletir, a partir dela, alguns elementos que marcam a marginalização e estigmatização dos pobres urbanos no Brasil, em particular do Rio de Janeiro, realidade por nós analisada e, portanto, mais apreensível nos termos da análise do sociólogo francês. Cabe considerar ainda que um Estado repressor no Brasil não uma novidade histórica. A criminalização dos grupos sociais populares é um dado da relação entre Estado e pobreza no Brasil, conforme já nos referimos em trabalhos anteriores (FERNANDES, 2005), com base no trabalho de BRETAS (1997) e PECHMAN (2002).

No bojo dessas mudanças, destaca-se a dinâmica espacial da marginalização, marcada pela concentração e estigmatização. Para WACQUANT (2001a), essa dinâmica é caracterizada por quatro elementos, que no âmbito de nossa pesquisa, nos interessam mais diretamente. Primeiramente, o autor fala da "fixação e estigmatização territorial" que se

¹³⁷ Em que pese a formação sociológica de Wacquant, cabe considerar o equívoco do uso do conceito de território. Em seu trabalho, o sociólogo francês utiliza-se desse conceito na maior parte das vezes referindo-se a um recorte espacial, ou melhor, a um substrato material do espaço. O conceito de território remete a um espaço delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995) e, nos termos dessa delimitação, a territorialidade constitui um mecanismo de afetar, influenciar ou controlar pessoas,

refere à concentração da marginalidade avançada em espaços bemdemarcados. O estigma sobre tais espaços tende a sobrepor-se ao estigma da pobreza e outros estigmas (raça, descendência, etc). Como desdobramento desse processo, observa-se um sentimento de culpa e vergonha dos moradores sobre seu lugar de moradia, pervertendo as relações humanas. A "mancha", ou "marca espacial", decorrente desse processo, acaba sendo desviado para o outro, o que implica na estigmatização dos moradores pelos próprios moradores. Com isso, percebe-se uma "alienação territorial" cada vez maior, com a dissolução do sentimento de pertencimento e identidade locais e a conseqüente busca por iniciativas individuais em detrimento de estratégias comunitaristas. Tais iniciativas, muitas vezes, ligam-se às possibilidades mais imediatas disponíveis nos espaços estigmatizados, que são ofertas de trabalho nos setores informais e em atividades ilegais/criminosas, configurando a "perda de um interior viável" no âmbito das possibilidades de mudança e ascensão social na comunidade de origem. Por fim, Wacquant refere-se à

"fragmentação simbólica e social" dos espaços estigmatizados, visto que a marginalidade avançada surge em um contexto de decomposição da classe trabalhadora. Nestes termos, "a ausência de uma linguagem comum que os unifiquem simbolicamente acentua a dispersão e a fragmentação social dos novos pobres urbanos" (WACQUANT, 2001a: 171).

Há que se considerar que os efeitos das mudanças econômicas, associados a componentes específicos de cada realidade urbana produzem resultados que não necessariamente se reproduzem com a mesma forma e força em outros espaços.

Em sua análise da "metropolização da questão social brasileira" RIBEIRO (2005) acredita que as transformações econômicas que estão reconfigurando a natureza e a composição da pobreza urbana têm implicação na decomposição das estruturas sociais que serviam de suporte para a reprodução social e têm transformado as relações entre pobres urbanos e o

fenômenos e relações a partir da delimitação e controle de uma área geográfica (SACK, 1986). Dessa maneira, ao nos "apropriarmos" das idéias e conceitos trazidos por Wacquant, o faremos a partir de uma pequena "correção terminológica" sob o ponto de vista geográfico: "estigma territorial" e "fixação territorial" serão tomados, aqui, como "estigma sócio-espacial" e "fixação espacial".

resto da sociedade. No entender de Ribeiro, a reconfiguração da pobreza se expressa: (i) pela ruptura das relações entre o contingente de pobres e o desempenho macro-econômico; (ii) pelas mudanças na inserção dos pobres urbanos na estrutura sócio-ocupacional; (iii) pela "desestruturação" social no plano da "comunidade"; e (iv) pela tendência ao aumento do distanciamento social, econômico e cultural dos pobres em relação ao resto da sociedade. Este processo de distanciamento expressa-se pelo distanciamento espacial, pela construção de enclaves territoriais, pela construção de barreiras simbólicas e pelo desenvolvimento de uma sub-cultura.

Para LAGO (2000), ao longo dos anos 80 e 90 um novo padrão de segregação se configura nas cidades brasileiras, contrapondo-se ao modelo "centro-periferia". Este novo padrão, fragmentado e excludente, configura-se a partir de uma mudança na escala da segregação — com a redução das distâncias físicas entre ricos e pobres -, e na natureza da segregação — a partir da conformação de espaços "auto-segregados" pelos grupos sociais mais abastados em enclaves desconectados da vida urbana local, e pela segregação compulsória das camadas sociais menos abastadas, em espaços entendidos como disfuncionais para a economia urbana e de risco para a ordem urbana.

Estes elementos que caracterizam o novo padrão de segregação nas cidades brasileiras é referenciado não apenas por processos econômicos associados à redistribuição das atividades econômicas no território que marcam a "desmetropolização relativa" e a "suburbanização ampliada" (SANTOS, 2005), como também, e muito especialmente, em resposta à violência urbana. Com efeito, os mecanismos históricos de segregação ganham força com este novo cenário, marcado pela fragmentação da cidade e pela conformação de um duplo processo de segregação, um forçosamente induzido, materializado nas periferias pobres, nas favelas e cortiços; e outro resultante da escolha dos setores mais abastados em se isolar e se proteger da violência, da desordem urbana e da ameaça ao seu modo de vida, que constituem formas urbanas que CALDEIRA (2000) denominou "enclaves

fortificados", tomando emprestado de MARCUSE (1997a) o termo "fortified citadel". 138

Este processo, em sentido mais abrangente, remete à "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial" da cidade (SOUZA, 2000), e constitui a base do processo de segregação nas metrópoles brasileiras, em particular no Rio de Janeiro, onde a proximidade entre espaços favelizados e áreas nobres, somado ao medo social e à extrema estigmatização dos pobres na cidade, formam um cenário singular, onde a violência urbana emerge como a principal força mobilizadora das transformações do espaço urbano. Nesse cenário, aos elementos tradicionais da segregação dos pobres, se superpõem os elementos de uma "nova ordem" sociopolítico-espacial decorrente do "fechamento" das favelas, territorializadas pelo tráfico de drogas no varejo (SOUZA, 2006b), configurando "um fenômeno sem precedentes na história urbana brasileira e ainda sem exato paralelo em outras grandes cidades do mundo contemporâneo" (SOUZA, 2006b: 469). Esta realidade constitui uma espacialidade marcada por conflitos e tensões, onde

"a cidade que daí emerge é, ao mesmo tempo, uma unidade espacial interna e externamente integrada sob o ângulo econômico – inclusive no que tange às atividades ilegais, viabilizadas mediante a constituição, o adensamento e a expansão das redes ilícitas articulando numerosos pontos – e um espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como ambiente comum de socialização" [o que coloca em jogo] "a própria cidade em seu sentido usual – ou seja, como uma unidade na diversidade, em que as contradições de classe, as tensões de fundo étnico e a segregação residencial daí decorrente não eliminam a percepção da cidade como uma entidade geográfica coerente" (SOUZA 2000a: 217).

¹³⁸ Segundo MARCUSE (1997a), "[a] citadel is a spatially concentrated area which members of a particular population group, defined by its position of superiority in power, wealth, or status in relation to its neighbors, congregate as a means of protecting or enhancing that position (...) They protect established positions of superiority and power seen as secure, deserved, and permanent."

4.6. Segregação sócio-espacial e mecanismos de distinção e constrangimento

A segregação espacial compreende a separação residencial de grupos sociais dentro de uma população mais ampla, resultando, por definição, em um processo correlato de concentração espacial (KEMPEN & OZUEKREN, 1998). De uma maneira geral, a segregação pode ser entendida como "o registro espacial da divisão econômica do trabalho, da especialização e da aglomeração das atividades, da interdependência das empresas e aglomerados residenciais segregados por interesses e identidades comuns que caracterizam a estrutura urbana e a estrutura social" (QADEER, 2004: 34a). Com isso, a segregação espelha as diferenciações sociais e econômicas subjacentes à estrutura urbana, e, por esta razão, determinados processos segregatórios, de caráter funcional e que não impliquem na restrição da mobilidade espacial dos indivíduos e grupos, podem ser considerados aceitáveis QADEER (2004).

A segregação, nos termos colocados por QADEER (2004), configura aquilo que, grosso modo, MARCUSE (2004: 24b) define como "aglomeração", sendo este "um termo genérico para a formação de qualquer área de concentração espacial". Os processos de aglomeração se diferenciam quanto a sua origem e propósito, podendo ser voluntários ou involuntários, hierárquicos ou não hierárquicos, ou ainda excludentes ou não excludentes e, portanto, aceitáveis ou não aceitáveis. Para MARCUSE (2004), a segregação constitui um processo "pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial" (MARCUSE, 2004: 24b), sendo, portanto indesejável em uma sociedade democrática, onde deve prevalecer o desejo da diversidade, da mistura, das trocas e comunicações abertas entre os grupos populacionais MARCUSE (2004).

Os limites internos que configuram as aglomerações nas cidades são definidos por inúmeros fatores, que produzem aglomerações de variadas características. Esses fatores, de acordo com MARCUSE (2004), podem ser identificados em três categorias elementares: (i) a cultura, (ii) o papel funcional e econômico e (iii) a posição na hierarquia de poder. Estes fatores podem se

sobrepor e se contradizer, produzindo arranjos espaciais variados, de cidade a cidade. Todavia, destes, a posição na hierarquia de poder configura processos segregatórios excludentes, hierarquizantes e indesejáveis. Como afirma MARCUSE (2004: 28), "enquanto os que têm um status superior mantêm voluntariamente sua separação, eles precisam dos meios para impô-la àqueles de posição inferior contra a sua vontade". Em contrapartida, a diferenciação cultural independe de diferenças sociais ou econômicas, uma vez que seus elementos e práticas não dependem de uma produtividade ou de uma relação de superioridade ou inferioridade para se reproduzir. Desta maneira, grupos étnicos podem optar em formar uma comunidade, tendo como opção um processo de aglomeração voluntário, capaz de fortalecer laços culturais e redes sociais. Como atestam KEMPEN & OZUEKREN (1998: 5), "social contacts can lead to teh emergence and preservation of a culture that is not based on the norms and values of mainstream society but on those a specific group", fatores que podem favorecer a existência e permanência de instituições comuns às suas tradições e valores sem que sejam influenciadas pela cultura dominante. Igualmente, as divisões funcionais constituem um resultado da lógica econômica, tanto física quanto organizacional, sendo independentes dos aspectos culturais e não configurando relações de superioridade ou inferioridade em relação a outras funções, a exemplo da localização de áreas industriais como forma de aproveitamento de vias de escoamento de produção ou proximidade às áreas de matéria-prima. Todavia, os processos hierárquicos podem utilizar fatores culturais ou funcionais como meio de imposição da segregação, a exemplo do que ocorre entre judeus e palestinos, onde o aspecto religioso é referência para a imposição de hierarquias e de processos excludentes e involuntários, ou ainda no que se refere aos mecanismos de zoneamento dos governos, que podem ser utilizados como meio de isolar grupos. Sozinhos, todavia, tanto os fatores culturais quanto os funcionais, são incapazes de produzir hierarquizações.

Desta maneira, ao se falar de "segregação", *stricto sensu*, deve-se considerar aqueles processos de aglomeração resultantes de fatores hierarquizantes e baseados em mecanismos de exclusão. Com efeito, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, a conformação de espaços

segregados estará vinculada aos processos produtores de desigualdades, refletindo-os espacialmente. No contexto da produção do espaço capitalista, o fator de produção de desigualdades encontra-se na relação entre os processos inerentes ao capital e o papel do Estado. Todavia, somente a partir dos anos 60, sob influência da teoria marxista, que os estudos sobre segregação passaram a incorporar à sua análise aqueles componentes, a partir da compreensão de que o espaço urbano refletia as contradições e conflitos inerentes ao capitalismo sob forte influência da atuação do Estado. Antes, contudo, os estudos sobre segregação tiveram forte influência dos teóricos da Escola de Chicago, que filiados a uma abordagem positivista, apreenderam a segregação espacial como um fator de integração dos grupos sociais no contexto do crescimento das cidades norte-americanas. A interpretação do espaço como um palco onde operam as relações sociais, conduziu a estudos onde a segregação era vista como um componente necessário ao alcance da harmonia social. Destacaram-se nesta abordagem os estudos de Park, Burgess e Wirth (FELDMAN, 1989).

Em contraposição à visão integradora e acrítica, que ignorava as contradições e conflitos na organização dos grupos sociais e atividades que atuam e transformam o espaço, estudiosos sob influência marxista passaram a articular a análise do espaço da cidade à lógica do capital e aos conflitos que caracterizam a produção capitalista (FELDMAN, 1989). Com efeito, adotaram uma interpretação dialética do espaço, que é visto como produto dos processos econômicos e sociais de cada momento da organização da sociedade. Tais estudos desmontaram a visão naturalizante da Escola de Chicago, e operaram análises sobre os determinantes econômicos e sobre o papel do Estado na produção do espaço urbano, enfocados a partir da dinâmica da acumulação capitalista. Aqui, a segregação é concebida, antes de tudo, como um processo excludente, resultante das contradições da produção capitalista do espaço urbano, onde o papel do Estado, operando em favor dos interesses das classes dominantes e do capital, é fundamental e determinante.

Na geografia, o desenvolvimento de estudos que privilegiaram a estrutura interna das cidades operou tanto sob a matriz ecológica quanto sob a matriz marxista. A partir dos anos 70, todavia, os estudos geográficos sobre o

urbano tiveram forte influência da abordagem marxista, especialmente em função das obras de CASTELLS (1983), HARVEY (1980) e LEFEBVRE (1969). Estes autores desenvolveram estudos focados no papel do Capital e do Estado na produção do espaço urbano. Argumentavam que o Estado operava na produção do espaço de modo a promover as condições para a reprodução do capital. Suas abordagens chamaram a atenção para uma estrita relação entre espaço e sociedade.

Smith (1996) chama a atenção para duas "questões urbanas" distintas que têm preocupado os pesquisadores a partir da contribuição da abordagem marxista aos estudos urbanos. A primeira destas preocupações refere-se ao papel do espaço no processo de acumulação de capital, que tem como pressuposto a idéia de que o papel do sistema urbano é o de gerar lucro para o capital industrial. Neste caso, o espaço distintamente "urbano" pode ser concebido como um fenômeno criado por processos econômicos (SMITH, 1996: 250). Smith destaca ainda a dimensão ideológica do urbano identificada desenvolvida por Lefebvre e Harvey, cujos trabalhos "descrevem as maneira como o capitalismo molda tanto a forma e a organização das cidades como a consciência de seus habitantes". A segunda preocupação destacada por SMITH (1996) diz respeito às cidades como uma arena para a reprodução da força de trabalho, cujos processos fundamentais estariam ligados ao consumo de bens e serviços, e não aos meios de produção e a acumulação do capital. Destaca-se, nesta abordagem, a obra de Manuel Castells, cujo legado para os estudos em geografia urbana estive ligado ao "estudo dos movimentos sociais urbanos como expressão dos conflitos sobre consumo coletivo, e a análise de políticas especificamente urbanas como forma de intervenção de estado necessária para manter a força de trabalho" (SMITH, 1996: 251).

O legado desses estudos ainda se mantém na Geografia contemporânea, onde a relação entre espaço e sociedade, assim como a relação entre capital e estado estão completamente incorporadas à abordagem dos estudiosos. Todavia, o forte traço estruturalista daqueles trabalhos passou a ser questionado ao longo dos anos 80 e 90, quando novos estudos passaram a incorporar novos elementos à análise da relação entre sociedade e espaço, a começar por uma reconfiguração das escalas de análise para além dos

aspectos macro-estruturais, com a realização de estudos focados na escala local, bem como a incorporação de elementos antes ignorados pela abordagem marxista, tais como a cultura, as relações de micro (e "bio") poder, e as questões de gênero e raça. O impacto produzido pelo processo de reestruturação capitalista, de internacionalização do capital e do trabalho, e na reconfiguração da experiência de espaço-tempo teve, neste caso, um papel relevante, uma vez que pôs em cheque as bases epistemológicas da Geografia *marxista* (HARVEY, 1992; SOJA, 1993; GOMES, 1996; SMITH, 1996).

As bases de referência para os estudos de Geografia Urbana oferecidas pelos autores marxistas nos anos 70, como mencionamos, tinham forte base economicista e estruturalista, com foco nos processos macro-estruturais da relação entre capital e Estado. Estas bases ainda se mantém nos estudos urbanos, porém com novas roupagens, que incorporam novas abordagens é metodológicas. Todavia, referenciar essas bases indispensável, especialmente no que se refere à importância do Estado na estruturação dos espaços das cidades e na conformação de processos segregatórios. A economia e o Estado neoliberal, com mencionamos no item anterior, produziram novos processos espaciais, intensificando situações anteriores e reconfigurando outras, conforme sugerem MARCUSE & KEMPEN (2000).

No que tange à relação Estado e Capital, Manuel CASTELLS (1983) elabora uma leitura do urbano crítica ao modelo da Escola de Chicago e referenciada na abordagem marxista, apresenta uma leitura das cidades segundo a qual sua organização espacial é resultado direto da luta de classes e das contradições engendradas pelo sistema capitalista. Em sua abordagem, a hierarquização da sociedade se refletiria na hierarquização do próprio espaço, ao que Castells chamou de "estratificação urbana". Com efeito, a localização residencial refletiria o lugar dos indivíduos na escala social, sendo este, portanto, um fator de explicação para a segregação residencial. Com isso, afirma que a segregação urbana configura-se como "uma tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia" (CASTELLS, 1983: 210).

O geógrafo David HARVEY (1980), por sua vez, argumenta que os processos de aglomeração espacial segregatórios dizem respeito, em especial, a questão residencial e estão ligados essencialmente, a uma relação de mercado, segundo a qual a capacidade de pagar pela residência define o acesso a determinadas áreas da cidade, configurando um quadro em que "o uso do solo urbano (...) é determinado através de um processo de ordem competitiva em relação ao seu uso" (HARVEY, 1980: 115).

Para HARVEY (1980) a diferenciação residencial deve ser interpretada nos marcos da reprodução das relações sociais capitalistas. As áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, onde os indivíduos estabelecem valores, expectativas e padrões de consumo singulares em relação ao conjunto da cidade, o que significa dizer que a localização da moradia, por si só, define padrões de comportamento na cidade, referenciados em gostos, estilos de vida, que, de alguma forma, interferem no direcionamento das pressões exercidas sobre o Estado e o mercado. Para HARVEY (1980), a diferenciação residencial também representa um acesso diferenciado aos recursos necessários para se adquirir oportunidades de ascensão social, como as escolas. Bairros cuja oferta de equipamentos e serviços públicos inferiores e precários tendem a favorecer a reprodução de um padrão de vida cujo resultado é a permanência dos grupos sociais naquelas estruturas residenciais. Seguindo nesta direção, considera que a diferenciação residencial entre grupos na cidade representa uma diferenciação de renda real. Argumenta que a diferença de rendimentos, quando sobreposta à localização residencial, constitui uma maior diferença na renda real, havendo, com isso, uma clara precarização dos serviços e bens públicos disponíveis no local de moradia.

Roberto Lobato CORRÊA (1997: 132), referenciado em HARVEY (1980) e baseado na realidade brasileira, afirma, neste contexto, que "a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classe, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista". Para CORRÊA (1997), as classes dominantes, ao controlarem o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a indústria da construção, produz seletividades na localização dos grupos sociais, o que confere à segregação um duplo papel: o de meio de manutenção de privilégios e de reprodução das

classes dominantes e o de meio de controle social sobre os grupos sociais menos abastados. Assim, a organização do espaço urbano adquire um sentido e um direcionamento no que se refere às condições de reprodução dos grupos sociais e na cidade em um contexto capitalista. Com efeito, a segregação constitui uma "expressão espacial das classes sociais", resultante do "diferencial de capacidade que cada grupo tem de pagar pela residência que ocupa" (CORRÊA, 1995: 62).

ABREU (1986), também a partir de uma abordagem crítica do urbano, argumenta que a estrutura espacial das cidades está profundamente ligada às práticas sociais e conflitos existentes entre as classes urbanas, significando que "a luta de classes também se reflete na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano" (ABREU, 1986: 15b). Para o geógrafo, nas cidades capitalistas, "a forma de organização do espaço tende a condicionar e assegurar a concentração de renda e poder nas mãos de poucos, realimentando os conflitos de classe" (ABREU, 1986: 15b). Isso devese, sobremaneira, ao papel do Estado na organização do espaço, uma vez que este não tem uma participação neutra no contexto urbano, sendo representante de interesses dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores discriminatórios e elitistas (ABREU, 1986). Com efeito, a ação do Estado visa maximizar as condições de reprodução do capital através da "construção diferenciada do espaço, promovendo as áreas de interesse do capital e das classes dominantes de benefícios que são negados às demais classes e setores da sociedade" (ABREU, 1986: 16a).

Para MARCUSE (2004), o papel do Estado na imposição da segregação está profundamente ligado ao seu papel no que tange à divisão espacial por status. Esta requer, implícita ou explicitamente, o uso da força para se impor, pois nenhum grupo deseja uma posição inferior. Como o Estado em tese detém o monopólio da força, Marcuse argumenta que cabe a ele criar as condições para a conformação de processos segregatórios. Segundo ele,

[&]quot;... nenhum padrão residencial, quer incentive, quer contrarie a segregação residencial, poderia existir sem uma ação fundamental por parte do Estado. (...) Toda a estrutura legal que possibilita os empreendimentos baseia-se em leis promulgadas e sancionas pelo

Estado (...) a construção de estradas, a provisão de infra-estrutura, a concessão ou retenção de licenças de construção, a arrecadação de impostos e a provisão de serviços municipais necessários a qualquer tipo de vida urbana, são todas funções do Estado. (...) Além disso, a definição em geral daqueles direitos individuais que devem ou não ser protegidos pelo Estado, freqüentemente contidos em disposições constitucionais, é função do Estado. Está, pois, claramente, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado, a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado" (MARCUSE, 2004: 29b-30a).

Com efeito, a segregação residencial compreende um conjunto de elementos que associam as divisões por status à presença do Estado como promotor de interesses de classe, não se tratando, portanto, apenas de aspectos mercadológicos, onde a capacidade de se pagar pela moradia define as escolhas. É também balizada pelas pressões de mercado imobiliário, que restringe economicamente o acesso a moradia para os mais pobres em áreas menos valorizadas da cidade, geralmente distantes e com baixo grau de investimento público, o que tende a intensificar as condições de pobreza e reproduzir um quadro de estagnação social. Com isso, a segregação reflete a distribuição da moradia de acordo com seu valor, sendo também reforçada pela ação do Estado, que tende a privilegiar os interesses das classes dominantes e do capital.

No entanto, apesar da importância e centralidade do valor do imóvel, e, portanto, da dimensão econômica na análise da segregação, a distribuição espacial de residências não deve necessariamente ser vista apenas como uma questão de mercado. A ação dos agentes modeladores do espaço pode ser permeada por fatores que extrapolem a dimensão econômica, ligados, por exemplo, a questões culturais, sociais, ideológicas, étnicas e raciais. Assim, se o mercado opera o processo segregatório em última instância, uma vez que é a partir dele que se define o preço do solo, o valor dos imóveis, e os investimentos públicos, o mercado, todavia, é atravessado por questões de fundo que podem influenciar seus rumos, direcionando-o, inclusive, para caminhos inteiramente opostos caso apenas fosse levado em conta o aspecto econômico.

Um imóvel e seu bairro são resultado de cálculos complexos, que envolvem inúmeros fatores, tendo como resultado não apenas o lucro, mas também uma espécie de tabuleiro de Xadrez onde se define localizações baseadas em gostos estéticos (proximidade a lugares amenos, por exemplo), status social (alto nível de homogeneização social), segurança (e, com isso, distância de locais e grupos considerados perigosos) e a acessibilidade (facilidade de deslocamentos, distância de centros comerciais e locais de trabalho) – apenas para citar alguns exemplos. Em última instância, o "grau de satisfação" é o responsável pela atratividade de um empreendimento (PSILLAKIS, 1975 apud. SCHMIDT, 1982).

Processos sociais estruturados em relações étnicas ou raciais, por sua vez, podem conduzir a uma distribuição espacial de residências onde a raça ou a etnia é o fator preponderante. Neste caso podem-se citar os guetos norte-americanos e os enclaves de imigrantes tanto naquele país quanto na Europa. São espaços cuja ação dos agentes modeladores foi atravessada e sustentada por fatores ideológicos fortemente estruturados, onde a atuação do Estado e do mercado foi direcionada por questões de fundo discriminatório e excludente (WACQUANT, 1999 e 2001; MARCUSE, 1997).

A concentração da pobreza pode ter efeitos negativos no que tange a presença de serviços públicos e privados, especialmente quando seus moradores não possuem capacidade ou não dispõem dos meios necessários a superação de suas dificuldades, tais como acesso a serviços de saúde, educação e segurança. Por outro lado, essas populações possuem uma imagem negativa entre a população urbana, baseada em entendimentos superficiais de sua realidade, cujo resultado é o aumento da intolerância e do medo (KEMPEN & OZUEKREN, 1998).

Este processo de estigmatização e marginalização social dos pobres urbanos por e a partir de seus territórios de moradia, é reforçado pela idéia de "estigmatização territorial", de WACQUANT (2001). O processo de estigmatização, imposto de fora, é absorvido pelos moradores das áreas segregadas, configurando processos de dissolução e fragilização das redes de sociabilidade e confiança, a partir do que WACQUANT (2001) denomina "alienação territorial", que está associada à incorporação de uma auto-imagem

negativa, com a comunidade e com o território. Este processo de percepção subjetiva do local de moradia é um componente importante da segregação, pois atua no acirramento das distâncias sociais, produzindo uma lacuna entre o pertencimento ao território de moradia (e por conseguinte à "comunidade") e o pertencimento à cidade. Produz um efeito figurativamente semelhante ao efeito "corvo pintado de branco", segundo o qual, o corvo, desgostoso de sua condição, pinta-se de branco para juntar-se às gaivotas. Sendo identificado por aquelas como corvo, não consegue se reincorporar ao seu grupo de origem, pois não se sente e não se apresenta mais como corvo. Com efeito, a condição de imprecisão de um lugar na Polis, que figura entre o cidadão por direito constitucional e o cidadão de segunda categoria estigmatizado, produz um sentimento de desprendimento que tem como resultado uma negação que gera imobilidade, indisposição, resignação e dissolução de laços comunitários, fragilizando as instituições vicinais (ZALUAR, 2004) e, por consequinte, podendo ter como efeito mais perverso a incorporação de "esquemas" e de "jeitinhos" que favorecem a penetração cada vez maior de grupos privados, de origem criminosa, que impõe um Estado paralelo nas áreas segregadas da cidade. O ingresso de jovens em redes ilícitas é um resultado. A aceitação do "menos pior", quando o assunto é "tráfico de drogas versus milícias", também. São situações que referem-se a uma condição de imobilidade, de impotência, fruto de uma total ausência de experiências com instituições democráticas e com o Estado de direito. Como afirma LOPES (2007: 84a), diante de uma limitação da concepção de direitos, "esses sujeitos excluídos da produção da cidade, territorial e simbolicamente, perdem progressivamente aquela capacidade de visualização e de criação de estratégias de apropriação da cidade, que garante a liberdade de escolha". Assim, a operação mental limitase ao campo do conhecido e do supostamente possível, dentro de parâmetros limitados de acesso a direitos e de exercício da cidadania.

A percepção subjetiva é uma das três dimensões identificadas por SABATINI et alli (2004) no delineamento de uma definição de segregação. Para os autores, a tendência de grupos sociais se concentrarem em áreas específicas da cidade, associada à conformação de áreas ou bairros socialmente homogêneos deve estar associada à percepção subjetiva que os

moradores têm da segregação "objetiva", referindo-se, neste caso, às duas dimensões supracitadas (SABATINI et alli, 2004). Com efeito,

"Para o caso de pessoas e famílias pobres, a dimensão subjetiva da segregação consiste no sentimento de marginalidade e de 'estar sobrando'. Sentimentos como estes são fatores chave para que a 'segregação objetiva' dê lugar a efeitos de desintegração social. A 'ociosidade juvenil', ou a presença nas famílias de jovens que não estudam nem trabalham, o desemprego e o atraso escolar são fenômenos de desintegração social que são estimulados pela segregação espacial..." (SABATINI et alli, 2004: 64b).

Esses aspectos são amplamente identificados nas áreas segregadas da cidade do Rio de Janeiro, onde a pressão do mercado e da sociedade, referenciados em discursos focados na problematização e criminalização dos espaços favelizados, produziu uma forma urbana singular, onde a presença de espaços pobres e indesejáveis na maior parte das vezes é uma realidade dos bairros mais abastados. Isso fez com que, por um lado, a integração econômica entre essas duas realidades fosse mantida - característica comum às cidades latino-americanas onde os setores mais abastados fazem uso de mão-de-obra barata para a execução de serviços domésticos e outros afazeres (KOVARICK, 1975 e 1993; PERLMAN, 2002; LEEDS & LEEDS, 1978; VALLADARES, 1981). Neste caso, a presença da favela aos bairros mais ricos favoreceu o acesso a uma mão-de-obra barata e disponível para a ampliação do conforto das classes média e alta. Por outro lado, a proximidade física não representou proximidade amistosa. Conflitos de caráter ideológico e simbólico marcam a relação histórica entre favelas e cidade. A explicitação de suas características negativas e a criminalização de seus moradores compõe um arcabouço discursivo focado na produção de uma espacialidade tensa, desejosa de se evitar o contato com o outro e de se promover, por meio da valorização imobiliária e do embranquecimento social estético e cultural, as áreas nobres da cidade.

DAMATTA (1987) chama a atenção para o caráter relacional de nossa sociedade, caracterizada por uma heterogeneidade complementar e hierarquizada. Com efeito, sua unidade básica não está fundada no indivíduo (ou cidadão), mas nas relações pessoais, familiares e de amizade. Desta

maneira, pode-se dizer que a forma com que as relações pessoais se constituíram no Brasil, influenciou a maneira com que a cidadania é concebida e exercida, tendo como característica a exceção às regras e ao desprezo pela universalidade dos princípios norteadores das relações instituídas por lei. Isso certamente ajuda a explicar a idéia de que no Brasil existem "leis que pegam" e "leis que não pegam" assim como a lógica do jeitinho, que conduz as pessoas a fazerem uso de suas relações privadas para resolver problemas que se colocam na esfera pública, o que implica em relações onde o poder econômico e a visibilidade influenciem nas tomadas de decisão. Não é à toa que DAMATTA (1989) explora com bastante propriedade a expressão "você sabe com quem está falando?" como uma máxima das relações na sociedade brasileira, uma vez que as hierarquias sociais se impõe a qualquer tentativa de se aplicar a universalidade dos direitos e deveres nas relações. Com isso, aqueles que cumprem a lei tendem a ser identificados como "babacas", conforme descreve o autor a respeito de um inquérito realizado a respeito da opinião das pessoas sobre como classificariam as pessoas que cumprem as leis no Brasil:

"a obediência às leis configura na sociedade brasileira uma situação de pleno anonimato e grande inferioridade. Normalmente é um sinal de ausência de relações e são relações – repito – que permitem revestir uma pessoa de humanidade, resgatando-a de sua condição de universalidade que é dada nos papéis de 'cidadão' e de 'indivíduo' (DAMATTA, 1987: 90).

Nestas circunstâncias o espaço público adquire uma condição ambígua, uma vez que é de ninguém ao mesmo tempo em que pode ser de alguém. Um espaço suscetível a ser apropriado privadamente o que permite que sua acessibilidade universalizada seja limitada a certos grupos e interesses, que o impregnam se suas práticas, estética e valores. Com efeito, embora o espaço público possa ser privatizado materialmente, a exemplo do que ocorre com calçadas tomadas por camelôs ou por bares, sua apropriação privada sugere práticas mais sutis, que compõem o conjunto de estratégias de distinção que demarcam os lugares sociais na sociedade brasileira.

Por esta razão, acreditamos que a análise da segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro deva incorporar como fator de influência e mobilização dos agentes modeladores do espaço urbano, o lugar das favelas no imaginário social da cidade e, junto a isso, aspectos que influenciam na instauração de constrangimentos e cerceamentos na mobilidade e acessibilidade dos moradores de favelas na cidade a partir de processos distintivos. Se é verdade que as favelas são um dado da experiência urbana daqueles que vivem em áreas nobres, à exceção relativa por parte dos que vivem em condomínios exclusivos, mas que vez ou outra precisam "lidar" com a sua presença na cidade, pode-se dizer que as estratégias adotadas para a construção da invisibilidade social do outro, embora sutis, constituem um aspecto importante no que tange às interações sócio-espaciais na cidade.

Não se pode chegar à favela da Maré ou qualquer outra favela ou bairro daquele limite em diante, saindo da Zona Sul, sem que se tenha que pegar dois ônibus. Uma única linha serve a Maré em direção à Zona Sul, mas esta opera apenas duas vezes ao dia: pela manhã, apenas sai da Maré em direção à Zona Sul. À noite, retorna. Trata-se de uma linha pendular, que acompanha o fluxo de moradores. Da Zona Sul à Ilha do Fundão, onde se localiza o Programa de Pós Graduação em Geografia, existe linha de ônibus e mesmo integração com o Metrô. Mas essas linhas não servem a um imenso contingente que vive no Eixo Zona Norte-Oeste da cidade. Não é à toa que ao longo dos anos 90 acompanhou-se a proliferação do chamado "transporte alternativo". Ao mesmo tempo em que abrangia áreas não alcançadas pelas linhas de ônibus, inseria-se em um processo de crescimento do crime paralelo no Rio, no qual a ascensão das milícias e a diversificação das atividades do tráfico de inserem. 139

Igualmente, acessar os espaços de lazer e os shoppings da Zona Sul, não é uma tarefa fácil para os moradores daquelas áreas. Não é fácil porque existe uma lacuna nos sistemas de transporte urbano, que literalmente não conectam os extremos da cidade, mas existe ainda, e, sobretudo, um conjunto de cerceamentos e constrangimentos que inibem o acesso dos favelados e

Some-se a isso o grande número de linhas "excedentes" na Zona Sul e o grande número de linhas por licitar na Zona Oeste, conforme admitem as autoridades públicas. Segundo matéria publicada pelo jornal *O Globo* (05/10/2008), em 2008 seriam mais de 400 linhas por licitar na cidade.

suburbanos aos bairros da Zona Sul. São muros invisíveis, mas bastante presentes na vida daqueles que sofrem cotidianamente o preconceito, a discriminação e o racismo. Práticas implícitas nos olhares, em uma estética particular que guardam os moradores da Zona Sul em sua forma de se vestir, de falar, de se portar, que revelam, à primeira vista, diferenças marcantes, como se existissem duas cidades, duas culturas totalmente avessas.

Assim, os espaços constrangem, produzem sensações de rejeição, de estranhamento e de solidão. Fazem aqueles que não são dali, realmente se sentirem como se não o fossem, como se fossem estrangeiros, pessoas não bem-vindas, que se enquadram perfeitamente na categoria de *outsider* de ELIAS (2000). E a imagem construída desse outro, do *outsider*, baseia-se em um duplo processo, de idealização e de fortalecimento das positividades da auto-imagem dos *estabelecidos*, a "minoria dos melhores" e na degeneração da "minoria dos piores", que em nosso caso, constitui uma maioria (ELIAS, 2001). Com isso, uma "estética do constrangimento" se manifesta como mecanismo de delineamento de fronteiras simbólicas, baseadas da idealização de uma superioridade de uns em relação à inferioridade de outros. Estar em ambientes hostis, nestes termos, significa se apequenar.

E é em um movimento contra o apequenamento, contra o constrangimento, que a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade se acirra. Não se trata apenas do poder que os criminosos exercem sobre os favelados, ou ainda da capacidade de se auto-isolar dos mais ricos. Trata-se, sobretudo, de um processo perverso de humilhação estabelecido pelas interações sócio-espaciais que contribuem para a demarcação de novas fronteiras, de fechamentos, e da aceitação de que a vida na favela, ou, melhor, a vida "em comunidade" constitui uma proteção contra um mundo hostil.

Práticas e manifestações culturais, diversão, redes familiares e de amizade, comércio, e mesmo alguns serviços seguem essa tendência. Na Rocinha, agências bancárias dividem espaço com biroscas. Na Rocinha, um forte comércio oferece uma boa variedade de produtos a preços acessíveis. As favelas se fecham no seu particular e a vida noturna, hora em que os trabalhadores chegam às suas casas, revela a riqueza de manifestações fraternais, comerciais, culturais.

Apesar disso, é forte a conexão entre favelas e cidade, seja pela questão das drogas, que abastecem as ruas da Zona Sul, sejam com sua mão-de-obra barata, que cuida de seus filhos, suas casas, seus jardins e ruas (SOUZA, 2000; 2006a; 2008). Reflete, na cidade, uma distribuição fortemente marcada pela defasagem escolar e pela baixa renda, uma característica marcante nessas áreas, mas que vem adquirindo novos contornos a partir dos anos 90, quando um número crescente de jovens passa a acessar a universidade abrindo novos caminhos em suas vidas e contribuindo para um aumento gradativo, porém ainda lento, de heterogeneização social no interior das favelas. Ainda assim, deve-se observar que uma estratificação nas favelas é cada vez maior (WEBER, 1999; LEEDS & LEEDS, 1998) nos últimos anos, o que sugere que os esquemas tradicionais de definição dessas áreas, baseados na concentração, precisam ser repensados.

Assim, em que pese o fato das áreas segregadas serem definidas pela forte homogeneidade social interna e pela forte disparidade social entre elas, visto que sua classificação tem na renda (para o caso do Rio de Janeiro) o principal critério de referência, acreditamos que mesmo a renda, na realidade sócio-econômica das favelas do Rio de Janeiro, não constitui, em si, o critério último na caracterização dessas áreas, e muito menos o elemento definidor da segregação. Entendemos que a segregação sócio-espacial constitui um mecanismo de fixação espacial de grupos sociais em função de características específicas, tais como raça, etnia ou condição sócio-econômica. Como afirma MALOUTAS (1993: 224), "the social division of urban space is not simply a projection of cleavages generated by production process. Ethno-cultural segregation, for instance, is often of more importance to the shaping of urban segregation". Neste sentido, uma abordagem que integre outros componentes da segregação, nos ajudaria a identificar variações sócio-econômicas e culturais que permitem dizer que as áreas segregadas, em certa medida, possuem um grau de heterogeneidade tão grande quanto o das áreas não segregadas. Isso nos ajudaria a identificar, no interior dessa heterogeneidade interna das favelas, os componentes que contribuem para o acirramento das disparidades sócio-econômicas e a obstaculização das condições ao exercício da cidadania, visto que tais elementos se colocam de maneira diferenciada para os moradores das favelas.

No caso do Rio de Janeiro, o fator sócio-econômico sobrepõe-se aos demais, muito embora se reconheça que um contingente significativo das áreas segregadas seja composto por negros e nordestinos. Apesar desse componente sócio-econômico, cuja relação se estabelece em termos do mercado imobiliário, há que se ampliar a noção de segregação sócio-espacial a partir dos componentes simbólicos que caracterizam as áreas segregadas. Tais áreas cabe considerar, não constituem, no caso do Rio de Janeiro, espaços totalmente isolados e "segregados" no sentido estrito do termo: embora seus limites sejam visíveis e percebíveis, há variados níveis e formas de interação entre as favelas e outros espaços da cidade, especialmente em função das relações de trabalho. A estigmatização sócio-espacial, contudo, contribui, a meu ver, para o acirramento da segregação, tornando os moradores cada vez mais "fixados" ao seu espaço de moradia, impedindo que se apropriem de outros espaços da cidade e, com isso, ampliem suas possibilidades de exercício da cidadania e ascensão social, como buscaremos demonstrar com este trabalho.

Em um artigo bastante polêmico e provocativo, VASCONCELOS (2004) questiona a aplicabilidade do conceito de segregação à realidade urbana brasileira contemporânea. Ao insistir na origem do conceito, atrelada à Escola de Chicago e ao contexto urbano norte-americano, caracterizado pelos guetos, e tendo a proibição da moradia de um grupo em determinadas áreas da cidade como pressuposto, o autor afirma ser inadequada a aplicação do conceito à realidade brasileira pelo fato daqui não se reproduzir um modelo segregacional nos moldes fundadores do conceito. Com isso, afirma que por não haver *proibição* explícita para sua localização, deve-se pensar em termos de uma "cidade fragmentada", onde pobres e ricos ocupam espaços próximos. Segundo o autor, "a distribuição espacial da população pobre não parece confirmar a existência de um processo de 'segregação' residencial nas cidades brasileiras" (VASCONCELOS, 2004: 271).

No meu entender, a colocação de Vasconcelos é equivocada. Ele limita e circunscreve um conceito amplamente difundido a uma realidade sócio-

espacial específica. Acreditamos que o conceito de segregação aplica-se à realidade urbana brasileira e que sua análise e interpretação deva levar em conta as variáveis que se fizeram presentes aqui. Assim, embora não exista uma "proibição explícita" quanto aos locais de moradia, observa-se um conjunto de interdições e cerceamentos, ligados tanto à dinâmica do mercado imobiliário quanto ao contexto sócio-cultural brasileiro, que empurra a população pobre para áreas menos valorizadas econômica e simbolicamente.

O questionamento de VASCONCELOS (2004) a respeito de quem segrega quem no Brasil, poderia ser respondida em termos dos efeitos indiretos da ação dos setores dominantes, frente ao Poder Público, na valorização de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Em segundo lugar, que embora evidentemente não seja uma maioria que segrega uma minoria, como deseja VASCONCELOS (2004) para uma definição apurada de segregação (pelo contrário, é uma minoria quem segrega no Brasil), deve-se ter em mente que essa segregação, embora não parta de referências étnicas ou culturais, está impregnada de preconceitos que em muito se assemelham aos que se aplicam aos guetos. O "mito da marginalidade" reforça isso. A questão de fundo é que o argumento de VASCONCELOS liga-se a uma idéia de segregação cuja referência é o gueto e, no limite, a "cidade partida", de VENTURA (1994). O que nós queremos demonstrar é que a segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro se traduz em termos de uma fragmentação do tecido sócio-político espacial que é alimentada pelos mitos renovados da marginalidade, em particular aqueles centrados nos discursos criminalizantes.

A segregação sócio-espacial é um processo espacial complexo que envolve componentes estruturais, ligados à produção capitalista do espaço urbano e, também, elementos ligados às especificidades de cada sociedade. Desta forma, a espacialização que o processo de segregação adquire é resultante da relação entre os processos mais estruturais e estruturantes e as características socioculturais de cada contexto sócio-espacial.

No Brasil, onde o legado das relações sociais oriundas da colonização é um componente de nossa conformação sócio-cultural, a relação entre as classes dominantes e as classes oprimidas foi se tecendo em uma mescla de

dominação/opressão e paternalismo/assistencialismo (RIBEIRO, 1995). Ao mesmo tempo em que essas relações foram sendo utilizadas pelos setores dominantes como forma de manutenção das estruturas vigentes de poder, os setores populares as absorveram como forma estratégica de sobrevivência e relação com os setores dominantes, caracterizando, assim, um contexto em que o conflito não se materializa na forma de confronto direto, mas a partir de interações permeadas de simbolismo, de malandragem e do famoso "jeitinho brasileiro" (DAMATTA, 1986), mecanismos que, a meu ver, constituem elementos centrais na análise da segregação, pois produzem não apenas espaços socioeconômica e culturalmente demarcados, como também constrangimento, afirmando desta forma a idéia de "marca espacial".

Como já sinalizamos anteriormente, em que pese o fato das áreas segregadas serem definidas pela forte homogeneidade social interna e pela forte disparidade social entre elas, acreditamos que mesmo a renda, na realidade sócio-econômica das favelas do Rio de Janeiro, não constitui, em si, o critério último na caracterização dessas áreas, e muito menos o elemento central na definição da segregação. A estigmatização sócio-espacial, contudo, contribui, a meu ver, para o acirramento da segregação, tornando os moradores cada vez mais "fixados" ao seu espaço de moradia, impedindo que se apropriem de outros espaços da cidade e, com isso, ampliem suas possibilidades de exercício da cidadania e ascensão social.

Some-se a isso o "fechamento" cada vez maior das favelas, que se até os anos 80 se comunicavam e interagiam com mais abertura com o restante da cidade e mesmo com outras favelas, a partir deste momento sofre um processo de crescente "fechamento", decorrente da territorialização do tráfico de drogas no varejo. Como afirma SOUZA (2006b):

"A segregação tradicional, com suas favelas 'abertas', claramente separadas do restante da cidade no imaginário de classe média, porquanto desprezadas e estigmatizadas, mas não fortemente temidas, vai sendo modificada e eclipsada, a partir da virada dos anos 70 para os anos 80, pelo fenômeno do controle territorial crescente das favelas por grupos de traficantes operando no varejo do tráfico de drogas ilícitas (maconha e, cada vez mais, também cocaína, já no começo da década de 80)" (SOUZA, 2006b: 468).

Por esta razão, acredito que a análise da segregação na realidade urbana brasileira requer a observação de um conjunto de interdições, cerceamentos e mecanismos de contenção social, ligados tanto à dinâmica do mercado imobiliário quanto ao contexto sócio-cultural brasileiro, que empurra a população pobre para áreas econômica e simbolicamente menos valorizadas, que no momento atual ganham reforço do discurso da violência e seus desdobramentos.

A partir disso, pode-se dizer que a segregação é um processo complexo que envolve componentes estruturais, ligados à produção capitalista do espaço urbano, mas também elementos ligados às especificidades de cada sociedade, especialmente em relação aos seus aspectos simbólicos oriundos da relação que os grupos estabelecem entre si mediante o processo de estigmatização. Desta forma, a espacialização que o processo de segregação adquire é resultante da relação entre os processos mais estruturais e as características socioculturais de cada contexto sócio-espacial, conforme ilustrado no capítulo 1, onde, a partir de uma abordagem sócio-histórica, pude ilustrar mecanismos de segregação no Rio de Janeiro através da relação entre a representação social das favelas e o lugar desses espaços na cidade no processo de conformação de barreiras simbólicas. A importância dessas representações no que se refere ao processo segregatório e sua culminância nos anos 90 do século passado a partir da radicalização dos discursos e práticas criminalizantes, vem contribuindo para o agravamento do processo de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade e, com isso, impondo limites ao exercício pleno da cidadania, do pertencimento à vida urbana e à consolidação da democracia cidade. na

Capítulo 5

Aproximando a escala de análise:
a Maré e a Rocinha no contexto da
"atualização" do "mito da marginalidade"

Neste capítulo apresento as bases de sustentação do recorte espacial adotado em minha pesquisa de campo. Para tanto, pretendo primeiramente situar uma definição do que entendo por favela para, a partir daí, apresentar as duas favelas escolhidas para este estudo.

Ao buscar opor *favela* e *asfalto*, reforçando a antiga idéia de duas cidades, de dois mundos, a mídia contribui para intensificar o grau de segmentação da favela em relação à cidade (WEBER,1999:16). Propostas recentes de *integração* da favela à cidade, como, por exemplo, a do Plano Diretor Decenal da Cidade de Rio de Janeiro (1993)¹⁴⁰, parecem querer estabelecer por decreto algo que paradoxalmente se construiu ao longo da história. Isto porque ao mesmo tempo em que não se pode negar o papel da favela para a cidade, uma vez que ela é econômica, social e geograficamente parte da cidade, por outro lado, moralmente sempre foi vista como algo distante, negativo e ruim, implicando na não aceitação de sua existência como parte componente da cidade.

Até a divulgação do Plano Diretor as favelas não eram sequer incluídas nos mapas oficiais da cidade; fruto de uma visão excludente e que se recusava a aceitar a favela como uma realidade da cidade. Havia até então uma ausência de planificação dessas áreas — o mapeamento de suas ruas, travessas, becos e praças, ou a demarcação de suas casas era inexistente. Isso revela o grau de exclusão que até então estas áreas estavam submetidas pelo poder público. Existiria, certamente, um caráter ideológico embutido por trás do não reconhecimento oficial destas áreas:

"Os mapas privilegiam determinados elementos ou demarcam diferenças, julgadas importantes para qualificar espaços, ou permitir introduções aos lugares. Enquanto vigorar esta exclusão, é possível entender as favelas através da conceituação elaborada por Marc Auge¹⁴¹ sobre os não lugares. Elas não eram inscritas no mapa como outras áreas urbanas, porque estariam excluídas, separadas da cidade e eram avaliadas como marginais ou provisórias eram vistas como o lugar da transitoriedade. As favelas estavam lá, tinham toda

O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro diz o seguinte em seu artigo 44, onde se estabelecem os princípios e objetivos de uso e ocupação do solo: "III - não remoção das favelas"; IV - "inserção das favelas e loteamentos irregulares no planejamento da cidade com vista à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situam".

¹⁴¹ O autor se refere à obra "Os Não-Lugares", de Marc Augé.

sua vitalidade: ruas, casas, espaços públicos, comércio próprio, como todos os outros bairros proletários, entretanto, eram alijadas dos principais serviços públicos, desqualificadas e lançadas à marginalidade: a coleta de lixo só era feita até o número da última casa da rua, demarcada e cadastrada na Região Administrativa; o correio só entregava carta até as primeiras casas situadas no início do morro, passando a responsabilidade de entregar a correspondência para os próprios moradores; a água e a luz eram adquiridas na maioria das vezes, através de extensões ilegais puxadas da rede pública; médicos e ambulâncias também não iam até o local".(PERDIGÃO, 1999: 58-59)

O mapa enquanto produto de um sistema simbólico apresenta uma leitura a partir dos padrões estabelecidos pela classe dominante, que detém domínio sobre os meios oficiais de sua elaboração. É a partir do conjunto de interesses expressos na relação entre classe dominante e classe oprimida, que se estabelece uma leitura "oficial", seja através dos mapas, seja através das interpretações dadas pelas instituições burguesas.

A exclusão das áreas ocupadas por favelas é expressão desse mecanismo descrito anteriormente. Por serem caracterizadas pelo uso ilegal do solo, a inclusão dessas áreas nos mapas, de maneira sistemática, implicaria, sob o ponto de vista simbólico, no reconhecimento das mesmas enquanto áreas ocupadas, usadas e que têm dono. Igualmente, definições do que é um dado espaço, como a favela, evidentemente abarca, mais uma vez, este conjunto de elementos e construções simbólicas que se estabelecem a partir da legitimação dos interesses dos grupos dominantes. Uma visão negativa e excludente da favela, neste sentido, exprime, de alguma forma, o descaso para com essas áreas por parte do Estado e de quem o dirige e ao mesmo tempo revela o caráter fragmentário e segregador de tais áreas e suas populações.

A visão homogeneizadora e um discurso voltado quase que exclusivamente para as ausências, complementam esse quadro e apontam para soluções ora assistencialistas — não reconhecendo o favelado como um agente ativo e atuante daquela realidade, inserido no tempo e no espaço da cidade — portanto *cidadão* (apesar de não ter seus *direitos* assistidos), e ao mesmo tempo meramente reformistas, quando se propõem a suprir tais ausências com melhorias do quadro urbano, sem com isso criar condições para a emancipação do oprimido, seja pelo acesso a cultura e a educação, seja por

uma política justa de distribuição de renda, elementos básicos ao exercício da cidadania e a conquista efetiva de autonomia.

5.1. A favela como objeto de estudo

A favela pode ser definida como uma grande incógnita do ponto de vista teórico-conceitual. Não existe uma definição precisa para este fenômeno espacial, em que pesem as inúmeras tentativas de sua definição por estudiosos, pesquisadores, institutos de pesquisa, instituições não governamentais e órgãos do governo. Em linhas gerais, o que se pode dizer sobre as favelas referencia-se a partir do que ela é em relação à cidade. Por conta disso, em geral as definições encontradas apresentam-nas no plano das deficiências e carências, haja vista que as favelas situam-se do ponto de vista das condições sociais, materiais e políticas, em grau de inferioridade em comparação à média das cidades. Os exemplos abaixo ilustram esta situação:

"São consideradas favelas todos os aglomerados que possuam, total ou parcialmente, as seguintes características:

Proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50.

Tipo de Habitação: predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente de folhas de flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes.

Condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida.

Melhoramentos públicos: ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada.

Urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento." (Censo 1950, Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal)

"concentrações de casebres erguidos em terrenos geralmente de propriedade de terceiros, sem arruamento, insalubres e de tal forma emaranhados que, na maioria dos casos, não oferecem condições para que se façam melhoramentos. Caracterizam-nas a promiscuidade, a enfermidade, a falta de higiene, a desorganização familiar, a mortalidade infantil, a criminalidade, etc." (Estado da Guanabara – Governo Carlos Lacerda/Fundação Leão XIII. "Favelas, um compromisso que vamos resgatar". Estado da Guanabara, 1962)

"áreas desprovidas de qualquer forma de benfeitoria, encontrando-se ocupadas por construções fora dos padrões de edificação vigentes, em propriedades urbanas de terceiros (...) onde as pessoas sobrevivem de forma precária." (Secretaria Municipal de Planejamento do Rio de Janeiro. Macroestruturação urbana – Política para as favelas. SMP, 1983)

"Favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas em desconformidade com os padrões legais." (Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, 1993)

"... é o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais." (IBGE, Censo 2000)

Como sugere SILVA (2002), o eixo paradigmático da representação das favelas, seja no imaginário social, seja nas definições utilizadas pelos mais diversos atores a fim de apreender o fenômeno, se estruturam em torno das noções de ausência e homogeneização. Com isso, se as favelas são vistas a partir do que elas não têm — o que remete a parâmetros nem sempre consensuais sobre o que é ter e não ter do ponto de vista dos valores e expectativas de nossa sociedade -, elas também são referenciadas de uma maneira quase uniforme, sem que se levem em conta sua diversidade, que se manifesta em múltiplas escalas — das favelas entre si e em seu interior.

Esta também é uma questão abordada para VALLADARES (2000, 2005), para quem a idéia de favela sustenta-se em torno de três "dogmas". O dogma da especificidade da favela – segundo o qual a favela é vista como um objeto -, o dogma da favela como lócus da pobreza – o que remete à idéia de ausência -, e o dogma da favela enquanto unidade ou "comunidade" – que remete a idéias homogeneizantes sobre aquele espaço. Estes "dogmas" constituem a base de referência do pensamento social, científico e político sobre as favelas, expressando-se em diferentes contextos e conjunturas da história das favelas. Eles reforçam idéias hegemônicas que têm como resultado

uma tipificação da favela que, por ser generalizante, tende a reforçar estereótipos.

Com efeito, a dificuldade de se encontrar uma definição positiva para as favelas – ou seja, referenciada no que elas são, ao invés do que elas não são – encontra ainda maior dificuldade por se tratar de um espaço de características variáveis a depender do contexto sociopolítico-espacial em que se encontram. Ao mesmo tempo, esbarram no conjunto de "dogmas" que, positiva ou negativamente, interferem na apreensão do fenômeno em sua totalidade e complexidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, há uma grande variedade de sítios, formas de ocupação e características morfológicas, situação sócioeconômica e jurídica. Há ainda diversas manifestações culturais e artísticas. Todavia, quando referenciadas em torno da idéia tipificada de "favela", essas características só encontram sentido no lugar em que se manifestam, e são encobertas por idéias que homogeneízam e hegemonizam o que é por natureza diverso. Esse não é apenas um problema das favelas. Pelo contrário, trata-se de um problema que envolve método científico, ideologias e interesses, e que permeia toda uma ordem de fenômenos e processos sócio-espaciais na tentativa de sua apreensão, identificação e representação. Todavia, no caso específico da favela, há uma série de questões de caráter ideológico que confere à sua delimitação como fenômeno uma grande complexidade, incapaz de ser solucionada.

Por conta disso, uma definição universal tende a sofrer de pelo menos dois efeitos. Primeiro, por ser muito abrangente, não é capaz de dar conta da diversidade do fenômeno, limitando-se a características demasiado genéricas, que em geral, dizem pouco sobre o recorte apontado. Em segundo lugar, ao se tentar definir um fenômeno tão abrangente em torno de um conceito fechado, provavelmente se terá um alcance limitado na referenciação real do fenômeno, que por suas características, tenderá a "negar" afirmações generalizantes a seu respeito.

Do ponto de vista da sua morfologia – que é sua característica mais evidente, as favelas contrariam um modelo urbano, arquitetônico e estético que começa a ganhar forma na Europa ao longo do século XIX. Este modelo, baseado em formas padronizadas e ajustadas a um determinado padrão

estético, tem sido utilizado como referência na caracterização do que é normal e anormal na cidade. Com efeito, a forma das favelas e um conjunto de outras características, que extrapolam o plano da edificação e da ordenação espacial, as colocam em completa desconformidade com os padrões hegemônicos de arquitetura e distribuição espacial. Esta desconformidade, todavia, ignora o processo de instituição de um assentamento com características singulares, baseado em processos de auto-construção e auto-regulação por parte de seus moradores e, de uma maneira mais geral, do conjunto de práticas, estratégias e procedimentos adotados como forma de instituir um "processo civilizador" próprio. A favela, com efeito, é uma forma de aglomeração que inserida no contexto histórico de sua constituição, é apresentada como algo repudiável, como pudemos observar conforme seu processo histórico de constituição no primeiro capítulo. Se levarmos em conta o contexto em que as favelas se formam, está claro que ninguém as pode desejar. Elas resultam de processos geradores de profundas desigualdades sócio-espaciais em nossa sociedade. E como resultado disso, expressam os limites materiais, culturais e sociais que marcaram as estratégias de superação das dificuldades adotadas por seus habitantes. Por isso, não é vergonha dizer que a favela é feia sob um determinado ponto de vista estético. De fato são feios os barracos improvisados e as casas inacabadas. São feios os becos e vielas escuros e acinzentados, sem árvores e sem jardins. É legítimo desejar que seus moradores possam um dia viver em ruas e casas tão ou mais bonitas que nos bairros mais charmosos da cidade, sejam eles da Zona Sul ou de outras áreas. E claro que isso implica em uma questão de juízo de valor, de concepção do que é belo. O problema está em reconhecer apenas estes aspectos, e referenciá-los como sendo uma fotografia da favela. A favela, assim com toda realidade sócio-espacial, não é uma fotografia estática. Ela é movimento, formas, cores, cheiros e atitudes. Ocorre, portanto, que a favela também é bela, e esta beleza, na maior parte das vezes, é obscurecida pelo peso de sua imagem. Como ignorar a força e a determinação de seus moradores, que lutam diariamente contra a diversidade? Como negar a beleza das manifestações artísticas, que fazem daquele lodo estampado na idéia da feiúra, nascer flores tão belas? Como ignorar a criatividade capaz de transformar a dor em alegria? Certamente, o peso do estigma recai de tal modo sobre as favelas que é improvável pensar naquele espaço para além de suas negatividades. E isso, certamente, é um dos grandes desafios que se colocam para a superação do estigma e o aumento da auto-estima – elementos indispensáveis para que as favelas ocupem outro lugar na cena urbana carioca.

5.2. Em busca de uma definição de favela

Palavra que evoca uma imagem de desordem e de sujeira, o termo favela em sua concepção corrente é resultado de um processo histórico de depreciação dos espaços populares e de seus moradores pelos setores dominantes da cidade. Ser favelado, com efeito, é uma adjetivação de conotação negativa, que remete a uma condição de inferioridade, de precariedade e de desorganização ou falta de higiene. Trata-se de uma referenciação histórica, baseada em imagens da favela como o precário, o imundo e o desordenado que delimitam tal adjetivação. Como pudemos observar no capítulo 4, tratou-se de uma tentativa bem-sucedida de rebaixamento dos moradores desses espaços, que acompanharam ao longo de sua história a associação recorrente de seu espaço de moradia com as mazelas da cidade, consolidando uma idéia negativa da favela.

Um dos desafios deste trabalho foi o de apresentar a favela como um objeto de análise sem que reproduzíssemos os olhares predominantes e estereotipados sobre este espaço. Ao contrário, a base deste trabalho encontra-se na desmistificação destes estereótipos e na sua superação. Conforme apresentei no primeiro capítulo, ao longo de sua história a favela foi concebida de diferentes maneiras, em geral baseadas em pressupostos equivocados, centrados em referências totalizantes, ora do ponto de vista de suas carências e ausências, ora do ponto de vista de sua problemática no cenário urbano. Com efeito, o desafio foi de buscar desconstruir o olhar enviesado, que no caso dos últimos anos, como salientei no capítulo 2, vem se sustentando em torno do discurso da violência, reeditando e "atualizando" o "mito da marginalidade". Em se tratando de uma pesquisa sobre os efeitos dessas representações na relação entre favela e outras partes da cidade a partir da análise dos impactos da "atualização" do "mito da marginalidade"

sobre seus moradores, tive o cuidado redobrado, uma vez que a análise incidia diretamente sobre tais representações sociais, sendo, portanto, um desafio não ignorar o dado da realidade – que diz respeito à violência real que ocorre nas favelas e ao conjunto de efeitos que se reproduzem na vida de seus moradores -, mas também o desafio de não se romantizar a favela - no sentido de apresentá-la como lugar idílico, pitoresco e incomum, traço característico daqueles que vêem na exaltação das positividades um caminho para o aumento da auto-estima. Assim, me coube, desde o início, olhar com cutela o que se diz a respeito da violência das favelas e de seus espraiamento pela cidade - espécie de reprodução da idéia da favela como um câncer que adoece um corpo aparentemente saudável. Era necessário superar o "mito" sem que se desconsiderassem aspectos concretos da violência e da violação de direitos nas favelas, perpetrada pelo Estado, especialmente pela força policial, e pelos criminosos locais. Foi por esta razão que nas entrevistas exploramos a percepção dos entrevistados sobre a violência na favela e suas experiências de violência nesse espaço.

Por outro lado, dado o alto grau de estigmatização das favelas e de seus moradores no cenário urbano, coube uma ressalva quanto ao uso do termo "favela" em algumas situações, visto que este é um termo carregado de conotações negativas. Por conta disso, embora a abordagem tivesse como foco a favela e utilizasse este conceito, não foram raras as vezes em que me referi a esse espaço como "comunidade", fazendo uso da denominação adotada pelos moradores. O termo "comunidade" é comumente utilizado pelos moradores de favelas em substituição ao termo favela e seu uso remete a uma estratégia de auto-afirmação dos moradores dessas áreas segregadas, visando superar os estigmas tradicionalmente associados à idéia de favela: desordem, bagunça, sujeira e anomia social. Este termo, contudo, vem sendo utilizado indiscriminadamente por estudiosos, gestores públicos, meios de comunicação e sociedade em geral, conferindo uma falsa idéia sobre a favela, que é concebida como um espaço homogêneo, onde seus moradores partilham de valores e referências comuns, desconsiderando toda a heterogeneidade social e diversidade de práticas que permeiam a vida na favela, elementos que se contrapõem à noção de comunidade. Com efeito, apesar do emprego cada vez mais comum deste termo – em que pese seu caráter político, de reconhecimento da voz e percepção dos moradores sobre seu espaço, é importante considerar que as favelas não correspondem a "comunidades".

Apesar de ser um termo vago e evasivo, devido, principalmente, a sua carga subjetiva, é possível delinear alguns aspectos que distanciam "favela" de "comunidade". De acordo com SHORE (1996), de um modo geral, "comunidade" indica "um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração" (p. 115b). Apesar disso, revela o autor, se os indivíduos não se consideram como membros de uma comunidade, isso por si só já dilui sua aplicação. Nas favelas cariocas não observamos um sentimento integrador de seus moradores, muito embora, em momentos de dificuldade ou alegria, as relações de vizinhança possuam um peso significativo, mas não ao ponto de constituir uma comunidade. Ademais, a presença do tráfico e a tendência cada vez maior do individualismo e da "perda de um interior viável" (WACQUANT, 2001), contribuem decisivamente para a fragilização de um termo que nos anos 40, como demonstrou minha pesquisa documental. era amplamente utilizado pelos moradores. que autodenominavam "favelados", sem que isso carregasse nenhuma conotação negativa. Ao longo dos anos 60, com o advento de um discurso radical contra as favelas e em nome de uma cidade mais limpa, o termo favela adquire novos sentidos por parte dos moradores, fato que, com a violência dos anos 80, ganha contornos ainda mais negativos. Por outro lado, o governo populista de Leonel Brizola e as ações centradas em mutirões tinham uma necessidade de se explorar a idéia de comunidade como forma de capturar o tempo livre dos trabalhadores para as obras de melhoria nas favelas cariocas. Com efeito, se estabelece uma contradição entre um local e sua representação, que passa a oscilar entre o real e o imaginário. Favela e comunidade são alternadas nos discursos e vinculam-se a interesses políticos e caritativos, tanto de moradores quanto do Poder Público. Exemplo dessa contradição é a fala de uma moradora de Acari, entrevistada por Marcos Alvito (ALVITO, 2001: 54), referindo-se ao seu local de moradia: "é favela; comunidade é pra inglês ver".

LEEDS & LEEDS (1978), na tentativa de superar os problemas decorrentes do conceito de "comunidade", que na abordagem sociológica funcionalista dos "estudos de comunidades" estabelecia uma conexão da "parte" (comunidade) com o "todo" (sociedade), adotam o termo "localidade", que seria um ponto nodal de interação e "uma rede altamente complexa de diversas relações" (LEEDS & LEEDS, 1978: 33). Seguindo uma mesma trilha crítica, CARDOSO (1980; 1986), defende uma superação de esquemas estruturantes no reconhecimento dos sujeitos sociais, que tentam encaixa-los "mecanicamente" em modelos teóricos segundo uma conexão entre a realidade social vivida e o contexto mais amplo da sociedade. Em suma, como afirma DURHAM (1984: 55), "a idéia de 'comunidade' é um mito da nossa transformação política. Todo conceito de comunidade está preso à noção de igualdade, da convivência, etc. Pensar na comunidade urbana é muito complicado, senão totalmente falso".

A favela constitui um microcosmo dotado de características e particularidades bastante singulares em comparação ao conjunto da cidade. Ao mesmo tempo em que entendemos que a favela é parte constituinte da cidade, não podemos simplesmente tomá-la como se sua realidade e dinâmica sócio-espacial fossem semelhantes às da cidade. A cidade, em sua totalidade, é portadora de contradições resultantes da produção capitalista do espaço, com suas múltiplas facetas, que se expressam da ordem econômica à simbólica, como estou buscando demonstrar neste estudo. Com efeito, o recorte "favela" implica reconhecer as especificidades deste espaço não isoladamente, mas na sua interação com a cidade e mesmo com a dinâmica nacional e internacional, visto que muitos processos sócio-espaciais que ocorrem nas favelas são decorrentes de processos externos em escala internacional, a exemplo do tráfico de drogas no varejo e dos efeitos da globalização.

Um primeiro problema desse recorte sócio-espacial diz respeito ao próprio entendimento do que é favela. Existem inúmeras tentativas de se conceituar e mesmo de se denominar uma favela, de órgãos públicos de pesquisa, como o IBGE, a grupos culturais locais. A maneira com que a favela é tomada e compreendida é alimentada pelos pressupostos teóricos e ideológicos e pelos interesses que permeiam sua classificação. O IBGE, por

exemplo, denomina as favelas como "aglomerados subnormais", em uma tentativa de enquadrar as favelas dentro de um dado modelo de urbanização que as concebe como uma parte incompleta e descaracterizada da cidade. O pressuposto, neste caso, é de caráter "desenvolvimentista", já que concebe que as favelas, em suas carências e ausências, podem em algum momento alcançar o status de "aglomerado normal", dentro de um ideal tipo de concepção urbanística e de organização sócio-espacial da cidade. Mas pensemos: existe um modelo único de cidade? É possível que as favelas alcancem um patamar que as habilite a ocupar um status diferenciado do atual? As favelas são todas iguais? A necessidade de classificar e de tipificar os aglomerados urbanos em categorias analíticas fez com que o IBGE agrupasse em uma única classificação um conjunto de formações sócioespaciais de características semelhantes do ponto de vista de sua relação com a pobreza urbana, porém bastante diferenciadas do ponto de vista de sua história, de suas características socioeconômicas e culturais, de sua morfologia e de sua condição no conjunto da cidade. Mesmo o pressuposto das favelas como áreas urbanas da pobreza, constitui um problema, pois é cada vez mais comum favelas que possuem uma hierarquização socioeconômica de sua população cada vez maior, revelando que a renda, em muitas situações, não constitui o fator preponderante de classificação daquela aglomeração. Isso, por si só, nos desautoriza a utilizar termos muito usuais no senso comum, tais como "comunidades carentes" ou "comunidades de baixa renda". Se a utilização do termo comunidade já traz problemas, é possível acreditar que a carência ou a renda não constituam referências centrais, em uma grande parcela de favelas, em sua caracterização.

Neste trabalho, entendo que as favelas constituem espaços segregados de características singulares e na maior parte das vezes diversa em relação à cidade em sua totalidade. São espaços caracterizados pela forte presença de grupos sociais estigmatizados em condição desfavorável na cidade. Estes grupos, no decorrer do processo sócio-histórico de formação das favelas, criaram recursos próprios de acesso à moradia e de organização social interna, especialmente em função de uma frágil presença do Estado e de suas instituições, que implicou na fragilização da democracia e dos direitos. Com um

sistema de regulação Estatal frágil, se instaura um conjunto de irregularidades e inconformidades com a legislação que regula o uso do solo urbano e a vida em sociedade, que em inúmeras situações, favorece a presença de grupos privados — muitos dos quais criminosos -, que se aproveitam da falta de soberania do Estado como forma de fazer valer regras próprias em benefício de seus interesses particulares.

Acredito que a exemplo das definições correntes, que vêm buscando atender a expectativas diferenciadas de seus formuladores, deva ser apresentada aqui uma proposta do que entendo por favela. Neste caso, proponho uma definição baseada em uma elaboração proposta pelo Observatório de Favelas, da qual participei como um de seus formuladores. Introduzi algumas pequenas alterações de modo a adaptar esta formulação às minhas demandas e expectativas, particularmente no contexto desta pesquisa:

Favela é uma aglomeração segregada, configurando uma área constituinte da cidade, caracterizada, em parte ou em sua totalidade, pelas seguintes características:

- Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas, em função de suas características diferenciadas e desiguais em relação ao conjunto da cidade;
- Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal em relação ao conjunto da cidade;

- Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal em relação ao conjunto da cidade;
- Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;
- Edificações caracterizadas pela autoconstrução, não reguladas pelo Estado e em desconformidade com os parâmetros definidos pelo Poder Público;
- Indicadores sociais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- Grau de regulação da ordem social por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;
- Alto grau de estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade, em função de suas características diferenciadas e desiguais em relação ao conjunto da cidade;
- Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com limites tênues entre o público e o privado;
- Indicadores de violência contra a pessoa acima da média da cidade."

¹⁴² Esta definição, proposta pelo Observatório de Favelas, é de produção coletiva, tendo contado com a participação do conjunto de seus profissionais, dirigentes e colaboradores, do qual me incluo. Trata-se de uma conceituação ainda em formulação e que será consolidada após processos formativos a ocorrerem ao longo de 2009. Neste sentido, apesar de minha apropriação e adaptação do texto original é justo considerá-la, ainda assim, uma produção coletiva, uma vez que alguns elementos novos que trago estão sujeitos à incorporação futura pela instituição. O texto original é o seguinte:

[&]quot;Favela é um território constituinte da cidade caracterizada pela maioria dos seguintes aspectos/elementos:

- Edificações caracterizadas pela autoconstrução, não reguladas pelo Estado e em desconformidade com os parâmetros definidos pelo Poder Público;
- Situação irregular ou ilegal da ocupação e uso do solo;
- Níveis de renda e educação abaixo da média do conjunto da cidade;
- Baixa presença e precariedade de equipamentos públicos de uso coletivo;
- Predominância de habitações de alta densidade, definida por mais de dois moradores por cômodo;
- Frágil regulação da ordem social por parte do Estado;
- Forte presença do hiperprecariado urbano, configurando níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;
- Indicadores de violência contra a pessoa acima da média da cidade;
- Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com limites tênues entre o público e o privado;
- Grande presença de improvisações e estratégias criativas a fim de se tentar superar os obstáculos estruturais e limitações materiais existentes;

Embora a maior parte dessas características não seja mensurável, é importante considerar que elas são componentes de uma realidade empiricamente observável. E mais uma vez, embora não seja possível estabelecer generalizações, acredito que esta definição seja suficiente para que o recorte escolhido neste trabalho seja identificado e compreendido em sua totalidade. Todavia, quanto ao conjunto de características assinaladas, gostaria de aprofundar duas delas, por considerar seu caráter polêmico. A primeira diz respeito à insuficiência de investimentos por parte do Estado e do mercado formal. Quanto a isso, a ênfase aqui é quanto à dinâmica instaurada, caracterizada pelo abandono histórico do Estado e do mercado, que se fizeram presentes apenas de forma a estabelecer mecanismos de controle e contenção sócio-espacial. Neste caso, como já sinalizei em outros capítulos, foi possível aos moradores de favelas estabelecerem um sistema de regulação quase-próprio, à margem daqueles promulgados pelo Estado, de modo que, com a

territorialização de grupos criminosos armados, tais sistemas fossem apropriados e direcionados aos seus interesses particulares. Com efeito, o que se pretende aqui é dizer que ao abrir mão de sua soberania, o Estado não apenas tornou aquelas áreas menos interessantes para o mercado, como também permitiu que grupos privados se territorializassem naquelas áreas. Ora, o tráfico não existe apenas nas favelas. Ele está presente em outras áreas da cidade e mesmo nas mais sofisticadas e seguras cidades do exterior. Todavia, sua forma de territorialização é diferenciada, não havendo necessariamente o domínio do território com uso de armas como ocorre nas favelas do Rio. Outra característica que gostaria de comentar é quanto ao padrão de edificação em desconformidade com a legislação e padrões definidos pelo Estado. Ao longo deste trabalho venho estabelecendo uma reflexão crítica baseada na idéia de que as favelas estigmatizadas e identificadas como anomalias urbanas, dentre outros fatores, em função de características não enquadradas dentro de um padrão hegemônico – padrão esse que encontra críticas dentro da própria arquitetura. Todavia, o que quero chamar a atenção neste caso é quanto a padrões mínimos que garantam boas condições de habitabilidade e conforto, como por exemplo, circulação interna, insolação e dispersão do ar. Tive a oportunidade de visitar algumas casas em favelas que não tinham mais que uma pequena janela. Os níveis de umidade e circulação do ar eram propícios a doenças respiratórias, por exemplo. Acredito que deveria haver alguma forma de regulação destas habitações na oportunidade de programas de melhoria urbana. Neste caso, o Estado faria as melhorias nas áreas públicas e ofereceria assistência técnica e financiamento para a melhoria das habitações, em um modelo próximo ao desenvolvido pela CODESCO em Brás de Pina nos anos 70, conforme ilustrado no primeiro capítulo.

5.3. Definição dos recortes sócio-espaciais

A execução da pesquisa de campo se deu a partir de um estudo de caso em duas favelas cariocas – a Rocinha e a Maré. As áreas em questão foram escolhidas por representarem exemplos significativos quanto à segregação

sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Elas figuram entre os maiores aglomerados favelizados da cidade, sendo a Rocinha considerada a maior favela da América Latina, com 65 mil habitantes, e a Maré, o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro e do Brasil, com 123 mil habitantes. 143 Além disso, Maré e Rocinha constituem áreas de territorialização do tráfico de drogas no varejo, sendo importantes pontos de chegada, distribuição e venda de drogas qualificadas como ilícitas, especialmente a cocaína e a maconha. A presença do tráfico torna essas áreas alvo de constantes confrontos entre policiais e traficantes, resultando em situações de violência e reforço da estigmatização. Considere-se ainda o alto grau de diferenciação da Rocinha em relação a sua área de entorno¹⁴⁴ – algo que a torna um espaço altamente visível e contrastante no cenário urbano, alimentando, junto à violência ali presente, um conjunto de estereótipos centrados na revolta dos seus vizinhos ricos, moradores dos bairros da Gávea e São Conrado, especialmente quanto à desvalorização de seus imóveis e da ameaça de sua liberdade de ir e virem função de tiroteios e risco de balas perdidas. Apesar disso, a Rocinha é, aparentemente, uma área menos violenta que a Maré, conforme pude constatar em minha trajetória profissional e em minha pesquisa de campo. A Maré, por sua vez, apesar de não ser uma área de grande contraste com seu entorno, se caracteriza pelo alto índice de confrontos, algo que, em seu caso, não se limita apenas a confrontos entre criminosos e policiais, mas também entre três diferentes facções criminosas que disputam seu território, o que torna a Maré uma das áreas de maior violência na cidade.

Outro fator de fundamental importância para a escolha da Rocinha e da Maré como áreas de levantamento empírico diz respeito à relativa facilidade na obtenção de estatísticas oficiais e de outros levantamentos referenciados no recorte político-administrativo destas áreas, que são identificadas como bairros,

¹⁴³ No ano de 2000, a ONG CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) realizou um censo na Maré, o "Censo Maré 2000: quem somos, quantos somos, o que fazemos". Este levantamento alcançou um registro de 132.176 moradores distribuídos entre 38.273 domicílios. O número superior ao encontrado pelo IBGE, segundo os coordenadores do Censo Maré 2000, deveu-se a uma abordagem mais sistemática em relação aos domicílos vazios, onde, em algumas situações, foi preciso ir ao local seis ou oito vezes até que se encontrasse o morador. Além disso, áreas que o IBGE não considerava como favela, a exemplo de conjuntos habitacionais localizados no interior da favela, foram registrados.

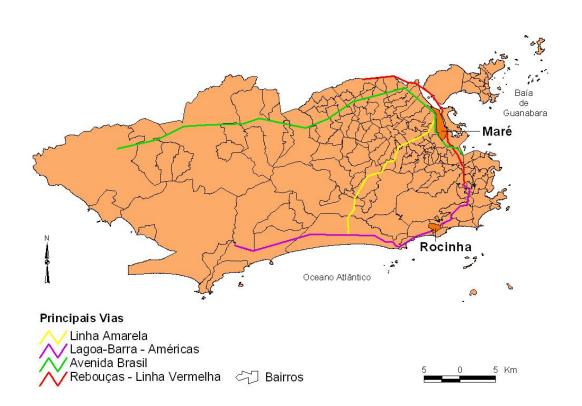
¹⁴⁴ Some-se a isso o fato da Rocinha ser uma favela situada em área de encosta, o que provoca um impacto visual muito forte. Para quem sai da Barra da Tijuca em direção a São Conrado visualiza, em contraste com a bela paisagem natural e os luxuosos edifícios, uma grande "muralha" que se impõe aos olhos de quem segue em direção ao túnel Zuzu Angel.

sendo, cada uma delas, uma Região Administrativa (RA). Com efeito, a partir desse recorte existe uma série de dados sistematizados pelo Instituto Pereira Passos – órgão da prefeitura responsável pela sistematização de informações sobre a cidade -, e também por outros atores que se utilizam dos dados do IBGE, a exemplo de universidades, centros de pesquisa e ONGs. A fim de apresentar os principais indicadores da Rocinha e da Maré, buscando ainda estabelecer comparações com o conjunto da cidade, utilizarei aqui dados sistematizados pelo movimento "Rio como vamos", criado por empresários e lideranças cariocas a fim de estabelecer parâmetros de monitoramento da gestão municipal através da evolução dos indicadores sociais na cidade, seguindo a trilha do movimento "Bogotá, como vamos?", iniciado nos anos 90 na capital colombiana. He

-

¹⁴⁵ A Rocinha foi decretada RA em 1993 enquanto que a Maré foi decretada em 1994. "As Regiões Administrativas e s as Subprefeituras são áreas criadas com o objetivo de descentralizar a administração municipal e facilitar a execução da prestação de serviços públicos aos cidadãos, personalizando e ampliando as possibilidades de contato entre a população e tais serviços. A Região Administrativa é dirigida por um administrador regional, de livre nomeação do prefeito, que coordena e supervisiona a atuação dos demais órgãos do Poder Executivo na área de sua circunscrição." (http://www.camara.rj.gov.br/boasvindas/rjbv2/rio.htm).

¹⁴⁶ Estes dados, sistematizados, me parecem ser, no momento, os melhores disponíveis para o conjunto da cidade a partir do recorte por RA. Além disso, por estarem referenciados nos dados oficiais disponibilizados pelo IBGE, permitem uma maior consistência analítica e comparativa entre diferentes áreas da cidade.



Mapa 5.1. Localização das áreas da pesquisa empírica: Maré e Rocinha no município do Rio de Janeiro

Fonte: IPP. Cartografia: Faber Paganoto Araújo

Os dados mais recentes disponíveis sobre a Maré e a Rocinha foram sistematizados pelo movimento "Rio como vamos", que publicou, em 2008, um caderno de indicadores sociais da cidade com distribuição por RAs. Estes dados permitem realizar um panorama analítico das duas áreas, uma vez que elas são Regiões Administrativas, como também permitem estabelecer algumas comparações com suas respectivas áreas de entorno e com a cidade.

Os dados disponíveis revelam, em uma primeira leitura, um grande contraste entre a Rocinha e seu entorno, a VI RA, formada pelos bairros de São Conrado, Gávea, Jardim Botânico, Vidigal e Leblon. Em contrapartida, a Maré tem poucos contrastes em comparação ao seu entorno, a X RA, formada pelos bairros de Ramos, Bonsucesso, Olaria e Manguinhos. Essa constatação é de ordem visual para quem visita as duas áreas, e também já é bastante referenciada na cidade. Também já havia sido sinalizada por mim como um

critério para a definição do recorte espacial deste trabalho. As informações aqui apresentadas servirão apenas para situar estes recortes de uma maneira um pouco mais aprofundada e, por esta razão, serão destacados os dados que mais diretamente interessam aos propósitos deste estudo.

5.3.1. Dinâmica do território

Uma primeira dimensão no que tange à dinâmica do território das áreas selecionadas diz respeito ao seu Índice de Desenvolvimento Humano. Tanto a Rocinha quanto a Maré possuem índices inferiores à média da cidade, com 0,732 e 0,722, respectivamente, em comparação a 0,842 do município. Além disso, embora apresentem IDH muito próximos, elas localizam-se em áreas bastante diferentes, resultando, por um lado, em certa homogeneização da Maré em relação ao seu entorno, ao passo que na Rocinha há uma forte disparidade, uma vez que esta se localiza em área formada por bairros de classe média e alta. Para se ter um exemplo, o bairro de entorno da Maré com melhor IDH é Bonsucesso, com 0,861, ao passo que a Gávea, bairro vizinho à Rocinha, possui o maior IDH da cidade, com 0,970. Na média, os bairros que compõem a X RA, área de entorno imediato da Maré, possuem IDH médio de 0,824, ao passo que o entorno da Rocinha, a VI RA, possui IDH médio de 0,948. A situação do IDH vai se traduzir em outros contrastes conforme se verá mais à frente ao se comparar a Maré e Rocinha com suas áreas de entorno imediato.

Classes de Variação

0,711 - 0,773

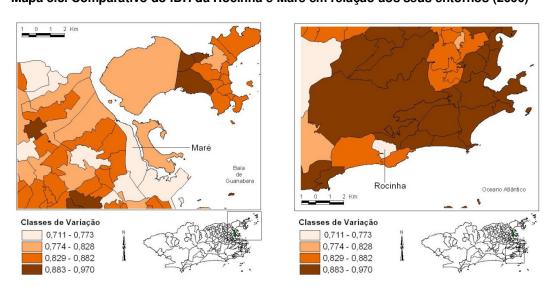
0,774 - 0,828

0,829 - 0,882

0,883 - 0,970

Mapa 5.2. Comparativo do IDH da Rocinha e Maré em relação à cidade (2000)

Fonte: IBGE/IPP. Cartografia: Faber Paganoto Araújo



Mapa 5.3. Comparativo do IDH da Rocinha e Maré em relação aos seus entornos (2000)

Fonte: IBGE/IPP. Cartografia: Faber Paganoto Araújo

No que diz respeito à densidade populacional, é bastante evidente a altíssima densidade nas duas áreas em análise em comparação com seus entornos. Enquanto a Rocinha, com 65.933 habitantes, ocupa uma área de 1,44 km², com uma densidade média de 45.786 habitantes por km², sua área de entorno, possui densidade 6,35 vezes menor, com 162.040 habitantes distribuídos em uma área de 22,47 km². Este número poderia ser ainda menor se considerarmos que a VI RA agrega outra favela, o Vidigal, que apesar do pequeno porte, contribui para a elevação da média geral. Na Maré, por sua vez, a densidade populacional chega a um valor um pouco menor que na Rocinha, mas ainda assim expressivo. Ali, são 28.942 habitantes por km², um pouco mais que metade da Rocinha, e nem tão alto em comparação ao seu entorno se comparado a esta. Na X RA, são 12.910 habitantes por km², pouco menos que a metade da Maré. O entorno da Maré, como se percebe, é mais densamente habitado que o entorno da Rocinha, sendo este um primeiro dado revelador das diferenças entre Maré e Rocinha, destas com seu entorno e de seus entornos entre si.

Esta primeira aproximação é provocativa para dizer que a densidade populacional, é um dado relevante na medida em que diz respeito não somente ao nível de conformo "ambiental", como também na capacidade de atendimento da demanda pelos sistemas urbanos e equipamentos coletivos. Quanto a isso, é interessante notar que os espaços de cultura, por exemplo, são bastante escassos tanto na Rocinha quanto na Maré, sendo também no entorno da Maré. O entorno da Rocinha, todavia, destaca-se como uma das áreas mais bem servidas de equipamentos culturais, concentrando, em média, cerca de 30% das cadeiras de teatro e cinema da cidade, além de 20% das escolas de música e 15% dos centros culturais. Na Maré e na Rocinha, estes percentuais são pífios, especialmente por se considerar sua relação per capta. E identificada apenas uma biblioteca em cada localidade e uma escola de música na Rocinha. Não existe cinema ou teatro ali. Para quem vive na Rocinha, em função de seu bem servido entorno, a situação ainda pode ser amenizada. Há que se considerar que esta situação de precariedade destes equipamentos, que em geral constituem investimentos privados, revela uma face do desinteresse do mercado em investir nessas áreas. Destaco quatro

fatores que podem ajudar na compreensão desta questão. O primeiro deles diz respeito a uma expectativa não fundamentada de que um investimento dessa natureza não compensaria o investimento por que os moradores não se interessariam por ele. Trata-se, aqui, de uma valoração prévia, onde um estudo de viabilidade é substituído pelo estigma da área. Parte-se do princípio de que os moradores de favelas não se interessam por cinema. Isso, até certo ponto é um fato. Eles não foram capazes de desenvolver determinados hábitos e gostos culturais em função de suas condições materiais e sociais e existência. Possuem um habitus elaborado em torno de outros gostos e preferências. Trata-se do fator "padrão de consumo", referenciado no aspecto distintivo que os bens culturais têm. Quanto a isso, cinema e teatro são espaços tradicionalmente atribuídos aos setores mais sofisticados, que dispõe do habitus que opera neste no campo cultural. Todavia, a presença de espaços desta natureza poderia, gradativamente, alterar esses hábitos, formando público/platéia, a exemplo do que vem ocorrendo no Morro do Vidigal com o trabalho desenvolvido pelo grupo Nós do Morro, que atua principalmente na área de teatro. Outro fator diz respeito a valor do ingresso. O cinema no Brasil é caro e isso se deve, em muito, ao fato de haver um público reduzido. Sua massificação constituiria em uma estratégia de ampliação do mercado e de diversificação do público, algo pouco explorado. Um terceiro fator está associado à própria fragilidade da presença do Estado e, por isso, da falta de garantias ao negócio. O Estado não é capaz de garantir segurança, mesmo se considerando o peso que em geral as corporações têm na sociedade brasileira no que tange à cooperação estatal – muitas vezes (e esse talvez fosse o caso) maior para as empresas do que para a população. Além disso, a fragilidade do Estado em estabelecer sistemas de regulação poderia implicar na indisponibilidade de condições jurídico-legais para tais investimentos, como é a questão do alvará de licença em uma área desregulamentada. Por fim, acredito que um fator de extrema relevância e que se fundamenta nos anteriores, diz respeito ao próprio investimento do Estado nas favelas. Ao incorporar uma lógica de mercado, o Estado também avalia que investimentos de grande porte em áreas degradadas são economicamente inviáveis. Com isso, prefere fazer investimentos em áreas já dotadas de infra-estrutura, de modo a agregar ainda mais valor a elas. Isso ocorreu durante os XV Jogos Pan-Americanos, realizados no Rio de Janeiro em 2007, quando a maior parte dos equipamentos esportivos construídos ou reformados ocorreu na Barra da Tijuca. Acredito, concordando com (SILVA & BARBOSA, 2005) que o papel do Estado no que se refere a uma cidade tão desigual como o Rio, é buscar criar condições para que as áreas degradadas e carentes de investimentos se transformem, gradativamente, em áreas de atração de investimentos. Na medida em que o Estado demonstra interesse na revitalização de uma área, criam-se oportunidades para que o setor privado também se interesse. Caso equipamentos dos Jogos Pan-Americanos fossem construídos ao longo da Avenida Brasil, por exemplo, criar-se-ia a oportunidade de um conjunto de investimentos de revitalização daquela área. Todavia, ao investir em áreas já dotadas de boa infra-estrutura, o Estado opera em duas direções. Primeiramente, se intensificam as disparidades sócio-espaciais entre áreas da cidade, na medida em que uma área é mais dotada de equipamentos coletivos, como também de um conjunto de investimentos que os acompanham. Além disso, o Estado contribui para a valorização ainda maior das áreas de investimento, favorecendo os interesses do setor imobiliário e da construção civil. E evidente que investimentos como os ocorridos durante os Jogos Pan-Americanos, uma vez implementados em uma área tão degradada como a Avenida Brasil, demandaria muito mais recursos e a resolução de questões muito mais complexas. Todavia, este desafio, uma vez assumido, poderia trazer benefícios que provavelmente retornaria todo o investimento feito em poucos anos, e de uma maneira mais justa e equilibrada do ponto de vista das condições sociais de existência de uma parcela considerável da população da cidade.

Quadro 5.1. Indicadores de meio ambiente e equipamentos culturais por Região Administrativa selecionada (2007).

	Rocinha (XVII RA)		Lagoa (VI RA)		Maré (XXX RA)		Ramos (X RA)			
	Rocinha		Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, São Conrado, Vidigal		Maré		Bonsucesso, Manguinhos, Olaria, Ramos		Município do Rio de Janeiro	
População estimada (2007)	65.933		162.040		123.585		145.890			
Área (km²)	1,44		22,47		4,27		11,3			
Densidade populacional (pop/km²)	47.786,8		7.211,4		28.9	42,6	12.910,6			
Indicadores	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto
Meio ambiente										
Cobertura Vegetal Antropizada (km²)	0	0	3,03	0,72	6,32	0,27	11,24	1,27	25,78	315,74
Cobertura Vegetal Natural (km²)	48,05	0,69	38,05	9,03	4,11	0,18	0,71	0,08	24,03	294,2
Cobertura Vegetal per capita (m²)	10,47	0,69	60,15	9,75	3,61	0,45	9,28	1,35	103,05	609,95
Cobertura Vegetal Total (km²)	48,05	0,69	41,08	9,75	10,44	0,45	11,98	1,35	49,81	609,95
Lixo domiciliar coletado per capita (kg)	210,48	13.877,77	336,21	54.479,76	192,51	23.791,64	267,92	39.087,14	256,7	1.519.337,6
Cultura										
Bibliotecas	1,67	1	3,33	2	1,67	1	3,33	2	100	60
Cadeiras de cinema per capita	0	0	22,75	3.686	0	0	0	0	5,83	34.501
Cadeiras de teatro per capita	0	0	33,52	5.490	4,91	600	6,45	945	8,43	49.802
Escolas de música	3,03	1	21,21	7	0	0	0	0	100	33
Espaços e Centros Culturais	0	0	15,58	12	0	0	1,3	1	100	77
Livros em bibliotecas per capita	0,03	2.043	0,78	126.345	0,01	1.457	0,32	46.293	3,68	21.787.794
Museus	0	0	8,99	8	0	0	2,25	2	100	89
Salas de Cinema	0	0	11,18	18	0	0	0	0	100	161
Teatros	0	0	14	21	0,67	1	1,33	2	100	150

Fonte: Rio como vamos/IPP

Infelizmente, investimentos desta natureza parecem não ter lugar dentro da lógica estabelecida de produção do espaço urbano na cidade. Ela reproduz uma dinâmica verificada na relação histórica do Estado com as favelas e outras áreas segregadas e estigmatizadas da cidade. Na medida em que essa relação se estabelece e se reproduz sob a lógica da contenção sócio-espacial, observa-se que seus resultados esperados traduzem-se, inevitavelmente, em

uma cidade fortemente desigual. Ao estabelecer formas de controle e contenção nas áreas "perigosas e ameaçadoras" da cidade — as "zonas de perigo", o Estado cria "cinturões" de proteção aos investimentos em áreas selecionadas, assegurando, com isso, que em determinada "zona livre" da cidade, se possa investir com garantia de lucro e estabilidade. Esta "zona livre" compreende, essencialmente, o eixo Zona Sul, onde desde o início do século XX se processam investimentos concentrados. Com isso, o Estado assume seu descompromisso histórico com as favelas, o que se traduz na sua frágil presença e capacidade de regulação social e em lacunas de poder e soberania cada vez mais ocupadas por grupos criminosos armados naquelas áreas.

O ambiente vivido, além da questão da aglomeração e da distribuição de equipamentos culturais, também deve ser pensado na perspectiva do meio ambiente. Quanto a isso, os dados sobre cobertura vegetal revelam que apesar de uma vasta cobertura vegetal remanescente do processo de ocupação desordenada — mais ainda ameaçada pela expansão da ocupação irregular -, que é o caso da Rocinha, existe uma distribuição per capta bastante reduzida em comparação ao seu entorno. Na Rocinha há 10 m² per capta contra 60,15 m² de seu entorno. Essa distribuição reduzida da Rocinha também ocorre na Maré, de maneira mais drástica, com 3,61 m² per capta, e em seu entorno, com 9,28 m² por habitante.

Os dados demonstram algo já perceptível: que as áreas menos densas, mais bem equipadas e mais arborizadas são as áreas de moradia dos setores mais abastados. O verde, a propósito, tem se tornado um forte apelo nos empreendimentos residenciais para os mais ricos. Amplas áreas, algumas denominadas "parques" ou "jardins", são mescladas com edificações harmoniosamente dispostas de modo a permitir o maior nível de aproveitamento e interação possível com a "natureza".

A questão ambiental tem se apresentado como um dos novos elementos discursivos em relação às favelas. Como pude demonstrar no capítulo 3, a produção de um discurso preservacionista/ambientalista tem se colocado como um dos novos desafios no que tange ao lugar simbólico e político das favelas cariocas. Medidas repressivas da ocupação irregular, como o cercamento das favelas, ou ainda a remoção e derrubada de casas em áreas consideradas de

preservação ambiental, tem sido um dos novos motes do discurso remocionista que se encontra em estado de hibernação à espera de uma nova conjuntura favorável. Todavia, é necessário reconhecer que as favelas de fato vêm cumprindo um papel negativo quanto à preservação da cobertura vegetal nas áreas em que se situam. É realmente preciso encontrar saídas para que o problema não se agrave, mas também é preciso reconhecer que situações semelhantes ocorrem em áreas nobres da cidade, embora a resposta seja diferente, com espaço para pagamento de multas ou, pior ainda, com vistas grossas, provavelmente sob esquemas de corrupção. Não estou aqui a defender a ocupação irregular e muito menos a derrubada de árvores em nome do direito à moradia. Existem formas de se conciliar isso, como por exemplo, programas de preservação ambiental e de reflorestamento implementados pelas próprias comunidades. Mas há também outro conjunto de questões ambientais que em geral passam desapercebidas em relação às favelas, que, neste caso, são vítimas, e não violadoras. Trata-se da questão do saneamento básico. Muitas favelas dispõem de sistemas de saneamento precários, alguns dos quais improvisados, outros sobrecarregados em função da alta densidade populacional. Por tudo isso, é preciso relativizar em que termos o discurso "ambientalista" se constrói, pois em boa parte das situações, ele é apenas um argumento de forte apelo instrumentalizado em função de outros interesses. Por fim, acredito que um conjunto de melhorias urbanas nas favelas, a exemplo do que propunha o programa Favela-Bairro, com suas devidas correções, deva ser um caminho para as favelas, com vêm defendendo especialistas, lideranças e inclusive ambientalistas. A urbanização implica no reconhecimento jurídico, político e social das favelas, e fortalece a capacidade do Estado em intervir, criando melhorias que poderão contribuir para mudanças de outra ordem, inclusive quanto a investimentos de maior fôlego, que possam reverter a lógica da "zona de perigo" em nome da criação de "zonas de investimentos".

5.3.2. Dinâmica da violência

Os principais dados sobre violência revelam um quadro, em escala local, semelhante àquele apresentado no segundo capítulo. Naquele capítulo, a constatação, orientada pela ordenação dos dados em dois grandes eixos na

cidade, era de que o eixo Zona Sul possuía indicadores de violência contra a pessoa bem abaixo dos identificados no eixo Zona Norte/Oeste. Esta divisão analítica não permitia ver mais de perto disparidades no interior de cada uma das áreas utilizadas como recorte de referência, algo que será buscado aqui com os dados disponíveis.

Os dados utilizados no capítulo 2 têm origem nas delegacias de polícia, referenciados em Registros de Ocorrência, que depois são sistematizados e divulgados pela Secretaria de Segurança Pública e Instituto de Segurança Pública. Todavia, aqueles dados não permitiam uma leitura mais localizada das ocorrências pelo fato destas estarem registradas por delegacia, cujo recorte geográfico extrapola o dos bairros da cidade, agregando-os. Por conta disso, os dados utilizados para descrever algumas situações de violência na Rocinha e na Maré têm como origem dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, que foram sistematizados pelo "Rio como vamos" e agregados por Região Administrativa. Assim, além de apresentar os dados sobre a Maré e a Rocinha, é possível estabelecer comparações com o seu entorno.

Os dados selecionados relacionam-se diretamente à violência contra a pessoa, quais sejam: homicídio por local de moradia, homicídio juvenil masculino por local de moradia, morte por intervenção legal por local de moradia, morte juvenil masculina por intervenção legal por local de moradia. São dados que dão conta de dois aspectos fundamentais da dinâmica das áreas segregadas e estigmatizadas. De um lado, a situação dos homicídios, especialmente os homicídios contra jovens. De outro, a morte provocada por agentes do Estado, neste caso, a polícia, cuja informação da Secretaria de Segurança consta como "auto de resistência", conforme explicado no segundo capítulo.

Quadro 5.2. Dados de violência contra a pessoa agregados por Região Administrativa selecionada (2007).¹⁴⁷

	Rocinha (XVII RA)		Lagoa (VI RA)		Maré (XXX RA)		Ramos (X RA)			
	Rocinha		Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, São Conrado, Vidigal		Maré		Bonsucesso, Manguinhos, Olaria, Ramos		Município do Rio de Janeiro	
Indicadores	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto
Homicídio por local de moradia	61,6	209	14,65	24	29,46	36	49,11	72	41,45	2.448
Homicídio juvenil masculino por local de moradia	77,37	6	55,85	11	163,32	24	187,18	33	152,04	1.080
Morte por intervenção legal por local de moradia	7,75	5	0,61	1	6,55	8	6,14	9	3,39	200
Morte juvenil masculina por intervenção legal por local de moradia	51,58	4	0	0	27,22	4	34,03	6	20,27	144

Fonte: Rio como vamos/ISP/Polícia Civil

Os dados sobre homicídios entre a população geral revelam uma taxa de 41,45 mortes para cada 100 mil habitantes na cidade do Rio de Janeiro para o ano de 2007. Esta informação, quando focalizada entre a população juvenil masculina, na faixa de 15 a 24 anos de idade, demonstra forte concentração de homicídios, com 152,04 mortes para cada 100 mil habitantes. Isso, por si só, explicita o argumento de que os jovens da cidade são as maiores vítimas da violência letal. Mas as diferenças existentes no interior da cidade demonstram, para o caso da comparação entre a Rocinha e a Maré, que o entorno pode funcionar como um fator de proteção, na medida em que os dados sugerem ser

-

¹⁴⁷ Cabe aqui mencionar, integralmente, a nota metodológica contida no relatório do movimento "Rio como vamos" a fim de se esclarecer a origem e a sistematização dos dados aqui apresentados: "Os indicadores de violência provieram de três diferentes fontes: Autorizações de Internação Hospitalar, Declarações de Óbitos e Ocorrências Policiais disponíveis no site do Instituto de Segurança Pública (ISP). Nos dois primeiros casos, a referência às RAs foi feita pelo local de moradia, com uso do endereço ou CEP do paciente. No caso das ocorrências policiais, pelo próprio local de ocorrência. Nesse último caso. no entanto, os dados disponíveis estão agregados por Distrito Policial, que não correspondem exatamente nem aos bairros nem às RAs. O ISP alegou razões de sigilo legal para não fornecer os endereços detalhados das ocorrências, o que impossibilitou a adequação precisa dos dados. Por isso, foi necessário ajustar os limites das RAs quando se tratou de dados provenientes dos registros policiais. Além disso, como alguns DPs cortam bairros ao meio, foi necessário, em alguns casos, calcular os indicadores conjuntamente para mais de uma Região Administrativa (RA). Nesses casos, foi atribuído a cada RA o valor do indicador calculado conjuntamente. O número absoluto de casos também foi, portanto, somado, e aparece entre parênteses na página do indicador. Essa situação se aplica a: Lagoa e Rocinha: Ilha de Paquetá e Ilha do Governador: Cidade de Deus e Jacarepaquá: Jacarezinho e Méier: Complexo do Alemão, Penha e Vigário Geral; Portuária e São Cristóvão; Maré e Ramos." (RIO COMO VAMOS, 2008: 193).

a Rocinha menos letal do que a Maré. E esse dado é ainda mais significativo na medida em que essa mortalidade evidencia-se na Maré de uma forma assustadoramente maior em relação aos mais jovens. O homicídio entre jovens na Maré é tão expressivo, que a taxa para a população geral desta localidade é bem menor que a média da cidade. Na Maré, a taxa para a população geral é de 29,46 homicídios para cada 100 mil habitantes, ao passo que a taxa entre jovens é de 163,32 por 100 mil. Na Rocinha este dado é de 77,37 por 100 mil, havendo uma disparidade muito pequena em comparação à população geral, cujo dado é de 61,6 por 100 mil. Chama a atenção o fato do entorno da Maré ser tão ou mais violento que a própria Maré: nos bairros da X Região Administrativa, a taxa de homicídios para a população geral é quase o dobro da Maré, com 49,11 mortes por 100 mil habitantes, ao passo que entre jovens, a taxa atinge 187,18 mortes por 100 mil. O entorno da Rocinha, formado por bairros de classe média alta, à exceção da favela do Vidigal, possui taxas bastante reduzidas quando comparadas inclusive às médias da cidade: ali, a taxa para a população geral é de 14,65 por 100 mil, ao passo que entre jovens, sobe para 5,85 por 100 mil. É possível supor que uma parcela significativa destes homicídios ocorram no Vidigal, mas não é possível afirmar, pois os dados não permitem esse nível de aprofundamento.

O argumento de que o entorno pode ser um fator de proteção encontra respaldo na relação entre explicitação de certas formas de violência e os riscos que essas violências podem causar ao entorno. É possível supor que a ação da polícia na Rocinha seja menos violenta por causa de seu entorno, mas também por causa da visibilidade da Rocinha. Um cenário marcado por constantes trocas de tiros, sob o risco de balas perdidas nos bairros vizinhos, colocaria em xeque a ação da polícia. Ao mesmo tempo, o fato da Rocinha ser territorializada por apenas uma facção criminosa contribui para a inexistência de confrontos entre gangues, o que reduz não apenas o índice de mortalidade provocada pelos jovens, como também o risco de uma pressão do entorno em torno de maior repressão. Por fim, a Rocinha é uma favela bastante freqüentada por usuários, sendo, como já foi dito, provavelmente o maior e mais lucrativo mercado de drogas no varejo da cidade. Para o tráfico, não interessa em nenhuma circunstância (inclusive em outras favelas) alimentar

situações de confronto, sob o risco de se perder consumidores, a exemplo do que vem ocorrendo em muitas favelas onde a instabilidade e a violência inibem o acesso de consumidores ao local de venda.

A situação da ação policial pode ser explicitada com os dados sobre mortes por intervenção legal. Neste caso, chama a atenção que as taxas de mortes provocadas pela polícia não evidenciam diferenças em relação à Rocinha e Maré. Nestas localidades, as taxas para a população geral são, respectivamente, de 7,55 e 6,75 por 100 mil habitantes, o dobro em comparação à cidade, onde a taxa média para a população geral é de 3,39 mortes por 100 mil habitantes. Nos bairros de entorno, mais uma vez há forte disparidade para o caso da Rocinha, onde sua taxa é quase 13 vezes maior (7,55 contra 0,61), e proximidade para o caso da Maré, onde o entorno tem taxa de 6,14 mortes para cada 100 mil habitantes. Quanto à taxa para a população jovem, já se observa alguma diferença entre Rocinha e Maré. A taxa da Rocinha é quase o dobro da Maré, com 51,58 contra 27,22 por 100 mil habitantes. O entorno da Maré possui taxa superior, com 34,03 mortes por 100 mil habitantes, ao passo que o entorno da Rocinha não registrou nenhuma morte. Na cidade, a taxa média para jovens situa-se em 20,27 mortes por 100 mil habitantes. O que os dados sugerem é que a ação policial é menos violenta nos bairros de classe média e mais violenta nas favelas e também em bairros com características sócio-espaciais semelhantes às das favelas, como é o caso do entorno da Maré. Isto não é novidade. Já foi apresentado no capítulo 2 e já vem sendo sinalizado por diversos estudos (por exemplo, CANO, 1997; RAMOS & MUSIMECI, 2005). O que chama a atenção, todavia, é que a polícia permanece sendo violenta mesmo em uma favela da Zona Sul. Suas práticas focadas em elementos estigmatizados, talvez, opere de forma diferenciada em função do entorno, com menos "barulho" do que em áreas onde a explicitação da violência parece não ameaçar a reprodução dessa prática, algo que poderá ser observado com os dados de campo, no próximo capítulo. Todavia, é fundamental considerar que além dos números absolutos serem bastante reduzidos, o tamanho das áreas em estudo pode contribuir para a "dissolução" dessas situações, o que interfere diretamente na percepção dos moradores sobre este tipo de situação.

5.4. Um panorama sobre a Rocinha

A Rocinha é uma favela que contrasta de forma nítida com sua vizinhança, algo que lhe confere uma visão externa alimentada pelo rancor de uma classe média ressentida pela desvalorização de seus imóveis e indignada pela ameaça de seu direito de ir e vir. Para esses setores, a solução de seus problemas perpassa pelo aumento da repressão policial nas favelas e pelo reforço dos estereótipos, assumindo o favelado um papel de culpado pelos problemas da cidade. Cabe considerar ainda que a Rocinha foi palco, em 2004, da disputa territorial entre o Comando Vermelho e Amigo dos Amigos, o que alimentou um debate renovado acerca da remoção de favelas e da intensificação da repressão policial. Na ocasião, a ADA saiu vencedora, expulsando chefes do CV e recrutando ex-integrantes, dominando aquele que é, provavelmente, o maior ponto de venda de drogas da cidade, quiçá do país.

A disputa entre traficantes rivais pelo estratégico e valorizado ponto de venda de drogas foi amplamente noticiado pela mídia, revelando preocupações que em geral passariam ao largo na cobertura de episódios semelhantes em favelas menos conhecidas ou distantes das áreas nobres da cidade, o que revela o peso simbólico da Rocinha na cena carioca. Por esta razão, a Rocinha ocupa posição de destaque na mídia nacional e internacional, sendo vista por muitas ONGs e mesmo pelo poder público como uma espécie de "vitrine", atraindo para si uma infinidade de ações de cunho social, proporcionalmente maior que em qualquer outra favela da cidade. Apesar da dificuldade de levantamento dessas inúmeras iniciativas, é possível dizer que a Rocinha é de longe a mais bem servida favela do Rio em termos de investimentos sociais e de presença de ONGs. Isso se explica pelo fato dela ser o que LUDEMIR (2004), em polêmico livro sobre a Rocinha refere-se a esta como sendo uma marca de apelo mundial e, complementaria, representativa hegemônica da idéia (ou do estereótipo) de favela disseminado Brasil e mundo afora.

148 Exemplo disso pode ser tirado dos confrontos de lona data existentes em Vigário Geral e Parada de Lucas, ou ainda na Baixa do Sapateiro e Nova Holanda, onde a freqüência das mortes, a violência cotidiana e o peso simbólico de serem considerados espécies de "Faixa de Gaza", parece não ter o mesmo peso que a Rocinha, mesmo quando esta é palco de confrontos pontuais, embora não menos trágicos e violentos.

Em 2008 foi anunciada uma ampla intervenção urbanística na Rocinha vinculada ao PAC — Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. O PAC na Rocinha prevê uma intervenção orçada em R\$ 180 milhões, que envolverá, dentre outras ações, a construção de um anel viário no alto do morro, que delimitará a favela e controlará sua expansão, a construção de uma passarela sobre a Auto-Estrada Lagoa-Barra, a regularização fundiária de 30 mil residências e o alargamento de vias e intervenções no sistema viário, de água, esgoto e iluminação.

Apesar de constituir o maior projeto de intervenção já feito na história da Rocinha, não existe consenso interno a seu respeito. Para muitos moradores o PAC constitui uma medida meramente estética, que visa amenizar o contraste de paisagem com o entorno. Além disso, existe uma preocupação quanto ao mercado imobiliário da favela, aquecido desde o anúncio das obras, fato que pode provocar uma "remoção branca" a exemplo do que ocorreu com o Favela-Bairro, o que só tende a fragilizar ainda mais aqueles moradores em pior condição sócio-econômica. Por outro lado, na tentativa de garantir o pleno funcionamento da obra sem que a mesma sofra qualquer tipo de intervenção por parte dos traficantes locais, o governo estadual deslocou um grande efetivo de policiais para a área, reforçando um processo de criminalização da pobreza.

Chama a atenção na Rocinha a relativa tranquilidade em relação à presença do tráfico e da relação da polícia com este. À exceção dos dias de "guerra" pela tomada da Rocinha pela ADA, são raros os relatos de confrontos bélicos e mesmo de incursões policiais violentas. Relatos informais que colhi junto a alguns moradores sugerem que é possível andar pelos becos e vielas da Rocinha de madrugada sem que se corra grande risco, em que pese a presença de traficantes.

Considerada a maior e mais famosa favela da América Latina, a Rocinha possui uma presença maciça de ONGs nacionais e estrangeiras, além de ocupar um significativo papel no imaginário social dos moradores da cidade. Sua população projetada para 2007 era de 65.933 habitantes. Este número, todavia, é contestado pela maior parte de moradores e lideranças locais, que

¹⁴⁹ Dados fornecidos por RIO COMO VAMOS (2008) a partir de dados do IBGE/IPP.

chegam a afirmar que na Rocinha morem 250 mil pessoas. O fato é que pelo impacto visual proporcionado pela ocupação de uma ampla encosta, a Rocinha, à primeira vista, para um observador menos criterioso, realmente aparenta ter uma população muito maior do que aquela divulgada pelos meios oficiais. Ainda assim pensar em uma população de 66 mil habitantes para uma área de apenas 1,44 km² é algo já bastante expressivo, já que a densidade populacional alcança 45.786 habitantes por km² - marca bastante superior, inclusive, que muitas favelas cariocas. Este fato pode ser justificado pelo amplo processo de verticalização da Rocinha, onde já se podem encontrar edificações com até 11 andares.

A propósito das edificações na Rocinha, é preciso dizer que o mercado imobiliário desta localidade é bastante movimentado, com um grande volume de unidades destinadas ao aluguel, em particular pequenos edifícios com dezenas de pequenas unidades habitacionais, oferecidos àqueles que veêm na Rocinha um excelente local de moradia do ponto de vista do acesso ao mercado de trabalho na Zona Sul. Segundo um de meus entrevistados, muitas dessas edificações não pertencem necessariamente a moradores da Rocinha, sendo pertencentes a investidores externos interessados na alta lucratividade do negócio. Cabe destacar que tais edificações, a exemplo do que ocorre em relação às menores, não seguem nenhuma norma estabelecida pelas autoridades públicas, podendo estar sujeitas a problemas estruturais. Já em 1988 se denunciava este tipo de edificação, explicitando sua desconformidade com as normas vigentes:

"O prédio mais alto, de sete andares, fica na Travessa Kátia e é conhecido como "Balança mas não cai", em homenagem às suas rachaduras. Como os outros prédios de mais de quatro andares, não tem lixeira, nem caixa de incêndio, para nem falar em elevador" (Jornal do Brasil, 7/02/1988 apud. LEITÃO, 2004: 121).

Quase vinte anos após, o Jornal *O Globo* denunciava outra edificação, mais alta, conhecida como "Empire State" da Rocinha. A edificação, com 11 pavimentos, foi utilizada como exemplo de uma matéria sobre o crescimento

¹⁵⁰ Este é o caso da Pastoral das Favelas, mencionado por LEITÃO (2004), que também registra uma estimativa entre "150 e 300 mil habitantes" feito pela União Pró-Melhoramentos da Rocinha.

desordenado e "à margem da lei" da Rocinha. Segundo a matéria, a partir de dados divulgados pela Fundação Bento Rubião – responsável pelo programa de regularização fundiária na Rocinha -, em boa parte dos edifícios haveria até seis famílias por pavimento, podendo chegar a 16 em casos extremos. Chama à atenção a informação de que 36% dos imóveis são prédios, sendo que 76% deles têm pelo menos três andares. Outro problema sinalizado pela pesquisa da Fundação Bento Rubião era quanto à documentação: 44% dos entrevistados não têm nenhuma documentação de seu imóvel, ao passo que, dos que pagam aluguel, 81% não têm contrato de locação. 151

A forte presença de um mercado imobiliário e de um diversificado comércio na Rocinha reforça a necessidade de se pensar a estratificação social nas favelas e, inclusive, a exploração lucrativa e indiscriminada da falta de regulação do poder público. Edifícios para aluguel construídos sem normas de segurança homologadas e estabelecimentos comerciais de grande porte, destoam de uma imagem romântica da favela como lugar da pobreza e da miséria. A Rocinha certamente é uma das mais fortes expressões dentre as favelas cariocas de que a ausência de soberania do Estado favorece não apenas o crime dito "organizado" do tráfico de drogas e milícias, mas, também, e talvez de maneira ainda mais forte, atividades que embora lícitas, se beneficiam das facilidades da falta de regulação e controle. Trata-se, em certa medida, da exploração das condições de precariedade que, contraditoriamente, deveriam ser bandeira de luta de seus moradores. Todavia, o que se observa é que tanto aqueles empresários do aluguel ou do comércio, quanto os moradores comuns, parecem não se importar e até desejam que a favela permaneça desta forma, já que todos, de alguma maneira, se beneficiam disso, o que coloca um desafio no que tange à instauração efetiva da soberania do Estado nestas localidades. Como já havia sinalizado em capítulos anteriores, o desenvolvimento de uma dinâmica própria nas favelas, ocorrida às margens dos mecanismos de regulação do Estado, certamente é um potencializador dessa problemática, uma vez que a experiência de vida experimentada nessas localidades se dá em um contexto diferenciado e, na maior parte das vezes, sem a incorporação empírica do que a presença do Estado pode representar,

151

¹⁵¹ Rocinha cresce na vertical à margem da lei. O Globo, 3/11/2007.

uma vez que a experiência corrente é baseada quase que exclusivamente na ação repressiva da polícia e em precárias instalações de uso coletivo. Com efeito, parece ser um desafio de mudança de mentalidade e cultura política a instauração do Estado de direito em todas as suas dimensões, e não apenas naquelas ligadas aos discursos tradicionais da "educação, saúde e lazer".



Figura 5.1. A Rocinha vista da auto-estrada Lagoa-Barra (2008)

Foto: Fernando Lannes Fernandes.

Do ponto de vista de seu entorno, a Rocinha parece ter uma baixa conexão com os bairros adjacentes, salvo pela esfera do mundo do trabalho, uma vez que muitos de seus moradores trabalham nas áreas adjacentes – em particular nos edifícios residenciais. Esta relação, contudo, parece se limitar a esse aspecto, considerando-se que o forte comércio local da Rocinha atende relativamente bem às demandas de seus moradores e também quanto ao fato do comércio de entorno – por se direcionar a grupos sociais com maior poder aquisitivo -, distanciar-se das expectativas de consumo mais comuns dos

moradores da Rocinha (o que não descarta a esfera do desejo identificada com estilos e construção do status). A farta oferta de serviços e estabelecimentos, como comércio bastante diversificado e agências bancárias (há duas, uma do Itaú e outra da Caixa Econômica Federal), revelam uma favela suficientemente estável e economicamente viável para que estas instituições ali se estabeleçam. De acordo com LEITÃO (2004), são mais de 1.500 estabelecimentos existentes na Rocinha.

Nas proximidades da Rocinha existe um shopping center de alto luxo, o Fashion Mall. Este shopping, freqüentado pela elite carioca, possui estabelecimentos sofisticados, direcionados a freqüentadores de alto poder aquisitivo. Todavia, não é de todo inexistente a freqüência de moradores da Rocinha àquela localidade. Apesar disso, em que pese os preços e o público freqüentador, o que mais se destaca são os constrangimentos ali produzidos. Trata-se de um lugar em que os moradores da Rocinha, em geral, não identificam como seu.

No entorno imediato da Rocinha localiza-se a praia de São Conrado. Considerada uma praia de boas condições para banho, em mar aberto e com uma boa faixa de areia, esta praia é um dos principais espaços de lazer dos moradores da Rocinha. Mesmo durante a semana, é possível ver uma grande freqüência de jovens nas suas areias e, pelas manhãs, um grande número de adultos e idosos fazendo caminhada e corrida. Na praia, segundo pude constatar visualmente e a partir de relatos de moradores, existe certa separação entre moradores de São Conrado e moradores da Rocinha, que ocupam o lado esquerdo da faixa de areia. Todavia, em finais de semana e feriados muito ensolarados, é possível observar que a Rocinha literalmente "domina a área" em sua totalidade.

Do outro lado da auto-estrada Lagoa-Barra, oposto à Rocinha, um equipamento público chama a atenção: é o Centro de Cidadania Rinaldo de Lamare. Criado em 2004 pela Prefeitura e administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o centro é uma instalação moderna e bastante diferente dos equipamentos que em geral se destinam às favelas. Ali são oferecidos cursos, desenvolvidos projetos governamentais, como o Pró-Jovem

e o Adolescentro, além de inúmeras atividades para a comunidade. A proposta do centro é servir a toda a área de entorno, e não apenas a Rocinha.

As facilidades oferecidas pelo comércio local e a presença de um espaço de referência da prefeitura, são fatores que contribuem para que a mobilidade de alguns moradores da Rocinha seja limitada. Some-se a isso a grande quantidade de atividades culturais oferecidas nos finais de semana – apesar de sua pouca diversidade. Observa-se, em função disso, que principalmente aqueles que não mantêm vínculos com o mundo exterior à Rocinha, dificilmente saem dali em direção a outros bairros.

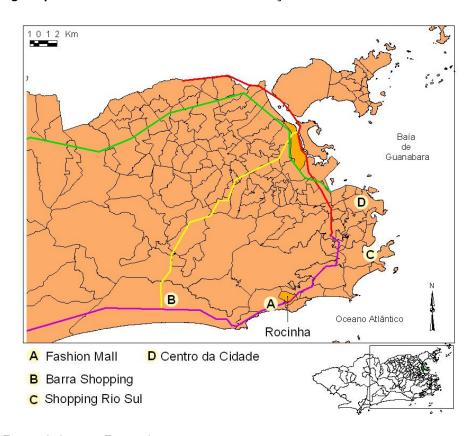


Figura 5.2. Alguns pontos de referência da cidade em relação à Rocinha

Elaboração: Fernando Lannes Fernandes Cartografia: Faber Paganoto Araújo

Em que pese o fato de muitos moradores não precisarem (ou não quererem) sair da Rocinha, o acesso a meios de transporte é bastante diversificado. Um grande número de linhas cruza a auto-estrada Lagoa-Barra

ligando Barra da Tijuca e São Conrado aos mais diversos locais da cidade, especialmente Centro e Zona Sul. Há ainda linhas que circulam pela Estrada da Gávea, o que facilita o acesso de moradores que vivem em partes altas sem que precisem descer. Todavia, o maior problema situa-se no acesso ao interior da Rocinha, uma vez que seu sítio íngreme exige que seus moradores utilizem com freqüência serviços de moto-táxi. Muitos, inclusive, possuem motocicletas próprias, veículo que certamente é o principal meio de transporte, seja pela sua praticidade — transita com facilidade pelos becos e vielas -, seja pelo seu preço, que é bastante acessível. Há ainda um grande número de Vans ligando a Rocinha a diversas localidades, revelando-se um negócio bastante lucrativo em função de sua forte demanda.

A formação da Rocinha

O nome Rocinha possui uma forte identidade com a origem desta aglomeração, que remete a uma antiga fazenda, pertencente à Companhia Guidão de Castro. A área ocupada pela fazenda sofreu parcelamentos entre 1927 e 1930, tendo sido vendidos lotes de 270 m² a particulares. Este processo já evidenciava a expansão da ocupação da Zona Sul neste período (LEITÃO, 2004).

Seus primeiros habitantes eram pequenos comerciantes portugueses e operários de fábricas situadas nas proximidades. O parcelamento dos lotes vendidos e ocupados, todavia, não havia sido aprovado pela prefeitura, o que fez com que a Companhia Guidão de Castro paralisasse as vendas a fim de legalizar a situação. Por não dispor de recursos suficientes para o cumprimento das exigências, surgiram problemas financeiros que levaram seu proprietário ao suicídio e a Companhia à falência (ANDRADE, 2002). O desinteresse posterior dos herdeiros da Companhia pelo destino do empreendimento, somado às melhorias já verificadas na área em função de seu processo inicial de ocupação, assim como os boatos de que se tratavam de "terras do governo" ou "sem dono", são apontados por LEITÃO (2004) como fatores determinantes para o crescimento da ocupação irregular na Rocinha. Com o fim do Estado Novo, as favelas tornar-se-iam importantes redutos eleitorais, fato esse que

estimulou o clientelismo e a consolidação dos processos em curso de ocupação irregular (ANDRADE, 2002).

Os precários barracos que caracterizaram os anos iniciais de ocupação da Rocinha foram gradativamente substituídos, ao longo dos anos 50, por barracos de madeira. Todavia, neste mesmo período, observa-se um processo de expansão da ocupação das áreas mais altas da encosta, este, caracterizado por instalações bastante precárias (LEITÃO, 2004). Nesta época é realizado o primeiro recenseamento da Rocinha, que identificou 4.513 habitantes. A ocupação dispersa da área, diferente do padrão recorrente em outras favelas cariocas, remetia a uma espécie de "vilarejo rural", uma "roça", por assim dizer (LEITÃO, 2004), fato que sustenta algumas explicações sobre a origem do nome Rocinha. Segundo relatos de moradores colhidos por LEITÃO (2004), há fortes referências ao plantio de pequenas roças que serviam para consumo interno e venda. Certamente, a farta disponibilidade de áreas para plantio favorecia esta prática, que com o passar dos anos, e com a ocupação cada vez mais densa, permaneceu na memória de seus moradores como marca dos tempos primeiros.

O crescimento da Rocinha entre o período do primeiro recenseamento e de um segundo levantamento, realizado no final da década de 1950, aponta para um salto populacional significativo, passando de seus iniciais 4 mil habitantes para cerca de 30 mil (LEITÃO, 2004). Estes dados, todavia, podem não ser tão precisos, uma vez que levantamento feito quase 15 anos após pela Secretaria de Segurança Pública apontava para a presença de 33.790 habitantes (LEITAO, 2004). Em 1980 esse número já chegava a quase 100 mil habitantes (97.945). Por mais equivocado que estivesse o levantamento da Secretaria de Segurança, é possível identificar que foi justamente neste período que se deu um crescimento mais vertiginoso da população da Rocinha. Provavelmente a facilidade de acesso proporcionada pela abertura do túnel que permitiu um processo de expansão imobiliária e, portanto, de emprego -, as melhorias que iam ocorrendo gradativamente em função de investimentos empreendido pelos moradores e por políticos clientelistas, assim como o enfraquecimento das ameaças de remoção do governo militar, podem ser identificados como fatores impulsionadores deste processo.

O relativo isolamento da Rocinha em relação ao resto da cidade, uma vez que o túnel Dois Irmãos (atual Zuzu Angel) só seria construído nos anos 70, provavelmente foi um fator que estimulou a instalação de estabelecimentos comerciais na área. Segundo o relatório da SEGMACS (apud. LEITÃO, 2004: 111), já era identificado na área, nos anos 50, a presença de "várias biroscas", além de "um açougue, uma padaria e confeitaria, duas farmácias e um armazém."

A abertura do túnel provoca por si só não apenas um conjunto de transformações na Rocinha e em seu entorno, como revela um processo, ainda em curso, de expansão imobiliária da Zona Sul em direção a São Conrado e Barra da Tijuca (ABREU, 1988). A grande demanda por mão de obra, inicialmente na construção civil, e posteriormente na oferta de serviços domésticos aos condomínios, foi um grande fator de atração da Rocinha e, por consequinte, de seu acelerado crescimento entre meados dos anos 70 e os anos 80. É neste período, também, que se intensifica o processo de estratificação sócio-espacial na Rocinha, com uma diferenciação cada vez maior entre moradores das partes baixas e altas. Neste caso, aqueles que moravam nas partes baixas apresentavam melhor poder aquisitivo. É também nestas áreas onde se localizam, em maior concentração, os principais estabelecimentos comerciais, incluindo-se as duas agências bancárias existentes na Rocinha. Conclusões tiradas por DRUMOND (1981 apud. LEITÃO, 2004: 115), a partir de relatos de moradores, são bastante ilustrativas deste processo, que inclusive, era de ordem estigmatizante:

"Os pobres moram no alto, os ricos em baixo, no alto se está longe de tudo, sem água, sem eletricidade, (...) em baixo não é mais uma favela, é como a cidade, (...) no alto se escondem os ladrões, os marginais que fogem da polícia, é perigoso de ir mesmo em pleno dia, afirma um deles".

Um dos fatores que contribuem para este processo de estratificação sócio-espacial diz respeito às condições de acessibilidade dos locais de moradia. Como sugere ANDRADE (2002), as áreas mais acessíveis, próximas da Estrada da Gávea e a auto-estrada Lagoa-Barra, onde o deslocamento por

carro e ônibus é mais facilitado, são mais valorizadas em relação àquelas áreas de difícil acesso, muitas das quais com precária infra-estrutura.

O processo de verticalização da Rocinha é o que marca sua dinâmica ao longo dos anos 90 e 2000, com forte peso do mercado imobiliário, impulsionado pela grande demanda de novos moradores — muitos dos quais, neste período, vindos da própria Região Metropolitana, e mesmo de outras favelas. Quanto a isso, é notório observar que muitas das novas edificações erguidas não são de propriedade de moradores da Rocinha, mas de investidores externos interessados em se aproveitar do filão de oportunidade deste lucrativo mercado, conforme me relatou um de meus entrevistados.

5.5. Um panorama sobre a Maré

A Maré não deixa de carregar os estigmas da Rocinha, mas de forma menos intensa. Localizada na Zona Norte da cidade, em uma área mais pobre em comparação à Rocinha, a Maré está praticamente incorporada à paisagem do entorno, havendo pouco contraste entre esta e os bairros adjacentes. Além disso, por estar situada em uma área plana (há apenas uma área em morro, Timbau) e por estar em uma área de passagem, a Maré parece chamar menos a atenção do que a Rocinha. Talvez isso ocorra de forma mais forte para aqueles que circulam pela Linha Vermelha, que liga a Zona Sul da cidade ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, uma vez que a posição da pista favorece uma visão panorâmica de toda a área. Uma infinidade de relatos que sustentam a "fala do crime" (CALDEIRA, 2003) apontam para situações de balas perdidas atingindo carros na Linha Vermelha e medo de se passar por ali à noite. Quanto a isso, a resposta das autoridades públicas parece ser direcionada apenas aos proprietários de veículos assustados que transitam pela Linha Vermelha. Recentemente foi apresentado na Câmara dos Vereadores um projeto para se erguer um muro de proteção aos motoristas na Linha Vermelha – projeto este não aprovado. O batalhão da Polícia Militar, recentemente inaugurado, por sua vez, oferece sua porta dos fundos para a Maré. Estas duas situações ilustram que o olhar das autoridades públicas é centrado na contenção sócio-espacial, segundo o qual se deve restringir os problemas das favelas *às* favelas.

A Maré é uma das áreas mais emblemáticas no que se refere à violência no cenário urbano carioca, possuindo uma forte fragmentação territorial expressa pela territorialização de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas (Amigo dos Amigos, Terceiro Comando e Comando Vermelho) e, mais recentemente, a partir de 2006, com a territorialização de grupos ligados à milícia. Além disso, a Maré conta com um Batalhão da Polícia Militar e postos policiais, além de incursões freqüentes do "Caveirão". Estes diferentes atores são responsáveis pelo quadro de violência na Maré, que expressa, de um lado, uma mescla entre repressão e conivência das forças policiais e, de outro, disputas freqüentes entre criminosos pelo controle de territórios. Este cenário favorece uma "corrida bélica" particular e a instauração de marcas espaciais fortemente caracterizadas pelas fronteiras impostas pelos criminosos.

Em função das disputas entre criminosos, existem áreas de fronteira onde a situação de confrontos freqüentes e as tensões das disputas (também no campo simbólico) fazem com que seus moradores — especialmente os mais jovens, do sexo masculino -, incorporem as simbologias das facções e temam, com isso, ultrapassar as fronteiras ou freqüentar espaços que se situem em "território inimigo". Um levantamento realizado pelo CEASM¹⁵², por exemplo, constatou que na área mais crítica, chamada pelos moradores de "Faixa de Gaza", possuía o maior percentual de crianças fora da escola: Nova Maré, localizada a menos de 50 metros da escola municipal, situada em "território inimigo", tinha 16,5% de crianças fora da escola, número 2,5 vezes maior que a média percentual da Maré (6,4%). Isso demonstra o grau de incorporação do medo pelos moradores, que apesar de não estarem envolvidos com o tráfico, se sentem marcados pelo território em que vivem. Esta marca espacial, a propósito, como demonstrado nos capítulos anteriores, não se restringe apenas à favela, mas ao conjunto da cidade — seja pelo medo de circular em áreas

¹⁵² Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – organização não-governamental fundada em 1996 por moradores e ex-moradores da Maré. Atualmente o CEASM foi dividido em duas organizações independentes. Os dados, assim como outros materiais referentes ao levantamento realizado encontramse em poder da ONG "Redes da Maré", localizada na favela de Nova Holanda, na Maré.

próximas a favelas de outras facções, seja pelo estigma carregado por ser morador de favela.

É notório observar, com isso, que na Maré, apesar da existência de inúmeras instituições estatais — especialmente escolas e postos de saúde -, sua fragmentação territorial as restringe apenas aos respectivos territórios delimitados pelas facções criminosas. Com efeito, há uma reclamação freqüente de moradores quanto a instalações apontadas pelas autoridades públicas como sendo destinadas aos moradores da Maré, em seu conjunto, quando na realidade elas se restringem a apenas uma parcela deles. Não são todos os moradores que incorporam as fronteiras impostas pelo tráfico como um obstáculo, sendo os mais jovens e do sexo masculino, como apontei, os que mais levam em conta este fator — justamente por temerem ser identificados como traficantes, estigma que, não bastasse carregarem fora de suas áreas de moradia, também se aplica a ela.

Do ponto de vista o entorno, a Maré é delimitada por grandes vias de circulação da cidade: a Linha Vermelha, que liga a Zona Sul à Zona Norte e em particular ao Aeroporto Internacional Tom Jobim; a Avenida Brasil, que liga o Centro à Zona Oeste; e a Linha Amarela, que liga a Zona Norte à Barra da Tijuca, sendo esta via, conectada à Linha Vermelha. Estas vias formam uma espécie de cinturão que torna a Maré descontínua aos bairros adjacentes de Ramos e Bonsucesso. Estes bairros são bastante frequentados pelos moradores da Maré, havendo ainda o bairro de São Cristóvão – antiga sede da residência imperial. O que estes bairros têm em comum é quanto ao fato de serem áreas em processo de degradação econômica, que acompanha um processo de esvaziamento econômico em curso no Rio de Janeiro desde os anos 80. A Avenida Brasil, que até aquela década constituía o eixo industrial da cidade e um dos principais pólos industriais do país, constitui na atualidade uma ampla área de obsolescência urbana; uma realidade que se estende a todos os bairros de entorno da via ao longo de seus 42 quilômetros de extensão. Com efeito, o processo de favelização nesta área tem sido marcante, especialmente em função da ocupação de galpões abandonados e formação de loteamentos ilegais. Santa Cruz, bairro limítrofe da Avenida Brasil, localizado no extremo oeste da via, é hoje o bairro mais favelizado da cidade.

Apesar disso, é muito freqüente o uso e apropriação de equipamentos e serviços disponíveis nos bairros de entorno, especialmente no que se refere a supermercados, bancos e serviços de saúde. Há ainda um grande shopping, o Norte Shopping – maior da Zona Norte e um dos maiores da cidade -, localizado no bairro do Cachambi, a cerca de 20 minutos de ônibus para quem sai da Maré.

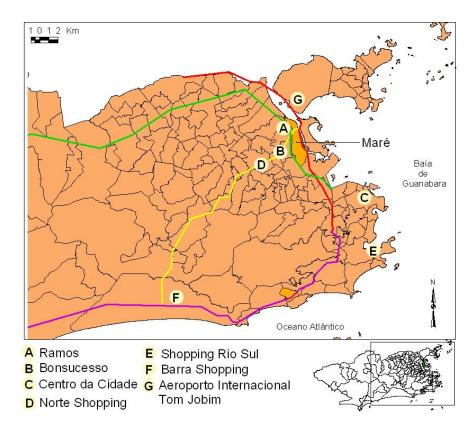


Figura 5.3. Alguns pontos de referência na cidade em relação à Maré

Elaboração: Fernando Lannes Fernandes Cartografia: Faber Paganoto Araújo

O acesso a meios de transporte para os moradores da Maré é bastante facilitado pelo fato de a Avenida Brasil ser atravessada por inúmeras linhas que cruzam praticamente toda a cidade e que também a liga a outros municípios da Região Metropolitana. Todavia, chama bastante a atenção o fato de não haver nenhuma linha que ligue regularmente a Maré à Zona Sul da cidade ou à Barra da Tijuca. Duas linhas operam em horários especiais, considerados de maior

movimento: a linha 179 (Maré – Alvorada) que vai para a Barra da Tijuca, e as linhas S011 e S012, que ligam a Maré à Copacabana e Leblon, respectivamente. Essas linhas operam apenas em horários da manhã e da noite, considerados de maior movimento, entre as 6:30 e 9:00 da manhã e entre 17:00 e 19:30 à noite, segundo relato de moradores. Todavia, a disponibilidade dessas linhas, especialmente no horário noturno, é determinada pelas condições locais ou, em outras palavras, à situação de tiroteios. Qualquer boato sobre trocas de tiros é motivo para que as linhas não circulem. As linhas 484 e 485, que fazem o trajeto Olaria/Penha - Praça General Osório, em lpanema, que atendem parcialmente à Maré, não passam dentro da favela, mas na Avenida Brasil, o que limita seu alcance apenas à área entre a Vila do João e a Baixa do Sapateiro. Por conta disso, é grande a oferta do chamado "transporte alternativo", operado por vans, Kombis e motocicletas. Estas últimas têm grande presença no interior das 16 favelas que compõem a Maré, fazendo, na maior parte das vezes, ligações entre o interior da favela e sua saída. As principais linhas de vans e Kombi dirigem-se para Bonsucesso, Ramos, São Cristóvão e Copacabana.

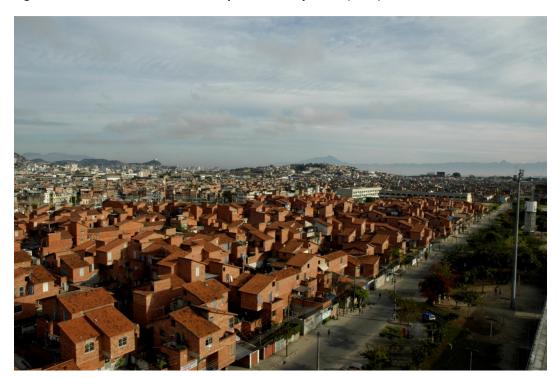


Figura 5.4. A Maré vista da Vila Olímpica – visão parcial (2006)

Foto: Francisco Valdean/Imagens do Povo/Observatório de Favelas. Em destaque na foto a Nova Maré, conjunto habitacional inaugurado em 1995. Logo atrás, Baixa do Sapateiro. À direita, após o CIEP, Parque Maré e Nova Holanda.

A formação da Maré

O conjunto de favelas que compõem o que se passou a denominar "Complexo da Maré" ocupa uma pequena faixa litorânea, com 4,27 km², em uma área próxima à Ilha do Fundão, onde se encontra o campus Ilha do Fundão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal localização, originalmente, era formada por um conjunto de pequenas ilhas e manguezais que, com o tempo, foram sendo aterrados. Em 1994, o "Complexo da Maré" é transformado em Região Administrativa pela prefeitura do Rio, adquirindo o status de bairro. Todavia, sua grande diversidade interna, com pluralidade de origem e certa autonomia de suas 16 comunidades populares — especialmente delimitadas em função das fronteiras do tráfico, fez com que a idéia de um bairro Maré ainda não se consolidasse por completo entre seus moradores, que preferem se referir às suas comunidades específicas quando apontam seu local de moradia. Muitas vezes, a referência a bairro é como Bonsucesso, bairro em que, até então, a Maré estava incorporada e que, muitas das vezes,

é utilizado como referência na tentativa de se superar o estigma de ser morador da Maré.

A ocupação mais intensa e problemática da área da Maré, contudo, só começa a se dar, efetivamente, nos anos de 1940, quando em função da política de industrialização promovida pelo governo de Getúlio Vargas, a região da Leopoldina passa a ser uma área de forte industrialização. Tal processo faz com que as áreas de entorno das indústrias tornem-se mais valorizadas, fazendo com que migrantes, nordestinos em sua maior parte, recém chegados à cidade atraídos pelo seu crescimento econômico, ocupassem áreas desvalorizadas, porém não muito distantes das indústrias, o que foi o caso das áreas alagadiças à beira da baía de Guanabara, a exemplo da região onde onde se situa a Maré (ABREU, 1988).

Cabe considerar que a única área de terra firme da Maré era um morro conhecido como *Thybau* (hoje, Timbau), que em tupi quer dizer "entre as águas". As demais áreas, alagadiças, foram sendo ocupadas por meio de palafitas, que só seriam erradicadas nos anos 80. Foi esse tipo de ocupação que deu o nome de Maré à favela que ali se constituía.

Nos anos 40, com a construção da Avenida Brasil, concluída em 1946, intensifica-se o fluxo de migrantes, atraídos pelas obras e, posteriormente, pela facilidade de acesso proporcionada pela nova via. Comunidades como Rubens Vaz e Parque União, situadas nas proximidades da entrada para a Ilha do Governador surgiram neste momento.

Nos anos 60, em função de uma ampla intervenção do governo nas favelas da Zona Sul da cidade, que foram removidas, houve um novo fluxo em direção à Maré. Contribuiu para o aumento da população local uma intervenção do próprio governo, que construiu centros de habitação provisória (CHPs) onde hoje se localiza a comunidade de Nova Holanda. De provisórios esses centros tornaram-se habitação definitiva. Coube aos seus moradores se organizarem e levantarem, com seus próprios esforços, casas de alvenaria.

Embora o nome Maré tenha sido uma marca da forma de ocupação desse conjunto de favelas, servindo inclusive de inspiração para uma música do grupo Paralamas do Sucesso – "Alagados" -, a partir dos anos 80 o Governo

Federal empreende uma grande intervenção na localidade – certamente a maior em toda a sua história -, e que daria fim às palafitas, mas que, por outro lado, provocaria o aterramento de toda uma área formada originalmente por mangues e pequenas ilhas. Trata-se do Projeto Rio, que entre 1979 e 1984 não apenas aterrou, mas também construiu conjuntos habitacionais na própria área. Foram eles: Vila do João, Conjunto Pinheiro, Conjunto Esperança e Vila do Pinheiro.

Na época da implantação do Projeto Rio, a Maré era composta por 6 favelas, que ocupavam uma área de 81,3ha. Eram elas: Morro do Timbau, Parque Rubens Vaz, Parque União, Parque da Maré, Nova Holanda e Baixa do Sapateiro. Cerca de 80% da área ocupada era de propriedade de entidades governamentais: Ministério do Exército, Ministério da Marinha, IAPAS, Banco Central e Banco do Brasil.

De acordo com dados de um diagnóstico realizado pelo FUNDREM por ocasião do Projeto Rio, em 1980, a Maré possuía 65.810 habitantes, que se distribuíam em 11.502 domicílios. A taxa de ocupação do solo era muito alta. Em média, eram 810 habitantes por hectare.

As palafitas representavam cerca de 12% das habitações da Maré, mas apesar disso, 80% delas estavam bastante concentradas em uma pequena faixa da costa, nas comunidades da Baixa do Sapateiro e Parque Maré. Estudos da época revelaram que o número de palafitas cresceu significativamente em decorrência das notícias em torno da intervenção do Projeto Rio na área. Muitas pessoas utilizavam dessa estratégia para obter uma casa do governo. Isso, contudo, gerou um grande problema, pois houve um acréscimo na demanda não contabilizado na época do diagnóstico, o que fez com que as autoridades adotassem medidas paliativas, como a cessão de um módulo habitacional para duas famílias. Cabe considerar que as demais áreas da favela não ocupadas por palafitas já contavam com uma infraestrutura mínima oriunda do processo de auto-urbanização empreendido pelos próprios moradores.

O Projeto Rio foi apresentado como uma alternativa às políticas habitacionais em voga, que eram centradas essencialmente na remoção das

favelas e no subseqüente deslocamento da população favelada para conjuntos habitacionais distantes. Já sinalizamos os problemas da política de remoções e seu "equívoco intencional", já que estava mais preocupada na valorização de determinadas áreas da cidade, especialmente na Zona Sul.

O Projeto Rio deve ser compreendido a partir de um contexto maior, que leve em conta a problemática que envolve a relação entre a Maré e sua área de entorno. Como sinalizamos anteriormente, a favela da Maré só ganha visibilidade a partir dos anos 60, quando dois problemas se colocavam para as autoridades públicas. Primeiro, havia uma preocupação quanto a circulação do trânsito na Avenida Brasil. Já havia uma sobrecarga na via e desejava-se solucionar o problema com a construção de uma nova via expressa, que atravessaria a área ocupada pela Maré, algo que efetivamente só seria realizado nos anos 90, com a Linha Vermelha.

Ao ser apresentado como uma alternativa à política de remoções, o Projeto Rio tinha como principal bandeira a urbanização das áreas já ocupadas – uma reivindicação da federação de favelas e da Pastoral de Favelas. Além disso, possuía um apelo "social" ao respeitar o morador em seu desejo de permanecer onde estava e, com isso, sinalizar para a tendência democratizante daqueles tempos de transição política. Tais elementos, contudo, constituem uma visão restrita da complexidade dos problemas em torno da favela da Maré e da Baía de Guanabara. O Projeto Rio era uma alternativa sim, mas ainda totalmente equivocada em relação aos seus pressupostos: reduzia o problema da favela a uma questão meramente habitacional e apenas amenizava os problemas ambientais decorrentes da ocupação em uma área de mangue no entorno da Baía de Guanabara.

A avaliação genérica a respeito do Projeto Rio é positiva. Governo, população local e outros moradores da cidade tendem a acreditar que intervenções como as do Projeto Rio têm um papel importante para a promoção dos direitos básicos dos moradores de favelas. Contudo, é importante considerar que o Projeto Rio teve por base motivações políticas focadas, sobretudo, a necessidade de contenção dos problemas sociais — como historicamente atuaram as políticas para as favelas -, e ainda uma aprovação dos meios formadores de opinião. Cabe considerar que o Projeto

Rio, a exemplo de inúmeras outras intervenções públicas no Brasil, teve também, como pano de fundo, questões de ordem político-partidária: lançado como um projeto federal visava alavancar apoio ao então governador Chagas Freitas, aliado do Governo Federal. Com a ruptura de Chagas Freitas, que filiar-se-ia ao partido de oposição (MDB), houve um descompasso entre as ações do Governo Federal e as ações do Governo Estadual, o que só trouxe prejuízos ao projeto.



Figura 5.5. Palafitas da Baixa do Sapateiro (anos 70)

Fonte: CEASM/Rede Memória (a partir de acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

O Projeto Rio foi o primeiro e único projeto de grande escala implementado na Maré. Depois dele, a Maré sofreu intervenções pontuais por parte das autoridades públicas. Todavia, é importante considerar que as melhorias das condições de saneamento básico e serviços de luz e telefonia empreendidas ao longo do anos 80 e 90, praticamente eliminaram problemas daquela natureza. Mesmo considerando a precariedade destes serviços em algumas situações, como ligações clandestinas ou a falta de manutenção, é

possível dizer que a cesta de serviços básicos encontra-se consolidada na Maré. O mesmo pode-se dizer quanto aos equipamentos coletivos, que apesar de poucos e precários, estão instalados e funcionando, revelando que aos poucos o Estado foi ocupando espaços. Para este conjunto de questões, caberá como desafio aos seus moradores lutar pela sua manutenção, ampliação e melhoria de suas instalações e serviços prestados.

Todavia, a questão que chama a atenção na Maré é mesmo a situação da violência. Este fator tem contribuído, inclusive, para a precarização dos serviços essenciais, na medida em que interferências de diferentes naturezas empreendidas pelos criminosos põem em risco o funcionamento regular das instituições locais. A questão da violência é, inclusive, a nova "bandeira de luta" dos moradores, que apesar de menos mobilizados que nos anos de luta pelos serviços básicos, vêm aos poucos encontrando meios de superação desta dificuldade através de iniciativas comunitárias de educação, cultura e mobilização popular. A tensão produzida pelos confrontos entre criminosos e destes com a polícia, tem gerado situações de ferimentos, mortes e traumas psicológicos. Na maior parte das vezes, em função da desconfiança e descrédito em relação às instituições que deveriam assegurar a justiça, atos violentos cometidos por policiais não são denunciados. Igualmente, o poder empreendido pelo tráfico no cotidiano, cala moradores que, acuados, preferem o silêncio ao risco de serem mortos ou expulsos, a exemplo do que também ocorre na Rocinha, com o diferencial de haver um processo de disputa territorial em latente, que altera rotinas e interfere na relação destes moradores com o território da Maré.

Quadro 5.2. Indicadores sociais da Rocinha e Maré e de seus respectivos bairros de entorno

Dados gerais por Região Administrativa	Rocinha (XVII RA)	Lagoa (VI RA)	Maré (XXX RA)	Ramos (X RA)	Município do Rio de Janeiro
População estimada (2007)	65.933	162.040	123.585	145.890	6.093.472
Área (km²)	1,44	22,47	4,27	11,3	1.182,296
Densidade populacional (habitantes por km²)	45.787	7.211	28.943	12.911	5.154
Bairros	Rocinha	Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, São Conrado, Vidigal	Maré	Bonsucesso, Manguinhos, Olaria, Ramos	

Dados por Região Administrativa	Roci (XVII	inha RA)	Lag (VI	joa RA)	Ma (XXX		Rar (X I	nos RA)	Munici Rio de	
Indicadores	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto
Saúde										
Baixo peso ao nascer	11,55	146	9,92	156	9,03	158	10,3	276	9,53	7.817
Curetagem pós-aborto na rede pública	6,35	86	7,3	243	7,01	178	3,9	117	4,62	5.622
Internação por doenças do aparelho circulatório na rede Pública	247,22	163	125,89	204	317,19	392	337,24	492	397,97	23.555
Internação por infecção respiratória aguda na rede pública	8,74	40	6,13	69	24,36	209	15,6	158	13,33	5.479
Mães adolescentes	22,39	283	6,55	103	24,7	432	19,26	516	17,22	14.126
Mortalidade específi ca por doenças do aparelho circulatório	114,76	74	226,53	371	96,57	118	310,37	455	238,57	14.091
Mortalidade geral	401,64	259	818,19	1.340	390,37	477	1.103,02	1.617	853,17	50.393
Mortalidade infantil	18,99	24	8,9	14	9,72	17	12,32	33	13,02	1.068
Mortalidade infantil neonatal precoce	7,12	9	6,36	10	2,29	4	4,11	11	6,14	504
Mortalidade infantil neonatal tardia	3,96	5	0	0	0	0	0,37	1	1,23	101
Mortalidade infantil pós neonatal	7,91	10	2,54	4	7,43	13	7,84	21	5,64	463
Mortalidade materna	-	2	-	2	-	0	-	1	N/D	41
Mortalidade proporcional por causas mal definidas	6,95	18	2,54	34	12,11	55	7,81	128	7,74	3.900

Dados por Região Administrativa		inha I RA)	Lagoa Maré (VI RA) (XXX RA)		Ramos (X RA)		Município do Rio de Janeiro			
Indicadores	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto
Morte juvenil masculina	154,74	12	86,31	17	258,59	38	419,74	74	265,23	1.884
Pré-natal insuficiente	34,34	434	11,57	182	37,85	662	32,33	866	32,49	26.656
Educação										
Ensino Fundamental										
Distorção Idade/Série na rede Privada	27,36	235	8,92	774	*	0	8,1	422	7,48	14.769
Distorção Idade/Série na rede Pública	34,13	370	26,8	3.682	27,79	2.211	32	8.754	24,99	157.930
Distorção Idade/Série nas redes Pública e Privada	31,14	605	19,88	4.456	27,79	2.211	28,18	9.176	20,82	172.699
Abandono na rede Privada	0,74	6	0,23	20	*	0	0,14	7	0,41	757
Abandono na rede Pública	10,9	113	5,41	725	7,13	549	7,25	1.984	4,81	29.983
Abandono nas redes Pública e Privada	6,44	119	3,39	745	7,13	549	6,17	1.991	3,8	30.740
Reprovação na rede Privada	8,58	69	4,01	344	*	0	3,54	174	4,26	7.896
Reprovação na rede Pública	18,51	171	15,14	1.917	14,68	1.049	16,29	4.131	13,08	77.672
Reprovação nas redes Pública e Privada	13,89	240	10,64	2.261	14,68	1.049	14,22	4.305	9,64	7.817
Ensino Médio										
Distorção Idade/Série na rede Privada	*	0	10,42	312	*	0	15,42	169	12,79	7.070
Distorção Idade/Série na rede Pública	*	0	64,58	4.234	*	0	78,11	6.282	65,64	157.526
Distorção Idade/Série nas redes Pública e Privada	*	0	47,61	4.546	*	0	70,59	6.451	55,75	164.596
Abandono na rede Privada	*	0	0,6	17	*	0	1,2	14	1,42	774
Abandono na rede Pública	*	0	16,08	1.079	*	0	25,28	2.007	19,88	47.740
Abandono nas redes Pública e Privada	*	0	11,49	1.096	*	0	22,2	2.021	16,46	48.514
Reprovação na rede Privada	*	0	9,53	268	*	0	10,87	125	8,55	4.610
Reprovação na rede Pública	*	0	28,21	1.589	*	0	18,59	1.103	20,29	39.028
Reprovação nas redes Pública e Privada	*	0	21,99	1.857	*	0	17,34	1.228	17,72	43.638
Violência										
Agressão a criança por local de moradia	11,54	16	7,04	24	16,16	42	9,13	28	15,29	1.903
Agressão ao idoso por local de moradia	27,57	26	19,41	45	14,14	25	25,88	54	36,45	3.086
Agressão a mulher por local de moradia	15,52	31	4,28	21	8,82	33	9,73	43	12,01	2.153
Homicídio por local de moradia	61,6	209	14,65	24	29,46	36	49,11	72	41,45	2.448

Dados por Região Administrativa	Roc (XVII	inha RA)	Lag (VI			Maré (XXX RA)		nos RA)	Munici Rio de	
Indicadores	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto
Homicídio juvenil masculino por local de moradia	77,37	6	55,85	11	163,32	24	187,18	33	152,04	1.080
Morte por intervenção legal por local de moradia	7,75	5	0,61	1	6,55	8	6,14	9	3,39	200
Morte juvenil masculina por intervenção legal por local de moradia	51,58	4	0	0	27,22	4	34,03	6	20,27	144
Crimes violentos fatais por local de ocorrência	13,16	30	13,16	30	48,5	118	48,5	118	41,43	2.452
Crimes violentos não-fatais por local de ocorrência	316,7	722	316,7	722	372,39	906	372,39	906	483,38	28.610
Roubo a transeunte por local de ocorrência	408,8	932	408,82	932	706,14	1.718	706,14	1.718	640,12	37.887
Roubo em coletivo por local de ocorrência	89,05	203	89,05	203	224,01	545	224,01	545	83,97	4.970
Roubo a estabelecimentos e residências por local de ocorrência	53,95	123	53,95	123	30	73	30	73	49,47	2.928
Roubo de veículo por local de ocorrência	59,66	136	59,66	136	545,43	1.327	545,43	1.327	363,27	21.501
Furto de veículo por local de ocorrência	65,36	149	65,36	149	103,58	252	103,58	252	184,36	10.912
Auto de resistência por local de ocorrência	4,39	10	4,39	10	13,15	32	13,15	32	15,24	902
Crimes sexuais por local de ocorrência	8,33	19	8,33	19	11,1	27	11,1	27	17,22	1.019
Meio ambiente										
Cobertura Vegetal Antropizada (km²)	0	0	3,03	0,72	6,32	0,27	11,24	1,27	25,78	315,74
Cobertura Vegetal Natural (km²)	48,05	0,69	38,05	9,03	4,11	0,18	0,71	0,08	24,03	294,2
Cobertura Vegetal per capita (m²)	10,47	0,69	60,15	9,75	3,61	0,45	9,28	1,35	103,05	609,95
Cobertura Vegetal Total (km²)	48,05	0,69	41,08	9,75	10,44	0,45	11,98	1,35	49,81	609,95
Lixo domiciliar coletado per capita (kg)	210,48	13.877,77	336,21	54.479,76	192,51	23.791,64	267,92	39.087,14	256,7	1.519.337,5 9
Cultura										
Bibliotecas	1,67	1	3,33	2	1,67	1	3,33	2	100	60
Cadeiras de cinema per capita	0	0	22,75	3.686	0	0	0	0	5,83	34.501
Cadeiras de teatro per capita	0	0	33,52	5.490	4,91	600	6,45	945	8,43	49.802
Escolas de música	3,03	1	21,21	7	0	0	0	0	100	33
Espaços e Centros Culturais	0	0	15,58	12	0	0	1,3	1	100	77
Livros em bibliotecas per capita	0,03	2.043	0,78	126.345	0,01	1.457	0,32	46.293	3,68	21.787.794
Museus	0	0	8,99	8	0	0	2,25	2	100	89

Dados por Região Administrativa	Rocinha (XVII RA)		Lagoa (VI RA)		Maré (XXX RA)		Ramos (X RA)		Município do Rio de Janeiro	
Indicadores	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto	Indicador	Número Absoluto
Salas de Cinema	0	0	11,18	18	0	0	0	0	100	161
Teatros	0	0	14	21	0,67	1	1,33	2	100	150
Transporte										
Vítimas fatais de trânsito	19,3	44	19,3	44	23,84	58	23,84	58	16,61	983
Vítimas não fatais de trânsito	299,16	682	299,16	682	358,83	873	358,83	873	288,44	17.072

Fonte: Rio como vamos/IPP

^{*} Os dados de Violência e Transporte foram calculados conjuntamente para Rocinha e Lagoa e para Maré e Ramos.

Capítulo 6

Marcas do estigma sócio-espacial.

Ser jovem negro e favelado:

o que dizer a respeito?

6.1. Palavras iniciais sobre a pesquisa de campo

Este trabalho tem como foco a relação entre a estigmatização de moradores de favelas e seus efeitos sócio-espaciais. Interessa-me entender de que maneira a violência e a estigmatização decorrente da "atualização" do "mito da marginalidade" interfere na dinâmica sócio-espacial da cidade e, em particular, na vida de moradores de favelas identificados com o "tipo ideal" do criminoso traficante de drogas.

No percurso trilhado até agora, busquei identificar as representações sociais a respeito da favela e de seus moradores a fim de analisar sua repercussão nas políticas públicas e no comportamento da sociedade e, de maneira particular, na dinâmica de vida de moradores de favelas. Seguindo a sugestão de SOUZA (1996, 2000a), o percurso analítico levou em conta as mudanças ocorridas nas favelas e na cidade ao longo dos anos 80 e 90, tendo em vista o aumento da violência urbana e o acirramento da estigmatização das favelas e de seus moradores - cada vez mais identificados e responsabilizados pela violência na cidade. Até agora busquei demonstrar uma correspondência mais forte entre aquele "tipo ideal" e os jovens negros moradores das favelas. Dados sobre mortalidade são a primeira evidência disso, revelando o alto nível de vitimização daqueles jovens no Rio de Janeiro. Também identifiquei a influência dos processos estigmatizantes históricos nesta atual reconfiguração da relação entre favela e outras partes da cidade, cujo peso da ação policial violenta tem sido o mais significativo componente dessa "atualização" do "mito da marginalidade".

Por conta disso, se fazia necessário buscar algum nível de aprofundamento sobre aquelas reflexões, suposições e hipóteses – muitas das quais referenciadas em base empírica adquirida no contato diário com moradores, lideranças e profissionais e também estudos desenvolvidos a partir de minha trajetória profissional no Observatório de Favelas, onde atuo desde 2001. Assim, reservei a este capítulo uma investigação mais detalhada sobre a situação daqueles jovens "idealmente tipificados" e representados socialmente como a ameaça que assola a sociedade carioca, o que me levou a adotar

como recorte uma abordagem com jovens afro-descendentes na faixa de 15 a 24 anos de idade moradores de duas áreas segregadas e estigmatizadas da cidade, a Rocinha e a Maré – áreas cuja escolha foi justificada e contextualizada no capítulo anterior.

Os aspectos que mais me preocuparam em minha abordagem junto a este grupo estiveram centrados na relação entre mobilidade espacial, acessibilidade, distinção e constrangimento. Tomei como pressuposto que este grupo, uma vez afetado pelos estereótipos que têm por função distinguir os grupos sociais na cidade, tenderia a incorporar um constrangimento que o impediria (ou, pelo menos, dificultaria) de acessar espaços e direitos e, com isso, limitar sua experiência urbana e sua condição cidadã, reforçando assim um círculo perverso de estigmatização e segregação na cidade.

A partir dessas indagações, considerei que um caminho mais adequado aos meus propósitos seria o levantamento em campo, junto a este grupo social, de informações que pudessem subsidiar uma análise sobre essa experiência urbana e de que maneira ela era afetada pela estigmatização decorrente do discurso construído em torno da violência na cidade.

Entendo que a experiência urbana constitui o conjunto de vivências e trocas de âmbito público, experimentadas pelos cidadãos na cidade, com outros cidadãos, com equipamentos e serviços, bem como a relação subjetiva que cada sujeito faz a partir de suas experiências particulares e de sua percepção sobre seu papel e lugar na cidade. Desta maneira, ao analisar a experiência urbana do grupo selecionado, teria a oportunidade de identificar aspectos que pudessem me ajudar a entender o impacto da estigmatização e da "atualização" do "mito da marginalidade" entre essas pessoas.

Um pressuposto fundamental para que esse argumento tivesse sustentação, era o de que a mobilidade espacial constitui um direito, sendo, portanto, componente indispensável e constituinte do direito à cidade e dos direitos constitucionais do cidadão, uma vez que esses direitos requerem a acessibilidade, algo impossibilitado, em muitas situações, por questões de ordem simbólica aos moradores de favelas. Por esta razão, incorporei à análise, para além da idéia de mobilidade, a noção de "acessibilidade", uma vez que a mobilidade, quando ocorre, é marcada por um conjunto de

constrangimentos que impedem o acesso efetivo dos espaços e dos direitos na cidade. Muitas vezes, a disponibilidade dos meios de mobilidade não garante o acesso, pois falta a essas pessoas um "sentir-se à vontade", questão explorada nas entrevistas.

Uma ressalva importante deve ser feita aqui. O "sentir-se à vontade" situa-se no campo da subjetividade e tal fato implica dizer que qualquer pessoa, em qualquer situação, pode sentir-se ou não à vontade, o que depende das circunstâncias, de sua condição momentânea a enfrentar situações diferentes daquelas a que está habituada. Estar em ambientes novos, ou pelo menos distantes dos ambientes familiares, requer um conjunto de processos de ordem subjetiva no que tange à assimilação, predisposição e capacidade de interação com o novo. Com efeito, para muitos moradores de favelas, cuja experiência de vida se circunscreve ao ambiente da "comunidade" e ao conjunto de práticas sociais e culturais singulares àquele espaço, estar em ambientes onde suas referências estéticas e normativas saem do plano do familiar para o do estranho e o que é tido como padrão no ambiente novo pode representar uma situação que gere sentimentos de desenraizamento. Além disso, se a favela é concebida em sua totalidade como algo negativamente destoante, pode-se observar, também, um sentimento de inferioridade.

Assim, busquei identificar os fatores que influenciam esse sentimento e que se ligam diretamente à representação social do grupo analisado na cidade. Entendo que a cidade produz constrangimentos baseados na distinção social e em toda a sorte de construções e elaborações que sustentam essa distinção. No caso específico desta pesquisa, preocupou-me a relação entre a estigmatização decorrente da "atualização" do "mito da marginalidade" e seus efeitos na experiência urbana deste grupo. Foi demonstrado, no trabalho de campo, que o estigma e a inferiorização dos moradores de favelas é algo que permeia de maneira significativa a sua relação com a cidade, não se tratando apenas de uma inferiorização no plano das relações pessoais, entre, por exemplo, estes e moradores de áreas nobres, mas também no plano das relações institucionais, onde se observou um sentimento de desmerecimento em relação à qualidade de serviços e equipamentos públicos por eles utilizados. É latente o conformismo com a precariedade de escolas, postos de

saúde e vias públicas, vistas como expressão de sua condição na cidade. Sentem-se, dessa forma, como cidadãos de segunda categoria, com direitos limitados pela sua condição de inferioridade no conjunto da cidade.

Esses aspectos me chamaram muito a atenção, pois revelaram que o estigma interfere não apenas na auto-estima do indivíduo como também na auto-estima do cidadão. Ao reconhecerem sua inferioridade na cidade estes jovens aceitam sua condição de vida, fato revelado pelo seu diminuto interesse por questões políticas e cívicas e por práticas centradas no plano da individualidade, estendendo-se, no máximo, à família.

A situação diferenciada a que estes sujeitos encontram-se na cidade, com efeito, é um fator de imobilização social e espacial. Estabelecem poucas conexões com o "mundo exterior" à favela, havendo, por outro lado, forte enraizamento na "comunidade", seja no nível das relações interpessoais, seja no nível do domínio e apropriação do espaço, revelando uma forte territorialidade na favela, que na maior parte das vezes implica em estranhamento ou mesmo aversão à idéia de que também fazem parte da cidade. A cidade, assim, apresenta-se como algo estranho e hostil, seja pela falta de referências familiares, seja pela dificuldade em operarem a idéia de pertencimento a Polis. Corrobora, ainda, a figura que estes jovens representam para a cidade. Como apontei anteriormente, representam um "tipo ideal" rechaçado socialmente, algo que colabora para sua discriminação e, por conseguinte, para o acirramento de um sentimento de não-pertencimento e de não-aceitação, fazendo-os voltarem-se com maior força para a "comunidade" e o conjunto de familiaridades ali construídas. Observa-se, com isso, um processo de fechamento cada vez maior, reforçando fronteiras impostas de fora, que delimitam uma espécie de zona de controle que, para os de dentro significa, contraditoriamente, uma "zona de conforto", onde se sentem acolhidos e "à vontade".

Uma situação ilustrativa pode ser retirada de meus entrevistados. Quando perguntados sobre os lugares em que se sentiam mais à vontade, era unânime dizer que era na "comunidade" onde se sentiam melhor. Ali, me relatou um deles, era onde, desde pequeno, conhece todas as pessoas (e onde todos o conhecem). Perguntado sobre onde gostaria de viver caso tivesse a

oportunidade, entrevistado, morador Maré. afirmou. este da me categoricamente, que não se via morando em outro lugar; que ali era seu lugar, que não via porque se mudar. O sentimento de pertencimento e de enraizamento, se por um lado revela uma ligação que supõe confiança, familiaridade e segurança ontológica, por outro demonstra o fechamento e o desejo de permanência. Evidente que esta situação isoladamente não serve para demonstrar um processo como um todo, mas revela nuances de um comportamento que me pareceu, em campo, bastante comum, seja entre meus entrevistados, seja entre aqueles que, ao longo de minha experiência em favelas, tive a oportunidade de conversar.

SILVA (2001)refere-se uma vivência "presentificada" "particularizada" como meio de interpretação das práticas sociais e espaciais dos setores populares, especialmente moradores de favelas. Para o autor, a "presentificação" e a "particularização" constituem uma vivência limitada a um "eterno presente" e circunscrita ao espaço de vivência, configurando uma experiência de espaço-tempo restrita. Isso pode ser explicado pelas redes sociais circunscritas à favela que, associadas à baixa mobilidade espacial, restringem as experiências sociais e institucionais ao espaço de moradia. Com efeito, pode-se utilizar essa referência como base explicativa para projetos de vida de baixa ou nenhuma projeção para o futuro e geralmente sem uma escala ampliada, como por exemplo, a dificuldade que algumas famílias e adolescentes têm em identificar a trajetória escolar como uma estratégia de superação de sua condição social. Neste sentido, eu acredito que o desejo de permanecer no local de moradia baseia-se, sobretudo, na dificuldade de se visualizar vivendo em outros espaços, seja pela falta de referências concretas (como por exemplo, conhecer alguém que viva em outro local, tendo a mesma origem social) ou mesmo pelo fato de não se conhecer outros lugares que possam despertar algum interesse em termos de novas experiências de vida. Um de meus entrevistados revelou-me desejar morar em Madureira (bairro de classe média baixa da Zona Norte do Rio de Janeiro). Quando perguntado por que, ele me respondeu que achava o ambiente e as pessoas daquele bairro semelhantes ao da favela, o que me sugeriu uma conexão com a familiaridade e a aceitação social. Fato reforçado pela afirmação de que, por possuir parentes naquela área, isso a tornava atrativa para ele. Por outro lado, entrevistados que apontaram bairros nobres da cidade como lugares possíveis para moradia, não demonstraram familiaridade com as práticas de seus moradores e muito menos disseram sentirem-se à vontade naquelas áreas. Seus desejos, presumi, certamente estavam ligados à imagem sofisticada e associada a um determinado padrão de vida e estilo de consumo que os atraía. Isso me pareceu ser muito recorrente, também, em relação ao vestuário. Os entrevistados, embora mantenham um estilo singular, referenciado pelo estilo do funkeiro, têm também como referência marcas e modelos utilizados pelos "playboys" – referência que fazem aos jovens brancos de classe média da Zona Sul da cidade. A roupa, neste caso, me pareceu ser um meio mais palpável de busca pela aceitação social e de mobilidade espacial, haja vista que muitas situações de constrangimento e discriminação podem ser minimizadas pela forma de se vestir, que ao ver dos entrevistados, os "inseria" em bairros ou espaços não familiares, em um claro processo de tentativa de superação da distinção social pela via estética. A cor da pele foi apontada como fator de discriminação, seguida do fato de morar em favela. Cuidar da aparência, neste caso, é uma tentativa de superação de uma marca estigmatizante. Basta lembrarmos que "favelado" tem sido empregado como sinônimo de pessoa maltrapilha, suja e mal educada. Encontrar meios de se afastar dessa imagem – embora ela não corresponda à realidade, por se tratar de uma representação social, como vimos em capítulos anteriores -, é uma estratégia comum identificada entre os moradores de favelas na busca pela auto-estima e pela aceitação social por grupos distintos dos seus. 153

Trata-se, neste caso, da incorporação de estratégias, no sentido a que BOURDIEU (1995) definiria, segundo o qual se estabelecem meios de afirmação em um campo específico. Neste caso, o campo em questão não se configura como um campo social específico, mas em algo mais difuso, que não deixa, todavia, de expressar significações e regras particulares. Estas regras, definidas a partir de elementos estéticos e das expectativas de comportamento social esperado – em geral bem dominadas pelos setores de classe média e

¹⁵³ E muitas vezes dentro de seu próprio grupo social, uma vez que existe uma estratificação social muito forte no interior das favelas. Neste caso, muitos moradores buscam estabelecer posições marcantes no interior de uma hierarquia, dentro de um microcosmo, a fim de se distinguir de uma massa aparentemente homogênea que é atribuída à idéia de "favelado" pelos próprios moradores de favela.

alta, como é o caso dos shoppings -, orientam o senso prático destes sujeitos, que adotam medidas que visem a superação de suas marcas distintivas estigmatizantes. Essas medidas, que se poderiam ser chamadas, em certas circunstâncias, de provas de idoneidade, constituem estratégias de afirmação e superação do estigma. Neste caso, duas condições do estigmatizado identificadas por GOFFMAN (1988) são decisivas para o lugar que essas estratégias de superação do estigma se colocam. Segundo GOFFMAN (1988), o indivíduo estigmatizado pode ser identificado de duas formas. A primeira delas, como "desacreditado", que é incorporada quando na avaliação do indivíduo, seus traços distintivos estigmatizantes já são reconhecidos ou imediatamente evidentes. A segunda é a condição de "desacreditável", que representa a imagem daquele cujos tracos distintivos estigmatizantes não são conhecidos ou perceptíveis. Em geral, para jovens moradores de favela que possuem características presentes da tipificação idealizada do criminoso, tendem a se verem como "desacreditados". Eles incorporam a idéia de que serão alvo de discriminação em qualquer circunstância, pois carregam marcas que os identificam como moradores de favelas e, mais ainda, figurativamente como "traficantes". Por esta razão, buscam adotar comportamentos que visem superar sua imagem desacreditada em direção a uma imagem desacreditável. Esta não é uma regra que se aplica a todas as situações, mas me parece um caminho possível para se pensar o comportamento e a atitude desses jovens na cidade no contexto dos espaços de constrangimento e dos processos distintivos, como veremos mais adiante na análise do material de campo.

Assim, compreende-se que a condição de inferioridade na cidade – ser favelado -, associada a um "tipo ideal" elaborado pela sociedade e utilizado como base de referência da representação social de jovens negros moradores de favelas – identificados como "bandidos" ou "traficantes", é um fator limitante de sua aceitação social e de sua auto-estima. A visão dos moradores de fora das favelas, associada ao crescente fenômeno da violência na cidade implica em níveis cada vez maiores de estigmatização e discriminação dos jovens das favelas. Como resultado observa-se a restrição da mobilidade espacial destes jovens, com a incorporação de uma auto-imagem inferiorizada – a partir da qual buscam estabelecer estratégias de proteção pelo fechamento na

"comunidade" -, ou através de recursos estéticos, como a roupa, na tentativa de se tornarem mais "aceitáveis" em ambientes externos à favela.

A partir dessas reflexões, é possível dizer que a estigmatização e a violência constituem obstáculos à mobilidade espacial. Grupos sociais não estigmatizados estabelecem estratégias, com base nos seus recursos financeiros e redes sociais, que permitem certo grau de mobilidade espacial potencialmente ampliada e flexível. Grupos mais vulneráveis e estigmatizados possuem limitada mobilidade espacial, não dispõem de recursos para ampliá-la e flexibilizá-la. A capacidade de mover-se é não apenas uma medida de poder (BAUMAN, 1999) como também um meio de se ampliar as condições de acesso aos direitos e de participação na sociedade.

A experiência de espaço-tempo, nestes termos, constitui uma medida do nível de mobilidade e acessibilidade das pessoas na cidade. No entanto, como já sinalizei em capítulos anteriores, é preciso distinguir mobilidade de acessibilidade. Ter capacidade de se deslocar não é garantia de acesso a determinados espaços. A estigmatização dos jovens das favelas, sendo alimentada por um processo de distinção e constrangimento sócio-espaciais na cidade, produz danos à acessibilidade destes na cidade.

Para dar conta da complexidade dessas questões, sem perder de vista o foco na relação entre estigmatização, mobilidade e acessibilidade, levei em conta os seguintes elementos de análise nas entrevistas:

1. Violência e estigmatização: interessou-me identificar a partir das experiências vividas pelos entrevistados, quais foram suas experiências de violência, qual era a sua relação com a violência ou, em outros termos, como ela estava presente no seu cotidiano e de que forma essa violência cotidiana influenciava sua relação com a cidade. Ao mesmo tempo, me interessava saber de que forma um discurso sobre a violência constituía o cerne da estigmatização do grupo entrevistado e, para tanto, procurei investigar sua auto-imagem, a percepção que tinha sobre seu lugar na cidade e como achava que as pessoas de fora da favela os viam. O ponto central era analisar a relação entre sua representação na cidade e os bloqueios que essa representação causava no acesso aos espaços da cidade.

- 2. Distinção e constrangimento: na pesquisa que desenvolvi, a idéia da distinção e constrangimento como componentes da segregação teve um peso central. A forma com que a sociedade brasileira se constituiu, a formação de estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial fundamentadas em aspectos simbólicos, culturais e comportamentais, eram questões a serem analisadas junto aos entrevistados. De que maneira aquela representação social e a sua auto-imagem incidiam na sua mobilidade e de que forma, apesar do fato de muitos superarem as barreiras da mobilidade, isso influenciava no acesso aos espaços da cidade? Qual era a diferença entre a identidade, o desejo e o "não sentir-se à vontade" na relação dos entrevistados com os espaços da cidade? Ver-se-iam os entrevistados como não pertencentes à cidade e, logo, como não-cidadãos? Como a idéia de "cidade partida" se expressa para eles? De que maneira eles próprios, com sua visão particular, com sua baixa auto-estima e com uma auto-estigmatização, proveniente de uma elaboração particular de sua imagem na cidade construída a partir de experiências concretas e de fragmentos de informações sobre "os outros", os moradores da Zona Sul, influenciava na sua mobilidade, no acesso, no desejo, na identidade e no sentir-se à vontade em determinados locais?
- Mobilidade e acessibilidade: observei a necessidade de distinguir mobilidade de acessibilidade. Entendo mobilidade como o deslocamento em si e os fatores de ordem material que influenciam nisso: disponibilidade de meios de transporte, custo do transporte, distância, tempo de deslocamento. Acessibilidade, por sua vez, implica em fatores de ordem subjetiva e imateriais. tais como o desejo e o que alimenta o desejo, a estética, o comportamento das pessoas, o medo, a vergonha, o constrangimento; e também a outra ordem de materialidades, tais como o direito de ir e vir, o acesso aos equipamentos e serviços públicos. Um entrevistado da Maré, por exemplo, não tinha problemas com o custo do transporte e conhecia bem a Zona Sul, mas me informou que se sentia mais à vontade no Norte Shopping do que no Rio Sul, já que ali ele via pessoas mais próximas de seu perfil social, diga-se afro-descendentes, moradores de favelas e bairros populares da Zona Norte, vestidos conforme os modismos da juventude daquela área da cidade. Ali ele tinha a certeza de que jamais seria abordado por um segurança, fato ocorrido na primeira vez que fora ao Rio Sul, vestido, segundo ele, no mesmo padrão que segue para ir ao Norte

Shopping. Neste caso é evidente que a acessibilidade do entrevistado é muito maior na Norte Shopping, fato que se relaciona a identidade, ao "sentir-se à vontade".

A mobilidade, assim como a acessibilidade é uma expressão dos efeitos da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, uma vez que as fronteiras físicas e simbólicas produzem obstáculos que interferem na capacidade de deslocamento e no acesso aos espaços. Fronteiras impostas por grupos criminosos armados em favelas restringem horários de circulação, inibem o acesso de pessoas estranhas e/ou moradoras de outras favelas, e impõe uma dinâmica particular às áreas delimitadas, centradas em normas próprias impostas pelos criminosos. Igualmente, as fronteiras impostas pelos setores mais abastados impedem o acesso e o direito de ir e vir - como as guaritas de segurança de condomínios exclusivos e ruas fechadas -, e produzem constrangimentos baseados padrões em estéticos comportamentais.

4. Recursos de mobilidade e acessibilidade: os recursos de mobilidade e acessibilidade constituem estratégias adotadas pelos entrevistados na superação dos obstáculos à sua circulação pela cidade. Interessava-me saber quais eram essas estratégias, porque os entrevistados as adotavam e de que maneira elas garantiam a mobilidade e a acessibilidade. Um obstáculo como o custo do transporte poderia ser superado com um "balão", que constitui pular a roleta ou entrar pela porta de trás. Os entrevistados que me relataram ter feito isso afirmaram que o fizeram em grupo. Este fato é interessante, pois revela a importância do grupo e o uso de uma imagem que ameaca, como a de "favelados baderneiros" como garantia de que não seriam impedidos. Por outro lado, a acessibilidade pode ser garantida pelo uso de roupas adequadas aos espaços. A questão da roupa e da aparência, de uma maneira geral, foi um aspecto bastante observado. Existe uma preocupação muito grande com a aparência e isso se reforça pelo fato de uma parcela representativa das experiências de estigmatização relatadas serem justificadas pela aparência e forma de se vestir ou falar. Com efeito, é grande a procura por roupas da moda, especialmente da grife esportiva Nike e, mais recentemente, Puma. Muitos garotos não medem esforços para ter uma boa roupa. Uma psicóloga de um projeto na Maré me informou ser muito comum os meninos serem apanhados pela polícia às vésperas de seu aniversário ou de datas festivas, como Natal e Ano Novo. Um adolescente vinculado a esse projeto havia sido apanhado no dia de seu aniversário. Ele estava roubando para comprar roupas. A aparência, na minha avaliação, é um aspecto de grande relevância para os jovens porque é uma forma que eles encontram de se auto-afirmarem e de buscarem romper com uma imagem estereotipada bastante associada às favelas e aos seus moradores, que tem a ver com o desleixo, com a sujeira e a miséria. Ter boa aparência é uma forma de romper com essa representação e, de alguma maneira, ser menos "favelado". Isso certamente constitui uma estratégia de acessibilidade, uma vez que a imagem de favelado não lhes permite acessar determinados lugares, muito embora como ilustrado na situação do ônibus, ela possa ser utilizada como um recurso eventual. Isso me faz lembrar um jovem da Maré que conheci na época em que fui trabalhar lá, em 2001. Ele me relatava que se fosse para procurar emprego, dizia que era morador de Bonsucesso. Mas se fosse para ganhar um benefício, dizia que era morador da Maré. Por outro lado, o desejo de distinção dentro da própria favela também alimenta a questão da aparência. Encontrar formas visíveis, no plano estético, de se diferenciar da imagem de "favelado" é uma estratégia recorrente entre os moradores de favelas, especialmente os adolescentes e jovens. Entre eles, a busca de um estilo pessoal e de auto-afirmação passam necessariamente pelas roupas que vestem. Entre moradores em geral, incluindo os adolescentes e jovens, a aparência também é alimentada pelo porte de bens sofisticados, especialmente aparelhos de telefone celular de última geração, fato esse que alimenta, por exemplo, um mercado negro de aparelhos roubados na favela.

6.2. Bases metodológicas da pesquisa de campo

Entre os meses de fevereiro e março de 2008 foi realizado um pequeno levantamento com jovens afro-descendestes, na faixa de 15 a 24 anos de idade moradores da Maré e da Rocinha. A proposta era identificar elementos que me ajudassem a subsidiar um aprofundamento sobre as questões que orientaram os capítulos anteriores.

Ao todo foram realizadas 102 entrevistas fechadas orientadas por um instrumento que ao todo reuniu 82 questões agrupadas em quatro blocos, quais sejam: (i) perfil do entrevistado; (ii) práticas sócio-espaciais; (iii)

discriminação e estigmatização; e (iv) experiências e visão sobre a violência. A partir desses blocos foi possível traçar um panorama geral sobre a vida dos entrevistados na favela e na cidade. Pelo número de entrevistas, contudo, não foi possível ter uma amostra com significância estatística. Por ter abrangência limitada, não é possível utilizar as informações aqui para caracterizar o conjunto dos jovens moradores das favelas pesquisadas, de modo que as informações coletadas se limitam apenas para fins analíticos no interior do universo entrevistado. Apesar disso, a riqueza de informações me provocou a buscar um aprofundamento de algumas questões, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis jovens, na Maré e na Rocinha. Também foram entrevistados profissionais que atuam na área de juventude e que trabalham especificamente na Maré ou na Rocinha, com o intuito de se estabelecer uma leitura sobre a juventude nessas localidades a partir de suas experiências.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, já que se tratou de assuntos sobre a violência e, no caso específico dos profissionais, de opiniões e críticas sobre projetos e governos com os quais trabalharam, todos serão identificados a partir de pseudônimos.

A pesquisa de campo, com a realização de 102 entrevistas, contou com o suporte de dois entrevistadores contratados e treinados para este fim. Foi elaborado um manual do formulário de entrevista e realizada uma supervisão semanal sobre o andamento da pesquisa. Já as entrevistas abertas semi-estruturadas, foram realizadas diretamente por mim, tendo sido feitas entre julho e outubro de 2008.

* * *

A pesquisa de campo foi um momento crucial neste estudo. Foi a partir da coleta de dados primários que obtive informações específicas acerca da realidade social dos jovens das favelas da Maré e da Rocinha no que diz respeito aos efeitos da violência e da estigmatização na sua relação com a cidade. Neste estudo realizei observação direta intensiva, onde lançei mão das técnicas de observação e entrevista. Não se tratou apenas da coleta de dados, mas também do exame de situações que raramente podem ser captados a não ser que se vivencie a realidade em análise. Com efeito, busquei estabelecer

uma relação de proximidade com as favelas especialmente a partir de conversas informais com moradores e profissionais que lá atuavam. Para tanto, foram feitos diversos contatos, a começar por pesquisadores que já haviam trabalhado nessas localidades, e também diretamente com moradores e instituições locais. Na Maré, por se tratar de local de meu local de trabalho, alguns contatos foram facilitados por relações anteriores. Na Rocinha, por outro lado, os contatos foram estabelecidos no decorrer da pesquisa. A construção da relação de confiança foi um processo que contou com a rede de contatos que disseminava pelos canais informais a minha presença e minhas intenções.

Considero que a técnica da observação constituiu um importante instrumento de coleta de informações para este trabalho na medida em que ela permitiu, em primeiro lugar, abarcar uma ampla variedade de fenômenos e, ao mesmo tempo, a evidência de dados que não constam dos roteiros de entrevistas – aquilo que poderia chamar, vulgarmente, de "entrelinhas" da investigação. Por outro lado, essa técnica possui algumas limitações, das quais destaco o fato de ocorrências espontâneas por vezes não poderem ser presenciadas; a imprevisibilidade de fatores que podem interferir no andamento da pesquisa – que em se tratando de pesquisa de campo em favelas, sempre há a possibilidade de ações violentas locais que tendem a "calar" informantes ou mesmo mudanças dos poderes locais, que podem interferir no cotidiano da favela. Destaque-se também, como limitação da técnica de observação, a inacessibilidade a alguns aspectos da vida cotidiana, já que a distância cultural do pesquisador em relação aos entrevistados não permitiu que todas as barreiras fossem rompidas. Por fim, cabe considerar que como trabalho em uma das áreas da pesquisa, a Maré, poderia haver algum tipo de interferência em função de minha condição anterior à pesquisa, visto que eu poderia ser identificado e tratado a partir dos filtros que essa relação já estabeleceu, algo que exigiu cuidado redobrado na seleção dos entrevistados e no trabalho de observação direta.

O emprego da técnica da observação na pesquisa de campo com vistas à obtenção de documentação direta consistiu, segundo os meios utilizados, em observação estruturada (ou sistemática), na medida em que além da preocupação em direcionar o emprego da técnica, lancei mão de instrumentos

para a coleta de dados, especialmente anotações, fotografias e entrevistas abertas. Pelo de atuar profissionalmente nas áreas em que ocorreram as pesquisas de campo, a pesquisa se deu com base na observação participante, individual e na vida real (MARCONI & LAKATOS, 2006), especialmente quanto à necessidade de se trabalhar dentro do sistema de valores dos observados, reconhecendo, com isso, suas práticas sociais e seu papel para com a pesquisa. Todavia, tive que buscar estabelecer um equilíbrio desta abordagem entre a Maré — onde possuía uma inserção mais consolidada -, e a Rocinha, onde apesar de contatos anteriores, não tinha vínculos tão estabelecidos quanto na Maré.

Depois de identificar os componentes que associam favela e criminalidade e analisar os seus efeitos sobre a vida dos moradores, busquei traçar uma reflexão mais aprofundada sobre as ações que criam e perpetuam a segregação. O propósito foi mostrar que ao se sustentarem no "mito da marginalidade", as intervenções, em particular as políticas públicas de segurança e aquelas destinadas à juventude operam no sentido de sua materialização e perpetuação, criando a população marginalizada a qual se propõem a eliminar. Neste sentido, enquanto operam no combate e prevenção da violência nas favelas, tais políticas podem contraditoriamente reforçar e criar condições para a perpetuação de um círculo vicioso, já que não interferem de maneira significativa na estrutura social, implicando na fragilização das potencialidades dos jovens e, muitas das vezes, no seu ingresso em atividades ilícitas. Por outro lado, é de fundamental importância compreender o papel das redes de pertencimento dos moradores como instrumentos de superação do estigma e de ampliação do espaço-tempo social, algo que será analisado a partir dos dados coletados em campo e apresentados no presente capítulo.

Para MARCONI & LAKATOS (2006), a escolha do instrumental metodológico depende de vários fatores relacionados com a pesquisa, tais como a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana, dentre outros elementos que podem surgir no campo da investigação. Com isso, "tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato"

(MARCONI & LAKATOS, 2006: 31). Desta maneira, é comum a utilização de mais que um método e uma técnica nas investigações.

Neste trabalho, no que tange ao levantamento de informação direta, buscou-se identificar os efeitos da "atualização" do "mito da marginalidade" a partir do contato com aqueles que sofrem mais diretamente os efeitos dessa "atualização", quais sejam, os próprios moradores de favelas, em particular os jovens. Com isso, elegi como foco da pesquisa os jovens de 15 a 24 anos das favelas da Maré e Rocinha. Contudo, será necessário, também, coletar informações junto a outros grupos, que estão em interação com estes jovens, sejam eles outros moradores da favela, policiais, que como vimos com o estudo de RAMOS & MUSUMECI (2005), têm uma relação delicada com este grupo, ou ainda os moradores da cidade em geral, em particular aqueles que vivem nas áreas de entorno das favelas pesquisadas. Quanto a isso, privilegiei a análise de documentação indireta, especialmente nas seções de cartas de leitores de jornais que têm como público leitor predominante grupos de classe média e alta, o que no caso do Rio de Janeiro remete aos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

A seguir, apresento uma justificativa sucinta para cada um desses informantes da pesquisa e as técnicas utilizadas para o alcance das informações desejadas:

Levantamento direto:

Jovens, do sexo masculino, com 15 a 24 anos de idade, afrodescendentes e moradores de favela: este é o grupo social e etário mais vulnerável à violência letal e a violação de direitos humanos nas áreas urbanas do Brasil. A investigação baseou-se na identificação de seu grau de vulnerabilidade a situações de violência e discriminação, bem como as experiências vividas, a fim de analisar suas interferências na relação deste grupo com a cidade, em particular no que se refere às condições ao exercício da cidadania. A entrevista de jovens visou ao levantamento das principais informações acerca da realidade de vida daqueles que são, no conjunto das favelas, os mais sujeitos aos efeitos da

"atualização" do "mito da marginalidade". Esperou-se, com essas entrevistas, traçar um panorama sobre a condição do jovem na favela e na cidade, através da identificação de aspectos ligados à sua relação com a polícia, com os grupos criminosos locais e com os moradores em geral. Ainda foram identificados os aspectos relativos à inserção em redes sociais, com destaque para três grandes agrupamentos: aqueles que não têm vínculo com redes que se expandem para fora da favela; aqueles que de inserem em redes que dialogam com outras, fora da favela, e aqueles que mantêm independente das duas primeiras, algum tipo de vínculo com as redes criminosas, algo que pode ser explorado mais a fundo em entrevistas abertas que contaram com alguns jovens que tiveram inserção em redes de atividades ilícitas, especialmente assaltos e tráfico de drogas. Por se tratar de um grupo muito grande, avaliei que por questão de exequibilidade, a melhor técnica de alcance do grupo se daria a partir de uma amostragem não probabilista intencional. Com isso, defini uma amostra de 102 jovens, que responderam a um questionário fechado. Como havia a intenção de se aprofundar alguns aspectos levantados nas entrevistas fechadas, selecionei 6 jovens, sendo 3 da Maré e 3 da Rocinha, com os guais realizei entrevistas abertas, semi-estruturadas.

Profissionais que atuam em favelas na área de juventude: como o grupo central de entrevistados era composto por jovens, e como o campo de abordagem focalizou nos jovens "idealmente tipificados" a identificação de elementos que compõem a "atualização" do "mito da marginalidade", me interessou levantar junto a profissionais que atuam com este público, o seu olhar sobre ele. Interessou-me uma análise da realidade social dos jovens das favelas, o olhar que esses profissionais mantêm sobre os jovens favelados e sua avaliação sobre os programas governamentais e projetos de organizações não-governamentais direcionados para a juventude. Considerando que o fenômeno da

juventude ganha especial atenção ao longo dos anos 90, com um conjunto de políticas e projetos sociais focalizados, me interessou um diálogo em torno dessas iniciativas, visando identificar seus limites e seus avanços, especialmente no que se refere ao aumento da auto-estima e da mobilidade e acessibilidade espacial dos jovens estigmatizados na cidade.

Levantamento indireto:

- Moradores das favelas em geral: este grupo, mais amplo, por hipótese, sofre os efeitos da disseminação da imagem de um grupo mais específico, os jovens do tráfico. Por esta razão, busquei analisar elementos do discurso deste grupo mais difuso, a partir de levantamentos já realizados por outros pesquisadores. Neste caso, me foi bastante útil a pesquisa de SILVA & LEITE, (2007), cujo foco esteve diretamente vinculado ao tema da criminalidade violenta nas favelas. A partir deste estudo, pude analisar quais são as idéias que esses moradores sustentam sobre os jovens em geral e sobre os jovens das redes ilícitas em particular; de que formas se relacionam com a violência e seus autores (polícia e criminosos); e de que forma o "legado do estigma" os atinge em seu modo de vida e relação com a cidade, em particular no que tange a estigmatização e segregação.
- Formadores de opinião: Minha intenção com este grupo, bastante difuso e plural, porém concentrado entre os estratos médios e altos da sociedade carioca, foi identificar elementos que caracterizam seus discursos sobre as favelas e seus moradores. Para tanto, escolhi utilizar cartas de leitores de dois dos principais jornais cariocas (O Globo e Jornal do Brasil), cujo público leitor encontra-se em sua grande maioria, entre as classes média e alta da cidade. As cartas dos leitores é uma seção dos jornais destinada à publicação de opiniões que os leitores emitem sobre matérias publicadas nos jornais ou sobre temas polêmicos da

atualidade. Acredito que o processo seletivo dessas cartas pelos jornais por si mesmo já constitui um importante dado de uma elaboração discursiva que retroalimenta a opinião de seus leitores. Com efeito, pode-se deduzir que essas cartas configurem um panorama razoável da visão que os setores mais abastados da cidade mantém sobre problemas relacionados às favelas e à violência.

Um dos aspectos mais relevantes nas entrevistas não estruturadas diz respeito ao perfil do grupo de entrevistados. Como era relevante para a pesquisa o aprofundamento de questões relativas à discriminação e violência, os entrevistados não necessariamente eram bons oradores. Isso provocou, em um primeiro momento, uma dúvida quanto à continuidade da pesquisa nessas condições, visto que em algumas delas tive dificuldades de explorar em profundidade algumas questões pela dificuldade dos entrevistados em elaborarem as situações vivenciadas em termos de um discurso. Com efeito, as entrevistas tiveram um tempo de duração muito aquém do esperado e boa parte das respostas teve um tom simplório. Em função disso, cheguei a sustentar a idéia de manter apenas as entrevistas fechadas. Todavia, essa dificuldade de expressão, reflexão e elaboração sobre o cotidiano, foi sendo avaliado como um dado relevante da pesquisa, e seria contraditório buscar apenas bons oradores para as entrevistas em profundidade. Foi parte da minha escolha este tipo de perfil, e era fundamental explorar suas questões ainda que com certa dificuldade. Foi assim que avancei nas entrevistas não estruturadas mesmo sabendo de seus limites e buscando, de todas as formas, garantir a coerência com o caminho metodológico escolhido.

Os entrevistados possuíam, em sua quase totalidade, muita dificuldade de elaboração das situações vivenciadas. Com base nisso, buscou-se explorar questões mais familiares, muitas vezes fora do foco da pesquisa, para que, pelo menos, eles se sentissem mais à vontade diante de um sujeito estranho, com perguntas delicadas e que lhes exigia uma explicitação de situações vividas, porém pouco refletidas. Observo que as situações apresentadas surgiam na fala dos entrevistados como "flashes" de um passado marcante,

porém muito presente em suas vidas, seja por experiência própria, seja por se observar isso entre seus amigos e vizinhos.

O cotidiano extremamente "presentificado" não lhes permitia uma construção linear entre passado, presente e futuro. Os fatos de suas vidas são relatados como situações desconectadas, pontuais. Isso me chamou muito a atenção, e constitui um dado relevante da pesquisa: a falta de reflexão sobre as situações vividas não permite uma reação estruturada, fato que contribui para a "revolta" ou ainda para a incorporação conformista de uma ordem de mundo baseada na idéia de dois pólos - o bem e o mal -, e na ausência de referências situadas no campo dos direitos individuais e coletivos. Também reforça a tese de BOURDIEU (2008) sobre os processos de distinção social, uma vez que a estética da fala, da postura e do comportamento são elementos de inferiorização na hierarquia dos processos distintivos entre os grupos sociais. Com efeito, a fala limitada é um componente da obstaculização das possibilidades na cidade, de restrição da acessibilidade aos seus espaços e de restrição espaço-temporal do cotidiano. Igualmente, implica em uma inserção restrita no campo de possibilidades que o mundo letrado oferece, inclusive quanto a colocações no mercado de trabalho.

As entrevistas foram realizadas em locais reservados e foi garantida a preservação da identidade dos entrevistados. As mesmas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, porém sem as formalidades que em geral as entrevistas costumam ser realizadas. Não utilizei nenhum tipo de documento para autorização da entrevista por acreditar que seu uso, por melhor explicado que fosse, produziria muita resistência, uma vez que o perfil de entrevistados está bastante desacostumado com procedimentos formais e documentados. Além disso, um documento de autorização colocaria em contradição a preservação da identidade, uma vez que a assinatura colocaria em evidência quem eu estava entrevistando. Por conta disso, tive que buscar acessar meus entrevistados a partir de redes de contato que mantinha tanto na Rocinha quanto na Maré, a fim de estabelecer alguma relação de confiança prévia a partir de meus contatos.

6.3. Dados levantados e análise

Na apresentação e análise dos dados levantados, buscarei estabelecer uma mescla entre os diferentes levantamentos realizados, de modo a criar uma espécie de "coerência" textual. Com efeito, minha opção é de ter os blocos das entrevistas fechadas como referência e, a partir deles, apresentar informações colhidas tanto nas entrevistas fechadas quanto nas entrevistas abertas. Igualmente, o processo analítico vai ocorrer em paralelo à apresentação dos dados, de modo a conferir volume e densidade às informações, na sua riqueza e possibilidades de aprofundamento. Optei por este caminho por considerar que a apresentação dos dados em separado da análise, se por um lado facilita uma leitura mais objetiva das informações, por outro perde na possibilidade de seu aprofundamento no momento em que o leitor toma o primeiro contato com a informação.

6.3.1. Identificação e caracterização dos entrevistados

A primeira pergunta feita aos entrevistados dizia respeito à sua idade e local de moradia. Em seguida, interessava saber se estudava, o que fazia, com quem morava e, eventualmente, como forma de quebrar a formalidade e deixálos mais à vontade, eram feitas perguntas mais genéricas, sobre o que gostava de fazer, onde costumava passear, antecipando algumas perguntas do bloco sobre práticas culturais e sócio-espaciais.

O perfil genérico dos entrevistados, agregando os da Rocinha e da Maré, é de meninos solteiros e sem filhos em sua quase totalidade, divididos entre católicos e evangélicos, que juntos somam quase 3/4 dos entrevistados. Pouco mais que a metade estudava, sendo pouco mais que 1/3 concentrados na faixa dos 15 aos 17 anos de idade, tendo concluído a 7ª série do Ensino Fundamental, e 1/3 concentrados na faixa dos 19 aos 23 anos, tendo concluído a 3ª série do Ensino Médio. Do total, metade faz cursos, sendo que em sua quase totalidade são realizados na própria *comunidade*, sendo que 1/3 destes faz algum curso profissionalizante. Apenas 1/4 participa de algum projeto social na comunidade. Em relação ao trabalho, metade encontra-se trabalhando,

enquanto que a outra metade, em sua grande maioria, nunca teve uma experiência de trabalho, embora o procurem ou já o tenham procurado.

O primeiro dado de identificação demonstra uma realidade distinta daquela que o senso comum em geral emprega a jovens das favelas. Por serem solteiros e, em particular, sem filhos, o grupo de entrevistados vai na contra-mão de outra idealização bastante recorrente no senso comum relativa à paternidade precoce. Oitenta e nove entrevistados não têm filhos e dos 13 que têm, a média de filhos é de 1,16 por declarante. Cabe destacar que na Maré, pelo fato do perfil etário do grupo de entrevistados ser um pouco maior que o da Rocinha, o número de pais foi, em média, superior.

Um dado de relativa importância diz respeito à religião. A orientação religiosa é um fator importante no que diz respeito à visão de mundo e, também, ao conjunto de valores que orientam os indivíduos. Além disso, a rede social dos grupos religiosos pode funcionar como uma rede de suporte e de ampliação da experiência de espaço-tempo e, por conseguinte, de maior possibilidade de superação das barreiras simbólicas dos processos distintivos presentes na cidade. Nos dados colhidos, identificou-se ao todo 42 católicos e 25 evangélicos em um universo de 102 entrevistados. Outros 26 declararam não ter religião, mas acreditar em Deus. Na Maré identificou-se o dobro de evangélicos em comparação à Rocinha, havendo ainda uma pequena variação no número de católicos, como demonstra o gráfico a seguir. Chama a atenção, a existência de apenas um declarante de religião afro-brasileira. Estudos como o de ALVITO (2001) e ZALUAR (1994) demonstram que nos anos 80, ainda era forte a presença das religiões afro-brasileiras entre moradores de favelas, sendo estas, inclusive, comumente adotadas por criminosos como forma de se "fechar o corpo" e de proteger dos perigos do mundo do crime. Pesquisas recentes, como as de SILVA & URANI (2001) e do OBBSERVATÓRIO DE FAVELAS (2006), revelam que entre traficante de drogas, nos anos 90 e 2000, há um declínio das religiões afro-brasileiras, acompanhado por um forte crescimento da evangélica. Mesmo o catolicismo, bastante forte nas comunidades ao longo dos anos 70 e 80, especialmente em função das Comunidades Eclesiais de Base e de todo um trabalho histórico da Igreja, como a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, parece ter uma presença enfraquecida pela ascensão evangélica. Embora este trabalho não comporte uma análise aprofundada sobre este fenômeno, há de se supor que a religião evangélica, com suas inúmeras denominações e manifestações, foi capaz de alcançar o indivíduo no contexto da sociedade plural e individualizada, com uma linguagem mais acessível, com uma correspondência objetiva e prática com o mundo real. Não é para menos que essas igrejas, espalhadas pelas favelas e periferias brasileiras, além de atuarem em presídios, vêm produzindo uma "onda" de conversões de criminosos, que supostamente abandonaram o mundo do crime "em nome de Cristo". A cosmogonia evangélica pressupõe uma ruptura com o mundo carnal e a abolição dos pecados em nome da salvação pessoal. Além disso, permite uma inserção social, por intermédio de seus cultos e participantes, que produz sensações de acolhimento, segurança ontológica e auto-estima.

24 18 18 15 Maré 11 Rocinha Católica Espírita Evangélica Afro-Brasileira Não tem, mas acredita Outra em Deus

Gráfico 6.1. Distribuição da orientação religiosa segundo entrevistados na Maré e Rocinha

n Maré = 51; n Rocinha = 51

O significativo número de evangélicos, com efeito, reflete um fenômeno que vem ocorrendo nas favelas e periferias urbanas brasileiras a partir dos anos 90. Neste aspecto, áreas que até então possuíam uma forte presença de religiões afro-brasileiras foram sendo gradativamente enfraquecidas pelos movimentos neopentecostais. Estes têm uma abordagem fortemente centrada na separação entre o certo e o errado, entre o bem e o mal, segundo o qual, as religiões afro-brasileiras são identificadas como demoníacas. Em geral, os evangélicos seguem uma rotina de freqüência regular a cultos e a uma série de regras de comportamento referenciadas na moral em oposição ao que eles convencionaram chamar de "mundo", em referência a situações que, a seu ver, representam processos de transformação e degradação de valores, como a homossexualidade, a libertinagem e o uso de drogas.



Ritual religioso realizado por pastor evangélico na Maré. Foto: Imagens do Povo/Observatório de Favelas

Aldo, um de meus entrevistados, por exemplo, tem um forte vínculo com a igreja. Freqüenta a Igreja Universal do Reino de Deus quase que diariamente, sendo que nos finais de semana diz ficar na igreja todo o tempo que pode. A religião parece exercer forte influência em seu sistema de valores, primeiramente como uma espécie de escudo contra os males "mundanos":

(Aldo, 15 anos, morador da Rocinha)

⁻ Eu vi que jovens da minha idade tão segurando armas, usando drogas, e eu não quero isso para a minha vida. (...) Eu sei que o mundo aí fora não tem nada para me oferecer. Então por isso que eu fiquei, permaneci na igreja até hoje.

Também exerce influência, a religião, na sua visão sobre a juventude, onde busca estabelecer uma espécie de separação entre ele e os outros jovens, que genericamente identifica como um grupo coeso e avesso aos seus valores:

- Olha, pelo fato deles ser jovem, se for olhar assim, eles são felizes. Mas às vezes eu vejo por mim mesmo, por experiência própria, com os meus amigos... vejo e tal... a juventude de hoje em dia não é mais juventude, porque hoje a juventude já faz coisas que os adultos já fazem... Por exemplo, usam drogas, usam bebidas alcoólicas... então é isso que eu vejo na juventude de hoje em dia... A juventude de hoje não é mais aquela juventude, que eles descobriam o que era namorar mais tarde, permissão dos pais... Então hoje em dia, namoro... é tudo liberado. (Aldo, 15 anos, morador da Rocinha)

Esta separação, bastante comum entre os evangélicos, funciona como uma espécie de separação literal do joio do trigo, na medida em que o "ser evangélico", ou "cristão" – como alguns preferem -, representa estar em um universo social avesso – pelas suas práticas e valores -, ao mundo do crime, o que confere novos formatos às tradicionais separações simbólicas e práticas entre "trabalhador" e "bandido".

Estar na igreja representa também maiores possibilidades de ampliação do espaço-tempo social, com a incorporação de planos de longo alcance, que encontram motivação na forte correlação entre a prática religiosa e as conquistas materiais, conforme prega, de maneira bastante pragmática, a lógica do protestantismo. Com isso, os planos de Aldo para o futuro incluem cursar o Ensino Médio e ter seu próprio negócio. Ele também deseja sair da Rocinha um dia, levando consigo seus pais, com quem mantém uma forte ligação. Está na 8ª série do Ensino Fundamental, e, portanto, sem defasagem entre idade e série escolar. Sua situação, todavia, não reflete a realidade da maioria dos entrevistados.

O nível de escolaridade médio identificado entre os dois grupos reunidos foi de predominância nos recortes de 7^ª série do Ensino Fundamental para os que estavam na faixa de até 18 anos e da 3^ª série do Ensino Médio para os que estavam na faixa dos 19 aos 24 anos. Os dados colhidos em campo mostram que cerca de 3/4 (ou 75%) dos jovens de 15 até 17 anos ainda

cursavam o Ensino Fundamental, número bem superior ao identificado em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA (CASTRO & AQUINO, 2008), segundo o qual 34% de jovens brasileiros neste perfil etário ainda estavam no Ensino Fundamental.

Mestrado
Ensino Superior incompleto
Ensino Superior completo
3º Série do Ensino Médio
2º Série do Ensino Médio
1º Série do Ensino Médio
8º Série do Ensino Fundamental
7º Série do Ensino Fundamental
6º Série do Ensino Fundamental
5º Série do Ensino Fundamental
4º Série do Ensino Fundamental
5º Série do Ensino Fundamental
8
Sem instrução até a 3º série do Ensino Fundamental

Gráfico 6.2. Nível de escolaridade entre entrevistados da Rocinha e Maré

n Maré = 51; n Rocinha = 45

Dos entrevistados com idade escolar, o levantamento de campo demonstrou que apenas 5 dos 43 entrevistados na faixa de 15 a 17 anos estavam fora da escola, número distante da média brasileira encontrada pelo IPEA, que foi de 17% para este grupo etário. Para aqueles acima dos 17 anos que ainda não haviam concluído o Ensino Fundamental, todavia, o número dos que estavam fora da escola foi de 24 entre 33, o que em termos percentuais, é igual ao encontrado pelo IPEA, de 66%. Isso demonstra o peso da responsabilidade já a partir dos 18 anos, quando muitos, em função da situação econômica de suas famílias, têm que se dividir entre o trabalho e a escola. Fato que revela isso é que do total de 39 entrevistados acima de 17 anos, 29 trabalham, dos quais, 26 também estudam. Jovens de classe média parecem ter uma situação bastante diferente, não tendo que se preocupar com o trabalho, em geral, antes de concluírem os estudos universitários, sendo que muitos dos quais estendem o tempo de moradia na casa dos pais para além da vida universitária. Isso remete a uma lógica perversa que permeia projetos governamentais e de ONGs para jovens pobres, que se estruturam na idéia do emprego. Estes projetos se baseiam em uma demanda existente, porém não

refletem o peso dessa demanda no que se refere ao maior tempo de formação escolar destes jovens. Com efeito, colaboram, indiretamente, para a estagnação de jovens pobres no ensino Fundamental ou Médio, reforçando com isso as disparidades sociais, especialmente de renda e escolaridade entre estratos sociais no Brasil. Têm sido poucas as iniciativas de incentivo ao ingresso e permanência ao Ensino Superior, com destaque para os cursos de pré-vestibular comunitários (cuja iniciativa, em geral, provém dos próprios jovens interessados em ingressar na universidade, com raras exceções de suporte governamental) e políticas de ação afirmativa desenvolvidas pelas universidades – algo ainda recente e bastante polêmico no cenário nacional – além de programas do Ministério da Educação como o "Prouni" 154.

Embora os dados apresentados não sejam passíveis de comparação com os dados obtidos pelo IPEA, dada a limitação do universo, é possível constatar, em que pese a grande defasagem escolar identificada, que o público entrevistado está em condição diferenciada no interior das favelas, uma vez que possui vínculo com a instituição escolar. Uma vez na escola, esses jovens têm maiores possibilidades de ascender socialmente e, ao mesmo tempo, acessar outras redes sociais. Todavia, seria precipitado aqui tirar alguma conclusão a esse respeito sem que se avaliem elementos ligados às suas práticas culturais e sócio-espaciais, que fornecerão mais elementos que podem apontar para o peso do vínculo à escola para estes jovens, algo que será demonstrado mais adiante.

- Eu larguei a escola com 17 anos, devido um colégio que eu estudava lá tinha muita gente de... de outra comunidade que não pertencia à mesma facção de que a minha, e lá eles queria ficar me oprimindo, queria tomar minhas coisa na escola e eu tive que abandonar o colégio. (Pedro, 23 anos, morador da Maré)

Um dado que chama a atenção é quanto ao número de entrevistados que não estão estudando e que também não estão trabalhando. O cruzamento

¹⁵⁴ O Prouni – Programa Universidade para Todos, do Governo Federal, criado em 2004, "tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior", e é "dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos". Fonte: http://prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI/Oprograma.shtm

de dados aponta para 12 entre 102 entrevistados que não trabalham e nem estudam, sendo a maior parte (10) com 17 anos ou mais. Um dado expressivo também é quanto à relação trabalho/estudo. Apesar desse número responder por pouco mais que 1 décimo do total de entrevistados, é uma informação que nos põe em alerta quanto aos limites do alcance da escola e do trabalho para uma parcela da sociedade que, em tese, deveria estar desfrutando do direito à educação ou da inserção no mundo do trabalho. São 21 entre 102 aqueles que trabalham e estudam simultaneamente, sendo que pouco mais da metade encontra-se entre os 15 e 16 anos de idade. Os que apenas estudam somam 41 entrevistados, ao passo que aqueles que apenas trabalham somam 28. O gráfico abaixo apresenta, em termos absolutos, as freqüências simples para a Maré e a Rocinha.

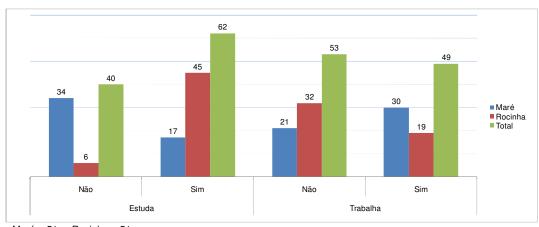


Gráfico 6.3. Relação entre estudo e trabalho segundo entrevistados da Maré e Rocinha

n Maré = 51; n Rocinha = 51

A disparidade identificada entre a Maré e a Rocinha, pode ser explicada pela presença de um maior número de adolescentes entre os entrevistados da Rocinha. Todavia, pelo fato da Maré concentrar um maior número de jovens, acima dos 17 anos, chama a atenção o número dos que não estudam e não trabalham, o que revela que para aqueles que já estão em idade crítica para o ingresso no mundo do trabalho, há uma grande dificuldade de acessar empregos. Essa informação pode ser mais bem explorada a partir de algumas características do grupo da Maré. Para este grupo, oito em nove declarantes nunca haviam trabalhado. Apenas dois haviam concluído o Ensino Médio,

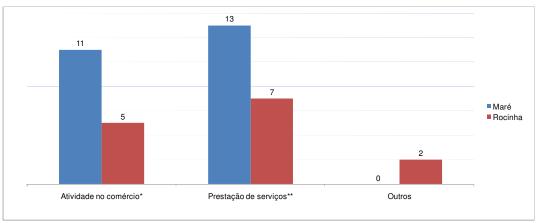
havendo uma defasagem escolar média de 2,2 anos de estudo. A falta de experiência somada à defasagem escolar certamente são fatores que dificultam o acesso ao mercado de trabalho para estes jovens. Mais adiante, a partir do cruzamento de outras informações, buscarei identificar elementos que caracterizam de forma mais detalhada a situação deste grupo que apesar de pequeno, pode me oferecer pistas sobre a realidade daqueles que têm dificuldade em acessar o mundo do trabalho.

- Na 8ª eu saí, parei. Não sei porque. Parei, sei lá... às vezes eu... sei lá. Antes eu não tinha explicação pra dar, mas hoje eu posso dar uma explicação, porque os professores de escola pública... pô, não sei. Tem alguns que dão aula, pô, por amor mesmo, porque quer ensinar. Porque tem outros, pô, que tu não vê isso, tem outros que chega... pô, a gente vive, a gente que vive em favela vive numa realidade totalmente diferente cara. A gente... a gente aqui na favela, a gente corre, joga bola, escala árvore, solta pipa, apronta, certo?... e quando chega na escola, pô, os professores, os professores não entendem isso, os professores já chegam: 'vamos sentar?', 'abre a página 23, vamos ver o aquecimento global', totalmente fora da nossa realidade. Então é coisa que vai passando o tempo tu vai enjoando, vai enjoando... (...) Eu, quando chegava na escola, pô, eu não tirava o pensamento daquela favela, eu era doido pra chegar aqui na favela, correr, brincar, enquanto a professora lá: 'vão bora! Vamo estudar! Aquecimento global...' Porra, totalmente fora da nossa realidade.

- E alguém te mostrava a importância da escola pra tua vida, em termos de profissão, em termos de crescer na vida? Alguém te falava sobre isso? - Pô... não. A minha mãe... a minha mãe até citava, minha mãe chegava: 'ó, vai estudar..., estuda que só estudando é que você ganha alguma coisa...'. Então, ninguém chegava e me dava esse incentivo. 'Qual é, vai estudar!', não, ninguém. Ninguém. Eu não tive esse alguém. Talvez poderia ser até meu pai... não tive. Aí eu ia, né... eu ia, e ao mesmo tempo que eu queria aprender, eu queria sair também da escola. Pô, eu tava enjoando... (Felipe, 21 anos, morador da Maré)

Para aqueles que declararam estar trabalhando, observa-se uma inserção dividida entre atividades no comércio e no setor de serviços. No gráfico a seguir, apresenta-se a atividade exercida declarada por 38 dos 49 entrevistados que afirmaram estar trabalhando.

Gráfico 6.4. Atividade exercida



n Maré = 24; n Rocinha = 14

*Foram agregadas como "Atividade no comércio" as seguintes respostas: "Comerciante", "dono de *lan house*", "atendente", "empacotador", "entregador de pizzas", "estoquista", "atendente de lanchonete", "vendedor de balas em ônibus", "vendedor", "comércio", "garçom", "operador de caixa".

**Foram agregadas como "Prestação de serviços" as seguintes respostas: "Estagiário", "instrutor de mergulho", "soldador", "auxiliar de escritório", "atendimento ao cliente", "auxiliar de contabilidade", "biscate", "supervisor de coleta", "auxiliar de serviços gerais", "motorista de Kombi", "porteiro", "trocador de Kombi", "serviços gerais", "moto boy", "diversos", "gandula", "passeio dog", "professor de basquete".

As atividades exercidas, em sua grande maioria, encontram-se inseridas dentre aquelas de baixa qualificação e, em geral, de baixa remuneração. Para 30 dos 49 entrevistados que trabalham, a maior parte dessas atividades é desenvolvida fora da *comunidade*. Dos que trabalham na própria *comunidade*, 3/4 não possuem carteira assinada, revelando o forte peso da informalidade das atividades econômicas nas favelas.

A inserção no mundo do trabalho é algo bastante difícil para estes jovens, especialmente no contexto de um estado neoliberal, cujo desemprego estrutural atinge de maneira mais recorrente aqueles que não possuem qualificação e escolaridade (DUPAS, 2003). Em decorrência disso, as favelas acumulam taxas de desemprego maiores que a média da cidade. Ao mesmo tempo, ali há uma forte concentração de subempregados e de pessoas exercendo atividades extremamente precárias, compondo um quadro de hiperprecariado urbano (SOUZA, 2008). O limite entre a precariedade das condições possíveis de acesso à renda pode ser um fator impulsionador da inserção em atividades ilícitas, que entre os mais jovens, exercem um poder sedutor quando somada a ganhos adicionais no campo da auto-estima, da sensação de poder e de visibilidade social no interior da favela (DOWDNEY, 2003; OBSERVATORIO DE FAVELAS, 2006). Além disso, essas atividades

permitem o acesso a mercadorias de valor simbólico na sociedade de consumo marcantemente associadas à visibilidade, status e aceitação social, tais como roupas de grifes esportivas, como *Nike*, *Puma* e *Adidas*, além de objetos eletrônicos como celulares e *video games*.

Quatro de meus entrevistados haviam exercido, em um ou mais momentos de suas vidas, alguma atividade ilícita. Edson¹⁵⁵ praticava pequenos roubos no centro da cidade, além de ter se envolvido com o tráfico como fogueteiro, motivo pelo qual teve várias passagens por instituições destinadas cumprimento de medidas sócio-educativas. Diego também teve envolvimento com o tráfico, mas nunca foi pego pela polícia. Pedro e Felipe roubavam aparelhos de celular. Felipe teve, a exemplo de Edson, passagens pelo sistema sócio-educativo. Pedro, por sua vez, foi preso já na idade adulta, já tendo cumprido pena. Edson e Felipe tiveram passagem por projetos sociais. Na época das entrevistas, Edson trabalhava como camelô no centro do Rio, atividade pela qual recebia R\$ 100,00 semanais de uma pessoa que dizia, ser o dono do negócio. Felipe fazia pequenos bicos e recebia bolsa de um projeto, onde atuava como monitor. Pedro trabalhava como auxiliar de serviços gerais em uma ONG, que o acolheu assim que saiu da prisão. Diego era dono de uma van, com a qual fazia transporte alternativo, além de ter forte vínculo com a Igreja Universal, a qual ingressou após se dizer arrependido de seus feitos.

Cabe considerar que nem sempre os projetos sociais são capazes de atender a demanda pelo emprego e pelo aumento da escolaridade de jovens com o perfil dos que entrevistei. No caso dos projetos de ONGs, o limite é evidente pelo perfil dessas organizações, muito embora algumas delas atuem no que se convencionou chamar de "geração de trabalho e renda", seja no campo da formação para o trabalho, seja empregando diretamente. Todavia, no que concerne ao governo, as iniciativas existentes parecem ter os mesmos limites que as ONGs. Uma gestora que entrevistei me apontou os limites que, segundo ela, encontra-se na falta ou dificuldade de se articular ações. O que ocorre é que projetos são desenvolvidos com um intuito, com profissionais

¹⁵⁵ Em novembro de 2008, recebi a notícia de que Edson encontrava-se internado no hospital Souza Aguiar. Ele havia sofrido um acidente não explicado e estava em coma. Após alguns dias veio a falecer. Edson queria mudar de vida e tinha planos para voltar a estudar no início de 2009. Um conhecido de Edson acreditava que ela havia apanhado do tráfico, outros, que ele havia caído ao correr de guardas municipais no centro da cidade, onde atuava como camelô.

dedicados a sua realização, mas restringido pelos limites da intervenção do projeto, que não dialoga com outras ações governamentais. Assim, os projetos em geral limitam-se a oferecer uma "formação" que ajude aos jovens na busca por melhores condições de vida, sem que isso represente mudança efetiva em seu quadro de vida. Falas genéricas como "formar cidadãos" ou "preparar para o mercado de trabalho", ou ainda "ampliar os horizontes", atravessam estes projetos, e revelam seu restrito alcance. Retomando uma reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho, ao que parece, estas iniciativas funcionam mais como uma política de contenção e controle do que efetivamente iniciativas que operem mudanças estruturais, fato inclusive constatado por uma de minhas entrevistadas, que atua em projetos governamentais para a juventude há mais de 20 anos. O próprio fato de serem direcionadas para um público específico já é um denunciador disto. Apesar disso, há que se considerar que algumas iniciativas, tanto de governos quanto de ONGs se sobressaem positivamente neste cenário, não cabendo citá-las aqui sob o risco de se cair em juízo de valor. O fato, porém, é que em uma escala ampliada, as políticas direcionadas para a juventude das favelas estruturam-se muito mais como política de controle e contenção, em uma perspectiva da governamentalidade e do biopoder (FOUCAULT, 1984; 1999b, 2008a; 2008b) do que iniciativas que operem no campo da produção da autonomia coletiva e individual. Uma espécie de "anestesia social", que certamente sugere estudos mais aprofundados a seu respeito.

6.3.2. Práticas culturais e sócio-espaciais

Neste bloco serão apresentados elementos sobre a auto-imagem associados às práticas culturais e sócio-espaciais dos entrevistados. De uma maneira geral, esses dados podem ajudar em uma análise acerca dos mecanismos de distinção e constrangimento na cidade, assim identificar alguns obstáculos à mobilidade e acessibilidade na cidade.

De uma maneira geral, os dados colhidos mostram que apenas 15 do total de entrevistados identificam suas áreas de moradia como bairro, em que pese o fato destas áreas o serem oficialmente. Do total de entrevistados, 84 identificam suas áreas de moradia como favela ou *comunidade*. distribuídas.

respectivamente entre 51 e 33 respostas. Chama à atenção as diferenças de percepção sobre o local de moradia entre entrevistados da Maré e da Rocinha. Enquanto que na Rocinha, por exemplo, a identificação como bairro chegou a 13 respostas, na Maré essa identificação ficou em apenas duas. Apesar disso, respostas que indicam termos como "comunidade", "bairro" e outros, podem revelar um sentimento de rejeição ao termo "favela", dada a grande estigmatização que esta denominação carrega.

23

13

10

10

13

Maré
Rocinha

Favela

Comunidade

Bairro

Outro

Gráfico 6.5. Como considera o lugar onde vive

n Maré = 51; n Rocinha = 51

Cabe considerar que o uso do termo comunidade não necessariamente representa uma aversão ao local de moradia, mas uma forma de superar o estigma presente no termo "favela", uma vez que este, como já sinalizei em outros capítulos, deixou de ser uma indicação de local de moradia e passou a ser uma adjetivação associada à sujeira, desordem, baderna e degradação social. Ao mesmo tempo, o emprego do termo comunidade pode expressar o reconhecimento e valorização do patrimônio material e das relações sociais estabelecidas entre a vizinhança, funcionando como um instrumento simbólico de moralização do espaço de moradia (WEBER, 1999).

O nível de identificação de sua área de moradia também se reflete no desejo de se morar em outro lugar. Neste caso, considerou-se este desejo um indicativo do sentimento de pertencimento, identificação e valoração do local de moradia. Os dados colhidos revelam que para o conjunto dos entrevistados 63

não gostariam de morar em outro lugar. Todavia, quando analisados separadamente, observa-se uma tendência maior na Maré em comparação à Rocinha no desejo de saída. 28 dos entrevistados da Maré gostariam de morar em outro lugar, ao passo que apenas 11 dos entrevistados da Rocinha manifestaram esse desejo. Praticamente metade das respostas da Maré apontou a Zona Sul da cidade como o local desejado para esta mudança.

Um fato que ajuda a entender melhor as respostas da Maré diz respeito ao nível de satisfação com o local de moradia. Quando perguntados se sua comunidade é um lugar bom para se viver, os entrevistados da Maré ficaram divididos, com 28 respostas negativas, mesmo número dos que declararam desejar morar em outro lugar. O mesmo se verificou na Rocinha, onde apenas 11 declararam não estar satisfeitos com seu local de moradia. O principal motivo apontado pelos entrevistados como impulsionador do desejo de saída diz respeito à violência. Dos 39 que manifestaram desejo de morar em outro lugar, 32 apontaram este motivo, dos quais 21 foram da Maré contra 11 da Rocinha. A violência também foi apontada como um aspecto ruim da área de moradia por 60 entrevistados, sendo que, por mais uma vez, este fator tenha sido maior na Maré, com 35 respostas contra 25 da Rocinha.

Uma pergunta mais direta sobre a violência ajuda a reforçar o fato de que a violência na Maré parece ser mais aparente que na Rocinha, muito embora não se possa estabelecer a partir dessas informações seu nível de intensidade. Perguntados se consideravam sua *comunidade* um lugar violento, 42 jovens da Maré responderam que sim, contra 30 dos entrevistados da Rocinha, onde dois preferiram não responder a essa pergunta.

Outros dados, apenas para antecipar o bloco sobre experiências e visão sobre a violência, ajudam a entender a situação da Maré. Perguntados se conheciam alguém que fora assassinado, 41 dos entrevistados da Maré responderam que sim, ao passo que na Rocinha o número cai para 27. Na Maré, todas as 51 respostas apontaram para mais que uma pessoa assassinada, sendo 41 para mais que três pessoas. Na Rocinha 18 das 27 respostas apontam para mais que três pessoas conhecidas assassinadas. Quanto ao grau de proximidade dos assassinados, há uma forte semelhança

entre as duas *comunidades*, que apontam para parentes e para amigos na maior parte das respostas.

Quando perguntados sobre o que é bom em suas *comunidades*, os entrevistados dividiram suas respostas conforme ilustra o gráfico a seguir:

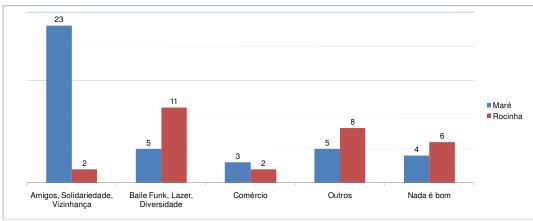


Gráfico 6.6. Aspectos positivos da comunidade segundo os entrevistados

n Maré = 40; n Rocinha = 29

Esses dados revelam alguns aspectos que tornam mais complexa a análise da avaliação sobre o local de moradia. Embora na Maré os entrevistados tenham apontado com maior ênfase a situação da violência em comparação à Rocinha, tendo estes também manifestado maior desejo de sair de sua área de moradia, observa-se que ali existe uma maior valorização das relações de amizade, vizinhança e solidariedade. Ao mesmo tempo, na Maré registrou-se um menor número de respostas negativas "nada é bom". Em compensação, na Rocinha, embora aspectos ligados ao campo do lazer apareçam com maior peso, há uma forte ênfase no caráter negativo das respostas.

⁻ Se você tivesse que escolher outro lugar para morar, onde você gostaria de morar?

⁻ Eu preferia ficar na minha comunidade onde que eu moro.

⁻ E por quê?

⁻ Porque... tanto tempo que eu moro aqui dentro... eu conheço já todo mundo... é... minhas amizade... as escolas que eu estudei. Até hoje... eu estudei ali no colégio Nova Holanda... hoje em dia eu passo ali, é a mesma diretora, a professora que me deu aula tá lá até hoje... são vários item...

aquela senhora que te pegou no colo, hoje em dia ela tá mais velha, tá precisando de uma ajuda vindo da feira, pra levar uma compra, tu já ajuda a ela... Aquele morador que te viu pequeno, tá precisando jogar um entulho fora, conversa contigo, te dá R\$ 10,00, tu vai lá, joga o entulho dele fora... Tem todo um esquema dentro da comunidade. (Pedro, 23 anos, morador da Maré)

Um aspecto que talvez possa ajudar nessa análise diz respeito ao perfil etário dos entrevistados. Na Maré, o perfil etário mais concentrado por jovens com mais de 17 anos, pode contribuir para uma maior experiência destes na cidade, com visões e opiniões mais consolidadas e, com isso, mais clareza quanto a lugares para se viver e sobre a situação de violência. Na Rocinha, por sua vez, o público mais novo pode estar em uma fase mais atenta aos aspectos ligados ao lazer. Todavia, parece evidente que os moradores da Maré estão mais sujeitos a situações de violência em comparação aos da Rocinha.

A mobilidade espacial agrega outro conjunto de perguntas no bloco sobre práticas culturais e sócio-espaciais perguntados aos jovens da Maré e Rocinha. Quanto a isso, os dados colhidos em campo demonstram que existe uma grande mobilidade desses jovens para além dos limites de suas áreas de moradia, já que 83 dos 102 entrevistados saem pelo menos duas vezes por semana. Destes, contudo, metade sai diariamente de suas comunidades, sendo que a frequência diária chega a mais que 2/3 na Rocinha. O fato da Rocinha estar mais bem localizada em relação à Zona Sul, onde se encontram melhores estabelecimentos comerciais, a maior concentração de equipamentos culturais e uma melhor oferta de transporte público, parece beneficiar seus moradores, que utilizam em seus deslocamentos o ônibus como principal meio de transporte, apontado por 40 entrevistados. Outro meio de transporte bastante utilizado na Rocinha é o moto-táxi. Apesar de em menor número de respostas (sete), trata-se de um transporte localizado, que se aproveita do terreno íngreme da Rocinha e pela sua extensão, já que a distância entre algumas áreas e os pontos de ônibus é bem grande. Na Maré, por outro lado, onde o sítio se estende longitudinalmente à Avenida Brasil, em um plano de cerca de 800 metros entre uma extremidade e a referida via expressa, o uso de moto-táxi foi pouco lembrado (apenas uma resposta),

evidenciando a maior facilidade na locomoção interna e no acesso aos transportes de massa disponíveis.

Na Maré, como sinalizei no capítulo anterior, apesar da grande oferta de linhas pela Avenida Brasil, não existe uma grande oferta de linhas ônibus para a Zona Sul, salvo as linhas 484 e 485, que fazem o trajeto Olaria/Penha – Praça General Osório (limite entre Copacabana e Ipanema). Estas linhas, contudo, atendem apenas àqueles que pegam ônibus entre as passarelas 5 (Fundação Oswaldo Cruz) e 6 (Escola Bahia), ficando todo o restante à mercê de uma linha de van ou do custo de duas conduções, uma em direção ao Centro (ou até o ponto do 484/485) e outra do Centro para a Zona Sul. Por isso, na Maré, os entrevistados apontaram as lotações (van ou Kombi) como meio de transporte mais utilizado por 22 entrevistados.

Os principais motivos para o deslocamento pela cidade são apontados no gráfico a seguir:

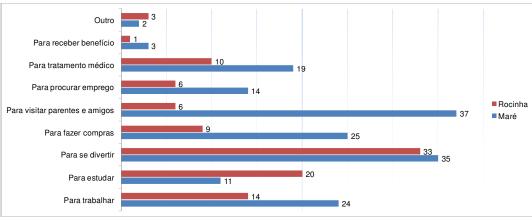


Gráfico 6.7. Principais motivos para circulação pela cidade segundo os entrevistados da Maré e da Rocinha

n Maré = 170; n Rocinha = 102. Foram permitidas múltiplas respostas.

Na média, o motivo mais relevante apontado foi a diversão. Todavia, diferenças marcantes dividem Maré e Rocinha tanto para este quanto para outros motivos apontados. O grande número de respostas que apontam a diversão como principal motivo para a circulação pela cidade entre os entrevistados da Rocinha pode ser explicado pela sua proximidade em relação

aos equipamentos públicos de lazer e, muito especialmente, as praias. Ainda assim, é importante considerar que o fator diversão está entre os mais citados na Maré, ficando apenas atrás de visitas a parentes e amigos, o que não deixa de ser também um tipo de entretenimento. Quanto a este motivo, é importante considerar duas perguntas feitas quanto ao local de moradia de parentes e amigos. Em média, metade dos parentes vivem na própria comunidade, sendo esse dado ainda mais relevante para os amigos, cuja proporção dos que vivem na própria comunidade é de 2/3. Essa forte presença de amigos e familiares que vivem na própria comunidade, por um lado, funciona como uma rede de acolhida fortalecida, capaz de atender às demandas mais imediatas no plano das relações de confiança e identidade local. Como sugere WEBER (1999: 78), "tal rede de relações sociais se configuram por um conjunto de pontos diferenciados constituídos de casas referências, de grupos de parentes e vizinhos com os quais os indivíduos podem contar". Por outro lado, a grande presença de amigos e familiares no próprio local de moradia é um fator de restrição das redes sociais, que se configuram pouco diversificadas e bastante localizadas. Este é o lado negativo dessa configuração, na medida em que uma rede de relações sócio-espacialmente diversificada tende a ampliar a experiência de espaço-tempo e potencializar o campo de possibilidades de ascensão social. Como apontei no capítulo 4, com base em BOURDIEU (1995; 2008), isso permitiria a inserção destes sujeitos em outros campos sociais, reconfigurando seu habitus, além de permitir que estes superem as marcas do estigma a partir do contato com outros grupos.

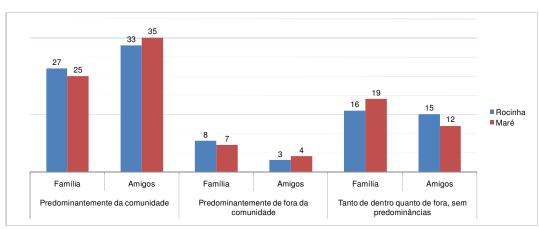


Gráfico 6.8. Distribuição da rede familiar e de amizade entre os entrevistados da Maré e Rocinha

n Maré = 51; n Rocinha = 51

A rede social é um fator muito importante no que tange às possibilidades de ampliação do espaço-tempo, incluindo o fortalecimento de disposições para processos de mudança, como, por exemplo, o desejo de melhorar de vida através do estudo. Neste caso, conhecer pessoas letradas, com nível superior, pode ser um fator de estímulo para o desejo de se seguir os estudos com vistas a uma inserção melhor remunerada no mercado de trabalho. Isso também favorece a incorporação de valores, gostos e atitudes mais refinadas, podendo levar, inclusive, a ruptura com o local de moradia. O estudo de SILVA (2005) demonstrou a importância do peso da rede familiar e dos contatos com pessoas de outras classes sociais para a trajetória de vida de moradores de favelas, que seguiram o caminho da universidade. No meu grupo de entrevistados não havia nenhum estudante universitário, mas nem por isso o sonho de ascensão social pela via da educação não deixou de aparecer, como revela o depoimento de Felipe, que durante algum tempo, viveu com um tio que fazia faculdade:

⁻ Meu tio sempre foi rigoroso comigo. Meu tio faz faculdade, foi sempre rigoroso. Sempre quis... quando eu cheguei lá eu era muito mole, aí chegava na hora de trabalhar, ele trabalha com camelô, ele trabalha ali nos Arcos da Lapa, ali, sexta e final de semana, sexta e sábado. Aí ele sempre me ensinava, 'vão bora, não pode ser assim não, vão bora, vão bora... vamos trabalhar!', ele que me levantava, 'vamo trabalhar, tá muito mole', 'vão borá, vão borá, vão borá, aqui não tem moleza não!...' Aí nisso eu fui acordando, meu tio foi abrindo a minha mente, e nisso eu fui conhecendo os

maluco ali da Lapa, que é o D., D., L., que fazia faculdade. Aí nisso eu fui tendo um contato, fui conhecendo os maluco ali da Lapa, um maluco que morava no prédio do meu tio... fui tendo esses contatos, e eles estudavam. E eles sempre, sempre quando eu falava algo errado assim... Porque eu chequei ali cheio de gíria, eu não sabia nada, a mente fechada. Então eu falava gíria, falava algo errado, eles sempre me corrigiam, o D., sempre... ainda mais o D., 'porra, não é assim, é assim...' Aí nisso eu fui aprendendo, né? (...) Então eu me espelhei em quem eu tava mais próximo. Foi no meu tio e nos maluco ali da Lapa ali. Aí os maluco, eles sempre... eles sempre liam... então eu tava sempre convivendo com eles, eles lendo um livro... O L. falando sobre... sobre aquecimento, sobre... ele faz Geografia, falando... falando em política, falando sobre a Il Guerra Mundial... Então eu tava ali, entretido, eu ficava no meio deles, entretido na conversa deles... até que uma hora, pô... até que uma hora eu pensei também, caiu a ficha: ´pô, caralho... pô, os maluco tudo estuda, tudo falando bonito... pô, tenho que voltar a estudar, tenho que voltar a estudar...' Aí nisso eu comecei a fazer curso... comecei a fazer curso e mesmo não gostando de ler, eu comecei também a forçá-lo, ali também, aí tive essa atenção ali. Sempre quando eu via um livro e apanhava pra ler. Aí eu fui gostando, gostando, até que chegou uma certa hora que eu fui amadurecendo... eu mesmo fui sentindo isso, eu: 'caramba... é isso mesmo, eu tenho que agora voltar a estudar...e tenho que voltar a estudar' (...) eu to correndo atrás aí pra voltar a estudar.

Observa-se no relato de Felipe uma forte influência dos amigos que fez na Lapa. Provavelmente Felipe teria muita dificuldade de encontrar pessoas como estas na sua área de moradia – em que pese o número cada vez maior de universitários e profissionais de nível superior nas favelas observado nos últimos anos. Neste caso, o fator mobilidade e o acesso a lugares diferentes do seu local de moradia proporcionaram o contato com outro grupo social em circunstâncias favoráveis, que o estimularam a desejar voltar para a escola. Não é para menos que Felipe valoriza tanto a Lapa, pois é um lugar que representa novas amizades e novas perspectivas na vida:

- Depois da favela, o lugar que eu mais gosto é a Lapa. Foi a Lapa que abriu a minha mente. Quando eu saí daqui e fui pra lá, pô, melhorou cem por cento.

Sair da *comunidade* para estudar também é um motivo que apresenta forte disparidade entre Maré e Rocinha. É importante considerar, quanto a isso, que na Rocinha existem 5 unidades escolares de Ensino Fundamental. A unidade única de Ensino Médio existente, o CIEP Ayrton Senna, embora não esteja dentro da Rocinha, está em uma área muito próxima, podendo ser considerada como pertencente ao bairro. Isso, contudo, limita as possibilidades de acesso ao ensino formal no interior da própria *comunidade*. Além disso, é

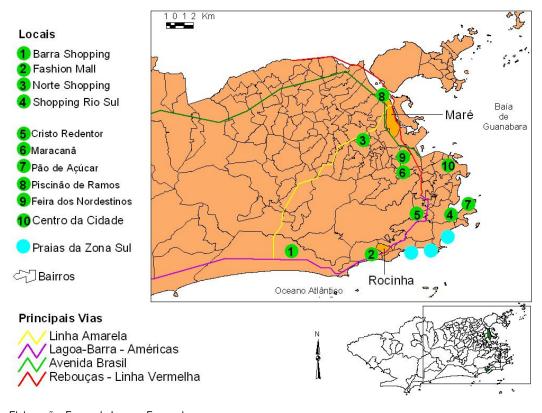
importante considerar a farta oferta de unidades nos bairros próximos, o que em certa medida contribui para que boa parte dos deslocamentos se dê em função disso. Na Maré, por sua vez, existem 16 unidades escolares, sendo que duas delas oferecem Ensino Médio. Ali, todavia, existe como apontei no capítulo anterior, uma forte fragmentação territorial promovida pela territorialização de três facções criminosas, o que impede o acesso de determinadas unidades pelos alunos. Isso é mais forte entre aqueles que estão no Ensino Médio, uma vez que as duas unidades não são capazes de atender às demandas do bairro ao mesmo tempo em que se localizam em áreas inacessíveis para alguns. Apesar disso, a boa oferta de unidades escolares distribuídas pela Maré pode ser um elemento que ajude a explicar a baixa freqüência do item estudo nas motivações para o deslocamento de seus entrevistados.

Na Rocinha existe um forte comércio, que geralmente é apontado por seus moradores como um aspecto extremamente positivo da localidade. Isso, provavelmente ajuda a entender sua baixa menção em comparação à Maré, onde boa parte dos deslocamentos destina-se a este fim. É fato que a Maré possui, em algumas áreas, um forte comércio, mas ainda assim, é um comércio bastante limitado quando comparado ao da Rocinha e, em alguns casos, circunscrito a áreas dominadas por grupos criminosos rivais, o que limita ainda mais seu acesso.

O acesso ao comércio, todavia, pode ser identificado também nas possibilidades de consumo oferecidas pelos bairros de entorno. No caso da Rocinha, observa-se um entorno caracterizado por comércio bastante sofisticado, com padrões estéticos e de consumo supostamente distantes das expectativas de seus moradores, como supõem os processos distintivos apontados por BOURDIEU (2008). Com efeito, os shoppings podem ser identificados como espaços de distinção e, por isso, espaços de constrangimento, na medida em que se delineia ali uma tendência estética e de expectativas de comportamento associados a um determinado público, com maior poder aquisitivo. Este parece ser o caso do Fashion Mall – shopping localizado a menos de um quilômetro da Rocinha -, ou outros shoppings, como o Shopping da Gávea, localizado após o túnel Zuzu Angel, ou o Shopping Rio

Sul e o Barra Shopping, os mais famosos da cidade e de maior porte em comparação aos citados. O Fashion Mall e o Shopping da Gávea podem ser considerados como shoppings com alto padrão de sofisticação do consumo, com lojas direcionadas a um público de alto poder aquisitivo. Nem por isso o Rio Sul e o Barra Shopping deixam de ser espaços de consumo de pessoas com alto poder aquisitivo, fato esse evidenciado por lojas igualmente caras e sofisticadas. Todavia, há uma diferença marcante entre estes shoppings e aqueles outros: por uma questão de escala - são shoppings maiores - e portanto, de necessidade de maior alcance de seu público consumidor, tanto no Rio Sul quanto no Barra Shopping, apesar da prevalência de estabelecimentos e tipos de serviços sofisticados, há uma variedade de lojas não classificáveis como lojas caras ou sofisticadas e que, portanto, podem eventualmente se enquadrar no conjunto de expectativas de consumo dos moradores da Rocinha, da Maré e de outras favelas da cidade. Lojas mais populares, as chamadas "lojas âncora", como "Americanas", "Casa & Video", "Casas Bahia" e "C&A" dividem espaço com lojas como "Elle et lui", "H. Stern", "Lacoste" e "Ellus". Neste misto de popularidade e sofisticação, há ainda lojas especializadas direcionadas para o público jovem, algumas delas associadas a "funkeiros", como "Gang" e "PXC". Nestas, tive a oportunidade de conversar informalmente com alguns de seus vendedores, que afirmaram ter, entre seus clientes, uma parcela bastante representativa de jovens da Rocinha e outras favelas do Rio. Há ainda que se considerar que os shoppings, nos últimos anos, também se transformaram em áreas de lazer e entretenimento acompanhando uma tendência geral dos shoppings da cidade e do país, com cinemas, praças de alimentação e espaços que os jovens costumam usar para namorar e paquerar. Devido às facilidades que oferecem - com inúmeros serviços agregados, ambientação agradável e segurança, os shoppings transformaram-se em locais de referência não apenas para o consumo como também para marcar encontros e passear. Sua popularidade é tamanha que boa parte de seus freqüentadores - especialmente os jovens -, muitas vezes vão ao shopping sem a intenção central de consumir produtos, mas de consumir o espaço, seus estilos e sua sofisticação. Independente disso, contudo, aos jovens é criada uma expectativa a partir dos programas de televisão e de uma publicidade direcionada, em que o consumo transforma-se em uma necessidade na busca pela afirmação pessoal, do reconhecimento e aceitação social e do prazer. Com efeito, a busca pelo consumo de bens identificados com esses valores parece ser uma questão bastante importante para esses jovens. Quanto a isso, o Rio Sul e o Barra Shopping parecem ser locais de maior centralidade na busca pelas aspirações no mundo do consumo, o que vale também para os moradores da Maré, apesar da maior distância. Por representarem no plano simbólico um lugar de status e onde se encontram "as melhores lojas", é de se especular que estes shoppings sejam, para o conjunto da cidade, uma referência que habita o imaginário do consumo de bens sofisticados.

No levantamento realizado, identifiquei que quase 2/3 do total de entrevistados já havia ido ao Rio Sul pelo menos uma vez na vida, e que a mesma proporção já havia ido ao Barra Shopping. Todavia, a centralidade destes espaços não foi destacada, havendo, outros espaços mais visitados na cidade. O que se percebeu foi uma tendência de freqüência aos shoppings de maior popularidade e mais acessíveis do ponto de vista de sua localização, fato ocorrido com o Norte Shopping, apontado por 50 dos 51 entrevistados da Maré, e com o Barra Shopping, para 40 dos 51 entrevistados da Rocinha. O Fashion Mall, que no início da pesquisa eu tinha por hipótese que seria um shopping pouco freqüentado pelos moradores da Rocinha me surpreendeu, já que 35 entrevistados da Rocinha apontaram ter ido pelo menos uma vez a este estabelecimento.



Mapa 6.1. Indicação de alguns locais frequentados pelos entrevistados

Elaboração: Fernando Lannes Fernandes Cartografia: Faber Paganoto Araújo

Embora a freqüência a shoppings seja bastante significativa, ela é superada por outros lugares, como é o caso do cinema, do Maracanã, das praias da Zona Sul e bailes funk. Chama a atenção ainda a freqüência a outras favelas, dado singular da Maré, onde 47 entrevistados afirmaram ter ido pelo menos uma vez. Isso, contudo, pode ser relativizado, uma vez que na Maré existem 16 favelas reunidas em uma mesma unidade administrativa. Com isso, pode-se supor que muitas dessas favelas visitadas sejam favelas situadas dentro deste conjunto. A baixa referenciação da Maré como um bairro, e, portanto, como uma unidade, é um fator que pode ajudar a compreender as diferenciações internas da Maré para seus moradores. O gráfico a seguir demonstra os percentuais de freqüência por lugar indicado na entrevista.

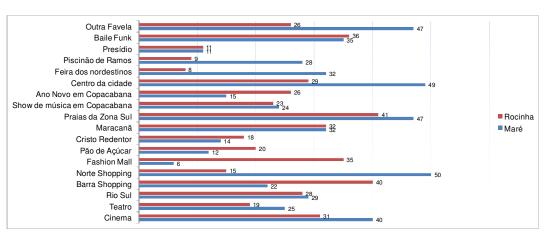


Gráfico 6.9. Distribuição de lugares freqüentados pelo menos uma vez pelos entrevistados da Maré e Rocinha

n Maré = 51; n Rocinha = 51

Na entrevista de Pedro, seu relato sobre a primeira vez em que esteve em Copacabana é bastante ilustrativo do que o acesso a um espaço como esse, bastante comum para a maioria das pessoas de classe média, representa para a vida de um garoto da favela, que conhecia muito pouco a cidade.

- Eu conheci Copacabana através de um amigo, que se chama Pezão. Foi quando inaugurou a Linha Vermelha, que nós se encontrava-mo ali na praia do São Bento, ali na Ilha do Governador, tomando banho de praia, aí passou, assim que inaugurou a Linha Vermelha, passou aquele ônibus Ilha do Governador-Centro, Linha Vermelha, aí nós: 'vamo pegar esse ônibus pra gente vê aonde que vai, até a Linha Vermelha.' Nisso nós entramo dentro do ônibus, ficamo ali atrás, pedimo ao trocador pra passar por baixo, ele deixou. Aí fomo, pegamo a Linha Vermelha, apreciando aquela nova via, que tava sendo inaugurada. Aí fomo, fomo, fomo, quando chegou na Leopoldina, Pezão que era mais velho de que nós todos, nós todos adolescente, falou: 'vamo ir até Copacabana, eu sei aonde é, lá tem uma praia e tal'. Aí nós resolvemos ir, todo mundo. Aí tá, pegamo o ônibus, o 127, ali na Central ali, fomo seguindo. Quando chegou lá em Copacabana eu vi aquele mundão, diferente do que eu vivia, fiquei impressionado com aquilo tudo, e comecei a freqüentar, todos os dia. Matava aula pra ir pra praia, é... falava com a minha mãe que ia pra um lugar mas não ia. la pra Copacabana. E aí tu vai conhecendo outras pessoa, vai conhecendo aquele mundo diferente do seu. Deixa de ficar com a sua família, deixa de ir na escola pra ficar na rua. É... aí começa a viver outra vida diferente da tua. Começa a pedir esmola na Zona Sul, começa a dar cartão dentro do ônibus, comeca a engraxar, conhece aquelas pessoa que, infelizmente, não tem aquela estrutura que a tua, que rouba, se droga, aí ali tu fica, convive junto com eles. Se tu não tiver uma mente boa tua acaba fazendo o que ele fazem também. E é uma série de coisas que acontece na rua.



Piscinão de Ramos, 2008. Foto: Jucemar Francisco/Imagens do Povo/Observatório de Favelas.

(...)

- Ó que mais me chamou a atenção ali naquele momento, desde o primeiro dia que eu conheci Copacabana foi a praia. Porque depois que eu cheguei no túnel Rio Sul, que eu passei do túnel Rio Sul, que eu vi aquela praia eu falei: 'aqui é Copacabana'. E sem saber que ali era Copacabana. Eu: 'aqui é Copacabana! Aqui é Copacabana!', na minha mente. Aí, assim que passou do túnel, no primeiro ponto nós descemos, fomo caminhando, caminhando, caminhando, quando chegou a praia eu vi aquela areia enorme, aquela praia com bastante gente, gentes andando no calçadão, pra lá e pra cá, eu falei: 'é aqui que eu vou ficar! É aqui que eu vou ficar!' [risos]. E ali eu fiquei, um ano, dois anos, andando pela rua mas sempre, eu tenho minha família, eu tenho minha casa mas gostava de ficar mais lá do que em casa
- O quê que você gostava de fazer lá?
- Eu gostava de tomar banho de praia. Por que desde pequeno nós tem esse costume de tomar banho no valão, ia pras praias ali da Ilha do Governador, do Fundão. Então aquilo ali me chamava mais a atenção. A praia. Aquelas ondas.
- E na hora em que a fome apertava?
- Quando a fome apertava nós passeava ali pela orla, pelo Max, pelo aqueles bar que tem por ali pedindo sobra de comida, pedindo uma pessoa pra pagar um salgado, pagar uma comida. E ali nós ia convivendo, passando dias e dias ali. E também tinha uma Kombi, que ela saía do morro do Galo [Cantagalo], ela seis horas aparecia ali na praça do Lido e distribuía quentinha. E ali um montão de adolescente que ficava pelas rua, cada um pegava suas quentinha. Às vezes chegava umas pessoa nova, que não era dali de Copacabana, vinha de outros interior como de São Paulo, de Belo Horizonte, de Minas, aí via que nós tava comendo ali, nós tinha que dividir a comida junto com eles também.

(Pedro, 23 anos, morador da Maré)



Praia de Copacabana, 2008. Foto: Jucemar Francisco/Imagens do Povo/Observatório de Favelas

Um dado importante a respeito dos lugares freqüentados é quanto ao grau de mobilidade espacial que eles refletem. Observa-se no gráfico que os jovens da Maré possuem uma freqüência bem maior que os da Rocinha e superiores a mais da metade das respostas em alguns locais, somados aos shoppings, tais como cinema, praias da Zona Sul, Centro da cidade, feira dos nordestinos e outra favela. Estes locais revelam uma grande mobilidade destes jovens pela cidade, uma vez que são localizações distantes da Maré, especialmente quando comparadas à Rocinha, com exceção, talvez, ao centro da cidade, o que pode ser explicado pela grande oferta de estabelecimentos comerciais e serviços na própria Rocinha, onde se encontra, inclusive, agências bancárias, e do seu entorno, a Zona Sul, área mais bem servida da cidade em termos de equipamentos coletivos, oferta de serviços e comércio.

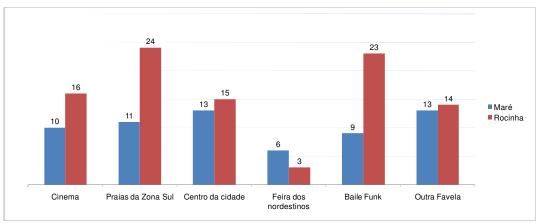
⁻ O que você costuma fazer para se divertir?

- Pra me divertir? Bom, eu ando pela favela. Não tem nada de melhor...Lan house, mexer na internet...Orkut, MSN...
- Além de andar pela favela, de freqüentar esses espaços como a Lan house, você costuma freqüentar outros espaços fora da Rocinha?
- Não, não. No entanto eu não faço nem um curso. O único que eu sei, sou bom em arte, artesanato. Eu faço um trabalho lá na Rua 1 com artesanato, mexo com jornal. Faço cesta... faço essas parada assim. Bolsa de jornal, tudo de jornal.
- Entendi. Então quer dizer, você não sai da Rocinha pra nada?
- Não
- Mas porque você não gosta, ou porque você não é afim... Por que você não sai?
- Bom...
- Não tem nada que te atraia...
- É, não tem nada que me atrai lá. Só vou mesmo pra fazer documento, essas parada que tem que fazer.

(Lito, 17 anos, morador da Rocinha)

Provavelmente o fator idade dos entrevistados pode ser o fiel da balança na comparação entre a mobilidade dos jovens da Maré e da Rocinha, como busquei avaliar em outras situações. Todavia, quando comparados por faixa etária, conforme o gráfico a seguir, as diferenças diminuem um pouco e algumas são até superadas, mas a tendência ainda é de uma maior mobilidade dos jovens da Maré, evidenciando que na Rocinha os jovens têm uma experiência na cidade mais restrita e limitada a sua área de moradia.

Gráfico 6.10. Comparativo entre lugares selecionados freqüentados por entrevistados da Maré e Rocinha na faixa de 15 a 17 anos de idade



N Maré = 14; n Rocinha = 28

Dois de meus entrevistados que atuam em projetos sociais para jovens na Rocinha me apontaram a baixa mobilidade como uma característica dos jovens da Rocinha. Segundo eles, o principal motivo para isso seria a ampla oferta de comércio e serviços na Rocinha, acrescida da proximidade à praia de São Conrado. Essa é também a opinião de Geisa e Francisco, gestores de projetos na Rocinha. Para eles, a ampla oferta de praticamente tudo o que se possa precisar no dia-a-dia, incluindo espaços de lazer, são fatores que explicam a baixa mobilidade dos jovens da Rocinha. Em contrapartida, a precariedade da oferta de serviços, comércio e áreas de lazer nas proximidades da Maré, ao que tudo indica, são fatores que "forçam" a mobilidade de seus moradores na cidade, como evidenciam, em particular, os dados sobre cinema, o Centro e as praias da Zona Sul.

Por ter trabalhado na Maré e na Rocinha, Dora, gestora de um projeto da prefeitura, pôde me apresentar uma leitura bem própria das diferenças entre jovens da Maré e da Rocinha, especialmente porque, nas duas localidades, trabalhou com jovens de um mesmo perfil, em um mesmo projeto, vinculado à prefeitura. Na avaliação de minha entrevistada os jovens da Maré possuem uma mobilidade espacial muito maior que os da Rocinha, o que ratifica os resultados do levantamento de campo:

⁻ Eu vejo muito os adolescentes daqui [Rocinha], preocupados mais com a questão do trabalho, assim... eu quero trabalho, né?... a questão de formar uma família, apesar de lá [na Maré] também ter muito disso. Mas lá, eu vejo eles mais preocupados com a questão da escolaridade também, mais preocupado com a sua comunidade, com a circularidade... isso incomoda muito lá. Agui [na Rocinha], eles também não têm muito isso (...) Sai dagui, vai na praia ali, ou vai em qualquer lugar, bem próximo, mas não circula, eles têm muita dificuldade de circular na cidade. Pra ir daqui pro Centro é um outro mundo pra eles. Circulam aqui no Leblon, Copacabana, São Conrado, vão pra Barra, e tal, mas, ir pro centro da cidade é assim... Você acredita que tem meninas aqui que fazem o pré-natal, e a gente encaminha pra fazer a ultra-sonografia. A ultra-sonografia é em Laranjeiras. Tem um ônibus aqui que passa em Laranjeiras... a maioria não vai... não vai. Prefere pagar R\$ 30,00 num cara que faz ultra-sonografia aqui... não tem dinheiro, mas tem R\$ 40,00, não sei quanto é não, tá?...'por quê?', 'ah, eu não vou sozinha... eu não... eu lá?! Como é que eu vou pegar o ônibus? Como é que eu vou?' Tem muita dificuldade...

⁻ O quê você acha que é? É vergonha? É medo? É preguiça?...

⁻ Eu acho que é medo... Assim, do desconhecido. Tá tão amarrado naquele entorno, né? Eu acho que isso acontece em outras comunidades. Mas uma coisa que eu vejo lá na Maré é circular mais. (Dora, gestora de projeto da prefeitura)

É certo que a mobilidade em si constitui um dado importante no levantamento em tela, especialmente por representar uma maior compreensão, assimilação e incorporação do espaço da cidade e da cidadania, além de apontar para experiência de espaço-tempo mais elástica. Todavia, o fato dos entrevistados terem freqüentado pelo menos uma vez os lugares perguntados não significa que eles tenham gostado ou que tenham se sentido à vontade. Àqueles que responderam ter ido a algum dos lugares mencionados, foi perguntado se se sentiram à vontade e se voltariam. Nos gráficos abaixo, foram selecionados os lugares onde se registraram mais respostas quanto ao "não sentir-se à vontade" e, a partir destas respostas, a manifestação de que não voltariam.

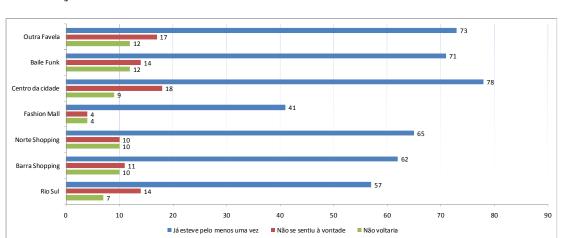


Gráfico 6.11. Seleção de lugares em que os entrevistados se sentiram menos à vontade e manifestação de não-retorno

Embora os números absolutos sejam reduzidos, pois se baseiam em perguntas sobre respostas, os dados evidenciam que nem sempre ir a um lugar significa estar à vontade e, por conseguinte, desejar freqüentá-lo novamente. Quanto a isso é muito importante enfatizar que apesar da evidência de que em todas as situações a proporção de retorno é bastante superior à de não retorno (ou do "não sentir-se à vontade"), o que está em questão aqui é justamente a situação daqueles que não se sentiram à vontade e que não retornariam aos locais indicados. Dentro da perspectiva analítica aqui adotada, a preocupação

é em buscar entender os motivos para tais sentimentos e elementos que podem contribuir para a ruptura deste ciclo. Com efeito, é importante ressaltar a positividade, por exemplo, de 37 em 41 entrevistados, não terem se manifestado negativamente em relação ao Fashion Mall, shopping que por hipótese teria um conjunto de interdições que inibiriam o seu acesso. Essas respostas não significam, necessariamente, uma visão positiva sobre as condições de acesso daquele espaço. E nem sugerem que este não possua interdições e constrangimentos. Todavia, o fato de, neste caso em particular, apenas quatro terem se manifestado negativamente, sugere que existam sim interdições, e que estas se manifestaram diretamente para jovens com um perfil específico, como foi o caso de meus entrevistados. Será sobre essas interdições e possíveis constrangimentos que buscarei me ater aqui.

Para o conjunto das respostas, chama a atenção as informações sobre o Centro da cidade, por se tratar de um lugar mais plural do ponto de vista da classe social, e sobre outra favela, por se tratar de um espaço similar ao de moradia do entrevistado. Neste último caso, um elemento pode ser o sentimento de insegurança provocado por estar em uma área dominada por outros grupos criminosos, sem que se saiba das normatizações impostas. Quanto aos shoppings, os dados parecem mostrar que nesses espaços mais elitizados, há uma tendência ao preconceito expresso na atitude de determinados atores, como seguranças e lojistas, e ainda na reação dos freqüentadores habituais.

A manifestação de que não voltariam àquele lugar na maior parte das situações, revela, igualmente, um sentimento de rejeição. Em uma das entrevistas abertas realizadas na Maré, Edson, que sonha em um dia ir ao Rio Sul, relatou não se sentir à vontade no Norte Shopping, estabelecimento visitado por praticamente todos os entrevistados da Maré:

- Você já foi no Rio Sul, Barra Shopping?
- Não, no Rio Sul não. Meu sonho é ir lá dentro...
- No Rio Sul?
- É...
- E por que você nunca entrou lá?
- Ah... nunca entrei lá assim por causa de medo... de entrar assim... às vezes eu pego o meu dinheiro, também tenho que ajudar em casa, aí eu dou R\$ 50,00 pra minha tia e fico com R\$ 50,00, aí eu vou chegar no

shopping com... com R\$ 50,00 assim às vezes, num shopping longe pra caramba, o segurança vê eu entrando, 'aí, o que você veio fazer aqui?' Não, em vim comprar uma roupa pra mim. Aqui o meu dinheiro, R\$ 50,00... 'Aqui num vende nada de R\$ 50,00 não... pode sair do shopping'.

- Mas você acha que... isso já aconteceu com você?
- Já, no Norte Shopping já.
- E o que aconteceu no Norte Shopping?
- Eu tava com R\$ 20,00 pra comprar um boné. Aí o cara foi e perguntou: vai fazer o quê aí dentro? Vou comprar um boné. Com R\$ 20,00 você vai comprar um boné?! Você num vai entrar não. Vai entrar não. Peguei a Kombi, dei as costas e fui embora.
- Você ficou com raiva?
- Ah, fiquei com raiva, queria comprar um boné.
- Até hoje eu lembro o nome desse segurança, do esporro que ele me deu. Artur o nome dele. Qual é Artur! 'Se eu fosse ... te mandava pra delegacia'. Aí todo mundo olhou... Aí ele: vai embora, sai logo daqui... Ele tava com medo, achando que eu ia roubar alguma coisa...
- E como você estava vestido?
- Eu tava com uma Kenner [sandália], da Redley, uma bermuda da Nike, que minha tia tinha me dado, uma camisa, dum conjunto que ela me deu, e um boné preto. Aí eu queria comprar um azul, pra ficar igual ao conjunto. Aí eu deixei prá lá, né.

(Edson, 16 anos, morador da Maré)

A fala de Edson apresenta dois aspectos importantes na análise do sentimento de rejeição provocado pelo constrangimento. Primeiramente, ele afirma desejar acessar o Rio Sul. É um dado muito expressivo este. Um menino de 16 anos afirmando sonhar - uma expressão forte no campo do desejo -, em ir a um espaço em que, corriqueiramente e de maneira muito despercebida, diariamente milhares de pessoas acessam. Como venho buscando afirmar, o shopping, apesar de ser um espaço pseudo público, é aberto à população. Mas não o é para todos. Algumas pessoas são indesejáveis, mas não é preciso que se instalem grades ou portões impedindo o seu acesso. De maneira inversa, se estabelecem formas de controle e contenção que se estruturam no plano estético e simbólico. A exemplo do papel do controle e da vigilância na instituição de uma sociedade liberal, em favor da liberdade, como aponta FOUCAULT (2008b), é possível supor que a garantia do livre acesso, e do usufruto daqueles espaço, seja garantida pela instituição de mecanismos de controle e contenção que atuam como um filtro social. Este filtro, bem sabido por Edson, é dado pelo simbólico, pelo poder da aparência, e por isso, ele enfatiza de forma tão marcante a maneira com que estava vestido na ocasião em que foi ao Norte Shopping: usava ícones da sociedade de consumo (Redley, Nike) na expectativa de ser aceito, de conseguir transpor aquela barreira invisível.

É possível supor que o Norte Shopping, por estar localizado em uma área de menor poder aquisitivo na cidade em comparação à Zona Sul, sendo este o principal shopping da Zona Norte e, certamente, também do eixo Zona Norte-Oeste, seu público frequentador é formado, predominantemente, por moradores destas áreas. Trata-se de uma classe média menos sofisticada que a da Zona Sul, porém com poder aquisitivo disponível para o consumo de bens supérfluos, como roupas da moda e aparelhos eletrônicos. Todavia, expressando um padrão de consumo em média menor que os freqüentadores preferenciais do Rio Sul ou Barra Shopping. É possível supor também, baseado no elemento áreas de entorno, que o Norte Shopping seja bem frequentado pelos jovens destas áreas, jovens que, em geral, expressam uma estética na indumentária, nos gostos culturais, no comportamento e padrões de consumo igualmente diferenciados em relação aos jovens que acessam o Rio Sul e o Barra Shopping, tratando-se em linha gerais, e sem querer fazer nenhum tipo de juízo de valor aqui, do jovem tipicamente "suburbano", em contraposição ao "playboy" da Zona Sul, dois estereótipos homogeneizantes usualmente utilizados entre os próprios jovens da cidade. Com efeito, uma maior presença de jovens "suburbanos" parece reforçar a suspeição dos seguranças do Norte Shopping em relação a estes frequentadores, especialmente porque no Norte Shopping, como afirmou Pedro, um de meus entrevistados da Maré, esses jovens parecem se sentir mais à vontade do que no Rio Sul ou Barra Shopping. O fato de haver mais pessoas "de comunidade", como afirma Pedro, no Norte Shopping do que no Rio Sul, é um fator de maior identificação com aquele espaço, o que faz com que sua freqüência seja maior em comparação a outros shoppings. Todavia, ele também chama a atenção para a abordagem dos seguranças, que é muito parecida com a do Rio Sul:

⁻ Até trabalhando da forma que eu tô, tentando ser um novo cidadão, mas mesmo assim existe preconceito. Às vezes eu vou pra praia, vai eu e um colega meu, nós tá passando de camisa, de bermuda, com uma sandalinha, com dinheiro no bolso, com documento, mas tem pessoas que olha assim, esconde a bolsa... às vezes se num tá nem com a aquele pensamento, tu se sente tipo constrangido.

⁻ E isso te faz pensar duas vezes antes de ir a determinados lugares?

- Faz sim, até porque eu... às vezes eu vou no Rio Sul, vou no Rio Sul, chego lá dentro do Rio Sul, to andando, todo mundo tá olhando pra mim só porque às vezes eu to com uma bermuda, to de chinelo, to com uma camiseta... e ali tu vê que ali não tem pessoas igual a você... pessoas tudo bem arrumada, tudo bem vestida, aí tu passa assim, te olham assim, pensam que tu vai fazer uma coisa de errado. Fica aquele certo constrangimento na tua cabeça. E às vezes você quer entrar numa loja pra escolher uma coisa, pra ver uma coisa, tu se sente constrangido. Como é que eu vou entrar naquela loja ali, todo mundo vai ficar me olhando. Não te deixa à vontade, quer ficar em cima de tu. Eu procuro ir mais nos shopping aqui da Zona Norte mesmo, como o Norte Shopping...
- Ali você se sente mais à vontade?
- Ali eu me sinto mais à vontade porque tem pessoas da comunidade também, não tem... os segurança tu tá passando... parece até lá no Rio Sul tu passa aqui, o segurança cochicha com um outro lá do outro lado: 'ó, vai passar um cara aí tal, tal, de chinelo', e o outro lá já te olha também e aí vai indo. Aí tu fica constrangido dentro do shopping. Acaba que você vai pra comprar uma roupa e você nem compra, com vergonha. (Pedro, 23 anos, morador da Maré)

Shoppings são espaços que refletem a reação ao medo e a sensação de insegurança, na medida em que conformam ambientes seguros, altamente controlados, confortáveis e esteticamente direcionados para os setores médios e altos da sociedade. Embora possam ser considerados espaços direcionados a certo público, com grande controle dos acessos, é um espaço permeável, suscetível a presença de grupos indesejáveis. Por isso o conjunto de mecanismos adotados para sua "purificação" e "limpeza" social, como seguranças intimidadores, com forte representação social estigmatizante dos grupos considerados suspeitos, ou através de uma estética própria, oferecida pelos seus proprietários e administradores e também pelos seus freqüentadores-alvos. Mecanismos que, como estou buscando demonstrar, produzem constrangimentos referenciados em processos distintivos. Isso certamente ajuda a explicar situações como as vividas por Edson e por Pedro.

O constrangimento produzido por esses mecanismos não produz apenas uma reação de esquivamento e privação do acesso aos shoppings, como parece ser a reação esperada pelos seus administradores e freqüentadores mais abastados. Ele também produz reações naqueles sobre os quais esses mecanismos se dirigem, o que pode, em determinadas circunstâncias, aumentar a suspeição e reforçar estereótipos em relação ao comportamento destes jovens. Isso é o que ilustram os relatos de Diego e Pedro:

- Fashion Mall você já foi?
- Fashion Mall já. Ali é na porta da comunidade, cansei de ir. Ali, infelizmente aquele shopping ali é meio estranho. Não pode entrar ninguém ali que seja da comunidade que eles ficam visando. Porque pelo fato de ser um shopping carérrimo, um shopping de cinco estrela... Tu vai, entrá lá, todo meio assim... vai pra dar um passeio com a tua namorada... tem sempre uns infeliz dos segurança que te olha mal encarado assim, te olhando de rabo de olho... isso aí que me deixa bolado. Dá vontade de mandar todo mundo pros quintos dos inferno. (Diego, 24 anos, morador da Rocinha)
- E você costuma freqüentar muito o Rio Sul?
- Eu vou lá sempre que eu posso. Sempre eu vou lá compro, dou umas volta lá dentro. Até porque eu gosto do Rio Sul porque eu sempre entrei ali, comprei roupa ali, mas tem esse lado, da discriminação como eu falei. Tu chega lá os outro fica te olhando. Tu fica meio constrangido.
- E outros lugares assim, que você sente a mesma coisa?
- No Barra Shopping. Lá no Barra Shopping também é a mesma coisa. As pessoas fica te olhando assim, meio escaldada, pensando que tu vai roubar, que tu vai fazer uma coisa. Na verdade não é nada daquilo. Tu tá indo ali pra consumir alguma coisa, pra comprar uma coisa, pra ir numa loja de alimentação, beber um guaraná, é, olhar umas gatinha, que é certo [risos], mas os cara, entendeu, fica te olhando aí já não te deixa tranqüilo. Aquele cara ali tá me olhando, o quê que aquele cara tem? O que ele viu em mim? Será que ele me conhece de algum lugar? Aquilo ali te deixa muito ansioso, te deixa também preocupado, tu fica olhando pra lá, pra cá, e tua concentração já não é mais a mesma.
- E isso te faz se sentir mal? Nesses lugares?
- Faz. Muito mal mesmo. Muito mal mesmo. Não sei nem como te explicar nesse momento [expressão de dor e indignação].
- E você costuma ter raiva das pessoas? Como é que é a sua reação em relação às pessoas? Porque você está passando num lugar e você vê que as pessoas estão te olhando diferente. Você reage pra dentro, ou seja, com seus sentimentos, mas também tem uma reação pra fora. O quê você pensa dessas pessoas? Como é que você reage?
- Minha reação no momento é pra dentro de mim mesmo. Que isso! São Pessoas igual a eu, veio da terra também, se morrer vai pro mesmo lugar que eu. Aí pensa que só porque tem umas condições a mais do que você quer se prevalecer disso. Pela tua cor também. Você ser negro. Tem muita gente branca, filho de ... como posso te dizer... é... filho de papai e mamãe, patricinha. Aí tu fica discriminado. Mas não assim que, é... como é que eu posso te explicar... com raiva da pessoa, mas tu fica com aquele ressentimento por dentro: 'por que tá acontecendo isso comigo?', 'todo mundo não é igual?', 'todo mundo não é filho de Deus?'. E o cara fica... não sei nem como te explicar isso.

(Pedro, 23 anos, morador da Maré)

Com efeito, ao suspeitar destes jovens e apontá-los, precipitadamente, como uma ameaça, produz sensações de ordem psicológica que podem levar a reações que, no olhar dos seguranças e passantes, revelam o que aquela pessoa é dentro do conjunto de suas expectativas, remetendo ao esquema que elaborei no capítulo 4, em torno do ciclo de reprodução da representação social da favela. Imagine uma pessoa que vai a um lugar com a intenção de se

divertir, comprar algo com um dinheiro que pode ter batalhado o mês inteiro para conseguir, chegar a um lugar desses e ser tratado assim. Pior é pensar que mesmo em um ambiente onde o consumidor é a essência do negócio, esses jovens – embora desejem se inserir no universo do consumo -, são ignorados e discriminados, rebaixados a uma categoria que não lhes permite estar e usufruir daquele ambiente. Em suma, não são considerados cidadãos nem na esfera do consumo onde, em tese, o acesso é dado pelo poder de compra. Para estes jovens, ter dinheiro não é sinônimo de que serão inseridos.

Com efeito, o sentimento expresso pode ser de insegurança e vulnerabilidade – por se tratarem de ambientes desconhecidos ou estranhos aos padrões estéticos e de comportamento a que se está habituado -, ou ainda vergonha e baixo auto-estima – em um processo de auto-estigmatização referenciado na idéia de não pertencimento. Ambas, todavia, se referenciam em processos distintivos que produzem constrangimentos e bloqueios que podem inibir o acesso a espaços e, no caso específico do shopping, o ato de consumir.

O consumo é uma dimensão importante na construção da identidade, especialmente no contexto de uma sociedade consumista que estimula o ter como manifestação do ser e como referenciação de grupo, no reconhecimento e na afirmação social. No entanto, para estes garotos, o direito de consumir e se afirmar nessa sociedade lhes são renegados, cabendo-lhes, muitas vezes, a revolta em seu sentido pleno, tal como aponta ZALUAR (1996).

Neste sentido, os relatos parecem sugerir que os jovens, mesmo quando em condição de consumir, são relegados a uma condição inferior, sendo, com isso, impossibilitados de exercer este papel. São vistos e tratados como um obstáculo ao consumo de outros e que devem ser alertados freqüentemente sobre os perigos de se ficar "rondando" em áreas onde não são bem-vindos. Pedro, por exemplo, me relatou que no centro da cidade sofreu violência por parte de seguranças, que o confundiram com um ladrão. Certamente Pedro, por carregar os elementos simbólicos do tipo idealizado do criminoso, chamou a atenção daqueles seguranças, cuja atitude foi um misto de preconceito, discriminação e sadismo:

- E quando você está no centro da cidade? No centro da cidade também acontece isso ou a coisa é mais diluída?
- No centro da cidade tem ruas que acontece isso também. Como ali no Seara, ali tem uns segurança que fica ali com uns cassetete grandão. Tu passa assim, só porque tu tá de chinelo, eles te chama, te lava pra dentro duma salinha. Começa a te interrogar. Se você tiver passagem pela polícia eles te dão um pau. Lá na Cinelândia, no Largo da Carioca, tem uns polícia que fica por ali, se tu passar por ali eles te pega. Tem no Castelo. Tem várias ruas ali no Centro que acontece disso também.
- E isso que você falou do Saara, de pegar e levar para uma salinha, isso já aconteceu com você?
- Já, isso aconteceu comigo. Eu tava passando por ali. Porque ali tem uns... na Presidente Vargas tem vários estacionamento, sendo que na rua de trás do Saara fica um montão de segurança naquelas loja. Ali dentro de um bequinho tem uma salinha. Então, quem eles pega roubando ali por aquela área ali, eles leva ali pra dentro daquela salinha e dá um esculacho. Mas nesse dia não. Eu tava passando mesmo e eles me confundiram com um ladrão e me levaram pra aquela salinha e me deram um montão de cassetada na minha canela. Deixaram a minha canela inchadona. Eu fiquei uma semana sem andar, só deitado.
- Você tentou se identificar, dizer que não era você e não adiantou nada...
- Tentei me identificar. Na época eu tinha uns 15 pra 16 anos mas eles num queriam nem saber de nada. Só queriam bater. Aí toda hora vinha um. Saía um entrava outro. Eu conheço ele, mas na verdade ele nem te conhecia, nem sabe da onde você é. Só porque eu falei que morava na comunidade da Nova Holanda, na Maré, eles fizeram aquela brutalidade comigo.
- Então você acha que no fundo, no fundo, mesmo que você fosse ladrão, o problema não era esse. O problema era outro, era o fato de você ser da comunidade, de você ser negro. Isso é que movia as pessoas a fazerem isso, né?
- É verdade. Até porque ali no Centro da cidade ali, se você tiver andando por ali e algum policial te parar e tu falar 'ó, eu moro na favela, na comunidade da Nova Holanda em Bonsucesso', ele vai te levar pra delegacia.

(Pedro, 23 anos, morador da Maré)

O que se percebe é que o consumo como marca distintiva tem seus espaços de realização preservados pelos agentes credenciados para mantê-los livres de pessoas não desejadas, que possam gerar algum tipo de problema ou mesmo que figurem uma espécie de "poluição" estética aos olhos dos consumidores privilegiados. Embora o fato ocorrido com Pedro tenha se dado em uma área de comércio popular, pode-se averiguar no depoimento de outros entrevistados, que esse tipo de abordagem também se reproduz em outros espaços de consumo, como ilustra o depoimento de Diego:

⁻ Todo mundo que mora numa comunidade, que veste uma bermuda, uma camiseta, um boné pra trás, já é visto como bandido. Eu viso assim... Eu viso assim. (...). É porque todo mundo que mora na comunidade é mal visto, é bandido. Você vai num shopping, tá ali de boné, de camiseta... tem

sempre um infeliz de um segurança pra te seguir. Quer dizer, você vai fazer uma coisa, vai fazer um assalto... infelizmente falando, é dessa forma... (Diego, 24 anos, morador da Rocinha)

6.3.3. Discriminação e estigmatização

As informações sobre discriminação e estigmatização coletadas em campo fornecem elementos para uma reflexão mais aprofundada das questões evidenciadas no item anterior. O estigma interfere na auto-imagem, na auto-estima e na percepção de si no mundo. Com efeito, o sentimento de não pertencimento e de não sentir-se à vontade em determinados ambientes pode estar referenciado não apenas no comportamento das pessoas, mas também na incorporação do estigma pelos sujeitos. No caso, é o estigma de ser pobre, favelado e negro que compõe um leque analítico das percepções e das disposições dos sujeitos nos espaços da cidade.

Entre todos os 102 entrevistados, 45 afirmaram terem sido discriminados alguma vez. Quando analisada por área, identifica-se uma maior freqüência na Maré, onde 26 responderam que já haviam sofrido algum tipo de discriminação. Na Rocinha este dado foi menor, porém ainda assim expressivo, com 19 respostas positivas. A maior parte dessas situações ocorreu fora da comunidade em 27 das 45 situações apontadas.

15

12

8

Maré
Rocinha

Na própria comunidade

Fora da comunidade

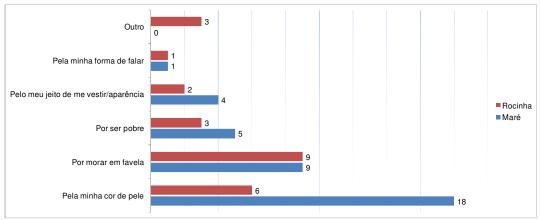
Em ambos os lugares

Gráfico 6.12. Local onde foi discriminado

n Maré = 26; n Rocinha = 19

Os motivos apontados para as situações de discriminação foram, predominantemente, pelo fato de ser negro e morador de favela. Todavia, houve uma variação expressiva entre as respostas da Maré e da Rocinha, conforme é ilustrado a seguir.

Gráfico 6.13. Motivos apontados para as situações de discriminação sofridas segundo os entrevistados da Maré e Rocinha



n Maré = 37; n Rocinha = 24

Observa-se que para aqueles que moram na Maré, o fator cor da pele é mais relevante na explicação da discriminação, ao passo que morar em favela, embora um dado expressivo em comparação a outros, tenha menor peso quando comparado à cor. A meu ver, o fato dos jovens entrevistados terem

uma maior mobilidade, e o fato de seu local de moradia não ser tão contrastante com o entorno, torna a questão da favela menos relevante nos locais em que freqüenta o que significa dizer, em outras palavras, que a "marca" de morar em favela, possui menos peso nas relações que estes jovens estabelecem com a cidade. Todavia, ao apontarem a cor da pele como um fator determinante da discriminação é uma maneira de explicitar uma marca que os acompanha, embora não seja diretamente associada a morar em favela. Isso me parece ser o que acontece na Rocinha, uma vez que, no contexto do entorno, a Zona Sul, ser negro é uma forte evidência de que uma pessoa pode ser moradora de favela, uma vez que se trata de um bairro de predominância quase que absoluta de brancos. Com isso, para os jovens da Rocinha, ser discriminado por morar em favela teve maior peso, muito embora, provavelmente, este peso estivesse associado à marca anterior de ser negro.

Além desses fatores, outros, com menos peso, foram apontados pelos entrevistados. Ser pobre, o jeito de se vestir e falar são aspectos que atravessam o estereótipo de favelado. De alguma forma, expor algumas dessas características pode ser determinante na sua identificação no contexto sócio-espacial da cidade. O fato de um jovem ser negro, por si só, representa forte fonte de estigmatização e discriminação. Uma vez sendo negro e apresentando algumas das evidências estereotipadas do "ser favelado", certamente agrava a situação, que pode passar do racismo a uma situação de agregação de elementos que, no contexto da representação social da favela e, em particular do "tipo ideal" do traficante, pode reforçar o nexo entre cor e local de moradia.

Quando perguntados se os jovens das favelas eram mais discriminados que os outros moradores, 89 entrevistados afirmaram que sim. Este número alcançou o total de entrevistados da Maré, onde, para 31 dos entrevistados, os jovens negros são mais discriminados que os jovens em geral. Mais uma vez aqui o fator cor/raça é mais evidenciado na Maré do que na Rocinha, onde apenas 12 entrevistados apontaram os jovens negros como sendo mais discriminados que os jovens em geral.

46

43

31

26

Rocinha
Total

Não Sim, todos os jovens das favelas Sim, mais os jovens negros das favelas

Gráfico 6.14. Você acha que os jovens que moram em favelas são mais discriminados do que os outros moradores?

N Maré = 51; n Rocinha = 51

A discriminação também é um fator que afeta o acesso dos jovens aos lugares. 22 entrevistados afirmaram que já deixaram ou deixam de freqüentar lugares por medo de ser discriminado. Outros 35 não deixam de freqüentar lugares, mas afirmam se incomodarem com a possibilidade de virem a ser discriminados. Todavia, 45 afirmaram não se importarem com a possibilidade de serem discriminados. Essa foi a afirmação de Diego. Ele parece ter incorporado e naturalizado a discriminação e o preconceito como um dado de sua realidade sócio-geográfica:

(Diego, 24 anos, morador da Rocinha)

A exemplo do que ELIAS (2000) sugere no que tange à autoestigmatização, Diego parece se conformar com o fato de que sua condição o condena a ser alvo de preconceito e discriminação. Ele primeiramente afirma não se importar em ir aos lugares, mas depois afirma ser bom evitá-los. Na

⁻ E você acha que esse tipo de situação, por exemplo, do shopping, da rua, é uma coisa que te faz pensar duas vezes antes de ir a certos lugares por conta disso ou não?

⁻ Não, eu não viso dessa forma não. Porque é de cada um, né? Infelizmente falando é de cada um. E cada um tem uma cabeça. Eu não penso assim, mas... é bom evitar, né? Pra não passar por constrangimento, passar por algo que você não é. Pelo fato de eu ter um passado que já me condenou... mas mesmo assim não é porque eu já fui desse jeito que eu vou continuar sendo de novo?... Eu acho assim até uma maneira incorreta de se pensar dessa forma.

realidade, sua fala sugere que a incorporação e naturalização de sua condição não pode ser um obstáculo à sua vontade, embora o seja no plano simbólico.

24
21
21
21
8
Maré
Rocinha
Sim, algumas vezes
Sim, sempre
Não, mas me sinto incomodado
Não, não me importo com isso incomodado

Gráfico 6.15. Você deixa ou já deixou de freqüentar lugares ou fazer coisas por medo de ser discriminado?

n Maré = 51; n Rocinha = 51

Chama a atenção, todavia, o fato de que a maioria seja afetada, de alguma forma, pela possibilidade de discriminação, o que demonstra o peso que este elemento possui no que se refere à sua condição na cidade. Talvez por esta razão, estar munido de "provas de idoneidade" seja um fator importante a ser considerado por estes jovens. Isso apareceu, por exemplo, na entrevista de Pedro:

(Pedro, 23 anos, morador da Maré)

Segundo os dados levantados, independente das circunstâncias, 78 dos 102 entrevistados carregam consigo a carteira de identidade sempre que saem de casa. O CPF é levado por 35 deles, sendo o segundo documento mais

⁻ Você falou que quando você era mais novo você ia muito a Copacabana, pra se divertir. E hoje? Como é a sua relação com esses espaços? Você continua freqüentando ou mudou?

⁻ Não. Continuo freqüentando sim. Mas hoje em dia eu já vejo de outra forma. Já não vejo daquela forma de quando eu era mais novo. Hoje em dia eu vou, vou com freqüência, assim dias de finais de semana, quando eu tô folga do trabalho. Aí eu vou a Copacabana. Mas eu sempre procuro ir com o meu dinheirinho, sempre tando com um amigo, com os documento tudo certinho. Chega lá nós alugamo uma cadeira. Sentamo. Ficamo bebendo uma cerveja, conversando...

citado. Chama à atenção, também, a menção ao título de eleitor (15) e carteira de estudante (15). Enquanto o primeiro carrega uma forte noção de cidadania, como é referenciado nas épocas de eleições, o segundo possui uma forte denotação de vínculo institucional e responsabilidade para com as "obrigações da idade", fazendo-se sugerir que o portador não é "um qualquer", mas um estudante, o que limita de imediato qualquer possibilidade de sua identificação como um criminoso do tipo que atua nas favelas, fortemente identificado com a desescolarização em seu histórico de vida. Na Maré este documento foi citado por 7 entre os 10 entrevistados que mencionaram possuí-lo, revelando sua significância simbólica. Ainda na Maré, chama a atenção os jovens que sempre andam com sua carteira de trabalho, um documento pouco usual para ser carregado frequentemente. Neste caso, a carteira de trabalho parece ser mais um recurso de "prova de idoneidade", referenciado na figura do trabalhador. Na favela, é muito comum o reforço de uma imagem do trabalhador em oposição à do bandido, como constatam, por exemplo, os trabalhos de ZALUAR (1994), ALVITO (2001) e VENTURA (1994).

Carregar "provas de idoneidade" é ainda mais importante quando se carrega na pele a marca do estigma. Como analisei há pouco, ser negro é um fator de discriminação para boa parte dos entrevistados da Maré. É também uma forte evidência do local de moradia em se tratando do entorno da Rocinha. Por esta razão, a auto-identificação dos entrevistados se apresenta como um fator relevante nesta análise, uma vez que indica elementos que compõem a auto-imagem dos entrevistados. No grupo de entrevistados selecionados, como situei no início deste capítulo, todos deveriam necessariamente ser afrodescendentes. Isso significa dizer que do ponto de vista da cor da pelo, os entrevistados deveriam ser "negros" do ponto de vista racial e "pretos" ou "pardos" do ponto de vista da classificação utilizada pelo IBGE. Com efeito, no formulário de entrevista foram apresentadas as opções "negro", "pardo", "mulato" e "moreno", além de "branco" e "outros", a fim de possibilitar um encaixe identitário mais adequado à auto-imagem do entrevistado. O resultado obtido nesta abordagem é apresentado no gráfico a seguir.

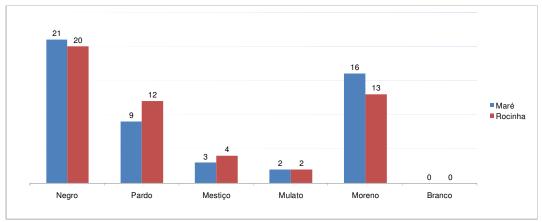


Gráfico 6.16. Auto-identificação dos entrevistados

n Maré = 51; n Rocinha = 51

A primeira questão que surge na análise do dado de auto-identificação diz respeito à forte referenciação dos entrevistados como negros. Todavia, observa-se que a maioria dos entrevistados preferiu se identificar de outra forma, utilizando-se das alternativas ao termo "negro", com grande peso nos termos "pardo" e "moreno". Isso sugere que pode haver uma resistência destes jovens na sua identificação com negros e, mais do que isso, revela que essa identificação, no contexto social em que vivem é problemática do ponto de vista da estigmatização e da discriminação.

Quando associada à questão da discriminação, observa-se que o fator explicativo pode estar referenciado na auto-imagem. Dos 24 entrevistados que haviam apontado a cor como fator explicativo da discriminação sofrida, 17 se declararam como negros. Contudo, dos 18 que apontaram morar em favela como motivo explicativo, apenas oito se declararam negros.

A auto-imagem, todavia, não necessariamente é um fator de identificação positiva, pelo menos no que se refere ao gosto pessoal para relacionamentos afetivos. Embora 41 tenham se identificado como negros, quando perguntados sobre o tipo preferido de mulher, os entrevistados não apontaram as negras como sua principal preferência. Estas obtiveram apenas 17 respostas, sendo as morenas apontadas por 25 e loiras por 23. O número de respostas "outro" foi bastante expressivo, tendo alcançado 47 respostas. Todavia, por problemas de preenchimento do formulário, foram poucos os

detalhamentos deste item, que em sua maior parte apontou "não ter preferência". No cruzamento de dados, observou-se que entre os 41 entrevistados que se declararam negros, a preferência por mulheres negras foi apontada por apenas 14, ao passo que entre os outros 61 que se declararam de outra forma, esta preferência caiu para apenas três respostas.

Analisando os dados sobre a questão racial, observa-se que entre os jovens da Maré esta se demonstrou mais expressiva que os da Rocinha, evidenciando o peso da marca da pele em processos discriminatórios. Como estão mais expostos a situações de discriminação por circularem mais pela cidade, e por circularem em áreas onde a cor da pele é a marca de referência por si mesma, estes jovens tendem a associar a discriminação especificamente à cor da pele, ao contrário dos da Rocinha, onde a cor da pele é uma forte evidência de seu local de moradia dadas as circunstâncias de seu entorno imediato.

- Até hoje eu nunca me senti discriminado. Mas tem pessoas que olham: 'ah ele é moreno, e tal...', às vezes me chamam de preto, não sei o quê e tal... Até me sinto um pouco ofendido. Aí a pessoa olha pra mim: 'ah, mora na favela...'. Isso eu acho chato... (Aldo, 15 anos, morador da Rocinha)

6.3.4. Experiências e visão sobre a violência

- Hoje em dia, né, o verdadeiro bandidão, lá no Palácio do Planalto, lá dentro, eles não prendem... é porque aqui é mais fácil, é porque aqui eles podem dar na tua cara, eles podem bater em você e te humilhar, te esculachar e você ficar calado. Pensar que você não tem direito de correr atrás dos seus deveres, dos seus direitos... É aquilo né, pra gente fica muito escroto a vida. Eu não vou, por exemplo, policial me parar, eu tendo o meu direito, ele querer me revistar, pelo meu direito eu não posso deixar ele nem meter a mão na minha carteira, nem meter a mão na minha bolsa, mas infelizmente eles fazem, fazem e ainda querem ter mais razão que você. E se você não fazer, eles falam que você reagiu à prisão. Então, pra não piorar a situação, deixa do jeito que tá mesmo. E segue cada um pro seu canto.

(Diego, 24 anos, morador da Rocinha)

As informações coletadas sobre experiências e visão sobre violência tiveram o papel de apontar mais diretamente para a associação entre os elementos anteriormente identificados e a questão da violência. Como se pode verificar até agora, existe uma forte referenciação da violência como fator negativo nos locais de moradia, sendo inclusive, o principal motivo que levaria

os entrevistados a se mudarem. Ao mesmo tempo, a violência é apontada como o principal obstáculo à circulação pela cidade, evidenciando que este fenômeno não se restringe apenas ao espaço da favela, mas também a outras áreas. Certamente, a experiência de violência vivenciada pelos moradores das favelas possui um reflexo na sua percepção sobre sensação de insegurança.

A violência é o componente central da "atualização" do "mito da marginalidade", como busquei desenvolver nos capítulos anteriores, sendo hoje o principal fenômeno de referenciação das favelas na cidade e no país. Todavia, a violência a que se refere essa "atualização" não é a mesma vivenciada pelos moradores das favelas. Se a primeira baseia-se em um conjunto de suposições e representações sociais, que alimentam o medo e a sensação de insegurança, a segunda situa-se no plano do cotidiano de grupos sociais fortemente estigmatizados, que sofrem mais diretamente os efeitos dos recursos de proteção, prevenção e enfrentamento da violência utilizados pelas autoridades públicas e legitimada pelos setores dominantes da cidade. Com efeito, um dos aspectos centrais deste sub-item é identificar as situações de violência vivenciadas pelos moradores de favelas com o intuito de situá-las no contexto da discriminação e estigmatização destes na cidade, buscando entender de que maneira essa violência afeta seu cotidiano e, em particular, sua vida na cidade.

Quando perguntados se a sua *comunidade* é um lugar violento, os entrevistados sinalizaram que sim em sua grande maioria, havendo ainda um peso maior dessa afirmação na Maré, onde houve 42 respostas positivas contra 30 da Rocinha. Quando a pergunta se dirigiu às favelas em geral, e não apenas ao local específico de moradia, contudo, o total de respostas positivas subiu de 72 para 82, conforme ilustra o gráfico a seguir:

82 72 43 39 ■ Maré 30 30 ■ Rocinha ■ Total 21 19 Sim Não Sim Não Você considera a sua comunidade um lugar violento? Você considera as favelas lugares violentos?

Gráfico 6.17. Comparativo entre percepções de violência por área de moradia e favelas em geral

n Maré = 51; n Rocinha = 51

Um aspecto que precisa ser considerado neste comparativo diz respeito à identificação do local de moradia. Como na Rocinha foi menor a identificação como favela ou comunidade em comparação à Maré, pode-se supor que a afirmação da Rocinha como um bairro por 1/4 dos entrevistados seja também uma percepção sobre a relação entre violência e favela. Assim, se a Rocinha é menos identificada como favela, e ao conjunto de estereótipos associados, é possível supor que na opinião dos entrevistados isso seja um fator de explicação para uma percepção de seu local de moradia como menos violento (ou, em sentido inverso, pode a menor percepção da violência ser um fator de não referenciação da Rocinha como favela). Com efeito, pode-se evidenciar aqui, uma forte correlação por parte destes entrevistados entre favela (ou melhor, uma dada idéia sobre favela) e violência. Nestes termos, quando a referência ocorre em relação às favelas em um contexto mais amplo, coloca-se em pauta a visão desses locais como violentos.

- Você considera a Rocinha um lugar violento?
- Eu não considero. Porque há violência em todos os locais. Pra onde você olha tem violência. Eu não considero nem tão violento, mas também nem tão calmo. Porque todo tipo de comunidade tem seus benefícios, mas também seus malefícios. Pelo fato de ser uma comunidade, você já tira por onde. Mas eu não considero tanto violento não. Pra ser sincero, é uma das comunidades mais tranqüilo de se morar é a Rocinha.
- Você conhece muitas comunidades aqui no Rio?
- Conheço. Já fui no Prazeres, Cidade de Deus, Maré, Baixada, Caxias... Eu não troco esse lugar aqui por esses outros cantos não...

(Diego, 24 anos, morador da Rocinha)

A afirmação de Diego e os dados levantados sugerem que a Rocinha seja menos violenta do que a Maré. Alguns dados ajudam a reforçar esta idéia. Primeiramente, 46 dos entrevistados da Maré afirmaram ter visto um cadáver de alguém assassinado em sua *comunidade*. Na Rocinha este número foi bem inferior, correspondendo à metade das respostas da Maré (23). Além disso, 41 dos 52 entrevistados da Maré afirmaram conhecer alguém que tenha sido assassinado. Na Rocinha este número foi bem menor, com 27 dos entrevistados. O que mais chama a atenção, todavia, é quanto ao fato de, na Maré, além do alto número de pessoas assassinadas conhecidas, em todas as situações os 41 entrevistados afirmaram conhecer no mínimo duas pessoas assassinadas, ao passo que na Rocinha, apesar de ainda expressivo, este número cair para 16 respostas entre 27 entrevistados. Em ambos os casos, contudo, não se pode ignorar que o número de pessoas próximas assassinadas é bem alto, como evidencia o gráfico a seguir.

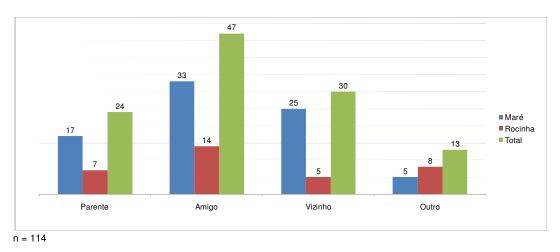


Gráfico 6.18. Identificação das pessoas assassinadas conhecidas

O assassinato de pessoas próximas soma 101 de um total de 114 respostas. Foram consideradas pessoas próximas os parentes, vizinhos e amigos, que compõem a rede social imediata dos entrevistados. Trata-se de uma referenciação espacialmente localizada, referenciada nas redes de

relações mais próximas, especialmente se levarmos em conta que boa parte dos parentes e amigos vive na própria *comunidade*, conforme demonstrado no gráfico 6.8. Isso expõe a situação de violência vivenciada pelos entrevistados assim como a dramaticidade deste tipo de modalidade nas favelas cariocas. A letalidade, como demonstrado no capítulo dois, é bastante espacializada nas favelas e outras áreas segregadas e estigmatizadas da cidade, seja pela ação das forças de segurança pública, seja pela presença de grupos criminosos armados territorializados naquelas áreas.



Soldados do Exército revistam moradores supostamente suspeitos no Morro da Mangueira, em 1994. Foto: João Roberto Ripper/Imagens do Povo/Observatório de Favelas

Você conhece a história que tenha sido levado pela polícia, que tenha sido assassinado?

⁻ Conheço... o... tem o quê? Isso aí tem uns quatro anos atrás. Eles apanharam o W. Eles apanharam ele, ele não era da boca, aí cismaram que era bandido, que ele era gerente. Então eles apanharam ele e começaram a dar volta na favela dentro da Blazer [veículo utilizado pela polícia] pedindo dinheiro. Aí sendo que os marginais, os traficantes aqui da Nova Holanda não vão dar dinheiro pô, pra um maluco que não é traficante. Então, se os traficantes dessem dinheiro, aí sim ia ficar sujo pro W. Porque ele não é traficante, ele não é. Então porque os traficantes ia dar o dinheiro? Então eles não deram o dinheiro. Seria errado. Aí tá. A notícia foi pra ouvido de traficante; e traficante: 'nada, o cara não é traficante, o cara é trabalhador', realmente, ele fazia carga na feira. Aí tá, a polícia passava pra lá, passava pra cá, com ele: 'ah é?', teve uma hora que eles viraram: 'é, vocês não vão

dar dinheiro não, né?' Sabe o que fizeram com o moleque? Apanharam ele, venderam ele lá no Morro do Timbau. Venderam ele pra facção rival [Terceiro Comando]. Venderam não sei, por quanto. Os moleque aí... os traficantes da Baixa, facção rival [mesma do Morro do Timbau], trouxeram o corpo do rapaz todo picotado... jogaram na divisa. E a família do moleque entrou em desespero... os moradores todo mundo também entrou em desespero, o maluco não tinha envolvimento com nenhum, com o tráfico... Porra foi a maior revolta, a maior revolta mesmo. Eu lembro assim uma revolta. Triste, né? E a família dele nem procurou quem foi os acusados que fez isso, os policiais. A polícia é poderosa. A família nem procurou saber quem foi. Então ficou impune, a parada. Maior covardia o que eles fizeram. A maior covardia. Mas eu acho que esses policiais foram afastados, porque nunca mais a gente vê eles aqui na favela, aqui na comunidade. (Felipe, 21 anos, morador da Maré)

A presença da violência no cotidiano é ainda mais forte quando se leva em conta as situações de violência presenciadas. Aqui, mais uma vez, explicita-se uma vivência mais forte com a violência entre os entrevistados da Maré, onde 49 dos 51 entrevistados afirmaram ter presenciado uma situação de violência, contra 35 da Rocinha. Apesar dessa diferença, é importante dizer que essas situações ocorreram, em sua grande maioria, na própria comunidade, sendo que na Maré o número foi de 42 contra 29 da Rocinha. Quando perguntados sobre o tipo de situação presenciada, as respostas dividiram-se conforme o gráfico abaixo:

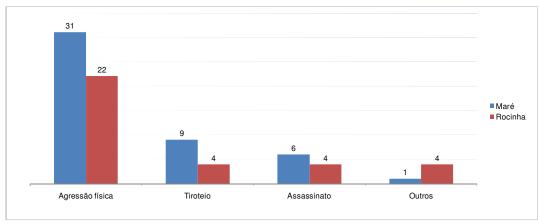


Gráfico 6.19. Tipo de violência presenciada

n Maré = 37; n Rocinha = 34

Quanto aos praticantes dos atos violentos, nem todos os entrevistados os mencionaram. Por se tratar de uma informação com baixo nível de

aproveitamento agregado, haja vista que na Rocinha foram muitos os entrevistados que não apontaram os praticantes, utilizarei aqui apenas os dados da Maré como referência para esta situação específica. Na Maré, de um total de 32 atos violentos citados, 11 foram praticados por traficantes, e outros 11 por policiais. Sete dos casos foram praticados por vizinhos. Esses dados demonstram a força da polícia e do tráfico como principais agentes da violência nas favelas, que juntos responderam por mais um terço das situações aqui registradas.

A presença marcante da violência no cotidiano dos jovens entrevistados produz medos e sensações bastante referenciadas nos perigos mais imediatos que os cercam. Neste sentido, o maior medo apontado pelos entrevistados foi o de perder alguém querido, com 30 respostas, seguido da própria morte, com 27. A morte foi mais evidente na Maré, onde 15 entrevistados a apontaram como maior medo. Chama a atenção, ainda, o medo de apanhar da polícia, explicitado por 13 entrevistados. Este dado foi mais expressivo na Rocinha, 9 respostas contra 4 da Maré. Na Rocinha também foi explicitado o medo de apanhar de traficantes, apontado por 6 entrevistados, contra apenas 2 da Maré. Isso realça não apenas o peso da polícia e do tráfico nas situações de violência, como também sugere o fato específico, na Rocinha, da violência policial ser motivo de maior preocupação entre os entrevistados do que em relação à Maré. O medo de ser assaltado, bastante comum nas áreas mais abastadas da cidade, teve apenas uma resposta ao todo, demonstrando que, além dos atos violentos diferenciados, os medos também se distinguem espacialmente na cidade.

⁻ Você tem medo de andar pelas ruas, de alguém mexer com você, te levar para algum lugar?

⁻ Com certeza.

⁻ Do quê você tem medo de acontecer?

⁻ Tenho medo de parar um carro, me jogar na mala, me matar.

⁻ Mas por que você acha que isso pode acontecer?

⁻ Ah...por causa de que eu acho, do jeito que o mundo tá, rola a rivalidade... pode acontecer isso, a qualquer momento. Tô passando ali 'ih é bandido, é bandido...', aí podem me levar pro carro... aqui mesmo aqui dentro, por exemplo, pode acontecer... os caras de lá invadir aqui, eu tá passando e eles me matar. Isso eu tenho medo. (Edson, 16 anos, morador da Maré)

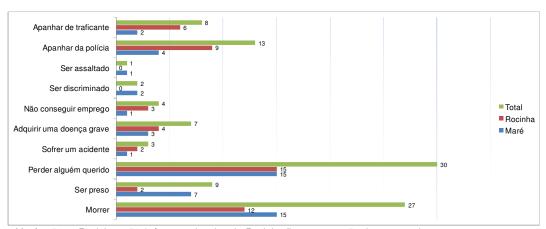


Gráfico 6.20. Maior medo segundo os entrevistados

n Maré = 51; n Rocinha = 53 (três entrevistados da Rocinha fizeram questão de apontar duas respostas, no caso, o medo de apanhar da polícia e de traficante. Uma pessoa não respondeu).

O medo de perder alguém guerido ou de morrer, da forma em que é apresentado e no contexto em que se insere, não diz respeito pura e simplesmente à morte como uma fatalidade, que atinge a qualquer pessoa. Trata-se de uma preocupação muito presente no cotidiano em função do grande número de assassinatos. A presença constante de agentes da violência que ameaçam a segurança ontológica configura a ordem do mundo que passa a ser concebida com a possibilidade concreta do homicídio. Esses agentes, além de conferirem concretude e presença a esta situação, também provocam o medo da agressão física, algo bastante relatado dentre aqueles que presenciaram situações de violência. A exposição cotidiana de armas, com efeito, ajuda a compor um cotidiano atravessado pela insegurança, mas, ao mesmo tempo, naturalizado como um dado da realidade cotidiana sobre o qual pouco se pode fazer. Por isso, não é de se espantar que 99 entre 100 entrevistados (um não respondeu) já tivessem visto uma arma de fogo pessoalmente, e o fato de 75 destes afirmarem não ter tido medo. 81 entrevistados afirmaram ter visto essas armas na comunidade, fossem portadas por traficantes ou por policiais. Isso também se expressa no que diz respeito ao "Caveirão". Embora não tenham sido unânimes, 90 entre os 102 entrevistados declararam-se desfavoráveis ao blindado, que é considerado símbolo de uma política de segurança pautada pela violação de direitos humanos e uso da violência armada como estratégia de enfrentamento ao

crime. Na Maré a rejeição ao "Caveirão" foi maior que na Rocinha, com 47 de respostas desfavoráveis em 51 possíveis, contra 43 em 51 na Rocinha.

- Eu não sou contra o "Caveirão", não sou contra a polícia, não sou contra bandido, mas esse trabalho que o "Caveirão" vem fazendo nas comunidades não vem agradando só a comunidade como o Estado também, porque eles já chega, num pede o pessoal pra se identificar, já vem atirando pra todos os lados, todo mundo sai correndo, porque o "Caveirão" entra na comunidade, 'o "Caveirão" taí', e é aquele desespero, é criança correndo, é cachorro correndo, é senhoras mais velhas correndo, é aquele desespero, é bandido correndo, todo mundo correndo, e tiros pra todos os lados e acaba que pessoas inocentes, é ferida, é morta. Acontece um monte de tragédia. (Pedro, 23 anos, morador da Maré)

Perguntados se haviam tido alguma experiência negativa com a polícia, 47 responderam que sim. Mais uma vez, contudo, revelou-se forte disparidade entre Maré e Rocinha, onde as respostas distribuíram-se em 28 e 19 respectivamente. Além da experiência pessoal, 76 entrevistados afirmaram conhecer alguém que tivesse tido uma experiência negativa com a polícia. Na Maré este número chegou a 43, contra 33 da Rocinha.

- E aqui na Nova Holanda, já aconteceu da polícia te abordar, chegar em você?
- Rasgaram minha perna com prego... ficou o maior rombão.
- E por que fizeram isso?
- Não sei, eu estava conversando na porta de casa. Acabei de acordar, desci. Cismaram que eu tinha em casa alguma coisa, carga de pó, maconha... aí ele pegou um prego da madeira e rasgou minha perna.
- Então eles acharam que você era do tráfico e que estava escondendo coisas em casa?
- Ficou o maior rombão. Ele olhou assim, ficou com medo da minha família. Entraram no carro e foram embora.
- Já aconteceu da polícia te levar?
- Já... me levaram lá pra o outro lado. Me largaram lá e mandaram eu voltar correndo...

(Edson, 16 anos, morador da Maré)

Quanto ao local de ocorrência das 47 experiências pessoais com a polícia, 36 delas se deram dentro da *comunidade*. Todavia, o que mais chama a atenção é quanto a acontecimentos fora da favela. Enquanto na Rocinha foram apenas 6 situações relatadas em 22, na Maré este número foi de apenas

3 em 28. Estas informações sugerem que dentro da *comunidade*, a exposição à violência dos jovens da Maré é maior que os da Rocinha.

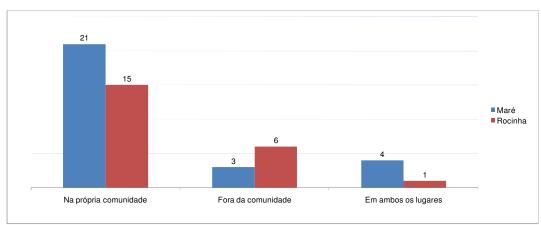


Gráfico 6.21. Local de ocorrência das experiências negativas com a polícia

n Maré = 28: n Rocinha = 22

A maior parte das situações de violência praticadas pela polícia contra os jovens entrevistados se deu em torno da violência psicológica¹⁵⁶. 32 de 76 entrevistados foram vítimas de algum tipo de ameaça, provocação, intimidação, constrangimento ou humilhação por parte da polícia, enquanto que 18 daqueles 76 sofreram algum tipo de agressão física. Ainda dentro deste universo, 13 foram vítimas de extorsão e 12 declararam ter sido vítima de descaso ou indiferença por parte da autoridade policial. Houve apenas um caso de rapto declarado por um entrevistado da Maré.

- Eu não sou muito de sair mais à noite, porque a noite em si tá ficando perigosa pra caramba. Então eu já cansei de ir a bailes fora, é... Prazeres, Cidade de Deus, Rio das Pedras... aí você no meio de confusão ali, polícia pegar, bater, esculachar... pintar e bordar com a gente, então eu já... dessa forma eu já não penso muito. Baiala.)

(Diego, 24 anos, morador da Rocinha)

¹⁵⁶ Entende-se aqui a violência psicológica como sendo o conjunto de formas de expressão, no relacionamento entre indivíduos, caracterizada pela depreciação da imagem de um pelo outro, exposição a situações vexatórias e humilhantes – que se colocam, em particular, no plano simbólico e emotivo -, que podem produzir interferências na auto-estima, no equilíbrio emocional e na relação futura do indivíduo violentado perante indivíduos ou grupos associados ao autor do ato violento.

21

9

10

8

8

Maré
Rocinha

Extorsão
Rapto
Agressão física
Violência psicológica
Descaso ou indiferença

Gráfico 6.22. Tipo de situação sofrida

n Maré = 49; n Rocinha = 27

Esses dados demonstram o peso da polícia como agente da violência. A maneira com que a instituição e seus agentes são percebidos e a relação de confiança estabelecida é atravessada por essas experiências. Por esta razão, 94 dos 102 entrevistados afirmaram não confiar na polícia.

- Você já teve alguma experiência negativa com a polícia? Você já sofreu algum tipo de agressão?
- Já.
- Você falou que já foi preso, né? Me conta um pouco dessa fase da sua vida, o que aconteceu.
- A polícia... a polícia, ela... eu vou falar pra você, pra ser sincero mesmo, eu não gosto da polícia militar. A polícia militar é corrupta. Eu vejo, eu moro aqui dentro, eu vejo ela passando, recolhendo dinheiro. Nós, quando nós somos pegos por ela, eles guerem esculachar, eles falam mesmo: 'vocês têm tudo que morrer'. Eu já ouvi isso de uma polícia. A gente foi pego... a gente com um rapaz que tava comigo foi pego com uma trouxinha de maconha. Uma trouxinha mesmo de maconha, uma paradinha assim ó [demonstra com a mão o tamanho, bem pequeno, por sinal]. Esculacharam nós. Apanharam madeira, bateram, arrebentaram... e nisso um virou e falou. o PM que tava batendo, falou assim mesmo: 'isso é pra não levar vocês pra delegacia', né... aí, agora... porque eu também eu não sabia, mas se ela faz isso comigo, se ela me pega com uma trouxinha de maconha e pergunta: 'você quer apanhar ou ir pra delegacia', eu digo: 'vão bora pra delegacia'. Porque agora que eu tô sabendo das leis, meu irmão... é muito bom saber das leis cara... Porque a polícia ela põe um terror em você, ela faz um terror psicológico que você fica com medo, quando você vê a polícia você fica com medo. Então agora, eu não tenho mais medo de polícia não. E essa polícia que bateu em nós falou assim mesmo: 'isso é pra não levar você pra . delegacia, pra você não ser preso...' Pô, tu acha que a gente vai ser preso por uma trouxinha de maconha? E se eles levar nós pra delegacia, eles ainda iam ser esculachados pelo delegado. 'Pô, um maluco com uma trouxinha de maconha? Tu tá maluco?' Então dá pra ver que a polícia militar, eles aproveitam de nós porque nós não sabemos das leis, então eles se aproveitam mesmo... né? Já teve caso também que eu fui pego com uma

trouxa de 2 [R\$ 2,00] de maconha, que o policial falou: 'Eu quero R\$ 100,00 agora... señão eu te levo pra delegacia.' E nisso eu tremia de medo: 'ñão, o que que é isso, meu Deus! Não tenho esse dinheiro cara... pô, não tenho, não sei o quê...', falei com ele e 'ñão, vai lá e pega esse dinheiro agora! Vai lá e dá teu jeito! Vai lá e dá teu jeito!'. Caralho! E eu tremia... vinha um atrás de mim, até que a minha mãe ficou sabendo... 'que isso, meu filho! A gente não tem isso...', 'ñão, seu filho foi pego em flagrante, pra não levar ele preso eu quero R\$ 100,00.' Então, dá pra ver que eles aproveitam dos moradores da comunidade que não sabem das leis. Eles aproveitam, né, que é pra ganhar, eles são sujos. Pô, não sei de Civil e Polícia Federal, mas esses militar aí eles são sujo, muito corrupto. (Felipe, 21 anos, morador da Maré)

Os motivos apontados pelos entrevistados para as situações de violência sofridas pela polícia concentram-se no fato de morarem em favela e pela cor da pele, como demonstra o gráfico a seguir:

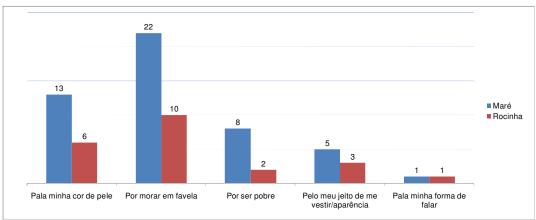


Gráfico 6.23. Motivos apontados para as situações de violência sofridas

n Maré = 49; n Rocinha = 22

Neste caso, como a violência sofrida ocorreu, na maior parte das situações, dentro da favela, a explicação é fortemente situada espacialmente, havendo uma menor ênfase para o fator cor da pele em comparação ao local de moradia. Todavia, a cor da pele conjugada ao morar em favela reforça elementos que sustentam as suposições dos policiais quanto aos "elementos suspeitos".

⁻ Porque eles entra assim, é tudo bandido, é tudo... Aí você tá na esquina ali, conversando, com uns amigo, trocando uma conversa do futebol, trocando uma conversa do teu trabalho. Às vezes você ser trabalhador... Eles te vê lá na esquina: 'Aquele bonde ali é bandido!', já chega já esculachando todo mundo... Se eles tiver dentro do "Caveirão" muitas das

vezes eles não vão nem pedir identificação. Eles vai te ver ali na esquina eles vai sair atirando, pensando que tu é do movimento, é formado com alguma coisa... Acaba que muitas das vezes um é baleado, um morre, aí depois eles desce do carro, vê que o cara morreu, aí já bota ali um revolver velho ali, 'esse cara é bandido, num sei o quê...', aí fica sempre aquela discussão: 'o cara era bandido', 'o cara era inocente', e ninguém se... ninguém resolve nada, e o cara que morreu, morreu. A família do cara sofre ali. E acaba que fica impune aquele crime. (Pedro, 23 anos, morador da Maré)

Embora explicações como o modo de se vestir ou o jeito de falar tenham sido de menor expressão no conjunto dos dados colhidos, eles não deixam de ter uma significância analítica, pois revelam que para alguns destes jovens, a aparência e forma de apresentação é um fator de estigmatização. Esses aspectos são secundarizados diante de marcas tão expressivas e estigmatizantes quanto morar na favela ou ser negro. Quando associados, todavia, parecem acentuar ainda mais as marcas do estigma, sendo, portanto, um fator de maior exposição ou de maior afirmação a depender das circunstâncias, motivo pelo qual a roupa ocupa um lugar expressivo no conjunto dos relatos, como o que segue:

Eu sou um camarada que gosta de se vestir assim bem extrovertido. Com boné pra trás, camiseta... aí, principalmente em Copacabana, Ipanema, a gente tá andando... aí tem um monte de madame, aquela coisa toda, e cheio de polícia na rua... aí fulano, como quem não quer nada, vai só te seguindo com o olho, só te seguindo com o olho... A gente percebe quando a gente tá sendo seguido. Com certeza. Dentro do shopping é a mesma coisa. Já aconteceu... nunca fui parado, mas já fui seguido. Várias vezes. A ponto de uma vez, aqui mesmo na comunidade, tava descendo pra ir pra igreja correndo, tava com umas bolsas na mão, fulano parou do meu lado: 'pára aí, pára aí, para aí...' me abordou. Eu não olho. Parou do meu lado, tirei meus documento, mostrei tudo pra ele e saí... aí o camarada que eu vi, que tava com uma coisa na mão, um infeliz que tava em flagrante, pelo fato de ser playboyzinho, cara de pintoso Zona Sul, passou batido e riu da nossa cara ainda. É isso aí...

(Diego, 24 anos, morador da Rocinha)

Essa forma de se vestir, todavia, embora referenciada de forma positiva por Diego, ao que minha pesquisa sugere, é uma representação bem próxima daquela que identifica o tipo idealizado do criminoso da favela. A bermuda, o boné – e muitas vezes o jeito "marrento" com que muitos meninos gostam de se vestir e comportar -, chamam a atenção negativamente de quem tem seu olhar delimitado por pré-conceitos, a exemplo da situação ilustrada pelo próprio

Diego. Isso certamente é um aspecto que acentua o olhar discriminatório da polícia, que em sua abordagem parece dar como certa a suspeita sobre o indivíduo.

Apesar de saber que as situações de violência que incidem sobre o perfil de meus entrevistados não se restrinjam apenas aos agentes da segurança pública, sendo também alvo de criminosos que atuam em suas áreas de moradia, optei em não perguntar diretamente sobre situações de violência praticadas por traficantes aos jovens entrevistados. Essa opção baseou-se no fato de se tratar de uma pergunta extremamente delicada, uma vez que se dirigia aos agentes da violência presentes no território de vivência cotidiana dos jovens. Igualmente, esse tipo de pergunta tenderia a expor a pesquisa junto aos criminosos, uma vez que existe nas favelas dominadas por estes grupos uma forte desconfiança quanto a assuntos relativos aos grupos criminosos e suas atividades. Apesar disso, nas entrevistas abertas, em algumas situações, pude abordar de maneira mais aprofundada esta questão, que dependeria do nível de confiança estabelecido com o entrevistado. Na entrevista de Felipe, por exemplo, há um relato muito rico de uma situação ocorrida com ele na Maré. Tendo sido levado por jovens supostamente de outra facção para uma comunidade vizinha, Felipe fala do terror vivido e, ao mesmo tempo, do quanto que a violência e atrocidades cometidas pelo tráfico, muitas das vezes situamse em um imaginário que influencia o comportamento de jovens que mesmo sem fazerem parte da rede do tráfico, agem como se o fossem. O fato ocorreu na divisa, na conhecida "Faixa de Gaza", que divide a Nova Holanda e o Parque Maré da Baixa da Sapateiro e do Morro do Timbau, áreas dominadas, respectivamente, pelo Comando Vermelho e pelo Terceiro Comando:

⁻ Ali na divisa com a Baixa do Sapateiro, faliu uma fábrica. Então nessa fábrica, tinha bastante cobre e fio. Então eu e o M. e o N., que tá perdido, fomo lá. Levamo uma faca pra descascar os fios e fomos. Nisso que a gente chegou lá, tinha um maluco que era da Baixa, da facção rival, aí nisso o N. conseguiu correr, e eu não, eu não consegui. Então eles me apanharam, me levaram pra dentro da favela deles, me encheram de porrada, aí colocaram "terceiro" aqui na minha cabeça, com Gillete, assim no cabelo, assim desenhando, colocaram "terceiro" no meu cabelo...



Marca dos confrontos na "Faixa de Gaza", na Maré. Foto: Rosângela Barbosa/Imagens do Povo/Observatório de Favelas

- Ao longo da nossa conversa, você algumas vezes fez referência a facção e fronteira. Me explica um pouco como é que funciona isso aqui na Maré e conta pra mim um pouco dessa tua experiência de quando você foi pego pelo pessoal do outro lado, o quê que aconteceu, o quê passou pela tua cabeça, e como que você enxerga isso aqui dentro.
- Quando tu é pego por policial militar tu pode chegar e: 'ô, não é bem assim não!, eu sei das minhas leis e você já tá com abuso...' Tem como você dialogar com o policial, né? Você não estando errado você tem como dialogar. Claro, não com abuso. Mas no caso assim, quando você é pego por traficante rival, a primeira coisa que vem na mente é morrer. 'Já era, eu vou morrer, os maluco vão me esculachar'. A primeira coisa que veio na minha mente: 'pô, vou morrer...'. Eles me apanharam... quando eles me apanharam, eu tava com a faca aqui [aponta para a cintura] uma faca de serra, né. Aí eles me apanharam. Mas esses rapazes que me apanharam não tinham envolvimento. Eles não tinham envolvimento. Eles tinham conhecimento. Eles conhecem. Claro, dizer que pessoal de favela não conhece bandido é mentira. Eles conhecem sim, mas não tinham aquele envolvimento. Aí eles me apanharam: 'Aqui! Da Nova Holanda!', me agarraram assim: 'Da Nova Holanda!' Aí nisso M. conseguiu correr. Aí eu: 'não, não, que isso cara! Eu sou da Nova Holanda, mas não tenho envolvimento não!'. 'Não, tu é da Nova Holanda, tu é com o Vermelho! Nós vamos te levar lá pra dentro da favela'. Eu: 'que isso cara!', eu cheio de medo, 'que isso cara, não faz isso comigo não! Por favor cara...' [faz voz de choro]. Eu implorava pra eles: 'Pô, não faz isso comigo não cara, eu não tenho envolvimento com nada...'. Eles: 'vão bora, vão bora... Eles me agarraram agui na camisa, me levaram. Aí nisso, veio um maluco de bicicleta: 'qual é mané?'. Isso, eles me apanharam na Avenida Brasil, na passarela 8, e eles estavam vindo da Escola Bahia. A passarela 8 tem uma subida pro Morro [do Timbau] e tem um beco que é pra sair na Baixa [do Sapateiro], que é nas casinha. Aí nisso, M. conseguiu correr. Apanhou a

Avenida Brasil direto e entrou pra Teixeira [Rua Teixeira Ribeiro, na Nova Holanda – passarela 9, cerca de 500 metros depois]. Aí nisso eu já não consegui correr porque eu era maior, eu era maior do que o M., então eles já vieram me agarrando. Nisso veio um amigo deles de bicicleta... aí não tinha um mais velho, era ele quem tava mandando. 'Qual é? Vai lá, vê se vocês consegue apanhar o que correu'. Aí eles foram atrás do M. mas não conseguiram, não acharam, não conseguiram apanhar ele não. Aí nisso, esse maluco que pediu pra eles ir lá vê se consegue apanhar, pediu pros maluco me revistar: 'revista ele, vê se ele tá com alguma coisa'. Aí eu: 'pô, eu não to com nada não cara, eu não to com nada não...' já com medo. Aí eles acharam a faca: 'Olha só! Aqui, esse maluco com uma faca assim. Olha só... então que dizer que você tá com uma faca, né? Quer dizer que vocês vieram preparado pra machucar aqui os terceiro, pra machucar nós?'. Não, pra machucar nós não, pra machucar a gente, porque eles, a língua deles é 'a gente', 'pra machucar a gente?', aí eu: 'não cara, que isso... essa faca aqui eu trouxe pra vir aqui na fábrica aqui pra descascar fio, pra apanhar cobre...' Aí: 'não, tem essa não, vão borá, vai morrer'. Nisso me levaram lá pra cima do morro e no morro tem um curral, um curral que eles deixam cavalo, cheio de mato. Aí tava fechada a porta, aí o maluco virou: 'qual é mané! Pega a chave lá...' E aonde que eu passava. lá na comunidade deles, eles; 'aqui, da Nova Holanda! Vem, vem, vem', aí os maluco: 'o quê! Um vermelho, da Nova Holanda? Vão borá apanhar malandro', aí ele: 'calma aí, calma aí, vamo levar ele pra dentro do curral'. Aí me levaram pra dentro do curral, aí pum, me jogaram lá pra dentro. 'Qual é mané! Vê se vocês acham uma perna de três [pedaço de madeira]'. Aí teve um maluco que achou uma perna de três. Sorte minha... pô, Deus é grande. Sorte minha que tinha um rapaz que tava sempre do meu lado falando assim: 'fica tranqüilo, ninguém vai te matar não. Só vamos mesmo só te dar uma coça mesmo'. Me deixou mais tranqüilo. Tudo bem, pode me bater, só não me mate. Aí ele sempre chegava assim, no meu ouvido assim, quando todo mundo virava as costa: 'tranquilo, ninguém vai fazer nada contigo não... só terror, só terror'. Aí nisso, esse maluco que tava falando comigo, pegou a faca que eles acharam e jogou no meio do mato. Jogou essa faca no meio do mato. Era o único objeto ali que poderia me machucar mesmo... forte. Aí esse maluco jogou a faca lá pro meio da mata e eles não conseguiram achar a faca. Aí só acharam a perna de três, começaram a bater com a perna de três, sentia pancada na cabeça, chegava a ver estrela, na cabeça. Aí esse maluco, esse maluco com o coração bom, tava sempre dizendo: 'pô, que isso cara! Chega de bater no maluco...larga o cara, larga o cara...' Mas sendo que tinha esse maluco ruinzinho. Não esqueco da fisionomia dele. Aí esse maluco ruim: 'não, não... vamos bater mais nele", aí pum, pum pum, aí ele virou pro menor: 'qual é Mané, apanha uma Gillette lá... vão bora botar TC na cabeca dele'. Aí esse maluco foi lá na casa dele, apanhou uma Gillette... aí eu assim eu chorando, já com a minha cabeça cheia de galo, já de tanto apanhar, eles abaixaram a minha cabeça assim... aí no tempo era TCK, não era TCP não... apanharam minha cabeça colocaram o T, 'aí, tá maneiro o T', e eu só ouvindo, chorando... aí quando chegaram no C, 'põe aí, TCK'. Aí esse maluco virou pra eles de novo: 'qual é, solta o maluco, tá bom cara, tá bom, tá bom'. Aí, nisso aquele maluco apanhou a madeira de novo, esse maluco era ruinzão: 'vamo dá uma outra madeirada!'. 'não, não, tá bom. Deixa o maluco ir, deixa o maluco ir. Aí ele abriu o portão assim: 'vai Mané, rala, rala...' Nisso eu corri, chinelei morro abaixo, aí chequei em casa. Aí minha mãe desesperada, me procurando. Minha mãe já tava me procurando lá na Vila do João, né. Me procurando no Pinheiro. Minhas irmã foi com minha mãe. Minha mãe tava perguntando mesmo pra traficante do Pinheiro, da Vila do João, e maluco: 'Pô tia, não veio ninguém pra cá não, tia. E mesmo assim se viesse, é trabalhador, a gente não ia fazer essa covardia com ele não, tia.' Porque o Pinheiro e a Vila do João é outra facção, é ADA [Amigo dos Amigos]. 'Que isso tia, a gente não ia fazer isso não', minha mãe tremendo: "pô, você

sjuram que não foi vocês?', 'não tia, não foi a gente não. E se fosse alguém daqui a gente ia ficar sabendo, a gente ia apanhar e esculachar esses maluco que fizeram isso com o se filho. Tá tia, não foi a gente não.' Aí minha mãe já veio por dentro do Morro, minha mãe já veio pelo fogo cruzado, que é a divisa com o Pinheiro, que faz parte do TCP, do Morro do Timbau. Minha mãe veio, falou com os traficante do fogo cruzado: 'pô, vocês viram meu filho, ele é assim... tem um problema no joelho...', aí eles: 'pô tia, aqui ninguém trouxe o teu filho não, e a gente aqui, a gente não aceita isso não, tia. A gente agui, a gente só quer traficante de lá. A gente não quer nada com menor, nada com quem não seja envolvido. Aí tá. Aí minha mãe veio por dentro, veio na Baixa. Pra tu vê que os traficante nem sabiam que os maluco me apanharam. Pra tu vê que eles não tinham envolvimento. Aí minha mãe veio, na Baixa, perguntando pros bandidos da Baixa: 'o meu filho, os rapaz ao apanhou meu filho...' Sorte minha também que o M. levou a notícia pra minha mãe. O maluco dali da Baixa ali, mas ela não sabia da onde era. Podia ser tanto do Pinheiro ou da Vila como da Baixa também. Aí minha mãe procurou nas quatro favelas, na Vila do João, no Pinheiro, no fogo cruzado, no Morro. Aí chegou na Baixa: 'Não tia, aqui não chegou nenhum F. agui não, não chegou ninguém agui não, tia. A gente agui só que traficante...' Aí trangüilo, aí nisso minha mãe chorando, aí do nada eu apareci lá. Minha mãe: 'meu filho aonde você tava?!'. e eu tremendo, tremendo de desespero. 'Pô cara, o quê que é isso?' Aí eu tava desesperado, parecia que eu tava com trauma, com trauma mesmo. E eu chorando, e minha mãe: 'meu Deus, o que fizeram contigo, meu fillho...' Eu não conseguia nem falar. Aí meu irmão: 'Dá água com açúcar pra ele, dá água com açúcar pra ele', minha mãe me deu água com açúcar, me deu um banho, aí cortou meu cabelo, passou à zero, pra tirar essa marca aqui. Aí tirou...

O relato de Felipe apresenta elementos de grande dramaticidade e terror. Embora não fizessem parte da rede do tráfico, Felipe e seu amigo sabiam do risco que era ultrapassar a fronteira imposta pelo tráfico. Esta fronteira, que em tese é estabelecida no intuito de se demarcar um território de venda de drogas, e que, portanto, dirige-se aos traficantes rivais, acaba sendo incorporada pelos moradores comuns e adquire uma conotação simbólica muito forte. Trata-se de uma incorporação por extensão a partir do território. O território do tráfico se sobrepõe e confunde-se com o território do vivido, do cotidiano. Essa noção do perigo é ainda mais forte entre os jovens do sexo masculino que representam, não apenas para fora da favela aquele tipo idealizado do traficante, mas também internamente. É muito comum, desta forma, o uso de recursos de auto-proteção como evitar ao máximo se aproximar desses limites. Isso inclui não apenas a circulação no interior da favela, mas também nas suas imediações. Após sua entrevista, em um batepapo informal, Pedro me informou que quando precisa ir ao centro da cidade costuma pegar ônibus mais caros, por exemplo, vindo de Caxias, para não correr o risco de uma vez passando em frente à Vila do João, ser identificado com um traficante da Nova Holanda. Essa rivalidade incorporada no imaginário dos moradores não envolvidos com o tráfico, também é um forte fator de contra-mobilidade e, mais uma vez, com maior peso entre os mais jovens. Com efeito, as rivalidades alimentam outra face das altas taxas de letalidade entre os jovens, que é a violência contra jovens praticadas por outros jovens.

Em uma atividade realizada com adolescentes da Maré, a cientista social Polly Wilding, da universidade de Leeds, da Inglaterra, desenvolveu uma dinâmica em que pediu que cada um desenhasse um mapa mental de sua comunidade, indicando com símbolos lugares onde freqüentavam de dia e de noite, e os locais onde se sentiam felizes ou tristes. Além disso, Polly solicitou aos adolescentes que apontassem os lugares em que se sentiam seguros e os lugares que eram por eles considerados perigosos. O mapa mental abaixo, feito por um adolescente de 16 anos, morador da Nova Holanda, ilustra de uma maneira bem enfática os perigos e os medos que possuem no interior de sua área de moradia. Observa-se um destaque para o "limite" com a Baixa do Sapateiro, área dominada por uma facção rival.

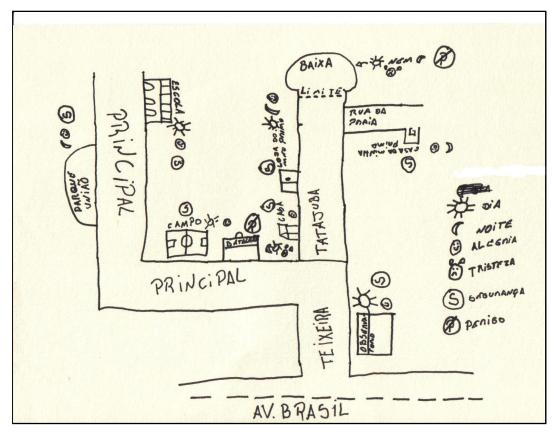


Figura 6.1. As fronteiras da Maré na percepção de um adolescente

Ilustração gentilmente cedida pela colega Polly Wilding, da Leeds University, em atividade realizada por ela em maio de 2006 com adolescentes da Maré.

Outro exemplo de uma situação instituída em função da fronteira estabelecida pelo tráfico pode ser extraído do projeto coordenado por Dora na Maré. O projeto, que funcionava na sede de uma ONG localizada no Morro do Timbau, reunia jovens de toda a Maré, e esse aspecto chama a atenção por se tratar de um projeto que ignorava as fronteiras impostas pelo tráfico. Segundo minha entrevistada, a questão da fronteira era algo que chamava a atenção da equipe e foi um dos aprendizados adquiridos dentro da ONG onde atuavam, que tinha por princípio pensar a Maré e seus moradores dentro de uma unidade.

⁻ Outra coisa também que foi uma surpresa pra... pelo menos pra mim, né? E a gente não sabia que era tão forte a dificuldade de circulação dentro da comunidade. Apesar de eu já ter experiência em escola, de circulação de outra comunidade dentro de uma determinada escola. Ali dentro, por exemplo, quando a gente começou, fizemos o curso no Timbau. Aí os

meninos da Nova Holanda, o F. tinha que trazer. Eles tinham medo. E alguns até desistiram, principalmente os homens. As mães não deixaram. (Dora, gestora de projeto da prefeitura)

Quanto a isso, o projeto teve que adotar certas medidas preventivas, como o uso de camisetas, de modo a caracterizar um vínculo daqueles jovens com o projeto, dificultando, com isso, sua identificação como "invasores" de outras áreas. Trata-se aqui, a exemplo do uso de documentos, de mais um "prova de idoneidade", onde a camiseta é um recurso de proteção que serve, inclusive, não apenas como forma de demarcação de uma identidade em relação ao tráfico como também em relação à polícia. Ao longo dos anos em que trabalhei em favelas, a questão da demarcação de uma identidade visualmente perceptível dos jovens participantes dos projetos sempre esteve presente, e a utilização de camisetas foi um recurso muito comum observado.

- E como é que vocês lidavam com essa situação, do receio deles saírem da Nova Holanda em direção ao Timbau, além da estratégia de usar a camiseta, de andar em grupo, existia alguma orientação nessa direção? A equipe estava consciente disso?
- A gente foi tomando consciência a partir do trabalho da própria diretoria [da ONG], que marcava posição de que aquele espaço era um espaço de todos, de transitar por ali, né. (...)
- Teve uma coisa que me impressionou muito, particularmente com uma determinada família, que tinha muito medo de ir à Nova Holanda. Muito. Não era pouco não. Mas era um medo, uma coisa psicologicamente... não era um medo assim: 'ah, eu não vou...', não, era muito, era um sofrimento muito grande para aquelas pessoas. E tinham muito... tinha pavor de ir à Nova Holanda... Pavor total. E aquilo era um pavor verdadeiro, não era um medo inventado. Ah, pra poder fugir de determinada responsabilidade não. Aquilo era muito forte, a ponto de... da menina lá, que seguia com a gente, quando ela assim, pressionada a ir, ela e se trancou dentro da sala na Nova Holanda e ela não queria ficar na rua. Ela ficou com medo. E assim, acho que uma das vitórias maiores que a gente teve é hoje essa menina circular tranquilamente, e ela compreender como é que era aquele medo dela, porque que era aquilo... E isso ela mesmo fala né, a gente não tinha noção disso. Não tinha noção. Quando nós começamos o projeto, eu particularmente não tinha nocão do quanto ela tinha medo daquele grupo que estava ali. Porque estava misturado. (Dora, gestora de projeto da prefeitura)

O projeto coordenado por Silvio, na Maré, também enfrentou desafios semelhantes. Neste caso, todavia, o grupo de adolescentes acompanhado por Silvio era em sua quase totalidade composto por integrantes do tráfico e praticantes de assaltos. Silvio me afirmou ter a prática recorrente de cruzar a

fronteira com seus jovens, saindo de Nova Holanda em direção à Vila Olímpica, localizada na Baixa do Sapateiro, área "inimiga", nas imediações da "Faixa de Gaza". Segundo Silvio, existe muito de mito na história do medo que permeia a relação dos jovens com a idéia do "inimigo". Nos jogos de futebol na Vila Olímpica Silvio fazia questão de fazer todos os seus jovens cumprimentarem os jovens dali, muitos dos quais, segundo ele, pertencentes à rede do tráfico. Não havia motivo, no entender de Silvio, para se ter medo. Os meninos estavam em grupo, estavam em sua companhia e, além disso, o motivo de sua presença ali era totalmente amistoso – um jogo de futebol.

- "- É muito complicado. Tem garotos aí que não têm envolvimento nenhum, mas tem medo. E eu tento quebrar isso. O quê que eu faço pra tentar quebrar isso... É... o que eu que faço. Eu pego os alunos [da ONG] e vou lá pra Baixa do Sapateiro.
- Você vai andando?
- Vou com eles à pé, brincar dentro da Vila Olímpica... Vão jogar bola...
- E como é que eles reagem? [imita o jeito de medo dos meninos]
- Vão borá rapaz. Você vai comigo! "- Mas Tio, mas meu irmão... Seu irmão é seu irmão, você é você... Se você devesse alguma coisa você não estaria aqui comigo..." E tanto que agora eles vão fazer uma atividade lá na Vila Olímpica. Vão todos eles.
- Mas eles já vão sozinhos hoje?
- Vão, já vão... [ri]"

Nota-se que no interior da favela, muitos medos que operam em seu exterior, em torno daquele tipo idealizado, também se reproduzem entre os próprios jovens. Isso é revelador do grau de auto-estigmatização e, ao mesmo tempo, do forte enraizamento da tipificação idealizada em torno da imagem do bandido traficante. Projetos como o que Dora atuava e em que Silvio atua, são exemplos de iniciativas que buscam romper com os efeitos simbólicos e práticos do estigma e, ao mesmo tempo, contribuir para uma maior consciência do ser no mundo.

6.4. Síntese dos aspectos de maior relevância

As situações de estigmatização, discriminação e violência vivenciadas pelos jovens da Maré e Rocinha, conforme os dados coletados em campo e as

entrevistas realizadas revelam uma situação fortemente caracterizada pelo peso do estigma de ser negro e morador da favela. Essas características, que se situam no plano do tipo idealizado do sujeito ameaçador da ordem urbana e da segurança — o criminoso traficante de drogas -, não é uma referência apenas nas situações vivenciadas fora das favelas. Ela também se faz presente em seu interior, especialmente na Maré, onde o contexto de disputas entre facções expõe os jovens do sexo masculino, especialmente os afrodescendentes, a situações de grande restrição da mobilidade e de acessibilidade espacial. Na favela, eles são o alvo preferido dos policiais, que lançam sobre eles o olhar da suspeição baseados naquelas idealizações.

O fator de incorporação do estigma se expressa na auto-imagem do "desacreditado" (GOFFMAN, 1988), em um claro processo de auto-estigmatização a partir da assimilação e naturalização das marcas sociais, raciais e espaciais que definem para estes jovens um lugar específico na cidade. A referenciação da área de moradia como favela ou comunidade, pode ser uma expressão disso, tanto no sentido da negação do reconhecimento da favela como local de moradia, quanto como forma de uma espécie de "moralização" da favela como algo bom, associado à solidariedade e harmonia a que o termo "comunidade" remete.

No caso da incorporação do estigma, a imagem desacreditada é problemática para a mobilidade na cidade. Os jovens parecem ter sua auto-estima abalada quando precisam freqüentar lugares não familiares, lugares estes que produzem constrangimentos, que expõem ainda mais seu estigma – ao pôr em evidência suas marcas distintivas estigmatizantes que contrastam com grupos "inseridos". Com isso, ser diferente e desigual transforma-se em fator de suspeição, de rejeição e de bloqueio, reproduzido nos olhares de quem passa e explicitado na ação de seguranças privados e policiais.

Os dados colhidos em campo também demonstram que os jovens da Maré parecem estar mais expostos a situações de discriminação, além de carregarem uma auto-imagem mais negativa em comparação aos da Rocinha. Isso também vale para as situações de violência, em reforço aos dados apresentados no capítulo 5, que demonstravam disparidades entre Maré e Rocinha.

Ficou evidente a maior mobilidade espacial dos entrevistados da Maré em comparação aos da Rocinha. Esse maior nível de circulação na cidade, todavia, pode ser considerado um fator que favorece a exposição a situações de preconceito, discriminação e estigmatização. Na Maré, pouco mais que a metade dos entrevistados afirmou ter sofrido algum tipo de discriminação, ao passo que na Rocinha, este número foi um pouco menor, com 19 respostas em 51. Em contrapartida, a localização privilegiada da Rocinha associada a um forte comércio e setor de serviços local lhe confere certa "auto-suficiência", somada às opções de lazer da proximidade imediata — praia, campo de futebol -, acaba por favorecer uma menor mobilidade de seus moradores.

Isso se expressa na imagem em torno de seu local de moradia, identificado como ruim para uma parcela significativa, que vê na violência um fator repulsivo, que alimenta o desejo de viver em outro lugar, ainda que este outro lugar seja um bairro popular, como revelaram algumas entrevistas. Esta questão, mais forte na Maré, certamente tem uma forte ligação com os componentes da violência local: as freqüentes disputas ente facções rivais e a maior violência por parte das forças policiais - expressos em altos índices de mortalidade juvenil por homicídios. Mas a violência também é um obstáculo para a circulação pela cidade, o que pode ser um reflexo psicológico da violência vivida no interior da própria área de moradia, que ao contrário do medo supositivo dos moradores da Zona Sul, tem forte base de referência no cotidiano destes jovens. Some-se a isso a consciência de que sua condição racial e origem geográfica são fatores que os expõem a situações violentas pouco prováveis a pessoas que não carreguem estas marcas. Com isso, podese dizer que a sensação de insegurança destes jovens tem não apenas uma forte base empírica, como também é fortemente associada às suas características distintivas estigmatizantes.

Pode-se especular ainda, que o entorno da Maré parece não atuar como uma barreira protetora às situações de violência, ao contrário da Rocinha, onde o entorno fortemente contrastante, formado por classes abastadas, parece funcionar como uma proteção contra ações violentas da polícia e situações de tiroteios e balas perdidas. Igualmente, na Rocinha, a proximidade com bairros de classe média alta faz com que a ação policial figue mais exposta, o que a

torna, supostamente, menos violenta do que na Maré, onde as circunstâncias de entorno favorecem ações menos preocupas com repercussões, já que se trata de área menos visível pela imprensa e pelos formadores de opinião. Além disso, o fato de a Rocinha ser uma favela de grande visibilidade e muito famosa, nacional e internacionalmente, muito provavelmente em função de sua privilegiada localização no conjunto da cidade, também parece funcionar como um fator de proteção.

Considerações finais

O trabalho de Janice PERLMAN (2002), "O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro", publicado no Brasil e nos Estados Unidos em meados da década de 70, teve um papel central na desconstrução de uma visão estereotipada e na compreensão das favelas como espaços complexos, marcados pela diferença e bastante integrados à vida urbana. No entanto, como salienta a autora, a persistência desses mitos preenche "a função ideológico-política de preservar a ordem social que os gerou" (PERLMAN, 2002: 290). Nestes termos, a representação dos grupos sociais marginalizados é algo construído por grupos externos e que têm uma intencionalidade na forma com que idealizam e difundem sua visão sobre a marginalidade. Como afirma PERLMAN (2002), o "mito da marginalidade" constitui uma ideologia, apoiada em um conjunto de estereótipos construídos em torno das favelas que têm por função justificar e legitimar ações dos setores dominantes.

O "mito", enquanto ideologia, nos termos apresentados PERLMAN (2002), constitui o fundamento da representação social dos moradores de favelas, uma vez que adquire um sentido que confere ao discurso um tom de verdade. A narrativa mítica, neste caso, representa a construção de uma falsa verdade. Com efeito, o *mito*, em sentido amplo, corresponde a uma lenda, a algo que não existe na realidade (JAPIASSU & MARCONDES, 1996; MORA, 1998). Por esta razão, para quem entende algo como um mito, ele é necessariamente falso. Por outro lado, quando alguém ou um grupo aceita o mito, tomando-o como verdade, o mito deixa de ser algo falso e incorpora-se ao sistema simbólico e de valores como o real, ainda que essa realidade esteja envolta em um universo fantasioso. Desta maneira, aceitar o mito implica não vê-lo como tal, ou, em outros termos, "ver o falso por verdadeiro".

O quadro histórico em que se processou a estigmatização sócio-espacial das favelas cariocas, teve como paralelo a instituição, por parte dos setores dominantes, de parcelas do urbano referenciadas estética e culturalmente no modelo civilizacional europeu. Este modelo, ao mesmo tempo em que ofereceu as bases a partir das quais se elaborou a idéia de ordem na cidade, consolidou um modelo em que o simbólico e a representação do outro indesejável eram componentes centrais como estratégia de afirmação dos espaços das elites, configurando-se em processos distintivos na sociedade e no espaço.

Em linhas gerais, com base nesses processos, pode-se dizer que o espaço urbano do Rio de Janeiro se produziu a partir de dois modelos claramente delimitados: de um lado, um modelo referenciado a partir do eixo que se estende pela Zona Sul, que se definiu pela afirmação de um modelo elitista de cidade, tendo como matriz a estética burguesa, o mundo dos negócios, o bonde, as belezas naturais e o discurso médico em torno das benesses das proximidades do mar. De outro lado, o modelo referenciado a partir do eixo Leopoldina-Zona Norte, que posteriormente se estenderia para a Zona Oeste, caracterizado pela presença massiva dos setores populares, que tinha como matriz a linha férrea, o mundo do trabalho braçal, as indústrias e a cultura popular. Estes dois modelos conformaram territórios com características muito particulares, fruto das práticas desenvolvidas pelos atores atuantes em cada um deles, especialmente no campo das suas funcionalidades, da estética e do modo de vida. Embora eles se processassem com maior força a partir das áreas de sua conformação original, esses modelos também se reproduziam para além delas, com a formação de favelas e outras aglomerações populares na Zona Sul e a formação de espaços elitizados na Zona Norte. Com o tempo, os espaços da Zona Norte perdem força, e se degradam junto com a decadência econômica da área, resultando em uma grande área caracterizada pela falta de investimentos públicos e privados, frágil presença do Estado como regulador da ordem social - abrindo espaço para grupos criminosos que se territorializam naquelas áreas -, e precarização, em diferentes níveis, das condições materiais de existência. Nas favelas, estas características se fazem presentes desde a sua origem, tendo sido reforçadas por processos estigmatizantes e políticas de contenção sócio-espacial.

Desse processo sócio-histórico emerge uma cidade fragmentada, marcada por profundas desigualdades e pela conformação de territórios distintos. Estes territórios, dotados de singularidade, não fechados em si, se conectavam pelo mundo do trabalho, pelas manifestações culturais e pelo consumo, não deixando de haver uma tensão originada nos processos distintivos e estigmatizantes. Todavia, na medida em que determinados processos avançavam na cidade, como foi o caso da criminalidade violenta oriunda de grupos criminosos armados territorializados nas favelas, observa-se

o acirramento das condições já tensas em que aqueles territórios se conectavam, implicando em um quadro de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade. Como resultado deste processo, observa-se a conformação de territórios cada vez mais distintos, que no caso das áreas de moradia dos mais pobres, se caracterizam e se delimitam pelas fronteiras do crime, da desigualdade social e do estigma. Estes espaços sofrem um processo histórico de políticas de contenção sócio-espacial, que visam circunscrever os problemas das favelas em seus respectivos territórios. Contudo, além dessas políticas de contenção sócio-espacial, há a produção de mecanismos de constrangimento nas áreas constituídas a partir do modelo do eixo Zona Sul, que referenciados na produção da distinção, configuram estratégias de afastamento de grupos indesejáveis, aos quais se incluem, em grande medida, jovens do sexo masculino, afrodescendentes, das favelas, identificados com o "tipo ideal" do criminoso, que ameaça a ordem urbana e põe em risco a vida e o bem estar das pessoas "de bem". Com efeito, o que se percebe, é a formação de espaços não totalmente fechados, permeáveis, porém bastante seletivos, localizados e direcionados para moradores do eixo Zona Sul. Como exemplos podem ser citados os shoppings, as áreas públicas de lazer, e as ruas dos bairros. São espaços que produzem constrangimentos, que inibem os acessos, que delimitam fronteiras simbólicas a partir da estética, das formas de comportamento e do padrão de consumo. São espaços identificados com determinados grupos, e visualizados por outros como áreas não familiares. Assim, produz-se a pior das fronteiras, o pior dos "quetos", na medida em que não dispõem de mecanismos concretos e imediatamente perceptíveis que possam delimitar, em definitivo, o lugar social e, com isso, permitir formas de reação referenciadas na união, na identidade comum de sofrimentos e de território. Essas fronteiras, permeáveis, estão ali, à disposição de quem quiser ultrapassá-las, e o preço pode ser a vergonha, o medo e o rebaixamento provocado pelo estigma. É uma situação construída em uma sociedade que socializa o desejo e privativa suas formas de acesso. Que encanta e seduz, sendo também profundamente injusta com aqueles que não se enquadram em seus padrões predefinidos.

A permeabilidade ou porosidade dos espaços, também se aplica ao espaço privado, onde a exploração da mão-de-obra barata dos moradores de favelas sustentam o estilo de vida adotado pela classe média brasileira. Tratase da facilidade de uma cidade dotada de áreas com forte presença do "hiperprecariado urbano", que compõe uma grande quantidade de potenciais faxineiras, babás, porteiros, zeladores e entregadores, dispostos a trabalhar nas funções mais subalternas, muitas vezes em condições precárias, em decorrência de sua da baixa qualificação. Lidar com esses grupos, contudo, exige a reafirmação de seu lugar na sociedade, expressos no rito da "cordialidade" (HOLANDA, 1995) e ainda em um conjunto de mecanismos simbólicos que definem lugares sociais e demarcam limites entre patrão e empregado. O elevador de serviço, no âmbito da sociedade brasileira, certamente é a expressão mais singular disso.

Com efeito, presença da favela na cena urbana do Rio de Janeiro, reafirma não apenas as profundas desigualdades do processo de produção do espaço urbano como definem, em certa medida, o tipo de relação que os setores dominantes da cidade passariam a ter com a pobreza. Sua proximidade física, sua exposição na paisagem e seu grupo social, delimitam uma relação peculiar. Ter que conviver com os pobres não é apenas um problema de ordem cultural ou estética, mas também um problema de ordem econômica. A presença das favelas junto às áreas nobres da cidade, em seu momento inicial (isto porque as favelas se disseminaram pela cidade não mais se definindo apenas como enclaves em áreas nobres), foi de fundamental importância para a consolidação do estilo de vida das classes médias, baseado no conforto máximo, definindo uma funcionalidade para a pobreza. E assim, os grupos sociais dominantes, carregando o legado cultural de nossa história civilizacional, transferiram para o plano das relações entre patrão e empregado, um conjunto de práticas delineadas na relação entre senhor e escravo, entre casa grande e senzala, atualizados e adaptados à cultura urbana e capitalista, mas ainda necessários à manutenção de estilos de vida baseados na subalternidade e na dominação econômica, cultural e ideológica. A cordialidade, nestes termos, passa a constituir uma referência no campo das relações entre esses dois grupos sociais, e a representação do outro, em todas as suas dimensões, passa a ser uma referência indispensável para a delimitação dos lugares sociais ocupados por pessoas tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes. Desta relação, surgirão as interdições necessárias à acomodação dos lugares sociais distintos a serem ocupados pelos sujeitos nessa sociedade plural, porém profundamente desigual. O "jeitinho", mais do que a força, constitui uma tática bem aplicada a construção dos lugares sociais e aos espaços sociais. Com efeito, muitos espaços se tornarão inacessíveis na medida em que seu alcance dependerá de um lugar social que apenas alguns terão nessa sociedade.

Assim, reforçar uma idéia negativa da favela, de seus moradores, colocando-os em um plano estético, cultural e social inferior, representando-os desta maneira, delimita-se fronteiras, moldando a cordialidade das relações, ao ponto em que a dona Maria, empregada doméstica, utilize com naturalidade a entrada e o elevador de serviço, sem questionar, pois sabe seu lugar naquele mundo. Em que pesem as leis que proíbem tal distinção de uso, Maria reconhece seu lugar e sua condição, não pautadas pelos valores da lei e da cidadania, mas sim pelas mediações econômicas, simbólicas e culturais que qualificam a cidadania no Brasil. Jonas, o jovem favelado, por sua vez, sentese constrangido em ter que fregüentar lugares predominantemente acessados pelos setores dominantes. Não vai ao Shopping, ou, quando vai, sente-se deslocado. Senta ao fundo do ônibus, lá atrás, quieto ou, ao contrário, agitado, quando em grupo, para reafirmar um espaço que lhe foi imposto simbolicamente, mas que, ao invés de rompê-lo, resignifica-o, "zoando" e delimitando novas fronteiras estéticas e culturais, algo que assusta mais ainda os setores dominantes (e seus seguidores ideológicos e estéticos, diga-se, boa parte da classe média e muitos das próprias camadas populares), que vêm nessas práticas uma expressão da representação por eles construída em torno dos jovens das favelas e periferias: a de desordeiros e de potenciais criminosos.

São relações deste tipo que permeiam as práticas incorporadas pelos moradores de favelas e outros espaços estigmatizados da cidade, uma vez que incorporam um saber prático condicionado por este lugar no mundo aceito como condição de sobrevivência e bom relacionamento entre os grupos sociais

subalternizados e as elites. Maria e Jonas sabem que o cumprimento de certas regras implícitas são uma condição para sua presença no mundo das elites. Muitas vezes sentem-se humilhados. Outras vezes, já se acostumaram à idéia de uma "cidade partida", de dois mundos distintos, e lidam com tamanha naturalidade que talvez a expressão "auto estigmatização" seja insuficiente para compreender o fundamento dessas práticas. Mais do que um estigma auto aplicado, trata-se de uma cultura própria, que conforma o mundo de uma maneira estática, sem perspectiva de mudanças representativas.

A partir dos anos 80, a abertura democrática e as possibilidades de uma vida mais digna para os moradores das favelas são cerceadas pelo processo avassalador de territorialização do tráfico de drogas naquelas áreas. Este processo, que não se limitou às favelas, transformou a cidade em um verdadeiro campo de batalhas, configurando um sentimento de guerra civil, alimentado pelas balas perdidas, pela falta de rumo e pela individualização cada vez maior na busca por soluções em uma conjuntura marcada pela diminuição do papel do Estado na regulação da vida em sociedade e em seu processo de mercantilização e "militarização" das questões sociais. Assim, no momento em que a violência do tráfico de drogas ganha força e constitui-se como uma explícita ameaça à ordem na cidade e ao modo de vida dos setores dominantes, os mecanismos de constrangimento sócio-espacial se reafirmam, e se tornam cada vez mais rígidos e impermeáveis. A cidade, fragmentada, se configura um mosaico de espaços cada vez mais herméticos e produtores de novos estilos de consumo e de experiência urbana, de concepções estéticas e culturais. Formam-se sub-culturas em um contexto marcado pelo preconceito e a discriminação. Com efeito, se algumas expressões configuram processos de resistência e afirmação, outras se apresentam como a defesa de modelos herméticos e excludentes, fechadas para o outro, criando-se, assim, mundos particulares em uma cidade cada vez mais diversa, porém desigual e fragmentada. 157 Este fechamento, implica na adoção de mecanismos que, aos poucos, vêm instituindo novas formas de sociabilidade, não mais centradas na

-

¹⁵⁷ O princípio da diversidade na cidade é elementar. Em um contexto democrático espera-se que as cidades reflitam a democracia através da presença de grupos social, cultural e economicamente diversos (MARCUSE, 2004). Todavia, apesar da diversidade de expressões culturais e da grande variedade de grupos sociais, a começar pelas origens de diferentes lugares do país, o espaço urbano do Rio de Janeiro não parece refletir essa diversidade.

cordialidade, mas na impessoalidade e no distanciamento total. Isso liga-se à conformação de uma cultura "globalizada" e a instituição do medo social como elementos que tendem a reforçar ainda mais as distâncias, a indiferença e a invisibilidade do outro.

Assim, a cidade, com seu tecido sociopolítico-espacial cada vez mais fragmentado (SOUZA, 2000; 2006a; 2006b), teve também no distanciamento entre os grupos sociais um forte alimento para a construção de uma imagem cada vez mais distorcida do outro, alimentando preconceitos e fazendo com que aqueles com redes sociais mais frágeis, incorporem um sentimento de não pertencimento e de inferiorização de seu lugar na cidade, de autoestigmatização. Como afirma ELIAS (2000), os estigmatizados perdem a força de seus argumentos na medida em que incorporam seus estigmas como algo natural, incutindo-lhes sentido de verdade. Por outro lado, em uma reação contra a estigmatização, muitos desses atores, na busca por sua afirmação na cidade, enfrentam no campo simbólico a estética e as práticas dos setores dominantes. Assim, o Funk, o Hip-Hop, o "X-Tudo", a espontaneidade e a criatividade são marcas dessa "contra-estigmatização" e que se apresentam como armas contra o estigma e o constrangimento na cidade ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, podem ameaçá-la, na medida em que, muitas vezes, encerram os grupos cada vez mais em seus círculos e experiências espaço-temporais. As manifestações culturais na cidade são um bom exemplo do que falo. Em uma cidade com as dimensões do Rio, muitas manifestações culturais buscam se afirmar frente a uma tendência homogeneizadora de determinados valores, práticas e estilos de vida. Neste caso, a existência desses grupos, como é o caso do Hip Hop, do Funk, do Samba, etc., não constituem em si um fechamento a priori, mas uma estratégia de afirmação e de "sobrevivência". Por outro lado, na medida em que essas manifestações não encontram espaço nessa sociedade supostamente eclética e multicultural, é bastante provável que essas manifestações se restrinjam cada vez mais aos seus grupos de origem, fechando-se sem que se estabeleça um diálogo com outras manifestações e grupos. Sua abertura, em determinadas circunstâncias, pode mesmo ser prejudicial, pois os valores culturais e estéticos de outros grupos podem "absorver" ou descaracterizar seus elementos de origem, a exemplo do que ocorreu com o samba e recentemente com o Funk. Talvez, por isso mesmo, o Hip-Hop tenha uma postura tão radical e avessa a qualquer ameaça de cooptação por parte da cultura hegemônica e vem se constituindo, inclusive, como um grupo capaz de subverter a ordem instituída a partir de novas formas de participação e mobilização popular na cena das favelas e periferias urbanas brasileiras (RODRIGUES, 2005; SOUZA & RODRIGUES, 2004).

Por mais que estejamos falando de identificação das pessoas com essas manifestações, há que se considerar seu grau de abertura para a cidade, da mesma forma que a cidade deveria estar aberta a elas. Uma cidade que apenas "dá espaço", não dialoga, mas impõe uma agenda que nem sempre atende às demandas desses grupos, impõe resistência. A falta de abertura da cidade provoca um mesmo movimento por parte desses grupos. Assim, o que se percebe é que a fragmentação do tecido sociopolítico e espacial da cidade, também se reproduz na escala dos valores, da cultura e das identidades. Existem várias cidades dentro de uma cidade. É isso que me faz rejeitar a idéia de "cidade partida" e de adotar a tese da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade: uma cidade que na sua unidade se compõe de múltiplas configurações, ora antagônicas, ora sobrepostas

Como busquei demonstrar, a produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que se voltou para os interesses dos setores dominantes, particularmente quanto às demandas do capital, também incorporou aqueles elementos interacionais herdados de nossa conformação sociocultural. Neste sentido, o caráter simbólico foi marcante, na medida em que se buscou expressar uma utopia urbana conservadora e um processo de distinção sócio-espacial caracterizado pelo desejo de inferiorização dos setores populares e de seus espaços de moradia. Para ABREU (1994), a favela, apesar de não ser o elemento mais importante do quadro de contrastes no Rio de Janeiro do início do século XX — momento em que as favelas começam a ganhar destaque na paisagem urbana carioca -, por ser mais visível, acabou por ocupar lugar de destaque na pauta de debates sobre a cidade. Neste sentido, as imagens sobre a favela foram se incorporando ao imaginário coletivo da cidade, sendo permeadas por uma dualidade, revelando aspectos

positivos e negativos da favela ("chaga" da cidade; residência do trabalhador; "berço do samba" etc.). Contribuiu para isso, conforme revela o estudo de CAMPOS (2005), o legado simbólico e cultural dos negros na sociedade brasileira: a "transmutação" dos quilombos em favelas trouxe consigo, também, os mecanismos históricos de inferiorização e estigmatização dos negros e, por conseguinte, de seus espaços de moradia e resistência. Como bem coloca SODRÉ (2002:41), "o escravo configurava-se como um empecilho ideológico è higienização e à modernização".

Com efeito, esta "estigmatização sócio-espacial" explicita mecanismos de "rebaixamento" do outro (neste caso, dos pobres urbanos, mais especificamente os favelados) a partir de seu espaço de moradia, ao qual é incutida uma série de estereótipos e discursos negativos.

As favelas e outros espaços segregados da cidade são a materialização dos mecanismos de segregação e espoliação urbana. Embora não se possam generalizar os tipos de deficiências e carências que esses espaços em sua singularidade possuem, devemos levar em conta que existem estruturas que possuem o papel de criar, manter e perpetuar a segregação urbana. Essas estruturas extrapolam os aspectos estruturais e associam-se, também, aos aspectos ideológicos que sustentam a ação do Poder Público tendo em vista os interesses dos setores dominantes. A maneira com que os pobres da cidade são vistos e a forma com que seus espaços de moradia são tomados no contexto urbano, são reveladores de uma lógica que só tende a reforçar a segregação sócio-espacial na cidade, pois são utilizadas para legitimar e justificar políticas de controle e contenção sócio-espacial. O que se coloca, neste sentido, é a questão das representações sociais e sua materialização. Como afirma PERLMAN (2002: 129):

[&]quot;... quando um grupo marginal atinge proporções críticas passa a ser identificado como um problema social (...) a visibilidade e a aglomeração do grupo torna fácil para a classe dominante não apenas estigmatizá-lo como também definir-lhe a situação e manipulá-lo no sentido de preservar o status quo".

Ou seja, a definição de determinadas representações como norteadoras da visão sobre os pobres urbanos é estruturadora das ações empreendidas pelo Poder Público sobre esses setores. Na tentativa de viabilizar um padrão de ordenação do espaço urbano a partir da manutenção da ordem nas áreas a que interessa os setores dominantes, e o controle e contenção sócio-espciais nas áreas de moradia dos grupos sociais segregados e estigmatizados, o Estado age no sentido de apropriação e elevação daquelas representações como categorias fundamentais, constituindo, assim, o "mito da marginalidade". E na medida em que a situação marginal é mitificada em torno de representações que sempre tendem a uma visão estereotipada. homogeneizadora e sociocêntrica dos setores populares, o resultado é a exotização de suas práticas sociais e seu desconhecimento na elaboração de políticas públicas (SILVA, 2002), além de sua participação reduzida ou nula em sua formulação. Desta forma, sustentado a partir de um conjunto de estereótipos e representações sobre as favelas, o Poder Público intervém sem que se configure um quadro de mudança, mas, ao contrário, instituindo ações pautadas na lógica do controle e da contenção sócio-espacial, em uma clara estratégia de circunscrição do "problema" ao seu território.

A figura do confinamento produzida pela bela obra de José SARAMAGO (1995) "Ensaio sobre a Cegueira", me parece ser uma ilustração bastante usual para a realidade das favelas e das políticas que sobre elas incidem: identificar as pessoas que constituem uma ameaça, confiná-las ao seu próprio destino, fazer com que elas, na ausência de qualquer instância reguladora da vida social, instituam suas próprias regras, ao mesmo tempo em que se elaboram discursos que visam, descaracterizar e deslegitimar essas práticas, demonstrando a ameaça que elas representam para a sociedade como um todo, e também para si mesmos. Como escreve Saramago, a cegueira é viver em um mundo onde se acabou a esperança. Do ponto de vista dos estereótipos que sustentam sua representação social, não existe esperança para as favelas. E o que é possível, então? Explodi-las? O que é possível fazer é criar formas para que elas não contaminem a cidade ou, em outras palavras, atuar sob o paradigma da segurança, da biopolítica, instituindo-se estratégias e mecanismos de controle e contenção sócio-espacial. Administrar os problemas,

evitar que se tornem maiores, buscar, na medida do possível, diminuí-los, mas na certeza de que eles permanecerão. E assim, o papel do simbólico, da imagem do outro, passa a cumprir um papel estratégico, na medida em que atua sobre uma dada direção, na medida em que oferece suporte a ações que precisam estar amparadas ideologicamente para que se sustentem. E esses estereótipos, como afirma PERLMAN (2002:17) "são tão generalizados e arraigados que constituem uma ideologia – de fato um instrumento político – para justificar as políticas das classes dominantes, das quais dependem as próprias vidas dos favelados". Assim, se dissemina a imagem da favela como ameaça e, mais precisamente, de determinados tipos da favela, que na atualidade é representado pelo jovem negro. Ele é o inimigo a ser combatido, a ameaça real, o bode expiatório dos problemas da cidade. E é sobre este tipo idealizado que o controle e a contenção irão operar de forma mais sistemática, especialmente sobre seu comportamento e formas de expressão - como por exemplo a condenação estética de seu estilo musical e de sua forma de se vestir.

Nos capítulos anteriores trilhamos um caminho que percorreu uma análise teórica e histórico-geográfica da construção da estigmatização sócio-espacial no Rio de Janeiro. Identificamos os componentes que demarcam a representação social das favelas e de seus moradores, e que configuram a "atualização" do "mito da marginalidade", sustentando-se em discursos criminalizantes, especialmente em torno dos jovens afro-descendentes das favelas. Neste percurso, identificamos que o processo de segregação sócio-espacial das favelas é atravessado pelos efeitos econômicos e sociais da produção capitalista do espaço urbano, mas também observamos que a esses processos de aglomeração induzida, hierarquizante e excludente, somam-se mecanismos segregatórios baseados no constrangimento sócio-espacial e na formação de barreiras simbólicas e culturais que limitam ou mesmo impedem a mobilidade espacial de moradores de favelas na cidade, especialmente em áreas de moradia com prevalência de grupos sociais em condição econômica superior, como é o caso do eixo Zona Sul.

A presença real de traficantes de drogas no varejo e outros grupos criminosos nas favelas, bem como o grau de exposição a que esses sujeitos

obtiveram na mídia, contribuiu decisivamente para uma forte conexão entre favelas e criminalidade, alimentando e reforçando antigas idéias que buscavam associar seus moradores a práticas ilícitas e socialmente indesejáveis. Com isso, e em que pese o estardalhaço típico da mídia sensacionalista, é um fato inquestionável que as favelas hoje constituem, de fato, lugares perigosos, especialmente do ponto de vista da letalidade quando comparadas aos bairros de classe média – parâmetro com o qual a mídia estabelece comparações – ou mesmo com as favelas de outrora, conforme sugere o relato de moradores colhidos por diferentes pesquisadores (ALVITO, 2001; PERLMAN, 2004; PANDOLFI & GRYNSZPAN, 2003; SILVA & LEITE, 2007; LEITE & OLIVEIRA, 2005).

Mas este perigo não se deve exclusivamente a presença de grupos que até os anos 80 não constituíam uma ameaça à ordem urbana e à segurança pública à cidade e às favelas. Deve-se também, e muito especialmente, ao fracasso das políticas de segurança pública adotadas na cidade, que ao longo de três décadas - no que se refere ao "combate ao tráfico" -, concentraram-se em táticas de confronto bélico em detrimento de processos investigativos, estando ainda fortemente impulsionadas pelos estereótipos em relação às favelas. E não se pode esquecer ainda dos esquemas de corrupção que incrustaram a polícia e as instâncias governamentais, em diferentes níveis de sua hierarquia, com uma parcela significativa de seus membros se beneficiando, direta e indiretamente com o tráfico de drogas e armas e toda a gama de esquemas ilícitos que vem tomando conta das favelas ao longo dos últimos anos. Não é para menos que policiais corruptos, alguns expulsos da corporação, somados a autoridades públicas - dentre os quais vereadores e deputados -, vêm formando as chamadas milícias como forma de se aproveitar do campo de oportunidades deixado pelo vácuo de poder, autoridade e soberania do Estado em diversas áreas da cidade.

Todavia, como tem sido comum no Brasil, cabe aos setores mais fracos o papel de "bode expiatório", ou, como diz o dito popular, "a corda sempre arrebenta do lado mais fraco". No caso do crime nas favelas, onde o tráfico de drogas no varejo é apenas o nó de uma extensa rede internacional (SOUZA, 1996b), que envolve grandes autoridades públicas, cabe ao "traficante pé-de-

chinelo" — para se usar o dito popular -, responder por um crime que não comete sozinho. Em que pese suas responsabilidades imediatas pelo que faz no comércio varejista de drogas, que inclui não apenas o tráfico, mas comumente crimes violentos, estes "criminosos" são apresentados a todo o momento como um problema, e sua prisão ou eliminação como a solução, sugerindo-se que isso resolve o problema.

Mas tudo isso não ocorre por acaso. Interesses dos mais diversos apóiam-se nessa idéia de que o tráfico deve ser combatido, de que o criminoso deve ser preso. Evidente que sim, mas de que maneira? Que criminoso? Que tráfico? Certamente não é o do colarinho branco, pois este se aproveita dessa situação como forma de dissimular e desviar a atenção para algo e alguém que no plano imediato parece (ou melhor, é mostrado como) muito mais ameaçador. Com efeito, o reforço de uma imagem brutal de traficantes, e de uma imagem do caos e da anomia social nas favelas - onde tudo de ruim acontece, onde famílias são desestruturadas, onde crianças são naturalmente conduzidas ao mundo do crime -, é uma forma de explicitar uma ponta do problema ao mesmo tempo em que se esconde a outra. Com isso, a proximidade das favelas dos bairros de classe média, assim como a presença marcante de jovens das favelas nas ruas da cidade, é um fator propulsor do medo social, que alimenta o sentimento de repulsa. E o medo produz um sentimento de que as coisas devem ser resolvidas da maneira imediata, fortemente orientada por fatores emocionais e irracionais – sentimentos amplamente disseminados pela mídia, através do ódio, da revoltam da indignação com a brutalidade. Com efeito, o limite entre o preconceito, a discriminação e a rejeição social e as práticas violentas, estigmatizantes e constrangedoras é cada vez mais tênue. A morte de favelados, especialmente aqueles identificados com o "tipo ideal" do traficante, é vista com olhos de quem prefere a eliminação ao diálogo, recuperação e ressocialização, revelando um sentimento imediatista e, ao mesmo tempo, imobilista em relação à situação social na cidade, de total desesperança, tal qual apresentado por SARAMAGO (1995).

Se esse fenômeno tem como conseqüência mais dramática a indiferença para com as mortes nas favelas e o reforço às táticas violentas e

violadoras de direitos por parte do Estado, seus efeitos espaciais são igualmente graves. Produz-se um processo fragmentário do tecido político e espacial da cidade (SOUZA, 2000a) segundo o qual fronteiras físicas e simbólicas distanciam cada vez mais seus moradores, o que contribui para o reforço das representações sociais estigmatizantes, uma vez que o contato social, a troca de experiências e a possibilidade do encontro das diferenças tornam-se cada vez mais restritos na cidade. Com efeito, gerações de diferentes grupos sociais crescem sem que se identifiquem como pertencentes a uma mesma cidade, fragilizando ainda mais o sentimento pelo bem comum e por uma cidade mais igualitária e democrática. Grupos fecham-se em seus universos particulares e estabelecem para si reivindicações desconectadas do restante da cidade. Um processo sócio-espacial impulsionado pelo mercado onde se inclui uma forte indústria da segurança e o mercado imobiliário que se aproveitam e alimentam esse fenômeno -, e assegurado por um Estado associado aos interesses dos grupos dominantes e assolado pela corrupção e participação de funcionários e políticos em atividades ilícitas.

A meu ver, presença e forma de atuação das forças policiais não representam em última instância o "combate ao crime" - como sugerem as afirmações das autoridades públicas -, mas um mecanismo de controle social a partir da contenção espacial. Não se trata de "abafar o crime", circunscrevendoo ao seu território, mas sim de um mecanismo de controle espacial, de restrição da mobilidade, de eliminação das possibilidades de uma cidade mais democrática, ratificando-se, de maneira violenta, a repulsa social daqueles que são os "condenados da cidade" – expressão fortemente marcante, utilizada por WACQUANT (2001a). Algo que ocorre, também, com projetos destinados a jovens sob as vestes de "prevenção da violência" e "promoção da cidadania". Essas políticas, da segurança pública e da "prevenção da violência", revela a situação dos grupos sociais excluídos em uma sociedade marcada cada vez mais pelo uso da força como forma de se aparar as arestas de um sistema social, econômico e político caracterizado pelo agravamento das condições sociais, através da concentração de renda e da distribuição desigual dos meios de ascensão social, tais como a educação, a cultura, a mobilidade espacial e o acesso às instituições democráticas.

Com efeito, este "estado penal" (WACQUANT, 2003, 2001a; 2001b), caracterizado pela articulação entre a liberalização cada vez maior da economia e a utilização de mecanismos repressivos de contenção social, produzem efeitos que tendem a tornar a situação de vulnerabilidade social de grupos segregados ainda pior. Esta vulnerabilidade cabe considerar, difere de uma abordagem meramente econômica: é fato que nos últimos 15 anos, em função da estabilidade econômica e de programas governamentais, a situação financeira destes grupos sofreu relativa melhora expressa, em particular, no ingresso ao mercado de consumo de bens duráveis. Houve também um grande avanço em relação a melhorias nos serviços e equipamentos públicos, que apesar de precários, são melhores se comparados ao cenário de duas décadas atrás. Todavia, a vulnerabilidade social e as condições de participação ativa na sociedade parecem ter piorado, na medida em que, em paralelo aos avanços das condições materiais de vida, houve um grande retrocesso no que se refere aos direitos civis e políticos (BURGOS, 1998). A violência, como revela o estudo de PERLMAN (2004), tem posto em cheque aqueles avanços, revelando um cenário marcado pelo medo, pela maior probabilidade de morte violenta e pelas restrições impostas pelos criminosos. Neste cenário, as estratégias até então adotadas pelas autoridades públicas no "combate ao crime" e na "prevenção da violência" nas favelas, têm tido, como consequências mais imediatas, (i) o reforco do viés estigmatizante e discriminatório em relação às favelas, ao identificá-las como territórios do crime, algo refletido na postura dos policiais e das autoridades públicas ("polícia como inseticida social", "favelas como fábricas de bandidos", "ociosidade como janela para o envolvimento no crime", etc.); (ii) uma reação mais violenta por parte do tráfico de drogas, que utiliza armamentos cada vez mais pesados, tornando os confrontos bélicos cada vez mais fregüentes, mais violentos e mais difíceis de se encerrarem, a não ser que se mude a estratégia de enfrentamento ao crime; (iii) uma restrição cada vez maior da mobilidade espacial de moradores de favelas e de suas experiências de espaço-tempo, uma vez que estes, ao contrário da classe média acuada e amedrontada, são os reais vulneráveis às balas perdidas, à violência policial e aos desmandos de criminosos armado. Some-se ainda que o reforço da estigmatização empreendido pelas forças de segurança pública aumentam o nível de constrangimento sócio-espacial dos moradores de favelas no restante da cidade; (iv) o aumento do descrédito nas autoridades públicas e instituições do Estado por parte dos moradores de favelas, aumentando o risco de aceitação e conivência com práticas irregulares e ilícitas nas favelas, contribuindo assim para um ciclo vicioso alimentado por uma cultura permeada pelo desconhecimento cada vez maior dos fundamentos da democracia, das leis e do exercício da cidadania; e (v) o acirramento da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, com a conformação de áreas cada vez mais isoladas no interior da cidade, onde se observa a formação de enclaves territoriais reativos ou resultantes da violência e da estigmatização sócio-espacial no que tange às áreas de moradia dos setores populares, e de produção de constrangimentos no que tange às áreas de moradia dos setores abastados.

Estas consegüências da política de segurança pública são um aspecto das conseqüências ampliadas de um fenômeno situado na correlação entre a estigmatização das favelas e de seus moradores e a imposição de uma ordem urbana, que se reflete não apenas no âmbito das relações sociais, mas também no arranjo espacial da cidade. Com efeito, a presença de um agente responsabilizado pela violência e pela desordem urbana - leiam-se, os moradores de favelas, especialmente os mais jovens idealmente tipificados como criminosos -, representa algo a ser controlado, limitado e, se possível, eliminado. Não é à toa que intervenções das mais diversas naturezas destinadas ao "problema das favelas" são apresentadas freqüentemente tanto por autoridades públicas – na forma de programas sociais e políticas públicas -, quanto por organizações não-governamentais – que desenvolvem projetos a partir de parcerias com a iniciativa privada, instituições multilaterais ou governos. Estas iniciativas, a princípio, apresentam-se positivamente, com o intuito de melhorar as condições de vida dos moradores. Todavia, boa parte delas sustenta-se em visões equivocadas que, indiretamente, reforçam processos estigmatizantes, que têm como base de referência a noção de favela como espaço violento, segundo o qual, naturaliza-se a idéia de que as pessoas tenham uma relação de proximidade e conivência com o mundo do crime e de que crianças e adolescentes estejam mais suscetíveis a se envolverem em atividades criminosas. Desta maneira, são muitos os projetos sociais que, por exemplo, se utilizam da idéia de "ocupar o tempo ocioso" através de atividades esportivas, culturais e educacionais, com o intuito de "afastar" crianças e adolescentes do "caminho do crime". Igualmente, a postura dos agentes de segurança, ao promoverem ações violentas nas favelas baseia-se na idéia de que se todos são envolvidos, todos devem arcar com as conseqüências, sugerindo-se, com isso, que situações de mortes consideradas acidentais sejam relevadas em nome de uma causa maior.

O principal desdobramento dessas intervenções calcadas no discurso criminalizante é o agravamento da condição de vida do morador de favela, que se vê impedido de realizar-se como cidadão. Essa sua potencial capacidade de realização é obstaculizada, tornando o morador de favela um "cidadão partido" – visto que cidadão pela via constitucional, mas sem condições de exercício dessa cidadania pela via prática -, com o estreitamento cada vez maior das possibilidades de exercício da cidadania. Nas favelas, onde, por um lado, a dimensão física do espaço público é marcada pela irregularidade e ilegalidade das formas de ocupação e uso do solo e, por outro, a dimensão simbólica do espaço público é marcada pelo medo decorrente da territorialização do tráfico de drogas e da ação policial violenta, observa-se que as condições ao exercício da cidadania são ainda mais restritas que no restante da cidade e constituem um obstáculo ainda maior ao desenvolvimento sócio-espacial dessas áreas.

Diante disso, é possível identificar alguns desdobramentos da "atualização" do "mito da marginalidade" no cotidiano dos moradores das favelas, que se expressam, primeiramente, na ação discriminatória da polícia. A polícia atua de maneira discriminatória nos espaços favelizados (RAMOS & MUSUMECI, 2005; LEMGRUBER *et alli*, 2003). O favelado, potencial criminoso, é o elemento suspeito sempre, pois o fato de morar em favela, por si só, já justifica a necessidade de ações violentas. Neste sentido, a polícia, ao incorporar essa idéia, viola os direitos humanos, invadindo domicílios sem mandato judicial, espancando moradores por simples "suspeita", promovendo um verdadeiro massacre ao investir pela via do confronto armado no combate ao tráfico de drogas. As principais vítimas são adolescentes e jovens, identificados sistematicamente como suspeitos de envolvimento com o tráfico.

O morador de favela, nesse cenário, não pode contar com a polícia como protetora de sua integridade física e não confia nos mecanismos formais de resolução de conflitos. 158 Muitas vezes, essa relação instaurada pela polícia leva os moradores, de maneira estratégica, a se posicionar ao lado dos criminosos, não por defendê-los ou se associar a eles, mas pelo simples fato de com eles poder estabelecer uma relação de maior confiança. Reféns da polícia, que deveria protegê-los, os moradores tornam-se também reféns do tráfico, que embora não tem nenhuma obrigação de defendê-los, pode fazer uso dessa situação contingencial em benefício próprio. Em segundo lugar, identifica-se a reprodução de práticas discriminatórias por parte de outros atores sociais. A partir do momento em que o morador de favela é visto como um potencial criminoso, ele está sujeito a práticas discriminatórias que surgem como desdobramento da disseminação do medo pela cidade. Assim, um morador de favela pode ser discriminado na busca por um emprego, já que suas supostas "ligações perigosas" com o mundo do crime, podem por em risco a integridade física e ameaçar o patrimônio de seu contratante, podendo este ser desde uma empresa até uma dona-de-casa interessada em uma empregada doméstica. Isso altera, em certa medida, a relação de exploração de mão-de-obra barata destacada por Lúcio KOWARICK (1993), já que em algumas atividades o componente do "potencial criminoso", pode obstaculizar o acesso ao trabalho, ainda que este trabalho seja subalterno e de baixíssima remuneração. A consequência major é o agravamento do desemprego, particularmente para aqueles que possuem baixa ou nenhuma escolaridade. Por fim, observa-se o desenvolvimento de políticas sociais equivocadas. No plano das intervenções públicas, para além da ação policial, deve-se destacar as políticas sociais implementadas em particular a partir dos anos 90. Tais políticas, em sua quase totalidade, reproduzem uma lógica segundo a qual se faz necessário fazer uma "ocupação social" das favelas. Partem do princípio do discurso da ausência, reconhecem em certa medida a pouca presença do Estado nesses espaços, mas, ao se "instalarem" nas favelas, acabam trazendo

-

¹⁵⁸ É muito comum, por exemplo, casos de brigas domésticas serem levados aos traficantes para que eles, com a sua "justiça", resolvam a situação, como ilustrado na reportagem "A lei do medo", publicada no jornal O Globo em 06/08/06 (pág. 23). De acordo com a referida reportagem, o moradores de favela evitam recorrer à justiça por temerem represálias do tráfico. Com isso, o tráfico acaba por assumir o papel de tribunal. Muitas vezes as resoluções do tráfico implicam na morte, mutilação ou expulsão da comunidade.

ações pontuais, desarticuladas e que, em geral, não contribuirão para a ampliação do universo cultural, educacional e de relações sociais dos moradores. Essas "ocupações", em geral, se dão a partir do contexto de violência, e buscam, de alguma forma, romper com a lógica determinante atribuída às favelas, segundo a qual é esperado que as crianças sejam futuros bandidos. Estas políticas, a meu ver, configuram-se com políticas de controle e contenção sócio-espacial, na medida em que se sustentam nos estereótipos sobre os quais desejam enfrentar, reproduzindo-os, e na medida em que não provocam mudanças estruturais e sustentáveis na vida daqueles sobre quem se destinam, gerando, ao contrário, relação de dependência e, em algumas situações, manipulação política.

A partir dessas questões levantadas pode-se avançar a análise delas em pelo menos dois aspectos. O primeiro deles diz respeito ao aprofundamento da "presentificação" e "particularização" da vivência dos moradores de favelas (SILVA, 2002; SILVA & BARBOSA, 2005) e a conseqüente dificuldade de exercício da cidadania, que inclui, dentre outros aspectos, a *apropriação* dos espaços da cidade e a aquisição capital cultural, educacional, social e financeiro. O outro aspecto diz respeito à fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SOUZA, 2000), que tem por base a territorialização das favelas pelo tráfico de drogas, o processo de auto-segregação dos setores dominantes, a gradativa conformação de um espaço urbano marcado pela diminuição dos espaços de convívio e participação e pela segmentação social cada vez maior.

O discurso criminalizante, ao atuar sobre o morador de favela, inibe suas possibilidades de ampliação de seu espaço-tempo e da conseqüente aquisição de novos capitais sociais. O agravamento do quadro de violência no interior das favelas, dado, sobretudo pela lógica repressiva da polícia e da reação dos traficantes, vem fazendo com que muitos moradores se recusem a sair de suas áreas de moradia por medo da repressão policial ou ainda represálias de

_

^{159 &}quot;Presentificação" e "particularização" da vivência são termos que buscam expressar características gerais que norteiam a vida de relações dos moradores de espaços populares. Esses termos, no sentido em que são empregados, foram empregados por SILVA (2002: 123). De acordo com este autor, "a presentificação pode ser definida como uma prática social dominada pela cotidianidade, que se manifesta como um eterno agora". Já o particularismo se associa ao estreitamento das referências espaciais. Presentificação e particularização devem ser entendidos a partir da relação entre seus efeitos mais imediatos e as redes de relações sociais com as quais os sujeitos sociais mantém contato.

traficantes de outras áreas. Na favela da Maré, observou-se um caso extremo, onde crianças de uma comunidade não freqüentavam a escola vizinha por aquela estar localizada em área "inimiga". Essa situação é agravada pela baixa mobilidade espacial e apropriação dos espaços da cidade, já que não se sentem pertencentes a esta, tanto por conta da discriminação dos constrangimentos, quanto por conta das predisposições subjetivas ao acesso a determinados bens coletivos, como museus, cinemas etc. 160, definidos pelo *habitus* e pelos processos distintivos (BOURDIEU, 1995; 2008). Desta forma, verifica-se uma baixa mobilidade espacial e uma apropriação dos espaços da cidade preexistentes agravadas pelos desdobramentos do discurso criminalizante. 161

O aprofundamento da presentificação e da particularização da vivência vem se manifestando em função da incorporação do estigma, do medo da violência, seja ela do tráfico ou da polícia e também do preconceito a que os moradores das favelas estão sujeitos em seu processo de interação com a "cidade". Uma vivência "particularizada" e "presentificada", como alerta SILVA (2002), tem como resultado a ausência de um projeto de futuro e a conseqüente dificuldade em se projetar, para além das demandas mais imediatas, iniciativas que permitam a superação da condição de vida presente. Desta forma, como afirma o autor, "a redução da vida cotidiana ao particular e ao imediato gera a limitação das possibilidades para a humanização, em uma perspectiva plena e universal" (SILVA, 2002:123). Está-se diante, pois, de um processo perverso de perpetuação de uma condição miserável da condição humana, segundo a qual, as possibilidades de interação social, uso e

-

Cabe considerar que o sentimento de "não-pertencimento" à cidade não é uma característica de um grupo social específico. Se assim o considerássemos, estaríamos taxando um grupo e nos apropriando de suas percepções subjetivas. No entanto, pelo que temos observado em campo, o sentimento que alguns moradores de favela vêm expressando revela um distanciamento com as possibilidades de acesso à vida urbana que a cidade oferece, como o acesso a bens e equipamentos culturais, algo que não se limita a questões de ordem financeira, mas a disposições subjetivas que são influenciadas pela percepção que os sujeitos têm da cidade. Para o caso de indivíduos estigmatizados, essa percepção é acentuada e tende a um distanciamento e isolamento sócio-espacial cada vez maior. A inserção em novas redes sociais certamente vem contribuindo para a superação desses limites. Exemplo disso são os moradores de favela que cursam universidade, cujo campo de possibilidades e de acesso ao urbano, em decorrência de sua inserção em novas redes sociais têm elevado seu grau de mobilidade espacial e socioeconômica bem como a apropriação dos espaços da cidade, como revela o estudo de SILVA (2003).

¹⁶¹ Obviamente, o grau de mobilidade espacial e apropriação dos espaços da cidade deve levar em conta aspectos qualitativos, e não apenas quantitativos. Que lugares uma pessoa freqüenta, que tipo de pessoas ela mantém contato, em que campos sociais ela está inserida são elementos que se ligam diretamente à diminuição do caráter particular e presentificado da vivência e que foram, de diferentes formas, apresentados e analisados no capítulo 6.

apropriação dos espaços e equipamentos da cidade, consciência do *Público* e exercício da cidadania, são duramente golpeados. A permanecerem as condições vigentes de representação e reprodução das políticas de intervenção nos espaços favelizados, estaremos diante do argumento de PERLMAN (2000), segundo o qual ao se sustentarem no combate ao "mito da marginalidade", as políticas públicas operam no sentido de sua perpetuação, ou melhor, da criação de condições para que os elementos ideológicos da representação estereotipada venham à tona, criando, assim, a marginalidade a que se propõe a combater. Em síntese: as políticas públicas, tanto de segurança, quanto sociais, são fazedoras de marginalidade. Vêem o favelado como marginal, embora este não o seja, e ao atuarem no combate a essa marginalidade, acabam gerando-a. Se o combate atual é ao "bandido", o resultado mais consistente e "eficiente" das políticas públicas tem sido gerar bandidos de fato, visto que as condições criadas para tal encontram-se no cerne da lógica de enfrentamento ao problema.

Com isso, as condições que sustentam os processos segregatórios na cidade, balizadas na "atualização" do "mito da marginalidade", tendem a perdurar, reproduzindo-se em um ciclo perverso que só será rompido com a mudança de olhar em relação às favelas. Essa mudança perpassa necessariamente pelo reconhecimento das práticas sociais de seus moradores, pela abertura de canais efetivos de participação popular na elaboração, implementação e avaliação das políticas direcionadas às favelas e, sobretudo, na criação de mecanismos que favoreçam o aumento da auto-estima, que permitam também, no plano subjetivo, a recuperação da capacidade de extrapolar fronteiras simbólicas que demarcam cidade. as

Bibliografia

- AALBERS, Manuel B. (2003). The double function of the gate. Social inclusion and exclusion in gated communities and security zones. Paper presented at the conference "Gated communities: building social division or saffer communities?", 18th and 19th September. Universit of Glasgow. Capturado na internet em 27/05/2008 no endereço eletrônico: www.bristol.ac.uk/sps/cnrpapersword/gated/aalbers.pdf
- ABREU, Maurício de Almeida (1997). A apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). Explorações geográficas. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (1996). Pensando a cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). *Brasil*: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (1994). "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro". In: *Espaço & Debates*, n. 37, 1994 [p. 34-46].
- _____ (1988). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª ed. IPLANRIO/Zahar.
- _____ (1986). Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In: *Revista Rio de Janeiro*: Niterói, I (2), jan./abr.
- _____ (s/d). A favela está fazendo 100 anos, Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade. Anais do 3° Simpósio Nacional de Geografia Urbana.
- ADORNO, Sérgio & PERALVA, Angelina (1997). Estratégias de Intervenção Policial no Estado Contemporâneo. Revista Tempo Social USP, Vol. 9.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T. & LIMA, Renato Sergio de (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. Revista São Paulo em Perspectiva 13(4), pp. 62-74.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de (2002). *Memórias de um sargento de milícias*. [2ª ed. reform.] São Paulo: Ediouro. ALVITO, Marcos (2001). *As cores de Acari*. Uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de (1997). Novas Visões sobre a Complexidade da Segregação Sócio-Espacial no final dos anos 90. Revista de Pós Graduação em Geografia UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 64-93.

- _____ (1982). Atuação recente da incorporação imobiliária no município do Rio de Janeiro: tendências espaciais vigentes e alternativas futuras. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.
- ALVAREZ, Marcos César (2004). Controle social. Notas em torno de uma questão polêmica. São Paulo em Perspectiva, 18(1), pp. 168-176.
- ALVES, José Claudio Souza (2008). Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Justiça Global/Fundação Heinrich Böll, pp.33-36.
- ALVITO, Marcos (2001). *As cores de Acari*. Uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- AMORIM, Carlos (2003). *CV_PCC*. A irmandade do crime. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- ANDRADE, Luciana da Silva (2002). Espaço público e favelas: uma análise da dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ARAUJO, Faber Paganoto (2006). Favela: espaço heterogêneo. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.
- AZEVEDO, Aluísio de (2002). O cortiço. [2ª ed. reform.] São Paulo: Ediouro.
- BAIERL, Luzia Fátima (2004). *Medo social*. Da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez.
- BALANDIER, Georges (1997). A desordem: Elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BARCELLOS, Luciana Ferreira (2007). Jovens de pré-vestibulares comunitários na PUC-Rio: experiências e táticas no convívio com a alteridade. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- BARTHES, Roland (1989). Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BATISTA, Vera Malaguti (2003). O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan.
- BENCHIMOL, Jaime Larry (1990). Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro, SMCTT.
- BLANDIER, Georges (1976). Mitos políticos de colonização e descolonização. In: *As dinâmicas sociais*. São Paulo: Difel.
- BLAY, Eva Atterman (org.) (1978). *A luta pelo espaço*: textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes.
- BARCELLOS, Caco (2003). *Abusado.* O dono do morro Dona Marta. Rio e Janeiro: Record.
- BAUMAN, Zygmunt (2003). *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

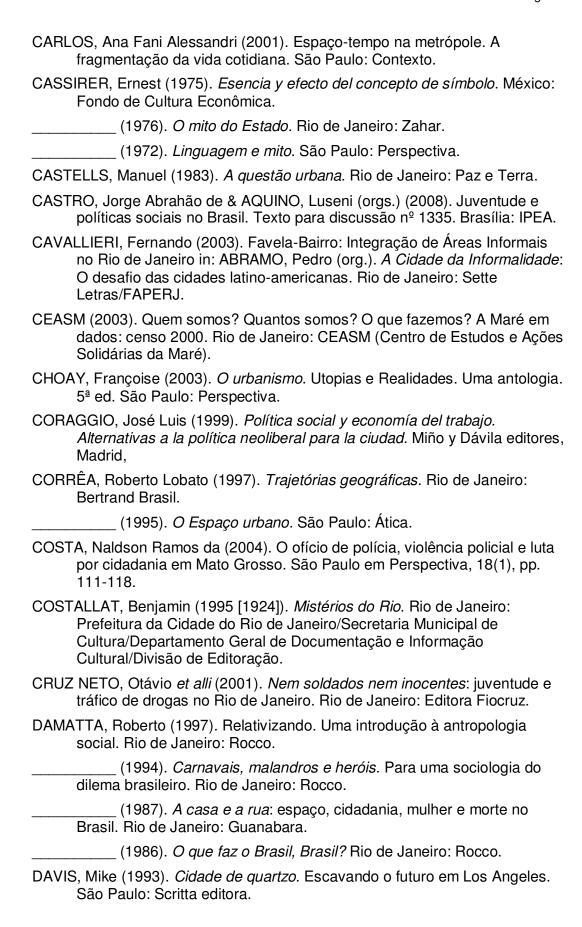
- _____ (1999). *Globalização*: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

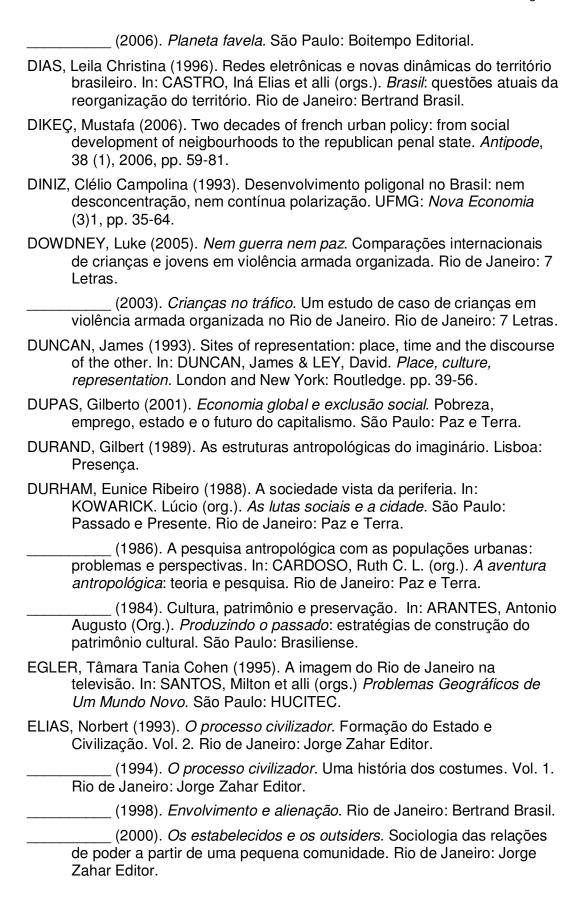
 BORGES, Wilson Couto (2006). *Criminalidade no Rio de Janeiro*. A imprensa e a (in)formação da realidade. Rio de Janeiro: Revan.

 BOURDIEU, Pierre (2008). *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo:
- _____ (2005). O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

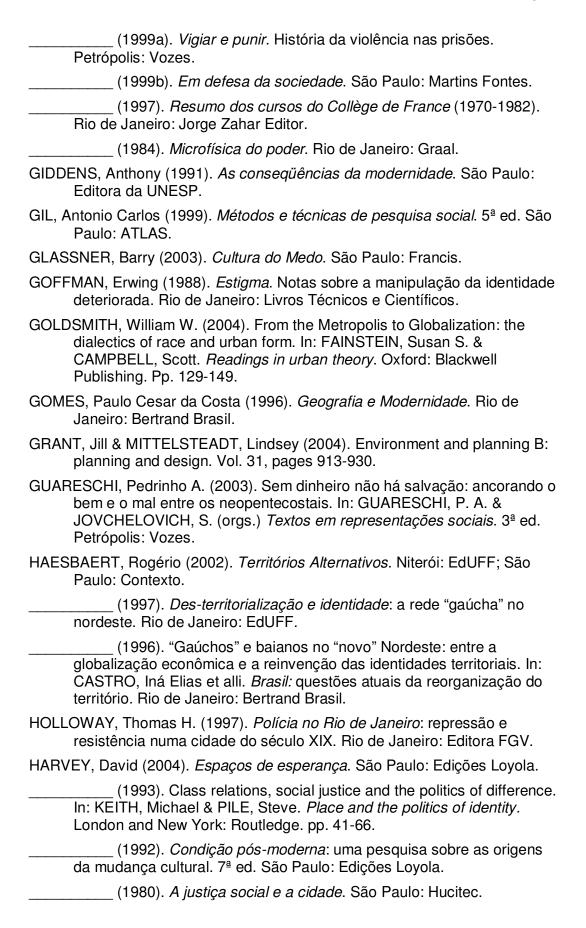
EdUSP: Porto Alegre: Zouk.

- BRETAS, Marcos Luiz (1997). *Ordem na cidade*. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco.
- BURGOS, Marcelo Bauman (1998). Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 25-60.
- BRUANT, Catherine (1996). Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COGGIOLA, Osvaldo. O comércio de drogas hoje. *Olho da História. Revista de História Contemporênea*. UFBA. Núm. 4. Disponível em: http://www2.ufba/~revitao/04coggio.html
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2003). *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp.
- CAMPOS, Andrelino de Oliveira (2006). O planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.
- _____ (2005). *Do quilombo à favela*: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CANO, Ignacio (2006). Prefácio. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon et alli (2006). As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1997). Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER.
- CANO, Ignacio & SANTOS, Nilton (2001). *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil.* Rio de Janeiro: 7 Letras.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1980). Sociedade e poder. A representação dos favelados de São Paulo. *Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro: Ed Inúbia. Vol. 6, 2+4. pp. 38-41.
- das armadilhas do método. In: *A aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.





- FAINSTEIN, Norman (2004). Race, class, and segregation: discourses about African Americans. In: FAINSTEIN, Susan S. & CAMPBELL, Scott. Readings in urban theory. Oxford: Blackwell Publishing. Pp. 170-193.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga (1995). *Violência e dominação, as favelas voltam à cena.* In: Sociedade e Estado, Departamento de Sociologia da UnB, Brasília, X (2).
- FILHO, Argemiro Procópio & VAZ, Alcides Costa (1997). O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Revista Brasileira de Política Internacional. 40 (1), pp. 75-122.
- FELDMAN, Sarah (1989). As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo. *Espaço & Debates*, Ano IX, num. 28, pp. 59-66.
- FERNANDES, Fernando Lannes (2008). Um olhar sobre direitos humanos nos territórios populares e o direito à cidade. Boletim Salto para o Futuro. Direitos Humanos e Educação. Ano XVIII boletim 02 Março e Abril de 2008. www.tvebrasil.com.br/salto
- _____ (2005). Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade. *Cidades*, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol. 2, núm. 3, pp. 37-62.
- _____ (2003). Da conquista das almas à conquista do território: religião e poder, território e identidade nos aldeamentos jesuíticos da América Portuguesa. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal Fluminense.
- FERNANDES, Fernando Lannes e SILVA, Jailson de Souza (2007). Primeiras considerações sobre a soberania urbana no Rio de Janeiro. Revista Z Cultural. Ano 4, Num. 1, Dez. 2007 Mar. 2008. Programa Avançado de Cultura Contemporânea/PACC/UFRJ.
- FERRAZ, Sonia Maria Taddei & POSSIDÔNIO, Edson dos Reis (2004). Violência, Medo e Mercado: uma análise da publicidade imobiliária. Impulso, Piracicaba, 15(37), pp. 79-88.
- FERREIRA, Pedro Cavalcanti (s/d). Um Diagnóstico das Condições Habitacionais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em: www.iets.org.br/biblioteca
- FRAGA, Paulo Cesar Pontes (2004). Brasil urbano: narcotráfico e violência. Drogas e conflitos, núm. 11. Uma guerra sem sentido: drogas e violência no Brasil. Programa de Drogas e Democracia; Programa Crime e Globalização. Transnational Institute, TNI Briefing Series, No 2004/8, pp. 22-28.
- FREUD, Sigmund (1976). *Inibições, Sintomas e Ansiedade*. Rio de Janeiro: Imago.
- FOUCAULT, Michel (2008a). O Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (2008b). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.



- HERBERT, Steven Kelly (1996). *Policing space*. Territoriality and the Los Angeles Police Department. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- HOBSBAWM, Eric (1996). A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOCHMAN, Gilberto (2006). *A era do saneamento*. As bases da saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de (2005). *Polícia e direitos humanos*: política de segurança pública no primeiro governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]. Rio de Janeiro: Revan.
- ICASSURIAGA, Gabriela Lema (2005). O transporte como vetor de controle na configuração urbana do Rio de Janeiro. *Revista Praia Vermelha*. Estudos de política e teoria social. [Cidade de Segregação]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, URFJ: Escola de Serviço Social. Número 13, pp. 44-69.
- JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo (1996). *Dicionário Básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- JODELET, Denise (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.) As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- KEMPEN, Ronald Van & OZUERKREN, A. Sule. Ethnic segregation in cities: new forms explanations in a dynamic world. Urban Studies. 35.10 (October, 1998): 1631.
- KOLAKOWISK, Leszek (1981). A presença do mito. Brasília: UnB.
- KOWARICK, Lúcio (1993 [1983]). A espoliação urbana. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (1975). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KRAUSS, Neil (2004). Local policymaking and concentrated poverty: the case of Biffalo, New York. *Cities*, 21(6), pp. 481-490.
- KUMAR, Krishan (1996). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LAGO, Luciana Corrêa do (2000). Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan/Observatório das Metrópoles.
- LAWSON, Roger & WILSON, William Julius (2004). Poverty, social rigths, and the quality of citizenchip. In: FAINSTEIN, Susan S. & CAMPBELL, Scott. *Readings in urban theory.* Oxford: Blackwell Publishing. Pp. 150-169.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth (1978). *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

- LEEDS, Elizabeth (1998). Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. In: In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 233-276.
- LEFEBVRE, Henri (1969). O direito à cidade. Documentos: São Paulo.
- LEITÃO, Gerônimo (2004). Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: a análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinqüenta anos. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____ (1999). *A construção do eldorado urbano*. O plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá 1970/1988. Niterói: EdUFF.
- LEITE, Márcia Pereira (2007). Para além da metáfora da guerra: violência, cidadania, religião e ação coletiva no Rio de Janeiro. São Paulo: Attar Editorial, CNPq-Pronex.
- LEITE, Márcia Pereira (2000). **Entre o individualismo e a solidariedade:** dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, núm. 44, pp.43-90.
- LEITE, Márcia Pereira & OLIVEIRA, Pedro Paulo de (2005). Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores. *Revista Praia Vermelha*. Estudos de política e teoria social. [Cidade de Segregação]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, URFJ: Escola de Serviço Social. Número 13, pp.14-43.
- LEMGRUBER, Julita *et alli* (2003). *Quem vigia os vigias?* Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record.
- LEWIS, Aubrey (1979). Problems presented by the ambiguous word "anxiety" as use in psychopathology. In: The later papers of Sir Aubrey Lewis. Oxford: Oxford University Press.
- LIPIETZ, Alain (1988). *Miragens e milagres*: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel.
- LOPES, Rogério José (2007). Cidade, subjetividade e território: representações de moradores de favelas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local.* Vol. 8, núm. 1, pp. 81-94.
- LUDEMIR, Julio (2007). *O bandido da chacrete*. Ascensão e queda de um fundador do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: Record.
- _____ (2002). No coração do comando. Rio de Janeiro: Record.
- _____ (2004). Sorria, você está na Rocinha. Rio de Janeiro: Record.
- LYRIO, Wellen (2001). O contexto sócio-espacial da formação da Favela na cidade do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense.
- McCARTY, John (1999). Chicago: a case study of social exclusion and city regeneration. *Cities*, 16(5), pp. 323-331.
- MAIA, Rosemere Santos (2002). Shopping Center: o afrouxamento da promessa de assepsia e o lugar da pobreza nos templos de consumo

- das cidades contemporâneas. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.
- MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise. Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicoogia &. Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2005. Capturado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200003&lng=en&nrm=iso. Acessado em 06/03/06
- MALOUTAS, Thomas (1993). Social segregation in Athens. *Antipode* vol. 25, n. 3, pp. 223-239.
- MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria (2006). *Técnicas de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- _____ (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- MARCUSE, Peter (2004). Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. *Espaço e Debates*, vol. 24, n. 45, pp. 24-33.
- _____ (1997a). The enclave, the citadel and the ghetto. What has changed in the Post-Fordist U.S. city. *Urban Affairs Review*, vol. 33, n. 2, pp. 228-64.
- _____ (1997b). The ghetto of exclusion and the fortified enclave: new patterns in the United States. *American Behavioral Scientist* (special issue: The new spatial order of cities), vol. 41, n. 3, pp. 311-26.
- MARCUSE, Peter & KEMPEN, Ronald van (2000). *Globalizing cities*. A new spatial order? London: Blackwell.
- MARINO, Leonardo Freire (2004). As forças policiais e o ordenamento territorial da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF
- MATTOS, Carlos A. de (2000). Globalização, urbanização da economia e expansão metropolitana. In: CASTRO, Iná Elias et alli (2000). Redescobrindo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MIGUEL, Luis Felipe (1998). Em torno do conceito de mito político. *Dados*, vol. 41, n. 3.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2003). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH (orgs.). Textos em representações sociais. 8º ed. Petrópolis: Vozes.
- MINGIONE, Enzo (1993). New urban poverty and the crisis in the citizenship/welfare system: the italian experience. *Antipode*, 25(3), 1993, pp-206-222.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de (2004). Avaliando o sentimento de insegurança nos bairros do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISP/Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública. Relatório de Pesquisa.
- MISSE, Michel (2007). Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. Estudos avançados, 21 (61), pp. 139-157.

- _____ (1995a). Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: GONÇALVES, M.A. e VILLAS-BOAS, G. (orgs.). O Brasil na Virada do Século, Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- ______(1995b). Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. Uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas. In: Violência e participação política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos número 91, pp. 23-39.
- MORA, José Ferrater (1998). *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- MORAES, Pedro Bodê de. Juventude medo e violência. In: Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise. Novos e invisíveis laços. http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos eventos/governanca 2006/gover 2 006 01 juventude medo pedro bode.pdf. Acesso em 20/04/2008.
- NAÍM, Moisés (2006). Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Jorge Zahar Editor.
- NEDER, Gizlene (1996). Absolutismo e punição. In: *Discursos sediciosos crime, direito e sociedade*. Núm. 1. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Relume Dumará.
- NOVAES, Fernando A. (1998). *História da vida privada no Brasil* (vol. 3). São Paulo: Companhia das Letras.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS (2006). Caminhada de Crianças e Adolescentes no tráfico de drogas no varejo no Rio de Janeiro. Sumário executivo de pesquisa. 2004-2006. Disponível em: www.observatoriodefavelas.org.br
- OLIVEIRA, Márcio Piñon de (1993). *Rio de Janeiro: Espaço Fragmentado, Cidadania Mutilada*. In: Boletim Fluminense de Geografia. AGB, Niterói, I (1).
- OUTHWAITE, William (1996). *Tipo ideal* (verbete). In: BOTTOMORE, Tom. & OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 770b-771b.
- PANDOLFI, Dulce Chaves & GRYNSZPAN, Mario (orgs.) (2003). *A favela fala.* Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- PARISSE, Lucien (1969). *Favelas do Rio de Janeiro*: evolução-sentido. Rio de Janeiro, *Caderno do CENPHA*, n. 5.
- PAVIANI, Aldo (1998). A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS et alli (orgs.). *Território*: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR.
- PECHMAN, Robert Moses (2002). *Cidades estreitamente vigiadas*. O detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- PERDIGÃO, Sérgio Bruno Alves (1999). Do Cortiço à Favela: história da construção da identidade de habitação popular no Rio de Janeiro (1900-1930). Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

- PERLMAN, Janice (2004). Marginality: From Myth to Reality in the Favelas of Rio de Janeiro, 1969–2002. Mimeo. Disponível em: http://www.megacitiesproject.org/publications.asp
- _____ (2003). Marginalidade. Do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro. Rio Estudos, núm. 102. Disponível em www.armazemdedados.rio.rj.gov.br
- _____ (2002 [1977]). O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (2002). O Imaginário da Cidade. Visões literárias do urbano. Paris; Rio de Janeiro; Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- PETERS, Paul A. & SKOP, Emily H. (2005). The Geography of Poverty and Segregation in Metropolitan Lima, Peru. Texas: The University of Texas. Population Research Center. *Working Paper Series*, 2004-2005, No. 04-05-13. Disponível em: http://www.utexas.edu/cola/centers/prc/papers/200405/
- PHILO, Chris (1996). História, geografia e o 'mistério ainda maior' da geografia histórica. In: GREGORY, Derek et alli (orgs.) Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Zahar.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (2003). Medo em todo lugar e em lugar nenhum. Prefácio. In: GLASSNER, Barry (2003). Cultura do Medo. São Paulo: Francis.
- _____ (1997). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 43-52.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1993). Plano Decenal Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura/Secretaria Municipal de Urbanismo.
- PRESTON, Valerie, MCLAFFERTY, S. & LIU, F. (1998) Geographical barriers to employment for American-born and immigrant workers. Urban Studies, vol. 35, 3 (March): 529 (17).
- QAADER, Mohammad A. Segregação étnica em uma cidade multicultural, Toronto, Canadá. *Espaço e Debates*, vol. 24, n. 45, pp. 34-46.
- RANDOLPH, Rainer (2001). Determinações estratégicas e potencialidades de transformação do programa Favela-Bairro. In: GEOgraphia, Niterói, III (5), set.
- RAMOS, Silvia & LEMGRUBER, Julita (2004). Criminalidade e respostas brasileiras à violência. In: Observatório da Cidadania. Ibase, Rio de Janeiro, 2004 (4).
- RAMOS, Silvia & MUSUMECI, Leonarda (2005). Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RAMOS, Silvia & PAIVA, Anabela (2007). Mídia e violência. Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ.

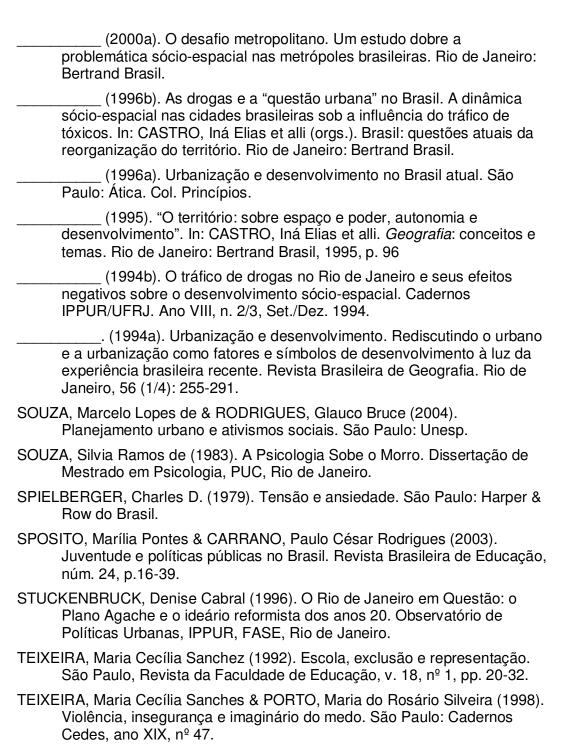
- _____ (2005). Mídia e violência como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. CESeC, Boletim Segurança e Cidadania. Ano 4, número 10.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (2005). Segregación residencial y segmantación social el 'efecto vecindario" em la reproducción de la pobreza em las metrópoles brasileñas. In: *Trabajo e producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*.
- _____ (2000). Rio de Janeiro: emerging dualization in a historically unequal city. In: MARCUSE, Peter & KEMPEN, Ronald van (2000). Globalizing cities. A new spatial order? London: Blackwell.
- _____ (1997). Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR/UFRJ; FASE.
- RIO COMO VAMOS (2008). *Rio como vamos?* Indicadores da cidade. Rio de Janeiro: Rio como vamos/Fecomércio Rio.
- ROAZZI, Antonio, FEDERICCI, Fabiana C. B. & CARVALHO, Maria do Rosário. (2002). A questão do consenso nas representações sociais: um estudo do medo entre adultos. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Vol.18, núm. 2, pp.179-192.
- RODRIGUES, Glauco Bruce (2005). Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip-hop. Dissertação (Mestrado em Geografia) Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo e CERDA, Jorge (2004).
 Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação. *Espaço e Debates*, vol. 24, núm. 45, pp. 60-74.
- SACK, Robert David (1986). *Human territoriality*: Its theory and history. New York: Cambridge University Press.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura (2001). *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, Milton (2005 [1993]). A urbanização brasileira. 5ª ed. São Paulo: EdUSP.
- _____ (1996). *A natureza do espaço*. Técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
- SARAMAGO, José (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEGALA, Ligia (1991). O Riscado do Balão Japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa e Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- SHORE, Cris (1996). *Comunidade* (verbete). In: BOTTOMORE, Tom. & OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 115b-117a.
- SIBLEY, David (2003). *Geographies of exclusion*: society and difference in the west. New York: Routledge.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da (2004). Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas, In Rio. A democracia vista de baixo, Rio de Janeiro: IBASE.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da & LEITE, Márcia Pereira (2007). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, vol.22, núm.3, pp.545-591.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da, LEITE, Márcia Pereira e FRIDMAN, Luis Carlos (2005). Matar, morrer, "civilizar": o "problema da segurança pública". In: MAPAS Monitoramento ativo da participação da sociedade. Relatório do projeto. Estudo de caso: matar, morrer, "civilizar": o "problema da segurança pública". Rio de Janeiro: Ibase.
- SILVA, Mauro Gil Ferreira (2000). O papel dos médicos na valorização das áreas litorâneas da cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ.
- SILVA, Jailson de Souza; FERNANDES, Fernando Lannes; e BRAGA, Raquel Willadino (2008). Grupos criminosos armados com domínio de território. Reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Justiça Global/Fundação Heinrich Böll, pp. 16-24.
- SILVA, Jailson de Souza & BARBOSA, Jorge Luiz (2005). *Favela:* alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: SENAC.
- SILVA, Jailson de Souza & SILVA, Helena Oliveira (2005). Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil. São Paulo: Global; Brasília: UNICEF.
- SILVA, Jailson de Souza & URANI, André (2002). *Crianças no tráfico*: um diagnóstico rápido. Brasília: Organização Internacional do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego.
- SILVA, Jailson de Souza & FONTES, Adriana (2001). Decifra-me ou nos devoramos: considerações sobre a juventude no/do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro. Trabalho e sociedade*, vol. 1, núm. 1, pp. 11-14.
- SILVA, Jailson de Souza (2003). *Por que uns e não outros?* Caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7 letras.
- _____ (2002). Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal Fluminense. *Território. Territórios.* Niterói: EdUFF.
- _____ (1999). "Por que uns e não outros?": caminhada de estudantes da Maré para a universidade. Tese de doutorado. Departamento de educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

- SILVA, Lúcia (1996). A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILVA, Maria Laís Pereira da (2005). *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- SMITH, Susan J. (1996). Geografia Urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, D. et alli (1996). *Geografia Humana*: sociedade, espaço e ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon et alli (2006). As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOARES, Luiz Eduardo *et alli* (2006). *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

 _____ *et alli* (2005). *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.

 ____ *et alli* (1996). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER.
- SODRÉ, Muniz (2002). *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- SOGAME, Maurício (2001). Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. In: *Geografares*, Vitória, (2), junho.
- SOJA, Edward W. (1993). *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SOJA, Edward W. (1998). O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS et alli (orgs.). *Território*: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2008). Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2006a). Clima de guerra civil? Violência e medo nas grandes cidades brasileiras. In: ALBUQUERQUE, Edu (org.). Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Globo.
- _____ (2006b). A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2004). Planejamento e gestão urbanos em uma era de medo. Revista Rio de Janeiro. Violência: percepções e propostas de intervenção. n. 12, jan.-abr. 2004. pp. 55-74.
- _____ (2002). Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
 - _____ (2000b). A "ingovernabilidade" no Rio de Janeiro algumas páginas sobre conceitos, fatos e preconceitos. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). Redescobrindo o Brasil 500 anos depois. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.



TELLES, Vera da Silva & HIRATA, Daniel Veloso (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos avançados* 21 (61), pp. 173-191.

TUAN, Yi-Fu (2005). Paisagens do Medo. São Paulo: Editora da Unesp.

_____ (1976). Humanistic Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 66 (2), pp. 266-276.

VALLA, Victor Vincent (1986). Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes. VALLADARES, Licia do Prado (1978). Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar. (1999), Que favelas são essas? In: Insight – Inteligência. Agosto/Setembro. (2000). A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais XV (44), outubro. . (2005). A invenção da favela – do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro, FGV. VALLE, Wilian Andrion do. (2005) A problemática da interferência do tráfico de drogas nos projetos do Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro). Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) -Universidade Federal do Rio de Janeiro. VARGAS, João H. Costa (2005). Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. Revista de Antropologia, USP, vol. 48, núm. 1, pp. 75-131. VASCONCELOS, Pedro de Almeida (2004). A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. Cidades, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol. 1, núm. 2, pp. 259-274. (1997). Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). Explorações geográficas. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. VAZ, Lílian Fessler (1986). Notas sobre o Cabeca de Porco. In: Revista Rio de Janeiro: Niterói, I (2), jan./abr. VELHO, Gilberto (2002[1973]). A utopia urbana: um estudo de antropologia social. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (2000). Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (org.) Cidadania e Violência. Rio de Janeiro: Editora FGV. VENTURA, Zuenir (1994). Cidade partida. São Paulo: Companhia das Letras. WACQUANT, Loïc (2004). O que é gueto? Construindo um conceito sociológico. Revista de Sociologia Política, 23, pp. 155-164, nov. 2004. (2003). Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan. (2001a). Os condenados da cidade. Estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan/FASE. (2001b). As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- WALEY, Paul (2000). Tokyo: patterns of familiarity and partitions of difference. In: MARCUSE, Peter & KEMPEN, Ronald van (2000). Globalizing cities. A new spatial order? London: Blackwell.
- WEBER, Alexandre de Vasconcelos (1999). Sistema de sucessão e herança habitacional em favelas. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, Universidade Federal Fluminense.
- ZALUAR, Alba (2007). Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos avançados 21 (61), pp. 31-49.
 _______(2004). Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
 _______(1999). Um debate disperso. Violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, 13(3), pp. 3-17.
 ________(1998). Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 209-232.
 ________(1996). Da revolta ao crime S.A. São Paulo: Moderna.
 _______(1994). Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan.
- ZEDNER, Lucia (1996). *Controle social* (verbete). In: BOTTOMORE, Tom. & OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 138a-139b.

Anexos

- i. "Ficha técnica" da pesquisa de campo;
- ii. Roteiro de tópicos considerados nas entrevistas não estruturadas;
- iii. Formulário de entrevista aplicado a 102 jovens moradores da Maré e Rocinha;
- iv. Manual do formulário de entrevista utilizado pelos entrevistadores.

i. "Ficha técnica" da pesquisa de campo

- a) Entrevista estruturada: foi elaborado um formulário com 51 questões (em anexo), fechadas e abertas, para realização de entrevistas com 100 jovens (50 na Rocinha, 50 na Maré) no perfil indicado. Entrevistas realizadas entre fevereiro e março de 2008 por dois entrevistadores de nível universitário selecionados na Maré e na Rocinha, que receberam treinamento e supervisão. Foi elaborado um manual do formulário de entrevistas para consulta rápida dos entrevistadores e como recurso didático no treinamento dos mesmos (em anexo).
- b) Entrevista não estruturada focalizada com 10 jovens de características diferenciadas dentro do perfil escolhido. (Trata-se de um aprofundamento dos blocos do formulário da entrevista estruturada). Entrevistas realizadas pelo autor no período de fevereiro a abril de 2008. A seleção dos 10 entrevistados procurou seguir uma distribuição de grupos diferenciados, tais como universitários, trabalhadores, participantes de projetos e membros de igrejas. No entanto, a seleção teve como aspecto prioritário uma triagem realizada pelos entrevistadores de campo, que sob minha orientação, identificaram potenciais entrevistados conforme o desenvolvimento da entrevista e do tipo de pergunta respondida, de modo a garantir entrevistados com perfil focado em experiências de discriminação e de constrangimento.

ii. Roteiro de tópicos considerados nas entrevistas não estruturadas

1. perfil do entrevistado

- a. idade
- b. escolaridade, se estuda no momento, se faz algum curso
- c. se trabalha, onde e em quê; se não trabalha, se já trabalhou, se procura emprego
- d. com quem vive, como é a convivência
- e. onde mora
- f. religião, se pratica, que valores transmite, que influências tem em sua vida
- g. faixa de renda, o que faz com o dinheiro
- h. escolaridade e profissão dos pais, como é a relação com os pais, que tipo de estímulos teve dos pais, que valores absorveu, que problemas vivenciou

2. Relação com o local de moradia

- a. há quanto tempo vive
- b. o que gosta e o que não gosta do local de moradia
- c. que representações mantém sobre seu local de moradia (se considera favela, se considera um lugar violento, etc)

3. práticas sócio-espaciais

- a. que tipo de coisas costuma fazer no local de moradia
- b. que tipo de relação mantém com os bairros de entorno do local de moradia
- c. que tipo de relação mantém com a cidade, de uma maneira mais ampla
 - i. se freqüenta espaços públicos e equipamentos públicos, quais, onde
 - ii. com que freqüência sai do local de moradia, para quê, com que meio de transporte, como é o trajeto, o que sente e percebe
 - iii. que sensações experimenta ao sair de seu local de moradia (medo, insegurança, vergonha, prazer, etc)

d. que fatores o estimulariam e o desestimulariam a se deslocar por outras áreas da cidade

4. estigmatização e violência

- a. se já se sentiu discriminado, quando, onde, por quem, que motivo atribui (relato de situações)
- b. que leitura faz de si mesmo e de seu grupo social no contexto da cidade
- c. que representação mantém acerca de outros grupos sociais e de outras áreas da cidade
- d. se já sofreu algum tipo de violência pela polícia, que tipo, em que lugar, como foi, a que atribui
- e. se conhece alguém que tenha sido assassinado. Caso seja alguém próximo, relatar as sensações
- f. se já viu um cadáver de alguém assassinado, onde, de que forma, o que essa experiência lhe provocou
- g. se já viu uma arma de fogo e em que circunstâncias
- h. que leitura faz da violência nas favelas (o que provoca, quem são os responsáveis, o que o governo deveria fazer, o que a população deveria fazer, o que faria caso tivesse o poder de intervir)

iii. Formulário de entrevista aplicado a 102 jovens na Maré e na Rocinha

Data://2008	Controle:	Comunidade	Sub-localidade	Vínculo do entrevistado	Entrevistador	Número do formulário

Pesquisa sobre o jovem morador de favela e sua relação com a cidade Autoria: Fernando Lannes Fernandes — Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esta pesquisa é exclusivamente para fins acadêmicos. A identidade do entrevistado será preservada. O entrevistado tem a liberdade de não responder a uma pergunta caso não queira.

1.	Perfil do	entrevistado						
1.1.	Idade: anos							
1.2.	Estado (civil: (a) Solteiro (b) Casado (c)	Separa	do (d) Viúvo			
1.3.	Você ter	m filhos? (a) Não (b) Sim. Quanto	os?	filhos			
1.4.	Qual é a	sua religião?						
	(a) Catól (b) Evan		(c) Espírita (d) Afro-Bra	spírita (e) Não tem, mas acredita em Deus (f) Outra:				
1.5.	Você es	tuda atualmente? (ensino regula	ır)				
	(a) Não		(b) Sim	(b) Sim				
	1.5.1. Mo (a) Falta	de vaga	pago?				1.5.4. Turno:	
	(b) Distâ (c) Local (d) Desir	perigoso	(a) Gratuito (b) Pago	(a) Gratuito (a) Na comunidade (b) Pago (b) Fora da comunidade			(a) Manhã (b) Tarde) (c) Noite	
	(e) Traba				((c) Noite	
1.6.	Qual o f	oi a sua última séri	e concluída?					
	(e) 2ª sér	o infantil	(h) 5ª (i) 6ª s ntal (j) 7ª s ntal (k) 8ª	(g) 4ª série do Ensino Fundamental (h) 5ª série do Ensino Fundamental (i) 6ª série do Ensino Fundamental (j) 7ª série do Ensino Fundamental (k) 8ª série do Ensino Fundamental (l) 1ª série do Ensino Médio (m) 2ª série do Ensino Médio (n) 3ª série do Ensino Médio			do Ensino Médio Superior incompleto Superior completo	
1.7.	Você faz	ê faz algum curso?						
	(a) Não	(b) Sim						
		1.7.1. Gratuito ou pago? 1.7.2. (e?	o de curso:		
		(a) Gratuito (b) Pago			unidade comunidade	(b) Artístic (c) Pré-Ve		
1.8.	Você participa de algum projeto social?							
	(a) Não							
		1.8.1. Onde? 1.8.2. Nome do projeto:						
		(a) Na comunidade (b) Fora da comunidade ()						
1.9.	Você tra	balha?						
	(a) Não (b) Sim (pular 1.9.1)							
	1.9.1. Já teve alguma experiência o trabalho?				Onde?	1.9.3. Carteira	1.9.4. Atividade exercida:	
	(b) Não, (c) Não,	responder as pergur mas já procurei trab mas estou procuran mas nunca procurei	alho do trabalho			assinada? (a) Sim (b) Não		

2.	Práticas sócio-espaciais e culturais							
2.1.	Como você classifica o local onde vive? (a) Favela (b) Comunidade (c) Bairro (d) Outro:							
2.2.	Você gostaria de morar em um outro lugar? (a) Não (pular a seguinte) (b) Sim. Onde?							
2.3.	Que fatores o motivariam a morar em outro lugar?							
2.4.	Você considera a sua <i>comunidade</i> um bom lugar para se viver? (a) Sim (b) Não							
2.5.	Em sua opinião, o que é <u>bom</u> na sua	a comunidade?						
2.6.	Em sua opinião, o que é <u>ruim</u> na su	a comunidade?						
2.7.	Você considera a <u>sua comunidade</u> u	um lugar violento? (a) Sim	(b) Não					
2.8.	De quanto em quanto tempo você s	ai da sua <i>comunidade</i> ?						
	(a) Diariamente (b) 2 a 4 vezes por semana	(c) 2 a 4 vezes por mês(d) 1 ou menos vezes po em média	(e) Nunca saio (pular a 2.9 e r mês 2.10)					
2.9.	Para quê você sai da comunidade?	(pode marcar mais que uma)						
	(a) Para trabalhar(b) Para estudar(c) Para se divertir	(d) Para fazer compras(e) Para visitar parentes e am(f) Para procurar emprego	(g) Para tratamento médico igos (h) Para receber benefício (i) Outro:					
2.10.	Qual é o meio de transporte que vo	cê mais utiliza quando precis	a sair da comunidade?					
	(a) Bicicleta (b) Moto Táxi	(c) Van/Kombi (d) Ônibus	(e) Veículo próprio(f) Veículo de terceiros					
2.11.	Dos lugares listados, indique aqueles onde você já esteve alguma vez.							
		2.11.1. Sentiu-se à von	tade? 2.11.2. Voltaria?					
	(a) Cinema	(a1) Sim (a2) N	Não (a3) Sim (a4) Não					
	(b) Teatro	(b1) Sim (b2) N	Não (b3) Sim (b4) Não					
	(c) Rio Sul	(c1) Sim (c2) N	Jão (c3) Sim (c4) Não					
	(d) Barra Shopping	(d1) Sim (d2) N	Não (d3) Sim (d4) Não					
	(e) Norte Shopping	(e1) Sim (e2) N	Não (e3) Sim (e4) Não					
	(f) Fashion Mall	(f1) Sim (f2) N	ão (f3) Sim (f4) Não					
	(g) Pão de Açúcar	(g1) Sim (g2) N	Não (g3) Sim (g4) Não					
	(h) Cristo Redentor	(h1) Sim (h2) N	Não (h3) Sim (h4) Não					
	(i) Maracanã	(i1) Sim (i2) N	ão (i3) Sim (i4) Não					
	(j) Praias da Zona Sul	(j1) Sim (j2) N	ão (j3) Sim (j4) Não					
	(k) Show de música em Copacabana	(k1) Sim (k2) N	lão (k3) Sim (k4) Não					
	(I) Ano novo em Copacabana	(I1) Sim (I2) N	ão (I3) Sim (I4) Não					
	(m) Centro da cidade	(m1) Sim (m2)	Não (m3) Sim (m4) Não					
	(n) Feira dos Nordestinos	(n1) Sim (n2) N	Não (n3) Sim (n4) Não					
	(o) Piscinão de Ramos	(o1) Sim (o2) N	Não (o3) Sim (o4) Não					
	(q) Presídio	(p1) Sim (p2) N						
	(r) Baile Funk	(q1) Sim (q2) N	Não (q3) Sim (q4) Não					
	(s) Outra favela	(r1) Sim (r2) N	ão (r3) Sim (r4) Não					

2.12.	Dos itens abaixo, em sua opinião, o que representa <u>a maior dificuldade</u> para sua circulação pela cidade?						
	(a) O custo do transporte(b) O medo da violência(c) O medo de ser discriminado		(d) A timidez(e) Não conhecer os lugares	(f) O medo de se perder(g) Não conhecer pessoas de fora			
2.13.	Sua famíli	Sua família é <u>em sua maior parte</u> :					
	(a) Da <i>co</i> (b) De for	munidade a da comunidade	(c) Tanto de dentro quanto de f	(c) Tanto de dentro quanto de fora da comunidade sem predominâncias			
2.14.	Seus amig	os são <u>em sua maior par</u>	<u>te</u> :				
		munidade a da comunidade	(c) Tanto de dentro quanto de f	ora da <i>comunidade</i> sem predominâncias			
3.	Discrimin	ação e estigmatização					
3.1.	Você já se	e sentiu discriminado?					
	(a) Não	(b) Sim – Responda abaix	ko (pode marcar mais que uma res	sposta)			
		3.1.1. Onde?	3.1.2. Por quem?	3.1.3. Por quê?			
		(a) Na própria comunidade (b) Fora da comunidade (c) Em ambos os lugares ()	 (a) Motorista/trocador de ônibus (b) Passageiro de ônibus (c) Policial (d) Professor(a) (e) Profissional de saúde (f) Outro: 	 (a) Pela minha cor de pele (b) Por morar em favela (c) Por ser pobre (d) Pelo meu jeito de me vestir/aparência (e) Pela minha forma de falar (f) Outro: 			
3.2.	Você acha	que os jovens que mora	ım em favelas são mais discrim	inados do que os outros moradores?			
	(a) Não	(b) Sim, todos o	os jovens das favelas (c) S	Sim, mais os jovens negros das favelas			
3.3.	Você deixa ou já deixou de freqüentar lugares ou fazer coisas por medo de ser discriminado?						
		Sim, algumas vezes (c) Não, mas me sinto incomodado Sim, sempre (d) Não, não me importo com isso					
3.4.	Dos docu	mentos listados, quais vo	ocê possui?				
		ertidão de Nascimento arteira de Identidade	(c) Carteira de Trabalho(d) Título de Eleitor	(e) CPF (f) Carteira de Estudante			
3.5.	Dos documentos abaixo, quais necessariamente você carrega consigo quando está na rua?						
	\ /	ertidão de Nascimento arteira de Identidade	(c) Carteira de Trabalho(d) Título de Eleitor	(e) CPF(f) Carteira de Estudante(g) Nenhum			
3.6.	Como voc	eê se identifica?					
	(a) Negro (b) Pardo		(c) Mestiço (e) More (d) Mulato (f) Branc				
3.7.	Você tem	preferência por mulheres	S :				
N	(a) Negras	(b) Mulatas (c) Morenas	s (d) Loiras (e) Outro:				
4.	Experiências e visão sobre a violência						
4.1.	Você considera <u>as favelas</u> lugares violentos? (a) Sim (b) Não						
4.2.	Você conl	neceu alguém que foi ass	assinado?				
	(a) Não	(b) Sim					
		4.2.2. Quantos? (a) Um (b) Até três (c) Mais que tr	4.2.1. Quem? (a) Parente (b) Amigo ês (c) Vizinho (d) Outro:				

4.3.	Você já viu um cadáver exposto de alguém assassinado?						
	(a) Não (b)	Sim, na minha <i>comunid</i>	lade (d	(c) Sim, fora da minha comunidade			
4.4.	Você já presenciou uma situação de violência?						
	(a) Não (pular a seguinte)	(b) Sim					
		4.4.1. Onde? (a) Na minha comuni (b) Fora da minha co (c) Na minha casa (d) Outro:					
4.5.	Que tipo de situação de violência você presenciou? (sucinto relato)						
4.6.	O que você considera como o fator mais influente para que uma pessoa ingresse no mundo do crime?						
4.7.	Das situações listadas ab	aixo, qual você <u>mais</u> t	eme?				
	(a) morrer (b) ser preso (c) perder alguém querido (f) não conseguir um emprego (g) ser discriminado (j) apanhar da porte (e) adquirir uma doença grave (h) ser assaltado (i) apanhar de tra						
4.8.	Você já viu uma arma de	iogo? (a) Sim (b) Não	(pular as duas segui	ntes)			
4.9.	Em que situação você viu uma arma de fogo? (sucinto relato)						
4.10.	Você teve medo? (a) Sim	(b) Não					
4.11.	Você já teve alguma expe	riência negativa com a	a polícia?				
	(a) Não (b) Sim – Respo	onda abaixo (pode marc	ar mais que uma res	posta)			
	4.11.1. Onde? (a) Na própria c (b) Fora da com (c) Em ambos c	omunidade (a) Extors nunidade (b) Rapto s lugares (c) Agres (d) Violêi		 4.11.3. A que você atribui? (a) Pela minha cor de pele (b) Por morar em favela (c) Por ser pobre (d) Pelo meu jeito de me vestir/aparência (e) Pela minha forma de falar 	а		
4.12.	Você conhece alguém que tenha tido uma experiência negativa com a polícia? (a) Sim (b) Não						
4.13.	Você confia na polícia? (a) Sim (b) Não						
4.14.	Você é a favor do "Caveirão"? (a) Sim (b) Não						
4.15.	Você é a favor da Pena de Morte? (a) Sim (b) Não						
4.16.	Você é a favor da agressão física como forma de punição? (a) Sim (b) Não						
4.17.	Você considera correto os pais baterem no filho para educá-lo? (a) Sim (b) Não						
4.18.	Você é a favor da legalização do aborto? (a) Sim (b) Não						
4.19.	Você é a favor da legalização das drogas? (a) Sim (b) Não						
5.	Observações adicionais						

iv. Manual do formulário de entrevista utilizado pelos entrevistadores

MANUAL DO FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Pesquisa sobre o jovem morador de favela e sua relação com a cidade

Autoria: Fernando Lannes Fernandes – Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este manual serve de orientação para o entrevistador e é de uso exclusivo deste. Não deve ser mostrado para o entrevistado.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Deverão ser entrevistados apenas jovens do sexo masculino, afrodescendentes, de 15 a 24 anos, moradores das favelas da Maré e Rocinha.

Para fins de esclarecimento, o objetivo da pesquisa é identificar a relação que os jovens moradores de favelas mantêm com a cidade, tendo como referência os efeitos da violência sobre essa relação.

Ao iniciar a entrevista, o entrevistador deve se apresentar formalmente, informando o caráter da pesquisa. Deve informar ainda que o entrevistado terá sua identidade preservada e que terá o direito de não responder às perguntas que não quiser. Uma pergunta não respondida pelo entrevistado deverá ser riscada com um "x".

Ao finalizar a entrevista, o entrevistador deve agradecer ao entrevistado pelas informações.

IMPORTANTE: caso o entrevistador avalie que o entrevistado tem um perfil que pode ser explorado em uma entrevista mais aprofundada, ao final da entrevista deverá consulta-lo se ele se dispõe a fazer uma entrevista mais longa, em um outro momento. Em caso afirmativo, anotar dados para contato em folha à parte e indicar o número do formulário.

CÓDIGOS DE CONTROLE

Comunidade:

Maré = MA Rocinha = RO

Sub-localidade:

Colocar iniciais (ex: Nova Holanda = NH; Boiadeiro = BOI)

Vínculo do entrevistado:

Projeto Social: PJ

Igreja: IG Escola: ES Rua: RU Trabalho: TR

Entrevistador:

Colocar as iniciais (ex: Fernando Lannes = FL)

ATENÇÃO: assim como o entrevistado, o entrevistador não deverá ser identificado no formulário.

BLOCO 1 – PERFIL DO ENTREVISTADO

- **1.4.** Se responder que não tem religião, perguntar se apesar disso acredita em Deus. Se acredita, assinalar resposta **e.**
- 1.5. Apenas para ensino regular (se está na escola). Não vale para cursos. Atenção às respostas não e sim. Não = perguntar a 1.5.1; Sim = perguntar a 1.5.2 e seguintes
- **1.7.** Caso a resposta for **Sim**, perguntar a 1.7.1 e seguintes
- **1.8.** Se a resposta for **Sim**, perguntar 1.8.1 e seguinte. Pergunta 1.8.2 = anotar com maior precisão possível (ex: Projeto Rotas de Fuga Observatório de Favelas)
- 1.9. MUITA ATENÇÃO:

Se a resposta do comando for **Não**, perguntar a 1.9.1. Caso responder **Sim** à pergunta 1.9.1, perguntar a 1.9.2 e seguintes.

Se a respostado comando for Sim, pular a pergunta 1.9.1 e perguntar as seguintes.

BLOCO 2 – PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS E CULTURAIS

- **2.2.** Se a resposta for **Não**, pular a pergunta 2.3.
- 2.3. Anotar resposta espontânea integralmente
- **2.5.** Anotar resposta espontânea integralmente
- **2.6.** Anotar resposta espontânea integralmente
- **2.8.** Opção **a** ("diariamente"): de 5 a 7 vezes por semana Opção **d** ("1 ou menos vezes por mês em média"): para situações em que o entrevistado afirme sair raramente (ex. um vez a cada dois meses).

Caso a resposta seja a opção e ("Nunca saio"), pular as perguntas 2.9 e 2.10.

- **2.11.** Informar que vai listar vários lugares. Caberá ao entrevistado responder se já esteve conforme se fala o nome dos lugares. Ao responder sim, deverá ser perguntado, na seqüência, as perguntas 2.11.1 e 2.11.2.
- 2.12. Assinalar apenas UMA opção
- 2.13. Dar ênfase à frase "em sua maior parte"
- 2.14. Dar ênfase à frase "em sua maior parte"

BLOCO 3 – DISCRIMINAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO

- **3.1.** Se a resposta for Sim, perguntar 3.1.1. e seguintes.
- 3.1.1. Se possível, especificar o local
- **3.2.** Atenção às opções **b** e **c**: jovens em geral (b) e jovens negros (c)
- **3.6.** IMPORTANTE: é para assinalar como o entrevistado se auto-identifica, mesmo que o entrevistador veja que há claramente uma discrepância entre a cor do

entrevistado e a sua resposta. O entrevistador deve sublinhar, **discretamente** e após virar a página, a cor que classificaria o entrevistado.

BLOCO 4 – EXPERIÊNCIAS E VISÃO SOBRE A VIOLÊNCIA

- **4.1.** Atenção ao fato de ser uma pergunta sobre as **favelas em geral**, e não sobre a favela em que vive o entrevistado.
- **4.2.** Se a resposta for **Sim**, perguntar 4.2.1 e 4.2.2.
- **4.3.** Atenção para o fato de ter que ser um cadáver **exposto** de alguém **assassinado**. **Não vale para velórios.** Deve ser para situações de cadáveres **na rua ou em terrenos baldios.**
- **4.4.** Se a resposta for **Sim**, perguntar a 4.4.1
- **4.5.** Descrever uma **síntese do relato** com **palavras-chave** (ex: violência doméstica; violência policial; de perto; de longe; etc). Dar atenção à situação e seu contexto.
- **4.6.** Registrar a resposta espontânea integralmente
- 4.7. Assinalar apenas UMA opção
- 4.8. Se a resposta for Não, pular para 4.11.
- **4.9.** Descrever uma **síntese do relato** com **palavras-chave** (ex: manuseio; com traficante; de perto; de longe; etc). Dar atenção à situação e seu contexto.
- **4.11.** Se a resposta for **Sim**, perguntar 4.11.1 e seguintes. Pode assinalar mais que uma resposta.

BLOCO 5 – OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Anotar qualquer informação adicional que considerar relevante.

Neste campo, indicar se o entrevistado é interessante para um aprofundamento e se ele se disporia a isso. Neste caso, cabe indicar, em folha à parte, dados para contato, com o número do formulário.

Finalização: não esquecer de sublinhar, na pergunta **3.6**, a cor que o entrevistador classifica o entrevistado conforme orientações do treinamento.